



Anais do 3^o Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica

ISSN 978-85-62164-09-5

Antônio Gilberto Costa
Márcia Maria Duarte dos Santos
Organizadores

Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG
Belo Horizonte, 26 a 28 de outubro de 2016

Realização



CENTRO DE REFERÊNCIA EM
**CARTOGRAFIA
HISTÓRICA**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Apoio Institucional



Sumário

Sessão: Cartografia Histórica

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SERGIPANO SOB A ÓTICA DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA - Fernanda dos Santos Lopes Cruz e Paulo José de Oliveira	6
A REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DE FORTIFICAÇÕES AO LONGO DO TEMPO: O CASO DO RIO DE JANEIRO - Francisco José Corrêa-Martins	16
ARTE E CARTOGRAFIA: UMA ANÁLISE DO MAPA “BRASILIA QUA PARTE PARET BELGIS” DE GEORG MARCGRAF - Ronaldo André Rodrigues da Silva	41
DO MAPA RÚSTICO DE GOIÁS À UMA PROVÁVEL CATEGORIA CARTOGRÁFICA DO SÉCULO XVIII - Wilson Vieira Júnior e Elias Manoel da Silva	51
O MAPPA GEOGRAFICO DA CAPITANIA DO PIAUHY, DE ANTONIO GALLUZZI - Nívia Paula Dias de Assis e Jorge Pimentel Cintra	63
O PRIMEIRO MAPA DO DISTRITO FEDERAL NO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL - Um ilustre desconhecido - Elias Manoel da Silva.....	73

Sessão: Cartografia dos Limites

A COLEÇÃO CARTOGRÁFICA DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO NA BIBLIOTECA NACIONAL - Maria Dulce de Faria e Uilton dos Santos Oliveira.....	86
GOIÁS NOS MAPAS: REPRESENTAÇÕES DE TERRITÓRIOS EM DISPUTA - Lenora de Castro Barbo ...	96
OS LIMITES CARTOGRÁFICOS DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS DO SUL - Jorge Pimentel Cintra....	107
OS LIMITES DAS CAPITANIAS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO NOS SÉCULOS XVIII E XIX - Juliana Rambaldi do Nascimento, Patrick Roger Loss de Oliveira, Tainá Laeta e Paulo Márcio Leal de Menezes	117

Sessão: Cartografia Histórica e a História Militar

FRONTEIRA COLONIAL FORTIFICADA DA AMÉRICA MERIDIONAL E A GUERRA DE 1776 - Luiz Carlos Tau Golin	126
OS ENGENHEIROS MILITARES ITALIANOS NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XVIII: ANTÔNIO GALLUZZI E DOMINGOS SAMBUCETTI - Graciete Guerra da Costa e Jorge Pimentel Cintra	136
REPRESENTAÇÃO GEOPOLÍTICA MILITAR DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA - Francis Albert Cotta.....	147

Sessão: Cartografia Dos Viajantes

- A PAISAGEM DE EXPEDIÇÕES NO PARANÁ: PITANGA (1858) E BIGG-WITHER (1872- 1875) - Humberto Yamaki e Bruno Frank 157
- O DESENHO DE MATO GROSSO NA CARTOGRAFIA DE FRANCIS DE CASTELNAU - Benone Lopes Moraes e Maria de Fátima Costa 168
- VISITANDO AS LAGOAS MANDIORÉ, GAIVA E UBERAVA NOS TEXTOS E MAPAS DE ALMEIDA SERRA E CASTELNAU - Maria de Fátima Costa 177

Sessão: História da Cartografia / Geodésica; Cartografia Histórica e Geotecnologias

- A REFORMA CARTOGRÁFICA DE DELISLE E SEU IMPACTO NA CARTOGRAFIA DA AMÉRICA DO SUL E DO BRASIL - Rafael Henrique de Oliveira, Jorge Pimentel Cintra e Flávio Guilherme Vaz de Almeida Filho 192
- DINÂMICA MORFOLÓGICA DA CARTOGRAFIA PAULISTA - Marcelo Antonio Nero, Joel Alvares da Cunha, José Rogério Beier, Rafael Henrique de Oliveira e Jorge Pimentel Cintra 202
- ESTUDO COMPARATIVO DA CARTA GEOGRAPHICA DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO DE 1823 – UMA ABORDAGEM PARA DATAÇÃO - Paulo Márcio Leal de Menezes, Manoel do Couto Fernandes, Kairo da Silva Santos e Tainá Laeta 212
- O MAPA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO DE WILHELM LUDWIG VON ESCHWEGE: UMA ANÁLISE CARTOGRÁFICA - José Rogério Beier e Jorge Pimentel Cintra 227
- PROCESSO DE REPRODUÇÃO DA PLANTA KOELER ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO - Deivison Ferreira dos Santos, Tainá Laeta Felipe de Brito e Manoel do Couto Fernandes 238

Sessão: Cartografia Histórica e Toponímia

- A NATURALIDADE E A DIFUSÃO DO TOPÔNIMO 'BARRA DA TIJUCA' NO CENÁRIO DA EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO SÉCULO XIX - Tainá Laeta, Gabriel Lousada, Paulo Márcio Leal de Menezes e Manoel do Couto Fernandes 250
- TÉCNICAS PARA O ESTUDO DA DINÂMICA TOPONÍMICA - Levy Pereira e Jorge Pimentel Cintra 259
- TOPONÍMIA DE MINAS GERAIS, DO SETECENTOS AO OITOCENTOS JOANINO, EM UM REPOSITÓRIO DE DADOS DIGITAL - Márcia Maria Duarte dos Santos, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, Amanda Estela Guerra, Maria Dulce de Faria 269

Sessão: Cartografia Indígena

- A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE CURT NIMUENAJU E A ETNOGEOGRAFIA DOS ÍNDIOS KRENAK - Ludimila de Miranda Rodrigues Silva e José Antônio Souza de Deus 285
- POR UMA CARTOGRAFIA ETNO-HISTÓRICA DA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULOS XVIII E XIX) - Alanna Souto Cardoso 295
- UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA EM DOIS MAPAS DE DIOGO HOMEM, 1558 E 1568 - Luciana de Queiroz Pinto 309

Sessão: Cartografia Urbana

A EXPANSÃO DOS QUARTEIRÕES DA CIDADE DE PETRÓPOLIS NAS PLANTAS HISTÓRICAS DO SÉCULO XIX - Tainá Laeta e Manoel do Couto Fernandes	319
A PLANTA DE PORTO ALEGRE (RS) DE 1906 - Daniela Marzola Fialho	329
UMA ANÁLISE CARTOGRÁFICA DIACRÔNICA DA TRANSFORMAÇÃO GEOESPACIAL DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO - Luma Costa Lima dos Santos e Cláudio João Barreto dos Santos	339

Sessão: Outros Temas

A CARTOGRAFIA HISTÓRICA COMO AUXÍLIO PARA OS ESTUDOS TÉCNICOS DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO MONUMENTO NATURAL ESTADUAL DA SERRA DO CARAÇA/ MG - Antoniel Silva Fernandes, Cláudia Marques Gonçalves Simeão , Patrícia Reis Pereira, Roberta Roxilene dos Santos e Marcos Paulo de Souza Miranda	353
CONTRIBUIÇÕES DA CARTOGRAFIA TEMÁTICA PARA A ANÁLISE DE FENÔMENOS HISTÓRICOS - Lucas Montalvão Rabelo e José Rogério Beier	364
REGIÃO, POPULAÇÃO E TRANSPORTES EM MINAS GERAIS NA ERA VARGAS - Marcelo Magalhães Godoy, Lidiany Silva Barbosa e Danielle Cristina Gomes Corrêa	376
UMA LEITURA DE MAPAS À LUZ DO MÉTODO ICONOLÓGICO - Jorge Pimentel Cintra	386

Sessão: Poster

AVALIAÇÃO DE METODOLOGIAS PARA DIGITALIZAÇÃO E REGISTRO DE DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS HISTÓRICOS A PARTIR DO USO DO SCANNER DE MÃO - Fernando de Souza Antunes, Kairo da Silva Santos, Bruno César dos Santos, Manoel do Couto Fernandes.....	397
CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE MINAS GERAIS E O LÉXICO TOPONÍMICO MINEIRO - Marianna De Franco Gomes, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, Márcia Maria Duarte dos Santos	403
ENDURO A PÉ NO MHNJB/UFMG: TRILHANDO O CONHECIMENTO - Marília de Fátima Siqueira de Oliveira, Maria Luiza Bocc, Alessandra Abrão Resende, Danilo Souza Marcelo, Nayara Aparecida Lino Tavares, João Paulo Bragança Inocêncio, Robson Camilo de Freitas	407
PROJETO DE EXTENSÃO E AÇÕES EDUCATIVAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM CARTOGRAFIA HISTÓRICA - Danilo Souza Marcelo, Nayara Aparecida Lino Tavares, Pedro Igor Lemos, Márcia Maria Duarte dos Santos, Antônio Gilberto Costa	412
TRILHA DO MAPA PERDIDO - ATIVIDADE LÚDICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM CARTOGRAFIA HISTÓRICA - Nayara Aparecida Lino Tavares, Danilo Souza Marcelo, Marília de Fátima Siqueira de Oliveira, Maria Luiza Bocc, Bráulio Soares Macedo Leão e Silva, Pedro André Sampaio Pêgo Martins Dias, Marcia Maria Duarte dos Santos, Antônio Gilberto da Costa	416

Sessão: Cartografia Histórica

A Formação do Território Sergipano sob a Ótica da Cartografia Histórica

Fernanda dos Santos Lopes Cruz¹

Paulo José de Oliveira²

Resumo

O território é transformado pelas relações que ocorrem no espaço e reconhecido através de instrumentos de comunicação. Para se apropriar de algo é necessário conhecê-lo e o mapa permite esse conhecimento por ser um instrumento de comunicação revelador da historicidade do território, possibilitando amplas leituras e interpretações da organização e dinâmicas significativas de transformação dos limites pelos agentes modificadores. Com as grandes navegações, o mapa transformou-se em instrumento preponderante para o conhecimento, pois, para dominar o território e explorar os seus recursos era necessário mapear as informações necessárias sobre o espaço a ser explorado. Situado entre duas capitanias que prosperaram amplamente, o território sergipano serviu estrategicamente para a defesa das terras descobertas e de provimento para as principais povoações da região, constituindo nos primeiros agentes transformadores do território sergipano. Para entender estas transformações, a leitura de mapas antigos foi primordial por mostrar a historicidade de sua formação. Este trabalho mostra a modificação do território sergipano entre 1638 e 1883, sob a ótica da Cartografia, identificando e interpretando nos mapas antigos, elementos marcantes dessas modificações. Foi realizada pesquisa bibliográfica abordando conceitos de território e Cartografia, e interpretados sete mapas antigos sobre Sergipe. Como conclusão, pode-se observar que as atividades econômicas desenvolvidas ao longo dos séculos foram responsáveis pela transformação, ampliação das fronteiras e pela diversidade territorial de Sergipe. O gado, a cana, a mandioca e o algodão, juntamente com o povo aguerrido, teceram a trama da diversidade sergipana, promovendo as territorialidades, retratadas nos mapas ao longo dos séculos.

Palavras-chave: cartografia histórica, território, Sergipe.

Abstract

A territory is built by the relationships that occur in the geographic space and recognized through communication tools. It is necessary to adapt anything you need to know it and a map allows this knowledge to be a revealing history communication tool of the territory, it enables broad readings and interpretations of the organization and dynamics of significant limit transformation by modifying agents. After the great voyages, the map became a major instrument for knowledge, once it was necessary to map the necessary information about the space to be explore, so it could dominate the territory and exploit its resources. The

¹ Lic. e Bel. em Geografia. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. nandalopesacruz@gmail.com

² Prof. Ms. em Geografia. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe paulojoseprofessor@gmail.com

sergipano territory was located between two captaincies that prospered largely, and it was used for the discovered lands defense providing for the main towns of the region, constituting the first transforming agents of Sergipe territory. It is necessary to better understand these changes, reading old maps is essential to show the historicity of his training. This work shows the modification of Sergipe territory between 1638 and 1883, from the perspective of mapping, identifying and interpreting the ancient maps, striking elements of these changes. bibliographical survey was conducted addressing concepts of territory and Cartography, and interpreted seven ancient maps of Sergipe. In conclusion, it can be noticed that economic activities developed over the centuries were responsible for the transformation, expansion of borders and its territorial diversity . The cattle, sugarcane, cassava and cotton, along with the embattled people have woven the fabric of Sergipe diversity, promoting the territoriality, portrayed in maps over the centuries.

Palavras-chave: historical cartography, territory, Sergipe.

Introdução

O território, segundo Haesbaert (2009, p. 43), é um fragmento do espaço onde se constroem as relações tanto de base materialista quanto idealista. O estabelecimento destas relações se dá por diversas formas, mas a sua compreensão e reconhecimento se utiliza de instrumentos de comunicação, sendo a cartografia um destes instrumentos. O mapa evoluiu junto com a humanidade, e foi com as grandes navegações que se transformou em instrumento preponderante para o conhecimento.

Para se apropriar de algo é necessário conhecê-lo, e o mapa permite esse conhecimento, por revelar a historicidade dos espaços geográficos, possibilitando amplas leituras e interpretações das formas de organização, da dinâmica e dos processos significativos de transformação destes. É por meio dos mapas que compreendemos a conformação do território, a sua estruturação e os agentes responsáveis por sua transformação. Enquanto no território se estabelece limites, poderes, identidades, usos e ocupações, o mapa serve como ferramenta de representação de tudo aquilo que está compreendido no espaço.

Nesta mesma perspectiva, o território sergipano serviu estrategicamente para a defesa das terras descobertas contra os povos inimigos e de suporte às principais povoações e províncias da região, bem como de geração de divisas para a corte com o desenvolvimento de atividades econômicas. Estes elementos constituem os primeiros agentes transformadores do território sergipano, e para

entender estas transformações, a leitura de mapas antigos foi o instrumento primordial para levantar a historicidade de formação deste território.

O presente trabalho pretende mostrar a modificação do território sergipano ao longo dos séculos XVII e XIX, sob a ótica da cartografia, identificando nos mapas antigos, elementos marcantes dessas modificações do território e interpretando as informações que os autores queriam passar para o leitor.

Sua execução consistiu em uma pesquisa bibliográfica, utilizando material bibliográfico já existente, com ênfase em livros, artigos científicos e mapas antigos. Realizou-se uma revisão da literatura sobre os conceitos de território, seus processos e evoluções, bem como da cartografia, sua história, técnicas e evoluções. O referencial teórico em questão serviu de base para estudar sete mapas antigos de Sergipe pertencentes ao acervo virtual da Fundação Biblioteca Nacional, datados entre 1638 e 1883, com intuito de identificar e analisar os seguintes aspectos geográficos e cartográficos, a saber: autor, ano de publicação, assuntos abordados, objetivos dos mapas, percepção dos autores, convenções cartográficas, toponímia e, representações de elementos conformadores do território sergipano.

A formação do território sergipano e a sua apropriação através da cartografia

O mapa é a forma de linguagem mais antiga que a própria escrita. Sempre foi utilizado pelos homens para se orientarem, se localizarem e se informarem, ou seja, se comunicarem, segundo Almeida (2007, p.16). Os mapas são veículos de transmissão do conhecimento ao sintetizar e sistematizar os elementos reais contidos no espaço geográfico a serem representados, com objetividade e clareza de informação. Por apresentar uma visão subjetiva que aborda não somente os aspectos físicos bem como os aspectos culturais de quem elaborou o mapa, Loch (2006) entende que pode representar tudo em um mapa, o passado, o futuro imaginado, o científico e a arte, os fatos e a ficção.

Com a expansão marítima, a partir da Península Ibérica e região mediterrânea, houve uma grande revolução na Cartografia, obtendo expressivos avanços nos séculos XV e XVI. O mundo não era uma tábua rasa com bordas, cheio de monstros marinhos e sereias encantadoras que afundavam as embarcações.

Segundo Dreyer-Eimbcke (1992), os mapas-múndi precisavam ser corrigidos e atualizados, até porque os estudiosos da época se sentiram desafiados a tirar suas próprias conclusões da terra com os novos descobrimentos.

Era uma nova visão de mundo que estava surgindo naquela época. Informar era preciso, e para isso os navegadores mantinham em suas comitivas, cartógrafos, geógrafos, engenheiros, artistas plásticos e desenhistas para que os auxiliassem na coleta e disseminação das informações para os seus reis e patrocinadores. Tudo isso para orientar como melhor chegar ao destino desejado e tomar poder sobre as novas terras descobertas, assim estabelecendo novas relações territoriais.

O território é formado a partir do espaço, constituindo-se de uma produção oriunda de todas as relações de poder estabelecidas nele. O território deve ser trabalhado na multiplicidade de suas manifestações e poderes oriundos de múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Almeida et al. (2012 – p.46) vem ressaltar a intensa relação entre os elementos materiais e imateriais que vão compor o processo de produção socioespacial, reconhecendo que o território vem atender a uma primeira necessidade de cada sociedade em se estabelecer, sendo econômica, social e política, mas que depois evolui para uma dimensão simbólica formada a partir das concepções de mundo dessa sociedade.

Mesmo antes da chegada dos portugueses ao Brasil, os territórios já estavam formados e as territorialidades eram construídas e desconstruídas a todo momento através das relações de poder e identidade. O território sergipano já era territorializado pelos índios que aqui habitavam. Para Risério (2010 - p. 43), naquela época, o território atualmente sergipano, exibia um pequeno painel da diversidade indígena nordestina, sendo ocupado por diferentes povos indígenas com costumes próprios de organização social, cultura, de modo de vida e línguas.

Com a “Descoberta do Brasil” novas territorialidades passam a ser formadas, pois, a conquista e ocupação de novas levam ao surgimento de povoações em áreas estratégicas para garantir a consolidação do poder lusitano.

Ainda de acordo com Risério (2010, p. 69) a conquista das terras onde hoje é Sergipe era uma necessidade estratégica, já que deveria garantir a posse das terras ainda “desocupadas” e solucionar o problema de comunicação entre as

capitanias de Todos os Santos e a de Pernambuco. Ademais, o “vazio” ocupacional representava um perigo duplo para a coroa portuguesa, porque servia de abrigo para negros fugidos e índios ainda não catequisados, e local bastante explorado pelos franceses para extração de madeira nobre que comercializavam com os índios da região.

Diante destes problemas, a coroa portuguesa concluiu que era preciso conquistar e colonizar as terras sergipanas, quando em 1590 o território sergipano passa a pertencer aos domínios da coroa. Sergipe foi ocupado, “o domínio colonial se impõe sobre os nativos que dominavam entre o rio Real e o rio São Francisco. Os territórios indígenas são retalhados em sesmarias com o passar dos anos, ocupadas pelas plantações e currais de gado dos brancos” (RISÉRIO, 2010 – p. 86).

Mas em 1637, em período de grande expansão da cana de açúcar e do gado, Sergipe é invadido pelos holandeses, causando uma estagnação temporária da sua expansão territorial. Neste período em que os holandeses estiveram no Brasil, Sergipe começou a ser mapeado. Foi através das mãos de um dos melhores cartógrafos holandeses, que o território da Capitania de Sergipe Del Rey foi retratado pela primeira vez. O primeiro mapa da Capitania, intitulado “Praefectura de Ciriliet Sergipe del Rey cum Itâpuâma” foi produzido por Georg Marcgraf, possivelmente entre 1638-1643, e organizado Joan Blaeu por em 1647 (Figura 01).

No tempo em que os membros da Companhia das Índias Ocidentais, dentre estes o Marcgraf, instalaram-se em Penedo, puderam explorar as margens do rio São Francisco e identificar elementos da paisagem, dando inúmeros topônimos holandeses identificados no mapa, um caso raro, já que a toponímia era de maioria em português.

Os dois pilares (gado e o fumo) da restauração econômica pós-invasão holandesa fez expandir os domínios sergipanos, estabelecer bases no interior e ampliar o conhecimento sobre o território. Todavia, entre 1698 e 1801, observamos que os dados cartográficos sobre Sergipe ficaram restritos ao litoral, já que a ocupação de Sergipe tinha se dado para atender ao objetivo de suporte ao desenvolvimento econômico das capitanias mais promissoras à época.

O mapa intitulado Provincie della Baia e di Sergippe (Figura 2) atende a um destes objetivos. O exagero das embocaduras dos rios evidencia que o mapa

serviu para identificar possíveis áreas seguras para atracação dos navios. Risério (op. cit. – p. 96) vem confirmar essa hipótese ao afirmar que o padrão de urbanização sergipano foi essencialmente interiorano. Esta assertiva vem justificar o mapa produzido por Antonio Orazi Andreas, em 1698, que faz parte da obra completa "Istoria dele guerre del regno del Brasile"..., em 2 volumes, em que foi desenhado para o carmelita português João José de Santa Teresa.

Em Sergipe, as desembocaduras dos rios são exageradamente desenhadas e bastante expressivas para os rios Real, Vaza Barris e São Francisco. Assim como as ilhas e lagoas do São Francisco, diferentemente do rio Sergipe não é tão destacado como os demais. Além disso, no mapa identificamos nucleações populacionais como a sede da província em São Cristóvão e as freguesias de Santa Izabel, Santo Antônio e São Gonçalo, e alguns topônimos.

O terceiro mapa analisado foi elaborado no final do século XVIII, época em que se observava um expressivo tráfego de navios pela costa do nordeste do Brasil. Essa intensidade comercial entre os dois principais núcleos econômicos da colônia no nordeste, associado às rotas já estabelecidas para se navegar até a Europa, levou à necessidade de se produzir diversos mapas para facilitar no tráfego e nos abastecimentos desses navios.

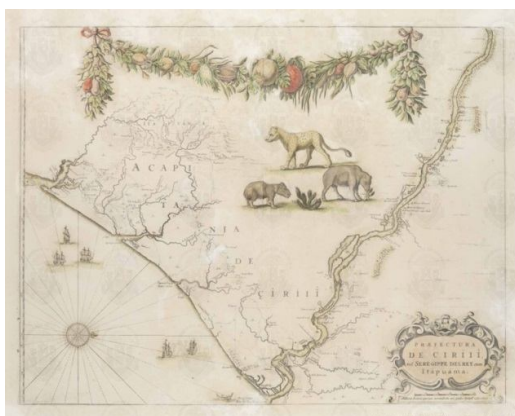


Figura 01- Praefectura de Ciriliet Sergipe del Rey cum Itâpuâma, 1638-1643.
Fonte: Biblioteca Digital do Patrimônio IberoAmericano

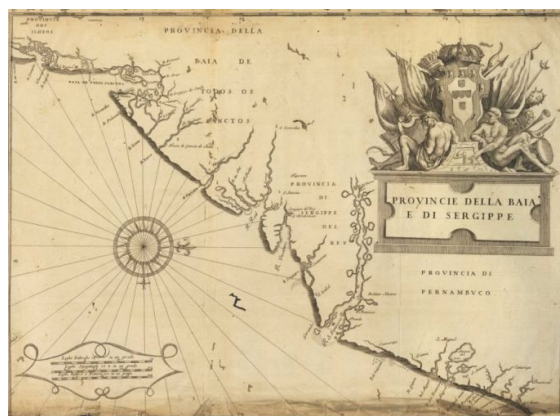


Figura 02-Provincie della Baia e di Sergippe, 1698.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

O Mappa tipografico dos portos e costa da Bahia de todos os Santos, Olinda e Pernambuco, foi confeccionado em 1776 por Nicolau Martinho. Nele estão contidas informações da Província de Sergipe, com o desenho de algumas vilas, sendo que a de São Cristóvão única a ser denominada. Vale destacar ainda a toponímia das serras existentes em Sergipe são retratadas na época como Monte Cabayana (Serra de Itabaiana), Monte Cagabiba e Monte Lagarto, as quais hoje fazem parte do Complexo do Domo de Itabaiana.

Na Carta corográfica para a divisão das comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe Del Rey de João Bloem de 1844, é facilmente identificada a divisão das comarcas, a localização da capital, cidades e vilas da época. É observável a hierarquização de certas localidades, a ponto de se tornarem mais importantes do que as vilas as quais pertenciam. Ela descreve a província de Sergipe, posteriormente ao seu desmembramento da Bahia em 1820, dando destaque à capital São Cristóvão. O relevo de Sergipe está representado em curvas de nível e seus topônimos, os rios e seus afluentes são identificados com os respectivos nomes, e no litoral são identificados desembocaduras e pontos de localização, além da representação de linhas batimétricas do fundo do mar.

Já a Carta Topographica e Administrativa das Províncias do Pernambuco, Alagoas e Sergipe, confeccionada pelo Visconde J. deVilliers de L'le Adam, vem dar mais informações sobre a província de Sergipe em 1848. A carta das três províncias vem apresentar um pouco de como se organizava estes territórios, levando em consideração não somente o mapa, bem como dados estatísticos e administrativos (Figura 3).

E concluindo essa sequência de mapas sobre as questões sociais e econômicas de Sergipe no século XIX, tem o mapa Província de Sergipe de 1868. Extraído do Atlas do Império do Brasil de Candido Mendes de Almeida, o mapa Província de Sergipe faz parte de uma série de mapas produzidos para o Atlas compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciarias. Foi dedicado ao Imperador D. Pedro II e destinado à instrução pública do Império, com especialidade aos alunos do Imperial Colégio Pedro II (Figura 04).

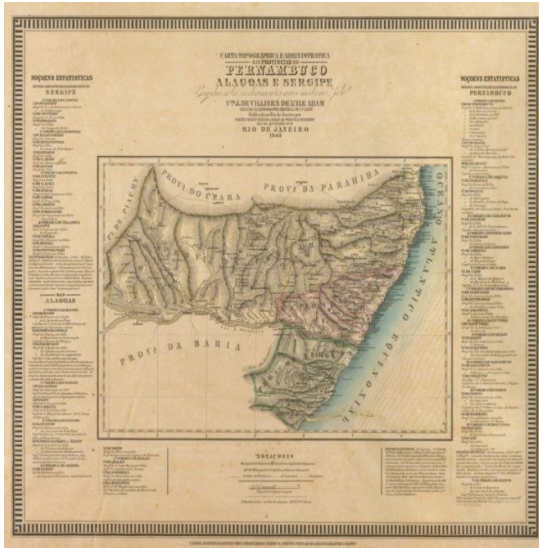


Figura 03- Carta Topographica e Administrativa das Províncias do Pernambuco, Alagoas e Sergipe de 1848.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

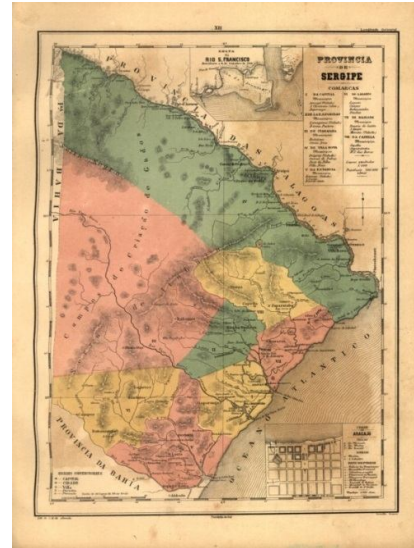


Figura 04- Província de Sergipe, 1868. Fonte: Senado Federal

No mapa da Província de Sergipe são encontrados a hidrografia, o relevo e sua toponímia, com destaque para a Serra de Itabaiana. São identificados ainda os Campos de Criação de Gado, região do sertão sergipano dominado pela caatinga, para onde o gado foi levado para ceder espaço à produção canavieira na zona da mata. Observa-se também a representação dos dois canais construídos para interligar importantes rios para favorecer o escoamento da produção açucareira, o Canal Santa Maria, ligando o rio Vaza Barris ao rio Poxim e conseqüentemente ao Sergipe; e o canal do Pomonga, interligando o rio Pomonga (afluente do Sergipe) ao Japarutuba.

E finalizando o estudo desta série histórica de mapas sobre Sergipe, analisou-se o Mappa Geral dos estudos da estrada de ferro da Província de Sergipe confeccionado em 1883. Nele está projetado a implantação de uma futura linha férrea que iria ligar as principais vilas e cidades produtoras de algodão e cana de açúcar até o principal centro distribuidor da Província, a capital Aracaju (Figura 05).



Figura 05- Mappa geral dos estudos da estrada de ferro da Província de Sergipe, 1883.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Considerações finais

A partir do que foi observado junto aos referenciais bibliográficos levantados nesta pesquisa, em consonância ao resgate histórico das publicações cartográficas sobre Sergipe ao longo dos séculos XVI até XIX, pudemos observar a evolução do território sergipano e os seus principais agentes transformadores.

As atividades econômicas desenvolvidas no território foram responsáveis pela transformação e ampliação de fronteiras, e os mapas conseguiram expressaram visualmente este processo. Ora seus domínios se expandiram, ora fora usurpado, em outro momento foi arrasado e explorado, levando o seu povo a enfrentar muitas adversidades. Mas Sergipe conseguiu se reerguer e despontar em um ambiente bastante concorrido, destacando-se até no cenário econômico, mesmo sendo um estado de pequenas extensões.

Os agentes transformadores de Sergipe não foram somente responsáveis geração riquezas e pela modelagem dos limites do território sergipano, foram responsáveis, acima de tudo, por uma diversidade territorial e cultural grandiosíssima. O gado, a cana, a mandioca e o algodão, juntamente com o povo aguerrido, teceram a trama da diversidade sergipana, promovendo as territorialidades e apropriações identitárias por meio da luta e do amor ao lugar em que vive, o lugar chamado Sergipe.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). *Cartografia Escolar*. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Província de Sergipe*. In.: Atlas do Imperio do Brasil, 1868. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

BLAEU, Joan. *Praefectura de Cirîflet Sergipe del Rey cum Itâpuána*. 1596-1673. Disponível em: http://www.mapashistoricos.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=661. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

DREYER-EIMBCKE, Oswald. *O Descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1992.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

RISÉRIO, Antônio. *Uma história do povo de Sergipe*. Aracaju: SEPLAN, 2010.

LOCH, Ruth E. Nogueira. *Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

ORAZI, Andrea Antonio. *Provincie della Baia e di Sergippe*. In Roma, Itália: Nella Stamperia de gl'Eredi del Corbelletti, 1698. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1360006/cart1360006.jpg. Acesso em: 26 de maio de 2014.

SERGIPE. *Mappa geral dos estudos da estrada de ferro da provincia de Sergipe [Cartográfico]*. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin, 1883. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209818/cart209818.jpg. Acesso em: 14 nov. 2014.

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. *Carta topographica e administrativa das provincias do Pernambuco Alagoas e Sergipe*: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. J. deVilliers de L'ile Adam. Rio de Janeiro (RJ): Firmin-Didot, 1848. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_6.jpg. Acesso em: 26 de maio de 2014.

A REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DE FORTIFICAÇÕES AO LONGO DO TEMPO: O CASO DO RIO DE JANEIRO

Francisco José Corrêa-Martins

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Departamento de Geociências – Instituto de Agronomia
correa_martins@ufrj.br

Resumo

As fortificações, pelo seu papel dentro de um território, empregadas que são na defesa ou na manutenção de sua posse, mereceram muitas vezes especial atenção na cartografia. E um dos problemas que surgiu foi o de sua representação na carta. Assim, tomando o Rio de Janeiro como objeto, nossa meta é analisar como aqueles tipos de construções foram representados em suas cartas, mapas e gravuras, entre os séculos XVI e XIX, verificando quais soluções foram concebidas para representar suas realidades, constatando as convergências e distorções, buscando determinar suas causas.

Palavras-Chave: Rio de Janeiro, Fortificações, Representação cartográfica, Sistema Defensivo, História do Brasil, História do Brasil, Cartografia Histórica

Abstract

The fortifications, for his role in a territory, are employed in defense or maintaining possession, often merited special attention in cartography. And one of the problems that arose was to their representation on the chart. So, having the Rio de Janeiro as object, our goal is to analyze those types of buildings were represented on their maps and prints between the sixteenth and nineteenth centuries, checking which solutions were designed to represent their realities, noting the convergences and distortions, seeking to determine their causes.

Keywords: Rio de Janeiro, Fortifications, Cartographic representation, Defense System, History of Brasil, Historical Cartography

Introdução

O desenvolvimento de um conjunto de estruturas e signos através dos quais a cartografia se tornou capaz de construir representações verossímeis da realidade geográfica não foi uma tarefa linear. Se para alguns elementos da paisagem, como rios e florestas, os sinais podem ser quase intuitivos, o mesmo não ocorre para construções, ainda mais quando são específicas, como as fortificações.

Deste modo, não é surpresa que, assim como outros elementos da paisagem, as representações das construções defensivas sofressem mudanças ao longo do tempo, na medida em que a ciência cartográfica avançava.

Isto posto, nossa meta é analisar como aqueles tipos de construções foram representados em cartas e plantas do Rio de Janeiro, entre os séculos XVI e XIX, além de gravuras que tenham significado cartográfico, e onde fortificações estejam presentes, das quais apresentaremos alguns exemplos em imagens neste estudo, verificando quais soluções foram concebidas para representar suas realidades graficamente, constatando as convergências e distorções, buscando determinar suas causas.

Primeiras fortificações, primeiras polêmicas¹

É praticamente fora de dúvida que a primeira fortificação construída na região ocupada hoje pela cidade do Rio de Janeiro não teve origem portuguesa. Para além da hipotética construção defensiva referida por Alonso² de Santa Cruz (CASTRO, 2009, p. 133), sabemos que aquela região foi ocupada pelos integrantes da expedição colonizadora comandada por Nicolas Durand de Villegagnon, recebendo o nome de “França Antártica” e que, para se defender tanto dos “selvagens” bem como dos “portugueses”, os franceses escolheram “fortificar uma bem pequena ilha, contendo somente uma légua de perímetro”, construindo nela um forte “chamado Colligny”.³

¹ Para uma visão geral do sistema defensivo da cidade do Rio de Janeiro ao longo do período que analisamos neste trabalho, indicamos CASTRO (2009) e CORRÊA-MARTINS (2013).

² E não “Alexandro”, como está em CORRÊA-MARTINS (2013).

³ THEVET (1557, p. 49). Tradução nossa. Todas as citações que fizemos, oriundas de bibliografia em idioma que não o português, foram por nós traduzidas. As exceções estão devidamente citadas ao final do trabalho.

Em 1575, o cosmógrafo André de Thevet, que esteve na Baía da Guanabara entre novembro de 1555 e janeiro de 1556, voltou a escrever sobre a região em uma obra de maior fôlego.⁴ Ali ficamos sabendo que a primeira tentativa de fortificação feita por Villegagnon ocorrera sobre a pequena ilha localizada logo após a entrada da Baía da Guanabara, a qual chamou de “*le Ratier*”, mas da qual foram desalojados pela maré.⁵ Só então procuraram outra ilha dentro da baía para se instalarem, que foi a Ilha de Serigipe.

Essa ilha, segundo Jean de Léry (1961, p. 86), que esteve no Forte de Colligny entre março de 1557 e janeiro de 1558, tinha então “dois morros nos quais Villegagnon mandou construir duas casinhas, edificando a sua, em que residiu, no centro da ilha em uma pedra de cinquenta a sessenta pés de altura”. Apesar de terem feito outros abrigos, o fato é que “a não ser a casa situada no rochedo, construída com madeiramento, e alguns baluartes⁶ para artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construídos à moda dos selvagens, que de fato os fizeram”, tendo sido concluído dois anos antes do ataque dos portugueses e seus aliados indígenas (THEVET, V2, p. 908v). Portanto, era bem diferente das fantasiosas descrições de Mem de Sá feitas à Metrópole.⁷

Para além das polêmicas religiosas que envolveram o franciscano⁸ André de Thevet e o calvinista Jean de Léry, para justificar o fim da França Antártica, existe outro ponto de discórdia. Referindo-se a uma ilustração na obra de Thevet (1575, V2, p. 908v), em que mostra o Forte de Colligny sob o ataque da armada portuguesa de Mem de Sá, Jean de Léry (1961, p. 87) comentou que “sem dúvida para agradar

⁴ Trata-se de *La Cosmographie Universelle*, de 1575. No 2º volume da obra está a parte relativa à França Antártica e os índios que habitavam o litoral. Deve-se salientar que as páginas 908 a 936v da Quarta Parte, Livro XXI, justamente onde está a narrativa em relação ao Brasil tem a numeração de página repetida.

⁵ Era a Ilha da Lage (THEVET, 1575, V2, p. 908; LÉRY, 1961, p. 40 e 86), ANCHIETA, 1958, p. 153. A decisão, do ponto de vista estratégico era correta, porque se a ilha possibilitasse ocupação, ela funcionaria como uma fechadura, permitindo total controle sobre o acesso. É evidente que, devido ao seu tamanho, não seria possível estabelecer ali uma colônia, como por vezes é referido.

⁶ Eram cinco, segundo THEVET (1575, V2, p. 908).

⁷ Mem de Sá (1905, p. 134) declarou que combateu “as duas fortalezas que na Ilheta estauão feitas estando com majs de çento e vinte francezes e mil e quinhentos yndios” que, ao serem derrotados, “nos deixarão huma das mais fortes fortalezas da cristandade”, uma narrativa bastante exagerada dos eventos, que encontrava eco em Joseph de Anchieta (1958, p.153), que descreveu os dois morros da ilha como “tôrres ferozes, forte por suas rochas inacessíveis”, e que um dos morros, o do lado leste, “parece subir às estrelas, com escarpas a pique em redor”, “qual gigantesca montanha e inexpugnável penhasco”.

⁸ E não “huguenote”, como equivocadamente escreveu DORÉ (2015, p. 35).

ao Rei Henrique II, então reinante”, desenhara “no Continente, uma cidade a que chamou *Ville Henri*”, e que André Thevet sabia “que tudo isso não passava de uma impostura” porque, ao sair do Brasil quase dois anos depois do franciscano, o calvinista afirmava que “não existia nenhuma aldeia nem cidade, nem nenhum edifício no lugar em que ele forjou a cidade fantástica”⁹, que até tinha ponte. (Figura 1)



Figura 1 – *Isle et fort des François*. Xilogravura, original 14,5 X 14,5 cm, in Thevet (1575, p. 908v). Modificada digitalmente para este trabalho. Ressaltados o *Fort des François* (Ilha de Villegagnon), *Henryville* (região do Morro da Glória), *Cariobe re.* (foz do Rio Carioca na região da Praia do Flamengo) e *Le ratier* (a Ilha da Lage). Fonte: BN, Rio de Janeiro – Disponível em http://obidigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813719/or813719.pdf

Ocorre que André de Thevet (1575, V2, p. 910), ao referir o ataque de 1567, escreveu que a Ilha de Serigipe ou Villegagnon estava então desguarnecida, e

⁹ Mas ele também exagerava. Ao escrever sobre o Forte de Colligny, Jean de Léry (1578, p. 4; 1580, p. 4), afirmou que seu objetivo era proteger os franceses dos “selvagens” e dos “portugueses”, pois que eles “ali já possuem inúmeras fortalezas”, o que, em meados do século XVI, era uma inverdade.

que “os franceses estavam em terra firme, onde ficava la ville, chamada por nós Ville-Henry, do nome desse grande e heroico Rey da França, Henry [o] segundo do nome, assentada perto do rio da *Cariobe*”. Na realidade, existem vários problemas.

Além do fato de André Thevet e Jean de Léry terem estado na Baía da Guanabara em períodos distintos e não concomitantes, nenhum deles foi testemunha da finalização das obras do Forte de Colligny, do ataque português de 1560 e muito menos do que ocorreu até o combate final em 1567. Jean de Léry (1961, p. 87) afirmou que viu a polêmica ilustração em 1557¹⁰, mas não há qualquer informação de que ela fosse conhecida antes de ser publicada em 1575, três anos antes da publicação, pela primeira vez, da obra do calvinista, algo que tem passado despercebido, ao que parece, até agora.

De fato, é pouco crível que o Forte de Colligny coexistisse com as paliçadas¹¹ de uma hipotética Henryville, como está na ilustração. E dificilmente Mem de Sá deixaria de citá-la em seu relato quando do primeiro ataque, como o fez por ocasião do segundo, em 1567, ao dar “hordem com que loguo se combateo a fortaleza de biraoaçu merin / grande primcipall e muito gerreiro o quall estua em hum paço muito allto e majs fragoso com muitos francezes e artelharia” (SÁ, 1905, p. 135).

Ora, a posição da “fortaleza” do Morro de Uruçumirim, o atual Morro da Glória, é totalmente compatível com a ilustração no livro de Thevet, pois que o *fort des Frãçois* (Colligny, na Ilha de Villegagnon) está mais ao norte, enquanto a foz do Rio Carioca (*Cariobe re.*) está ao sul, antes de Henryville. Então de onde André Thevet tirou suas informações já que ele não estava lá? É muito provável que algum(ns) francês(es) tenha(m) conseguido escapar em 1567 e voltado para a França, relatando suas peripécias a ele.¹²

Teria, conscientemente ou não, o cosmógrafo francês criado uma imagem paradoxal, com eventos ocorridos com um intervalo temporal entre si, ou seja, o

¹⁰ Na primeira edição, de 1578, p. 101. Já na 2ª edição, de 1580, p. 88, o ano passa para 1558.

¹¹ A ilustração parece basear-se, sobretudo, em defesas medievais construídas com madeira, tais como as de Saint Sylvain d'Anjou, na França. Provavelmente havia alguma defesa, mas seria provavelmente uma cerca de pau-a-pique ou taipa de mão.

¹² O retorno de alguns dos antigos colonos expulsos do Rio de Janeiro à França é comprovado através de um texto de Michel de Montaigne (1580, p. 300), em que ele afirmou ter tido longo contato “com um homem que havia vivido dez ou doze anos nesse outro mundo [a América] que foi descoberto em nosso século”, em um lugar ao qual Villegagnon “chamou de França Antártica”.

bombardeio naval de 1560 e o posterior estabelecimento pelos franceses e seus aliados tupinambás, de uma posição fortificada junto à margem esquerda da Baía da Guanabara, e que foi atacada sete anos depois? A julgar pela transcrição acima feita não, pois ele distingue as ações relativas aos dois momentos dos ataques, de 1560 (V2, p. 908v) e o de 1567 (V2, p. 910). Portanto, em nosso entendimento, não foi o cosmógrafo quem fez a imagem, mas sim um dos entalhadores que trabalhava na tipografia onde o livro foi impresso, e que, a partir do leu, representou o que entendeu.¹³

Outra questão é relativa à conhecida imagem do Forte Colligny, que é de 1586, e pertence a um manuscrito de André Thevet, informação esta pouco referenciada.¹⁴ A ilustração, que possui latitude e longitude, mostra “L['] Isle Henrii” com uma riqueza de detalhes que não se vê nos textos dele. Então, qual seria a fonte? Não temos dúvidas em afirmar que o artesão que entalhou a gravura utilizou a descrição feita por Jean de Léry, que acima transcrevemos, para construir a representação de algo que já não mais existia, como as fortificações erigidas e os franceses montando guarda, com a provável aprovação do franciscano. (Figura 2)



¹³ Uma prova disso são as representações dos navios que estão atacando o forte. O ataque português foi feito a partir de caravelões e canoas, e não de carracas, navios de alto bordo, muito menos por galeras, os navios com remos e velas representados, típicos do Mediterrâneo, mas não aqui. E, junto a Henryville, estão gravadas pessoas e um canhão, de frente para a ilha onde está o forte, como se fossem meros espectadores, o que é bem pouco realista.

¹⁴ Trata-se do *Le Grand Insulaire et pilotage*. Nas folhas 228v e 253, ele escreveu sobre a “Isle des Margajas” (atual Ilha do Governador), “Paqueta”, “Cap de frie” (Cabo Frio), “gouffre de Ganabara dit de Janaire”, (Baía da Guanabara dita de Janeiro) e “Le Ratier” (a Ilha da Lage), entre outros pontos, deixando páginas em branco que certamente se destinavam a outros locais que iria descrever. Ali se inserem, além da ilustração intitulada “L'Isle Henry”, a “Gouffre de la rivière de Ganabara ou Janaire” e “Rivière de Ganabara ou de Janvier, l'isle des Margaias”.

Figura 2 – Detalhe de *L Isle Henrii*. Xilogravura, original 15 X 18,5 cm, pertencente ao manuscrito de Thevet (1586). Modificada digitalmente para este trabalho. Notar a ausência da relação de escala entre a ilha, as pessoas, as fortificações e os navios representados, entre outros elementos figurativos, desenhados em uma perspectiva aproximadamente oblíqua. Fonte: BNF, Paris – Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85967002.r=andre+thetvet.langPT>

Esses últimos pontos, sobre as representações, nos remetem a um aspecto fundamental nos primórdios da expansão do conhecimento geográfico do século XVI, que é a questão da simbologia nos mapas. Os padrões, as referências de imagens que os cosmógrafos, os construtores de mapas, ilustradores e gravadores possuíam estavam ligados ao seu entorno, fossem eles o local em que viviam, suas relações interpessoais, as ilustrações dos livros e outros mapas que viam ou consultavam.¹⁵ É por isso que, durante um longo período, veremos como representações do real, transplantados para as terras do Brasil, assim como em outras partes então recém-conhecidas, barracas de modelo europeu ou muralhas de desenho italiano que só bem mais tarde existiriam aqui (vide Figura nº2)¹⁶.

Após a expulsão dos franceses em 1567, Mem de Sá mudou a cidade para o Morro do Descanso ou São Januário, depois conhecido como do Castelo, “o qual sityo hera de hum grande mato espeço cheo de muitas arvores e grosas em que em se leuou asaz de trabalho em as cortar e alinpar o dito sityo e edefiquar huma çidade grande sercada de trasto de vinte pallmos de largura e outros tantos de altura toda serquada de muro por sima” (SÁ, 1905, p. 136), feitos de taipa e devidamente artilhados (SOUSA, 1938, p. 97), dando origem à Fortaleza de São Sebastião.¹⁷

É evidente que muros de taipa não são muralhas de alvenaria, o que não impediu que em 1579 novamente um francês, Jacques de Vau de Claye, com o objetivo de levantar as defesas da cidade para uma nova ação, assim os

¹⁵ Na opinião de Frank Lestringant (1988), as representações cartográficas elaboradas no século XVI são uma “fiction cosmographique” (ficção cosmográfica), resultado das lacunas e limitações técnicas da época, somados às representações com erros e omissões deliberadas cometidas pelos cartógrafos em proveito próprio, sendo que sua crítica é dirigida a Thevet e suas representações “imaginosas” do Rio de Janeiro, apoiando-se nas críticas de Léry, posição que julgamos exacerbada e improcedente.

¹⁶ A respeito dos signos e representações em mapas indicamos SANTOS (2007, p. 51-81).

¹⁷ Segundo CASTRO (2009, p. 471-472), conceitualmente em termos de engenharia militar, a despeito do que está consagrado na historiografia, São Sebastião e Conceição não seriam fortalezas, mas sim fortes. Utilizaremos, no caso dessas duas fortificações, o termo consagrado, mas fazendo este registro.

representasse, tanto para São Sebastião como para o Forte de São Tiago, erigido na Ponta do Calabouço, no sopé do morro e destinado a apoiar a fortificação no alto. (Figura 3) Embora Vau de Claye seja o responsável pelas primeiras imagens de fortificações portuguesas no Rio de Janeiro, o que ele desenhou é muito mais uma ideia, um conceito, do que uma representação com base real. Assim, equivocaram-se tanto Claudio Bardy (1965, p. 61) ao considerar tal mapa como a primeira planta da cidade, já que as casas são praticamente iguais, e colocadas encosta acima, quanto Teixeira Filho (1975, p. 49), que correlacionou uma guarita no alto do Morro Cara de Cão com o Forte de São João, que ainda não existia. Inexistente também era o Forte de Nossa Senhora da Guia, núcleo da futura Fortaleza de Santa Cruz, que começou a ser edificado quase na mesma época como “um forte de madeira” (CASTRO, 2009, p. 157), e por isso não aparece do mapa de Vau de Claye.¹⁸



Figura 3 Detalhe de *Le vrai pourtraict de Genevre et du Cap de Frie*, de Jacques de Vau de Claye. Aquarelado, original 67 x 31 cm, desenhada em uma perspectiva aproximadamente oblíqua. Modificada digitalmente para este trabalho. Ressaltados a Fortaleza de São Sebastião, ao alto e o Forte de São Tiago. Notar que as casas da cidade são praticamente iguais, e os canhões tem comprimento semelhante a elas. Ou seja, trata-se de uma idealização. Fonte: BNF, Paris – Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5901174m>

¹⁸ Portanto TEIXEIRA FILHO (1975, p.49 e 88) se equivocou ao acreditar que o forte já existia então.

Uma época de transição

As idealizações nas representações continuaram a se repetir tanto nas imagens inclusas em livros, como também nos documentos cartográficos. Mas também surgiram signos que seriam usados como se convenções cartográficas fossem. Com relação aos impressos, escolhemos dois exemplos de representação cartografia dos Países Baixos, já proeminente ao final do século XVI.

Em fevereiro de 1599, uma frota composta de quatro navios, sob o comando de Olivier van Noort aproximou-se da Baía da Guanabara para, segundo seu comandante, comprar suprimentos e obter água. Mas decerto não ignorava que o Brasil era uma colônia de Portugal, que estava então ligado à coroa espanhola desde 1580, em função da União Ibérica. E que as Províncias Unidas, de onde vinha, estavam em conflito com os espanhóis. Houve uma breve luta, mas a isso se resumiu o incidente, que está representado em uma gravura (NORT, 1602, p. 6). Essa imagem mostra o Pão de Açúcar (letra “C”) muito distante do recém-construído Forte de Santa Cruz (letra “A”) que é colocado praticamente à frente da cidade do Rio de Janeiro (letra “B”). A fortificação é desenhada como se fosse de alvenaria, mas sabemos que ela não era tão resistente (CASTRO, 2009, p. 159). Tanto o forte como a cidade foram desenhados segundo padrões europeus,¹⁹ com muralhas e ameias. (Figura 4)

¹⁹ Como nos exemplares ainda existentes na província holandesa de Limburgo.



Figura 4 Detalhe da *Representaciom du Rio laveiro*. Imagem gravada em metal, original 23 x 15 cm, desenhada em uma perspectiva aproximadamente oblíqua. Modificada digitalmente para este trabalho. A – Chateau des Portugalois, situe au costé Nort de l'entree (Forte de N. S^a. da Guia), B – ville de laveiro (Cidade do Rio de Janeiro), C – Mont nomée pain de Sucre (Pão de Açúcar).

Décadas depois uma nova ilustração mostrava o Rio de Janeiro e a Baía da Guanabara protegidos por quatro fortificações, Santa Cruz (letra “B”), São João (letra “C”), São Tiago (letra “D”) e Villegagnon (letra “E”), representados com cinco (Santa Cruz) e quatro baluartes (as demais), ligados por muralhas de alvenaria, enquanto o Rio de Janeiro se estendia, qual cidade do “Velho Mundo”, estruturada em quarteirões junto à marinha²⁰, e cercada de elevações onde poucas árvores são vistas (van DORTH, 1624, np). As fontes documentais mostram que, embora Santa Cruz, São João e São Tiago existissem, eles não eram fortes abaluartados.²¹ Assim, o desenho de um forte com baluartes (normalmente quatro) surgia como um signo, uma convenção relativa à fortificação, e assim seria empregada por longo tempo.²² Quanto à Ilha de Villegagnon, ela não possuía fortificações então. (Figura 5)

²⁰ O que parece indicar a utilização das informações de Dierick Ruiters, que passara pouco mais de dois anos preso no Rio de Janeiro e retornara à Europa em 1619 (TEIXEIRA FILHO (1975, p.64-65 e 68), sem levar em conta que, segundo aquele personagem, as casas, em sua maioria, eram baixas e sombrias, existindo poucas ruas, todas sem calçamento, e onde se afundava até os tornozelos na areia ao por ali caminhar.

²¹ Para maiores detalhes, ver CASTRO (2009).

²² Como por exemplo, na ilustração “Rio di Gennaro”, na obra de João José de Santa Teresa, ou Gio: Gioseppe di S. Teresa, Istoria delle gverre del Regno del Brasile accadvte tra la corona di Portogallo, e la Repvblica di Olanda. Roma: Erdi del Corbelli, Parte 2, p. 155, 1698.

Um pouco antes, em função do pioneirismo nas chamadas “grandes navegações”, Portugal se estabeleceu como um núcleo de produção cartográfica, que persistiu mesmo durante a União Ibérica (1580-1640). Naquela quadra, várias famílias de cartógrafos surgiram, sendo que as atividades da família Teixeira Albernaz se sobressaem, tanto pelo tempo de atuação, que se estendeu por um século, como pela larga produção de conjuntos de mapas.²³ Passando pelos trabalhos do patriarca Luiz Teixeira, vamos nos concentrar nos exemplares produzidos no século XVII.

No “Razão de Estado do Brasil”, de 1626, de João Teixeira Albernaz I, temos no mapa do Rio de Janeiro a Fortaleza de Santa Cruz representada em planta como um quadrilátero, enquanto os fortes de São João e São Martinho, no sopé do Morro Cara de Cão, de São Tiago e Villegagnon (que não existia), são apresentados em perfil, sendo que os dois últimos lembram torres medievais. No mapa de 1627, Santa Cruz e São João são representados como quadriláteros, enquanto São Tiago e Villegagnon novamente aparecem na forma de torres. Já no pequeno encarte relativo ao Rio de Janeiro, dentro das “Taboas Gerais de Toda a Navegação ...”, de 1630, Santa Cruz é desenhada em planta ocupando toda a ponta rochosa, com grossos muros, e com a mesma dimensão da cidade!

²³ Para uma visão mais detalhada dessa e de outras famílias de cartógrafos na Renascença em Portugal, indicamos ALEGRIA et al. (2007, p. 987-990). Nesse trabalho, os autores a chamam de “Família Teixeira”. No referido trabalho, os autores estabeleceram, com base no que foi publicado na *Portugaliae monumenta cartographica*, que das 313 cartas relativas ao Brasil, pouco mais da metade era da lavra do clã Teixeira Albernaz (p. 1066).

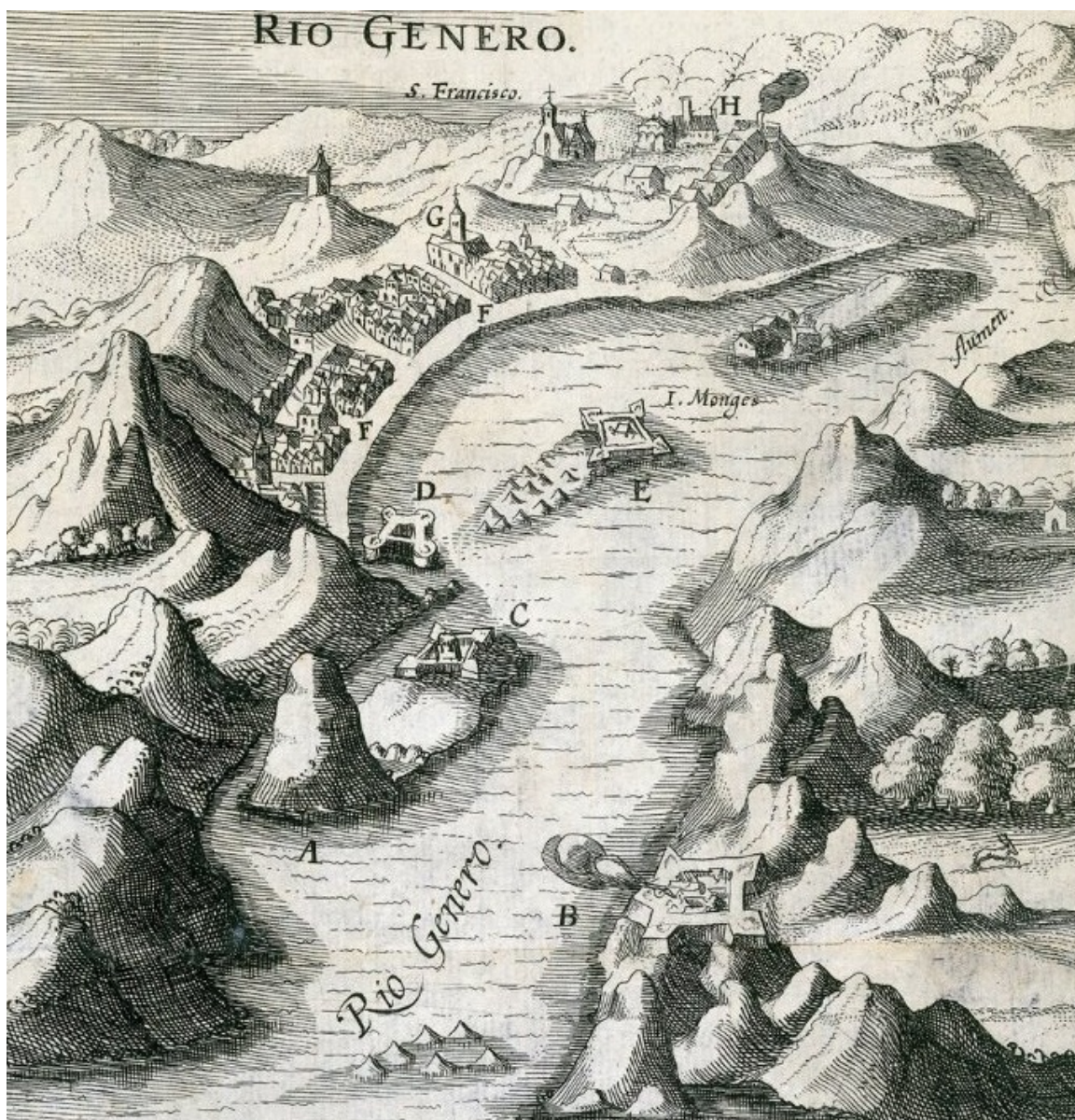


Figura 5 *Rio Genero*. Imagem gravada em metal, original 23 x 17 cm, desenhada em uma perspectiva aproximadamente oblíqua. Modificada digitalmente para este trabalho. Pão de Açúcar (letra "A"), Santa Cruz (letra "B"), São João (letra "C"), São Tiago (letra "D") e Villegagnon (letra "E"), Cidade do Rio de Janeiro (letras "F").

Quanto a São João e São Tiago, são representados como fortificações abaluartadas, da mesma forma que apareciam nas ilustrações holandesas antes mencionadas. Em perfil, há um muro que corre junto a praia, desde o Morro da Glória até o Saco de Santa Luzia, próximo à Ponta do Calabouço. Desta vez a Ilha de Villegagnon é corretamente representada sem fortificação.

Mas é no mapa da Capitania do Rio de Janeiro, integrante do "Estado do Brasil ...", de 1631, que a Fortaleza de Santa Cruz recebeu um destaque maior. Cerca de 25% do mapa é dedicado àquela fortificação, com uma extensa legenda

explicativa e um desenho em perspectiva oblíqua que, novamente, como nos casos anteriores, foge completamente à realidade, pois que o forte é apresentado com muralhas verticais e ameias, ou seja, uma típica praça de guerra medieval, parecendo ter se inspirado nas muralhas da cidade de Ávila, na Espanha. Quanto aos fortes de São João e São Martinho, no sopé do Morro Cara de Cão, e São Tiago, na Ponta do Calabouço, são representados como pequenas casas. Quanto à fortificação que se estendia da Glória à Santa Luzia, agora é representada também como uma muralha com baluartes arredondados! (Figura 6)



Figura 6 *Fortalesa [de] Sabta Crux*. Manuscrito aquarelado, destacada do Mapa da Capitania do Rio de Janeiro, de 1631, original 68 x 44 cm, desenhada em uma perspectiva aproximadamente oblíqua. Modificada digitalmente para este trabalho. No encarte, à direita e no alto, a carta onde a está a ilustração da fortificação. Acervo do IHGB.

O mapa relativo ao Rio de Janeiro na "Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Crvz chamado vulgarmente o Brasil. Feito por Ioão Teixeira, Cosmógrapho de S. Magestade. Anno de 1640", repete a representação para Santa Cruz de 1631, mas São João e São Martinho aparecem como um retângulo, São Tiago surge novamente como um forte abaluartado e o muro volta às feições de 1630. E na "Demonstrasão do Rio de Janeiro. Feito por João Teixeira, Cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1645", Santa Cruz mantém a forma representada

anteriormente, mas São João volta ser representado de forma abaluartada, assim como São Tiago, e aparecendo São Bento, na verdade uma bateria na base do morro (CASTRO, 2009, p. 190-192). E na “Aparencia do Rio de Janeiro”, de 1666, as fortificações de Santa Cruz, São João, São Tiago e São Bento (sic) são representadas como abaluartadas.

Para além da variação dos fortes nas cartas, ora surgindo ora desaparecendo, é sintomático que a primeira fortificação construída pelos portugueses quando da mudança da cidade para o alto do Morro do Castelo, a Fortaleza de São Sebastião, não apareça nos mapas. Há duas explicações possíveis para isso. Poderia ser uma questão de escala, mas sabemos que fortificações menores foram representadas, por vezes com uma convenção. A outra, que nos parece mais factível, é que a fortaleza não mais atenderia sua finalidade defensiva. Aliás, um documento de 1649 a qualifica como um “fortinho” (CASTRO, 2009, p. 188). Ainda assim, ela existia como uma plataforma no alto do morro no final do século XVII.

Outro ponto é sobre “muralhas” que teriam existido no Rio de Janeiro antes do século XVIII. Rodrigo Espinha Baeta (2010, p. 349) afirmou que as cidades tinham a necessidade de “se ‘apertar’ entre seus limites de proteção”, que poderiam ser “acidentes naturais” ou “barreiras edificadas, como as muralhas que vão cercar as cidades lusas e alguns núcleos importantes do litoral brasileiro”.

Ora, não há dúvidas que várias povoações brasileiras dos séculos XVI e XVII tenham se originado a partir de fortificações, mas contrariamente ao que afirmou Rodrigo Espinha Baeta, somente Salvador foi planificada para ser uma cidade com muralhas. Houve projetos de construção desse tipo de obstáculo em várias cidades nos séculos XVII e XVIII, mas eles, mesmo que iniciados, nunca foram concluídos.

Sobre as referências a um “muro” que fecharia a parte alta do Morro do Castelo, Mauricio de Almeida Abreu (2010, V2, p. 227) nos lembra do testemunho de Gabriel Soares de Souza, de que o Governador-Geral “assentou a cidade [no alto do morro em 1567], que [a] murou com muros de taipas com suas torres, em que pôs artilharia necessária”, corroborando o que declarara o próprio Mem de Sá, como vimos anteriormente. Portanto, não estamos falando de um muro de alvenaria, de pedra e de cal, mas sim de algo muito mais simples, fácil de construir, mas,

sobretudo, frágil, ao contrário do que o conceito sugere.²⁴ E daí provavelmente não ser objeto de representação nos mapas.²⁵

A ascensão da cartografia matemática e as primeiras imagens reais

A descoberta de ouro em Minas Gerais beneficiou o Rio de Janeiro pelo tráfico feito através de seu porto. A riqueza acumulada acabou por gerar a cobiça da França e seus corsários, que conseguiram capturar a cidade em 1711, obtendo um grande butim. A consequência desse evento foi a Coroa ordenar reparar e melhorar as antigas fortificações e construir outras novas na cidade, enviando para isso o Brigadeiro João Massé, francês ao serviço de Portugal desde 1705 (CORRÊA-MARTINS, 2016, p. 98 e 99).

A “Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com súas Fortificações”, secundada pela “Relação de todas as fortificações e reparações necessárias para a conservação e defesa da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e de seu porto, referidas as plantas que vão a parte”²⁶, apontam para a edificação de muralhas em fortificações já existentes, como a Fortaleza de São Sebastião, como também para a construção das então projetadas fortalezas da Conceição, no morro do mesmo nome, como a de São José, na Ilha das Cobras, além de uma posição no Morro de Santo Antônio. Mas a grande novidade era um muro de pedra com cerca de 5,28m de altura, 3,08m de largura e 660m de comprimento, e que se destinava a defender a cidade de ataques vindos do interior. Ou seja, uma verdadeira muralha, que, ao final não foi concluída e desapareceu no tecido urbano.²⁷ E, para que não restasse dúvida de que a defesa era o motivo principal da “planta”, as fortificações foram representadas em uma escala dobrada

²⁴ ABREU (2010, V2, p. 229), ao escrever sobre a parte alta do Morro do Castelo, alertou para “as armadilhas da iconografia”, pois, neste caso, as ilustrações disponíveis eram bem posteriores aos anos iniciais da ocupação, representando “situações paisagísticas que só se materializaram mais tarde”.

²⁵ Outra estrutura defensiva que foi utilizada, mas que dificilmente aparece desenhada são as trincheiras, construídas sobretudo na parte baixa da cidade. Um exemplo é que foi erigida em 1631, ligando os morros do Castelo e São Bento (CASTRO, 2009, p. 186).

²⁶ Há uma transcrição desse documento em Ferrez (1972, p. 210-215). Hoje se sabe que esse projeto não foi apenas ideado por João Massé, mas teve também a participação do Governador Francisco de Távora. A respeito, ver Corrêa-Martins (2014).

²⁷ A respeito ver CORRÊA-MARTINS (2016, p. 100-103).

em relação à cidade (CORRÊA-MARTINS, 2014, p. 10). Ou seja, aparentavam ser muito maiores do que de fato eram.

Enquanto se buscava fortificar a cidade, a Coroa portuguesa, preocupada com o momento em que teria de discutir os limites coloniais na América com a Espanha, começou a se preparar para tal, ativando a formação de profissionais capacitados em cartografia, geografia e astronomia, e D. João V nomeou, em 18 de novembro de 1729, “dous Religiozos da Companhia de JESUS peritos nas Mathematicas que São Diogo Soares e Domingos Capace” para “fazeremçe Mapas das Terras do[s] dito[s] Estado[s do Brasil e Maranhão] não sô pella marinha mas pellos Certoens” (CORTESÃO, 1951, Prt III, V.1, p. 265).

Eles vieram para o Rio de Janeiro, onde iniciaram seus trabalhos, dos quais temos uma ligeira descrição em um parecer do Conselho Ultramarino, de 26 de janeiro de 1731. Nele era dito que o Padre Diogo Soares, em carta de 4 de julho de 1730, informava que, entre outras atividades, “tinhão visto, sondado e riscado todo aquelle grande recôncavo [i.e., a Baía da Guanabara] e suas Ilhas que são inumeráveis; vizitado, medido e feito plantas de todas as suas fortalezas”.²⁸

Nas plantas das fortificações cariocas que o Padre Diogo Soares traçou, como as das fortalezas de São Sebastião, da Conceição e São João, e dos fortes de Villegagnon e da Lage, ele também nos proporcionou as perspectivas das mesmas, apresentadas como um cartucho em um dos cantos que, juntamente com a perspectiva da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, atribuída ao Brigadeiro José da Silva Paes são apresentadas juntas, salvo engano, pela primeira vez. (Figura 7)

O que as plantas então executadas e, especialmente as perspectivas das fortificações representadas nos proporcionam, é verificar que algumas possuem um desenho simples, com muralhas e baluartes, com edificações escavadas no interior da muralha, como nas fortalezas de São Sebastião e na Conceição, outras com construções sobre a esplanada, como nos fortes de Villegagnon, e de São Martinho e São João, estes últimos formando a Fortaleza de São João. Já a Fortaleza de São José apresenta um grau de complexidade maior, devido à topografia irregular da Ilha das Cobras. E com relação ao Forte da Lage a imagem não denuncia a

²⁸ Doc. nº LVIII, Parecer do Conselho Ultramarino – “Sobre a conta que dá o Padre Diogo Soares, da Companhia de Jezus, do que tem obrado na Capitania do Rio de Janeiro, ...” (CORTESÃO, 1951, Prt III, V.1, p. 272).

complexidade envolvida na sua construção, como a necessidade de transportar tudo do continente, e ainda lutar contra o mar, assim como tinham feito os franceses quase dois séculos antes.²⁹

As dimensões das fortificações representadas eram modestas. A maior, São José, tinha um comprimento de cerca de 400m, com uma largura inferior a 90m. Já a menor, a da Lage, tinha perto de 60m de “diâmetro”. Ou seja, não se comparavam com fortificações como a do Guincho, em Cascais, ou São Julião da Barra mas estavam mais próximos das dezenas de pequenos fortes construídos ao longo da costa portuguesa, como o Forte de São Francisco Xavier, mais conhecido “Castelo do Queijo”, no Porto.

Mas um aspecto a ser ressaltado era o pequeno ou pouco interesse com aqueles que iriam operar aquelas defesas. Nas fortalezas de São Sebastião e Conceição não há “quartéis”, ou seja, acomodações para todos os soldados, resumindo-se às instalações existentes para o comandante, normalmente alguém nomeado sem ter, necessariamente, preparação militar, além de alguns servidores. Já os demais tinham exíguos quartéis, sendo que apenas os fortes da entrada da barra e Villegagnon eram permanentemente ocupados então Somente mais tarde, na segunda metade do século XVIII é que os “quartéis” seriam erigidos.

²⁹ A construção do Forte da Lage atendia a necessidade de cruzar fogos com as fortalezas de Santa Cruz e São João, de maneira semelhante ao Forte de São Lourenço do Bugio, na foz do rio Tejo, com São Julião da Barra.

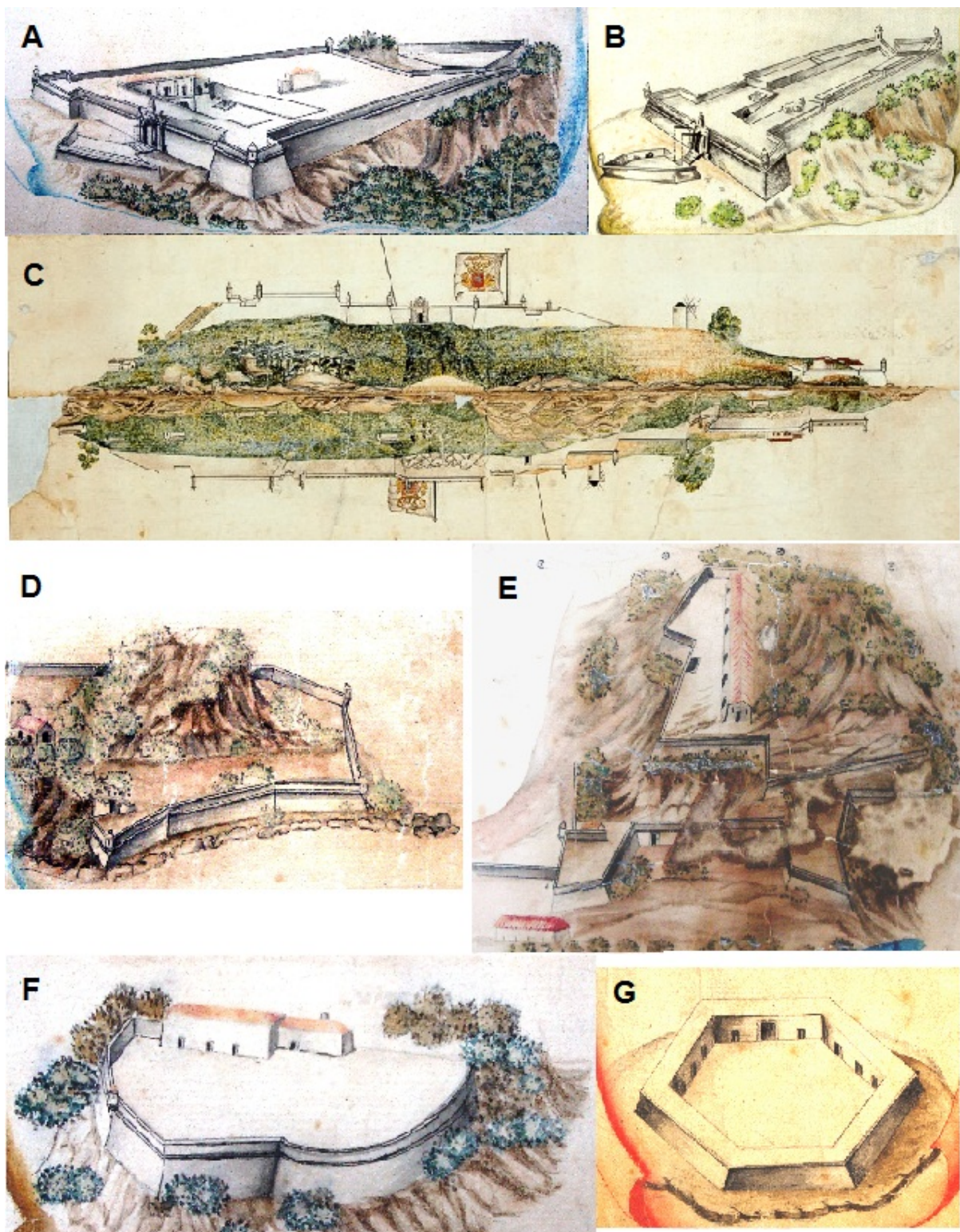


Figura 7 – Perspectivas de algumas fortificações do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII, de Diogo Soares, modificadas para este trabalho. Fortalezas: A, de São Sebastião, B, da Conceição, C, de São José da Ilha das Cobras, E e F, de São João. Fortes: D, de Villegagnon e G, da Lage. As ilustrações A, B, D, E, F e G são de autoria de Diogo Soares. A ilustração C é atribuída ao Brigadeiro José da Silva Paes. Acervo da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Evidentemente o descompasso entre o território a se defender, ou seja, a Baía da Guanabara e a cidade do Rio de Janeiro, comparado com os meios disponíveis, que as plantas e mapas do século XVIII explicitavam, não era desconhecido dos governadores da capitania. Assim, vemos esforços, reais ou não, registrados nos vários planos de defesa apresentados, bem como nas comunicações com a Metrópole, no sentido de aumentar o número de fortificações, fossem elas ligeiras, feitas de “faxina” (terra e madeira), fossem de pedra e cal, sendo estas mais caras e, portanto, de mais difícil realização (CORRÊA-MARTINS, 2013).

O fato é que agora as fortificações se integravam, na construção da carta topográfica, com os outros elementos representados, sem receber um destaque exagerado como acontecia antes, o que pode ser observado nas várias plantas produzidas a partir da segunda metade do século XVIII tendo a cidade do Rio de Janeiro como tema.

Isso também se refletiu nas produções de viajantes estrangeiros, militares ou não, que por ali passaram de meados dos setecentos em diante. De fato, isso transparece nas ilustrações produzidas por naturalistas e artistas europeus, que antes eram impedidos de percorrer o território brasileiro, passaram em 1808, com a transmigração da Família Real para o Brasil, e se fixando no Rio de Janeiro, a poder percorrer a então sede do império português. Suas vistas agora se fixavam na paisagem luxuriante, na fauna e flora exóticas, no casario e nos habitantes da terra, sendo as fortificações praticamente ignoradas, algo distinto do que se fizera anteriormente. A preocupação agora é mostrar o espaço geográfico, onde fortes e fortalezas nada mais são que pequenos acidentes da paisagem (Figura 8).

Em relação ao sistema defensivo, com o passar do tempo, e com exceção das fortificações da barra e Villegagnon, as demais perderam sua importância ou finalidade, tendo algumas sido demolidas, tal qual São Sebastião e São Tiago, e outras foram envolvidas por edificações, como Conceição e São José da Ilha das Cobras, como que desaparecendo dentro do panorama da cidade.

As fortificações da entrada da baía foram reformadas na segunda metade do século XIX e início do XX, além de outras terem sido construídas, o que não impediu que antes da metade do século passado já fossem consideradas obsoletas.

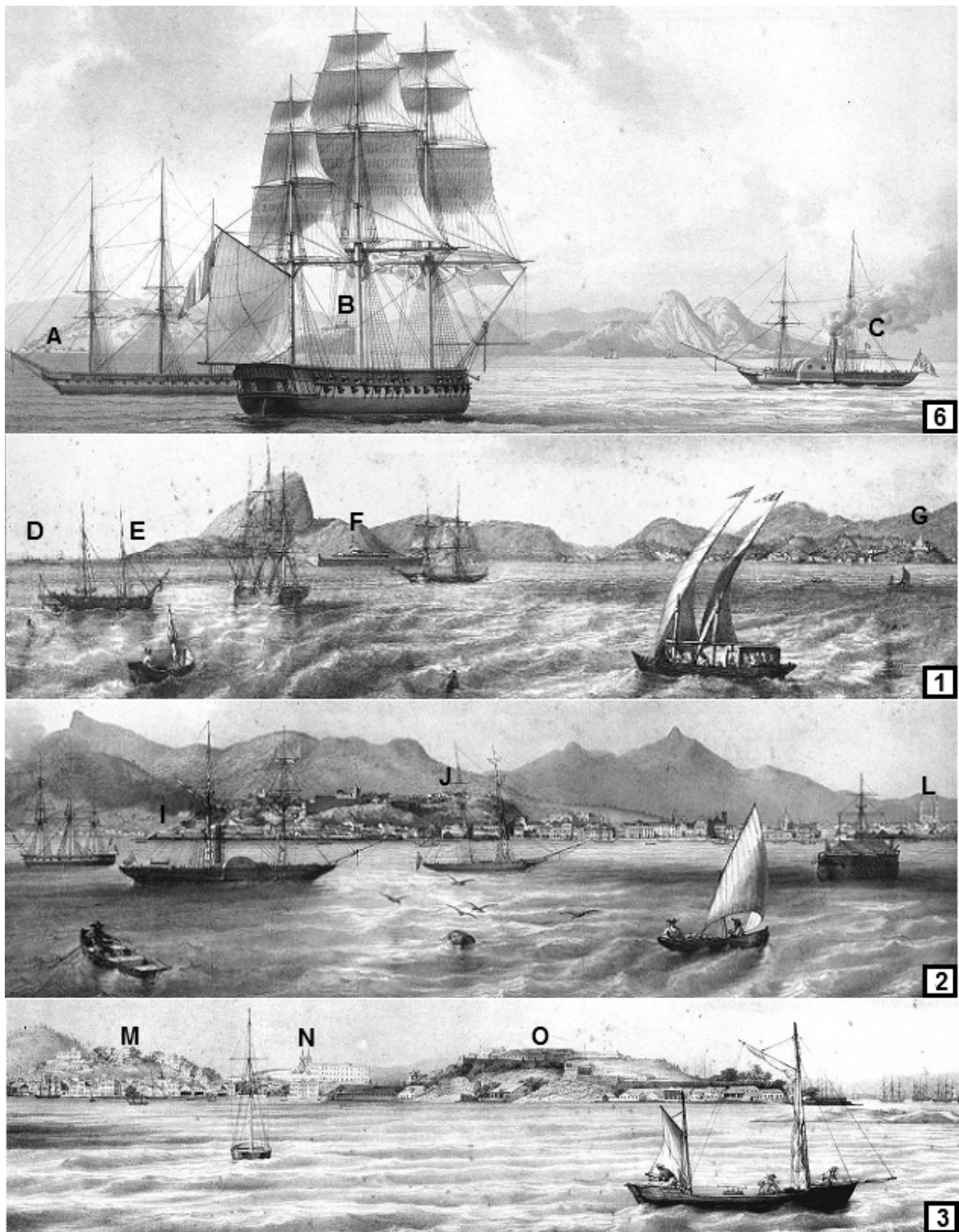


Figura 8 – [Vistas do Rio de Janeiro: cidade e baía], de Joseph Alfred Martinet, Gravuras n. 6, 1, 2 e 3 [circa 1850]. Acervo da Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Modificadas para este trabalho. A, Forte do Gragoatá, B, Ilha de Boa Viagem, C, Fortaleza de Santa Cruz, D, Forte da Lage, E, Bateria de São José, Fortaleza de São João, F, Forte de Villegagnon, G, Outeiro da Glória, I, Forte de São Tiago, J, Fortaleza de São Sebastião/Castelo, L, Igreja da Candelária, M, Fortaleza da Conceição, N, Mosteiro de São Bento, O, Fortaleza de São José da Ilha das Cobras.

CONCLUSÕES

Frente à necessidade de apresentar novas terras, povos e animais até pouco antes desconhecidos à uma sociedade que recém escapava do flagelo da Peste Negra, e onde os reis, aliados aos setores mercantis, impunham-se aos antigos terratenentes, estabelecendo sua autoridade e demandando conhecer melhor os territórios que dominavam, bem como aqueles que podiam almejar conquistar., cosmógrafos e cartógrafos europeus foram confrontados com a tarefa de expor essa avalanche de novidades.

Para tal, aqueles homens contavam tanto com a curiosidade inerente do ser humano, como com a disponibilidade da prensa de tipos móveis recém-criada, que permitia a produção de livros em larga escala, com conseqüente redução de custos, possibilitando que mais pessoas adquirissem suas produções, desde que tivessem recursos para tanto.

Assim, os relatos de viagens e as cosmografias se espalharam, divulgando as novidades, contando ainda com o forte apelo das imagens, produzidas por uma legião de artífices, desenhistas e gravadores, entre eles vários artistas conhecidos como Albrechet Dürer e Hans Holbein (BAGROW, 2010, p. 21).

Portanto, muitas das representações que hoje conhecemos, especialmente dos séculos XVI e XVII, são produtos não das mentes e mãos dos cosmógrafos ou cartógrafos, mas sim de ilustradores e gravadores que trabalhavam tanto para as tipografias como para as oficinas cartográficas, que traduziam em imagens aquilo que liam e ouviam daqueles que chegavam das terras que sequer sabiam existir. A eles coube dar forma a algo que outros viram, mas com base no ferramental mental que aqueles artífices possuíam. E assim acabaram por conformar uma visão de mundo que durou muito tempo. E aqui se inserem, como vimos, os elementos europeus nas ilustrações da obra de André Thevet relativas ao Forte de Colligny, mas sobretudo da “fortificada” Henryville, que tem suscitado tantas discussões ao longo do tempo.

Mesmo os mapas manuscritos, produzidos por cartógrafos ou pessoas com algum conhecimento de desenho, também não escaparam à dificuldade de representar o cenário geográfico, cujo exemplo apresentado, de Jacques de Vau de Claye, evidenciou sua escolha em registrar as fortificações de São Sebastião e São

Tiago como se muralhas de pedra tivessem, enquanto a cidade foi desenhada com casas praticamente iguais, em uma possível primeira utilização de uma convenção cartográfica relativa ao Rio de Janeiro, quiçá do Brasil.

As convenções relativas às fortificações, com o uso de um desenho esquemático de forte abaluartado, se impuseram nas gravuras impressas, tanto holandesas como italianas, continuando na representação de outros elementos como a cidade e seu tecido urbano de acordo com os padrões europeus, em uma imagem idealizada.

Nos mapas produzidos pela família Teixeira Albernaz inicialmente se utilizou, para desenhar os fortes, imagens como quadrados e torres medievais. Mesmo na carta de 1631, onde se fez um destaque para a Fortaleza de Santa Cruz, o que se vê em planta e perfil são imagens de uma fortificação do final do período medieval. E, com o avançar do tempo, acabaram por adotar também a convenção do forte abaluartado já referida.

Foi somente no século XVIII que as representações das fortificações começaram a apresentar alguma veracidade, fruto da imposição do rigor matemático na execução das plantas que, em um primeiro momento, na Planta de 1712-1713, ainda exibiu certa distorção, pois além de serem desenhadas com o dobro do tamanho em relação à cidade e seus quarteirões, estavam juntas fortificações existentes com outras apenas projetadas. Mas em 1730 elas foram cartografadas adequadamente pelo Padre Diogo Soares, o que possibilitou ver algumas das fortificações existentes no Rio de Janeiro como então elas se encontravam e como efetivamente eram: de desenho simples, de perfil baixo, e com dimensões acanhadas em relação às existentes na Metrópole. A partir de então as fortificações passaram a integrar as cartas como edificações com finalidade específica, mas sem atrair ou ter maiores detalhes como antes.

Por fim, como nosso trabalho evidenciou, se verifica que a tarefa de representar o mundo real não é das mais fáceis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010, V2.

ALEGRIA, Maria Fernanda, DAVEAU, Suzanne, GARCIA, João Carlos, RELAÑO, Francisc. Portuguese Cartography in the Renaissance. In: WOODWARD, David (ed.). The History of Cartography: Cartography in the European Reinassance, Part 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 975-1068.

ANCHIETA, Joseph de. De Gestis Mendi de Saa. Original acompanhado da tradução vernácula pelo P^º Armando Cardoso. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958.

BAETA, Rodrigo Espinha. O barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII. Salvador: EDUFBA, 2010.

BAGROW, Leo. History of Cartography. Revised and enlarged by R.A. Skelton. 2nd ed. Reprinted. New Brunswick, Transaction Publishers, 2010.

BARDY, Claudio. O Século XVI (Da fundação até o fim). In: SILVA, F. N. (org.) Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos: Formação e Desenvolvimento da Cidade. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965, p. 49-64.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. “Jeitinho carioca (?)”: a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seu sistema defensivo em três momentos distintos do período colonial. Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 5, Petrópolis, 2013. *Anais*, Disponível em <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/74/106/Trabalho-FJCM-2013def.pdf> Acesso em: 16 Jun. 2016.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Análise comparativa do projeto e das plantas das fortificações do Rio de Janeiro atribuídas ao Brigadeiro João Massé. In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2, Tiradentes, 2014. Anais ... Disponível em <https://www.dropbox.com/sh/zt3w506wh7czpbf/AABqecz0UVBFBUPB5Ef5e5Dga?dl=0> Acesso em: 17 out. 2015.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. A defesa do Rio de Janeiro no início do século XVIII: ou um muro que desapareceu e um morro em conflito. Acervo, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2016.

CORTESÃO, Jaime (org). Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750): Antecedentes do Tratado. Parte III, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, [1951].

DORÉ, Andréa. A América do Sul no mapa mural de Willem Blaeu de 1608: contribuições para a construção do continente. Domínios da Imagem, Londrina, v. 9, n. 17, p. 26-42, jan./jun. 2015.

FERREZ, Gilberto. O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.

LÉRY, Jean de. Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil: autrement dite Amerique... . La Rochelle: A. Chuppin, 1578.

LÉRY, Jean de. Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil: autrement dite Amerique... . La Rochelle: A. Chuppin, 1580.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução integral e notas de Sérgio Milliet segundo a edição de Paul Gaffarel com o colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

LESTRINGANT, Frank. La "France antarctique" et la cartographie prémonitoire d'André Thevet (1516-1592). MappedMonde, Avignon, 12, 1988: 2-8.

MONTAIGNE, Michel de. Essais de Messire Michel Seignevr de Montaigne. Livre Premier et Second (sic). Bovrdeavs: S. Millanges, 1580.

NORT, Olivier du [NOORT, Olivier van]. Description du Penible Voyage faict entour de L'Univers ov Globe Terrestre. Amsterdam: Corneille Nicolas, 1602.

SÁ, Mem de. Instrumento dos Serviços. Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, v. 27, p. 129-218, 1905.

SANTOS, Márcia Maria Duarte. Técnicas e elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático da Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 51-81.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Anotada por Francisco Adolpho de Varnhagem. 3ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

TEIXEIRA FILHO, Álvaro. Roteiro Cartográfico da Baía de Guanabara e Cidade do Rio de Janeiro: Século XVI e XVII. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

THEVET, André. Les singlaritez de la France antarctique, avtrement nommée Amerique: & de plusieurs terres & isles decouvertes de nostre temps. Paris: Chez les heritiers de Maurice de la Porte, 1557.

THEVET, André. La Cosmographie Universelle d' André Thevet [,] Cosmographe du Roy, illustrée de diverses figures des choses plus remarquables veuës par l'Auteur, & incongneuës de noz Anciens & Modernes. Paris: Guillaume Chaudière, 1575, V2.

THEVET, André. Le Grand Insulaire et pilotage d'André Thevet, Angoumois, Cosmographe du Roy, dans lequel sont contenus plusieurs plants (sic) d'isles habitués, et deshabetées, et description d'icelles. (1586). Bibliothèque Nationale de France, Département des manuscrits, Français [nº] 15452. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9065835g> Acesso em: 22 Abr. 2016.

Van DORTH, Johan. Reys-boeck van het rijcke Brasilien, Rio de la Plata ende Magallanes, Daer in te sien is De gheleghentheyte van hare Landen ende steden, haren handel ende wandel, met de vruchten ende vruchtbaerheyte der selver: Alles met Copere platen uytghebeelt. Dordrecht: Jan Canin, 1624. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or575709/or575709.html#page/1/mode/1up Acesso em: 10 Mai 2016.

Arte e Cartografia: Uma análise do Mapa “Brasília Qua Parte Paret Belgis” de Georg Marcgraf

Ronaldo André Rodrigues da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (Graduação em
Conservação e Restauração, Escola de Belas Artes)
raros@ufmg.br / ronaldoandre@gmail.com

Não é uma noção de significados ocultos que produz tais obras, mas sim a noção de um mundo que é compreendido em termos de uma reunião de significados visualmente acessíveis. (Svetlana Alpers)

Resumo

O presente trabalho busca apresentar as relações existentes entre a iconografia e a iconologia a partir da interpretação de mapas cartográficos. Assim, a partir da escolha de um mapa cartográfico holandês do século XVII buscou-se descrever seus elementos constitutivos e apresentar uma descrição que buscasse não somente considerar os elementos de toponímia e topografia, comuns à cartografia tradicional. Para tal, considerou-se a cartografia holandesa desenvolvida a partir da primeira metade do século XVIII que determinou a inserção de elementos que extrapolavam tal percepção. Dessa forma, optou-se por analisar o mapa “*Brasília Qua Parte Paret Belgis*” que apresenta uma complexa descrição do território do nordeste brasileiro sob a possessão holandesa entre as décadas 30 e 40 dos anos 1600. A análise dos elementos nele contidos leva à percepção e consideração de elementos que estão considerados a partir de relações sociais, econômicas e políticas. Por fim, o trabalho tem a proposta de apresentar uma relação entre as artes e a cartografia a qual encontra-se descrita nos elementos cartográficos desse exemplar, além de verificar que os mesmos passam a ser importantes instrumentos que transformam a percepção dos objetos de arte em si mesmos.

Palavras-Chave: cartografia holandesa, arte e cartografia, século XVII, Georg Marcgraf.

Abstract

This study aims to present the relationship between the iconography and iconology from the interpretation of cartographic maps. Thus, from the choice of a Dutch cartographic map of the seventeenth century attempted to describe its constituent elements and provide a description to seek not only consider the place names of elements and topography, common to traditional cartography. To this end, it considered the Dutch cartography developed from the first half of the eighteenth century that determined the inclusion of elements that went beyond such awareness. Thus, we chose to analyze the map “*Brasília Wed Part Paret Belgis*” which features a complex description of the Brazilian Northeast territory under Dutch possession between the decades 30 and 40 years of 1600. The analysis of the elements contained therein leads to the perception and consideration of elements that are considered from social, economic and political. Finally, the work is the proposal to provide a link between the arts and mapping which is described in cartographic that copy elements, and verify that they become important tools that transform the perception of art objects themselves.

Keywords: Dutch cartography, art and cartography, seventeenth century, Georg Marcgraf.

A Cartografia e as Belas Artes

Um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo como base os resultados de observações diretas ou a análise de documentação já existente, visa à elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão gráfica ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização. (IBGE, 1998, p.10)

A cartografia como ciência relacionada à geografia e ao espaço encontra-se definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e apresenta uma preocupação não somente às questões técnicas e de georeferenciamento, mas, também, às questões artísticas e culturais que permitam uma expressão e interpretação de elementos sociais existentes na região retratada. Pode-se afirmar que a atual compreensão da representação cartográfica tem inspiração na cartografia holandesa do século XVII que procura trazer aos mapas a inclusão de elementos que ultrapassem a interpretação territorial. A possibilidade de unir arte e cartografia possibilita uma fusão de interpretações, sejam gráficas por meio da qualidade dos mapas, sejam à interpretação da realidade à sua semelhança como busca a arte.

A cartografia a partir da interpretação holandesa tem sua expressão em trabalhos realizados por Abraham Ortelius, Jodocus Hondius e Gerardus Mercator na primeira metade do século XVII em que se retratou desde partes específicas do globo terrestre até o planisfério de maneira geral. No Brasil, destacaram-se Georg Marcgraf, Cornelis Bastiaanszoon Golijath e Johannes Vingboons que retrataram as diversas regiões brasileiras sob possessão holandesa no período colonial. Dentre o conjunto de mapas cartográficos produzidos no período acima descrito, destaca-se o Atlas Vingboons que se constituiu em um conjunto de mapas que retratam de maneira documental e estratégica o Império Holandês em sua extensão territorial-geográfica e seu alcance econômico, no continente americano, especialmente no Brasil.

A representação cartográfica proporciona uma identificação de elementos que se diferenciavam da produção tradicional, pois continham aspectos e elementos até então não considerados. A introdução de elementos de adornos e de escrita buscavam apresentar uma identidade aos mapas e à sociedade holandesa. Conseqüentemente, durante o período de colonização holandesa no Brasil no século

XVII, tal influência também ocorreu quanto à produção da cartografia dos Estados em que se consolidou, principalmente no Nordeste brasileiro. Sua cartografia apresenta características distintas àquela representada pela colonização portuguesa em que havia uma preocupação, quase exclusiva, por questões topográficas e geográficas. Por outro lado, a escola holandesa apresentava aspectos descritores relacionados à sociedade holandesa ou a elementos humanos e geográficos ou fatos relacionados às áreas retratadas.

Com uma iconografia para além dos elementos estilísticos de um material cartográfico, as cartas holandesas determinaram a descrição não somente as relações topográficas e geográficas das áreas a ele referentes, mas também de aspectos socioeconômicos por meio de inscrições de figuras e textos. Uma diferenciação entre a cartografia holandesa e grande parte da produção de mapas no mundo apresenta como elemento principal a inserção da arte na produção cartográfica que, até então, era percebida em uma relação inversa, ou seja, as artes apresentavam a cartografia como elemento figurativo e decorativo.

A Iconografia e Iconologia de Panofsky

Os elementos iconográficos e iconológicos representam na arte os temas ou mensagens neles contidos e a interpretação que lhes corresponde a partir da descrição e classificação das imagens existentes. O objeto de interpretação das obras, assim como da cartografia, em especial a holandesa e suas posteriores, por ela influenciada, representam a expressão artística de um grupo de imagens, histórias e alegorias que compõem o “mundo dos motivos artísticos”. O significado a eles atribuído, seja intrínseco ou de conteúdo, constituem um conjunto de valores simbólicos cuja análise iconográfica e interpretação iconológica permitem compreender sua globalidade. (PANOFSKY, 1976).

A apresentação dos elementos descritores dos mapas holandeses permitem análises segundo os padrões de iconografia e iconologia em que se tem por referência os padrões definidos por Panofsky (1976), cuja interpretação simbólica tem Svetlana Alpers como intérprete para as artes. Sua análise ocorre a partir do tema central ou do significado cartográfico, mas também as formas artísticas apresentadas. Assim, a iconografia revela-se a partir do tema ou mensagem definidos às obras de

arte em relação à forma; e a iconologia compreende o método de interpretação relacionado, especificamente, à interpretação sintética em contraposição à analítica.

Marcgraf, segundo Menezes (2011), representa um dos integrantes neerlandeses das artes que compuseram o grupo de estudiosos a aportarem em terras brasileiras. O naturalista desenvolveu seus trabalhos de cartografia nos quais retrata a região nordeste brasileira. A possessão holandesa, ocorrida entre 1635 e 1653, compreendia terras que hoje definem desde o Estado de Sergipe ao Estado do Ceará, sendo a sede do governo a capitania de Pernambuco, atual Estado homônimo. Dentre os trabalhos realizados por Marcgraf, tem-se por foco a produção cartográfica denominada “*Brasilia Qua Parte Paret Belgis*” que apresenta uma descrição dos domínios holandeses em terras brasileiras, editado em 1643 por Johan Blaeu a partir dos trabalhos do cartógrafo Georg Marcgraf e vinhetas de Frans Postⁱ.

O mapa contém uma descrição das costas brasileiras, além de apresentar elementos das comunidades e população contem igualmente elementos da fauna e flora brasileiros que se encontram descritos de maneira detalhada na obra “*Historia Naturalis Brasiliae*” (Marcgraf; Piso, 1648). Assim, a partir dos elementos iconográficos e textuais busca-se apresentar o significado de seus conjuntos ou particularidades que, de certa maneira, compreendem uma maneira específica à arte e cartografia holandesa em elaborar a cartografia. Tais diferenciações compõem uma maneira especial de perceber a relação entre a possessão holandesa e seus colonizadores que constituem um conjunto de elementos que representam não somente as relações geográficas e cartográfica, mas igualmente as relações sociais e econômicas.

A Cartografia de Marcgraf – Uma Análise Iconográfica e Iconológica

A riqueza de elementos contida na cartografia de “*Brasilia Qua Parte Paret Belgis*” permite múltiplas interpretações que permitem realizar análises que venham a abranger tanto territórios como elementos socioeconômicos, quanto naturais e culturais. Em função dessa diversidade, a análise iconográfica e iconológica foi dividida as análises em elementos específicos que obtivessem uma relação entre si.

ⁱ Para uma análise visual do mapa tem-se a versão em alta qualidade em <http://commons.wikimedia.org/wiki/> (Georg Marcgraf – *Brasilia qua parte Paret Belgis*, 1643).

A identificação do elemento primário, segundo Panofsky (1976), o tema natural subdividido em factual ou expressional, está representada para a cartografia pelo território, que em suas características, pode estar georeferenciado a partir da constituição geomorfológica ou da intervenção urbano-rural. Para o estudo de caso, tem-se uma descrição do litoral nordestino brasileiro cuja representação, por um longo período, considerou-se a mais fidedigna. Para tal, Pereira e Cintra (2013) apresentam uma análise comparativa entre a cartografia de Marcgraf e a estrutura do litoral brasileiro segundo a ferramenta de satélite Google Earth (Figura 1).

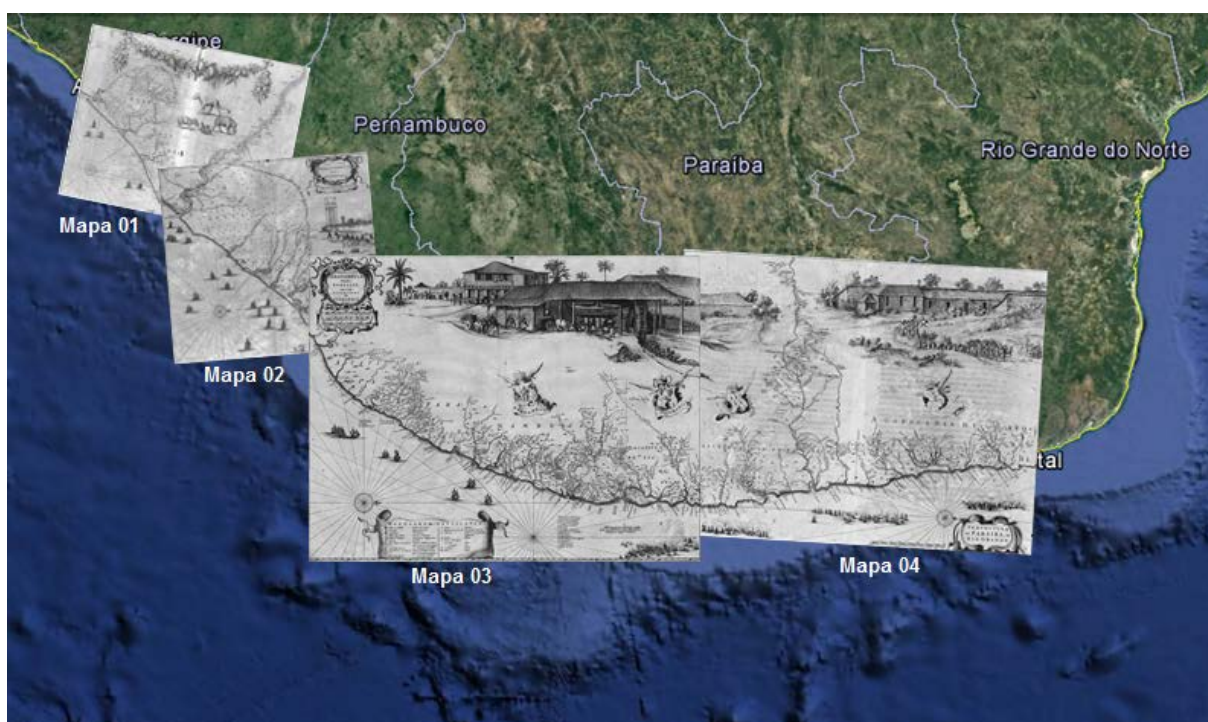


Figura 1: Comparativo – Mapas de Marcgraf vs. Google Earth
Fonte: Adaptação de Pereira (2013a)

Observa-se no mapa de Marcgraf uma semelhança considerável do litoral descrito, desde o Estado de Sergipe ao Rio Grande do Norte, sendo a composição realizada a partir de 04 (quatro) elementos descritores: *Præfectura de Ciríiii vel Seregipe del Rey cum Itâpuáma* (Mapa 01), *Præfectura Paranambucæ pars Meridionalis* (Mapa 02), *Præfecturæ Paranambucæ pars Borealis, una cum*

Præfectura de Itâmaracâ (Mapa 03) e *Præfecturæ de Paraiba, et Rio Grande* (Mapa 04), cujo detalhamento este na página WEB da Biblioteca Nacionalⁱⁱ.

O mapa 01, conforme apresentado na figura 4, descreve o litoral do estado atual de Sergipe, além de apresentar acima uma vinheta com frutos típicos brasileiros acima e abaixo e ao centro desta, exemplares da fauna brasileira – o tapir, a onça e a capivara (da esquerda para a direita) descritos no livro *Historia Naturalis Brasiliae*. (MARCGRAF; PISO, 1648, p. 230; 235). Assim como em outros mapas, para representar a presença naval holandesa, uma das mais poderosas do século XVII, tem-se dois grupos de naus, sendo um deles composto por três barcos que poder-se-ia interpretar como vigilantes do litoral, outros dois em posição de batalha e um pequeno barco a remo abaixo ao centro que configuraria a existência da prática da pesca como forma de sobrevivência ou mesmo para fins comerciais.

Para o mapa 02 tem em sua parte superior uma identificação cartográfica da província de Pernambuco Meridional, cujo estado atual seria Alagoas. Abaixo a ela está representada por uma vinheta que representa uma cena de pesca na qual se utiliza a técnica da rede de arrasto ou pescaria por arrastão, tradicionalmente utilizada até os dias de hoje. Complementarmente à pesca tem-se um posto de vigilância que serviria para alertar os pescadores da chegada dos cardumes. Assim, os pescadores se preparariam melhor para a pesca. Tem-se, ainda, a representação oceânica com grupos de barcos representativos tanto do ponto de vista militar como comercial. Há uma interpretação estratégica para o posicionamento dos mesmos, seja na foz dos rios ou próximos aos pontos de embarque e desembarque no território, às cidades litorâneas e seus respectivos portos. Observa-se ainda, na parte inferior, a representação de uma baleia e de um pequeno barco de pesca, como possíveis elementos socioeconômicos.

O mapa 03 que representa a província de Pernambuco Boreal, atualmente Alagoas e Pernambuco, possui cenas cotidianas das áreas produtivas do nordeste brasileiro. Nela encontra-se a heráldica com os brasões das capitânicas Pernambucana e da Ilha de Itamaracá. Um engenho de cana-de-açúcar em que se tem a

ⁱⁱ Detalhamento dos fragmentos dos mapas das províncias em melhores definições acessar o link da Biblioteca Nacional (BN) que possui a obra digitalizada de Caspari Barlaei, *Rerum per octennium in Brasilia..*, 1647. Link: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/barleus/index.htm.

representação da população negra escrava e os senhores do engenho, como uma representação do cotidiano. (WHITEHEAD, 1989).

Observa-se a presença de um engenho de açúcar em que os negros estão representados tanto pelo trabalho no engenho (superior e à direita), à condição de serviçais dos senhores (ao centro do fragmento) ou mesmo em momentos de ócio como que se estivessem tocando música e dançando (superior à esquerda). Outra cena do cotidiano apresenta-se no sobrado acima do engenho no qual há uma possível representação do senhor (de chapéu na sacada do andar superior) que parece conversar com outro abaixo ou mesmo poderia representar seu capataz, montado a cavalo, a lhe receber as ordens. Em relação à iconografia oceânica observam-se três grupos de navios à vela que representam o poderio na esquadra neerlandesa. Contém ainda, de maneira representativa, no canto inferior direito, uma vinheta da cena representativa do primeiro combate da batalha naval de Oquendo *versus* Pater, datada de 12 de janeiro de 1640. (PEREIRA, 2013a).

Este elemento da composição da carta geográfica pode ser considerado essencial para sua interpretação, pois contém ainda na parte inferior central, um grupo ícones que formam, segundo Pereira (2013a) a *Notularum Explicatio*, ou seja, uma nota explicativa ou quadro de legendas, que contém as convenções utilizadas na toponímia e topografia do mapa como um todo. Por meio de uma convenção preestabelecida, tem-se a representação de elementos geográficos cujos símbolos são destacados e descritos em latim e português.

O mapa 4, representativo da província de Paraíba e Rio Grande, atuais estados homônimos, tem representação semelhante à da província de Pernambuco Boreal. Mais uma vez a representação heráldica das duas províncias se faz presente, na parte central do fragmento. Os elementos de representação parecem estar mais vinculados ao cotidiano social dos grupos, pois encontra-se símbolos de religiosidade, como o cruzeiro, na parte central e acima das construções e um grupo em marcha para uma batalha o qual contem brasileiros, possivelmente indígenas, devido aos trajes e a presença de armamentos, arcos e flechas e a submissão colonial representada pela bandeira holandesa e o imigrante europeu caracterizado à frente do grupo. Observa-se ainda um grupo de mulheres, posterior ao primeiro com balaios de produção ou provimento para os homens adiante. Ao fundo tem-se um outro grupo

de mulheres e crianças próximos ao engenho de mandioca. Complementarmente à representação oceânica da cartografia da província de Pernambuco Boreal, os grupos de naus em guerra na parte inferior do mapa significam as batalhas navais seguintes (segunda à quarta) de Oquendo *versus* Pater, ocorridas nas datas de 13 de janeiro de 1640, 14 de janeiro de 1640 e 17 de janeiro de 1640. (PEREIRA, 2013a).

Além desses, tem-se o aspecto descritivo, composto igualmente por mais 05 (cinco) partes sendo uma delas o elemento cartográfico textual (lateral esquerda média e inferior), no qual se tem uma análise descritiva acerca da possessão do território por parte dos holandeses. Este enxerto descritivo junto aos mapas cartográficos e às vinhetas de Frans Post insere uma formalização quanto à descrição e função dos mapas cartográficos em que se tem uma descrição das terras ocupadas e em que se desenvolve a economia agroexportadora com base no desenvolvimento da Companhia das Índias Ocidentais em território brasileiro. Nela se insere uma representatividade monárquica na figura de Maurício de Nassau, governador das terras holandesas no Brasil, especialmente nos anos de 1644 a 1646 (parte superior).

Abaixo, no mesmo fragmento cartográfico, tem-se uma descrição das possessões, províncias de Sergipe, Pernambuco Meridional e Boreal, Paraíba e Rio Grande descritos a partir das observações de Georg Marcgraf. (Pereira, 2013b). Destacam-se ainda as informações referentes à cartografia, localização enquanto latitudes e longitudes, os limites territoriais e as distâncias existentes entre os principais pontos apresentados no mapa. Igualmente, de maneira marcada, tem-se a figura do colonizado (o indígena) e do colonizador (o holandês).

Por fim, e não menos importante, na área superior o título do mapa cartográfico "*Brasilia qua parte paret Belgis*" ornamentado com instrumentos de guerra indígenas, heráldica e animais da fauna brasileira, dentre eles o tamanduá (à esquerda) e o bicho preguiça (à direita). O conjunto consiste nos elementos naturalista, expressos na área superior central da composição cartográfica. A iconografia tem como principais elementos, ornamentos representativos da flora e fauna brasileiras brasileira, cenas cotidianas dos povos brasileiros e de caça e disputas entre tribos indígenas. Na parte inferior, encontram-se cenas de uma vitória em batalhas da época (à esquerda), uma cena de churrasco (central) e uma caçada de avestruzes (à direita). Ainda à direita na parte superior encontram-se outros

exemplares de fauna e flora, tais como capivaras, cavalos selvagens e, mas dentre aqueles de médio e grande porte. Há também uma representação de insetos, nas laterais intermediárias e de anfíbios (jiboia) ao centro à esquerda. Já a área inferior, segundo Whitehead (1989), tem-se a representação de tribos 'selvagens' em guerra, possivelmente com imigrantes com os quais não mantinham uma relação amistosa.

Considerações Finais

Ao analisar o mapa "*Brasilia Qua Parte Paret Belgis*" de Marcgraf percebe-se que a evolução da cartografia mundial, especialmente a holandesa na primeira metade do século XVII, contribuiu para que a complexidade das representações cartográficas pudesse exprimir não somente os aspectos relacionados à geografia, mas também aqueles voltados às questões sociais, econômicas e políticas. A profusão de informações e a necessidade em se preencher espaços estão além das questões territoriais e fazem com que o observador das cartas geográficas perceba uma conformação territorial relacionada ao cotidiano, à economia, às relações sociais em um todo preenchido com múltiplos aspectos do cotidiano brasileiro.

As partes representadas do exemplar cartográfico de Marcgraf e Frans Post permitem realizar uma análise mais que geográfica e toponímica do nordeste holandês do século XVII. Os elementos que definem a narrativa do mapa cartográfico, a partir de uma leitura fragmentada, antes de recortarem a sua visualização, permitem uma compreensão do todo do território e transformam a cartografia, como apresentado por Alpers (1999), uma arte de descrever o território e suas relações.

A representação de pequenas cenas do dia-a-dia e das povoações coloniais brasileiras do século XVII permite extrair características das relações sociais entre os quatro grupos de habitantes – os europeus colonizadores e senhores de terras, os negros escravos na pesca, nos engenhos de açúcar e da mandioca, os indígenas brasileiros, seja na característica 'selvagem' ao se confrontarem com os imigrantes e também os 'civilizados' e 'cristianizados' que habitavam aldeias ou vilas para produzir nos engenhos. As representações de animais típicos da fauna brasileira, ricamente descritos na obra de Marcgraf e Piso, com detalhes expressivos observados por Frans Post, estão mescladas às representações sociais e como desenvolvimento das artes e do naturalismo, surgem entre as paisagens e a cartografia.

A conexão conseguida entre a cartografia e a descrição dos lugares, segundo uma complexidade de relações, entre natureza e sociedade, remetem à Panofsky desde as inscrições dos textos, explicativos dos lugares e representativos da soberania holandesa sobre seus territórios (iconografia), às belezas e particulares da flora, da fauna e da toponímia de cada espaço geográfico (iconologia). A representação cartográfica holandesa permitiu extrapolar a interpretação geográfica e permitiu enxergar além das linhas e traços, de alcances territoriais a artísticos.

Referências Bibliográficas

- ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- IBGE. *Noções Básicas de Cartografia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 de setembro de 2013.
- MENEZES, Catarina Agudo. *Alagoas de Marcgraf*. In: 1º. Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 2011.
- MARCGRAF, Georg; PISO, Willem. *Historia Naturalis Brasiliae... in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Lugdun. Batavorum, apud Franciscus Hackium et Amstelodami apud Lud. Elzevirium. [Organizado por Joannes de Laet] 1648. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/marcgrave-1648-historia/marcgrave_1648_historia.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2013.
- PANOFSKY, Erwin. *Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença*. In: *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, p. 47-87, 1976.
- PEREIRA, Levy. *Prefeitura do Rio Grande – a presença indígena nos entes geográficos do mapa de George Marcgrave*. Natal: Museu Câmara Cascudo, 2010.
- PEREIRA, Levy. *Histórias do Brasil Holandês*. Coleção Levy Pereira. Brasília: UnB, 2013a. Disponível em <http://lhs.unb.br/biblioatlas/Cole%C3%A7%C3%A3o_Levy_Pereira>. Acesso em: 13 de outubro de 2013.
- PEREIRA, Levy. *A nota técnica do mapa Brasíliã qua parte paret Belgis*: Transcrição, tradução e comentários. In: *BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa*. Brasília: UnB, 2013b. Disponível em <http://lhs.unb.br/wiki_files/NotaTecnica.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2013.
- PEREIRA, Levy; CINTRA, Jorge Pimentel. *A precisão e a longitude de origem do mapa “Brasíliã qua parte Paret Belgis”, de Georg Marcgrave*. In: V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Petrópolis, 2013.
- WHITEHEAD, P.J.P. *Um retrato do Brasil holandês no século XVII: animais, plantas e gente pelos artistas de Johan Maurits de Nassau*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

8c'a UdUf' gJWXY; czg{ i a Udfcjzj Y WM cfJUVWle[fzZWXc'
gfwc LJ=

K]gbJ]MU>•b]cf
k]gch]MU4 [a U'Wa '

9]gAUbcYXUGjU
Y]ga UbcYXUg]U [a U'Wa

FYg] a c'

9a 'a YUXg'Xc' gfwc LJ=c' i]nicX]zfc'Xc' UfU'Xc' DJUZ 7U]U]U XY; czgž
fYWWi 'cfXhg]lUga]Mg'XYDcfh[U' dUfUei YdfYgUgy]zfa U" Yg[Yc[fzZMg
g'VY' g]i' 7cbg'c' 5]hXi' { ' g']MU ~c' Yj]U'Xc' c' fYUc' a U]i g]Uc
UWadU\Uc'XYi a 'a UdUzei YUdYg'XY Xg]b\ YW'Ug']Y]W]Wg'Wle[fzZMgžc
YUcfc' 'Wa' cg'Wb\ W]a Y]leg' YfW]gg' ei Y dgg]]U' Xj]Xc' U]gcz Yg]Y a UdUz
ei Y Uf' c' aca Y]c' Xg]b\ W]Ug' g]U ad]U ~cz dXY g]]Yf' i a U WM cfJ
Wle[fzZUfWb\ W]UdUfUc' d]f'Xc'

DUj fUg' WjY'; czg' DJU' 7Ule[fU]U' F•gJW' 9h] Yb\ Yfc' a]]U' 5h]b]c' Xcg
G]leg'G]jU'

5Vg]fUW

-bhYa]X%h W]h]f]h Ycf]U]f]i X YUfU'Xc' DJUZ W]U]U]W]cZ; czgž fYWj YX
cfX]g']Uga]M]X le' Dcfh[U' Zf [Yc[fU]]W]zfa U]cb' Uci]mi f d]i]U]]W'
5]gkY]e hY]f]ei Yg]N]g]b]X]]hYa U]i g]U]le[]hY]k]h' Ua UdUz\]WU]ci [\'
bch_bck' Wle[fU]]W]W]ei Ygž d]Y]U]X]k]h' hY_bck Y] Y U]X]f]g]i fWg' hU
dgg]Yg]X' X]Y le' h]gž h]g' a UdUz k\]W g' Zf X] bch_bck' \]g' a d]U]]cbz a U]n
g] [] Yg]U]Wle[fU]]W]W] cf]f]Y]W] b]X]Zf]hY d]f]c'X'

?YnikcfXg'; czg' DJU' 7Ule[fU] m]Fi g]]WA]]U]m]b]]W] 5h]b]c' Xcg' G]leg
G]jU'

-h]c]X, ~c'

C'Wbi ble' XUWle[fU]U]Wcb]U' XU 7U]U]U]U XY; czgž Ya '
[f]hXY d]f]Y]X]a ch]f]U]d]Y]U]g] U]W]]i fU] ~c' c' Wb\ W]a Y]c' XYi a U]W]gg]Y
XY d]c]Zgg]cb]U]g' Yb] Yb\ Y]fcg' Wa' Z]fa U] ~c' Ya' U]W]X]a]g' a]]U]Y]g' i]g!
W]U]g]Y]U]g' 9]h]g' d]c]Zgg]cb]U]gž Ya' U]hU] ~c' X]g]X' c' gfwc' LJ= Z]f]U]a '
Z]b]X]a Y]h]U]g' d]U] f]Y]f]Y]h]f' Yž d]c]f]U]b]cž Wa' i]b]W]f' U]f]j]f]g' XY a UdUg'
YU]cf]U]X]g' Wa' U]g]Y' Ya' a U]i U]g']Y]W]W]gž a]f]c]X]g' Y]g]f]i a Y]b]U'
U]d]cd]U]X]gž U]Ya d]Y]g]U]X]U]W]b]ei]g]U]X]U]5a]f]]W]@ g]U' CV]g]Y]j U]b]Xc' c' U]W]j]c'
W]le[fzZW' Xc' 5]f]ei]c' <]g]G]W' I]U]a U]]cb' f]b< I]ž f]Y]Z]f]h]Y' { ' ; czgž
g]Y]W]h]]g]U]z bck]a cg' i a' X]W]a Y]c' ei Y dgg]] X]g]b\ c' Y]g]U]b\ c' U]cg'
]U]U]X]g' Y]W]h] Yb' "Yg' Y]g]U]Y]W]X]g' d]U]Y]g]Y]]c' X]W]a Y]b]U]z cg' Y]a Y]leg'
Y]W]h]U]X]g' b]U' f]Y]f]Y]h]U] ~c' b-c' W]f]Y]g]cb]X]a' U]cg' i]]h]U]X]g' d]Y]cg'

Yb| Yb\ Yfcg{ 'jdcW'

5' Xj|NU gVY U acfjU ~c' Y fZE.BM/g' Xc' aUdU Z|
YgWfVfNUt' XbHfMf iaUWfU Ya' ei Y cij Xcf| YU' 5hhbc' XU 7i b U
GcraUcfZ UhbXY { ' gc'MU ~c' XY @gVcU dcf jZfa U"Yg' gcVY Ug'
Vbei |gUg' U Za' XY g' VgVf U VbZW-c' XY ia' aUdU [YU' Xc' 6fUg]"
7cbZfa Y U WfUz c' XcWa Ybc' Yhc' Wa' c' h'c' Mappa dos Ryos do
PilarZ%), žblgdUj fUg'Xc' cij XcfZ| YUcfUX' dcf| YbYf' gJM' Xc' gfhcz
c' ei Y Yj XbMU ia' d'X' le' c| jUc' dcf Yl dMj. bM/g' Y dZ| M/g' ci M/g' ei Y
b-c YUa Ug'Xc' néter Xcg Yb| Yb\ Yfcg"

I a' aUdU f' gJM' Z XY UW'Xc' Wa' c' XjZf' XY FULY'
6i fU žWadcb gYXgMhg"9gUYfUi a UjhdMU ~c VbZfNUt' 6fUg'
Xc' dM'Xc'Zei YW'cWj U U W' bU Ya' cdcg ~c' U' i fUbc' f' d'Yg' bUc' bU
a Yf'Gc' Yzdcf g Uj Yn Vb'g' XfU' c' W' XY [YbYV|] rU' Y d' jU' BUei Y Yg'
gMfi Yg'ZcbXY Uj jU' fU' h'g' Mfj U VbZfa Yc' ci fc' UfW'W'Xc' Xcg' Ylog' XY f'cgž
di W' Yl |g| U' Xc' Yb'hc' YXU' |g| f' , ~c' bcg' a c' Xg' XY @gVcU"

GfjU Yhc' Ua |ggj Y' Yb| Yf Uf Ya' fU' f' d'Yg' bU ~c' ia U
dcggj Y' Zfa UXY a Ud'g' f' gM/g' bc' g' f' W' c' LJ=Z' W' U' W' U' M' f' jU' a U' W' b' Y'
f' c' b-c' d'c' Z' g' c' b' U' g' a c' Xcg' g' i' g' f' Y' g' c' b' g' j' Yg' [YbY' g' Ya' Zfa U ~c'
UW'Xa jU Y Vb\ W' a Ybc' Xcg' M' U' Xcg' W' l' c' f' Z' M' g' a Ug' W' d' U' g' XY
d'c' X' n' f' ia U' f' d' Y' g' b' U ~c' W' l' c' f' Z' W' c' f' Y' b' U' d' Y' U' |g| f' U ~c' U' j' j' X' U' X'
j j. b' U' bc' M' f' j' G' c' 3 D' c' f' U' b' c' z' Yg' Y' M' U' U' \c' g' M' j' Y' U' d' M' g' f' f' l' c' j' c' W' E' U'
ei Yg' h' c' z' U' f' a' XY' f' g' j' U' Y' W' f' c' a' U' d' U' t' c' a' U' b' i' g' M' l' c' W' f' Y' U' c' bc' U' W' j' c' Xc'
5' f' a' j' c' < |g| G' W' T' M' U' a' U' f' c' "

Aclj U ~c' d'fU Ucf| U|jU ~c' Xc' a UdU

9a %)) žS' AUWg' XY Bcfcb\ Uzc VbXY Xcg' 5fMg' Z' YbWfUc'
VW' XY VbW' Ubcg' Wa' c' c' d' f' a' Yfc' [c' j' M' b' U' c' f' XU' 7U' d' U' b' U' X' Y; c' j' z' g' d' U'
U' g' j' a' f' c' W' l' c' XY j' M' f' Y' Xc' 6fUg' z' d' c' g' c' ei Y c' W' d' c' i' U' f' %* \$" DUU
g' Vg' h' i' ?' c' Ya' ; c' j' z' g' Z' | Yg' W' \ Xc' S' " a' j' U' c' L' j' M' G' c' d' Y' \c' XY H' j' c' f' U' VbXY
XY G' c' A' | i' Y' f' l' c') ! %) - E' Bc' d' M' c' Xc' XY g' U' U' a' |g| f' U ~c' z' Ug' 7c' f' c' U' g'
N' f' M' g' X' g' b' U' j' U' a' b' U' 5' a' f' j' W' Xc' G' " g' U' g' Z' c' b' Y' U' g' VbZfa Y d' U' W' U' c' bc'
H' U' U' c' XY A' U' M' f' l' c') S' E' Bc' Yb' U' b' c' z' c' d' X' M' c' g' c' d' f' a' Yfc' a' |g| f' c' a' U' f' e' i' . g' XY
Dca W' b-c' Yg' l' j' U' g' U' g' Z' l' c' Wa' c' g' M' a' c' g' Xcg' U' W' l' c' g' X' d' c' a' z' |g| g'
VbX' n' Xcg' dcf 5' Y' U' b' XY XY ; i' g' a' ~c' Wa' c' g' Yg' l' b' c' g' " E' i' Y' f' U' Dca W'

fj yff U VbWgg-c { '9gU\U XU 7c' bJU XY GULa Ybz ei Yghc' ei Y
gij i 'Ucg'VbzZ'cg'dggUg'Wa'; i ga~c" Cg'Ucg'XY Dca VU'Wa hUa'
Wa Ubi U~c Xc HULX'XYAUM]dcfa Yc Xc UMXc XY9'DUXc Ya %*%

C' dMfc' YbY' cg' Xcg' HULXcg' a UFW U ZfY NbXbMU { '
VbUjU~c' Xc'9gUc' dcfi [i . g'gYbXc' Dca VU' fcdYgYbUby a Ucf XYggU
dc: HUEi YgUffj UbUWE. bMUXYVb\ Wp Ybc' Wbc [fzWUa UjLXc' XU
5a ffW @ gUz' ei Y ja dUMj U Ya 'gi' Vbhc' YUa bglUj c" DcfUbz' YU
bWggzfc' b-c' gCEI Wmf c' a UMa Ybc' YUXY ja JU ~c' XU ZcbMU YbY'
Dcfi [U'Y9gU\Uza Ug'Ua Vja 'cMF bZfa U" Yg'Xg'fM]' Yg'Xc' bMfc'!
fYgUUbXc' cg' gMfi Yg' cbXY Yglj Ua 'cg' UfUg' U fzZfcg'! 'Y Wa d]U' YgY
Vb\ Wp Ybc' li a UWMUdc [fzWUc' GfUg'"

GUWa cg' Xc' fZMc' XYggU a YXU Ya'; czg' dcf i a UWMU
YgMU Ya' %), zc' gi' U lcz' c' cij Xcf [YU' XY; czg' 5hbhc' XU 7i b\ U
Gci ka Ucf f%) !%), E' UMBU { g' cXbg' fWwNg' XY @gUz' ei Y
Xa UbXj U bZfa U" Yg' gcVY cg' i [UNg' Y djcUcg' Ybc' M gYbNg' bU
7UrbU' AYUcbYZGUU @ nUz: `cYg' Xc' DUb~zFYa fXcg' BUj NUXZ
GUfUXUDUa UZG-c: f] ZHUfUg' YDU" C' Xc' Wa Ybc' bZfa U Ug' Xg' bMg'
ei Ycg' bM] Ua YXU\ Yg' gcVYU\ Mcl fUUYa lfhc' Xuei U' cgb' Wcg'
i fUbcg' gYZfa Ula'"

S.r/Porcargas q. Receby do Vi/Rey da Bahia, é do G.or desta Cappitania é de huma que/directam.te meveyo escripta por Diogo de Mendonça Corte Real/Secretario q. foi desta Repartiçãõ: Me ordena V. Mag.de/q. eu mande a todas as Camaras desta Commarca q. faça cada/huma dellas huma Relaçãõ dos lugares e Povoaçoenz do Seu/districto, Com os nomes, e as distançias q. há de humas, á outras/praticandoçe a mesma descripçãõ dos Ryos q. pelas ditas Povoações/passão, individuando os Seus nascimentos, e os q. São navegáveis/É q. em cada huma das Villas Se declare as distancias de legoas/ou dias de jornada q. há das outras Villas Circonvezinhas/Sendo estas noticias Topogra/phicas p.a Se puder formar huma Carta geral de todo o Brazil,/Com individuação das Serras, estaballecidas nos Certoens p.a/Cujo fim me recomenda V. Mag.de esta deligencia/E cuidando eu logo, em exe-/cutar o q. V. Mag.de me ordenna, achey grande deficuldade em/o conSeguir, pela impiricia de q. São dotados todos os Camaristas/desta Comm.ca; pois hum Sem mais actividade doq. p.a Mineyros,/outros sem mais sabença q. a de Criar Gados nos Certoens, Rusticoz por/nascimentos e criação ignorantes por natureza, não Sabem q. couza/he Levante, ou ô Poente, Norte ou Sul, nem tem intelligencia al-/guma dos Rumos p.a que conSerteza fizessem o Mappa q. V. Mag.de. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 892).

5' XgMb Ua UbZgU dcf Gci lea Ucf bU WbUWXY Xcg
 Wa UfgUgXUWa UWXYJ]U6cU*Ya 'cf [Ub]F]bZfa U "YgVj YgUgMYa '
 YbWa b\UNgUc FYbcZ]b\UdcfU[i a Ybc'ei YUei YU[YbYX]j]Uf]g]W
 Y] bcfUHYUbuUifUa YbY]zV]"BUWbX] ~cXYU YbYXU7cfUz'ci]Xcf
 fdcX'nic'acXc'Wac'Ua YMcY dMWUUVbci]gUz'ci'gYUzWac'ia '
 Y]hgc]M]Mc \UMUc'dcf[YbYdi W]V]r]U"

8Y UMX'Wa 'GWkUfm]fSSZ d"%\$%&LdU Dcf] [U'cg
 \UM]UhgXYg]gXca]bcg]bU5a]f]W]V]g]h]i]La'ia Uddi U ~cZa Ug'b-c'
 Zfa U]a'ia'djc"9U]b]b]W]j]Y'Ucg'ig]Ubcg'ei YUa YgWXY'cf] Yhg'
 a]g]UgYX]Z]Y]b]g]W]h]Ug]f]b]M] Y]Ug]z]b]U]f]Ug]X]U]M]U]Z]Y]i]f]o]d]i]g]Y]Y]g]M]j]cg'
 U]M]bcg]f]i]g]U]gg]Y' bU'cf] [Ub]M]U]X'XY'ia'djc"FUc'dU'eiU'cg'
 a]U]i]g]M]g]Xc'5<I'f]dc]f]U]a'ei YUcg'dcf] [i]Y]g]g]X]U]D]Z]M]U]Z]d]f]W]U]ei Yc'
 ÍDU]g]6]U]g]'YU]U]a]V]b]Y'XY'd]gg]U]g]XY'W]b]X]~c']Z]f]c]z' b-c' ai]e'
 W]b]Z]j]Y]g]Z] Y]b]Y]U]j]Y]b]i]f]U]Z]X]Y]W]Z]M]V]z]M]U]c'Y]]hg'Y]b]Z]U]W]a]c]X]X]cg'U]cg'
 g]i]g'\z]V]g]f]i]X]a]Y]b]U]g]Y' d]i]W']j]Y]b]j]cg'Uc'g]W]b]z]f]c'XY' [cj]Y]bc'XY'
 ; c]z]g]z]b] [Yc'Xcg'G]h]g]7]U]X]cg'f](-!)E]M]U]a'Y]g]h]g]cg]M]U]cg]X]U] .b]Y]g]Y'
 Xcg'd]j]c]U]c]f]g]z]X]g]g]a]]b]U]c'd]Y]U]g]a]]b]U]g]Xc'g]M]hc'U]W]U]b]c]j]c'X]g]W]M]h]z]U'
 W]U]b]c]j]c'U]f]U]"

9a' c]M]c'Uc' [UM]M]Y' dcaU]bcz' 7U]X]cg' XgM]j]Yi' Ug'
 U]f]a]U]b]U]g'ei Y]h]g]z]fa]U]a']b]X]]M]cg' X]g]W]g]g]M]U]X]cg' Ya' a]]b]Y]cg' Y'
 Z]i]b]X]Y]cg' Wa' d]c'Y'~c'bcg'b'W]cg'i]f]U]bcg'5'g]c]V]M]]r]U'~c']h]g]M]h]U'
 d]f]M]U]a]Y]b]Y'bcg'U]f]U]U]g]z'c]W]g'g]a]V]c]g'X]U'f]y]g]h]b]M]U'Y'g]i]d]M]U'~c' {g'
 U]j]Y]g]X]U]X]g'Y]b]W]b]U]N]g'bc'd]c]W]gg'XY'X]c]a]]b]c']M]f]c]f]U]z]a]U]g']R]a]V]fa'c'
 Y]g]U]c' d]V]W'bc'eiU'U'Y]g]i]h]f]U'Y]g]U]a]Y]b]U' W]U]M]f]g]M]U'X]U'g]c]V]X]U]X]Y'
 W]cb]U'g]Y'a]U]b]Z]g]U]U' C]g'Wa]U]f]g]U]g]b]U]j]]U]Y'cg'a]Y]a]V]cg'X]cg'W]b]W'cg'
 bcg'U]f]U]U]g] [c]]U]bc]z]W]a]d]b]U]a'Uc']U]f]ei]]U'c]W'W]a]c'd]U]f]Y]Xc' [fi]d]c'g]c]U'
 a]U]g]U]M]g]U]Xc'Y]d]X]f]cg]z]W]b]g]X]M]U]Xc'cg'Í]d]f]M]U]g'X]U]M]U]U"

Paulistas, misturados com Emboabas, / que a-/Sim chamão aos filhos do R.no / mas de taõ infima qualidade os do R.no, que/talvez não Soubesem dizer de que Freguezia eraõ, ou Bancarroteiros, e/dezertores das Minas geraes, S. Paulo, e Cuyabá, que acosados de

¹ Durante o século XVIII, Vila Boa foi a única vila fundada em Goiás, e era onde estava localizada a Câmara dos vereadores. Para auxiliar a condução administrativa e judiciária da comarca, foram criados nos arraiais os concelhos. Estes eram dirigidos por juizes ordinários - eleitos pela elite local - subordinados ao ouvidor; estavam subordinados à autoridade do ouvidor-geral que ficava na vila sede da comarca.

dividas,/como ainda hoje custumaõ, Vem buscar os haveres, que Se manifestaõ/mais modernos; esta Casta de gente foy a que Sempre deo principio a esta-/belecim.to de Minas, e a que mais/francam.te as povoaõ [...]

Outros/que aqui exercitaõ alguns Oficios, como Sapateiro, pedreiro, ou/Alfayate, anoitecem of.es destes of.os, e amanhecem homens de negocio,/e o modo hé: pedirem a algum Sugeito abalizado em cabedal, que te-/nha Correspondentes no Rio, Bahia, e Pernanbuco, que lhe dé hum/abono p.a aquelas p.tes, que vem a Ser cartas de crença, p.a lhe confiarem/algum comboy de Negros, vem com eles, e quando já entra nas Minas,/hé transformado inteiram.te em outro Caracter de Sugeito, já esquece,/ou Se esquese de Ser chamado Simples Mestre fulano; mas quer o tra=/tamento de Ser adjetivado em o de Sr. fulano, e Se o demo o tenta em/querer fazer figura, vestir-se em corpo com vestidos de parada, ter Ca-/valos de Sela de paseyo, o acompanham.to de pagens, que Saõ negros, que/naõ fazem outra coiza e Sobre tudo Maitresa, que consiste em/negra, ou mulata /que de outra cor naõ tem câ merecim.to; ou valia/com os quais naõ há oiro em Minas que baste, p.a Se despender com elas; pois/há pessoas, que por huma Só Viagem que fizeraõ no Seo barco, lhe daõ/quarenta oitavas, cada huma de doze tostoës, e o mesmo era quando valia a/quinze, ou Meya Libra de oiro, que Saõ Secenta e quatro, e em Sima/pedem lhe perdoe aquela Limitaçã; pois Seo d.o Mancebo intenta/emparelhar Com os principaes da terra, e introduzir-se Com os gran-/des, ou entrar na Camera, e dentro em hum anno Ser Juiz Ordi-/nario, a lastima hé que tudo Consegue (AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740).

7UXgc' Y Gci kra Ucf Xá chglla 'VMU jWbzfa NUXVá'
Udc' jWdc' W gYij U i gUbuUXclUUC' djclá Ybc' XYi a UFM | -c j UglU
Y Yllá Uá YbY i WUj U' gMhá !gY Xa Ji logē ei Ugy ja dchbhg' Y jgc' UXg'
li a UMFUhc' XglbhYXY @gvcUzWá Uj Uá ' dYc' ZffUYWá Ybc' XUi lcfNXY
Y Vhlc' Y Xc' 9glUX" Cg' XigYcg' Xcg' ZbMbzfcg' WcbjUg' dLFWá'
jWYbhg' Wá 'UZfa UXc' jY Ygja Ybc' XY Dcflá [U'bc' MfjGfc' XY; czgē
WUUMfLNU dYUd fcfNXYbUUFWNU ~c' XY ci fc' Ya jMUg' dYWjgg'dcf
a Yc' XY dlcWggg' f' gMgē i jh' hXc' gY XU YgMj Xc'" 5' | bcf| bWU Xcg'
Wá UfgUg' Ya' fYU ~c' {g' fNzE bWjg' [Yc' fzWgē ei Y lúbc' jXj bci'
Gci kra Ucf gMjY dLU Xá chgllf' c' ei Y dLU GfMg' f%- % d' ' *! +E
gl bWj Uia UU ~c' XY Dcflá [U' XY jhbYjbu' UUbXbc' dLU Wá 'c' GfUgē
dYc' fWj c' ei Y U Vbei jGU dYcgMggY bc' Wá fWjz bU jXg jGU Y bU
jgfi, ~c/ Ua YfGfc' YgW \ JUUXdUf a YXNg' XY dXWz' Yg' Vá jg-czWá c'
{g' WbzifNUG' Ucg' gMhYg' XY; czg' fYgll "Yg' { ' VAWU ~c' XY jfcgē Uc'
YgUYWá Ybc' XY jdc' fUj gē { ' VU ~c' XY YgWUg' Y jgfi, ~c' dlcZggcbU"
: cUá ' XWg' Yg' ei Y ja dUMfá ' Zffá YbY U Zfa U ~c' jHYWU' Xc'
WcbjUXf Yz ZjcfWUá ' c' dYXca jbc' XU WlhfU cfU' Ya' XWfa Ybc' XU

WlhFU YHUNUG@J5Z88%Zd"o%ZL"

8]c' hXc' lggZ Dcfh[U' b-c' gCFYWWi' Wac' Zhi gc' Xcg' dci log' V]UX' dcf YggY' bXj' Xi' cg' VbhgX]UX' X]gi U]UX' C'a UdU Mappa dos Rios do Pilar' XY%), 'f'ia' Y'Ya dc' XY XcWa Yhc' V]UX' dcf YggY' [fi dc' gVU' ei Y b-c' Z] X]gV]UX' Y W]ci' Uf' cg' X]g' U]UgZ X]a cbg]UX' ei Y U]ngf X' d]YbW]cZ U]a U XY hXc' YgljU U j]g-c' d]U aZ]UX' gUa]g]UX' f]gXU' 7cfY"

C'a UdUXc DJ'U"

5Wad b\Ua' c' XcWa Yhc' Xcg' a UdUgZ g]hXc' c' d]a Y]c']h]UX' V]a Boa de Goyas e tub o que pertence ao seu temo' f]c< I S75FHSS\$, Z8", *, /: 5F-5Z88%Zd" **!* +EZYU]UX' Wa' c'ci j]Xf' c' X]g]b\c' Z] YU]c]UX' d]YU' 7| a U]U XY J]U 6cU' 7cad]YbXY' c']M]a c] f]M]g]c]E XY J]U 6cU' g]XY XU' 7U]h]U XY; czg' b]XW U]g' U]f]g' XY Y]h]U ~c' Xc' ci f]Z' cg' Wa]\cg' Y]h]Y b'W]cg' i f]U]cg' Y' cg' g]h]gZ' Y U j]M]YU ~c' ei Y Y]gZ' f]d]Y]h]U]U Ya' Z]fa U d]M]h]W' bZ]fa U ei YU =\UXc' : Y]c' f'c' a Y]M]bc' XY c]]Ya" BU ac X] f]U Y]hc' U]g' [f]UX U" Y]g' Y | b]i' cg' 5ei U]YUX' YW]h]Wc' XY]h]c' YXU' Y] Y]b]U]i g]UX' g'Ya' Y]g]c' V]h]c'W" 9g]Y a UdU Y]gZ' X]j]]Ua Y]h]Y W]g]UX' U'c' a U]i g]M]c' Y dc XY g]f' V]h]g']UX' bU c]V]UX: U]U'Z V]U]"

C'g]i bXc' a UdU b]c U'c' a U]i g]M]c' f'c' c'V]c' XY]h]Y]g]Y X]g]Y]h]U]cZ' c' f]YU]b]a' cg' U'c' XcWa Yhc' XY Gci]ca U]cf f]W]h]a Y]h]Y X] f]h]Y U d]g]i]gU XY b]cg]U]ng]Y XY Xci]cfUX' f]U-9F5' >i B-CFZ 88%)E U W]h]c' [f]U]U Ya' ei Y]hc' f'c' Mappa dos Rios do Pilar' f]c), E f]]i f]U %E' 7U]g]UX' U]f' c' aca Yhc' d]Yc' Catálogo de Cartografia e Iconografia Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino Z]gV' c' h]c' Região entre os Rios Maranhão e Cixás' f]c< I S75FHSS\$, Z8"o%ZL" (/: 5F-5Z88%Zd" (* (E]Wa' X]U]U]b]Z]a U]Z]W]g]h]X' g]ca Y]h]Y U]f]Y]E b]M]U'c' g]f]W'cZ]g'Ya' Ua d]j]U ~c' XY g] U]W]Z]W'c' YU]c]U]U Ya' d]d]Y' Z]M]UX' bU' b]]U]W]b]Z]a Y U]ng]U a U]W]X]Z]i U]ÚCFBC]²"

2 Os fabricantes italianos estavam entre os maiores fornecedores de papéis à Portugal, as marcas d' água ajudam a identificar os fabricantes ou a localidade da fábrica produtora, é o caso em questão que remete à povoação de Vorno, próxima à cidade papelreira de Luca (SANTOS, 2015, p. 91).

9UcfcUc' dyc' f i h'icfXbzfc' 5hhbc' Xcg' Gubleg' GJj U ei Y c'
 Yld g' Uc' cijXcf Ulfj jg' XU Relacaõ dos Anayaes sujeitos aos de Nossa
 Senhora de Pilar; sus distancias ryos e seus nascimentosz' XgYb\c' XY
 Vbq i fU ~c' g'ladYg'WfUWfU'UgYdcf gfi a UVYUfndYgYbU ~c' UlfjJWZ
 dcfja' XgYbY' Xg' cfjYbU"Yg' Xcg' aUi Ug' hfVbWg' i h'U'Xcg' dYcg'
 Yb\ Yb\ Yfcg' dcfia i YgYg" C' ei Y hXW ei Y c' dcfWggc' XY Vbqfi, ~c' XU
 Wbc[fUfUYc' fYUc' Xcg'gMfi Ygb-c' UWhfWf' gca YbYdcfa Yc' Xc' gUMfXY
 Wb\c' UWXa Jw" 5' dCFU Y lgbWU Xc' a Udu UhgU ei Y U U g bWU XY
 hqfi, ~c' Wbc[fZfW Y c' XgYb\ Yb\ Ybc' XU hUj ~c' [Yc[fZfW b-c'
 gMj fUa XY' a dXa Ybcg'Ucg'cf[UbfUXcfYg'Xc' XWa Ybc" C' ei YXa chqfU
 ei Y U fndYgYbU ~c' Xc' YgdU c' U dUff XU j j. bWU Ya dffW Xcg' gfi g'
 WUXcfYg' UdfY XY b-c' gY UXeif {g' YI. bWf' hfVbWg' XU 7cfhZ
 fYgcbWU {g' bWf'g'XU'Xg' Xcg' ei UJW'Xcg' Wac' "rústicos por nascença e
 ignoantes por natureza" BU j YXU'Z YU ia U fndYgYbU ~c' [fcgYU Y
 ai Jc' Ygei YazfWZa Ug' ei Y gMj U dU U Wa dYb'g-c' Xc' YgdU c' Xcg' ei Y
 \UfjUa ; czg'

ggc' Xa chqfU ei Y U Y dMf. bWU fndYgYbUj U Zc' dggf Y'
 gla' U bWf'g'fU Vbq fUcfYbU ~c' XY ia' Zbc' Waia' XY hfVbWg'
 YgdWf'Wg' a Ug' gla' XY hfVbWg' Xg'cbj Yg' a Ygac' ei Y Ya' a Ycg' hc'
 XZfYhg" C' a Udu f' gJW Yb\ U'c' dYcg' \UfUhg' XY [czg' Xa chqfU ei Y
 b-c' Y lgyia UhfVbWf' b j Yg' YU'Ya dcfU' dU U fndYgYbU ~c' Xc' YgdU c'
 9a ; czg'cg' bXj X'cg'g'YgZf, Ufa' dU Ug' fYU'W'U'Na Wa' c' gM' YgdU c'
 Wa' fYg'cg'Ug' UXeif U'Ug' {g' g' Ug' bWf'g'XU'Xg' C' Zi le' Xgg' U Vbq'W'WU
 YgdU' dXfU dUfW' f' gJW' Ucg' ei Yg' Ydi Uj Ua' dcf ci fcg' dUf' Yg' XY
 fndYgYbU ~c' YgdU'Zb-c' dU { ei Yg' ei Y Ug' W'Ua "SY WfU'Zfa U'c'
 a Udu f' gJW' Uei] UfYgYbU'c' W'Ua U U U'hb ~c' dU U Ug' [YbMU' hU] Yg' XY
 ia U Wbc[fUfU [YU'U Ya' dUf' Yg' W'f'Ug' XZfYhg' Y ei Y b-c' dX' gY
 Uj c' fYa' fYZE. bWU i b j Yg' U'Zgc' V dU X'Y X'gei UJW' a c' gi a U Wbc[fUfU
 [YU'U U dUf' X'Ya YbU' X'Xg' YgdU' U g' W'f'Ua YbY Xg' h'Ug'

5YbU'Xc' Uc' dcfU'g'c' Xc' dcfWggc' XY Vbq i fU ei Y gY
 XgYbW'XUj U bUei YU fdcWZ U'g' fndYgYbU"Yg' Yfa' bWb'j U'Ug' Y
 Y [h'U'U'g' dcf g'fYa' Xg'W' "Yg' fYg' fU'Yg' XU U ~c' Y dcfU'G'fU Y XY
 c'WdU ~c' g'c'VcfX'bg'YcfjYbU"Yg' dcfia i YgU"

v' ai]c']hYg]hY U ZfaU Wac' cf]U]nci!gY Ug
]zfaU"YgZ WãUUh, ~c'c'igc'XYiaUgaVc]]Ud]G]U]Z]X]Y]hY XU
]hU] ~c'Xg'aUi Ug'XYW]c]]U]XU]]c'W]f]Z'G] 9BCZ&&%Zd" \$+!%E'v'
 XYZ]c' ai]c' W]cgUYgh]i]fUV]W]d ~c'U]g]W]X'X]g]b'c'"Gi g]W]X'
 Wad]Y]b]X]f Ucd ~c'd]U]g'W]Y]g'c'Z]h'c'YU]U]Y]d]z]g]W]U]]f]d]Y]g]h]U]U
 W]c]]U]W]ã] Y]h]Z'YãV]ã]cg'X]g'd]h]f]U]g'd]Y]g]h]g'b]U]g]]f]Y]g'Y]b'c']h]f]c'
 XYU]]iã]U]g'f]g]X]b]W]g'aUg'U]M]g]U]M]g'X'U]f]U'X'c'D]U]f'd]h]g]ã]cg'e]Y]b'c'
 g]f]U]hc'X]g]f]c]d]g]U]X'g]]Y]f]e]iYU]]g]d]U] ~c'd]M]W]d]U]c'aU]U]h]ãU
 d]c]f]Y]Z]f]b]U]Y]g]g]U]g'd]h]f]U]g'Y]c]i'U]f'aY]g]ã']ãU]]b]f]e]iYU]]f]d]Y]g]h]U] ~c'
 g]YU]U]c]M]U]X]iã U]f]g]U]X'c'd]j]c]U]X'"G]M]U]ã]i]c'g]]Y]g]]c'Y]h]Y]]U]M]ã]]b]f'
 U]d]c]g]]Y']f]U] ~c'XU]U]Y]d]Y]g]h]Y'Yã']f]Y]U]g'Y']f]g]X]b]W]g'cg'U]f]g]U]g'
 f]h]c]Z]g]d]b]U]g'b'c'W]h]f]U]Z]g]Y]U]g'f]d]Y]g]h]U]"Y]g'W]c]]f]Z]U]g'e]iY]Y]g]ã]cg'
 U]e]i]X]b]cã]b]h]X'c'd]c]f]f]g]]M]g]ã"

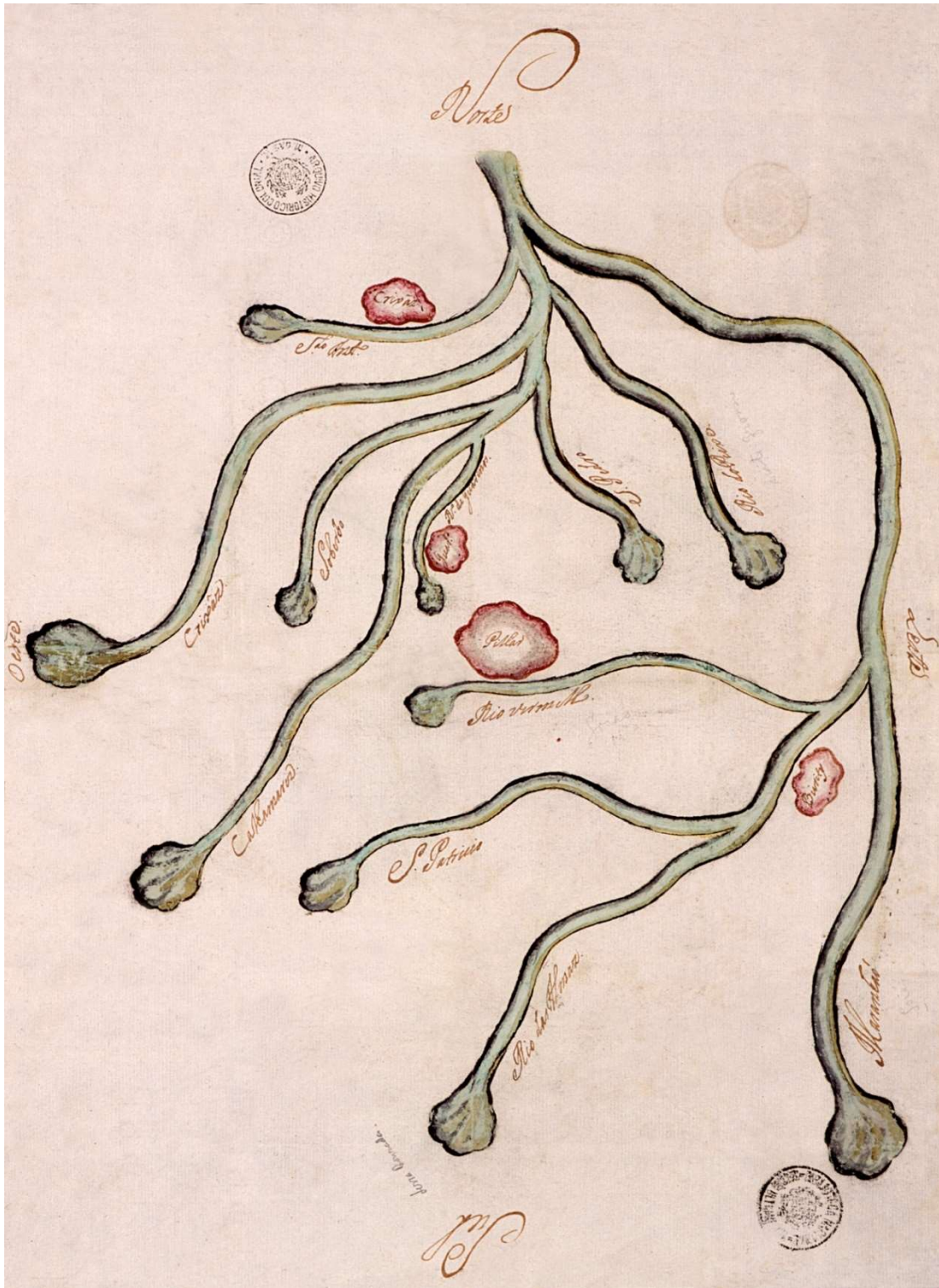
Bc'aU]U]U]ã\]M]c]]U]Z]U]Yã'W]f]j]Y]X]Y]h]iãU]Z]fãU]e]iY'YãV]U
 cg']h]h]z]W]cg'X'c'd]j]c'g]Y'X]g]U]W]Z'cg'd]j]c]U]X'cg'Y]g]h'c']f]d]Y]g]h]U]X'cg'Yã'
 W]h]c]f]bc]g'e]iY'YãV]ã']h]j]Y]g'b]U]W]f]j]YãYãU]Z'U]g'•]h]W]g']f]Z]f]b]U]g'
]Y]c]]f]Z]U]g'g'c'cg'd]c]h]g'W]X]U]g']B]c]f]h]Z]G'Z]C]Y]g]Y]Y]ã]g]Y]Y]ã]M]g'Yã]c]f]b'c'
 X'c'X]g]b'c'"B'c'X]g]d'Y'XY]W]h]W]c'Wã'Y]]Y]h]ã]U]ã]U]g'Y]g]U]Y]b]h]f]U]g'Y]b]U
 Relaçã dos Anayaes sujeitos aos de Nossa Senhora de Pilar"" e]i]Z'd]Y'c'
]h]c'W]h]f]X]Z'g]Y]b]W]f]Y]U]XY'X]g]M]j]Y'c'aU]U"]C]g']f]c]g'e]iY]W]b]ã']c]g'
 U]f]U]g'X'c'8]g]h]c'X'c'D]U]Z'g'c'Y]Y]g'c'G]h]c'5]h]h]c]Z'7]h]U]Z'G]c]V]ã]c]Z'
 7]U]ã]U]f]h]Z';]i]U]f]c]g]Z'G'c'D]ã]c]Z'X'c'D]h]Y]Z'J]YãYãc]Z'G'c'D]U]f]ã]Z'X]g'
 5'ã]U]g]Z'c]f]h]U]X'cg'd]Y'cg'd]c]h]g'W]X]U]g]Z'W]h]Z]fãY'X]g]ã]M]g'd]Y'c']i]h]i]U'c'
 c]i]j]X]c]f]]Y]U]Z'e]iY]f]j]Y]U]U'c'Z]U']e]iY]U]g']z]fãU]"Y]g]]M]ã'XY'd]g]g]c]U]g'e]iY'
 W]b]ã]W]ã'cg'Wã]]ã]cg'Y]U]f]Y]]c'"

Copia do Mappa/que me remeterã o Juizes Ordinr.oz/do Arrayal de N. Sr.a do Pillar.
 Relaçã dos Arrayaes/Sugeitos aos de Nossa Senhora de Pillar, Suas distancias/Ryos e Seus nascimentos.
 Há neste continente quatro Arrayes/Sugeitos as Justiças de Nossa Senhora do Pillar/a Saber, este, o de Guarinos, o de Nossa Senhora da Conceiçã/de Chrixas Cituados da parte do Norte, é o de Sam Seb/bastiam do Boroty da parte do Sul.
 No de Pillar a Guarinos tem/A distância de tres legoas; do de Guaninos ao de/Chrixas, Sete Legoas, é do de Pillar ao Boroty oyto/Legoas.
 Pelo Arrayal de Pillar/passa Hum Ribeyram a que lhe chamaõ Ryo verme-/lho, o qual pelas Suas poucas agoas em nenhum tempo/Se

navega: terá 9// Legoas de cumprido. Nasce da parte/de Oeste, Correndo para Leste fas barra no Ryo/chamado das Almas, Caudelozo, em todo o tempo/por elle podem navegar Cannoas, nasce este da parte/do Sul, Correndo para o Norte fas barra no Ryo/Maranhaõ, e terá de cumprido 25 Legoas, ao pé/de Cujo Ryo das Almas Se acha da outra parte/o Arrayal do Boroty abayxo da Barra do R.o/Chamado Sam Patriçio que nasce do Sodueste com-/nove legoas de Comprido. Pelo Arrayal de Guarinoz/passa hum pequeno Ribeyro du mesmo nome do/Arrayal, o qual naõ tem capacidade de navegarce/tera de cumprido tres legoas nasce da parte do So/dueste, Correndo para o Norte faz barra no Ryo/Chamado Calhamary, q. hé também de poucas agoas/é Só nas [?] dellas podem por elle navegar Canoas/Nasçe daparte de OesSodueste, Correndo a Nor/deste faz barra no R.o chamado de Chrixas, e terá/Chrixas [ilegível] ficando hum e Outro Arrayal Comais outro Ri/Beyraõ aque chamaõ O Soberbo [ilegível] e em tempo/De Agoas por Ser Rebaixado nas Secas, tam humilde/q. Seca tera de cumprido Sinco Legoas [ilegível] Sodueste/p.a o Norte e faz barra no Calhamares. O Ryo chamado Chrixas/nasce da parte de Oeste, e Correndo para Nordeste/Como Comprimento de Sem Legoas q. So podem navergar/Cannoas em tempo de muytas agoas em Rezaõ das grandes/Caxueyras de pedras que tem; faz barrano R.o chamado/Maranhaõ/Seguesse hum Reacho/Chamado Santo Antonio que fica junto ao Arrayal/De Chrixas nasce do Nordeste, Correndo ao Norte/fas barra no R.o Chrixas, e terá de cumprido 18 legoas/Há outro Ryo chamado de Saõ Pedro/nasce da parte de Leste Correndo p.a o Norte Com/des legoas de Comprido faz barra no R Calhamaros/Tambem de Leste nasce o R.o do/Peyxe, Correndo ao Norte com 16// Legoas de cumprido/fas barra no R.o Chrixas, e por nehum dos douz Se/navega, mais que em tempo pode Agoas por Serem/de poucas nas Secas. [...] Segundo a informaçãõ que/tirey por pessoas Verssadas por Caminhos deste Conti/nente, hé o que pude desCubrir Com individuação/a Cerca da Relaçãõ que Se me ordena Remeta é/Com mais Clareza Se pode ver no Mappa que/já por outra via Remety. Pillar e de Março/30 de 1758// O Juis ordinario de Pillar/Antonio dos Santos Sylva.

**9'dfUWdUf'c YgZf, c'Xc'fYUc'Yc'Wadfa Yhc'Xg'cfXhg'
 fUgZGdea UcfVhM J Wa Ug'ndYghU "Yg'Wlc[fzZUg'Xg'a hUg'Xcg'
 gMfi Yg'XY; cJg"**

Seguesse o Mappa dos Ryos/do Pillar é o de Villa Boa de Goyas Cabessa da Commarca/a vista dos quaes, V. Mag.de mandarã o q. for Servido. V.a Boa/de Goyaz 30 de Abril de 1758// O Ouv.or G.al e Corr.or da Com.a de Goyas/Ant.o da Cunha Soutto Mayor



: ||ifU % 5hhbc' Xg' Ghhg' GJU" Mappa dos Rios do Pilar" %), " 5< I S75FHASS, z8" %) ("a Uigllc' "Wc" Xiglb' c' Ublbei ja "Xa Ybg" Yg' (& ' l' S; 'W" 5blc' { 'Relação dos lugares e povoações da comarca de Vila Boa em 1758' < I S57@S7I SSS, z71" %) z8" , - &L'

.
.
.
.

DcfllbzUWfUX'ci jXcfU'fY]f5<ISS", - &ZUMgWbH!
gYaUg'ia 'aUdZcf|U|UX'dYc'f|ncfX|zfc'Xc'UfU'Xc'DJUZ5hhbc'
Xg'Gublg'GjUYZUgja 'WbZaUbXc'Wac'XUJ ~cZc'XUXYg UfNa YggZ
' \$XYaUf;cXY%), "'

DUU WbW]Z XyjYacg' fYggUf eiY YgYg' \caYbg' gY
fYU|bU|a Wa 'UgYya 'gmj], cZlfcWg'XYZjcfYg'Y|fU]Xczbia 'aibXc'
Yg|U]W'eiY H\U dcf jUcf dj]j|f|cg'Y fWadhbgl'UWb, UXcg' dYU
WbXIUdcVuzj]hcgUYWfUcgU"Cggmj], cgdYgUXcg'YUa XUX|a]W'Xc'
dfcWgg'XUcWdU ~c'Ycf|U|U ~c'Xc'fH]Gf'Yz|UfU|a 'cg|adcfUhg'
Ucg'XYjUgU|Ya 'Wa 'c'9gUX' i'gc'Yc'gblja Ybc'XY dffWja Ybc'
{eiYU gcVXUXY" DU]Ma YbY Ya 'lcXcg'cg' aUdUg'Ybcg'fllcg'eiYcg'
UwadU\UaZyhc'[fU]Xcg'cgba Yg'XYeiYa 'cg'aUbXi 'YWMfY'ei'cg'
YWMeiZ'Wac'dcfjUXYZYXUXY{'7cfUeiYzdcf gUjYz'fWb\WUcg'
gmj] cg'Xcg'gmi'g'g'X'gZdcf aYc'XUbcayU ~c'dfUW]cg'Xg|V] ~c'XY
H'cg'Y dUhg' a]U]YgZ XcU"Yg'XY fH]Ug'Y cilcg'VbYZM'gZ Ugja '
WUMf]jUUa YWfUWgg-cXY[fU]UYVbYZM'UU[i]faLWac'\zV]c'
bUg'fYU"Yg|bH]dggUg'YyglifUhg'Xc'dcXf'ig'fBCFF9, Cz88%Zd'
%(!%+E!

FYZE.bV]gV]c|fzZUg'

6CFF9, CZAU]U5dUWfUXYA YbYng A teia mercantil b]C]g'YdcXfYg'
Ya G-c DU'c'WcbU'f%%%*)E'G-c DU'c' 5Ua YLZ88%\$'

6F9H5GZ; YbYgW': YfYU"Hstória da instrução pública em Goiás"; c|]bU'
79; F5: #:; Z%- %8

6I 9BCZ 6YU]ni DJW'clh' GleiyfU' Desenho e Designio' c' 6fUg' Xcg'
Yb|Yb\Yfcga]U]Ygff)SS%&E'G-c DU'c': UdNgZ88%88

: 5F=5Z AU]U Si W XY" 7Uz'c|c' XU WY, ~c' Wllc|fzZU Y]Mbc|fzZU
aUigM]U Xc' 5fei]c' <]g]W I H]Ufbc" F]c' XY >U]Yfc. Aigmi XY
5g]fca]UY7]. bV]g5ZgZ88%88

G5BHCGZAU]U>cgf: YfYU'Xcg'"Marcas de Água'g'W'cg'L-J'!'L'L'"GubU
AU]UXU: YfU H97B=79@D5Z888%)"

G7<K5FHZ GhUli6" Gente da tena brazliense da nasção - Pensando o
Brazil UWbgl, ~c'XYia Djc' -b ACHZ7Ufcg'; i]Yfa YfH] 'E'J]U Ya '
]WadYUUYldm] b]U]U]g'YfUf)SS'E'888E'G-c DU'c'. 'G9B57Z888'
G@J5ZAU]U6YU]nB]mUXU"Cultura letada e cultura oral no Rio de Janeiro
dos vice-reis"G-c DU'c'. I bYgZ88%)"

J-9F5>i B-CFZK]gb" Cartografia da Capitania de Goyaz no Século XVIII
-bh ~c' YFYdYghU ~c' 88%" 88&Z HgY f8ci lcfUXc! I bj YgNXY XY
6fUg]U Dcf]fUaU XY DCG]fUNU ~c' XU : UWXY XY 5fei]MifU Y
I fUblga cž88%"

5fei lj c<]gQW I fUa U]bc'

5<I S57@S7I SSS, ž7I ""&Z8" +(S'
C: a-C' Xc' gWbzfc' Xc' [cj Ybc' XY; c]zž àb] Yc' Xc' Gublg' 7UXgcž Uc'
QWbzfc XY YgUc' XUAUf\UYI fUa UQ8]c' XYAYXch U7c]YFYUž
gMYUXgWfUUXg'a]Ug'XY; c]zž/gi UdjcU ~c/c WzHf Xcgd]a Yfcg'
a]Yfcg YdcZggcbUg']MUg/cg [cj YbcgV] YWg]z] WYcg'dfcVYa Ug'
bYU]]g]bhg'

5<I S57@S7I SSS, ž7I ""&Z8", - &
75FH' Xc' cij Xcf] YU' XY; c]zž 5hQfc' XU 7i b\U Gdea Ucfz Uc' fy] 8'
>cg/QfYa YhbXc' fYU ~c' Xcg' i [Ug' YdjcU "Yg' XUVU]U]XY; c]zž Ug'
Xghb]g'ei Y]]gha XYia Ug' {gci]Ug' YUXgM] ~c' Xcg' fcg'ei YVb\Ua'
Ug' djcU "Ygž dUf gY ZfaUf iaU WfU lcc] fz]W XY lXc' c' 6fUgž
Y]Xb]U]Xc'! gYcg]Mfi Yg'

8cWa Ybleg'Wfc] fz]Wg'

5hb]c' Xcg' Gublg' G]j U' Mappa dos Rios do Pila" (%), "5fei lj c<]gQW
I fUa U]bc. 5<I S75FHASS, ž 8' %& (" aUi gMfc' Wcf' XgYb\c' U
blbei]a "Xa Ybg' Yg' (& 1' Sž W'

Vila Boa de Goyas e tudo o que pertence ao seu termo" (%)+!), Q5fei lj c'
<]gQW I fUa U]bc. 5<I S75FHASS, ž 8', *, " aUi gMfc' Wcf' XgYb\c'
U]b]U' Xa Ybg' Yg' - 1' Sž W Ya Z\U (Sž 1' &W"

O MAPPA GEOGRAFICO DA CAPITANIA DO PIAUHY, DE ANTONIO GALLUZZI

Nívia Paula Dias de Assis

Universidade Federal do Vale do São Francisco
nivia.assis@univasf.edu.br

Jorge Pimentel Cintra

Escola Politécnica da USP
jpcintra@usp.br

Resumo

O espaço compreendido entre os rios São Francisco e Parnaíba, desde a segunda metade do séc. XVII, foi objeto de exploração de recursos naturais e fazendas de gado e catequese indígena, por parte de sesmeiros e religiosos. A partir de meados do séc. XVIII, com Pombal, surge uma crescente intervenção do governo português. Entre os instrumentos das autoridades lusitanas está a produção cartográfica. O engenheiro Henrique Antônio Galluzzi foi contratado para a confecção do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, primeira representação cartográfica da referida área, que passou por profundas reformas. O presente trabalho, depois de situar no contexto político, foca sua atenção nos aspectos cartográficos desse mapa. Em concreto, são analisados: o projeto cartográfico, a escala, o meridiano de origem (Ilha do Ferro), a legenda e convenções, as técnicas e instrumentos para a determinação das coordenadas geográficas (latitude e longitude) e a precisão das mesmas. As técnicas de medições pontuais e estatísticas elaboradas em Excel foram complementadas por apresentações visuais mostrando a distribuição e ocorrência de erros, que são de pouca magnitude. Os resultados possibilitaram observar como Galluzzi, aprendiz na época das medições amazônicas e ainda considerado engenheiro ajudante, dominava os saberes técnicos e científicos necessários para produzir mapas de alta qualidade.

Palavras-chaves: Cartografia histórica do Piauí; Capitania do Piauí; Henrique Antônio Galúcio, Galluzzi; Política de Pombal para a América portuguesa.

Abstract

The space between the São Francisco and Parnaíba rivers, since the second half of the XVIIth century, was subject to exploitation of natural resources and cattle ranches by allottees and religionists. From the middle of the XVIIIth century, with Pombal, an increasing intervention of government arises. The instruments used by Portuguese authorities include the cartographic production. In this purpose, the engineer Henrique Antônio Galluzzi was hired to prepare the *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí* (Geographic Map of the Captaincy of Piauí), the first representation of this area, lying to the East and that has experienced profound reforms. After situating the political context, this work focuses on cartographic aspects of this map. Specifically, the following will be analyzed: the cartographic project, the scale, the meridian of origin (Ferro Island), the map legend and conventions, the techniques and instruments used to determine the geographic coordinates (latitude and longitude) and their precisions. The techniques of punctual measurements and statistics using Excel

were complemented by visual products that show the errors distribution and occurrence, which are small in magnitude. The results allow observing how Galluzzi, an apprentice at the time of the Amazonian measurements and a self-denominated assistant engineer, mastered the technical and scientific knowledge required to produce high-quality maps.

Keyword: Historical Cartography of Piauí; Captaincy of Piauí; Henrique AntônioGalúcio, Galluzzi; Pombal politics for Portuguese America.

1. Introdução

Ao assumir o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado encomendou o mapeamento do Bispado do Pará, buscando identificar o grau de povoamento e os espaços ocupados por missionários jesuítas e carmelitas. Isso ocorreu por ocasião das demarcações das fronteiras do norte, no âmbito do Tratado de Madri. Consistia em uma comissão de cartógrafos e outros profissionais (Tabela 1), entre os quais figurava Henrique Antônio Galúcio¹. Ainda que os trabalhos de demarcação não se tenham realizado, foram organizadas várias campanhas de reconhecimento e mapeamento do território amazônico. Veja-se a esse respeito Vidal (2008) ou a obra clássica de Cortesão (1965, 2009).

Tabela 1 - Principais profissionais da comissão demarcatória do norte

n	Nome	Profissão	nacionalidade
1	IgnácSzentmártonyi	Sargento-mor, Astrônomo, padre jesuíta	Croata
2	Sebastião José da Silva	Engenheiro militar, Sargento-mor	Português
3	PhelippeStürm	Ajudante-engenheiro de Szentmártonyi	Alemão
4	João André Schwebel	Engenheiro militar, Capitão	Alemão
5	Giovanni AngeloBrunelli	Astrônomo, lente de Aritmética e Geometria, sacerdote secular	Bolonhês
6	Gaspar João Geraldo de Gronsfeld	Engenheiro militar, Capitão	Alemão
7	Miguel AngeloBlasco	Engenheiro militar	Italiano
8	Enrico AntonioGalluzzi	Engenheiro militar, ajudante, Sargento-mor	Mantuano

¹Galuzzi, Galluzzi, Gallúcio e Galúcio, foram as diferentes formas de grafia encontradas para o sobrenome de tal engenheiro militar. Adotamos a primeira delas. No entanto, na Tabela, por coerência grafamos todos os nomes no original.

9	Antonio Giuseppe Landi	Desenhador, arquiteto	Bolonhês
10	Gregório Rebelo Guerreiro Camacho	Engenheiro militar	Português
11	Adam Leopoldo de Breuning	Engenheiro militar	Alemão
12	Manuel Fritz Goetz	Tenente	Alemão

Depois de uma primeira representação elaborada pelos quatro primeiros profissionais da Tabela 1, a principal obra cartográfica é a de Galúcio, que publicou em 1759 um mapa dividido em quatro folhas, denominado *Mapa geral do bispado do Pará*, que foi estudado por Costa e Cintra (2013). Ele já reflete parte da reforma pombalina e serviu de instrumento para diversas intervenções nesta região. Trata-se, portanto, do uso do recurso cartográfico como base para o planejamento de medidas políticas e econômicas a serem tomadas em relação à região amazônica. Isso também ocorreu com o mapa do Piauí, publicado um ano depois (1760), e sobre o qual focamos nossa atenção.

2. Intervenções na região do Piauí

Os primeiros esforços governamentais para controlar o território a leste do Estado do Grão-Pará e Maranhão visaram a comunicação e a produção pecuarista dessa região. Tal área, depois de um primeiro período de litígio (desde 1718), subordinada a esse Estado, seria oficialmente conhecida como capitania de São José do Piauí (1761), em alusão ao nome do rei português D. José I. Sua capital estabeleceu-se na já existente Vila da Moucha (Mouxa), que foi elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Oeiras; nome que homenageia o ministro Sebastião José Carvalho e Melo, conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal. Nessa mesma data as freguesias existentes foram transformadas nas vilas de Jerumenha, Parnaguá, Valença, Campo Maior, São João da Parnaíba e Marvão.

Essa história e seus trâmites podem ser acompanhados nas correspondências trocadas entre João Pereira Caldas, o primeiro governador da nova capitania e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador do Estado (SANTOS, 2011, p.193). Nelas são relatadas as negociações para a execução de levantamentos topográficos que resultassem num mapa definidor daquela que seria a “porta de entrada por terra” do Estado do Grão-Pará e Maranhão: uma região estratégica, no que se refere ao recolhimento de

impostos, no abastecimento de carne e supervisão desses caminhos que também davam acesso às minas de ouro de Minas Gerais. Nesse contexto, dentre as principais medidas tomadas para estabelecer uma nova lógica situa-se o *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, como instrumento de reconhecimento e gestão territorial. Os limites da capitania, praticamente os mesmos de hoje, ficaram definidos por esse mapa.

3. Mappa Geográfico da Capitania do Piauí: descrição cartográfica

Galúcio, por ocasião da confecção desse mapa (Figura 1) foi promovido de ajudante de engenheiro para *Sargento-Mor engenheiro com soldo dobrado*. Resumimos aqui o trabalho de Assis (2012).

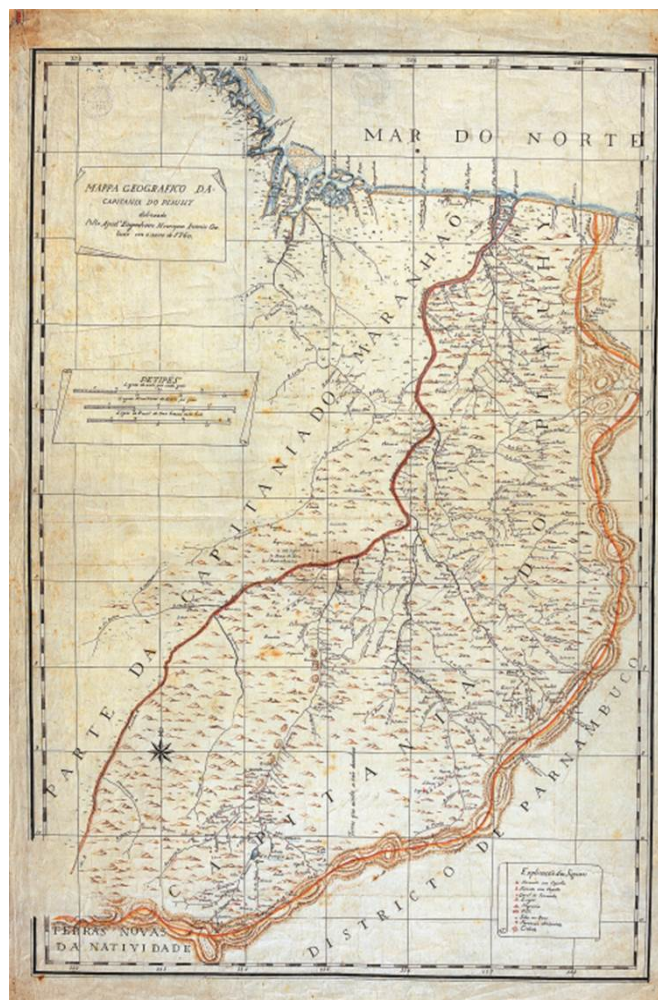


Figura 1: *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, delineado por Henrique Antonio Galúcio (1760). Fonte: Arquivo Histórico do Exército – RJ. Foto Vicente de Mello.

Trata-se de um manuscrito aquarelado de 59,5 x 88,0 cm, pertencente ao Arquivo Histórico do Exército (RJ). Existem ainda duas outras

representações desta mesma área, uma delas do início do século XIX e declaradamente uma "correção" do mapa setecentista de Galúcio, e outra, do ano de 1761, apresentando elementos que indicam uma "correção" ao mapa desse autor. O mapa que examinamos parece uma obra baseada no mapa / dados de Galúcio, em função do nome do engenheiro apresentar-se com um "s" ao final (*Henriques*) e estar aporuguesado", *Galúcio* ao invés de *Galluzzi*, indícios de que o nome não foi posto por ele próprio.

O mapa é rico em detalhes bem elaborados: o cartucho do título, a escala, ou petipé, em léguas por grau, a rosa dos ventos, a legenda com a Explicação dos signaes, que hierarquiza as povoações: Fazenda sem e com capela, Curral, Lugar, Freguesia, Vila, Sítio ou Roça, Povoação destruída, Cidade. Observa-se também um bom uso das cores, com pelo menos seis nuances diferentes, que variam em tons mais claros ou mais escuros: preto, verde, laranja, vermelho, azul e marrom.

Como detalhe, observa-se que no canto esquerdo inferior falta uma parte do mapa (Figura 2), talvez por um rasgão no papel. Observa-se também que o mapa está graduado em coordenadas geográficas, de grau em grau, com subdivisões de 10 minutos.



Figura 2: Região em que há uma falha no mapa, talvez um rasgão. Notar a graduação em latitude e longitude

4. Métodos e técnicas de levantamento de campo

São conhecidos os instrumentos e técnicas utilizados nessa época, e mais em concreto, existem relações dos equipamentos utilizados pelas partidas do norte: Reis (1956) publicou entre outros documentos, a relação dos instrumentos e dos livros que vieram com os cientistas e Moura (2008) comenta detalhadamente cada um deles. Os mais importantes para as medições e elaboração de mapas: 3 telescópios (do fabricante Nicolas Bion), uma luneta de passagem meridiana, 3 relógios de pêndula (um do fabricante Graham), um teodolito de fabricação inglesa, e jogos das Efemérides de Zanotti (referidas ao meridiano de Bolonha, para os anos de 1751 a 1762). De maneira complementar, há um documento, datado de 1/12/1754, que fornece uma “relação do que se entregou aos engenheiros Galuzzi e Rebello”, incluindo dois tomos das obras de La Condamine, um Tratado de Limites (cópia do Tratado de Madri, 1750), as Ephemérides de La Caille, e a Trigonometria de Ozanam (BUENO, 2011).

O cálculo da latitude era feito normalmente pela observação da altura do Sol ao meio dia, com a luneta meridiana. O cálculo da longitude era feito através das observações astronômicas: eclipses do sol, da lua e dos satélites de Júpiter. Galúcio, tendo aprendido com os experientes astrônomos da partida do norte, aplicou esses conhecimentos para as observações astronômicas para fazer o mapa de 1760 e pode-se supor que utilizou parte dos equipamentos da comissão demarcatória.

Uma correspondência entre Galúcio e Manuel Bernardo de Melo e Castro, em outubro de 1759, permite afirmar que Galúcio serviu-se das observações dos satélites de Júpiter². Nessa missiva, transcrita por Araújo (2011), ele afirma já ter escrito ao governador do Estado no mês anterior, recomendando-lhe que pedisse ao Padre Inácio Samartoni (Ignác Szentmártonyi, o primeiro cientista listado na Tabela 1, residente em Belém, que fizesse "as medições necessárias do primeiro satélite de Júpiter, nos meses de Março, Abril e Maio de 1760, que ele as fazia também no Piauí e com estas observações poderia determinar as longitudes que lhe importavam para a confecção do seu mapa".

²Conservam-se também suas anotações sobre a observação, anos mais tarde, do eclipse do sol ocorrido a 25 de julho de 1767. No entanto, um eclipse desse gênero é um fenômeno relativamente raro. Para quem tem pressa para a elaboração de um mapa, é preferível observar as ocultações dos satélites de Júpiter.

Isso mostra uma estratégia ousada: confiando na perícia comprovada do padre Inácio, ele utilizaria esses dados, como se fossem de um observatório, para calcular a diferença de longitude entre Belém, de coordenadas já bem determinadas (em relação à Ilha do Ferro), e os pontos em que ele fizesse medições na Capitania do Piauí, durante esses 3 meses. Com isso dispensa-se o uso das efemérides, ficando-se na dependência da precisão da longitude de Belém do Pará, que o Pe. Inácio havia determinado pelo eclipse da lua a 12/10/1753, achando o valor de 329° com relação ao meridiano da Ilha do Ferro ou 309° com relação a Paris, o que representa um erro de apenas 0,16°³.

Por outro lado, numa tabela manuscrita, pertencente primeiro a Ricardo Franco e depois a João Carlos Oyenhausen, constam as e Môxa ou villa de Oeiras: latitude (7°, com minutos e segundos apagados) e longitude (335° 39' 30"). Indica-se que essas e outras coordenadas foram determinadas pelos astrônomos na demarcação de limites dos anos 1750 e 1777. Não temos dúvida de que as coordenadas de Oeiras e de São Luis, que aparece em nosso mapa, foram determinadas por Galúcio. As coordenadas das demais vilas (Tabela 2 e Figura 3) podem ter sido transportadas a partir de Oeiras.

Tabela 2 - Rede de povoações do Piauí, idealizada por Pombal

n	Topônimo no mapa	Topônimo em 1761	Topônimo atual
1	Parnaíba	São João da Parnaíba	Parnaíba
2	Gorogueya	Jerumenha	Jerumenha
3	Ranxo do Prato	Marvão	Castelo do Piauí
4	Parnagaia	Parnaguá	Parnaguá
5	Aruazes	Valença	Valença do Piauí
6	Surubim	Campo Maior	Campo Maior
7	Vila da Mocha	Oeiras	Oeiras

5. Meridiano de origem e precisão do mapa

Tendo em conta a metodologia descrita em Cintra (2012), determinamos que o sistema de projeção cartográfica do mapa foi a Carta Plana Quadrada, pelo fato do tamanho do grau ser o mesmo em latitude e longitude e da malha de coordenadas ser ortogonal.

A seguir, utilizando um programa de cartografia digital (MapInfo), foi feito o registro desse mapa, por sua malha de coordenada, e foram extraídas a

³ Em outras duas localidades os erros foram: Macapá (-0,16°) e Mariuá/Barcelos (-0,04°).

latitude e a longitude das 7 povoações de interesse. Com isso montou-se a Tabela 4, explicada na sequência.



Figura 3 - Localização de Oeiras e das 6 Vilas, em análise

Tabela 3 - Cálculos para definir o meridiano de origem e a precisão do mapa

n	Topônimo atual	λ_m	φ_m	λ	φ	$\Delta\lambda$	$\Delta\varphi$
1	Parnaíba	337,17	-2,80	-41,78	-2,90	-18,95	0,11
2	Jerumenha	335,18	-7,03	-43,51	-7,09	-18,68	0,05
3	Castelo do Piauí	337,51	-5,31	-41,55	-5,32	-19,06	0,01
4	Parnaguá	334,24	-10,14	-44,64	-10,23	-18,88	0,08
5	Valença do Piauí	337,23	-6,06	-41,74	-6,40	-18,97	0,34
6	Campo Maior	336,75	-4,69	-42,17	-4,83	-18,92	0,14
7	Oeiras	336,27	-7,02	-42,13	-7,02	-18,40	0,00
	média					-18,84	0,11
	desvio					0,22	0,12

Nessa tabela, as duas primeiras colunas numéricas correspondem às coordenadas extraídas do mapa (índice m), as duas seguintes às coordenadas mais precisas obtidas através do Google Earth, para as mesmas povoações, com relação a Greenwich. Finalmente, as duas últimas correspondem às diferenças em longitude ($\Delta\lambda$) e latitude ($\Delta\phi$).

O alto valor da média em longitude corresponde ao fato de ter sido adotado outro meridiano que não o de Greenwich: entrando em um mapa atual verifica-se que o ponto mais próximo, dentre os usuais na época, é o meridiano da Ilha do Ferro, com longitude $-18,16^\circ$. A diferença da média para esse valor corresponde a um erro sistemático de $-0,68^\circ$. Parte se explica pelo valor adotado para a diferença Paris-Ferro, que era estimada em exatos 20° quando na realidade são $20^\circ 30'$. O erro vai para $-0,16^\circ$, que é um valor muito bom.

Analogamente, há um erro sistemático em latitude, sendo um valor dentro das expectativas, pela tecnologia da época.

Com relação ao desvio-padrão, que mede a precisão das coordenadas, situa-se na casa de $0,1^\circ$ e $0,2^\circ$, em latitude e longitude respectivamente, o que é muito bom, indicando a perícia de Galúcio e do Padre Inácio. Para efeito de comparação, pode-se apontar que nas medições das partidas do Norte, o Pe. Inácio e seus ajudantes encarregaram-se das medições entre Belém e Mariuá (Barcelos) que resultaram no mapa de Galúcio para a Amazônia (Costa e Cintra, 2013). Enquanto a precisão média em longitude, coordenada mais crítica, situa-se na casa de $0,70^\circ$, os dados do Pe. Brunelli, nas medições de Manaus ao Javari, são bem piores: entre 1° e 2° e as medições do Pe. Inácio são mais precisas, em torno de $0,30^\circ$, ainda que o erro em Belém seja $0,40^\circ$. O erro em longitude no mapa do Piauí é menor que o da Amazônia como um todo, e comparáveis às medições do Pe. Inácio.

Conclusão

O presente trabalho analisou cartograficamente o trabalho de Galúcio, que se insere na racionalização do espaço devido a Pombal, numa nova organização territorial, criando uma cidade e 6 vilas à sua volta. Foi desvendada a metodologia empregada nos trabalhos de campo, incluindo a técnica inovadora no Brasil de observações simultâneas das ocultações dos satélites de Júpiter, tudo em território nacional, dispensando o uso das tabelas

de efemérides. Foi também constatada a apurada qualidade do desenho e do mapa, também em termos de precisão.

Bibliografia

ARAÚJO, Renata M. As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém Macapá e Mazagão. Lisboa: FAUP publicações, 1998.

ASSIS, Nívia Paula Dias de. A Capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina (1750-1777). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Curso de Pós-graduação em História, 2012.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

CINTRA, Jorge Pimentel. Digital. Cartography and Historical Maps: techniques, applications and peculiarities, *Revista Brasileira de Cartografia*. Rio de Janeiro. Volume 64, n. 6 - 2012. p. 901- 918.

CORTESÃO, J. História do Brasil nos velhos mapas. Tomo 1. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1965. Pode-se consultar também a nova edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009

COSTA, G.G.; CINTRA, J.P. Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica. In: Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013, v. 1. p. 1-14, Petrópolis.

MOURA, Carlos Francisco. Astronomia na Amazônia no século XVIII (Tratado de Madri): os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli – Instrumentos astronômicos e livros científicos. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2008.

REIS, Arthur César Ferreira. A AMAZÔNIA que os portugueses revelaram. Ministério da Educação e Cultura, 1956. – (Coleção “VIDA BRASILEIRA”).

SANTOS, Fabiano V. dos. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo, Annablume, 2011.

VIDAL, Laurent. Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

O PRIMEIRO MAPA DO DISTRITO FEDERAL NO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL

Um ilustre desconhecido

Elias Manoel da Silva

Resumo

Tendo por foco o mapa “Novo Distrito Federal – Planta índice cadastral” - 1958, de autoria do engenheiro Joffre Mozart Parada, levantamos indagações sobre sua confecção, significado e precedência cartográfica.

O caminho trilhado é o dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, cuja documentação, digitalizada, faz parte da Coleção Documentos Goyaz do Arquivo Público do Distrito Federal. Criada pelo governo de Goiás e atuante entre os anos de 1955 e 1958, a comissão goiana teve por objetivo principal promover a desapropriação das fazendas no quadrilátero definido para implantação da nova capital do Brasil. Território este, que serviu à colonização portuguesa e ao período imperial e estava, em meados do século XX, permeado por fazendas privadas, distribuídas e estabelecidas no espaço segundo acordos sociais regionais. Esta organização viu-se submetida à nova ordem social imposta pelo Estado e representada nos planos de edificação da nova capital para a Nação.

Nesse contexto sócio-político, mostraremos a criação do primeiro mapa do Distrito Federal, elaborado com base no estudo histórico e jurídico da cadeia dominial das fazendas, nas incursões em campo para definir a orografia e hidrografia da região e, finalmente, nas análises feitas sobre imagens aerofotogramétricas, cedidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás, para a definição das dimensões e limites das propriedades.

Concomitante a esse estudo, procura-se também responder à polêmica de um outro “primeiro” mapa do Distrito Federal organizado pelo engenheiro e cartógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Clóvis de Magalhães, publicado em 1958.

Palavras-chave: Brasília – Cartografia – Fazendas

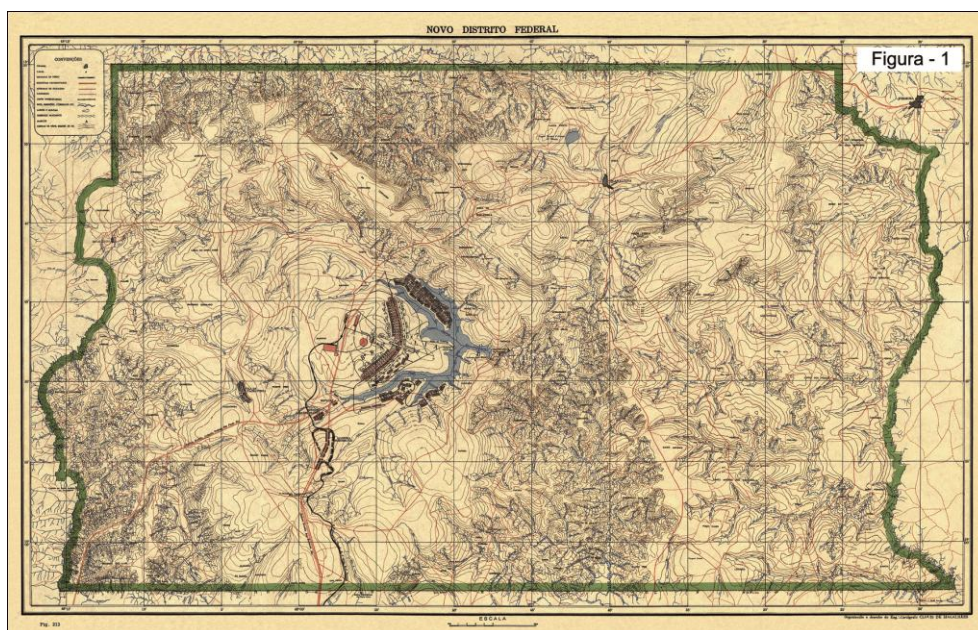
Introdução

Como e quando foi criado o primeiro mapa do Distrito Federal, espaço que abriga a terceira capital do Brasil, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960?

A resposta parece óbvia se levarmos em conta a publicação, "*Veredas de Brasília - as expedições geográficas em busca de um sonho*", do Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, que afirma ser o mapa criado pelo servidor daquela instituição, o engenheiro e cartógrafo Clóvis de Magalhães, impresso em 1958 pelo Serviço Gráfico do IBGE (SENRA, 2010, p. 8). (FIGURA 1)

Contudo, estudos feitos a partir da documentação da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, criada pelo governo de Goiás para, além de outras atividades, iniciar as desapropriações no território definido como novo Distrito Federal no Planalto Central do Brasil, indicam que o mapa "Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral" – (FIGURA 2) - é anterior ao do engenheiro Clóvis de Magalhães.

Ao referendar o mapa da comissão goiana, queremos também resgatar um dos mais importantes engenheiros envolvidos, desde o início, na construção da nova capital, JOFFRE MOZART PARADA, contratado pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Formado em engenharia pela Escola de Ouro



Preto, além de autor do primeiro mapa do Distrito Federal, também foi o responsável, como engenheiro chefe da Divisão de Topografia

Cooperação para a Mudança da Capital Federal, manifesta certa mágoa em relação ao descaso para com o mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” elaborado pela comissão goiana. Devido à importância para referendar a precedência entre os dois mapas, citemos:

[...] em 1958, a 30 de setembro, passei às mãos do Sr. Governador de Goiás um dossiê de cada fazenda do Distrito Federal, contendo estudos completos da documentação, **um mapa de suas divisas, além do mapa geral, elaborado pelo engenheiro Joffre Mozart Parada. Depois, viajando para o Rio, levei o original do mapa geral e o entreguei ao Dr. Israel Pinheiro que, na minha presença, o confiou ao Dr. Sigismundo de Araújo Melo a fim de ser impresso.** A impressão, de fato foi feita, mas, lamentavelmente, o Sr. Clóvis de Magalhães subtraiu e substituiu, pelo seu, o nome do ilustre autor, retirando as lindes das respectivas fazendas. [...] Ficou assim prejudicado um belo trabalho que se executou, sob a mais pura das intenções (PACHECO, s.i, p. 39).² (grifo nosso)

É justo observar também que, se cotejarmos as fontes usadas por Joffre Mozart Parada e Clóvis de Magalhães, veremos que Joffre elaborou seu mapa a partir de "folhas cartográficas na escala 1:100.000 [...] confeccionadas pela Secção de Aerofotogrametria do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO)" (PACHECO, s.i, p. 71), de "fotografias aéreas, na escala aproximada de 1:25.000, cobrindo toda a área do novo Distrito Federal, conseguida da firma GEOFOTO S.A, do Rio de Janeiro, pela extinta Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil" (PACHECO, s.i, p. 72). Portanto, ambos os mapas partilharam de algumas fontes comuns.

Assim sendo, não concordamos com a afirmação de Altamiro de Moura Pacheco de que “lamentavelmente, o Sr. Clóvis de Magalhães subtraiu e substituiu, pelo seu, o nome do ilustre autor” (PACHECO, s.i, p. 39). O que aconteceu foi que, de fato, ambos os mapas beberam em algumas mesmas fontes, sendo que o mapa do Conselho Nacional de Geografia do IBGE bebeu também na cartografia elaborada pela comissão goiana, confirmando que o trabalho cartográfico de Joffre Mozart Parada, de fato, é o primeiro mapa do novo Distrito Federal plantado em solo planaltino goiano.

² A obra de Altamiro de Moura reúne relatórios elaborados por membros da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal e experiências pessoais do autor, enquanto Presidente da referida Comissão.

Discussões e mágoas à parte, cabe, contudo, uma ressalva: tendo em vista que o mapa de Joffre Mozart Parada foi entregue à NOVACAP, mas não foi impresso, é justo afirmarmos também que, se de um lado o mapa do engenheiro Clóvis de Magalhães não é anterior ao de Joffre Mozart Parada, é, entretanto, correto afirmar que foi o primeiro mapa “impresso” do novo Distrito Federal.

Fundamentemos também a precedência do mapa da comissão goiana a partir de uma informação específica: o nome das fazendas. Desconhecemos qualquer tipo de representação cartográfica das fazendas do atual território do Distrito Federal e arredores, anterior ao trabalho da comissão goiana.

Portanto, seria extremamente improvável a referência tão pormenorizada das fazendas, das casas de fazendas, da rica toponímia hidrográfica, usadas pelo engenheiro Clóvis de Magalhães no mapa do IBGE, se não contasse previamente com as pesquisas consolidadas pela comissão de cooperação goiana, por meio dos trabalhos do Joffre Mozart Parada, nas quais fez a “identificação dos cursos d’água, dos relevos topográficos, das entradas das sedes de fazendas, dos regos d’água, das cercas de arame, dos vales, etc., cujos conhecimentos julgávamos de utilidade” (PACHECO, s.i, p. 78).

Na linha de fundamentar a precedência, é bom lembrar também que ainda em 2 outubro de 1956, quando a construção de Brasília nem tinha iniciado, por ocasião da primeira visita do Presidente Juscelino Kubitschek ao local onde a nova capital seria construída, quando questionado por JK sobre as terras adquiridas, Altamiro de Moura Pacheco respondeu: “Presidente, a essa pergunta melhor poderia eu responder na sala próxima, onde tenho mapas e documentos do nosso serviço” (PACHECO, s.i, p. 16). De fato, desde o início de 1956 a comissão goiana estava “completando no mapa do novo Distrito Federal, pelos documentos existentes nos cartórios de Luziânia, Planaltina e Formosa [...] a localização e definição das propriedades rurais existentes” (PACHECO, s.i, p. 42).

Ainda sobre a primeira visita de JK, um jornalista do Jornal “O Popular” que os acompanhava escreveu: “Encerrada a fala aos jornalistas, sobre a improvisada mesa de madeira, os srs. José Ludovico, Bernardo Sayão e Altamiro Pacheco mostraram [...] os mapas da região e o croqui do núcleo residencial pioneiro a ser levantado na Fazenda do Gama” (PACHECO, s.i, p. 16-17).

Todas essas referências nos levam a admitir a precedência do mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” do engenheiro Joffre Mozart Parada “que acompanhou os serviços de estudos, na apuração das glebas de terras de cada fazenda, em toda a área do quadrilátero” (GONZAGA, 1958).³

As desapropriações e a elaboração do primeiro mapa do Distrito Federal

Em 5 de outubro de 1955, por meio do Decreto nº 1.258, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, criava a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Sua primordial função entre outras, segundo o Decreto, era: “proceder aos estudos e entendimentos necessários à desapropriação das áreas destinadas ao novo Distrito Federal”, a expensas do estado de Goiás.

Criada a comissão goiana, urgentemente se iniciaram os trabalhos de campo. Foram criados “escritórios para compra de terras” (PACHECO, s.i, p. 7), nos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa nos quais se instalaram “elementos de grande projeção jurídica e técnica” (PACHECO, s.i, p. 8). Entenda-se: Juízes de Direito, Juiz Corregedor, advogados, Promotor de Justiça, Oficiais dos Registros, Desembargador e engenheiros (PACHECO, s.i, p. 80-81), entre os quais “Joffre Mozart Parada, competente engenheiro-chefe da Subcomissão Técnica” (PACHECO, s.i, p. 9). Antes do convite para trabalhar na comissão goiana tinha atuado no Departamento de Estradas e Rodagens de Goiás – DER-GO como engenheiro-chefe.

Para a criação do mapa “Novo Distrito Federal - Planta Índice Cadastral”, aproveitaram de uma planta do Distrito Federal, executada pelo DER-GO.⁴ Foi a partir dessa fonte que Joffre Mozart Parada em “co-autoria com o engenheiro Janusz Gerulewicz” (PACHECO, s.i, p. 78), também do DER-GO, elaboraram a “folha cartográfica da área do Novo Distrito Federal” (PACHECO, s.i, p. 78), na escala 1:100.000. Sobre esta “folha cartográfica” é que foram lançadas “as divisas de todos os imóveis situados dentro do Novo Distrito Federal” (PACHECO, s.i, p. 73), dando

³ Arquelau Augusto Gonzaga era Promotor de Justiça da Comarca de Goiás.

⁴ Informação encontrada em uma folha manuscrita a lápis do Fundo Altamiro de Moura Pacheco da Coleção Documentos Goyaz do Arquivo Público do Distrito Federal.

desdobramentos de compra e venda, doação, inventários, etc., dezenas de propriedades particulares.

Nesse processo, coube então a Joffre Mozart Parada, como chefe da Subcomissão Técnica da Comissão goiana, o trabalho de, “palmilhar a terra, em inúmeros casos, restaurar limites e divisas antigas, marcos remotos, acidentes naturais e referências físicas que a avalanche do progresso, conseqüente da construção da nova metrópole, vai em breve destruir para sempre” (JULIANO, 1958).⁶ A partir dessas informações cartoriais e da “discriminação geodésica de cada imóvel” (JULIANO, 1958), Joffre Mozart Parada criava seus mapas-rascunhos - (FIGURA 3) - que, depois de reduzidos para a escala 1:100.000, eram então representados no mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral”.

Os mapas-rascunhos permitem inferir que os limites de uma fazenda, representada no mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral”, não é propriedade de um único dono. São muitos donos dentro de uma única fazenda. Isso porque grande parte desses “imóveis primitivos”, leia-se “fazendas”, “nunca foram divididos, nem demarcados judicialmente” (PACHECO, s.i, p. 56). Há ainda muitos outros imóveis “sobre os quais há mais de cem anos nenhum documento tornado público se assinou, nenhum inventário se realizou” (JULIANO, 1958). Segundo os documentos da comissão de cooperação goiana, esse fato ocorreu porque depois da grande corrida em



⁶ Tomamos a liberdade de usar uma lista de atividades descritas no relatório de Domingos Juliano, Promotor de Justiça da Comarca de Goiânia, para caracterizar as atribuições do chefe da Subcomissão técnica.

meados do Século XIX para fazer o Registro Paroquial, “se seguiu um período de desinteresse quase generalizado pela apuração de títulos e liquidação judicial de herança e legados” (JULIANO, 1958).

Metodologicamente, para o trabalho de representação dos limites das fazendas no mapa “Novo Distrito Federal”, Joffre dividiu as propriedades em três “categorias”, tendo em vista que cada uma exigia um tipo de abordagem diferente para a desapropriação e representação cartográfica: a) Imóveis que foram divididos das antigas fazendas e que tinham mapas; b) Imóveis que também foram divididos das antigas fazendas, mas que não tinham mapas; c) Imóveis que não foram divididos, cujos limites foram “definidos somente pelos Registros Paroquiais efetuados no intervalo compreendido entre os anos de 1856 e 1858” (PACHECO, s.i, p. 72). Todo esse trabalho era quase sempre previamente descrito em folhas separadas para cada “gleba”.

Assim, todo o complexo trabalho de levantamento de cada propriedade era logo seguido de uma “redução” na escala 1:100.000 e inserida no mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” que aos poucos foi ficando bordado de fazendas.

Algumas vezes o trabalho da comissão de desapropriação foi facilitado pela presença de mapas das fazendas e de “glebas”⁷ elaborados por topógrafos práticos da região, caracterizados por Joffre como “imóveis divididos com plantas” (PACHECO, s.i, p. 71-75). (FIGURA 4)

Para finalizar esses apontamentos sobre o processo de criação do primeiro mapa do Distrito Federal, enquanto produzíamos este artigo saiu uma publicação sobre a vida de Joffre Mozart Parada na qual consta que as cores que representam as linhas divisórias das fazendas do referido mapa foi trabalho de Mercedes Ribas Parada, esposa do engenheiro Joffre Mozart Parada. Devido à relação direta com o objeto de estudo desse artigo, citaremos: “A colaboração de Dna. Mercedes, naquele momento em que se construía as bases físicas da Capital, foi de fundamental importância. A constatação desse trabalho ficou registrada no primeiro mapa do Distrito Federal, desenhado e pintado por ela” (TUBINO, 2015, p. 153). Sem dar maiores detalhes, a colaboração também é confirmada pelo presidente da

⁷ Documentos cartográficos encontrados no Fórum da Comarca de Planaltina-GO, cujas cópias digitais fazem parte da Coleção Documentos Goyaz do Arquivo Público do Distrito Federal.

comissão goiana: “agradecimentos à exma. Sra. D. Mercedes Ribas Parada, desenhista” (PACHECO, s.i, p. 91).

Conclusão

Ao concluirmos esse trabalho, voltemos nossa atenção para uma referência, repetida muitas vezes, mas não aprofundada adequadamente. Quando comentávamos sobre as atividades desenvolvidas pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, afirmamos que o levantamento jurídico das fazendas era feito a partir dos “Registros Paroquiais”. Mas qual a consequência disso na representação do primeiro mapa do Distrito Federal?

A consequência é que os limites das fazendas deste primeiro mapa foi construído a partir das referências indicadas pelos proprietários goianos em suas Paróquias, por ocasião do chamamento do governo imperial, na implementação das exigências da Lei de Terras, durante a década de 1850 (AGUIAR, 2003).

Portanto, com algumas raras exceções (PACHECO, s.i, p. 77), a visão do território do novo Distrito Federal representado era a de meados do século XIX. Nesse sentido, o mapa de Joffre Mozart Parada é, principalmente, um espelho do passado e não uma representação do presente, entendido aquele do período de 1955/1958.

Na busca por conhecer a cadeia dominial das propriedades a partir dos Registros Paroquiais, ocasião em que saíram do domínio público para o particular, o mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” criou uma ficção de representação espacial, pois o representado, as fazendas, enquanto de um único proprietário e com os limites indicados no mapa de Joffre Mozart Parada, não mais existiam no tempo em que a peça cartográfica foi produzida. As fazendas estavam divididas em dezenas de glebas com seus respectivos proprietários. O fato de comprarem uma gleba dentro de uma fazenda não os levava a se considerarem não mais pertencendo à fazenda. Essas fazendas tinham, portanto uma força inercial de identidade que merece ser estudada.

Sendo assim, o mapa não representava as propriedades que de fato existiam juridicamente, ou seja, as centenas de glebas que foram desapropriadas no Distrito Federal de Brasília. É importante chamar a atenção para este aspecto a fim de que o

nosso olhar não interprete essa peça cartográfica de forma anacrônica, tentando ver nela um tempo que não lhe pertence. O próprio Joffre Mozart Parada, em seu relatório, já no final dos trabalhos quando dava os últimos retoques no mapa, chama a atenção para isso: “É nosso dever esclarecer, aqui, que [...] a nossa função primordial era a da verificação de áreas, e caracterização das divisas e das confrontações de glebas de terra, e não, propriamente, a da medição definitiva e última das superfícies das fazendas” (PACHECO, s.i, p. 75). (Cf. FIGURA 3)

Por fim, cabe uma última questão. Por que esse primeiro mapa não teve a divulgação merecida? Como são tantas as variáveis possíveis, aqui entramos numa zona hermenêutica bastante subjetiva e complexa. Arrisco-me a dar meu ponto de vista.

A nova capital, Brasília, nascia sobre o signo da modernidade. Sua construção era alardeada como a chegada do progresso para uma região onde um dos primeiros historiadores afirmava que “nada, absolutamente nada havia neste imenso território” (SILVA, 1970, p. 108). A narrativa era apresentada, principalmente, como o desfile de heróis, personificados em Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Bernardo Sayão... os quais estavam promovendo o encontro do Sertão com o seu “verdadeiro destino”, que eles entendiam, não realizado até aquele momento. O novo Distrito Federal era um lugar de demografia extremamente rarefeita e, portanto, um ambiente privilegiado para fazer renascer os altos destinos da nação.

Ora, o mapa criado por Joffre Mozart Parada contradizia diretamente essa perspectiva “nihilista” do espaço onde nascia a nova Capital. Ao “cartografar” pela primeira vez o espaço do novo Distrito Federal colocando a cidade-capital rodeada por dezenas de antigas fazendas, Joffre Mozart Parada, inconscientemente, e exatamente por isso com maior valor, afrontava o discurso modernista dos que chegavam. Aquele primeiro mapa, de fato, não fora produzido como uma peça retórica defensiva contra a modernidade. Apenas apresentava, numa perspectiva de tempo longo, o tempo das fazendas, revelando que naquele território não havia “deserto” nenhum. Seu mapa manifestava que não havia contradição entre a moderna concepção urbana e arquitetônica da nova capital que nascia e as velhas

casas de fazendas que ali se encontravam há centenas de anos, com a rica e singular cultura dos que as habitavam.

Portanto, o tipo de perspectiva manifestado na representação humanista do primeiro mapa do Distrito Federal entrava em colisão direta com o discurso civilizatório dos que chegavam. O tempo do litoral não conseguiu perceber a riqueza do tempo sertanejo. Essa contradição de fundo teria relegado o mapa ao esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. *Terras de Goiás – estrutura fundiária (1850-1920)*. Goiânia: UFG, 2003.

GONZAGA, Arquelau Augusto. *Relatório. Fundo Altamiro de Moura Pacheco. Coleção Documentos Goyaz*. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

GUIMARÃES FILHO, Augusto. *Depoimento. Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

JULIANO, Domingos. *Relatório. Fundo Altamiro de Moura Pacheco. Coleção Documentos Goyaz*. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

PACHECO, Altamiro de Moura. *Primórdios de Brasília*. Goiânia: Líder, s/i.

SENRA, Nelson de Castro (org.). *Veredas de Brasília - as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE – Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília, um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Editora de Brasília Ltda, 1970.

TUBINO, Nina. *Uma luz na história*. Goiânia: Kelps, 2015.

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS:

Figura 1: MAGALHÃES, Clóvis. Novo Distrito Federal. Atlas do Brasil – Geral e Regional. Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1960.

Figura 2: PARADA, Joffre Mozart. Novo Distrito Federal – Planta índice cadastral. Fundo Altamiro de Moura Pacheco. Coleção Documentos Goyaz. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

Figura 3: PARADA, Joffre Mozart. Fazenda Guariroba. Fundo Altamiro de Moura Pacheco. Coleção Documentos Goyaz. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

Figura 4: LOULY, Deodato do Amaral. Planta da Fazenda Sobradinho, termo de Planaltina. Fundo Fórum da Comarca de Planaltina – GO. Coleção Documentos Goyaz. Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

Sessão: Cartografia dos Limites

A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional

**Maria Dulce de Faria
Uilton dos Santos Oliveira**

Fundação Biblioteca Nacional/CCSL/CAE/Divisão de Cartografia
carto@bn.gov.br

Resumo

O Tratado Preliminar de Paz e Limites, assinado em Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, teve como intuito finalizar os conflitos que ocorreram ao longo de três séculos entre as Coroas portuguesa e espanhola e seus súditos, sobre os limites dos domínios da América e da Ásia. Esse acordo propunha, a princípio, demarcar uma linha divisória através de acidentes geográficos. Para se concluir melhor a demarcação das fronteiras da América Meridional, foi estabelecida a formação de quatro divisões, de cada parte dos domínios português e espanhol, “composta de dous Commissarios...dous geografos, e dous prácticos de cada parte; com a cometiva proporcionada deste numero de Gente, e ao serviço de que forem incumbidos”. A Divisão de Cartografia está inventariando a documentação cartográfica sobre esse Tratado. Mapas manuscritos e/ou gravados, diários e correspondências, incluindo cópias dos séculos XVIII e XIX, existentes na instituição fazem parte deste conjunto. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo relacionar e divulgar parte do acervo sobre as demarcações de fronteiras do Tratado de Santo Ildefonso (1777-1801) existente na Biblioteca Nacional.

Palavras-chaves: Limites, Tratado Santo Ildefonso, Cartografia, Biblioteca Nacional.

Abstract

The Preliminary Treaty on Peace's and Boundaries signed in San Ildefonso, on October 1st 1777, aimed at the ending the conflicts which occurred for the three centuries between the Portuguese and Spanish crowns and theirs subjects, related to the limits of the America and Asia. This agreement proposed, at first, to establish a dividing line through the geographic features. In order to better conclude the boundary demarcations of the Meridional America, it was decided there would be four divisions on the each side of the Portuguese and Spanish domains, each one being made up of by two commissioners...two geographers, and two pilots, and entrusted with their respective tasks. The Cartography Division is doing the inventory of the cartographical documentation of this Boundary Treaty. Manuscript maps and/or engraver ones, journals and mails, including copies from 18th and 19th centuries, which belong to the Institution, are part of this collection. Therefore, this paper aims at listing and divulging the collection on the boundary demarcations in the San Ildefonso Treaty (1777-1801) which belong to the National Library.

Keywords: Boundaries – Treaty of San Ildenfonso – Cartography – National Library

Introdução

A segunda metade do século XVIII foi um período crucial na delimitação territorial dos domínios coloniais americanos das coroas ibéricas. Os muitos desentendimentos que confrontaram Portugal e Espanha na América Meridional foram negociados, principalmente, nos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) (BASTOS, 2013, p.34). Com o fracasso do Tratado de Madri, anulado pelo El Pardo (1761), agravaram-se as hostilidades entre os súditos de ambas as cortes, originando conflitos de soberania no percurso da ocupação do território (GOLIN, 2002, p. 166).

O governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos liderou a tomada da Colônia do Sacramento (1762), dos fortes e postos militares na região do Chuí, Santa Teresa, São Miguel e São Gonçalo, chegando à Vila e Porto do Rio Grande (1763) (CALÓGERAS, v.1, p.227)¹. No entanto, as forças militares portuguesas expulsaram os espanhóis do Rio Grande (1776) (BASTOS, 2013, p.51). Em 1777, nova ofensiva por parte de Cevallos, invadiu a ilha de Santa Catarina, localidade estratégica da navegação entre o sul e o Rio da Prata (CORTESÃO, 1971, p. 304). No Mato Grosso, como no Alto do Rio Negro, Rio Branco as incursões das forças castelhanas foram refreadas (REIS, 1985, p. 375).

Em 1777, surge um novo contexto diplomático entre as nações ibéricas. Em Portugal, morre de D. José I (24 de fevereiro de 1777) e ocorre a queda do Marquês de Pombal, um grande opositor da paz com a Espanha. No lado espanhol, o Marquês de Grimaldi é substituído pelo Conde de Floridablanca (GIRALDO, 1999, p.72). Ademais, a herdeira do rei lusitano, assume o trono sob o título de D. Maria I, filha de D. Mariana Vitória, que por sua vez era irmã do monarca espanhol, D. Carlos III. Com essa relação familiar, D. Mariana Vitória contribuiu para a intervenção na reconciliação e na concórdia entre as casas reais ibéricas. Essas novas negociações, incitadas pela irmã, resultaram, em 11 de junho de 1777, numa Cédula

¹ A publicação da Imprensa Nacional pertence à Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (localização 075,006,009-011), No entanto existem dois sites que disponibilizam esta obra: <<https://archive.org/details/politexterior1927calog>>; <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/225368>>. Acesso em 26 agosto 2016.

Real de Carlos III, que estabelecia às autoridades coloniais o cessar das hostilidades. (BASTOS, 2013, p. 51; GUERREIRO, 1997, p.41; GOLIN, 2002 p.168).

Após alguns meses de negociação, os ministros plenipotenciários, do lado espanhol, o Conde de Floridablanca, e por parte de Portugal, o embaixador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, assinaram em 1º de outubro de 1777, o Tratado Preliminar em Santo Ildefonso (GIRALDO, 1999, p.72).

O objetivo deste trabalho é inventariar Tratado Preliminar de Santo Ildefonso, assinado em 1777, existente no acervo da Biblioteca Nacional.

O Tratado de Santo Ildefonso

O Tratado Preliminar de Paz e Limites assinado em Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, ratificado no dia 10, em Portugal e 11, na Espanha do mesmo mês e ano, teve como intuito finalizar os conflitos que ocorreram ao longo de três séculos entre as coroas portuguesa e espanhola, e seus súditos, sobre os limites dos domínios da América e da Ásia. Este acordo foi reafirmado e aprimorado pelo Tratado de Amizade, Garantia e Comércio em 11 de março de 1778².

Existem duas interpretações sobre a postura do gabinete da rainha: uma critica-o ferrenhamente por ter ratificado um tratado considerado prejudicial a Portugal; a outra interpreta o convênio como a consecução de uma manobra ardilosa da burocracia lusitana, sustentando a ofensiva castelhana não pelas armas, com as quais uma grande derrota já era previsível, mas pela diplomacia (GOLIN, 2002, p.168).

Esse acordo propunha, a princípio, demarcar uma linha divisória através de acidentes geográficos. Para se concluir melhor a demarcação das fronteiras da América Meridional, foi estabelecida a formação de quatro Divisões, de cada parte dos domínios português e espanhol, “composta de dous Commissarios... dous

² A historiografia brasileira considerou ambos os tratados (1777 e 1778) pelo de Santo Ildefonso, no entanto, somente o Preliminar de Paz e Limites foi assinado em Santo Ildefonso, e o segundo foi em El Pardo. Ver CAMARGO, Fernando. A pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. In: XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 2003, Curitiba. *Anais da XXIII Reunião*. Curitiba: SBPH, 2004. Vol. 1 p. 239-240.

geógrafos, e dous práticos de cada parte; com a cometiva proporcionada deste numero de Gente, e ao serviço de que forem incumbidos³”.

Diferente do Tratado de Madri, cujos especialistas contratados foram estrangeiros europeus, a expedição dos demarcadores desse novo convênio foi constituída de astrônomos e “cartógrafos”⁴ luso-brasileiros, com formação na nova escola de “cartografia portuguesa” (CORTESÃO, 1971, p.366).

O Tratado de Santo Ildefonso foi constituído de vinte e cinco artigos⁵ os quais serviriam de “base e fundamento ao definitivo de Limites... o qual se evitem, e acautelem para sempre novas disputas, e suas consequências⁶”.

Antes dos trabalhos demarcatórios, as Divisões deveriam se encontrar em determinados locais e depois executar os trabalhos em conformidade com os artigos do Tratado⁷.

A Primeira Partida, do lado de Portugal, teria como ponto de encontro o Rio Grande São Pedro, e da Espanha, em Montevidéu, e os artigos que se referem a ela são III a VIII. Os integrantes começariam a demarcação a partir do Arroio Chuí seguindo “até onde o Rio Iguaçu entra no Paraná” e daí “até junto a parte inferior do Salto Grande do mesmo Paraná⁸”. Alguns autores (CALÓGERAS, 1927, p. 235; CORTESÃO, p. 308; REIS, 1985, p.376) afirmam que a demarcação terminaria no Rio Iguaçu, mas os mapas e a documentação encontrada informam que esta Partida deveria ser concluída no Igureí. Se a Primeira termina no Iguaçu, e a Segunda

³ OFÍCIO (extrato) sobre a demarcação dos limites dos domínios espanhóis e portugueses na América, em conformidade com o tratado de 1º de outubro de 1777, designando-se os acidentes geográficos a servirem de marcos para a 1ª, 2ª e 3ª divisões, mencionando os respectivos artigos daquele tratado. Projeto Resgate Barão do Rio Branco - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826), AHU_ACL_CU_059, Cx. 3, D.207. Disponível em: <resgate.bn.br>. Acesso: 23/08/2016.

⁴ O vocábulo cartografia foi criado pelo Visconde de Santarém em correspondência de 8 de dezembro de 1839 ao historiador Francisco Adolfo de Varnhagen. Ver: GUEDES, Max Justo. A cartografia impressa do Brasil: 1506-1822: os 100 mapas mais influentes. Rio de Janeiro: Capivara, 2012, p. 14.

⁵ Há mais seis artigos separados, “secretos”. Ver CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção dos Tratados, Convenções Contratos e Atos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. T.3, p. 256-267. Disponível em: < <https://archive.org/details/collecodostr03portuoft>>. Acesso em: 25 de agosto 2016.

⁶ Ratificação por D. Carlos III, rei de Espanha, do Tratado Preliminar com D. Maria I, rainha de Portugal, sobre os limites na América Meridional. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tratados, Espanha, cx. 1, n.º 4. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4617168>>. Acesso em 25 de agosto 2016.

⁷ Ofício... Op. cit.

⁸ Ofício... Op. cit.

A Terceira Divisão portuguesa se juntaria em Vila Bela de Mato Grosso e a espanhola em Santa Cruz de la Sierra ou em algumas das Missões da Província de Chiquitos. Os artigos relativos a esta partida são X e XI. As equipes de demarcação deveriam executar as atividades da Boca do Jauru, passando pelo Rio Guaporé, Mamoré e Madeira em direção ao Rio Javari, e depois entrar no Rio Amazonas até a Boca mais ocidental do Japurá¹⁰ (Mapa 02). Embora as equipes tivessem realizado observações astronômicas e trabalhos cartográficos, jamais se encontraram (CORTESÃO, 1971, p. 320; COSTA, 1999, p. 218; GUEDES, 2001, p. 417).

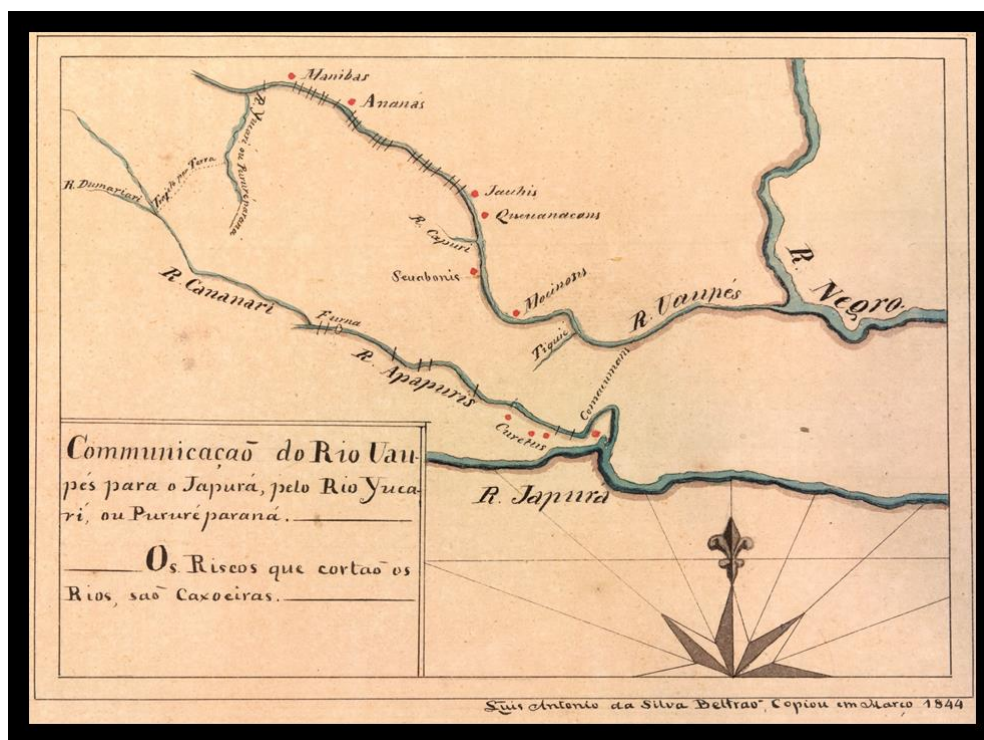


Mapa 02. Mapa da navegação que se fez pelos Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, até Vila Bela, capital do Mato Grosso incluindo as possessões portuguesa e espanhola conforme o Tratado de 1777.

E, finalmente, a Quarta Divisão, que trata da Região Norte. As demarcações de fronteiras desse território, especificamente as que configuram a Amazônia, foram prejudicadas em decorrência da guerra entre a Espanha e a Inglaterra, (1779-1782), o que atrasou o cumprimento do Tratado de Santo Ildefonso (CORTESÃO, p318). A

¹⁰ Ofício... Op. cit.

equipe portuguesa se encontraria no Grão-Pará para dali passar ao forte que fica no sítio onde o Rio Negro entra no Amazonas e daí passar ao lugar onde o Japurá entra no mesmo Rio das Amazonas; e a espanhola, em San Fernando ou Pebas, que fica na margem setentrional do Rio Amazonas. O artigo XII do Tratado é o que se refere a essa Partida¹¹. A Divisão do lado português contava com técnicos, auxiliares, equipamentos e víveres, enquanto que a espanhola, diferentemente do que foi estabelecido, “Requena era o único técnico propriamente dito, e o instrumentista nomeado, Vicente Vivas, nunca se apresentou ao seu posto” (GIRALDO, 1999, p.76). Esta Partida trabalhou em conjunto durante dez anos, descobrindo conexões entre os rios Negro, Branco, seus afluentes, suas nascentes, e entre os rios Japurá e o Apaporis. (CORTESÃO, 1971, p. 323)



Mapa 03 Comunicações entre os rios Uaupés, Japurá, Aapaporis e Negro, cópia de 1844 de Manoel da Gama Lobo d'Almada.

Considerações finais

¹¹ Ofício... Op. cit.

A Divisão de Cartografia está inventariando a documentação cartográfica sobre esse tratado. Fazem parte deste conjunto mapas manuscritos e/ou gravados, até mesmo cópias dos séculos XVIII e XIX, diários, memórias, correspondência etc., existentes nas diversas áreas da instituição, que totalizam até o momento cinquenta documentos, muitos desses já digitalizados, conforme dados do quadro abaixo:

Coleção	Quantidade
Atlas manuscritos	1
Correspondência	1
Diário	2
Documento manuscrito	1
Folheto	1 (2 exemplares)
Mapa gravado em metal	1
Mapas litografados	4
Mapas manuscritos	39

Uma boa parte da documentação foi produzida por integrantes das Divisões de Demarcação. Podemos citar os trabalhos de Francisco João Roscio, “Plano topographico, e individual dos Arroyos de Chuy e de S. Miguel... de 1784”; do Doutor José Saldanha “Diário geral das operações topográficas e observações astronômicas... de 1787–1788”; Ricardo Franco de Almeida Serra, “Mappa geografico da capitania de Matto Grosso... 1802”, cópia manuscrita de 1852; José Simões de Carvalho, “Plano geographico do Rio Branco e seus confluente...1787”. A Biblioteca Nacional possui cópias da cartografia espanhola sobre este Tratado, como, por exemplo, José Maria Cabrer, “Carta reducida que comprehende los reconocimentos practicados por las primeiras y segundas Subdivisiones Españolas y

Portuguesas...1843”, Félix Azara “Carta esferica ó reducida de las provincias del Paraguay y Misiones Guaranis con el Distrito de Corrientes... séc. XIX”, e Francisco Requena , “Mapa geografico de la mayor parte de la América Meridional”, publicado em Filadélfia, ca. 1870, e uma cópia manuscrita de 1856 feita no “Archivo Miliar”.

Nesse sentido, este trabalho teve por objetivo relacionar e divulgar parte do acervo sobre as demarcações de fronteiras do Tratado de Santo Ildefonso (1777-1801) existente na Biblioteca Nacional.

O valor inestimável e a sua importância para os estudos sobre as fronteiras na América do Sul justificam a continuidade de nosso trabalho de inventariar a documentação referente ao Tratado de Santo Ildefonso (1777-1778) para não apenas divulgá-lo mas também para disponibilizá-lo através da internet para pesquisadores e público interessado no assunto.

Referências

Documentos Manuscritos

OFÍCIO (extrato) sobre a demarcação dos limites dos domínios espanhóis e portugueses na América, em conformidade com o tratado de 1 de outubro de 1777, designando-se os acidentes geográficos a servirem de marcos para a 1ª, 2ª e 3ª divisões, mencionando os respectivos artigos daquele tratado. Projeto Resgate Barão do Rio Branco - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826), AHU_ACL_CU_059, Cx. 3, D.207. Disponível em: <resgate.bn.br>. Acesso: 23/08/2016.

RATIFICAÇÃO por D. Carlos III, rei de Espanha, do Tratado Preliminar com D. Maria I, rainha de Portugal, sobre os limites na América Meridional. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tratados, Espanha, cx. 1, n.º 4. Disponível em: <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4617168>>. Acesso em 25 de agosto 2016.

Mapas

BELTRÃO, Luis Antonio da Silva. Comunicação do Rio Uaupés para o Jappurá, pelo Rio Yucari, ao Pururé-paraná. Copiou em Março 1844

ROSCIO, Francisco João. *Mappas Particulares estrahidos da Carta da Capitna. do Rio Grande de S. Pedro e suas circunvisinhanças até o Rº da Prata...*1783. Mapa nº 10

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos tres Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, até Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos Portuguezes, e Espanhoes, aelles adjacentes . – [ca. 1782].

Bibliografia

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. Tese de Doutorado em História Social – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A politica exterior do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. V.1.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, [1971]. V. 2

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

GIRALDO, Manuel Lucena. Reformar florestas: o Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América Portuguesa. *Oceanos: a formação territorial do Brasil*, Lisboa, nº 40 outubro/dezembro 1999.

GUERREIRO, Inácio. As demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. In: CARTOGRAFIA e Diplomacia no Brasil do Século XVIII, Lisboa, Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 39-52.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

REIS, Arthur César Ferreira. Os tratados de limites. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial: Do descobrimento à expansão territorial, 7ª ed., t. 1, v. 1. São Paulo: Difel, 1985, p. 364-379.

GOIÁS NOS MAPAS: REPRESENTAÇÕES DE TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Lenora de Castro Barbo

Consultora Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal
lenorabarbo@gmail.com

Resumo: Nos anos 20 do século XVIII, multiplicaram-se as descobertas de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais, em Goiás e no Mato Grosso, e acelerou-se também a penetração ao longo do Amazonas e seus afluentes, até o rio Madeira. À cartografia náutica sobreveio a cartografia terrestre. Os mapas históricos incluíam, em geral, atributos físicos, especialmente rios e montanhas, que eram particularidades importantes dos mapas dos itinerários. No início, essas características eram mais ilustrativas ao invés de descritivas. Mas, a acelerada penetração para o interior e a demarcação da fronteira com o domínio espanhol exigiram um reconhecimento cartográfico geral. A cartografia de âmbito regional foi-se multiplicando, demonstrando a necessidade de um conhecimento cada vez mais pormenorizado da América Portuguesa. Goiás sofreu grandes alterações em seus limites territoriais ao longo do tempo, mas duas disputas ficam especialmente registradas nos documentos cartográficos estudados e em documentos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, que são as disputas da fronteira Oeste, com o Mato Grosso, e a da fronteira Sudeste com Minas Gerais.

Palavras-chave: Cartografia, Fronteiras, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais.

Abstract: In the 20s of the 18th, gold discoveries have multiplied and precious stones in Minas Gerais, Goiás and Mato Grosso, and also sped up the penetration along the Amazon and its tributaries to the river Madeira. After nautical cartography came to terrestrial mapping. The historical maps included the physical attributes, especially rivers and mountains, which were important characteristics of maps of the routes. At the beginning, these features were more illustrative rather than descriptive. But the accelerated penetration into and the demarcation of the border with the Spanish rule required a general cartographic recognition. The regional mapping was by multiplying, demonstrating the need for a knowledge increasingly detailed of Portuguese America. Goiás has undergone major changes in its boundaries over time, but two disputes are particularly recorded in the studied cartographic documents and Arquivo Histórico Ultramarino document's which are disputes the West border with Mato Grosso, and the border Southeast with Minas Gerais.

Key words: Cartography, Borders, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais.

Introdução

As primeiras expedições luso-brasileiras (*entradas* ou *bandeiras*) que alcançaram Goiás, penetraram a região entre os rios Tocantins, Araguaia e Paranaíba. Organizadas a partir da Bahia e de São Paulo, da década de 90 do século XVI em diante, exploraram a região à procura de riquezas minerais e índios cativos. A bandeira pioneira foi a expedição de Luís Grou e Antonio Macedo, por volta de 1590 até 1593. Segundo Bertran (2000, p. 40-58), vieram na sequência a bandeira de Sebastião Marinho, que descobriu minas de ouro em 1592, conforme inscrito em esboço de mapa do século XVIII¹; a bandeira de Domingos Rodrigues, de 1596 a 1600 – da Bacia do Rio São Francisco a Goiás; a bandeira de Nicolau Barreto e dos mineradores paulistas, de 1602-1604; itinerário de Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, de 1608 a 1613; a bandeira de André Fernandes, de 1613-1615; a bandeira de Pedroso de Alvarenga, de 1615 – no sertão do Rio Paraopava, Goiás/Tocantins; a bandeira do capitão Francisco Caldeira Castelo Branco de 1616-1623; a bandeira de Sebastião Paes de Barros de 1673; e a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera pai, de 1676 a 1682.

No entanto, essas expedições não colonizaram Goiás até a chegada de Bartolomeu Bueno filho, o Anhanguera, que, na década de 20 do século XVIII, ali descobriu ouro. A sua bandeira saiu de São Paulo em 1722 e retornou três anos mais tarde com o ouro, deixando ranchos na região.

Em 1726, Bartolomeu Bueno chefiou outra bandeira, partindo de São Paulo rumo a Goiás e encontrou ouro em Barra; pelas descobertas, o Anhanguera filho veio a se tornar o primeiro capitão-mor com direito a distribuir sesmarias (KARASCH, 1994, p. 369-370). Com poderes conferidos pela Coroa Portuguesa, dispôs-se a organizar o espaço que não deveria mais ser considerado um acampamento e, para tanto, Bartolomeu Bueno fundou um ‘arraial’, espécie de povoação sem autonomia jurídica ou administrativa, submetida à tutela de uma vila – neste caso, a de São Paulo. Ordena, com esse fim, que seja erguida uma capela, no centro de uma de suas

¹ Para Cortesão este mapa representa “quase toda a lição geográfica das bandeiras” e deve resultar dos informes e ‘riscos’ de muitos bandeirantes. *Parte do Governo de Sam Paullo e parte dos Domínios da Coroa de Espanha*, de 1740. NUNES & ADONIAS, 1985.

concessões, dedicada a Santa Anna (VIDAL, 2009, p. 249), onde estabeleceu o arraial de Nossa Senhora de Sant'Anna, mais tarde a capital Vila Boa.

No século XIX, Saint-Hilaire apresenta a localização do território da Província de Goiás:

A Província de Goiás é uma das mais extensas do Império Brasileiro e constitui o seu centro, variando de 2 a 300 léguas a distância que a separa dos portos de mar. Pohl afirmou que ela se estende de um ponto situado a 5°22' de latitude sul até 22°, e de 40°3' de longitude até 51°, medindo 1.260 milhas alemãs de circunferência. Como, porém, a proximidade de indígenas hostis não permitiu fixar com precisão esses limites, em alguns pontos, tenho algumas dúvidas em indicar como perfeitamente exatas essas cifras. (... Cunha Matos, provavelmente muito mais bem informado, calcula a superfície entre 22 a 25.000 léguas quadradas). Ao Norte, a Província de Goiás é separada do Pará por uma linha imaginária que se estenderia desde a confluência do Tocantins e do Araguaia até a Serra do S. Francisco e do Tocantins. É limitada a leste por essa serra e pela do S. Francisco e do Paranaíba, que a separa de Minas Gerais. A primeira separa-a também desta província e das de Pernambuco, Piauí e Maranhão. Ao Sul é limitada pelo Paranaíba e o Rio Grande, na outra margem dos quais se estende uma pequena parte das Províncias de Minas e de S. Paulo. Finalmente, a oeste é separada da Província de Mato Grosso pelo Araguaia, o qual, no ponto onde é cortado pela estrada que vai de Vila Boa a Cuiabá, tem também o nome de Rio Grande. (2004, p. 163)

Essa centralidade territorial, que Saint-Hilaire aponta, fez com que Goiás assumisse uma posição estratégica para a Coroa Portuguesa tanto para as comunicações como para efetivar a assumida intenção de expandir suas conquistas à oeste da Linha de Tordesilhas, rumo às regiões de domínio de Castela, como antevia Alexandre de Gusmão:

Com lucidez magnífica ele [Alexandre de Gusmão] visionou a função geográfica de Goiás, grande encruzilhada de caminhos, como 'hinterland' econômico do Pará e escala demográfica, comercial e estratégica de Mato Grosso. Para Gusmão as capitais do centro-oeste e do norte formavam um todo. (CORTESÃO, 2001, p. 439)

Nos anos 20 do século XVIII, multiplicaram-se as descobertas de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais, em Goiás e no Mato Grosso, e acelerou-se também a penetração ao longo do Amazonas e seus afluentes, até o rio Madeira. Tendo Jaime Cortesão (*apud* MAGALHÃES, 1997, p. 31) afirmado que, se a primeira expansão marítima de Portugal tinha se apoiado sobre o personagem-tipo do 'piloto

cosmopolita', a expansão terrestre do Brasil assentou na tarefa imprescindível do 'engenheiro-cartógrafo'. À cartografia náutica sobreveio então a cartografia terrestre.

O governo de Lisboa tomou clara consciência desta necessidade e mandou para o Brasil, em 1729, dois 'padres matemáticos', os jesuítas Diogo Soares e Domingos Capacci, providos de 'Instruções' pormenorizadas sobre o trabalho que lhes era encomendado. Queriam-se mapas 'graduados pela latitude e longitude', assinalando 'as cidades, vilas, lugares e povoações dos Portugueses e dos Índios, e as catas de ouro...'. Os cartógrafos deviam 'apresentar os limites que tem cada um dos governos entre si, com Bispados ou comarcas dos Ouvidores Gerais, tomando para isso a notícia da gente prática da terra; (...) assinalando os limites que estão em prática com linhas de uma cor, e os que vós parecerem melhor com linhas da outra. Também apontareis nos mapas os caminhos e estradas que há pelos sertões. (MAGALHÃES, 1997, p. 31-32).

A ideia de fronteiras naturais – entidades geográficas facilmente compreendidas, principalmente montanhas e rios – tornou-se um aspecto instituído da descrição geográfica e discussão política (BLACK, 2005, p. 56). Desde o início, os mapas históricos incluíam, em geral, características físicas, em grande parte rios e montanhas, porque isso possibilitava uma melhor localização dos lugares, principalmente povoados, que estavam mapeados. Os rios e as montanhas destacavam-se fortemente no sentido e na percepção que as pessoas tinham acerca do terreno e eram características importantes dos mapas dos itinerários. No início, essas características eram mais ilustrativas ao invés de descritivas (BLACK, 2005, p. 143).

Mas, a acelerada penetração para o interior e a demarcação da fronteira com o domínio espanhol exigiram um reconhecimento cartográfico geral. A cartografia de âmbito regional foi-se multiplicando, demonstrando a necessidade de um conhecimento cada vez mais pormenorizado da América Portuguesa.

Goiás sofreu grandes alterações em seus limites territoriais ao longo do tempo, mas duas disputas ficam especialmente registradas nos documentos cartográficos estudados e nos documentos que os integram e que constituem acervo do Arquivo Histórico Ultramarino: a disputa da fronteira Oeste, com o Mato Grosso, e a disputa da fronteira Sudeste, com Minas Gerais.

Disputa da fronteira Sudeste de Goiás com Minas Gerais

A evolução da demarcação dos limites entre Goiás e Minas Gerais pode ser observada em diferentes documentos cartográficos. O *Mapa de Todo o vasto Continente do Brazil ou America Portuguesa com as Fronteiras respectivamente constituídas pelos Domínios Espanhoes adjacentes* (1778) (Fig.1) foi finalizado no último ano do Governo de José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho – Barão de Mossâmedes (1772-1778) à frente da Capitania de Goiás. A divisão territorial entre as capitanias, em especial os limites entre Goiás e Mato Grosso e Goiás e Minas Gerais, sempre recebeu especial atenção de Soveral e Carvalho ao longo de todo o seu mandato. Já em agosto de 1772, o Governador trata com o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, “Martinho de Melo e Castro, sobre as cartas apresentadas pelos ex-governadores acerca dos guardas do registro do rio das Velhas que limita as capitanias de Goiás e Minas Gerais, e a disputa territorial entre as ditas capitanias” (AHU_ACL_CU_008, Cx.026). Mesmo depois de ter saído do governo, Soveral e Carvalho continuou acompanhando o desenrolar das contestações territoriais e, a esse respeito, em fevereiro de 1779, enviou correspondência à rainha D. Maria I. Tratou da “dúvida quanto a jurisdição do descoberto de Nossa Senhora do Desterro do Rio das Velhas pertencer a Goiás ou a Minas Gerais e acerca de que tal dúvida não existia quando foi governador de Goiás, pois o dito arraial recebia todas as providências do seu governo” (AHU_ACL_CU_008, Cx.027).

O mapa representado na Figura 1, de 1778, e o mapa de 1780 – *Mostrace neste Mapa o Julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas e parte da Capitania de Minas Gerais com a deviza de ambas as Capitanias* (Fig.2) registram proposta coincidente com o Barão de Mossâmedes e mantêm no território da Capitania de Goiás a Aldeia de Santana do Rio das Velhas, localizada em região do atual Triângulo Mineiro. Até aquele momento, a fronteira Sudeste entre as duas capitanias era demarcada pelo rio Grande.

Wilhelm Ludwig von Eschwege trabalhou para a Corte Portuguesa no Brasil, de 1810 até 1821, tendo produzido importantes trabalhos para o fomento da mineração e da siderurgia. Elaborou mapas de diversas regiões do Brasil e teve papel decisivo no desmembramento do atual Triângulo Mineiro da Capitania de Goiás e na

sua anexação ao território de Minas, em 1816. Essa era exatamente a região disputada entre as duas capitanias, desde os anos 70 do século XVIII. Na *Carta Topographica e Administrativa da Provincia de Goyaz* (1849) (Fig.3) os Julgados de Araxá e Desemboque, região onde se localiza Santana do Rio das Velhas, não eram mais representados como parte da Capitania de Goiás. A divisão territorial entre as capitanias se instalou pelos rios Corumbá e Paranaíba. Essa divisão territorial foi confirmada pelos mapas produzidos a partir de então, como por exemplo, a *Carta da Provincia de Goyaz* (1875) (Fig.4).

Disputa da fronteira a Oeste de Goiás com o Mato Grosso

Por sua vez, a evolução da demarcação dos limites entre Goiás e Mato Grosso trouxe muito mais polêmica. Em 1750, o primeiro governador da Capitania de Goiás, Conde dos Arcos, enviou ao rei de Portugal uma proposta para a divisão entre as capitanias de Goiás e do Mato Grosso, que seguia “pelo rio das Mortes, desde suas cabeceiras até as proximidades da confluência com o Araguaia, e daí pelo divisor de águas até as nascentes do rio Itacaiunas” (Fig.5). Quase que imediatamente, já em 1751, mapa assinado por Tosi Colombina (Fig.6) não respeitou esses limites e apresentou graficamente uma nova proposta de divisão entre as duas capitanias, cuja separação se apoiava no rio Araguaia.

A disputa por esse território se manteve ao longo de todo os séculos XVIII e XIX. De 1750 até 1772, excetuando-se o mapa de Tosi Colombina e suas versões, todos os outros materializaram cartograficamente a proposta inicial colocada pelo Conde dos Arcos. No entanto, o Governador Soveral e Carvalho defendia a divisão dos limites pelo Araguaia, de forma que os mapas produzidos a partir do seu Governo (Fig.7) passaram a representar a sua posição, e assim foi até por volta de 1849 (BARBO, 2015, p. 53-212). Mas, comprovando que o assunto não estava pacificado, o Capitão d’Engenheiros Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim na *Carta da Provincia de Goyaz*, de 1875 (Fig.8), (já apresentada quando tratamos da fronteira entre Goiás e Minas Gerais), amparado em norma legal expressa no corpo do próprio mapa que elaborou, informou que “os limites com a província de Matto Grosso estão traçados de conformidade com o parecer da Camara dos Deputados de 20 de Julho de 1864”, e se aproximou novamente dos limites propostos pelo Conde dos Arcos, em 1750!

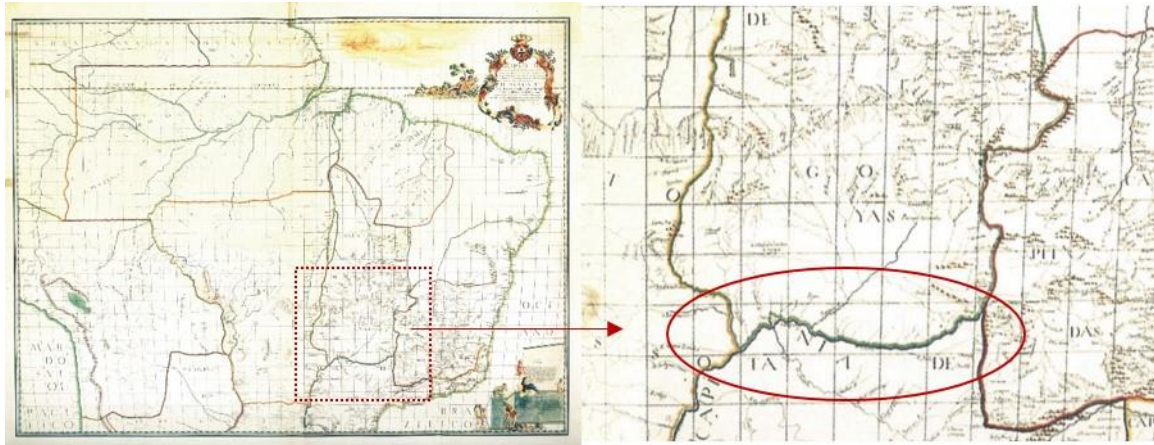


Fig. 1. Mapa de Todo o vasto Continente do Brazil ou America Portugueza com as Fronteiras respectivas.ª constituídas pelos Domínios Espanhoes adjacentes – 1778. GARCIA, 2002. Detalhe da divisa entre Goiás e Minas Gerais.

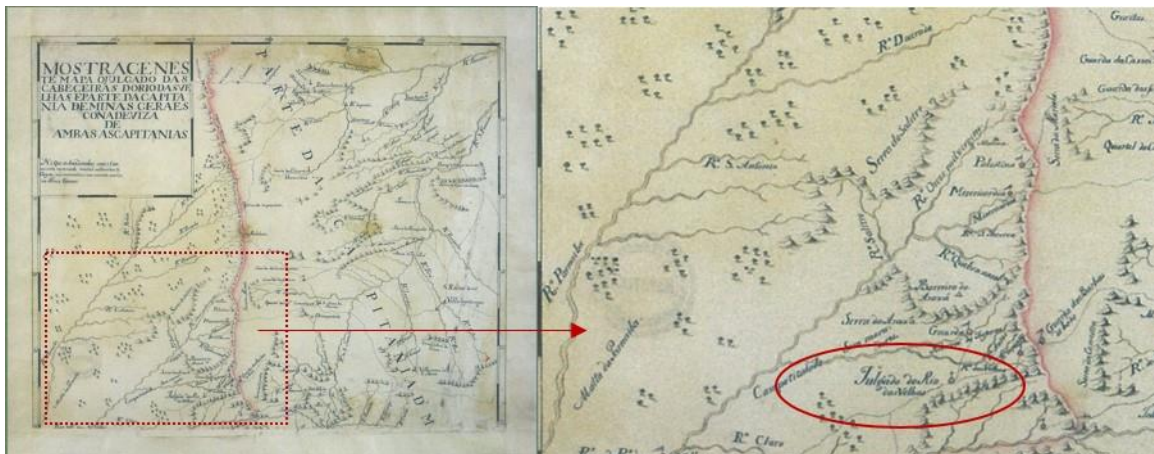


Fig. 2. Mostre neste Mapa o Julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas e parte da Capitania de Minas Gerais com a deviza de ambas as Capitancias – 1780. COSTA, 2007. Detalhe da divisa entre Goiás e Minas Gerais.

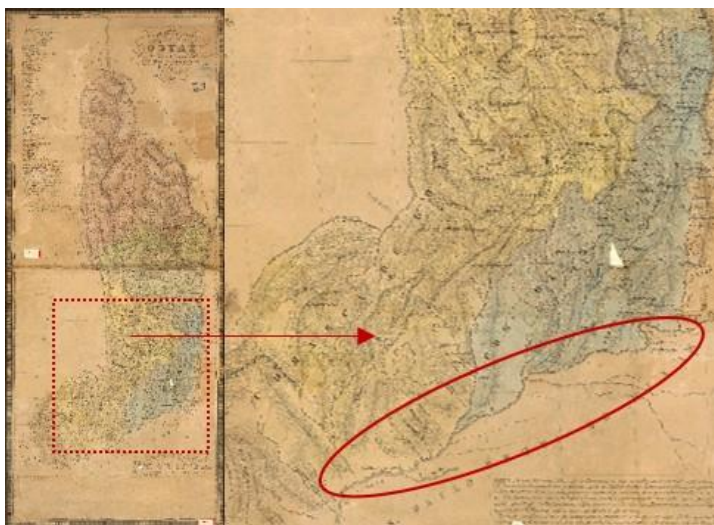


Fig. 3. Carta Topographica e Administrativa da Provincia de Goyaz – 1849. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010. Detalhe da divisa entre Goiás e Minas Gerais.

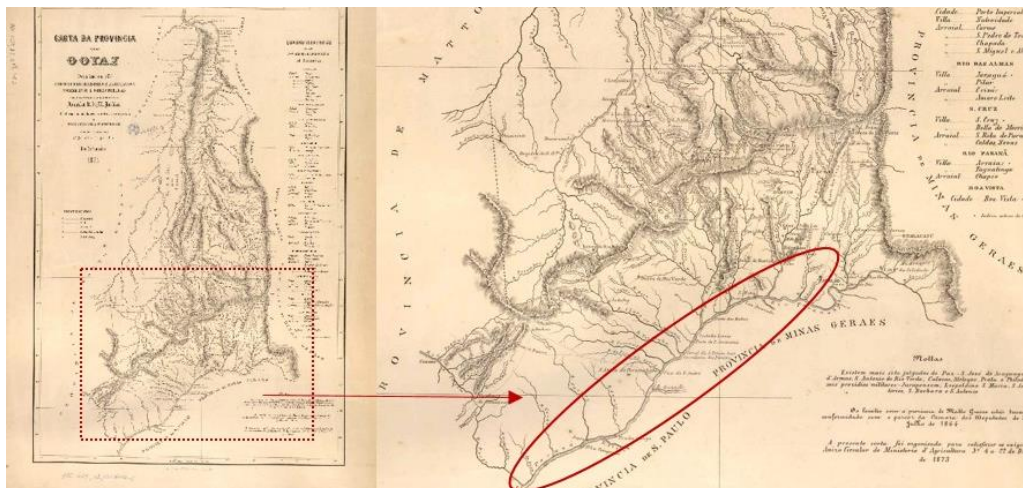


Fig. 4. Carta da Província de Goiás – 1875. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Detalhe da divisa entre Goiás e Minas Gerais.



Fig. 5. O prim.^{RO} mais ajustado, que lá apareceu até/aquele tempo, e o menos distante da verdade – 1750. ADONIAS, 1960. Detalhe da divisa entre Goiás e Mato Grosso.

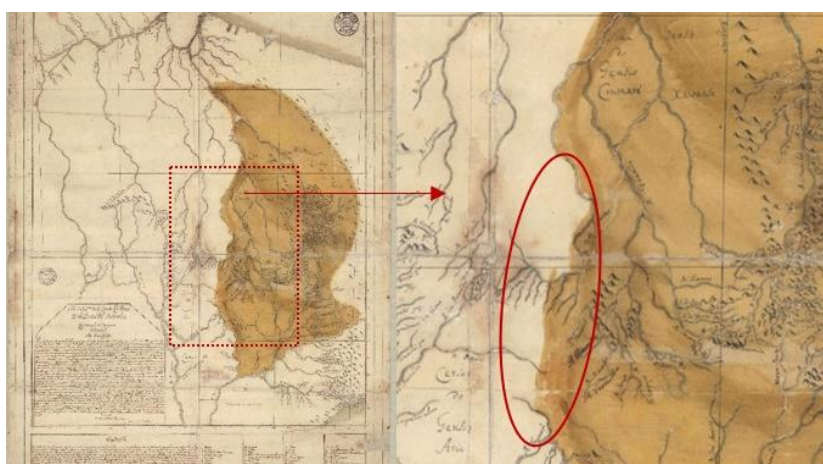


Fig. 6. Mappa geral dos limites da Capitania de Guayás – 1751. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Detalhe da divisa entre Goiás e Mato Grosso.

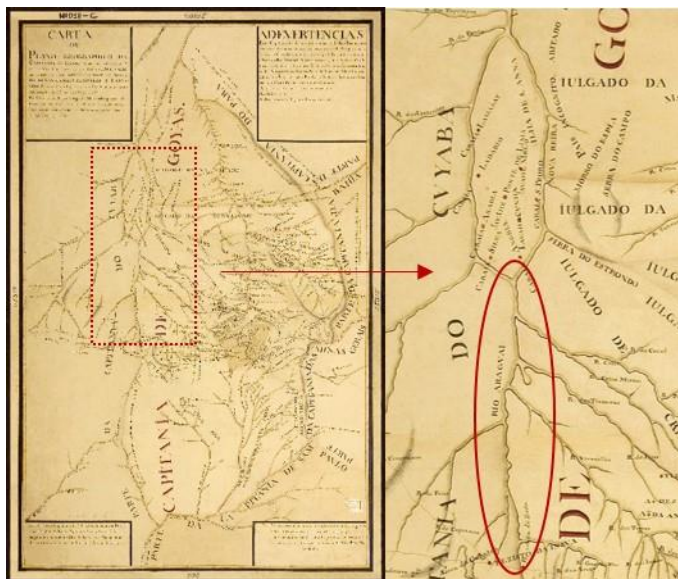


Fig. 7. Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas huma das do centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal – 1778. BERTRAN & FAQUINI, 2002. Detalhe da divisa entre Goiás e Mato Grosso.

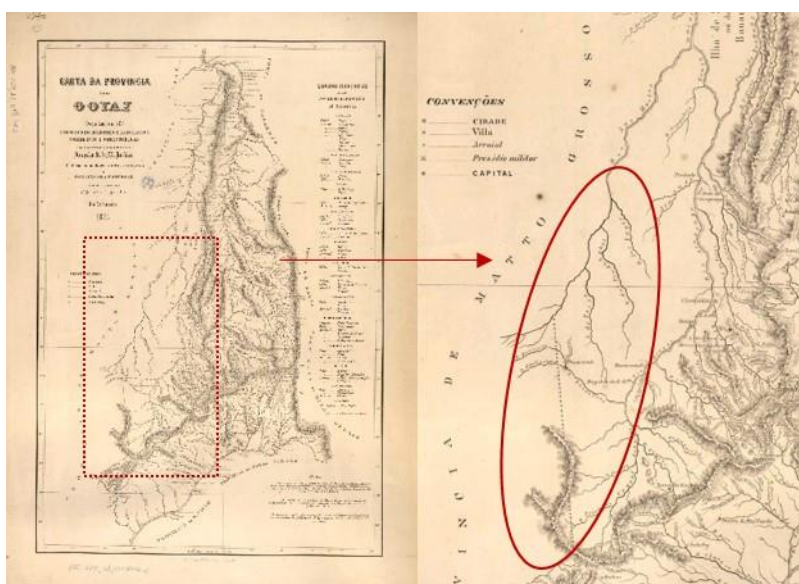


Fig. 8. Carta da Provincia de Goyaz – 1875. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Detalhe da divisa entre Goiás e Mato Grosso.

Considerações finais

Tendo como fontes bibliotecas, arquivos e acervos particulares do Brasil e de Portugal, desde 2007 pesquisamos documentos cartográficos dos séculos XVIII e XIX referentes a Goiás ou que, mesmo não representando diretamente esse território, tragam informações relevantes para a história material da ocupação da região.

É grande a diversidade das peças coletadas entre si. Existem documentos cartográficos de excelente nível técnico, vários deles com qualidades artísticas, produzidos por engenheiros militares que receberam formação técnica esmerada para este fim. No outro extremo, temos os que mais se parecem com riscos, esboços de bandeirantes e sertanistas, mas nem por isso, menos significativos quanto às informações que guardam.

Como bem escreveu o professor Nestor Goulart Reis Filho (2000, p. 8-11), o conhecimento que temos sobre o Brasil Colonial é quase todo baseado em documentos escritos, o que limita o entendimento do grande público sobre essa época. O eminente professor também alertou para a importância de outras formas de estudo de História do Brasil, a partir de evidências materiais oferecidas pela arquitetura e pelo urbanismo, por meio de vistas de cidades ou de plantas e desenhos, sobretudo onde nos faltam os documentos escritos. Tomamos a liberdade de estender a importância dessas evidências materiais para os documentos cartográficos em si, pois guardam informações geográficas que são fundamentais para a reconstrução de lugares do passado. Por diversas vezes, detêm informações não contidas em qualquer outra fonte escrita, tais como nomes de locais, fronteiras e aspectos físicos que podem ter sido modificados ou apagados pelo homem e pelo tempo.

Por fim, pretendeu-se por meio do exercício da pesquisa, descobrindo e revisitando documentos, contribuir para os estudos do território de Goiás, bem como da cartografia histórica. Mais importante do que o valor individual de cada um desses mapas, é a possibilidade de interpretação do território e suas conexões que o *corpus cartográfico* reunido em sua totalidade propicia.

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. *Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1960. 2 v.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU. *Projeto Resgate*. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>>. Acesso em: 8 dez. 2009.

BARBO, Lenora de Castro. *Cartografia Histórica: Território, caminhos e povoados em Goiás, 1722-1889*. 2015. 357 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2015.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. *Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens*. Brasília: Ed. Verano; São Paulo: Takano, 2002.

BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção História).

CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Ed. Fac-similar. 2 v. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção Memória Brasileira).

COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL- FBN. *Catálogos, Cartografia*. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

GARCIA, João Carlos (Coord.). *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002.

KARASCH, Mary. Capitania de Goiás. Verbete. p. 367-375. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel (Coords.). *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

NUNES, José Maria de Souza; ADONIAS, Isa. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. In: *História*, v.28, n.1, 2009. p.243-288. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo/php.script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 mar. 2015.

Os limites cartográficos das Capitanias Hereditárias do Sul

Jorge Pimentel Cintra
Escola Politécnica da USP
jpcintra@usp.br

Resumo

Analisam-se os limites das Capitanias do sul. As terras da Capitania de Santana, em função da estimativa do meridiano de Tordesilhas, ou pertenceriam à Espanha ou formavam pequenas parcelas descontínuas. O limite norte da capitania de São Tomé definido por acordo entre os dois confrontante afetava um terceiro território, coisa que não se percebeu. O limite sul por sua vez indicava uma linha correndo diretamente para oeste, enquanto que na doação do vizinho (Martim Afonso) indicava uma linha correndo a noroeste. Por sua vez, a divisa ao sul do primeiro lote desse donatário também indicava uma linha seguindo o curso noroeste. Essas fronteiras artificiais nunca foram demarcadas nem tidas em conta, e tanto os donatários como a coroa foram criando vilas e cidades em terreno alheio: umas vezes por desconhecimento; outras por ocupação indevida; outras por dolo ou extrapolação de poderes; e até mesmo em terras de Castela. A isso veio somar-se a questão de jurisdição sobre a Capitania de Santo Amaro; a questão de extrapolação de jurisdição e até mesmo a má fé e tropelias de juízes, de capitães gerais e da coroa. O entendimento dessas questões, facilitada pela cartografia histórica, permitiu revelar pontos desconhecidos da história das capitanias e explicar melhor a formação territorial do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: Capitanias Hereditárias, Limites entre as Capitanias Hereditárias, Capitania de São Vicente, Limites do Rio de Janeiro.

Abstract

The boundaries of the South Captaincies were analyzed. According to the estimate of Tordesillas meridian, the lands of the Captaincy of Santana either belonged to Spain or were small and discontinuous parcels. The Northern limit of the Captaincy of São Tomé, which was defined by an arrangement between the bordering parcels, also affected a third territory, an overlooked fact. The Southern limit, in turn, represented by a line running directly to the West, whereas in the letter of donation of its neighboring territory was indicated by a line running to the Northwest. On the other hand, the Southern limit of the first section of Martim Afonso also indicated a line running to the Northwest. These artificial boundaries were never demarcated nor taken into account and both the captains and the Crowns created villages and towns on the territory of others: sometimes due to lack of knowledge, sometimes due to inappropriate occupation, at times intentionally or extrapolating of power and even in Castela's lands. Furthermore, there were the question of the jurisdiction and even the bad faith and mischief of judges, the general-captains and the Crowns. The understanding of these matters, facilitated by historic cartography, brought to light unknown issues of the history of the Captaincies and better explains the development of the territory of Rio de Janeiro.

Keywords: Hereditary Captaincies, Boundaries among the Hereditary Captaincies, Captaincy of São Vicente, Boundaries of Rio de Janeiro.

Introdução

Em trabalho anterior, Cintra (2013), mostramos que as divisas clássicas das capitanias hereditárias estavam equivocadas, desde a sua propositura por Varnhagen, em 1854.

No presente trabalho, inferem-se algumas consequências desse novo desenho.

2. A Capitania de Santana e seus limites

Pero Lopes de Sousa recebeu 50 léguas de terra ao sul: 10 léguas da Capitania que se chamou de Santo Amaro e as 40 restantes, nas Terras ou Capitania de Santana. Estas começavam num ponto situado a 12 léguas ao sul da Ilha de Cananéia, que corresponde à barra sul da Baía de Paranaguá e findavam no que se considerava o limite meridional das terras portuguesas: a latitude de $28^{\circ}1/3$.

A Figura 1 mostra a situação e permite algumas análises.

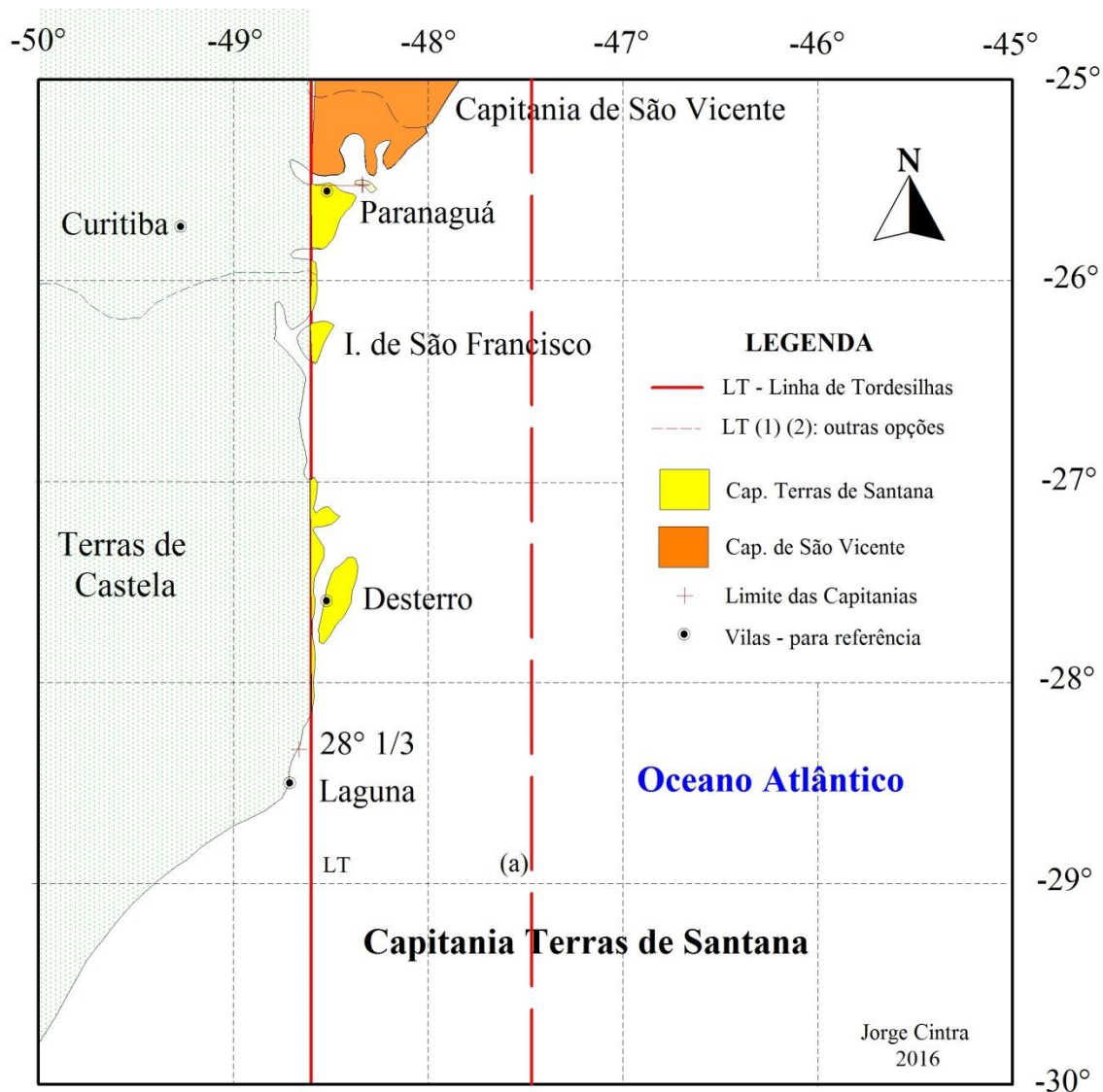


Figura 1 - Peculiares limites da Capitania de Santana, Cintra (2016)

Em outro trabalho, Cintra (2012), mostramos que o valor mais plausível para a longitude de Tordesilhas é $48^{\circ}35'$, desenhada em vermelho sólido nessa figura. Isso cria uma capitania descontínua, representada em amarelo. Seriam trechos da costa, a Ilha de Florianópolis e de parte da Ilha de São Francisco, deixando nas regiões intermediárias nos domínios castelhanos. Isso inviabilizaria a ocupação e cultivo dessas terras em porções isoladas, mas na prática, isso não impediu a ocupação dessa costa nem a fundação de Curitiba, já em terras de Castela.

Nessa figura foi desenhado em vermelho tracejado, indicado por (a) uma segunda posição possível dessa linha ($47^{\circ}28'$) e, nessa variante a Capitania de Santana simplesmente não existiria.

3. A Capitania de São Tomé e seus limites conflitantes

O limite norte da Capitania de São Tomé coincide com o limite sul da Capitania do Espírito Santo. A carta de doação dessa última não estabelece nenhum topônimo para esse limite, mas a carta de doação de São Tomé indica como limite norte os “Baixos de Pargos”, ou seja, os baixios onde se pescava esse tipo de peixe. Fizemos uma representação desse local na Figura 2, que aparece hachurado no Atlântico. Por sua própria natureza, trata-se de local dilatado e impreciso e por isso os dois confrontantes acertaram como limite o rio Itapemirim (Lamego, s/d, p. 46).

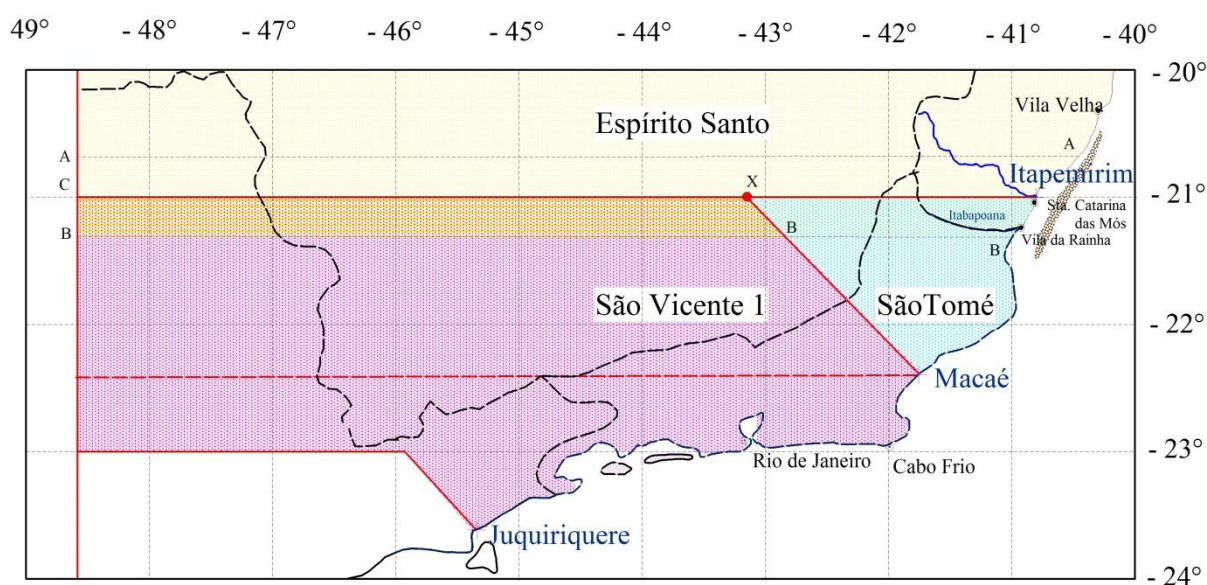


Figura 2 - As linhas divisórias de São Tomé e de São Vicente (lote 1), Cintra (2016)

Mas esse documento de acerto, conquanto fixe o ponto na costa, não se preocupou por dizer o que aconteceria com a linha divisória no interior do continente. As duas cartas de doação dizem simplesmente que as "léguas se estenderão e serão de largo ao longo da costa e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro, tanto quanto puderem entrar e for de mim conquista". O mais natural é que tenham entendido esses limites como certa quantidade de léguas na costa, com um território entrando pelo sertão adentro, sem uma definição mais precisa das linhas divisórias. O fato é que prevaleceu a linha tortuosa seguindo o curso desse rio, abandonando o retilíneo e imaginário paralelo de divisa (Figura 2).

Mas se a carta de Pero de Góis não define bem as fronteiras, a de Martim Afonso é clara e precisa, e define as duas linhas correndo a noroeste (Figura 2). Com isso, surgem alguns conflitos. O primeiro é a oposição dos textos das cartas de doação no referente à linha que parte de Macaé: ela corre segundo um paralelo em direção a Tordesilhas (Pero de Góis, linha tracejada na Figura 2) ou segue o rumo de noroeste (Martim Afonso)? Está em jogo uma ampla faixa que abrange parte não desprezível dos atuais Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Por outro lado, a definição pelo rio Itapemirim cria um problema envolvendo os três donatários que confrontam no ponto X (Figura 2). O conflito se dá porque a carta de Martim Afonso indica que a partir do ponto X a divisa segue pelo paralelo 21° e os dois outros confrontantes acordaram implicitamente que a linha seguiria o paralelo do rio Itapemirim, sem considerar a latitude desse ponto.

Como o rio Itapemirim está abaixo do paralelo 21°, cria-se uma faixa de terra (em amarelo na figura) disputada entre o Espírito Santo e o Lote de Martim Afonso. Mas como a latitude do Itapemirim é 21,005°, isso torna a largura dessa faixa desprezível, cerca de 500m, que para a precisão da época não seria detectada.

Com o transpasse à Coroa, essas terras de São Tomé, junto com outras ao sul do país, foram doadas mais tarde, como capitânicas hereditárias aos filhos de Salvador Correia de Sá (LAMEGO, s/d, p. 47); ou seja, a Martim Correia de Sá (1° Visconde de Asseca) e a seu irmão, João Correia de Sá. Na partilha feita tempos mais tarde, essa capitania foi dividida em 2 quinhões nessa região: João Correia de Sá ficou com as 5 léguas entre o rio Itapemirim e o rio Itapaboana, enquanto o filho de Martim Correia de Sá (este já falecido) ficou com as 20 léguas entre esse rio e o

de Macaé. No século XVIII a Coroa retoma essas terras e faz a incorporação da primeira parcela à Capitania do Espírito Santo e a segunda à do Rio de Janeiro; o que explica a fronteira atual entre os dois Estados.

4. A apropriação real do território do Rio de Janeiro

Sobre a fronteira sul do primeiro lote de São Vicente não houve dúvidas ao longo da história: ela começava no rio Juquiquere. Nesse território, os sucessores de Martim Afonso, por si ou seus procuradores, foram criando vilas. Para entender essa e outras questões, montamos a Figura 3, apresentando as 20 vilas e 2 cidades criadas nesses territórios antes de 1700.

A divisão em vilas e cidades (Rio de Janeiro e Cabo Frio) não se deve ao contingente populacional, mas ao fato de serem criadas pelo donatário ou diretamente pela Coroa, como se explica em Cintra (2015). No primeiro lote de Martim Afonso foram criadas: Rio de Janeiro (1567), Angra dos Reis (1608), Cabo Frio (1615), Ubatuba (1637), Taubaté (1645), Guaratinguetá (1651) e Parati (1667).

A cidade do Rio de Janeiro foi criada em situação emergencial. A Coroa não desapropriou essas terras, mas a fundação da cidade contou com o consentimento implícito do rei e mais tarde do donatário. Por sua vez, a cidade de Cabo Frio foi criada sem o consentimento da Coroa. Esta solicitou a ocupação das terras, para consolidar a posição conquistada, mas não deu ordem de criar uma cidade.

Iniciou-se assim a ocupação de fato desse território pela coroa e criou-se uma dupla jurisdição, que se manifesta, entre outras coisas pelas doações de terras. Assim, o representante do governador do Rio de Janeiro, Estevão Gomes, sem autoridade para isso, fixa arbitrariamente, o termo de Cabo Frio para o norte até o rio Macaé e para o sul até o primeiro local habitado por pessoas do Rio de Janeiro. Começa assim o apossamento desse território de Martim Afonso até terminar com sua incorporação de fato à Coroa, como se detalha em Cintra (2016).

Para isso contribui decisivamente o fato desse representante distribuir sesmarias, instalando-se a confusão, pois os descendentes de Martim Afonso continuaram, em seu direito, a distribuir sesmarias e datas de terra, inclusive no coração do Rio de Janeiro: junto ao Pão de Açúcar e ao Largo da Carioca, dentro do rio da cidade, como salientam Madre de Deus (1780) e Leme (1772).

Por sua vez, Angra dos Reis foi criada pelo donatário e Paraty foi desmembrada da primeira com confirmação régia. Essas duas vilas dependiam de São Vicente quanto ao regime tributário, à distribuição de terras (sesmarias) e também quanto à jurisdição no cível e no crime. Em função da distância, essas vilas solicitaram a transferência dessa jurisdição para o Rio de Janeiro, no que foram atendidos, e isso foi também a causa do crescente e indevido aumento de injunção por parte da Coroa.

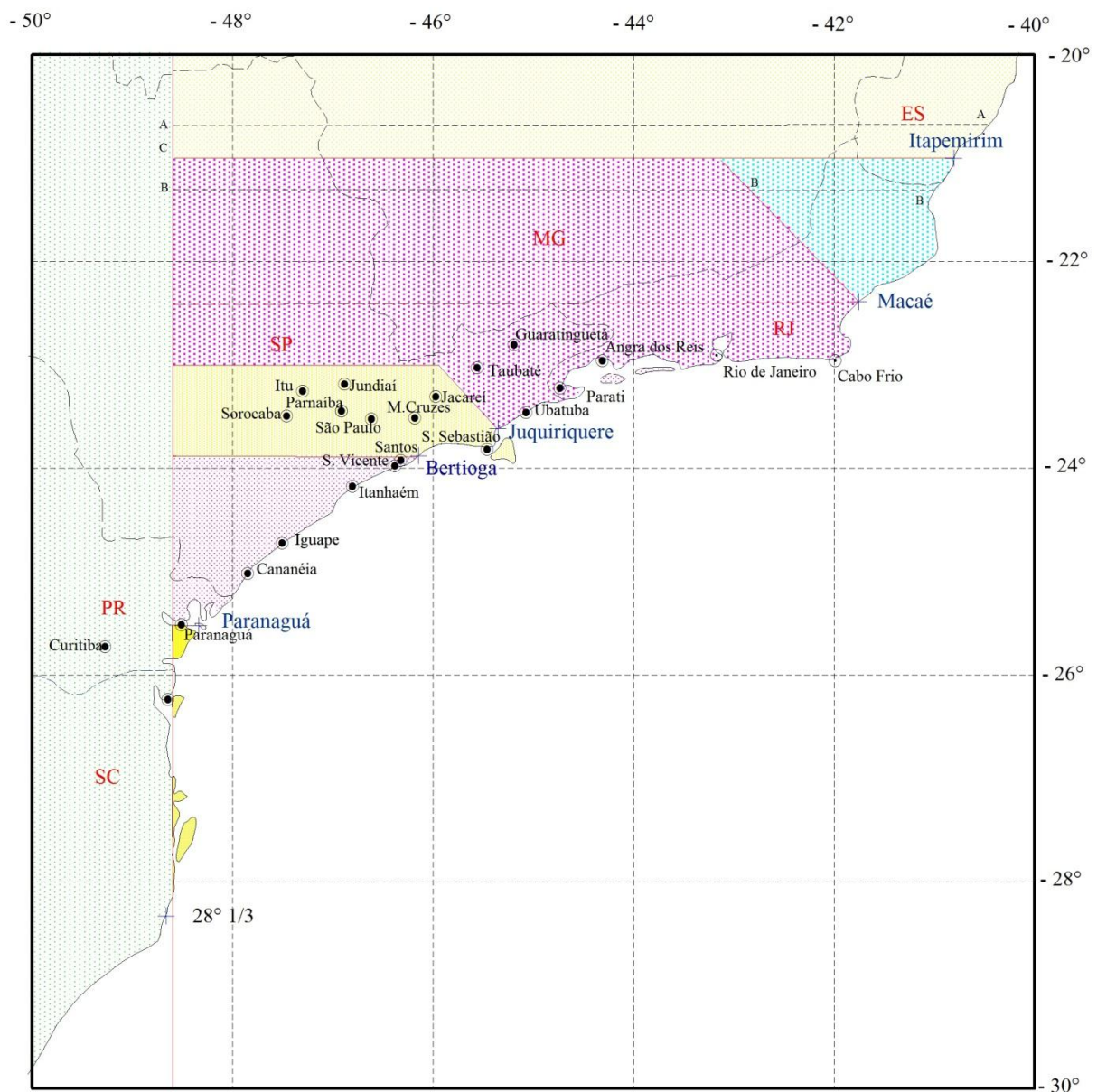


Figura 3 – Vilas e cidades (1532-1700), grande parte fundada em terras alheias

Além disso, com a descoberta das minas de ouro, a partir de 1693, o rei submeteu todos os territórios à jurisdição do Rio de Janeiro, somente no que tange à

mineração, mas na prática essa jurisdição foi se ampliando para todos os âmbitos. Até 1773 os donatários continuaram a distribuir terras e a receber a dízima ou redizima dos produtos, mas sua autoridade vê-se muito reduzida e para efeitos práticos a coroa levou o extremo do território do Rio de Janeiro aos confins de Parati, avançando sobre o território de Martim Afonso e definindo assim as divisas com São Paulo. Não houve compra do território pela Coroa, mas só uma compensação muito tardia, já no reinado de D. Maria I.

5. Os limites entre São Vicente e Santo Amaro ao longo da costa

Os pontos limites da Capitania de Santo Amaro estão claros na carta de doação: rio Juquiriquerê ao norte, e a barra da Bertioga, ao sul. Por disputas de terra o limite ao sul foi levado até São Vicente. A questão pode ser mais bem entendida através da Figura 5. Por ela se vê que há duas ilhas e três bocas, indicadas nessa figura pelos números (1, 2, 3). A primeira mais ao norte, a barra da Bertioga, a segunda a de Santos e a terceira de São Vicente. Mas na época todas eram barras do que eles chamavam rio de São Vicente: o conjunto de água doce formado por alguns rios e que é invadido pelas águas do mar. Por isso, a carta de Martim Afonso e a de Pero Lopes falam do Rio de São Vicente, acrescentando a expressão da banda do norte ou da barra do norte, para indicar a de Bertioga e distinguir das demais.

A segunda ilha, em terras de Martim Afonso, tomou o nome de Santo Amaro, em função de uma ermida dedicada a esse santo, erigida nessas terras. Pero Lopes e seus herdeiros não fundaram nenhuma cidade em suas terras do sul, e seus representantes, residentes em Santos, distribuíram terras em sesmarias para além da barra da Bertioga. Aconteceu, porém que uns sesmeiros, querendo subtrair-se à jurisdição de Martim Afonso, atribuíram-se estar sob a jurisdição de seu irmão Pero Lopes. Apesar de contestados, a confusão prevaleceu, a ponto de a capitania de Pero Lopes tomar o nome dessa ilha de Martim Afonso e de deslocar-se a divisa, na prática, para a barra de Santos.

Na controvérsia pela posse dessa capitania houve ações fraudulentas que forçaram a colocação do marco divisório na terceira barra, ao sul da cidade de São Vicente. Todas as autoridades compactuaram, apesar da injustiça clamorosa.

Foi assim que a condessa de Vimieiro, descendente de Martim Afonso, viu se despojada da Capitania de São Vicente e transferiu a sede de seus domínios para a Vila de Itanhaém (1624).

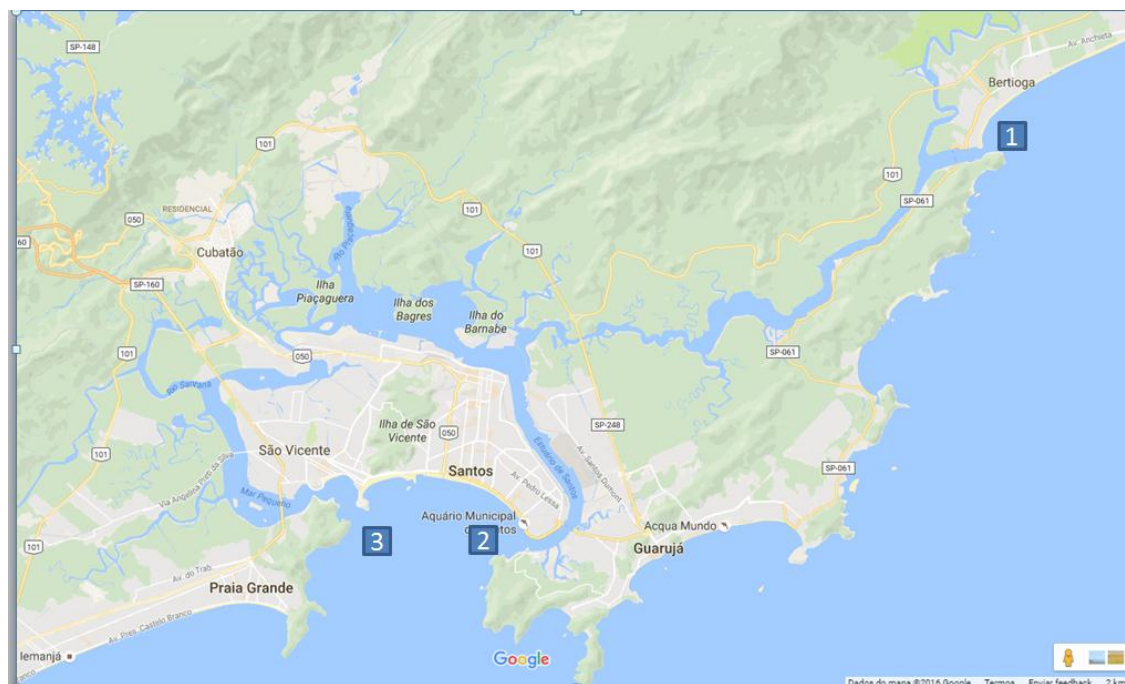


Figura 4 - As 3 barras do Rio de São Vicente. Adaptado do Google Maps

6. Edificando vilas em território alheio

Mas o que mais chama a atenção na Figura 3 é a enorme quantidade de vilas surgidas a partir de São Vicente, construídas nas Capitânicas de Pero Lopes de Sousa: Na Capitania de Santana, Paranaguá e na de Santo Amaro: São Paulo, Santana de Parnaíba, Sorocaba, Itu, Jundiá, Jacareí e São Sebastião. A pergunta imediata é: será que ninguém se deu conta disso na época e até os nossos dias? Ou, em outras palavras, será que ninguém se preocupou em lançar as linhas divisórias, sobre o terreno ou ao menos sobre um mapa?

De fato, ninguém leu com atenção, nem se preocupou porque o conceito de território era outro. Não havia ênfase em uma região fechada por fronteiras, mas léguas de costa. Assim, na carta em que comunica a Martim Afonso sua decisão de distribuir terras (MADRE DE DEUS, 1797, pp. 94-100). D. João III fala da costa brasileira e não de territórios circunscritos por limites geográficos e também nas

cartas de doação se fala de uma repartição de certas léguas de costa, o que é uma medida de distância e comprimento e não de área.

O território das capitanias foi sendo construído de outra maneira. Criava-se uma vila e definia-se o seu termo, por exemplo, de 6 léguas em quadra. Uma vez fundada uma vila, reservava-se umas terras mais próximas para o terreno urbano, o rocio, que costumava ser de légua e meia. No termo, e fora do rocio distribuía-se sesmarias. Os beneficiários começavam a ocupar as terras e sentiam-se ligados à vila: eram moradores dos seus termos e dela dependente para efeitos não só de comércio, assistência espiritual, mas também de jurisdição nas diversas causas. Com o passar do tempo, as sesmarias iam se situando em pontos cada vez mais distantes e quando um local se desenvolvia, podia ser transformado em vila. Por exemplo, São Sebastião, situava-se a mais de 100 km de Santos pela costa e no auto de sua criação lê-se: “nesta povoação de São Sebastião da terra firme [para distinguir da ilha de mesmo nome], termo e Jurisdição da Vila de Santos da Capitania de São Vicente” (in MADRE DE DEUS, 1797, p. 182).

Assim, pode-se notar o crescimento de São Vicente em direção ao sul: Itanhaém, Iguape, Cananéia, Paranaguá. E ao norte, a mesma coisa: Santos, São Sebastião, Ubatuba, Angra e Parati e também no Vale do Paraíba: Taubaté, Guaratinguetá, Jacareí. No planalto, o mesmo fenômeno: São Paulo gerando Mogi das Cruzes, Jundiaí e Santana de Parnaíba; e esta originando Sorocaba e Itu. Em nenhum momento se faz referência à localização no território da capitania (de São Vicente) para atribuir a uma vila sua pertença a determinado donatário. Em nenhum momento, das diversas questões, se recorrer ao argumento cartográfico (demarcar ou desenhar as linhas num mapa) para reivindicar as vilas que lhe pertenciam. No entanto, o empenho foi por incluir São Vicente em suas terras. Possuindo a cabeça da Capitania possuíam se todas as vilas nascidas em seus termos.

Conclusão

Com o auxílio da cartografia digital e histórica foram mostrados alguns conflitos e problemas da divisão e limites das Capitanias hereditárias. Os conflitos não se efetivaram pelo fato de não ter havido tentativa de demarcação das linhas, por exemplo, aquelas correndo a noroeste.

O estudo permitiu também entender melhor a formação dos limites da Capitania e Estado do Rio de Janeiro, bem como verificar que diversas vilas foram criadas em território alheio. Isso porque o conceito de território estava muito mais associado a umas léguas de costa e ao termo das vilas que foram sendo criadas.

Bibliografia

CINTRA, J.P. O mapa das cortes e as fronteiras do Brasil. Boletim de Ciências Geodésicas (Online). v.18, p.421-445, Curitiba, 2012.

CINTRA, J.P. Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias. Anais do Museu Paulista, v.21, p.11-45. São Paulo, 2013.

CINTRA, J. P. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. Anais do Museu Paulista, v.23, p.11-42, São Paulo, 2015.

CINTRA, J. P. A formação do território da capitania do Rio de Janeiro. Acervo (Rio de Janeiro), v.29, p.67 - 81, 2016.

LAMEGO, Alberto. Mentiras históricas. Rio de Janeiro: Record, s/d.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. História da capitania de São Vicente. (Original de 1772). Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1087/690140.pdf?sequence=4>>.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Memórias para a história da capitania de São Vicente... São Paulo: Edusp, 1975. Primeira edição, de 1797, disponível em <https://archive.org/details/memoriasparahist00gasp>

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da (1780). Dissertação sobre as capitanias de Santo Amaro e São Vicente [1780]. Autógrafos manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), COD 11.107 – F.R. 1284. Edição: Patrícia Simone Ferucio Manoel. Revisão: Priscilla Uvo Moraes.

Os limites das Capitanias do Rio de Janeiro e Espírito Santo nos séculos XVIII e XIX.

Juliana Rambaldi do Nascimento¹

Patrick Roger Loss de Oliveira¹

Tainá Laeta¹

Paulo Márcio Leal de Menezes¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Laboratório de Cartografia (GeoCart)

julianarambaldi@gmail.com; patrick.loss@ufrj.br; tainalaeta@gmail.com; pmenezes@acd.ufrj.br

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de esclarecer comprovadamente a definição dos limites administrativos da Capitania e depois Província do atual o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, através de documentos escritos e cartográficos. Pretende-se esclarecer o problema da divisa entre as capitanias do Rio de Janeiro e do Espírito do Santo no período de 1743 a 1832. A pesquisa tem como suporte a Cartografia História, definida pelos mapas de, 1770, 1803, 1823, 1830, 1840, 1860 e 1880. Tendo em vista o processo de adaptação de documentação e mudanças da ordem político-administrativas, esse período passou por conturbações, o que se mostra no caso específico de mapas do período (em especial o processo de “variação” da divisa entre Rio de Janeiro e Espírito Santo). A metodologia utilizada foi definida pela leitura de coleções de leis de 1808 a 1821 em conjunto da *Corographia Brasílica* de 1817 (Aires de Casal), bem como revistas do Instituto de Geografia e História do Brasil, as quais serviram de base documental do período. Assim foi possível constatar as primeiras irregularidades em mapas do período. Posteriormente, fazendo uso dos mapas históricos, foi possível constatar algumas variações quanto ao limite entre as duas capitanias/províncias. Serão ressaltados ainda algumas falhas ou erros de representação, possivelmente devido a problemas de informação falha e cópia de documentos cartográficos.

Palavras-chave: Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Limites.

Introdução

Dada a importância do período para a história brasileira, com a formação do Império Brasileiro, ocorreram adaptações tanto políticas como administrativas no até então Reino Unido de Brasil Portugal e Algarves, junto a necessidade clara na verificação de documentos oficiais. Dado a implementação da estrutura política administrativa de subdivisões do território em províncias, documentos cartográficos tiveram que ser refeitos e adaptados à nova terminologia presente. Já que, segundo PLÁCIDO (2005, p.1130) *apud* DIAS COELHO (2011, p. 2):

o termo originado do latim província, de *provincere* (vencer antes ou vencer precedentemente), era o vocábulo, primitivamente, empregado pelos romanos para designar o país conquistado ou o país submetido ao poder de Roma, após sua conquista. Província. Extensivamente, passou o vocábulo a designar todo território, subordinado a um regime administrativo, sem ter, no entanto, independência política. Assim, província designa a circunscrição administrativa, ou a divisão administrativa, para melhor administrar seus negócios, dando autonomia administrativa, aos poderes constituídos dentro dos territórios jurisdicionais, em que se limitam, em obediência aos princípios fundamentais aceitos e vigorantes no Estado. No período imperial, era essa a denominação dada a cada uma das divisões administrativas que compunham o Império, as quais com a República, passaram a ser denominadas Estados.

Tal fato, dada as últimas alterações territoriais do atual estado do Rio de Janeiro, que se fizeram presente na primeira metade do século XIX, foram importantes para estabelecer mapas que irão servir de subsídio à análise realizada na presente pesquisa.

Metodologia

Este trabalho tem por objetivo, conhecer os limites político administrativos e conseqüentemente descobrir a datação desconhecida de um dos mapas do século XIX, correlacionando com o aparecimento do termo Província. Neste sentido, para a confecção deste trabalho, foram realizadas 4 etapas. Sendo elas, primeiro a aquisição dos mapas históricos junto a Biblioteca Nacional, segundo o georreferenciamento dos

mesmos no software ArcGIS 10.1. Seguidamente, posterior ao processo de georreferenciamento, foi feita a vetorização dos limites político administrativos. Por último, depois de estabelecido e datados os limites, foi feita uma análise correlacionada com o conjunto de leis com o intuito definir a data desconhecida do referido mapa.

Na primeira etapa, foi feita a aquisição dos mapas que se encontram sobre os cuidados da Biblioteca Nacional (1770, 1803, 1823, 1830, 1840a, 1840b, 1860 e 1880.) e que se encontram disponíveis digitalmente no sítio eletrônico <http://bndigital.bn.br/acervodigital/> em formato *.tiff* e *.jpeg*.

Após a obtenção dos mapas foi realizada a segunda etapa de trabalho em que foi realizado o processo de georreferenciamento através do ArcGIS 10.1 utilizando a ferramenta chamada *georeferencing*. Assim, inicialmente foram estabelecidos os pontos de controle (Tabela 1), onde os pontos de controle são as coordenadas no mundo real que se correlacionam com pontos no mapa, o que permite “alinhar” as representações espaciais de determinado mapa, ou imagem, afim de inseri-la num sistema de coordenadas (SIRGAS2000). Criado um número mínimo de pontos, é possível a utilização de determinados métodos de transformação no qual as informações dos pixels da imagem, sofrem um ajustamento na direção, posição e tamanho, através de um processo matemático no qual resulta na adequação da imagem. No processo de georreferenciamento dos mapas históricos, foi utilizada a transformação polinomial de primeira ordem (*first order or affine*), que através de testes se mostrou o método mais satisfatório para o nosso objetivo, sendo necessário somente a utilização de 3 pontos de controle. Cabe ressaltar que no mapa de 1880, fez-se necessário a utilização de um quarto ponto de controle, pois constatou-se a ausência da referência utilizada para o ponto de controle 3, não permitindo o seu uso no georreferenciamento.

Tabela 1: Pontos de Controle

Pontos de Controle			
Nº do Ponto	Latitude	Longitude	Localização

1	23°13'14,8" S	44°42'43,9" O	Parati
2	22°52'26,1" S	42°00'27,5" O	Cabo Frio
3	21°37'52,7" S	41°03'02,1" O	São João da Barra
4	22°22'00,1" S	41°46'49,9" O	Macaé

Após o processo de georreferenciamento, foi possível realizar a terceira etapa, sendo esta a vetorização dos limites do estado do Rio de Janeiro em cada um dos mapas históricos. A partir da vetorização foi possível analisar individualmente e conjuntamente as diferenciações dos limites entre Rio de Janeiro/Espírito Santo.

E por último foi feita a leitura da *Coleção de Leis de 1821* afim de estabelecer uma data no qual ter-se-ia o conhecimento da data histórica presente nos mapas aqui analisados, sendo essa determinada inicialmente como 18 de junho de 1821 com a primeira citação do Rio de Janeiro como província.

Após as etapas acima realizadas, foram gerados 4 mapas, com a finalidade de melhor compreensão e visualização dos limites, 3 deles sendo a partir dos mapas históricos de 1770, 1823 e 1840, e um quarto mapa contendo os limites de todos os 8 mapas contrastando com os limites atuais do estado do Rio de Janeiro.

Resultados

Feito os processos de geoprocessamento e análise textual, foram identificadas as mudanças ocorridas nos limites da capitania e província do atual estado do Rio de Janeiro.

O mapa de 1770 (Figura1) foi o primeiro mapa analisado para a formulação do presente trabalho, o que pode ser descrito do mapa em si é que pela data dele, a estrutura política administrativa ainda era o sistema de Capitânicas. O limite entre o atual estado Espírito Santo e Rio de Janeiro eram delimitados pelo Rio Camapoam (atual Itabapoana), pelo Rio Marias (atual Muriaé) e pelo Paraíba do Sul.



Figura 1: Mapa do Rio de Janeiro de 1770.

Fonte: Arquivo Nacional e IBGE. Elaborado pelos autores.

Ainda vigente o sistema de capitanias, no mapa de 1803, o que se nota é a mudança do limite, em que passa do rio Muriaé (que no mapa já ocorre uma mudança do nome do anterior para Mariaé) para o que aparenta ser a serra das Frecheiras ligando o Rio Itabapoana e o Rio Paraíba do Sul.

No mapa de 1823 foram notadas semelhanças entre os seus limites e os apresentados no mapa de 1803, o grande diferencial dele se dá pela utilização do termo província

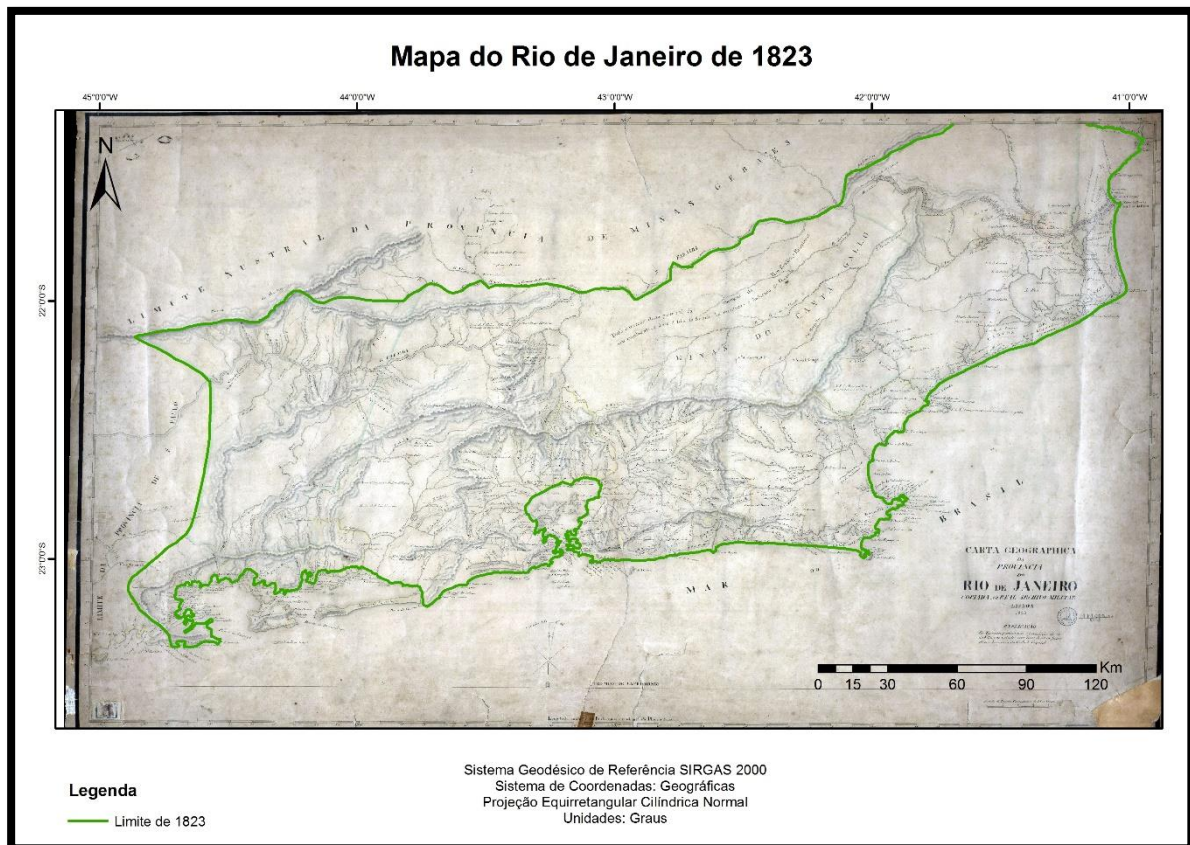


Figura 2: Mapa do Rio de Janeiro de 1823.

Fonte: Arquivo Nacional e IBGE. Elaborado pelos autores.

Algumas divergências foram notadas no mapa de 1830, a primeira delas e a mais perceptível é dos limites entre ambas as províncias, divergindo com a evolução territorial do Rio de Janeiro, em que os limites mostrados são definidos através do Rio Paraíba do Sul. Percebido isso, nota-se a precisão e detalhamento encontrado no mapa, em que ele se assemelha muito com o mapa de 1823, porém com o já mencionado erro, se supõe que este mapa é na realidade, uma cópia de 1823 com as informações dos limites provinciais “adaptada” de um mapa mais antigo em que ainda não se fazia vigente o sistema de províncias, mas sim de capitâneas, dada a discrepância temporal da informação.

Foram analisados no ano de 1840 dois mapas:

- 1840a – Foi o mapa que apresentou a última mudança administrativa de “adição” e perda de território com a adição da região do atual Noroeste Fluminense, o que o torna como um mapa de “controle”.

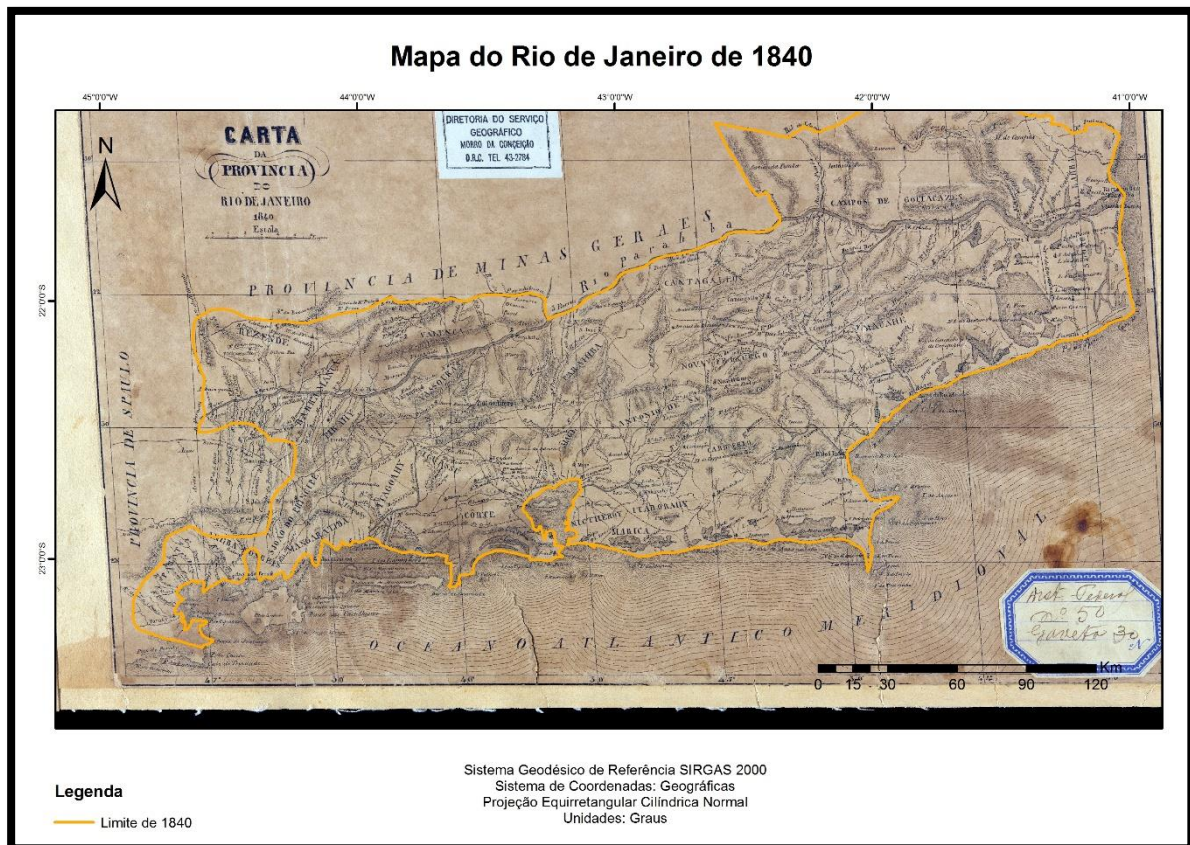


Figura 3: Mapa do Rio de Janeiro de 1840.

Fonte: Arquivo Nacional e IBGE. Elaborado pelos autores.

- 1840b – Igual ao 1840a, com o diferencial de que ele foi o que apresentou os menores erros nos limites com Espírito Santo e Minas Gerais, porém, com erros no limite com São Paulo, em que não foi representado corretamente a posição de Bananal (SP) e Resende (RJ).

Os limites do mapa de 1860 se mostraram muito semelhantes com o mapa de 1840a, com a diferença da região de São João da Barra, que neste mapa, era representada como pertencente à Província do Espírito Santo

O último dos mapas analisados, 1880, é o que apresenta o Rio de Janeiro com a menor área, já que considera o Rio de São João, em Macaé, como o limite com o Espírito Santo.

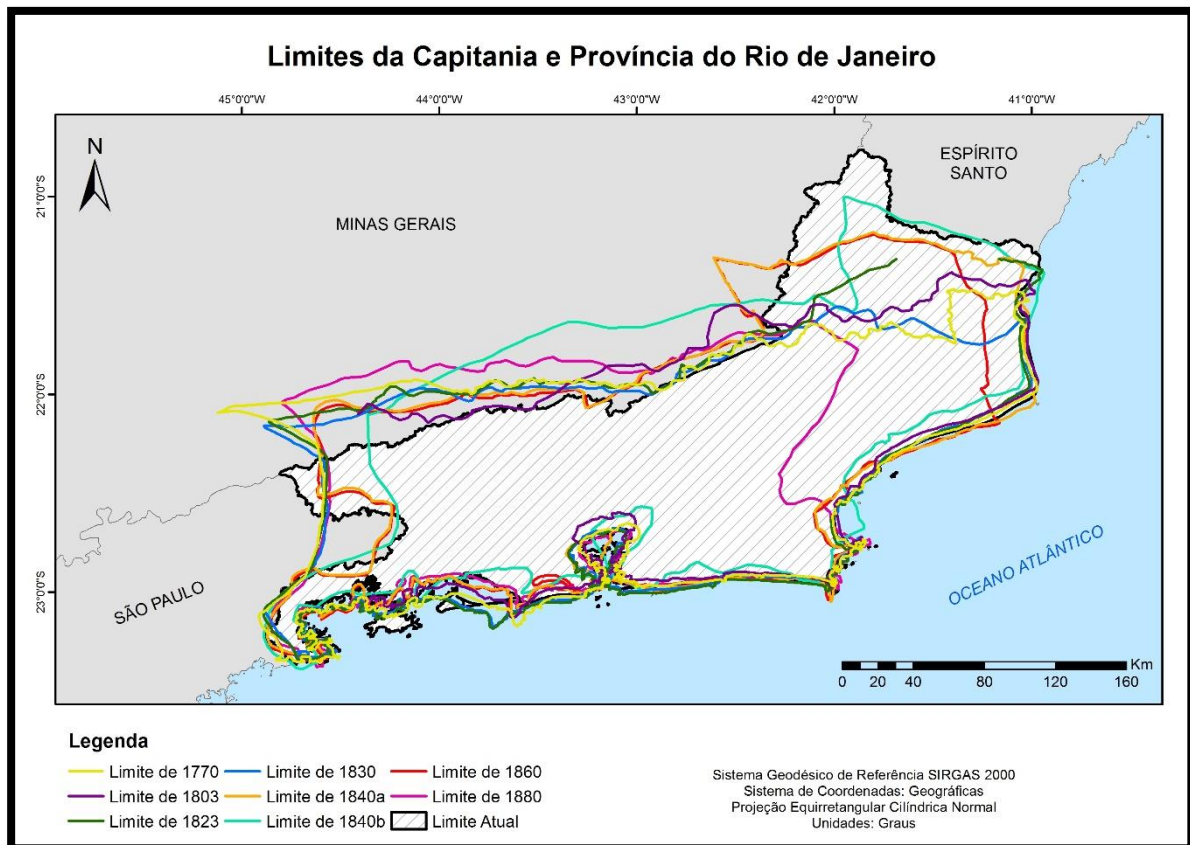


Figura 4: Mapa dos Limites da Capitania e Província do Rio de Janeiro.

Fonte: Arquivo Nacional e IBGE. Elaborado pelos autores.

Bibliografia

DIAS COELHO, Beatriz. Instituição da província como unidade político-administrativa no século XIX. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011.

Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10929>.

Acesso em agosto 2016.

Sessão: Cartografia Histórica e a História Militar

Fronteira colonial fortificada da América meridional e a Guerra de 1776

Fortified colonial border of meridional America and the 1776 War

Luiz Carlos Tau Golin

golin@upf.br

UPF – Universidade de Passo Fundo, RS.

Resumo

A disputa territorial entre Espanha e Portugal pelo Continente do Rio Grande de São Pedro, no período de 1763 a 1777, resultou em um fenômeno singular e incomparável de fortificação da fronteira demarcada por um canal de aproximadamente 20 km de comprimento. Após uma progressão expedicionária castelhana em 1763, combates em terra e água, em 1767, a fronteira se estabeleceu no canal do Rio Grande, sangradouro da lagoa dos Patos no oceano Atlântico. Ambos os reinos estabeleceram planos de artilhamentos de suas margens, com a construção de novos fortes. Na margem norte, luso-brasileira, sete fortes e mais baterias foram estabelecidos, além de trincheiras. Na costa meridional, a Espanha organizou a sua defesa com oito fortes, além de entrincheiramentos artilhados.

Dois vilas também estavam nos limites do canal, Rio Grande de São Pedro e São José do Norte, além de São Caetano da Barranca (luso-brasileiro) e Povo Novo (espanhol) na zona de fronteira. Em 1774, Portugal declarou guerra à Espanha na América meridional e deflagrou as operações bélicas através do Exército do Sul e da Esquadra do Sul, mobilizando em torno de nove mil homens, reconquistando o território perdido em 1776. O conflito produziu diversas obras de fortificação associada a uma significativa cartografia reunida e produzida.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra da Reconquista, Fortificação Canal do Rio Grande, Cartografia da Guerra.

Abstract

The territorial dispute between Spain and Portugal by the Continent of Rio Grande de São Pedro, in the period of 1763 until 1777, resulted in a singular and incomparable phenomenon of the border fortification demarcated by a canal with approximately 20 km long. After an expeditionary progression spanish in 1763, land and water combates, in 1767, the border was established in the Rio Grande canal, the spillway of Lagoa dos Patos in Atlantic Ocean. Both kingdoms established artillery plans of its margins, with the construction of the new fortresses. In the north margin, luso-Brazilian, seven fortresses and more batteries have been established, beyond the trenches. On the meridional coast, Spain organized its defense with eight fortresses, beyond of entrenchment with artillery.

Two villages were also in the coast limits, Rio Grande de São Pedro and São José do Norte, beyond of São Caetano da Barranca (luso-Brazilian) and Povo Novo (Spanish) in the border zone. In 1774, Portugal declared warfare to Spain in the meridional America and sparked the war operations through the South Army and the South Squad, mobilizing around nine thousand people, reconquering the territory lost in 1776. The conflict produced several fortification works associated with a significant cartography gathered and produced.

Word-keys: Reconquest War, Fortification canal of Rio Grande, Cartography of War.

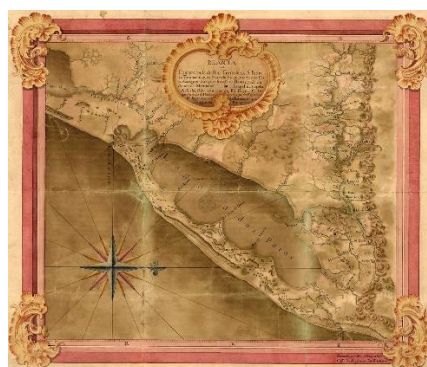
Assim que a guerra foi declarada entre Portugal e Espanha, a partir de 1774, as coroas começaram a aumentar as concentrações de seus exércitos e esquadras na

Esta disputa militar pelo atual Rio Grande do Sul, Brasil, produziu imensa cartografia e iconografia, representativas do patrimônio da América meridional, com alguns exemplos tomados como temas neste texto.

O processo de conquista castelhana, a formação da fronteira da Tratada/Ponta Rasa e o tamanho territorial do Continente do Rio Grande de São foram cartografados por conhecedores do Sul como José Custódio de Sá e Faria, Manoel Vieira Leão, Francisco João Roscio, entre outros, além das representações castelhanas. Pode-se considerar essa cartografia demonstrativa da seguinte linha de tempo: 1) conquista da expedição espanhola e convênio de paz, fixando a fronteira da Tratada/Ponta Rasa (1763); 2) reação luso-brasileiro: ataque frustrado à vila de Rio Grande, cerco vitorioso a Guarda [São José] do Norte e reconquista até a margem do canal do Rio Grande, desaguadouro da lagoa dos Patos no Atlântico (1767); 3) acirramento dos conflitos de fronteira, declaração de guerra (1774), vitória portuguesa (1776) e Tratado de Santo Ildefonso (1777).

O mapa mais consagrado sobre o tamanho do Continente do Rio Grande conforme a fronteira de 1767 pertence a José Custódio de Sá e Faria e encontra-se na Mapoteca do Itamaraty: *Exemplo Geographico do Terreno que ocorre desde a Vila do Rio Grande de São Pedro, até o distrito de Viamão*. (GOLIN, 2002, p. 391). No entanto, o capitão-de-artilharia e cartógrafo Manoel Vieyra Leão, desenhador de Custódio desde as demarcações do Tratado de Madri, deixou uma outra versão bastante semelhante, na perspectiva leste-oeste.

Planta que compreende do Rio Grande de S. Pedro até Taramanday, e o Passo do Yacuy, tirada das Cartas Geographicas q^e se fizeraõ na Demarcação da América Meridional. Arrayal da Capella. AA, até BB, estancia de El Rey. C. Lugar chamado do Tehzr.^o [Tesoureiro], em q' está a guarda Espanhola. D. lugar chamado das Tratadas, em que está a guarda Portuguesa. Executada por Manoel Vieyra Leão, capitão do Regimento da Artilharia. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.



Assim como Custódio, Leão também palmilhou os territórios que cartografou. Consultou os trabalhos reunidos no vice-reinado do Rio de Janeiro e, em particular, no acervo de mapas dos demarcadores, que estava sob controle de José

Custódio, de cuja equipe fazia parte. A perspectiva “de quem chega do mar” deu também um uso militar a sua *Planta* e instrumentalizou as ações do general Boehm.

Consta o tamanho do Rio Grande de São Pedro no início da guerra, delimitado pelas águas do canal, da lagoa dos Patos, do Rio Guaíba e dos rios Jacuí e Rio Pardo, desconsiderando a intrusão até o Passo do Jacuí. Entretanto, as ocupações luso-brasileiras já ocorriam nos territórios a oeste da lagoa dos Patos e do Guaíba. A partir de Rio Pardo, penetraram em direção ao Sul. Além de cartografar os principais locais, traçou os caminhos da costa e do Oeste. Identificou também o Forte de São Gonçalo, construído durante a expedição de Gomes Freire (1752-1757), que, com o passar do tempo, terminou substituindo o nome do Sangradouro da lagoa Mirim.

Esta cartografia representativa do tamanho do Rio Grande de São Pedro preocupava-se com os lugares de conflitos nos espaços estratégicos e de guerra da fronteira. Sobre a margem oeste da lagoa dos Patos, as informações e conhecimentos dos gaudérios e aventureiros paulistas entronizados como saqueadores ou posseiros eram fundamentais. Militarmente não significava grande preocupação para os luso-brasileiros, pois a Espanha não possuía embarcações de baixo calado que pudesse usar para transladar tropas e atacar Viamão, Porto Alegre, São Caetano da Barranca, São José do Norte e mesmo Rio Pardo, além de ter dificuldade de deslocar infantes e granadeiros pelas longas distâncias das Missões. Em grande parte, a Fronteira do Rio Pardo era conhecida pelos mapas dos demarcadores do Tratado de Madri, em particular do genovês Miguel Ângelo de Blasco e José Custódio de Sá e Faria. Com a cartografia deles, no período bélico após a declaração de guerra por Lisboa (1774), João Roscio e Jacques Funck agregaram novos detalhes, com preocupação de defesa.

Na fronteira do rio Jacuí e para os lados dos sertões lindeiros às Missões, o general João Henrique Boehm estabeleceu uma estratégia de guerra de defesa, com incursões no território castelhano, manobras de “diversão” para obrigar o inimigo a dividir suas forças, atacando seus fortes e guardas, além de arrear os rebanhos das estâncias dos índios missioneiros. No extremo sul, a guerra estava planejada para ser de reconquista, com o objetivo de recuperar o território perdido em 1763 e, se possível, expandir ainda mais a fronteira. Enquanto gaudérios, dragões rio-grandenses, companhias de índios, povoadores e aventureiros paulistas, acrescidos de alguns

contingentes europeus, defendiam o Oeste, o Exército do Sul, formado por três regimentos europeus e recrutas de todas as províncias brasileiras, a Esquadra do Sul e a flotilha da lagoa dos Patos aquartelavam no território e fortes da margem setentrional do canal do Rio Grande.

Desde que zarpara do Rio de Janeiro, a noção territorial do general Boehm sobre a região era somente cartográfica e os lugares imaginados mediante os planos iconográficos. Carregava um impressionante trabalho de representação plástica da fronteira belicosa, com um enunciado historiográfico. Era a *Demonstração da vila do Rio Grande de São Pedro, sua Barra e terreno, que da margem oriental do rio discorre até o sítio chamado o Estreito, da linha de divisão para o sul até o rio e o terreno que presentemente ganhamos dos espanhóis, que o ocupavam*. Cuidadosamente figurativo, plotava até onde chegara a fronteira na conquista de Cevallos de 1763; assinalava o local em que José Custódio de Sá e Faria, enquanto governador do Rio Grande, estabeleceu o *front* estratégico de São Caetano da Barranca, com seu forte e vila na margem do atual Saco do Rincão da lagoa dos Patos, de onde iniciou a resistência e desencadeou às primeiras ações de guerra para reconquistar o território, recuperando o espaço até a costa do canal em 1767. O trabalho indicava o espaço bélico onde deveria transcrever a disputa decisiva pelo controle do Rio Grande entre luso-brasileiros e hispano-americanos.



Demonstração da Villa do Rio Grande de São Pedro sua Barra e terreno que da margem oriental do rio diz corre thé o sitio chamado o estreito da linha de devizão para o sul thé o rio e o terreno q' prezentem.^{te} ganhamos dos espanhois, q' ocupavão. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

A cartografia do detalhe era associada à geopolítica, com a visão panorâmica do conflito ibérico na América. Nesse particular, mais uma vez o trabalho de José Custódio de Sá e Faria foi elogiado pelo general Boehm. Diante de tantas informações imprecisas e distorcidas, o grande cenário da guerra era visualizado no *Exemplo Topográfico da costa, que se compreende desde a Ilha de Santa Catarina até o Cabo de*

Santa Maria e Rio da Prata, até a Praça Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, com o terreno adjacente a mesma Costa. Mapa confeccionado por José Custódio com objetivo bélico e destinado às operações do Exército do Sul. Apesar das suas coordenadas não serem confirmadas com precisão pelos recursos contemporâneos, o mapa se harmonizava na perspectiva ponderada das bacias hidrográficas, dos cerros, dos caminhos, dos passos principais dos rios, contendo informações objetivas e confiáveis no panorama bélico. Sua noção de totalidade da territorialidade da guerra era o que mais agradava ao general Boehm.

A costa conflagrada era demonstrada desde a Ilha de Santa Catarina até a Colônia do Sacramento, no Rio da Prata. Entretanto, o espaço costeiro adentrava até as nascentes dos grandes rios com foz no Atlântico e, no sul (atual República Oriental do Uruguai), no Rio da Prata, desconsiderando o rio Uruguai. Não é estranho especular que o mapa de Faria continha um projeto territorial do Continente do Rio Grande que o retirava do confinamento litorâneo. Objetivamente, apareceria como doutrina no Tratado de Santo Ildefonso (1777). Para a emergência da Guerra de Reconquista, o *Exemplo Topográfico* serviu de guia para a longa marcha das tropas comandadas por Boehm pelo caminho do litoral, desde Santa Catarina até São José do Norte, no canal do Rio Grande, com sua bifurcação em Cidreira para seguir ao extremo oeste de Rio Pardo.

Considerado pelo tenente-general Boehm como um dos melhores entre tantos com grosseiros erros, abrange a disputa territorial costeira, entre a Ilha de Santa Catarina e o Rio da Prata. Em fundo colorido são destacadas as áreas da expedição e conquista de Pedro de Cevallos, em 1763, e o território recuperado em 1767, da linha da Ponta Rasa até o canal do Rio Grande. A novidade histórica é que demonstrava a origem da ocupação pelos luso-brasileiros do território espanhol do sul do rio Jacuí e oeste da lagoa dos Patos, argumentando como uma conquista legitimada no âmbito das operações lideradas por José Custódio em seu governo, fazendo parte da mesma guerra originada por Pedro de Cevallos.

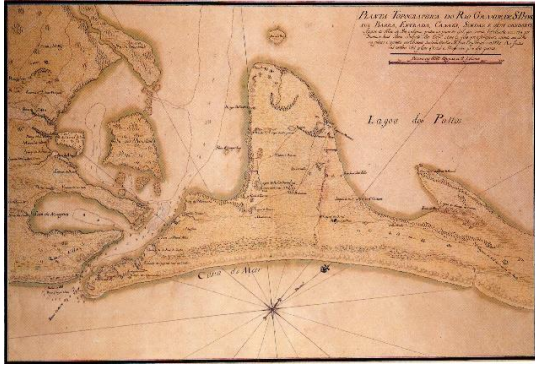
Os argumentos geopolíticos e de justificativa das operações, conforme a orientação do marquês de Pombal, estão contidos nos enunciados do *Exemplo Topográfico*, que identifica em vermelho, sobrepondo a letra A, o território desde o forte de São Miguel – Chuí até o canal do Rio Grande, ocupado pelos espanhóis em 1763, no âmbito da Guerra dos Sete Anos, e não devolvido conforme determinara o Tratado de

Paris, segundo tese portuguesa (AA. *Terreno que pertence a Sua Majestade Fidelíssima [rei de Portugal], que ocupam os Espanhóis desde o tempo da Guerra próxima passada, e deviam entregar em virtude do Tratado de Paz*). Logo, a ocupação brasileira da margem oeste da lagoa dos Patos (BB) se justificava como parte de um mesmo conflito. Com isto, Portugal recorria à hipótese de direito de represália para não ser acusado de primeiro agressor (BB. *Terreno a que se avançaram os Portugueses no tempo da mesma Guerra*). Imprescindível para as ações bélicas, os caminhos estavam pontilhados em vermelho (*As linhas pontuadas de carmim mostram os Caminhos que se transitam em todo este Continente*).



Exemplo Topographico da costa que se comprehende desde a Ilha de S. Catherina, thé o Cabo de S. Maria e Rio da Prata, thé a Praça Nova Colonia do S.^{mo} Sacram.^{to} com o terreno adjacente a mesma Costa. AA. Terreno que pertence a S. Mag.^e F. que ocupão os Espanhoes desde o tempo da Guerra próxima passada, e devião entregar em vert.^e do Trat.^o da Paz. BB. Terreno a que se avansarão os Portuguezes no tempo da mesma Guerra. As linhas pontuadas de carmim mostram os Caminhos que se tranzitão em todo este Continente. Elevado e desenhado pelo brigadeiro José Custodio de Sá e Faria. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Quando o general Boehm instalou o seu estado-maior na costa do canal do Rio Grande, no início de 1775, todos os mapas disponibilizados ao comandante do Exército do Sul pelo vice-rei marquês do Lavradio foram conferidos e corrigidos pelos cartógrafos da expedição. De imediato brilhou a estrela do capitão-engenheiro Francisco João Roscio. Na beligerante fronteira sulina, o canal do Rio Grande em disputa pelos exércitos ibéricos centralizava a representação, que abrangia até o Estreito, no norte, e as posições castelhanas, no sul, com seus fortes e vilas, os lugares estratégicos minuciosamente cartografados na *Planta do Rio Grande de São Pedro e seus arredores, com o canal, entrada e baixos da sua barra, na forma que ela era em 1774*. Uma outra versão da *Planta*, de 1778, encontra-se na Mapoteca do Itamaraty, com o título de *Planta topográfica do Rio Grande de São Pedro, sua barra, entrada, canais, sondas, e seus arredores*.



Planta topográfica do Rio Grande de São Pedro, de Francisco João Roscio.

Após a reconquista do sul do canal do Rio Grande, em abril de 1776, Francisco João Roscio fez levantamentos de campo deste espaço que havia sido perdido por Portugal em 1763. O cartografou em detalhes, pois, entre o arroio Taim e os arroios Chuí-São Miguel, a área estava prevista para fazer parte do Campo Neutral, juntamente com a lagoa Mirim e o imenso espaço entre os rios

Piratini e Jaguarão, conforme o Tratado de Santo Ildefonso (1777). O *Mappa Chorographico* de Roscio, elaborado na perspectiva das demarcações futuras é um dos trabalhos mais impressionantes da cartografia histórica.

Está associado a diversos outros trabalhos de Roscio durante a guerra. Quando nomeado comissário demarcador, nas décadas seguintes se converteu em depositário de todo o conhecimento cartográfico da segunda metade do século XVIII. De sua experiência na guerra, nas demarcações e convivência com outros cartógrafos, Francisco João Roscio deixou o primeiro atlas do Brasil meridional, baseado nas observações feitas entre 1774 e 1778, concluído em 1783, identificado como *Mappas particulares extraídos da carta da Capitania do Rio Grande de São Pedro e suas circunvisinhanças até o Rio da Prata. Construída por Francisco João Roscio, tenente-coronel de infantaria, com exercício de engenheiro, na forma de suas observações feitas nos anos de 1774 até 1778* (acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

O trabalho de Roscio também incorporou as contribuições do engenheiro-militar sueco Jacques Funck, que, por ordem do general Boehm, cartografou a Fronteira do Rio Pardo, preocupando-se fundamentalmente com a defesa. A *Planta particular* de Funck abrangeu desde a vila de Rio Pardo até o Passo do Jacuí, destacando as guardas luso-brasileiras, os caminhos por terra e os locais de travessia do rio. A extremidade oeste do Continente estava sustentada estrategicamente pelo rio Jacuí e seus afluentes. Mantinha seus contornos, em especial setentrionais, desde 1754, no pacto fronteiriço realizado por Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, e os corregedores indígenas das Missões durante a Guerra Guaranítica.

FUNCK, Jacques. *Planta particular para servir a Relação junta sobre o terreno do Rio Pardo thé o Rio Jacuy: as distâncias de uma parte a outra são feitas somente pelas informações diferentes e vistas em viagem no mês de dezembro de 1776 pelo marechal-de-campo Jacques Funck. 1777.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: 1763-1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional.* Passo Fundo: Méritos, 2015, v3.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.* Porto Alegre: L&PM, 2002, v1.

LEÃO, Manoel Vieyra. *Planta que compreende do Rio Grande de S. Pedro até Taramanday, e o Passo do Yacuy, tirada das Cartas Geographicas q^e se fizeraõ na Demarcação da América Meridional. Arrayal da Capella. AA, até BB, estancia de El Rey. C. Lugar chamado do Tehzr.º [Tesoureiro], em q' está a guarda Espanhola. D. lugar chamado das Tratadas, em que está a guarda Portuguesa. Executada por Manoel Vieyra Leão, capitão do Regimento da Artilharia.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

ROSCIO, Francisco João. *Mappas particulares extraídos da carta da Capitania do Rio Grande de São Pedro e suas circunvisinhanças até o Rio da Prata. Construída por Francisco João Roscio, tenente-coronel de infantaria, com exercício de engenheiro, na forma de suas observaçoens feitas nos anos de 1774 até 1778.* 1783. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

ROSCIO, Francisco João. *Planta do Rio Grande de S. Pedro e seus roedores com o canal entrada e baixos da sua barra na forma que ela era em 1774.* Mapa anexo ao *Compêndio noticioso do Continente do Rio Grande de S. Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observaçoens, e notícias que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente nos anos de 1774, e 1775.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

ROSCIO, Francisco João. *Planta topográfica do Rio Grande de São Pedro, sua barra, entrada, canais, sondas, e seus arredores.* 1778. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty.

OS ENGENHEIROS MILITARES ITALIANOS NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XVIII: Antônio Galluzzi e Domingos Sambucetti

Graciete Guerra Da Costa
Universidade de Brasília-UnB
gracietegcosta@gmail.com

Jorge Pimentel Cintra
Escola Politécnica da USP
jpcintra@usp.br

Resumo

Trata-se de um estudo histórico de Arquitetura Militar sobre os construtores italianos das Fortificações na Amazônia no Século XVIII, fruto do Tratado de Madri de 1750. Nesse contexto, a arquitetura e a história desses italianos nas relações internacionais se dão as mãos. O trabalho examina o contexto histórico, a cartografia dos limites, a geopolítica, a sociologia da conquista. Ele estuda os engenheiros militares italianos que vieram ao Brasil na Comissão Demarcadora dos limites da partida Norte: Henrique Antônio Galluzzi e Domingos Sambucetti, que morreram durante a construção das duas maiores fortalezas da Amazônia, ou seja, a Fortaleza de São José de Macapá e o Real Forte Príncipe da Beira, que serviram de base para operações de reconhecimento e demarcação do Tratado de Santo Ildefonso por Lobo D'Almada, e simbolizou o poder do Estado controlando os Missionários e os índios. A política da Coroa Portuguesa, subsequente ao Tratado de Madri (1750), de fortificar, demarcar, ocupar e povoar a região que lhe cabia fazia parte da decisão pombalina de substituir as missões religiosas por freguesias, confiadas a militares, a representantes do rei, e a alguns membros do clero secular.

Palavras-chave: Amazônia, engenheiros militares italianos, Arquitetura Militar na Amazônia, Fronteira Norte do Brasil.

Abstract

This historical study on military architecture focuses on Italian builders of Amazon fortresses during the 18th century, as a result of the Treaty of Madrid (1750). Under this scope, the architecture and the history of these Italians are bound together as seen by the studies of international affairs. We'll go through historical context, border's cartography, geopolitics and sociology of the conquest. We will analyze particularly the Italian military engineers that went to Brazil as being part of a *Commission* on the *Limits* of the Continental Shelf for the northern region: Henrique Antônio Galluzzi and Domingos Sambucetti, who died during the construction of the two biggest fortresses in the Amazon, i.e., the fortress São José de Macapá and the Royal Fortress Príncipe da Beira, both having served the purpose of being a base for scout missions and border establishment of the Santo Ildefonso Treaty by Lobo D'Almada, which was a symbol of the State power and the control of missionaries and native Indians. The politics of the Portuguese Crown subsequent to the Madrid Treaty of 1750 was to fortify, establish territories, occupy and populate the region that was now hers. This was part of the Marquis de Pombal's decision to substitute religious missions by *freguesias* (parishes) which would be ruled by the military, the King's representatives and some members of the secular clergy.

Key words: Amazon, Italian military engineers, Military Architecture in the Amazon region, Brazil's northern border.

INTRODUÇÃO

A presença dos italianos no Brasil se nota antes mesmo da vinda de engenheiros, através da difusão dos Tratados de Arquitetura, como os de Alberti (1492), Filarete (1464), Di Giorgio (1500), Serlio (1537), Dürer (1554), Palladio (1556 e 1570), todos eles anteriores ao de Serrão Pimentel (1680) – o primeiro em língua portuguesa. Depois, essa presença se faz notar na influência dos Padres Matemáticos, que foram contratados por D. João V para mapear a América portuguesa. Em concreto, os italianos estavam na vanguarda da astronomia voltada para a determinação de longitude: Giovanni Domenico Cassini foi contratado pela França para dirigir o observatório de Paris e modernizar sua cartografia, que se tornou a melhor de todo o planeta. Nessas pegadas e detentores dessa ciência estão os primeiros Padres matemáticos contratados pelo rei de Portugal: Carbone e Capassi, que fizeram diversas medições em Portugal, vieram ao Brasil a fim de elaborar mapas precisos. Carbone faleceu, sendo substituído por Diogo Soares.

Paralelamente aos astrônomos e matemáticos, surge a figura dos engenheiros¹, indivíduos polifacéticos, que além de conhecerem a astronomia estavam habilitados para levantar plantas de cidades, construir pontes e desenhar fortificações². Os italianos requisitados por Portugal e Espanha na segunda metade do século XVIII, contribuíram para firmar esse modelo renascentista de profissional nas Américas, África e Ásia³.

A assinatura do Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750, com o estabelecimento de “novos limites” entre os domínios de Portugal e da Espanha no Novo Mundo, notabilizou-se pela importância do trabalho das “Comissões Demarcadoras dos Limites”. Estas eram compostas por engenheiros militares, cartógrafos, geógrafos, astrônomos, matemáticos, e desenhadores, responsáveis pela escolha das “balizas naturais” da linha de demarcação no período de Tordesilhas.

¹ **Engenheiros Militares** – O conceito de engenheiro existe desde a antiguidade. Os exércitos chineses, gregos e romanos empregaram máquinas e invenções complexas como a artilharia, desenvolvida pelos gregos por volta do século IV a.C. Estes desenvolveram a trirreme, a balista e a catapulta. Na Idade Média, criaram o trabuco. O primeiro engenheiro militar a trabalhar em São Vicente foi o hispano-italiano Giovanni Battista Antonelli, autor da Fortaleza da Barra Grande em 1583. Fonte: MORI, 2003, p. 97.

² **Fortificação** – É a denominação genérica de obras de defesa militar. Ela pode ser passageira ou permanente. Fonte: BARRETO, 2011.

³ MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira e CASTRO, Adler Homero F. de. **Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 24.

Os portugueses contrataram técnicos estrangeiros e se valeram da experiência italiana em fortificações a partir do século XVII, abandonando totalmente as técnicas baseadas na tradição medieval de altas muralhas e ostensivas torres de defesa, para adotar o Sistema Vauban⁴.

Nesse contexto, os italianos Enrico Antonio Galluzzi e Domingos Sambucetti, que destacamos no presente trabalho, tiveram um relevante papel no desenho das duas mais importantes fortalezas na Amazônia brasileira.

O texto privilegiará a função cosmopolita dos engenheiros militares italianos que vieram nessas comissões, quando a Itália fornecia técnicos que detinham a capacidade diretiva e enriqueciam toda a Europa com seus projetos e construções.

Enrico Antonio Galluzzi e a Fortaleza de São José de Macapá - AP (1764)

Enrico Antonio Galluzzi nasceu em Mântua, na Itália, em 1720⁵. Era engenheiro militar, ajudante e chegou até o posto de sargento-mor de Infantaria⁶. Seus conhecimentos abrangiam astronomia, cartografia e engenharia militar.

Ele tinha 30 anos, quando foi contratado para formar parte da expedição técnico-científica em novembro de 1750, encarregada da demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha, previstas no Tratado de Madri, (TAVARES, 2000)⁷.

Após o Tratado de Madri, em 1750, a Coroa Portuguesa, pelo projeto do Marquês de Pombal, consolidou o vale amazônico como território luso por meio da demarcação e principalmente da ocupação mais intensa, além da substituição das missões por povoações e vilas governadas pela autoridade civil, coisa que se refletiu na mudança de nome das localidades. A fim de executar a política pombalina na Amazônia, o Marquês de Pombal nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador-Geral das Capitanias Unidas do Grão-Pará e Maranhão, em 5 de junho de 1751. Segundo Jaime Cortesão⁸, Mendonça Furtado tomou posse em Belém, na data de 24 de setembro de 1751.

⁴ **Sebastian Le Prestre, Marquês de Vauban** (1633-1707) foi um arquiteto militar francês, introdutor do método de construção de fortificações com sistema abaluartado.

⁵ THESAURUS. CERL – www.thesaurus.cerl.org/record - Data de nascimento de Galluzzi, consultado com a ajuda do Adido Militar da Embaixada da Itália em Brasília, Mauro Sabbione em 1º de agosto de 2013.

⁶ FONTANA, Ricardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 51.

⁷ TAVARES, Aurélio de Lyra, **1905-1998. A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

⁸ CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madri**. Brasília: Senado Federal, 2001. Vol II.

Na demarcação das fronteiras foram criadas duas comissões, uma para o Norte e outra para o Sul. Para isso contrataram, em diversos países, astrônomos, geógrafos, cartógrafos, engenheiros militares, desenhadores e outros.

Em 21 de setembro de 1751 Antonio Galluzzi foi designado para a segunda tropa da expedição destinada ao Norte do Brasil, como ajudante engenheiro. Apesar de estar com 30 anos, foi contratado como ajudante; mas em breve mostrou sua competência através de mapas e fortificações, como se verá.

Antonio Gilberto Costa (COSTA, 2007)⁹ menciona, em seu Roteiro Prático de Cartografia, que a tropa partiu no dia 2 junho de 1753, de Belém da Foz do Tejo, para Belém do Pará, na Comissão de Demarcações, que contava com astrônomos, matemáticos, e outros italianos, homens de ciência, como por exemplo, Giovanni Angelo Brunelli, Padre Ignác Szentmártonyi, os capitães João André Schwebel, Gaspar Gerardo de Gronfeld e Gregório Rebelo Guerreiro Camacho, os ajudantes engenheiros Enrico Antonio Galluzzi, Adam Leopoldo de Breuning e Filipe Stürm, o arquiteto Antonio Giuseppe Landi, o tenente Manuel Fritz Goetz, os cirurgiões Daniel Panck e António de Matos e outros. Alguns nomes e nacionalidades dos integrantes da Comissão Demarcadora da Partida do Norte estão listados na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Alguns membros da Comissão do Norte

n	Nome	Profissão	Nacionalidade
1	Ignác Szentmártonyi	Sargento-mor, Astrônomo, padre jesuíta	Croata
2	Sebastião José da Silva	Engenheiro militar, Sargento-mor	Portuguesa
3	Phelippe Frederico Stürm	Ajudante-engenheiro de Szentmártonyi	Alemã
4	João André Schwebel	Engenheiro militar, Capitão	Alemã
5	Giovanni Angelo Brunelli	Astrônomo, lente de Aritmética e Geometria	Italiana
6	Gaspar João Geraldo de Gronfeld	Engenheiro militar, Capitão	Alemã
7	Miguel Angelo Blasco	Engenheiro militar	Italiana
8	Enrico Antonio Galluzzi	Engenheiro militar, ajudante, Sargento-mor	Italiana
9	Antonio Giuseppe Landi	Desenhador, arquiteto	Italiana
10	Gregório Rebelo Guerreiro Camacho	Engenheiro militar	Portuguesa
11	Adam Leopoldo de Breuning	Engenheiro militar	Alemã
12	Manuel Fritz Goetz	Tenente	Alemã
13	Domingos Sambucetti	Engenheiro militar, ajudante	Italiana

Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2013.

⁹ COSTA, Antonio Gilberto (Org.). **Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Jaime Cortesão (2009, p. 295) em seu livro *História do Brasil nos Velhos Mapas*, relata que em 2 de outubro de 1754, Mendonça Furtado partiu de Belém do Pará, com destino ao Rio Negro, no Amazonas. A comitiva de 796 pessoas, distribuída em 35 barcos esperava vencer os desafios que a região impunha¹⁰. Outro tanto ocorria na Partida do Sul. Em resumo: até então nunca se havia enviado às Américas uma quantidade tal de profissionais gabaritados na arte de fazer mapas¹¹. A Partida do Sul conseguiu demarcar boa parte da fronteira e produzir uma cartografia excepcionalmente valiosa.

A Comissão do Norte estava planejada em três partidas: a primeira se ocuparia dos limites desde a boca do Japurá até as terras do Suriname; a segunda marcaria a linha Leste-Oeste (na região do Acre); e a terceira operaria desde o Rio Madeira até a Foz do Jauru; entretanto, não passaram de intenções. A demora dos Comissários espanhóis fez fracassar o projeto, do ponto de vista de um trabalho em conjunto. Apesar disso, a permanência de Mendonça Furtado no Rio Negro foi rica para o trabalho cartográfico e para a expansão portuguesa no Alto Amazonas. Essa vasta região ganhou sua autonomia com o nome de S. José do Javari, ao mesmo tempo em que os portugueses firmavam e alargavam sua soberania na Capitania do Rio Negro, pacificando índios, nomeando autoridades nas aldeias e construindo fortalezas no extremo Norte do Brasil, como a de São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro, e a de São Joaquim, na confluência do Uraricoera e do Tacutu, afluentes do Rio Branco, fronteira com a Guiana Inglesa, três deles visitados, em 2013, durante as atividades do Pós-doutorado da primeira autora.

Os primeiros quatro listados nessa **Tabela 1** trabalharam juntos numa carta do Amazonas que deve ter sido, segundo Cortesão (2009, p. 299)¹², a primeira carta dessa região com longitudes observadas, depois do mapa de La Condamine". Segundo esse autor, ainda deixaram obra meritória Schwebel e Galluzzi.

¹⁰ CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo 1. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1965. Pode-se consultar também a nova edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p.295.

¹¹ Para comparação, nos Estados Unidos, a primeira comissão cartográfica mais séria foi contratada na Inglaterra (2 topógrafos) para demarcar as fronteiras entre os estados de a Pensilvânia e Mariland em 1763 (Danson, 2001)

¹² CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo 1. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1965. Pode-se consultar também a nova edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p.299.

Em 1759, Enrico Antonio Galluzzi elaborou o Mappa Geral do Bispado do Pará, provavelmente, a pedido do frade dominicano Dom Miguel de Bulhões OP, nomeado Bispo do Pará¹³. Este Mappa repartido em quatro folhas, com desenho a nanquim colorido, sendo que cada seção mede cerca de 59,5 centímetros por 45,5 centímetros. Ele integra o acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - BN. É um mapa de muito boa qualidade e mostra como havia progredido nas ciências astronômicas e cartográficas, a ponto de aventurar-se a elaborar sozinho obra de tal envergadura, ainda que se tenha servido possivelmente de dados levantados pela partida do Norte (Costa e Cintra, 2013). Depois disso elaborou, agora sim sem contar com a ajuda de outros profissionais graduados, o mapa da Capitania do Piauí, também de qualidade incontestada.

Janaína Camilo (2009, p. 103), aponta que, no Pará, Galluzzi viveu momentos difíceis, não só ele, mas outros cientistas de origem judia, perseguidos pela “Inquisição tardia” de 1763 a 1769, instalada no Grão-Pará em 1763¹⁴.

Galluzzi dedicou-se ao estudo do local da futura Fortaleza de São José do Macapá (Figura 1), junto com Sambucetti, Landi e Brunelli. Executou cálculos astronômicos, inclusive dos eclipses solares e lunares. Procedeu à vistoria do Palácio dos Governadores, em 13 de agosto de 1759, em Belém do Pará, em conjunto com Landi, Goetz e os mestres carpinteiro e pedreiro Manuel da Silva e Manuel João da Maia. Realizou serviços cartográficos desenhando alguns mapas, como o Mappa do Bispado do Pará, e das Capitânicas do Pará e do Piauí¹⁵. Casou-se no Pará.

¹³ **Dom Miguel de Bulhões e Sousa** - nasceu Manuel José Correia da Silva em Verdemilho, Aradas, em Aveiro, Portugal, no dia 13 de agosto de 1706. Era religioso da Ordem dos Pregadores (Dominicanos). Ordenou-se padre no dia 12 de março de 1730.

¹⁴ CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 103

¹⁵ TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984, 2ª edição.

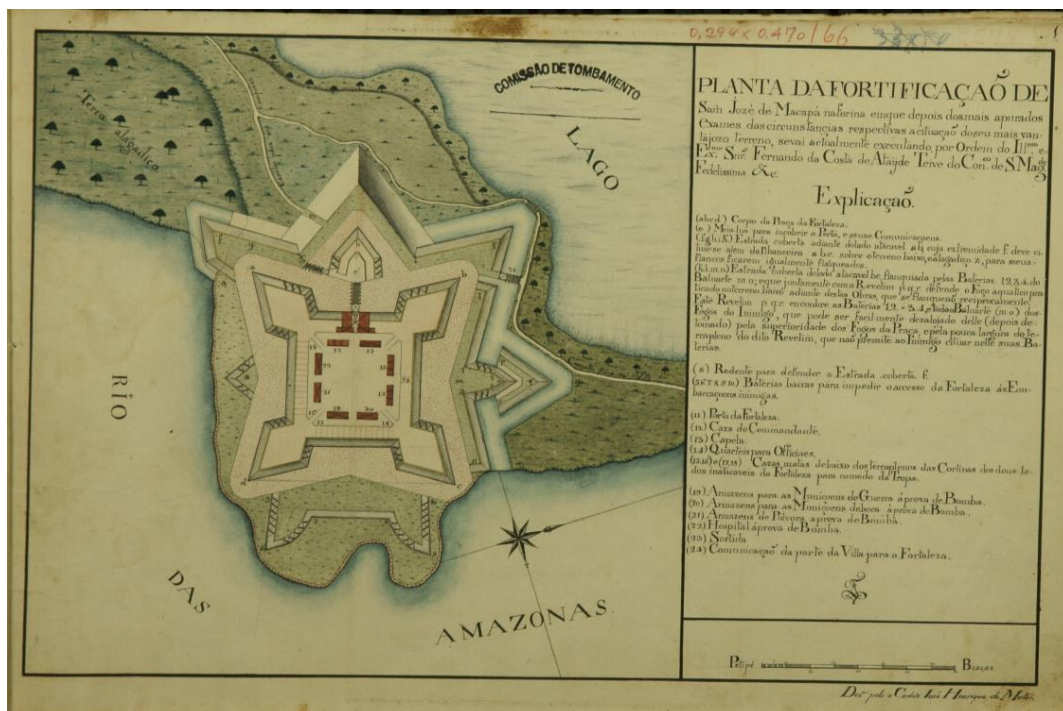


Figura 1: Planta da Fortificação de São José de Macapá, Enrico Antonio Galluzzi.
 Coordenadas geográficas: 0°01'51.81"N 51°02'56.88"W
Fonte: Arquivo Histórico do Exército, de AHU-pa

Em 1760, elaborou o Mappa Geográfico da Capitania do Piauí¹⁶. Esse mapa foi analisado em detalhe em dissertação de mestrado (Assis, 2012) e em trabalho nos anais do presente Simpósio (Assis e Cintra, 2016). Como na Amazônia esse mapa é materialização do projeto de Pombal para o Piauí, independizando-o da ação de potentados de outros estados e criando uma rede de vilas e cidade com administração civil. Por seus méritos foi promovido a capitão em 21 de abril de 1761.

O Governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive, dirigiu-se à Vila de São José do Macapá, em 2 de janeiro de 1764, onde, em companhia do Sargento-mor engenheiro Enrico Antonio Galluzzi, examinou o terreno e aprovou a planta geral da nova fortaleza.

As obras da fortaleza se estenderam por dezoito anos, marcados por períodos de forte atividade e por momentos de estagnação¹⁷. A pedra fundamental da fortaleza foi lançada em 29 de junho, no ângulo do baluarte, sob a invocação de São Pedro.

¹⁶ TAVARES, Aurélio de Lyra, 1905-1998. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

¹⁷ SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brazil**. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XLVIII, Parte II, 1885.

Além das demarcações de fronteiras ao norte, trabalhou nos mapas dos rios Guamá, Guará e Caueté, da Capitania do Grão-Pará, com o caminho aberto por terra, da Vila Nova de Bragança para a de Ourém, destinada a servir aos moradores dessas duas vilas. Posteriormente, concebeu nova Planta da Praça e Villa de São José de Macapá, em 1763.

Durante a obra da Fortaleza de São José do Macapá (1765, 1767) Galluzzi elaborou desenhos para mostrar o andamento da construção dos baluartes, do fosso e do portão da fortaleza, bem como nas obras do caminho que levava à cidade.

Atacado pela febre da malária Galluzzi faleceu durante a edificação da Fortaleza de São José do Macapá, no dia 27 de outubro de 1769, na Vila de São José de Macapá, tendo servido 16 anos no Brasil, com grande empenho.

Domingos Sambucetti e o Real Forte Príncipe da Beira

Domingos Sambucetti nasceu em Gênova, na Itália, era militar ajudante de infantaria e teve ampla atuação na Amazônia, de 1753 a 1780. Veio ao Brasil na Comissão Demarcadora dos Limites do Norte e trabalhou nas praças de Gurupá, Forte Conceição e São José de Macapá, mas foi no Real Príncipe da Beira onde mais se destacou.

O Real Forte Príncipe da Beira está situado bem na margem direita do Rio Guaporé, numa lomba¹⁸ da Serra dos Parecis, no atual município de Costa Marques, Estado de Rondônia, região fronteira com a Bolívia¹⁹. Os exames do terreno e o projeto do forte tiveram início em 1774.

Para Beatriz Bueno (BUENO, 2011) Domingos Sambucetti iniciou os desenhos do forte em 19 de abril de 1775. O trabalho *in loco* era de equipe e os levantamentos de campo envolviam ferramentas específicas, mapas anteriores e “picadores de mato”, muitos indígenas e práticos para ajudar nos trabalhos.²⁰

¹⁸ **Lomba** - Cumeada; crista arredondada. Pode ser uma ladeira ou uma encosta.

¹⁹ NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 284.

²⁰ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX)**. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty-RJ, 2011.

O Real Forte Príncipe da Beira (Figura 2) é também considerado paradigma da perfeita articulação dos seis itens da Arquitetura teorizados por Vitrúvio²¹: *ordem, disposição, simetria, eurritmia, decoro e distribuição*²².

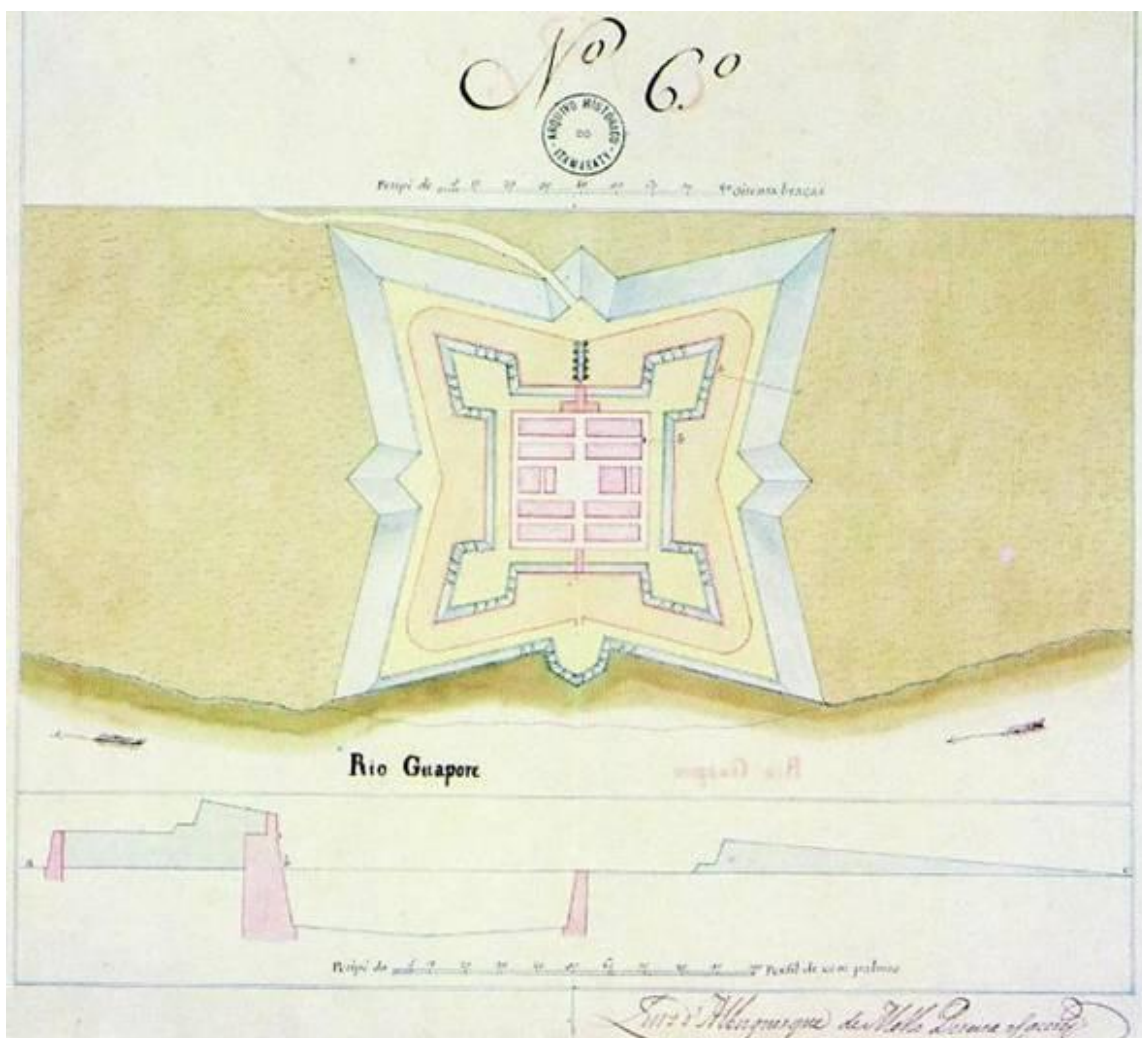


Figura 2: Planta e perfil do Forte Príncipe da Beira (Capitania de Mato Grosso), situado na margem direita do Guaporé, fronteiro aos domínios de Sua Magestade Católica. Traz a assinatura de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º governador da Capitania, que o mandou erigir, em 1776. Costa Marques - RO (1776) - Coordenadas geográficas: 12° 25' 40"S 064° 25' 21"W

Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Sua forma é a de um quadrado regular de 50 braças²³ ou 110 metros de lado, fruto da experiência de Sambucetti, que já havia detectado os erros cometidos no Forte Conceição. O traçado guardava preceitos da moderna engenharia militar, com

²¹ **Marcos Vitruvius Polião** - (em latim , Marcus Vitruvius Pollio) foi um arquiteto romano que viveu no século I a.C. e deixou como legado a obra "De Architectura"

²² BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Designio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011, p. 269.

²³ 1 braça = 2,20 metros.

flanqueamento de linhas, (alinhamento das faces laterais da fortificação), cruzamento dos fogos e obras singulares de reforço, como os revelins²⁴.

O desenho do forte, enviado para Lisboa em 6 de agosto de 1775, carregava anos de experiência de Sambucetti e cuidados para evitar os erros cometidos na implantação do sítio físico do Forte Conceição, que não podiam se repetir no Sentinela do Guaporé.

Sambucetti concebeu a fortaleza, lindeira à residência para o governador, contendo em seu interior: capela; alojamentos militares; quartéis de oficiais; hospital; armazém da pólvora; corpo da guarda e calabouço; prisões subterrâneas; armazém de víveres e apetrechos.

No dia 20 de junho de 1776, foi lançada a pedra fundamental do Real Forte Príncipe da Beira. É uma fortificação abaluartada no Sistema Vauban, utilizado à época, dotado de quatro baluartes de grandes dimensões, circundados por um fosso de dois metros de profundidade e largura variável que podia alcançar os trinta metros²⁵. Os baluartes alçavam-se nos ângulos ligados dois a dois por cortinas. Ao todo os baluartes possuíam guarita e quatorze canhoneiras, três por flanco²⁶ e quatro por face.

Nos conformes da tradição portuguesa, eles homenageavam em seus nomes a Virgem Maria e santos padroeiros: o principal, a Noroeste, consagrado a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do reino de Portugal; a Sudeste, na face do rio Guaporé, era dedicado a Santa Bárbara, que, na crença popular, protege de raios, tempestades, enchentes, trovões e morte trágica. Nos baluartes da parte de trás, a Nordeste, situa-se o de Santo Antônio de Lisboa²⁷, patrono dos militares, e o de Santo André Avelino, protetor contra morte súbita e apoplexia, evocação oportuna diante das doenças desconhecidas que afligiam a todos.

Em 1780, Domingos Sambucetti faleceu durante as obras do forte, vítima de malária. Ele viveu 27 anos no Brasil, sendo substituído pelo Capitão de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra.

²⁴ **Revelim** – Construção externa saliente, de forma angular para a defesa de ponte etc. Semelhante ao baluarte tem planta trapezoidal ou triangular.

²⁵ NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 282.

²⁶ **Flanco** - Cada uma das faces laterais da fortificação.

²⁷ Mais conhecido como Santo Antonio de Pádua devido à influência italiana, mas enfaticamente defendido como de Lisboa, onde nasceu e onde repousam seus ossos, na Igreja que leva seu nome.

CONCLUSÃO

Dentre os engenheiros militares italianos que vieram para o Brasil, Galluzzi e Sambucetti foram os que mais se destacaram, e a eles foram confiadas as duas maiores fortalezas do Brasil, a Fortaleza de São José de Macapá e o Forte Príncipe da Beira.

Os italianos engenheiros militares, nomeados para as Partidas portuguesas, deixaram uma obra cartográfica considerável. Desenharam fortalezas, fizeram mapas, cada um deles se distinguiu em suas habilidades específicas. Podia se esperar que viessem de passagem para realizar algumas obras e voltassem a seus países de origem. Mas alguns deles, com dedicação, sacrifício e ânimo de cumprir uma missão, permaneceram no Brasil até seu falecimento, como foi o caso de Enrico Antônio Galluzzi e Domingos Sambucetti.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, N. P. D. e CINTRA, J.P. *O Mappa Geografico da Capitania do Piauí na racionalidade espacial pombalina*, Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Centro de Referência em Cartografia Histórica, Belo Horizonte, 2016.

ASSIS, Nívia Paula Dias de. *A Capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina (1750-1777)*, Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX)*. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty-RJ, 2011.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo 1. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1965. Pode-se consultar também a nova edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p.299.

COSTA, Antonio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, G.G.; CINTRA, J.P. *Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica*. In: V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013, Petrópolis. Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013. v. 1. p. 1-14.

DANSON, Edwin. *Drawing the line*. John Wiley & Sons, New York, 2001.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira e CASTRO, Adler Homero F. de. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 24.

NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 282.

SOUSA, Augusto Fausto de. *Fortificações no Brazil*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XLVIII, Parte II, 1885.

REPRESENTAÇÃO GEOPOLÍTICA MILITAR DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Francis Albert Cotta¹

Resumo

Busca-se compreender a dinâmica geopolítica da “Inconfidência Mineira” a partir da mobilização de vassallos-rebeldes integrados na organização militar da Capitania de Minas Gerais e seu possível emprego tático tendo em vista os aspectos espaciais e específicos em termos de composição, treinamento e efetivo de cada tipo de corpo militar. As fontes primárias serão levantadas junto ao *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, organizado por Caio César Boschi (PUC Minas), e dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. A pesquisa é de caráter exploratório, sendo os resultados da primeira etapa de projeto em andamento em co-autoria com Carlos Magno Guimarães (UFMG). Dessa forma, lançam-se dados para caracterização inicial dos corpos militares e suas possibilidades de emprego.

Palavras-chave: Inconfidência Mineira. Conjuração Mineira. Organização Militar no século XVIII. História Militar.

Summary

We seek to understand the geopolitical dynamics of "Minas Conspiracy" from the mobilization of integrated vassal rebels in the military organization of Minas Gerais Captaincy and their possible tactical employment in view of the space and specific aspects in terms of composition, training and effective of each type of military body. The primary sources will be raised by the inventory of loose manuscripts relating to existing Minas Gerais in the Overseas Historical Archive, organized by Gaius Caesar Boschi (PUC Minas), and Autos Wanton of Minas Conspiracy. The research is exploratory and the results of the first project stage in progress in co-authorship with Carlos Magno Guimarães (UFMG). Thus, they throw themselves data for initial characterization of the military bodies and their employment opportunities.

Keywords: Inconfidência Mineira. Minas Conspiracy. Military Organization in the eighteenth century. Military History.

¹ Doutor em História pela UFMG (2004), com estágio de doutoramento na Universidade de Lisboa (CAPES). Realizou pós-doutorado em História Social da Cultura (UFMG), pós-doutorado em Direito Penal e Garantias Constitucionais (UNLaM) e Pós doutorado em Psicologia (UJFK). Professor de Antropologia e Psicologia Aplicada ao Direito no Curso de Direito e Mestrado em Administração da Fundação Pedro Leopoldo. Minas Gerais.

Parte-se do pressuposto de que a Coroa portuguesa instrumentalizou a estrutura militar como ferramenta de administração do Império Ultramarino Português nas quatro partes do mundo². Experiências do processo de expansão e colonização na África e Ásia foram reapropriadas e adequadas à realidade da América portuguesa, por meio de um processo de negociação e de acomodações, especialmente durante século XVII em virtude das minas de ouro e diamantes.

A estrutura administrativa se baseava na lógica militar em termos de relações de dominação e hierarquização da sociedade. O vice-rei era o capitão-general-de-mar-e-terra, o governador da capitania era o capitão-general e a ele estavam subordinados os capitães-mores das ordenanças, chefes diretos dos capitães-de-distritos; os coronéis, comandantes dos corpos auxiliares de cavalaria e de infantaria, os mestres-de-campo das tropas irregulares, ou “paisanos armados”; e, os coronéis dos regimentos regulares. Se junta a essa estrutura militar os corpos de homens “pretos” e pardos libertos, os pedestres e os homens-do-mato³.

Nas Minas setecentista os cargos militares eram cobiçados por todos os vassalos de El Rei de Portugal, fossem eles rebeldes ou não⁴. A complexa organização militar era formada por escravos, libertos, negros, mestiços, brancos; comerciantes, agricultores, artistas; plebeus e nobres. A patente militar afidalgava, marcava lugares sociais e possibilitava mobilidades e construção de redes clientelares e de apadrinhamento.

² O mito de fundação de Portugal é uma batalha contra os muçulmanos, a Batalha de Ourique. Portanto, Portugal nasce sobre a égide da cruz e da espada.

³ Para a compreensão da organização militar nas Minas setecentista ver: COTTA, Francis Albert. *Matrizes do Sistema Policial Brasileiro* e COTTA, Francis Albert. *Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa*.

⁴ Carla Maria Junho Anastasia (1998) cunhou o paradoxal termo “Vassalos Rebeldes”. Em sua análise, a historiadora advoga a inexistência de um projeto colonial apriorístico e mostra um processo resultante de diálogos e concessões. Para ela a colonização foi marcada por acomodações entre interesses locais e metropolitanos. Aponta para a imprevisibilidade social e destaca a manutenção das formas acomodativas por meio de acordos e da autonomia de setores da população, especialmente com os potentados. Portanto, o poder foi negociado e o governador se apresentava como um mediador (ANASTASIA, 1998).

A preocupação da Coroa portuguesa com o controle territorial das minas de ouro se mostra em 1719 com a vinda de duas companhias dos Dragões Del Rey⁵. Logo no ano seguinte foi criada a Capitania de Minas⁶. Um dos mais importantes cartógrafos militares nas Minas foi o Cabo-de-Esquadra dos Dragões José Joaquim da Rocha, que elaborou em 1778 os mapas das comarcas da Capitania⁷. A arte cartográfica estava disponível por meio de tratados que poderiam ser acessados de forma reservada e controlada por militares com tais incumbências⁸. No enlace entre as atividades do cartógrafo-militar e o cotidiano dos “paisanos armados” integrantes das companhias de ordenanças, destaca a historiadora Maria Eliza Linhares Borges (2002, p. 112): “o conhecimento que tinham do território não só viabilizava as atividades corriqueiras da vida militar, como também facilitava a locomoção do cartógrafo em áreas por ele desconhecidas”.

Os Dragões permaneceram em atuação até 1775, ano da criação do Regimento de Cavalaria de Minas⁹. Esse nasce sob a racionalização administrativa do despotismo esclarecido do Marquês de Pombal e da égide prussiana do Conde de Lippe. Entre seus integrantes estava o Alferes Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes). O Alferes desenvolveu contatos com o cartógrafo-militar José Joaquim da Rocha, que caiu em desgraça por ser suspeito de colaborar com Tiradentes na Conjuração Mineira. O conhecimento do território possuía uma dimensão tática e estratégica.

⁵ NOMEAÇÃO de oficiais para as duas companhias de cavalos na Minas. Lisboa Ocidental. 13/1/1719. Conselho Ultramarino. Vol.25, fls. 142-145v. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁶ ALVARÁ de 2/12/1720. Separa as capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. PBA. Cód. 642, fl. 61-61v. Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁷ MAPA da capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas. 1778. Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro (AHE). 06.01.1151. MAPA da comarca de Vila Rica. 1778. AHE 05.05.1111. MAPA da comarca do Serro Frio. 1778. AHE. 05.05.1114. MAPA da comarca do Rio das Mortes. 1778. AHE. 05.05.1115.

⁸ Como se depreende a leitura dos manuais publicados em Lisboa a partir de 1720 por Manuel de Azeredo Fortes.

⁹ INSTRUÇÕES dadas para dom Antônio de Noronha, para se regular a tropa paga de Minas, e auxiliares, e sobre outros objetos. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. PBA. 643, fl. 125-131. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Quando da eclosão da conjuração que ficou conhecida por Inconfidência Mineira (1789) diversos de seus integrantes, identificados formalmente ou indiretamente mencionados, possuíam patentes militares dos diversos tipos de corpos militares existentes na Capitania de Minas Gerais.

Buscando compreender se o Movimento possuía uma dinâmica geográfica estratégica em que os vassalos-rebeldes-militares teriam um papel tático para a consecução dos objetivos dos conjurados, a presente pesquisa busca, em diálogo como o historiador Carlos Magno Guimarães (UFMG), localizar geograficamente os militares envolvidos, suas potencialidades e limites em termos de mobilização de homens e de suprimentos, bem como do controle de passagens, caminhos e trilhas. Nesse projeto subversivo teria papel fundamental a instrumentalização, pelos conjurados, da organização militar existente.

O Regimento de Cavalaria de Minas era a única tropa regular e paga pela Coroa portuguesa. Ele possuía um quartel situado em Cachoeira do Campo e seu contingente estava dividido em comandâncias no território mineiro. Seus soldados recebiam armamento, treinamento regular, alimentação, cavalos, fardamentos e soldos. Nos seus quadros estava o mais conhecido militar conjurado: o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, O Tiradentes, Ele era Oficial da 6ª Companhia. Durante sua carreira esteve no Rio de Janeiro em missões, comandou o Caminho do Sertão e recebeu diversas incumbências como o comando do Caminho Novo. A historiadora Carla Anastasia (2005, p. 93) o define como “homem metódico e dotado de lógica excepcional”. Não há dúvida de sua mobilidade territorial e dos diversos contatos que possuía em virtude das missões enquanto militar e das viagens realizadas antes de entrar para a cavalaria¹⁰.

Outros militares do Regimento de Cavalaria de Minas também estiveram envolvidos com a Conjuração Mineira, entre eles, o seu comandante, Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, além do Capitão

¹⁰ Aos 20 anos de idade Joaquim José iniciou suas atividades de “Comissário-comercial”, por conta própria, fazendo viagens entre as vilas de São João Del Rei, São José, o Rio de Janeiro e o Norte de Minas. Realizava, com sua pequena tropa de bestas de cargas, a compra e venda de mercadorias.

Antonio José de Araujo, Tenente Agostinho Lobo Leite Pereira e Porta Estandarte Francisco Xavier Machado (esses formalmente citados nos Autos da Devassa). Por esse motivo o Regimento de Cavalaria foi colocado sob suspeita e para as Minas foram enviados os regimentos portugueses que estavam estacionados no Rio de Janeiro, em virtude das guerras de fronteira com a América espanhola¹¹.

De acordo com os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira o Capitão Maximiano de Oliveira Leite, da 2ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Minas, participou do complô na noite de 26/12/1788, e se achava designado para o comando do destacamento do Caminho do Rio, que efetivamente assumiu em março de 1789. As duas principais vias de acesso à Capitania de Minas (Bahia e Rio de Janeiro) estavam, cobertas por comandantes vinculados a sedição projetada¹².

Não havia o que recear da vizinha Capitania de Goiás e tampouco da Capitania de São Paulo, pois as únicas vias de acesso passavam por companhia cujo Regimento de Cavalaria Auxiliar tinha por Coronel Inácio José de Alvarenga, e por Baepedi, cujo comandante de ordenanças era cunhado do vigário Carlos Correia de Toledo. Este velho paulista, Antônio José da Mota, teria concentrado no Arraial da Laje, em 24-05-1789, mais de cem cavaleiros, a cujo encontro seguia o Padre Toledo quando foi preso (AUTOS DA DEVASSA, Vol.1, p. 145).

Outros militares participaram ou foram citados nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, entre eles: Coronel Francisco Antonio de Oliveira Lopes, Sargento-mor Antonio da Fonseca Pestana, Capitão João Dias da Mota e Capitão Domingos Barbosa Ribeiro, todos do Regimento de Cavalaria Auxiliar de São José Del Rei. O Tenente coronel Francisco Joaquim, pertencia ao Regimento de Cavalaria Auxiliar de São João Del Rei. A Cavalaria Auxiliar ou Milícia era uma tropa de segunda linha, que poderia ser mobilizada

¹¹ No Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência existem duas devassas que mostram a presença de soldados dos regimentos portugueses estacionados em Minas Gerais que se encontravam presos na cadeia de Vila Rica. DEVASSA sobre a fuga de soldados presos na cadeia de Vila Rica. Códice nº448, auto 9450, 1º Ofício, 1793. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Ouro Preto. MG. DEVASSA sobre o arrombamento e fuga de presos da cadeia de Vila Rica. Códice n.º 448, auto 9436, 1º Ofício, 1799/80. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Ouro Preto. MG.

¹² O Capitão Antônio José da Mota estava locado no Regimento de Cavalaria Auxiliar de Baependi e o Tenente coronel Francisco Manuel da Silva Melo, no Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro.

para a defesa do Rio de Janeiro ou Sul da América Portuguesa, em virtude dos embates com espanhóis. Os regimentos auxiliares poderiam ser de Cavalaria ou de Infantaria. A Cavalaria era uma “arma” destinada aos vassallos mais abastados e tidos como brancos. Já a Infantaria poderia ser composta por homens com poder aquisitivo menor. Os corpos auxiliares não recebiam soldo, fardamento, alimento ou armas da Coroa portuguesa. Deveriam ser armados e equipados pelos seus comandantes ou pelos próprios integrantes.

À época da Devassa da Inconfidência Mineira o comandante do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Minas Novas, região atual do Vale do Jequitinhonha, era o Tenente Coronel Domingos de Abreu Vieira. Sua trajetória foi marcada pela mobilidade territorial, mudança de corpos militares e ascensão na carreira. Em 1763, era o Capitão da Ordenança de Pé do distrito de Água Limpa¹³. Em 1770 era Capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Comarca do Serro Frio¹⁴. A ordenança é uma tropa de terceira linha. Ela pode ser “de Pé” (semelhante à Infantaria) e de “Cavalo” (semelhante à Cavalaria). Geralmente é utilizada localmente para a manutenção da ordem, em missões como enfrentamento aos quilombos, aos índios tidos como bravos, saqueadores das estradas e criminosos. De forma semelhante aos corpos auxiliares, as ordenanças não recebem soldo, armamento ou alimentos. Seus treinamentos são deficitários e, quando ocorrem, são de responsabilidade de um sargento-mor. Sua estrutura hierárquica é mais simples, se comparada aos corpos auxiliares ou regulares, o maior posto é de capitão-de-distrito.

O Sargento-mor Antonio José Coelho, pertencia à Ordenança de Cachoeira do Campo, Comarca de Vila Rica. Nessa localidade estava situado o quartel do Regimento de Cavalaria de Minas. A função primeira do sargento-mor é ministrar treinamento aos corpos militares: regulares, auxiliares e ordenanças. Ele não recebia soldo por seus serviços. Em 1786, o Sargento-mor Antonio José solicitou autorização para deslocar-se para Lisboa¹⁵. Além da atividade militar ele desempenhava o ofício de tesoureiro da Casa de Fundição

¹³ Requerimento solicitando a mercê de o confirmar no exercício do referido posto. AHU. Con. Ultra- Brasil/MG-cx 82, doc: 48.

¹⁴ Requerimento solicitando a Dom José-I, a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU. Con. Ultra- Brasil/MG-cx 99, doc: 22.

¹⁵ AHU. Conselho Ultramarino. Brasil/MG-cx 144, doc. 1.

de Vila Rica¹⁶. Em 1800 o Sargento-mor solicitou, em atenção aos seus 40 anos de serviços prestados sem soldo, que lhe fosse concedido a mercê do Hábito da Ordem de Cristo, tendo recebido o parecer favorável do Visconde de Barbacena, Luis Antonio Furtado de Mendonça¹⁷.

Em termos de localização, o Capitão Joaquim de Lima e Melo, do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Vila Rica estava próximo ao quartel do Regimento de Cavalaria de Minas.

O Coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto à época da Conjuração era o comandante do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Campanha do Rio Verde. Além de militar, por volta de 1775 desempenhou o ofício de ouvidor da Comarca do Rio das Mortes¹⁸.

Em 1789 o Alferes Antonio Gomes de Oliveira Meireles aparece nos Autos da Devassa. Em 1797, como Sargento-mor de auxiliares na Comarca do Serro do Serro Frio, pretendia ser Capitão-mor do Termo de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas de Araçuaí, para tal recebeu parecer do Governador de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, que foi enviado a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos. O capitão-mor é o chefe supremo de um conjunto de ordenanças, e a seu comando estão vários capitães-de-distrito¹⁹.

Também aparecem nos Autos da Devassa o Capitão de Ordenança Antonio de Oliveira Pinto. Tenente de Auxiliares Antonio Ribeiro de Avelar. Tenente Fernando José Ribeiro. Tenente coronel Francisco Antonio Rebelo.

Os delatores da Conjuração também eram militares: Mestre de Campo Inácio Correia Pamplona, Tenente Coronel de auxiliares de Parcatu, Basílio de Britto Malheiro do Lago e o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Campos Gerais.

¹⁶ AHU. Conselho Ultramarino. Brasil/MG-cx 146, doc. 23

¹⁷ AHU. Conselho Ultramarino. Brasil/MG-cx 157, doc. 51.

¹⁸ AHU. Conselho Ultramarino. Brasil/MG-cx 108, doc. 28. Decreto de Dom José I. Concedendo o lugar de ouvidor do Rio das Mortes ao bacharel Inácio José de Alvarenga Peixoto. Salvaterra de Magos.11.03.1775. AHU Conselho Ultramarino. Brasil/MG-cx 108, doc.15.

¹⁹ AHU. Conselho Ultramarino. Brasil/MG-cx 143. AHU. Conselho Ultramarino. Brasil/MG. doc. 50, cx 146. AHU. Conselho Ultramarino. Brasil/MG. doc. 25, e cx 149, doc. 23.

Segundo Carlos Magno Guimarães é necessário entender a perspectiva geopolítica dos envolvidos na Conjuração, suas mobilidades, seus lugares sociais, suas redes clientelares. A localização geográfica dos regimentos auxiliares, ordenanças e demais corpos militares que estavam a comando dos militares conjurados é extremamente importante para entender a perspectiva estratégica e tática do Movimento.

A primeira caracterização foi realizada tendo em vista a identificação da localização dos vassalos militares, bem como de seus corpos militares. As fontes mostram uma mobilidade desses homens em termos territoriais e de ascensão na hierarquia militar. O conhecimento do território por parte dos conjurados é um fator tático que viabilizaria o fechamento das Minas impossibilitando a chegada de tropas leais à Coroa portuguesa. A dinâmica de abastecimento interno é outro fator em termos de sucesso dos conjurados.

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

_____. *A geografia do crime*. Violência nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AVILA, Cristina *et al.* Cartografia e Inconfidência: considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. *Análise & Conjuntura – Inconfidência Mineira e Revolução Francesa – Bicentenário: 1789-1989*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 4, n.2 e 3, mai/dez 1989.

AUTOS da devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1978. 10 volumes.

BORGES, Maria Eliza Linhares. A hermenêutica Cartográfica em uma sociedade miscigenada. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla. *O trabalho mestiço. Maneiras de pensar e formas de viver*. Séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, p. 105-122.

BOSCHI, Caio César (Coord). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Índices de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 3 volumes.

COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

_____. *Matrizes do Sistema Policial Brasileiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

FORTES, Manuel de Azeredo. Representação feita a Sua Majestade (...) sobre a forma e direção que devem ter os engenheiros para melhor servirem ao dito senhor neste reino e suas conquistas. Lisboa: Mathias Pereira da Silva, 1720.

FORTES, Manuel de Azeredo. Tratado do modo mais fácil e exato de fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar e tirar as plantas das praças e edifícios com instrumentos e sem instrumentos... Lisboa: Oficina Pascoal da Silva, 1722.

FORTES, Manuel de Azeredo. *O engenheiro português*, dividido em dois tratados. Tomo I, que compreende a geometria prática sobre papel e sobre o terreno; uso dos instrumentos mais necessários aos engenheiros, o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares, e no apêndice de trigonometria retilínea; Tomo II, que compreende a fortificação regular e irregular, o ataque, a defesa das praças e no apêndice o uso das armas de guerra, 2 vols. Lisboa: Manuel Fernandes da Costa, 1728-1729.

ROCHA, José Joaquim. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

Sessão: Cartografia Dos Viajantes

A Paisagem de Expedições no Paraná: Pitanga (1858) e Bigg-Wither (1872-1875)

Humberto Yamaki -Coordenador do LabPaisagem CTU/UEL e professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia- Universidade Estadual de Londrina.

Bruno Frank- Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina e professor da Universidade Norte do Paraná.

Resumo:

A pesquisa trata de relatos de referências e paisagens segundo as expedições de Epiphânio Candido de Sousa Pitanga e Thomas P. Bigg Wither, realizados em meados do século XIX no Paraná. A criação da Província em 1853 intensificou a necessidade de conhecimento de seus limites e territórios. Viagens e expedições foram realizadas visando o mapeamento de rotas e a situação do território. Epiphânio Candido de Sousa Pitanga, 1º tenente do corpo de engenheiros realizou expedição entre Antonina e Mato Grosso, passando por Jatahy, em 1858. Anos mais tarde, esta viagem seria realizada pelo inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither. O relatório de Pitanga trazia descrição detalhada de rios, ribeirões e arroios com denominações, as distâncias e pousios. Já o viajante aventureiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither permaneceu durante três anos no sertão paranaense, fazendo pesquisas sobre a possibilidade de ligação Paraná ao Mato Grosso. Seu relato tinha uma visão com inspiração e a poética de naturalistas como Elliot e Humboldt. O olhar de expedições permite reconhecer as referências e significados dos componentes da paisagem a cada época.

Palavra chave: Paisagem; Expedições; caminhos e rotas; Pitanga; Bigg-Wither; Paraná.

Abstract:

This paper is related with the description of the landscape and visual references from the expeditions of Epiphânio Candido de Sousa Pitanga and Thomas P. Bigg Wither in the Paraná State in Brazil during the mid XIX century. The creation of the Paraná province in 1853 enhanced the need to the recognition of its limits, borders and territory. Expeditions and trips have been performed in order to organize the mapping of routes and overall situation of the province. Epiphânio Candido de Sousa Pitanga was a 1st Lieutenant from the engineer brigade and realized a journey in 1858, from the village of Antonina to the province of Mato Grosso, visiting places like Jatahy. A similar voyage was also performed by the British explorer years later. In his report, Pitanga portrays detailed descriptions of rivers, streams and watercourses, mapping names, distances and roots. On the other hand, Bigg-Wither, who remained three years in the remote parts of the province, was inspired by the naturalistic and poetic nature of explorers like Elliot and Humboldt. The comparative view of both

expeditions allow to the references and meanings of the components of landscape.

Key-words: Landscape; expeditions; tracks and roads; Pitanga; Bigg-Wither; Paraná.

Introdução

No limiar do século XVIII para o XIX as expedições de reconhecimento do território pelas províncias adentro, pelo interior dos sertões do país, se tornaram cada vez mais freqüentes. Destas viagens resultou extensa lista de relatórios e literatura de viajantes. A partir de 1853 será grande o número de expedições científicas (MAACK, 2011, p.97-104). O inglês Thomas Bigg Wither (1845-1890), viajante e explorador inglês e o 1º tenente do corpo de engenheiros, Epiphanio Candido de Sousa Pitanga, em relatório apresentado por Libaneo Augusto da Cunha Mattos do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ambos realizaram o mesmo trajeto entre Curitiba e a colônia militar de Jatahy (atual Jataizinho) percorrendo caminhos semelhantes.

Em muitos destes relatos são descritos, não só os costumes locais, encontros com animais exóticos e aspectos da cultura indígena ou sertaneja. Muitas travessias, lugares e marcos referenciais eram retratados em grande detalhe, oferecendo um panorama do dia-a-dia e das referências com que se guiavam.

Pitanga e Bigg-Wither, cada um com seu propósito e estilo, descortinam um universo de jovens arraiais, caminhos perigosos, campos verdejantes e o além de povos indígenas e sertanejos vivendo nas margens da “civilização”. Sendo assim, as formas de perceber e entender a paisagem define os contornos em suas narrativas de viagem.

O foco deste trabalho é resgatar a rede de referências, lugares, e pontos de interesse presentes em seus relatos, desvendando parte da geografia dos viajantes. Tem como base uma pesquisa bibliográfica seletiva/qualitativa transcrevendo as passagens significativas da experiência de observação da paisagem ao longo do trajeto. E, a partir do inventário descritivo destes

viajantes, foi possível a tabulação de dados e análise no contexto dos pontos de referência mais importantes durante a travessia do trajeto Curitiba - Jatahy (colônia militar).

Cruzando-se as informações coletadas com os mapas elaborados pelos autores, pudemos identificar uma rede de caminhos, campos, montanhas¹, rios e pontes, fazendas e vilarejos. Estas informações foram sintetizadas em mapas síntese.

Existiam basicamente em dois tipos básicos de caminhos terrestres no norte do Paraná: centrípetos - voltados à circulação interna e centrífugos - caminhos oficiais, segundo definição de Jackson (1987). Os caminhos voltados à circulação interna são mais simples e costumam contornar barreiras do relevo, determinados “marcos referenciais” tornam-se importantes para a locomoção e seu traçado tende a ser mais sinuoso (FRANK; YAMAKI, 2014). No Norte do Estado são representados pelas veredas, caminhos internos entre fazendas, picadas e picadões. Em Bigg-Wither, o trecho entre a fazenda Fortaleza e a Colônia Militar se enquadram nesta categoria. Tendo como referência o Rio Tibagi segue pontuando distâncias entre os campos de Inhonhô e São Jerônimo. Não escapavam da influência da Serra de Apucarana e da Serra dos Agudos.

¹ Autores à época utilizavam-se do termo “montanhas”. Hoje, é consenso a não existência de montanhas em nosso território.

Tabela 1-Tabela comparativa: visões de Pitanga e Bigg-Wither: localidades e referências.

Comparativo visão de Bigg-Wither e Epiphanio Pitanga		
Curitiba	Vimos assim que a cidade ficava numa planície aberta, embora, à pequena distância do lado norte, começassem os pinheirais entremeados de pastagens . Para o lado sul, tudo era uma planície aberta de se perder de vista e tanto o lado ocidente como o oriente eram de extensas pastagens, entrecortadas embora de moitas e de matas (p.79).	BIGG-WITHER
	Coritiba, cidade é mal alinhada , sem esgotos, e quasi sem calçadas; e portanto muito lamacenta com as aguas pluvias. Seu clima é muito saudavel, não obstante haver na entrada da cidade um ou outro banho formado pelo rio Iguassú (p.542).	EPIPHANIO PITANGA
Ponta Grossa	Situada no ponto extremo de uma linha divisória de águas entre dois vales , surgia a cidade de Ponta Grossa (...). É uma cidade nem velha nem grande. Sua origem pode ser remontada a muito poucas gerações atrás, ao tempo em que era apenas um aglomerado de chácaras e construções. (...) Todas as casas das grandes propriedades eram, na época, e ainda continuam a ser, construídas nos mais altos locais (p.94-120, adaptado).	BIGG-WITHER
	A villa de Ponto-Grossa. E' um dos pontos importantes da provincia do Paraná, tanto pela fertilidade de seu solo, como pela benignidade de seu clima . Pelo lado das construções pouco se pôde dizer; mas possui um bom cemiterio, para o lugar, e um alinhamento regularmente soffrível (...) Seu solo produz em grande quantidade o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, a uva, muitos legumes, contando varias arvores fructíferas, indigenas do lugar, como a jaboticabeira, de cujo fructo se pôde extrahir vinagre de boa qualidade. (...) Dentro do municipio contam-se algumas fazendas de gado. (p.556)	EPIPHANIO PITANGA
Fazenda Fortaleza	O Tibagi, com suas prósperas fazendas, seus diamantes, seus minerais e fazendeiros (...) estava bem abrigado da noite dentro dos muros de barro de uma "Fortaleza" (...) cerca de 200 pés acima do nível do rio. Praticamente o único limite de rendimento em dinheiro que a fazenda podia proporcionar era determinado pelos mercados de vizinhança, isto é, as cidades de Curitiba, Antonina, Ponta Grossa, Castro e Sorocaba (p.403).	BIGG-WITHER
	A fazenda da Fortaleza - (...) é justamente reputada a melhor fazenda da provincia do Paraná, possui aproximadamente cinco mil cabeças de gado vaccum e cavallar, excellentes pastos , capões riquissimos de uma grande variedade de madeiras de construção , e terras que abundantemente se prestam a todas as lavouras. Póde-se, na dita fazenda, contratar grande sortimento de viveres e alguns animaes de carga. (p. 566)	EPIPHANIO PITANGA
S. Pedro Alcântara	Pela importância de sua posição como colônia militar (...) um conjunto com a pequena aldeia de São Pedro de Alcântara, no lado oposto do rio Tibagi (p.424).	BIGG-WITHER
	Fronteiro à colonia do Jatahy está o aldêamento de S. Pedro de Alcântara, em identicas se não em superiores condições de fertilidade e salubridade, que a colonia militar em discussão (p. 581)	EPIPHANIO PITANGA
Colônia Militar (Jatahy)	Sua posição topográfica é tal que, em certas eventualidades, torna importante e estratégico o lugar como ponto terminal da estrada (atualmente, não passa, em grande parte de simples caminho de mulas) que liga o ponto mais próximo do Atlântico (...) com uma ampla rede interna de rios navegáveis , rumo ao norte, sul e oeste. Esta pequena povoação sertaneja era um bom modelo de sua classe , comparada com muitas provincias. Seus habitantes brasileiros (...) tachados de agricultores, somavam cerca de 500. O solo das florestas (...) extremamente fértil . Uma ou outra casa da vila tinha junto pequena plantação de cafeiros (...) Para consumo próprio era plantado (...) feijão, milho e arroz os três produtos básicos, além do açúcar e café (p.423-424, adaptado).	BIGG-WITHER
	A colonia militar de Jatahy, situada em uma localidade muito saudavel , goza do privilegio de serem as suas terras de uma demasiada fertilidade . Produz quasi todas as fructas dos lugares quentes, e algumas dos climas frios; todos os cereaes do Brasil, e grande numero de leguminosas e de herbaceas. A canna - assucar - e o café produzem maravilhosamente (p.581).	EPIPHANIO PITANGA

Fonte: BIGG-WITHER 1974; PITANGA, 1863

Os caminhos oficiais (centrifugos), por sua vez, espelham objetivos de controle do território. Costumam possuir maior durabilidade e são conhecidas como “estradas oficiais”. Por enquadrar-se em objetivos maiores, estratégicos, costumam contar com maior aparato técnico, sobrepondo muitas vezes às restrições impostas pelo terreno. Seu traçado pode ser mais retilíneo (idem).

Marcos referenciais: A Geografia de Pitanga (1858)

A viagem que realiza Epiphanio Pitanga trata do reconhecimento da estrada e época propícia à realização da rota. Mostra o lado mais prático, preocupações

com travessias e navegabilidade, daí os detalhes de arroios e ribeirões. Pitanga descreve no final de seu relatório:

"remessas de cargas de março a setembro época em que podem ser transportadas a Jatahy, por darem vão todos os rios, "(PITANGA, 1863 p. 588, grafia original).

O relato revela a importância dos campos, das pontes e das travessias. Pode-se imaginar uma paisagem com múltiplos pontos abertos em meio à mata ou nos campos:

[...] chega-se a um campo onde ha um grande pinhal, offerecendo bom pouso. Ha n'esta parte da estrada uma casinha de palha, e uma de telha em construção. O campo acima citado que tem setecentas braças no sentido longitudinal, termina em doce explanada á margem de um correjo de fundo arenoso, com doze palmos de largo e tres de profundo, que sempre dá vão, chamado - Timbutuva - onnde ha um casinha coberta de taboas e palha. (PITANGA, 1863 p. 545, grafia original)

Pitanga descreve cuidadosamente a largura e a profundidade dos cursos d'água, seus nomes e quais caminhos atravessou.

[...] arroio chamado - Passo do Borges - de leito arenoso, vinte cinco palmos de largo e um fundo, que dá vão em todos os tempos do anno. A margem do dito arroio ha uma casa regular de telha, com pequenas roças de milho e feijão. (PITANGA, 1863 p. 546, grafia original)

Arroios são pequenos cursos d' água, pequenos ribeirões, muitos deles intermitentes. É considerado um topônimo comum no sul do Brasil (ZAMARIANO, 2006). Chega-se, portanto aos aspectos da paisagem regional e os tipos de roça presentes nos sertões. Em outro trecho Epiphanyo Pitanga observa:

O caminho mais geral passa pela frente de um propriedade pertencente a uns orphãos, no campo do mesmo nome: corta a fazenda Taquara, e approxima-se da de S. Amaro, que podem ambas fazer grandes fornecimentos de viveres, e de alguns animaes de carga. (PITANGA, 1863, p.562, grafia original)

Viajando a mando do imperador, Epiphanyo Pitanga faz observações a todo o momento, não somente do estado das estradas, como pondera sobre atividades econômicas rentáveis na região e raciocina com possibilidades

como na passagem acima. Nota-se ainda importância da hidrografia para o deslocamento em suas considerações a respeito dos caminhos fluviais:

Pelo lado da viagem fluvial tenho a declarar a V.Ex[imperador]. que foi Ella feita do porto da colônia acima referida ao do – Barbosa, o no – Brillhante, - em vinte e sete dias dos quaes, apenas andei duzentas e dezesseis horas 43', 30'', do seguinte modo: 10 horas 20' até a foz do Tibagy; 12 horas 15', 30'', da foz do Tibagy até a colonia, nominalmente indígena, do Pirapó, situada a margem esquerda do rio Paranapanema; 4 horas 26' no Paraná; 4 horas 59' no Sambambaia; 66 horas 32' no Ivinhema até a foz do rio- Vaccaria, - onde existem fazendas de criação e de lavoura, e 108 horas 19' 20'' no- Brillhante, até o fim da viagem; o que dá para o total de tempo em movimento, nos diversos rios citados nove dias, 1 hora 43' 30'' (PITANGA, 1863, p.584. grafia original).

As rotas seguem por caminhos com relevo menos acidentado, próximos aos rios e ribeirões facilitando a orientação e abastecimento de água necessário. Fica evidente que existia um ritmo de percurso e local de pernoite, geralmente a cada 4 ou 5 km (20.000 braças). Exemplo de lugar conveniente para um pouso:

Além do Capivary passa a estrada por um campinho, cortado por um ribeirão de excelente agua, correndo sobre pedra, que dá vão em todas as estações do anno: é um excellente lugar de pouso. (PITANGA, 1865, p. 541)

Ao traçar esses caminhos, retratava locais e personagens que dominavam a região. Locais que eram facilmente reconhecidos como importantes na paisagem regional. Lembremos que era um relato para o imperador. Relevo e hidrografia como referência constante:

[...] segue-se o morro do - Bicho - que se não presta a rodagem, tanto pelos declives, que excedem os maximos para aquelle fim adoptados, como pela pequena largura de seu perfil transversal, e grande numero de - caldeirões - alli existentes. (...) Em seguida passei pelo rio Ipiranga, que dá vão, e onde a estrada corre perfeita de rodagem ; avistando-se tambem do mesmo ponto, a uma distancia estimada de um quarto de legua, a parte da serra do mar denominada - Mãe Catira -, atravessada, no sentido de sua largura, pela dita estrada. (idem, p.540)

Pitanga descreve um arraial de algumas casas espalhadas que encontra pelo caminho. Esta Paisagem de jovens arraiais:

[...] pequeno arraial de S. Luiz composto de nove casas de palha e telha, com um pequeno armazem de seccos e molhados; tendo quarenta pessoas de todos os sexos e idades; pequenos nucleos de criação de gado vaccum e cavallar, que não excedem setecentas cabeças; plantações de milho e feijão, e onde ha grande falta de meios de transporte. Havendo excellente pouso alli pernoitei (1863, p.550, grafia original).

Na passagem acima, uma descrição clássica de um ponto de abastecimento de provisões e víveres e gênese de cidades através de pequenos pousos, comum por todo o sul do país.

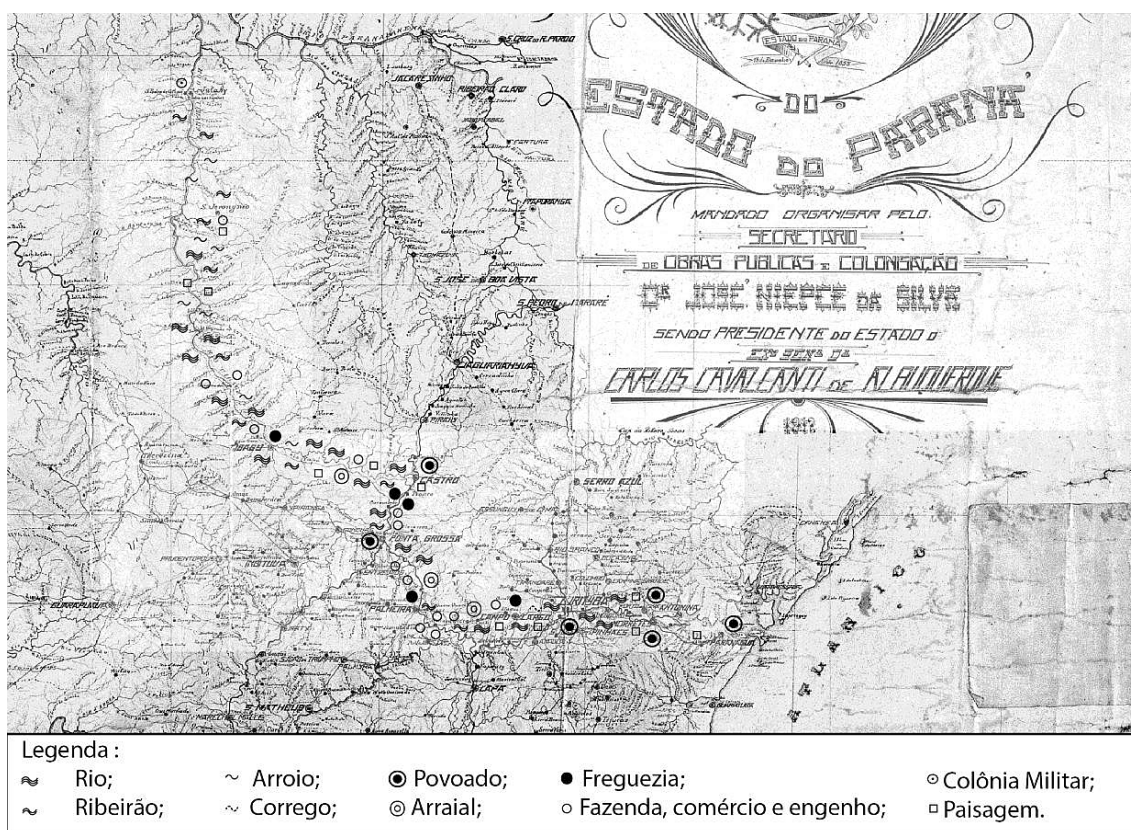


Figura 1: A rota de Pitanga (1853) identificada no mapa do Estado do Paraná de 1912. Hidrografia, Edificações e Paisagens citadas por Epiphanio Pitanga, relatos de 1865. Org. e Montagem: BENELLI e YAMAKI, 2015.

Para militares, o reconhecimento de uma paisagem era vital (JACKSON, 1984). Pitanga, do corpo de engenheiros do exército parece, imaginar a paisagem com suas travessias e pastos sendo percorridas por tropas e cavalaria. Daí

parece partir sua preocupação com a largura e a profundidade de ribeirões conforme o período do ano.

Campos, picadas e a natureza exuberante: A Geografia de Bigg-Wither (1872-1875)

Bigg Wither tinha vinte e nove anos quando realizou a viagem ao sertão. Foi nove anos mais tarde que Epiphany Pitanga. Smaniotto (1974) descreve sobre o relatório:

Mais do que um relato de uma expedição à floresta, suas vividas imagens de abertura de picadas, manobras de canoas sobre rios encachoeirados, violência das caçadas, revelam as impressões gravadas na retina de um olhar inquieto e inteligente, sensível à magnificência da flora, da fauna, e da geologia paranaense.....deixando profunda reverência à natureza" (BIGG-WITHER, 1974, p.X)

No relato da Serrinha (região de Curitiba), um marco visual de referência pelo trajeto, e da descrição de um campo queimado podemos verificar seu senso de observação:

Havíamos chegado agora ao limite ocidental do planalto de Curitiba. Erguia-se então, à pouca distância, o elevado penhasco da "Serrinha", transformando, assim, a segunda palavra em nome próprio. A elevação média desta segunda serra que formava o confim oriental de outro planalto ainda mais elevado era de 800 a 1.000 pés acima daquela em que nos encontrávamos então. Sua distância, em linha reta, partindo da serra do mar, era de cerca de quarenta milhas. Nossa estrada seguia ziguezagueando por largo desfiladeiro, cheia de pinheiros gigantes e de uma vegetação de bambu e outras árvores menores.

[Campo queimado] Na elevação do terreno em que me achava não havia capim (...) entre essa elevação e outra mais adiante, havia uma barreira adicional que impedia sua aproximação da larga faixa de terras com pinheiros e outras árvores. Do outro lado dessa mesma faixa, o capim seco e longo cobria todo o campo. (...) Repetidas vezes aquela torrente de fogo se arrojava contra os velhos pinheiros (BIGG-WITHER, 1974, p.92-99, adaptado).

Estas duas passagens acima elencam os elementos comuns do estilo de descrição empregadas pelo viajante: a mistura de características estéticas com elementos de descrição naturalista, objetiva e factual.

Descrevendo o fenômeno de formação das pastagens e uma Paisagem de campos de alta qualidade, ressalta a importância das paradas e das boas pastagens. Em Campinas Belas, o viajante se depara com uma situação de Paisagem ideal:

Campinas Belas bem merece este nome. Situada no alto de uma linha divisória de águas entre os rios Tibagi e Ivaí e tendo um solo fertilizado pelos produtos vulcânicos de uma idade anterior, é assim a mais encantadora e uma das mais ricas fazendas de criação da redondeza. [...]

Uma infinidade de ricas pastagens, variando de um acre a meia milha quadrada, são naturalmente, separadas uma das outras por cercas formadas de magníficos pinheiros e bambuais rasteiros. Riachos correntios cruzam as pastagens e o pinheiral em todas as direções. Nada menos de área quatro principais tributários de dois rios, Ivaí e Tibagi, têm suas nascentes agrupadas nesta propriedade. Ano a ano a área de terras de pastagens aumentava, em virtude das abusivas queimadas anuais nos pinheirais dos arredores e, então, também de ano a ano, aumentava o valor monetário das campinas. (BIGG-WITHER, 1974, p.155).

Sobre o processo de descoberta de novos pontos de referência/ lugares, os campos de São Jerônimo e Inhonhô:

Em certo ponto, na vizinhança imediata de São Jerônimo e numa distância de cerca de vinte e oito milhas há um pico escarpado que se projeta dessa serra [serra dos agudos] e logo atrai a atenção pela clara rudeza de seu esboço, comparado com os outros de seu entorno.

Quando toda a região de Tibagi e Jataí era ainda desconhecidas e desabitadas exceto pelos índios errantes, Elliot e Lopes, procurando o caminho do Ivaí para o Tibagi, subiram a esse pico [pico escarpado] e, do seu cume, descobriram os dois campos de São Jerônimo e Inhonhô. (idem, p.120).

Consideramos caminhos como pequenas estradas de empreita particular ou por parte do Estado. Possuem maior grau de especialização se comparadas às picadas e picadões. Nas palavras de Bigg-Wither: “A picada é sempre feita na orla de um profundo precipício, e às vezes uma montanha, talvez de um lado e um barranco do outro” (p.187-188, 1974).

Picadas podem ser consideradas como tentativas iniciais, de caráter desbravador para a conexão de uma ou mais localidades. Seu traçado leva em conta algumas particularidades: “próximas à algum corpo d’ água/ marcos de

identificação (serras p.ex.) servem de estratégias de apoio logístico(alimentação e descanso), procurando locais onde o acesso é facilitado em meio a matas (picadas) e em campo mais aberto (picadões) (FRANK; YAMAKI, 2014, p.433, adaptado)”.

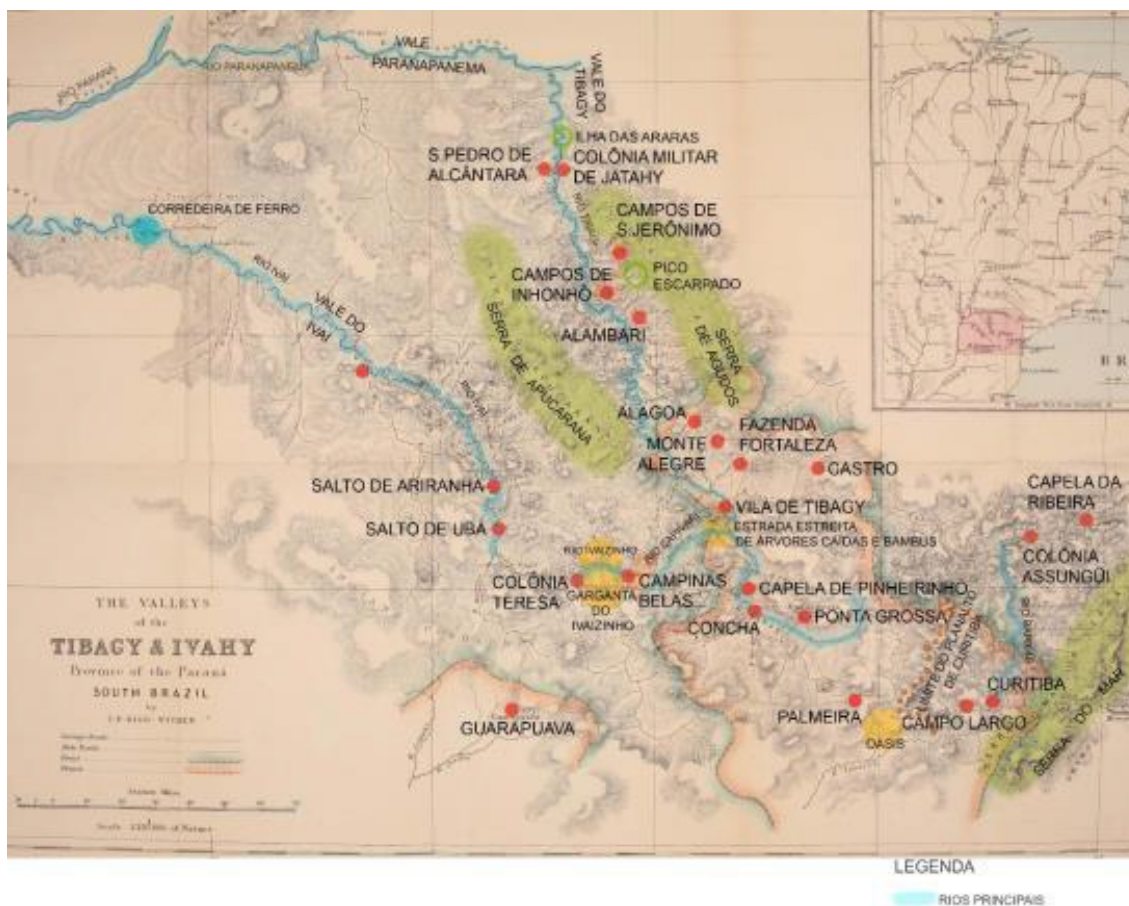


Figura 2: Mapa geral dos caminhos percorridos por Bigg-Wither. Detalhe do mapa “*The Valley of Tibagy and Ivahy*” com Paisagens e Vilarejos citados por Bigg-Wither. Org. e Montagem: Hakamada e Yamaki, 2014.

Conclusão

Nessa época de viagens por vias rápidas a relação com a paisagem pode ser não mais do que instantâneos ou um borrão que capta o campo de visão. A partir dos relatos de exploradores percebe-se a importância dos componentes da paisagem e suas articulações. Tanto Epiphany Pitanga como Bigg-Wither percorreram rotas semelhantes, na mesma época. Suas impressões são, no entanto diferentes. Isto mostra como a experiência pessoal, a visão de mundo e a formação influenciam no modo como vivenciaram e descreveram estas paisagens. Componentes da paisagem sobrevivem como elementos definidores do caráter local e regional e como marcos no imaginário.

Referências

BIGG-WITHER, Thomas. **Novo Caminho para o Brasil Meridional: A** província do Paraná: Três anos em suas Florestas e Campos. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, XXXI volume, Rio de Janeiro, 1959.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the Vernacular Landscape**. New Haven: Yale University Press, 1984.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 4. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

PITANGA, E.P.C. **Itinerario do Reconhecimento do Estado da Estrada da cidade de Antonina á colônia militar do Jatahy, na Província do Paraná**. Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1863.

WACHOWICZ, Ruy. **Norte Velho Norte Pioneiro**, Gráfica Vicentina, Curitiba, 1987.

FRANK, B.; YAMAKI, H. **Paisagem Etnográfica Paranaense** - picadas, trilhas, veredas e estradas como componentes de estruturação. 2 Simpósio brasileiro de Cartografia Histórica, Tiradentes, p. 1-15, maio 2014.

YAMAKI, H.; BENELLI, N.; HAKAMADA, C. **Paisagem Etnográfica paranaense**: relatos de caminhos e lugares nas expedições ao interior do Paraná. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p. 18. 2015.

ZAMARIANO, Márcia. **Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853**. Dissertação de Mestrado em Estudos de Linguagem pelo programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Londrina: 2006.

O desenho de Mato Grosso na cartografia de Francis de Castelnau

Autor: Benone Lopes Moraes (CNPq/UFMT)

Coautora: Maria de Fátima Costa (UFMT/CNPq)

A expedição Castelnau foi uma caravana científica que sob encomenda do governo francês explorou o interior das terras sul-americanas. Seu líder era o geógrafo Francis de Castelnau (1810-1880), que, juntamente com três naturalistas, empreendeu uma larga rota. A viagem, iniciada em 1843, percorreu as províncias brasileiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, para depois adentrar na Bolívia, e de lá explorar o Peru, de onde retornou a Belém do Pará, finalizando a expedição em 1847. Sabe-se que dentre os objetivos dessa caravana constava o de explorar e cartografar os rios do interior do continente com vistas a estabelecer vias de comunicação e comércio. Um dos resultados desta empresa foi um pequeno atlas composto de 30 cartas duplas intitulado *Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud* (1854). Essa pesquisa tem como foco um destes mapas, a *Carte de la province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie*, de autoria de Castelnau. O mapa destaca a província de Mato Grosso, compondo um rico desenho dos rios, acidentes geográficos e ações antrópicas da região. Com objetivo de perceber a importância desta carta na obra de Castelnau, estudou-se o conjunto de dados nela contidos, analisando-os à luz das informações narradas por Castelnau nos volumes do *Histoire du Voyage* (1850), de acordo com os ensinamentos de J. B. Harley. Com isso conseguimos aferir que o viajante ressalta a importância da província como um nó central de vias fluviais que poderiam interligar o interior do continente.

Palavras-chave: Expedição Castelnau, Província de Mato Grosso, Cartografia.

The design of the Mato Grosso in the cartography by Francis de Castelnau

Author: Benone Lopes Moraes (CNPq/UFMT)

Co-author: Maria de Fátima Costa (UFMT/CNPq)

The Castelnau expedition was a scientific caravan that explored inland South America commissioned by the French government. It was led by the geographer Francis de Castelnau (1810-1880), who embarked on the long route with three natural scientists. The journey, initiated in 1843, covered the Brazilian provinces of Rio de Janeiro, Minas Gerais and Mato Grosso, to enter Bolivia afterwards and from there explore Peru, to return to Belém do Pará and finally complete the expedition in 1847. One of the objectives of this caravan was to explore and map the rivers of the interior of the continent so as to establish routes for communication and commerce. One of the results of this enterprise was a small atlas composed by 30 double maps titled *Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud* (1854). This investigation is focused on one of these maps, the *Carte de la province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie*, authored by Castelnau. The map shows the province of Mato Grosso, with a rich design of the rivers, geographical accidents and anthropic actions of the region. To understand the importance of this map in the oeuvre of Castelnau, the group of data contained in it was studied and analyzed in light of the information narrated by Castelnau in the volumes of his *Histoire du Voyage* (1850) and according to the teachings of J.B. Harley. With this, we have inferred that the traveller highlights the importance of the province as a central node of the waterways that could unite the interior of the continent.

Key words: Castelnau expedition, Mato Grosso province, Cartography.

Durante o Oitocentos, a província de Mato Grosso foi visitada por algumas caravanas científicas que, dentre outros objetivos, buscavam produzir um conhecimento cartográfico atualizado da região. Uma dessas foi a expedição que o governo francês enviou às terras sul-americanas, mais precisamente ao espaço compreendido entre o trópico de Capricórnio e o Equador. Seu líder era o geógrafo Francis de Castelnau (1810-1880). Este, juntamente com o zoólogo e preparador de História Natural E. Deville, o botânico H. A. Weddell e o engenheiro Eugène d'Osery, percorreram uma larga rota. Entre 1843 - 1845, atravessaram as províncias brasileiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, adentraram a Bolívia, e daí seguiram para a capital do Peru. Depois, já retornando, chegaram a Cuzco e de lá alcançaram os encachoeirados rios Ucaiale e Urubamba e, através deles, o Amazonas, chegando a Belém do Pará, onde finalizaram a grande expedição.

De volta à França, Castelnau passou a publicar os resultados da sua viagem numa obra dividida em seis partes, somando quinze volumes, que recebeu o título geral de *Expédition dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud*. A sétima parte, denominada *Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud* (Paris, 1854), foi dedicada totalmente à cartografia. Nela, Castelnau apresentou um conjunto de 30 cartas duplas que mostra sua interpretação dos territórios sul-americanos. Estes mapas são antecipados por uma "Introdução", na qual, além de apresentar a obra, o autor faz breves comentários sobre cada uma das cartas.

Dentre estes nos interessa a *Carte de la province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie*, a qual estudamos na perspectiva de perceber sua importância na obra de Castelnau. Para tanto, levantamos o conjunto de dados nela contido, analisando-o à luz das informações narradas por Castelnau na primeira parte de sua obra, que tem como título *Histoire du Voyage* (1850-1851). Como metodologia o trabalho guiou-se pelos ensinamentos de J. B. Harley (2005) e os preceitos da Nova História Cultural.

Ao estudar *Carte de la province de Matto Grosso...* (Figura 1), inicialmente, pudemos observar que se trata de um desenho executado em quatro folhas duplas e, conforme as explicações dadas pelo próprio Castelnau, há algumas imprecisões.

O mapa está orientado no sentido norte-sul e enquadrado entre os 7° e 25° de latitude sul, e entre os 54° e 68° de longitude; sua referência é o meridiano de Paris, conforme consta na parte superior da carta. Castelnau dedicou o centro do desenho à província de Mato Grosso, que ocupa a maior parte da folha e é o único espaço apresentado em sua totalidade.

Esta província, ocupa o espaço que aparece identificado no mapa como Império do Brasil, e mostra-se limitada, a norte, com a província do Pará e a sudeste com as províncias de Goiás e de São Paulo. Fora do espaço brasileiro, vê-se, a sudoeste, parte da República da Bolívia e, ao sul, uma pequena porção da República do Paraguai.

Para a confecção desta peça cartográfica, Castelnau cita em uma nota, colocada no corpo do mapa, que utilizou outras cinco cartas que compõem o mesmo atlas. Informa, ademais, que para sua composição usou dados e observações astronômicas colhidos *in loco*, e medições feitas em separado por Weddell, que desde a entrada na Bolívia, realizou um trajeto diferente do restante dos seus companheiros. Além disso, contou com informações que o capitão de navios Augusto de Leverger (1802-1880), um francês que trabalhava para o império brasileiro, passou aos expedicionários, e também com dados fornecidos por A. D'Orbigny (1802-1857), viajante francês que percorreu parte do território sul-americano duas décadas antes de Castelnau. Todas essas informações foram revisadas na França por Pierre Daussy (1792-1860), geógrafo do escritório de longitudes (CASTELNAU, 1850, p. 15).

Ainda sobre a base cartográfica, há de se considerar, também, que o viajante utilizou dados de outros mapas, como uma carta do rio Paraná, e um manuscrito sobre o rio Tapajós, que cita na sua "Introdução". Castelnau deve ter tido contato com esses mapas durante a estada no Rio de Janeiro, uma vez que ele e D'Osery tiveram franco acesso a arquivos daquela cidade, onde lhes foi permitido copiar muitos mapas coloniais, ainda inéditos. Sobre isso, há, inclusive, uma explícita referência na introdução da *Géographie* como também na sua narrativa¹. Por isso, acreditamos que as fontes cartográficas usadas por Castelnau para a construção da

¹ Castelnau afirma em seu primeiro tomo do *Histoire du Voyage* que passou meses no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e bibliotecas particulares, lendo e estudando tudo que se pudesse relacionar com o fim da sua expedição (CASTELNAU, 1850, p. 120-121.)

sua *Carte de la province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie* foram bem mais vastas.

Quanto ao desenho, a carta é bastante limpa, nela o autor utiliza apenas dois recursos auxiliares: a introdução de caixas com textos e cores. O resultado é uma carta bastante sóbria e informativa. Isto permite que as poucas cores utilizadas ganhem destaque. Cabe observar que não existe uma legenda que indique a convenção utilizada no uso das cores, mas os dados de outras cartas pertencentes ao mesmo pequeno atlas; e referências no *Histoire du Voyage* ajudaram a indicar com precisão o sistema adotado. Por exemplo, a cor vermelha foi usada para indicar o trajeto pelo território brasileiro. Trata-se do percurso realizado entre novembro de 1844 e maio de 1845, quando a expedição deixou Goiás e, por caminhos terrestres, chegou a Cuiabá, capital da província de Mato Grosso. Essa mesma cor marca também o trajeto de Cuiabá até Diamantino, além de indicar o roteiro fluvial que a expedição efetivou pela bacia do rio Paraguai, de Cuiabá até a fronteira com a república paraguaia, e o retorno, em direção à Vila Maria. (CASTELNAU, 2000, p. 301). Já para o trajeto levado a cabo em território boliviano, foram utilizadas as cores azul, vermelho e verde.

Tendo-se como referência o texto narrado no tomo terceiro da *Histoire du Voyage*, percebe-se que a linha vermelha-azul mostra o trajeto feito por Castelnau e Deville, enquanto que o caminho indicado com o verde corresponde ao realizado por Weddell. Em vista disso, pode-se dizer que esse mapa tem como tema as especificidades do trajeto desenvolvido pela expedição no território mato-grossense e parte do território boliviano. Portanto, essa carta temática destaca informações, apresentando de maneira resumida a rota já apresentada em mais de um dos mapas da *Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud*.

Ainda sobre as cores que Castelnau adotou ao desenhar este mapa, notamos que os elementos de maior destaque são os contornos sombreados que formam a fronteira, sempre realçada através de uma linha de duas cores. Desse modo, faz-se a separação entre a capitania de Mato Grosso e os demais territórios. No que diz respeito aos países, o viajante optou por utilizar a cor verde para identificar o lado brasileiro, sendo que as terras interiores receberam outras colorações, por exemplo, a da província de São Paulo é mostrada em amarelo, enquanto a cor rosa

foi empregada, para marcar a fronteira de Goiás. Já a Bolívia foi destacada em amarelo e o Paraguai recebeu, também, a cor rosa. É interessante notar que a linha de fronteira entre o Império Brasileiro e aquela república vizinha encontra-se incompleta. Além disso, neste mapa não existe uma linha separando as províncias do Pará e Mato Grosso, mas essa divisão foi indicada na narrativa.²

No que se refere ao contexto da cartografia daquele período, sabe-se que, após a Revolução Francesa, houve um desejo, alimentado em parte por cientistas da França, de apagar o pensamento científico do Antigo Regime. Na cartografia, essa pretensão se manifestou na forma de uma padronização daquilo que deveria constar nos mapas. Esse novo modelo foi exportado para diversos países e trazia consigo uma série de inovações, principalmente no que diz respeito aos ornamentos, às medidas e à representação do relevo. Sobre os ornamentos, de um modo geral, estes passam a ser expressos apenas na maneira de escrever as letras usadas nos títulos. A falta de ornamento visava destacar as características da carta, como a precisão dos dados e a fidedignidade cartográfica. Sobre este momento da cartografia, Márcia M. Duarte dos Santos observa:

As novas abordagens da cartografia dizem respeito à diminuição de uso de signos-símbolos e ao crescente emprego da visão vertical para o desenho dos signos. Trata-se de transformações importantes que irão causar impactos, sobretudo, na representação do relevo. Inicia-se a difusão, na cartografia europeia do século XIX, de alguns desenvolvimentos, frutos de novos paradigmas, propostos no final da centúria anterior, que iriam ampliar as formas de representação do relevo, tais como as hachuras, os sombreamentos e os registros das cotas de altitude. Pratica-se também alguns ensaios para trabalhar com curvas de níveis. (SANTOS, 2007, p. 65)

A Carte de la province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie é um bom exemplo para ilustrar esta observação feita por Santos para a cartografia Oitocentista.

Ao desenhar, Castelnau empregou a visão vertical de maneira que o relevo exhibe uma ideia de percepção de volume, obtida através do sombreamento. Mesmo assim, não se veem dados relacionados à altitude e à declividade. Em outras palavras,

² Para mais informações sobre as fronteiras nesta carta, ver: MORAES, Benone S. L. **Os limites de Mato Grosso na obra de Castelnau: notas sobre um mapa Oitocentista**. In: 2º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2014, Tiradentes. Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte: CRCH, 2014. p. 422-428.

no mapa o sombreamento representa o relevo, que foi realçado com vistas a ocupar exatamente a sua disposição no terreno. Mas, como já mencionado, a carta não apresenta nenhuma indicação da medida da altitude dos acidentes geográficos. Acreditamos que, com isso, o autor quis passar uma impressão de fidedignidade com o terreno e, principalmente, dar ênfase aos espaços divisores de água da região. Se for assim, é possível que quisesse identificar o desenho da malha fluvial e, com isso, os rios navegáveis, o que, por sua vez, acompanharia a visão utilitária do terreno, tal como o viajante enuncia na narrativa. Isto justificaria a feitura de uma carta temática que destaca tanto as rotas terrestres entre Mato Grosso e parte da Bolívia, bem como a hidrografia, que poderia ser usada como vias de comunicação.

Para se compreender a importância da *Carte de la province de Matto Grosso...* dentro da obra de Castelnau, buscou-se dados sobre como Castelnau descreveu esta região em sua narrativa.

Sabe-se que dentre os objetivos dessa caravana constava o de descrever os rios do interior do continente com vistas a estabelecer vias de comunicação e comércio. (COSTA, p. 73, 2013). Para isso, Castelnau buscava encontrar um ponto que servisse de rota de ligação entre o interior do continente até o Amazonas e daí ao Atlântico. Durante a viagem, a comitiva buscou lograr esse feito na província de Goiás, por isso empreendeu um trajeto de barco pelos rios Araguaia e Tocantins. Entretanto, a cidade de Goiás foi vista pelos expedicionários como sendo um lugar estaque:

Goiás é uma das pequenas cidades mais bonitas do Brasil; **mas é rodeada de quase todos os lados por montanhas cobertas de mata. É de crer que nunca poderá crescer muito.** As casas que geralmente não têm mais de que um andar, são muito bem construídas e extremamente brancas; as ruas, limpas e muito bem alinhadas, têm, todavia muito mau calçamento; as praças são espaçosas. (CASTELNAU, p. 138, 2000; grifo dos autores)

Em seguida, alguns meses depois, ao chegarem em Cuiabá, os viajantes parecem ter encontrado uma cidade que atendia aos seus projetos comerciais: “(...) a cidade de Cuiabá é muito maior e, sob todos os pontos de vista, muito mais adiantada em civilização do que a de Goiás. (...)” (CASTELNAU, p. 318, 2000). Posteriormente, nos arredores da Villa do Alto Paraguai Diamantino, a caravana encantou-se por encontrar no centro do espaço sul-americano o ponto onde vertiam as águas que alimentariam as bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata:

[...] A fazenda do Estivado, onde nos achávamos, fica localizada num dos pontos mais curiosos do continente. Ali, com efeito, a alguns passos uma da outra, ficam as nascentes de dois dos maiores rios do mundo, a saber o rio Amazonas e o rio da Prata. Dia virá em que se poderá estabelecer sem dificuldade comunicação entre estes gigantescos rios, pois, conforme nos informou o próprio dono da casa, com o simples intuito de regar o seu quintal ele tinha feito correrem as águas de um para o leito do outro. As nascentes do rio Estivado, que é o verdadeiro tronco do Arinos, acham-se numa anfractuosidade do planalto, a qual descamba para o norte, 200 metros a leste da sede da fazenda a que deu nome; por outro lado, 84 metros a oeste da última, saem de um buritizal as primeiras águas de um afluente do Tombador que, como sabemos, é tributário do Cuiabá. O sítio do Estivado acha-se por conseguinte no divisor das águas que correm para o norte e para o sul. [...] (CASTELNAU, p. 351, 2000)

Dias antes de chegar à fazenda do Estivado, a expedição já havia visitado as nascentes do rio Paraguai, num local conhecido como Sete Lagoas. Portanto, a região da Vila do Alto Paraguai Diamantino era o ponto onde nasciam rios de duas grandes bacias, e Cuiabá, ao sul, poderia ser um bom lugar para estabelecer as trocas comerciais, caso essas vias de comércio fossem estabelecidas.

É nesse contexto que Castelnau produz a *Carte de la province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie*, com o objetivo de fazer uma síntese cartográfica do local onde as bacias do Amazonas e do Prata têm a sua distância mais próxima.

Retomando a *Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud*, nota-se que, em sua própria estrutura, a obra destaca a região da província de Mato Grosso. Das 30 cartas duplas, 17 são dedicadas ao território mato-grossense, o que contabiliza mais da metade dos mapas publicados por Castelnau.

A importância dessa carta vem assinalada na própria *Géographie*. Na “Introdução” do seu pequeno atlas, Castelnau observou: “As oito folhas acima estão na mesma escala e formam um verdadeiro Atlas do interior do Brasil.”³ (CASTELNAU, p. VIII, 1854). Ou seja, a *Carte de la province de Matto Grosso...* seria a síntese dos interesses da expedição no interior do império brasileiro.

Em vista do exposto, é possível concluir que a *Carte de la province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie* apresenta a região ideal para concentrar as rotas de comércio e articula possíveis ligações fluviais propostas nos objetivos da expedição. Além disso, as informações que Castelnau colocou em notas textuais no

³ No original: “Les huit feuilles qui précèdent sont sur la même échelle et forment un véritable Atlas de l'intérieur du Brésil.”

corpo dessa carta pretendem evidenciar que o mapa foi construído sobre uma base segura. O resultado é uma carta geográfica que segue os fundamentos ditados pela escola francesa do século XIX e apresenta, de maneira sintética, o conteúdo de outras cartas legadas pela expedição. E, com isso, reforça as áreas onde seria mais viável e vantajoso estabelecer rotas comerciais. Neste sentido, a província de Mato Grosso é a ponte de ligação entre as águas do interior e a bacia amazônica.

Referências

CASTELNAU, Francis de. **Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud**. Paris: Libraire P. Bertrand, 1854.

CASTELNAU, Francis de. **Histoire du Voyage**. Paris: Libraire P. Bertrand, 6 tomos, 1850 - 1851.

CASTELNAU, Francis de. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

COSTA, Maria de Fátima. A Paisagem do Brasil representada por Francis de Castelnau. In: NAXARA, Márcia (org.). **Conceitos e linguagens: construções indenitárias**. São Paulo: Intermeios, Capes, 2013. P. 71-95.

HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas. Ensaio sobre la historia de la cartografía**. Tradução. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e Métodos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 51-81.

Visitando as lagoas Mandioré, Gaiva e Uberava nos textos e mapas de Almeida Serra e Castelnau

Maria de Fátima Costa

Universidade Federal do Mato Grosso/CNPq
mfcosta@ufmt.br

Resumo:

Durante a segunda metade do século XVIII houve, por parte do governo português, um grande interesse em reconhecer e cartografar a região banhada pelo rio Paraguai. Esse interesse referia-se, principalmente, ao espaço que estava se definindo como fronteira com as terras espanholas, onde se localizam as grandes lagoas de Mandioré, Gaiva e Uberava. Trata-se de um lugar montanhoso, onde as águas do Paraguai recebem o tributo de vários rios e o seu alargado curso é obrigado a se contorcer criando uma paisagem labiríntica. Essa fisionomia fluvial-lacustre excitava a imaginação, e poucos aceitavam o desafio de penetrá-la; acreditava-se que ali a natureza guardava copiosos segredos. Visando pôr fim a esses mistérios, em meados de 1786, o governo lusitano ordenou que uma expedição astronômica visitasse o lugar. Então, sob o comando de Ricardo Franco de Almeida Serra (1748 – 1809), uma equipe de matemáticos ali esteve, com a finalidade de estabelecer a verdadeira figura e posição do rio Paraguai, “com todas as suas grandes, e famigeradas baías, lagos, junções de outros rios menores, Ilhas, ou outras quaisquer circunstâncias que pareçam dignas de se notarem e transporem essas informações para um Mapa Geográfico”, como rezam as suas Instruções. Passado quase um século, o mesmo espaço fluvial recebeu a expedição geográfica francesa, que sob o comando de Francis de Castelnau (1810 -1880), percorria o interior sul-americano. A proposta dessa apresentação é analisar as informações das grandes lagoas de Mandioré, Gaiva e Uberava, deixadas em textos e mapas pelos astrônomos setecentistas e pelos franceses do Oitocentos, de maneira a entender, comparativamente, a relação entre essas equipes de viajantes, e como ambas as expedições configuraram aquele impressionante trecho do rio Paraguai.

Palavras-chave: rio Paraguai; lagoas; textos e mapas.

Visiting the Mandioré, Gaiva and Uberaba lakes in the texts and maps by Almeida Serra and Castelnau

During the second half of the 18th century the government of Portugal showed great interest in exploring and mapping the region surrounding the Paraguay river. This interest mainly comprised the space that served as frontier with Spanish lands, where the large lakes of Mandioré, Gaiva and Uberaba were located. This is a mountaineous area where the waters of the Paraguay receive affluents of many rivers and its long course is forced to twist and turn, generating a labyrinthine landscape. This fluvial-lacustrine physiognomy captured imaginations and only a few dared accept the challenge of entering it; it was believed that nature kept copious secrets there. Finally, aiming for those mysteries, in mid-1786 the government of Portugal sent an astronomical expedition to the place. So, under the orders of Ricardo Franco de

Almeida Serra (1748-1809), a team of mathematicians went there with the task of establishing the real shape and position of the Paraguay river. "With all its large and notorious bays, lakes, articulations with other smaller rivers, islands and any other accident that seems worthy of being noted down and consigning these data for a Geographical Map," according to the instructions they received. Almost a century later, the same fluvial space was visited by the French geographical expedition that traveled through the interior of South America under direction of Francis de Castelnau (1810-1880). The aim of this presentation is to analyze the data of the great lakes of Mandioré, Gaiva and Uberaba that appear on the texts and maps of these astronomers of the 17th century and the French of the 18th century so as to understand, through comparisons, the relations between these two teams of travelers and how these expeditions mapped this impressive stretch of the Paraguay river.

Key words: Paraguay river; lakes; texts and maps.

Na imensa planície inundável que compõe a paisagem da região hoje denominada de Pantanal há um lugar onde as grandes águas do rio Paraguai serpenteiam, contornando um belo conjunto de montanhas; ali, o rio, adaptando-se às variações do regime das águas - entre cheias, vazantes e secas - e ao relevo, encolhe-se e expande-se, dando forma a ilhas, baías e muitas lagoas, algumas sazonais e outras perenes, como as grandes lagoas de Mandioré, Gaiva¹ e Uberaba, objetos desse artigo.

Durante séculos essas lagoas foram tratadas como espaços misteriosos. As primeiras descrições de cunho científico ali realizadas ocorreram em finais do ano de 1753. Foi por força do Tratado de Madri que a Terceira Comissão ou Partida de Limites Sul, uma expedição composta por demarcadores lusos e castelhanos, reconheceu geograficamente o lugar e representou as lagoas em textos e mapas.

Era final de dezembro e o rio começava o seu período de cheia, quando essa Comissão subiu o Paraguai; buscava encontrar a boca do Jauru, lugar onde deveria fixar o marco de mármore, determinando com ele um dos pontos da fronteira entre os territórios de Portugal e Espanha na América do Sul. Foi nesse trajeto que os expedicionários viram as grandes lagoas, inicialmente a Mandioré, depois a Gaiva e, por fim, a Uberaba, descrevendo-as em seu *Diário*.

¹ Na documentação consultada, a grafia do nome dessa lagoa variava entre Yayba, Gaiva e Gaiba. Atualmente também tem sido a denominada como Guaíba. Aqui a denominaremos de Gaiva.

Em 23 de dezembro anotaram: “[...] Dentro deste braço [referem-se a um dos braços do rio Paraguai] há outra boca que vai a uma lagoa a quem os Práticos do Cuiabá chamam de Mannioré, a qual vimos, e é bem grande, rodeada de Serrania, que entra[,] ao circular a lagoa”. Passado alguns dias, a 25 de dezembro divisam outra grande lagoa, esta mostrava-se “cercada de serrania, à qual chamam os práticos do Cuiabá a Lagoa Yayba, ou de água mala, cuja boca principal é a mais ocidental [...]; em a costa oriental defronte há outra lagoa pequena”. E, no dia seguinte, passaram por “uma boca de lagoa em a parte oriental [...] que chamam os práticos ditos Uberaba”. Ali, conforme observam, “o rio vai sempre estreito, de espaço a espaço[,] em as margens tem bosque[;] sem novidade em as costas [...]”.²

Os viajantes, além de assinalarem a existência dessas lagoas em seu *Diário*, também as levaram ao mapa que mostra a região que percorreram, porém nele não registraram os seus nomes (FIGURA 1).



² As três citações foram extraídas do *Diário da Terceira Partida de Demarcação da América Meridional Anno de 1753*, p. 124-125; 134-135 e 136-137, respectivamente. As descrições são bem mais detalhadas, aqui apenas se apresentam pequenos trechos. Nesta e nas demais citações utilizadas neste artigo as palavras tiveram ortografia atualizada.

Detalhe da *Carta Plana de Grande Parte del rio Paraguay que expresa sus inundaciones anuales hecha por los Demarcadores de Limites Españoles y Lusitanos acordemente y con buenos instrumentos el año de 1753, aumentada y corregida por D. Felix de Azara, 1793.* Museu Naval de Madri.

Obs. A identificação e nomação das lagoas foram feitas pela autora

Ademais, as três lagoas foram detalhadas na *Carta XIV* (Figura 2) do atlas manuscrito produzido por Miguel Ciera (1725? - 1782) como presente ao rei de Portugal, D. José I (CIERA, 1758). Esse astrônomo e matemático, nascido e educado na Itália, participou da Terceira Partida, compondo a equipe portuguesa (COSTA, 2009). Em seu mapa, as lagoas de Mandiore, Gaiva e Uberava aparecem localizadas e nominadas ao longo da região de serranias, onde o rio Paraguai serpenteia; lugar que então devia se tornar linha de fronteira. Além disso, Ciera fixou, à aquarela, a paisagem daquele singular espaço aquático e montanhoso, oferecendo ao rei um completo conhecimento da região (Figura 3).



Miguel Ciera, 1758

Figuras 2: *Carta XIV*, com interferências da autora.

Figura 3. Vistas da paisagem

--

do rio Paraguai

Biblioteca Nacional RJ

Estes documentos – *Diário*, mapas e vistas - legados pela equipe demarcadora luso-castelhana fazem ver que já em meados do século XVIII a

paisagem escondida no interior sul-americano estava devidamente registrada, a partir de levantamentos científicos feitos em primeira mão.

Contudo, com a assinatura do Tratado de *El Pardo* em 1761, e a consequente anulação do acordo anterior, todo o trabalho realizado pelas Partidas de Limites nas terras americanas foi deixado de lado. No caso da região do Pantanal, esta só voltará a ser visitada e descrita três décadas mais tarde, também por questões relacionadas à definição de fronteira. Vejamos.

As descrições da expedição Almeida Serra

Depois que os estados ibéricos assinaram em 1777 o Tratado de Santo Idelfonso, outras equipes luso-castelhanas deveriam visitar o interior sul-americano. Entretanto, por razões várias, a comissão espanhola não pôde encontrar-se com a portuguesa. Em vista disso, o governo metropolitano português aproveitou seus empregados para realizar viagens de reconhecimento.

Nesse sentido foi que no ano de 1785, o governador e capitão general de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739 – 1797), recebeu a ordem de organizar uma expedição para descrever o rio Paraguai. Este trabalho coube ao capitão de engenheiro Ricardo Franco de Almeida (1748 – 1809) e aos astrônomos e matemáticos recém-doutorados pela Universidade de Coimbra, António Pires da Silva Pontes (1750-1805) e Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798). Tratava-se, como bem qualificou, Antônio Pires, de uma “Expedição Astronômica e Geográfica” (SILVA PONTES, 1790).

Essa equipe, munida dos mais modernos instrumentos de medição e exaço geográficas, percorreu a região em 1786 com o objetivo de realizar “miúdas indagações, e configuração do rio Paraguai”, com especial atenção aos “pantanosos terrenos, e às grandes lagoas que se encontram naquelas indizíveis paragens pouco menos do que limítrofes”, como rezam as instruções que lhes foram passadas (AHU – MATO GROSSO, cx 22, doc 39, 38).

Esperava-se que Ricardo Franco e seus companheiros levantassem “a verdadeira figura, ou posição do dito grande rio [o Paraguai] com todas as suas grandes, e famigeradas baías, lagos, junções de outros rios menores, Ilhas, ou outras quaisquer circunstâncias que pareçam dignas de se notarem”, conforme se lê no citado documento guardado no Arquivo Histórico Ultramarino.

Cabe observar que a palavra famigerada, à época, tinha o sentido de famosa, afamada (BLUTEAU,1712-1728). A região montanhosa entrecortada por ilhas, baías e lagoas, era um lugar “famigerado” sobre o qual vinham-se acumulando muitas dúvidas. Os que por ali transitavam descreviam uma geografia repleta de rios misteriosos, lagoas sem fim, paisagens evanescentes. Estas, de fato, se transfiguravam de estação a estação, de acordo com a sazonalidade das águas. Tais incertezas preocupavam o estado lusitano, pois tratava-se de um lugar situado na região que estava sendo definida como linha de fronteira. Foi procurando dissipar essas dúvidas que a equipe liderada por Ricardo Franco foi mandada ao Pantanal.

Entre os meses de maio e junho - vale dizer, no final da vazante, quando ambas as margens do rio Paraguai ainda se encontravam alagadas -, a caravana fez o percurso inverso ao da Comissão de Limites de 1754. A equipe de Ricardo Franco navegou rio abaixo, desde a boca do rio Jauru até o último reduto português já na fronteira com o Paraguai.

Foi em meio a essa paisagem molhada que os viajantes divisaram uma serra ilhada, que, por isso, lhe deram o nome de “Ínsua” e onde, finalmente, se depararam com as afamadas lagoas; primeiramente com a Uberava e a Gaiva, depois com a Mandioré. De acordo com essa expedição, a serra de Ínsua se encosta no rio Paraguai pela face de leste, sendo que do lado oposto tem um largo e fundo canal de muita água. Esse canal servia de ligação para as águas da Gaiva a da Uberaba, sendo que a sua ponta sul forma a boca da lagoa Gaiva, e a parte norte, tem início na lagoa Uberava. Esta, conforme os mesmos informantes, tinha uma forma “quase circular com três léguas de diâmetros”, toda “de água limpa com muito fundo, e cercada de arrozais e extensos campos; tudo alagado pelo transbordamento da cheia do Paraguai” (SERRA, PONTES e ALMEIDA, 1787, p. 5).

Já a outra lagoa, a Gaiva, teria a boca ao poente e “o seu fundo, no tempo seco, era de um terreno alto”. Os viajantes informam, também, que no lado montanhoso da Gaiva há “um furo, que a corta, e vai buscar outra vez a sua boca, entrando junto a ela a boca inferior, que vem da Uberava”. Calcularam que de norte a sul, essa lagoa teria 8 léguas de circuito, e duas e meia de comprimento e légua e meia de largura. (SERRA, PONTES e ALMEIDA, 1787, p. 7). A equipe de Ricardo Franco, assinala, ainda, a existência de outra

lagoa, um pouco menor, localizada junto à Gaiba, que dão o nome de Gaivamirim. Esta se encontrava cercada de “ásperos montes”.

Quanto à Mandioré, a localizam mais abaixo, nas proximidades da Serra dos Dourados. Essa lagoa, conforme os mesmos expedicionários, tem a figura semelhante a planta do pé do homem e o seu comprimento é de cinco léguas de norte a sul, com uma largura de uma légua e meia. (SERRA, PONTES e ALMEIDA, 1787, p. 8)

Para dar a dimensão visual desse lugar tão complexo e complementar os dados expostos na narrativa escrita, a equipe levantou uma detalhada vista topográfica. Fazendo uso dos instrumentos que levavam, o capitão de engenheiros Almeida Serra e os astrônomos, seus companheiros, conseguiram reduzir o lugar a dimensão humana³, representando-o de maneira que as grandes lagoas e a rede de montanhas ficam completamente abarcadas numa única vista (Figura 4).

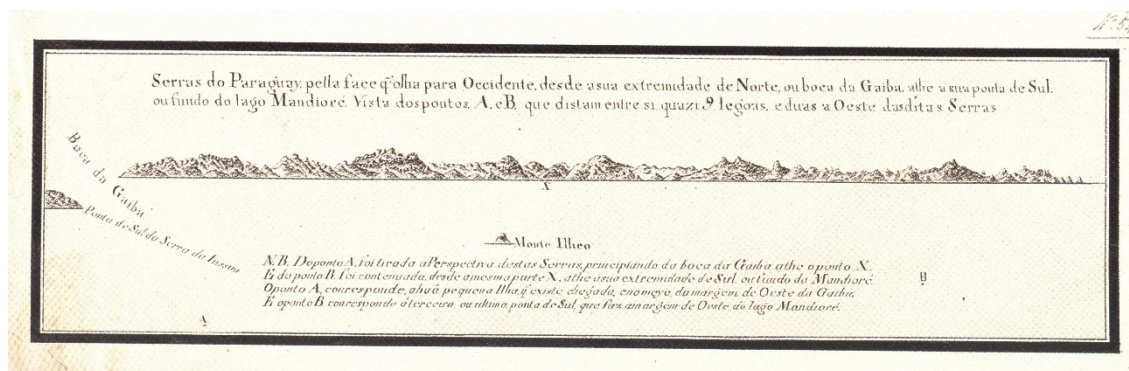


Figura 4.

Ricardo Franco de Almeida Serra, ca. 1787.

Serras do Paraguay, pella face que olha para Occidente, desde a sua extremidade de Norte, ou boca da Gaiba, athe á sua ponta do Sul, ou fundo do lago Mandioré, : Vista dos pontos A, e B, que distam entre si quazi nove legoas, e duas a Oeste das ditas Serras.

Casa de Ínsua.

³ Aludo-se aqui a observação feita por Fernando Bauza: “[...] el mapa humaniza el territorio, primero, porque lo reduce a escala humana y, en segundo lugar, porque convierte el espacio que figuradamente representa en una dimensión que deja de ser una entelequia para convertirse en una superficie sobre la que es posible razonar y actuar. En este sentido, el mapa ha sido un signo de la modernización del pensamiento humano y un medio de la definitiva configuración política y económica de nuestras sociedades” (BAUZA, 1995, p. 15).

Complementando a documentação visual, elaboram também a *Carta Topográfica de parte do rio Paraguai, que compreende os três lagos Uberava, Gaiba e Mandioré* (Figura 5).

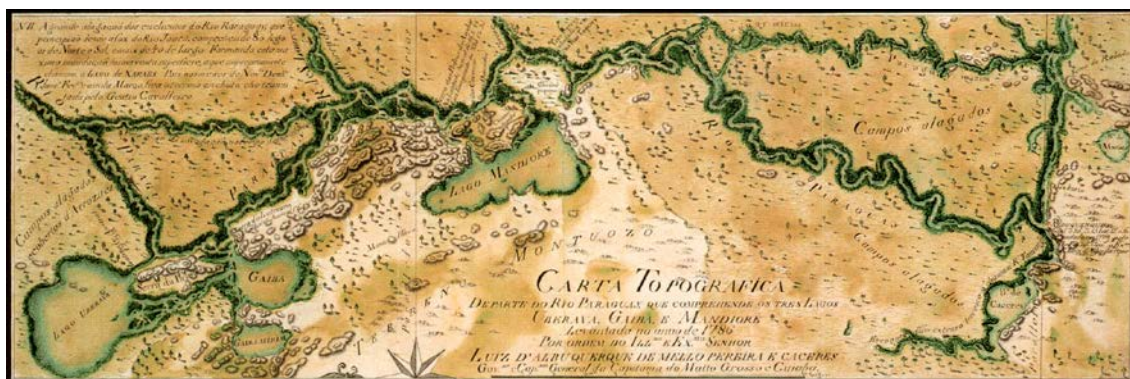


Figura 5.
SERRA, PONTES E ALMEIDA, 1786.
Carta Topográfica de parte do rio Paraguai, que compreende os três lagos Uberava, Gaiba e Mandioré.
Casa de Insua - Portugal

Desenhada em formato horizontal e orientada em sentido leste – oeste, esta carta, como se de uma vista aérea se tratasse, mostra um amplo trecho do Paraguai. Nela vemos, ao centro, a lagoa de Mandioré e, à esquerda, as demais lagoas, inclusive a Gaiba Mirim. Mostra, também o canal que une as águas da Uberava com a da Gaiba e, à direita, os “Campos Alagados” que então se transformavam em Pantanal⁴.

Este valioso material – como também o que foi gestado pela Comissão de Limites de 1754 -, entretanto, por questão de sigilo, não foi levado a público nem durante a colônia nem nos primeiros anos do Império, e o conhecimento que essas viagens geraram permaneceu inédito e seu acesso restrito a funcionários do governo luso e depois brasileiro.

E Francis de Castelnau

Passado quase um século, a região pantaneira volta a ser descrita por outra expedição geográfica, desta feita pela caravana francesa liderada pelo conde-viajante Francis de Castelnau (1810 – 1880), que entre os anos de 1843 – 1847, percorria o interior sul-americano (COSTA, 2013). O propósito principal

⁴ Sobre a da invenção do Pantanal, consultar COSTA, 1999.

dessa caravana científica, como está explicitado nos documentos da expedição e tal como o próprio Castelnau declarou à imprensa ao chegar a Lima em janeiro de 1846, era “fazer descobertas geográficas e procurar novos produtos para o comercio” (CASTELNAU, 1846, p. 1).

Movida, então, por esses interesses foi que a equipe francesa visitou o Pantanal. Ali chegou nos últimos dias de abril, vale dizer, no final da vazante, tendo encontrando uma paisagem muito próxima à que os astrônomos luso-brasileiros viram no final do século anterior. Castelnau, porém, navegava a contracorrente, subindo as águas do Paraguai.

Na obra que publicou nos anos de 1850, o conde-viajante descreve a sua viagem tanto em texto como em mapa. Porém, quando ainda estava em trânsito, enviou de Lima ao Ministro da Instrução Pública do Império brasileiro, um Relatório, dando conta da rota que sua expedição havia realizado da província brasileira de Mato Grosso até a antiga Cidade dos Reis. E, como costumava fazer, mandou cópia do Relatório também para a imprensa que, ávida por notícias, logo o publicou. Entre nós, esse documento circulou nas páginas do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Ali, ao tratar da sua viagem pelo rio Paraguai, o viajante comenta:

A Gaiva é uma verdadeira baía: corre por entre altas montanhas formadas de enormes rochedos cobertos de densos bosques, nos quais há muitos cactos. O lago na sua entrada, forma uma garganta de um quarto de légua pouco mais ou menos de largura, e detrás das palmeiras que bordam as suas margens levantam-se de toda a parte altas montanhas: as praias são de areia branca. Para o fundo alarga muito a baía; a sua direção geral é para sudeste: o seu comprimento será de duas léguas de largura. No centro é muito profunda: nas margens são verdes as suas águas, o que parece efeito de matérias vegetais. (CASTELNAU, 1846, p. 1)

O viajante explica que se tratava de uma região labiríntica, na qual só conseguiu navegar com a ajuda que recebeu dos índios Guató. Conta, ademais, que deu a volta na Gaiva por “um braço de rio” que, conforme os índios lhe disseram, se comunicava com a lagoa Uberaba. E afirma: “Este rio não era conhecido dos geógrafos; proponho, então, que se lhe dê o nome de rio *Pedro II*, em honra de S.M.I.” (CASTELNAU, 1846, p. 1)

Já sobre a Uberaba, confessa: “nada pode descrever a magnificência do país que se descortinou a nossos olhos” (CASTELNAU, 1846, p. 1).

Pelo que se depreende do citado Relatório, Castelnau parecia estar fascinado. Mas parte do seu encantamento se devia ao fato de ele acreditar que havia feito um grande achado geográfico, pois, como informa: “os melhores mapas, tais como o de Arrosmith e de Brué, não indicam menos de quatro e de cinco rios imaginários nessa região”. Em vista disso, o viajante considerou que era o primeiro a explorar cientificamente aquelas grandes lagoas, pois, conforme afirma: “tratava-se de um lugar que nunca tinha sido visitado por europeus” (CASTELNAU, 1846, p. 1). Portanto, as suas notícias e, certamente, o mapa que elaboraria mostrariam ao Mundo esse fascinante lugar.

Porém, seus comentários foram lidos por Zeferino Pimentel Moreira Freire (1806 – 1865), militar e político brasileiro que nos anos de 1843 – 1844, havia governado a província de Mato Grosso. Moreira Freire ficou indignado com aquelas afirmações e, imediatamente, escreveu para o mesmo *Jornal do Commercio* refutando as palavras do ilustre viajante. Em sua nota o militar deixa evidente que tanto as lagoas Gaiva e Uberaba, como o rio que serve de canal de ligação entre as duas, já haviam sido descritos em texto e mapa no final do Setecentos pela expedição científica liderada por Ricardo Franco, e que a equipe portuguesa não lhe dera um nome “por não ser [este rio] mais do que a comunicação das duas lagoas, cuja configuração vem bem escrita em uma carta que possuímos”. Informa também que os diários dessa expedição astronômica e geográfica podiam ser consultados nos arquivos de Cuiabá; e conta, ademais, que havia se encontrado com Castelnau “num pouso no sertão de Goiás a Cuiabá”, e que, ao saber que o conde pretendia ir ao baixo Paraguai, lhe advertiu que “só nos podia interessar algumas descobertas no ramo de história natural, porque, conhecimentos geográficos de nossa fronteira tínhamos bastante, e haviam muito bons escritos a este respeito” (MOREIRA FREIRE, 1846, p. 3).

Essas observações rapidamente chegaram ao ouvido do viajante, de maneira que, ao descrever o Pantanal em sua narrativa, Castelnau já não se arvorou o papel de descobridor do rio nem das baias, dizendo num tom quase rancoroso:

Dão os selvagens a este curso d'agua o nome de Jequié. Como não o encontrássemos mencionado em nenhuma carta geográfica, felicitei-me por achar uma oportunidade para testemunhar meu reconhecimento a Sua Majestade o Imperador do Brasil, dando-lhe o nome de rio Pedro II. Estava longe de imaginar que essa homenagem tão natural viesse a motivar críticas amargas da parte de um coronel brasileiro, através do Jornal do Comercio, do Rio de Janeiro. Nesta folha, declara o referido oficial que o curso d' agua de que tratamos se acha indicado num manuscrito existente nos arquivos de Cuiabá. (CASTELNAU,1851, Tomo III, p. 18)

E, encerrando o seu comentário, o conde-viajante destila essa venal ironia: “o autor do artigo estava todavia no dever de saber que só os fatos publicados se têm como adquiridos pela ciência” (CASTELNAU, 1851, tomo III, p. 18).

Contudo, ao preparar a *Carte de la Province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie*, que publicou em 1854, nas páginas da sua *Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud* , Castelnau apenas mostrou algumas dessas lagoas (Figura 6)⁵.

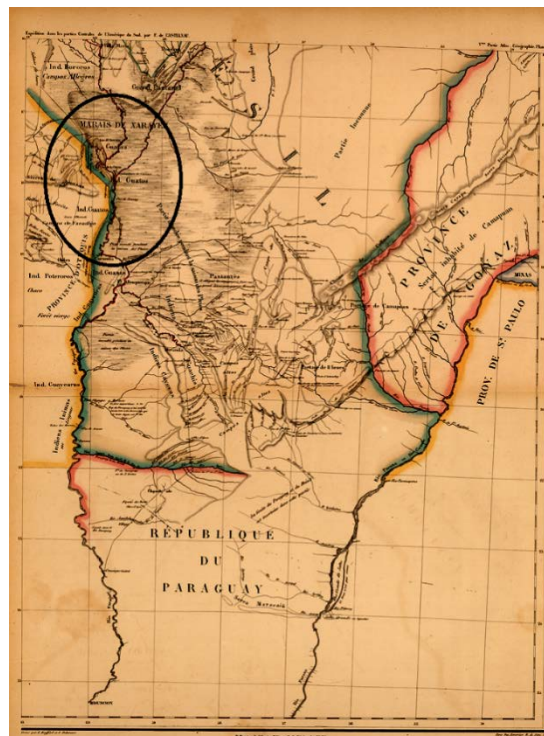


Figura 6
Francis de Castelnau, 1854.

⁵ Este mapa foi publicado em quatro partes que aparecem nas pranchas 5, 6, 7 e 8 da *Géographie* (1854). O trecho que nos interessa aparece na prancha de número 8, mostrada aqui na Figura 8.

Carte de la province de Matto Grosso et d'une partie de la Bolivie, com interferência da autora.
Fonte: *Géographie...*, Prancha 08.

Comparando-se esse mapa com a *Carta Topografica* que expedicionários luso-brasileiros elaboraram em 1786, não é difícil perceber que o desenho publicado pelo francês é bem menos preciso e carece de uma série de importantes informações. No mapa de Castelnau não estão, por exemplo, as lagoas Mandioré e Gaiva mirim - que também não são citadas no texto da sua narrativa – nem tampouco o rio-canal ao qual havia dado o nome de Pedro II.



Figuras 7 e 8.

À esquerda detalhe da *Carte de la Province de Matto Grosso*, publicada por Castelnau em 1854, à direita, detalhe da *Carta Topografica* produzida por Serra, Pontes e Almeida em 1786, mostradas integralmente nas figuras 6 e 5, respectivamente.

Finalizando, cabe observar que, apesar das falhas, o mapa publicado por Castelnau em 1854 foi um dos primeiros com base científica a dar conhecimento da região pantaneira. E, embora não esteja nesse mapa, o rio que liga as águas das lagoas de Gaiva e Uberava hoje tem o nome de Pedro II, tal como o expedicionário francês Ihe deu em 1846, no Relatório que enviou ao ministro brasileiro.

Referências:

Manuscrita

AHU-MATO GROSSO, cx. 22, doc. 39, 38. Ofício do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro em que dá conhecimento da ordem com que instruiu o capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e os dois astrónomos sobre o

modo com que deverão conduzir-se na diligência que se acham a posto de ir executar sobre o rio Paraguai e mais rios.

CIERA, Miguel. *Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paranà et Paraguay exactissime nunc primum describuntur, facto inito a nova Colonia ad ostium usque fluminis iauru ubi, ex pactis finuim regundorum, Terminus de mármore positus, terrarumque insigniores Prospectus, et quorundam animalium forme suis quaelibet aptae delineantur. Opera, ac Studio Michaelis Ciera R. F. geographi.* 1758. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. CAM. 02, 001. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart90559/cart90559.htm

DIÁRIO DA TERCEIRA PARTIDA DA AMÉRICA MERIDIONAL – Anno 1753. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Manuscritos 1403603.

SERRA, Ricardo Franco, PONTES, Antonio Pires da Silva e ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diário resumido sobre a configuração do rio Paraguai desde o marco e foz do rio Jaurú até abaixo do presídio de Nova Coimbra, e de outros lugares notáveis, como a configuração das famigeradas lagoas Uberaba, Gaíba e Mandiorém, 1797.* Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Manuscrito 07,4,009.

SILVA PONTES. *Memória físico-geográfica acompanhada de um plano das lagoas Gayva, Uberava e Mandiorem que oferece ao Snr. Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista a serviço de sua majestade, por seu condiscípulo e criado obrigadíssimo Dr. Pontes.* 1790. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Manuscritos 21,1,020.

Impressa:

BAUZA, Fernando, “Introducción”, en FUNDACIÓN CARLOS AMBERES (ed.). *De Mercator a Blaeu.* Fundacion Carlos Amberes, 1995, pp. 11-17.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico.* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

CASTELNAU, Francis de. *Histoire du voyage.* Paris : Chez P. Bertrabd, Libraire éditeur, Tomo III, 1851.

CASTELNAU, Francis de. *Géographie des parties centrales de l'Amérique du Sud.* Paris: Libraire P. Bertrand, 1854.

CASTELNAU, Francis de. Relatório dirigido ao Sr. Ministro da Instrução Pública pelo Conde de Castelnau, encarregado da uma missão na América Meridional. *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* (10 set. 1846).

COSTA, Maria de Fátima, “A paisagem do Brasil representada por Francis de Castelnau”, em Naxara y Camilotti (organizadores). *Conceitos e Linguagens. Construções Identitárias*. São Paulo: Intermeios; 2013, p. 71-96.

COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.17. n.2. p. 189-214. jul.- dez. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200010

MOREIRA FREIRE, Zeferino Pimentel. Confutação da existência do novo rio Pedro II, apresentado pelo Sr. Conde de Castelnau em seu Relatório. *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, XXI, 269 (28 set. 1846).

**Sessão: História da Cartografia / Geodésica; Cartografia
Histórica e Geotecnologias**

A Reforma Cartográfica de Delisle e seu impacto na Cartografia da América do Sul e do Brasil

Rafael Henrique de Oliveira – rafa.oliveira@usp.br
Jorge Pimentel Cintra – jpcintra@usp.br
Flávio Guilherme Vaz de Almeida Filho – flaviovaz@usp.br
Escola Politécnica da USP

Resumo

Como se sabe, Delisle promoveu a reforma da cartografia mundial, em 1720, através da publicação de um mapa bem mais preciso que os anteriores. Para tanto, contou com longitudes determinadas por métodos científicos, isto é, resolução de triângulos esféricos e coordenadas determinadas por métodos astronômicos. O presente trabalho analisa a reforma de Delisle com foco na representação cartográfica da América do Sul, do Brasil e da Amazônia. A partir de sua *Dissertação*, realizou-se uma avaliação cartográfico-matemática da qualidade das observações de campo utilizadas para a região, e seu impacto na melhoria da cartografia, através da comparação de coordenadas de uma série de localidades. Também se identifica, através da comparação visual e análise matemática, a evolução do desenho do rio Amazonas com relação a cartas notáveis antecedentes. Discute-se também o uso dos resultados, por parte de Delisle, para denunciar a invasão portuguesa, além de Tordesilhas, de terras espanholas e francesas, e o impacto desse ato na renovação dos estudos cartográficos portugueses.

Palavras-chave: Guillaume Delisle, reforma da cartografia, cartografia da Amazônia, cartografia da América do Sul.

Abstract

It is known that Delisle has promoted the reform of global cartography, in 1720, by publishing a world map much more accurate than the previous ones. For this purpose, he used longitudes calculated by scientific methods, namely the resolution of spherical triangles and astronomic methods. This paper aims to analyse Delisle's reform focusing on South America, Brazil and Amazon. From his *Dissertation*, this work assesses the quality of data used for this region and its impact on improving the cartography by comparing coordinates from a series of localities. It is also possible, by visual comparison and mathematical analysis, to identify the evolution of the representation of Amazon River with regard to remarkable previous maps. This paper also aims to discuss the use of the results of Delisle's reform by himself to report Portuguese invasions of Spanish and French lands beyond Tordesillas and the impact of this work on Portuguese cartography.

Keywords: Guillaume Delisle, reform of cartography, Amazonian cartography, South-american cartography.

Introdução

O cartógrafo francês Guillaume Delisle foi o primeiro a usar, em larga escala, os resultados derivados da medição precisa das longitudes, método criado por seu mestre, o astrônomo italiano Giovanni Domenico Cassini. A técnica de medição das longitudes baseava-se nas previsões das ocultações dos satélites de

Júpiter (as tábuas de efemérides) para a cidade de Paris e publicadas por Cassini em 1668 (MORAES, 1984, p. 24). A partir do registro do momento de observação de uma ocultação em um ponto da Terra, tornava possível calcular sua diferença horária em relação à origem estabelecida na capital francesa. Este fato, somado ao aperfeiçoamento do telescópio, fez com que as medições de diferenças de longitude passassem a ser realizadas ao redor do globo de forma mais prática. Grande número de observações astronômicas foi produto de campanha levada a cabo pela Real Academia de Ciências de Paris, sob a supervisão de Cassini.

O trabalho desse cartógrafo foi a triagem e sistematização dos dados astronômicos provenientes de todo o globo, para seu emprego em um novo mapa-múndi. Seu esforço culminou na exposição de sua dissertação, intitulada *Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre*, à Academia de Ciências no ano de 1720. Nessa dissertação estão indicadas as observações astronômicas e as medições colhidas de diversas fontes, sendo corrigidos erros recorrentes na cartografia de sua época. O método matemático de integração dos diferentes dados, baseado na resolução de triângulos esféricos, seriarevelada de forma apenas parcial em publicação póstuma de Delisle (1746).

Os resultados deste trabalho pioneiro foram sintetizados por ele na carta *Mappe Monde à l'usage du Roy* (1720, Figura 1), que havia sido encomendada pela corte francesa. Outra síntese é a *Carte d'Amerique* (1722, Figura 2). Devido à maior escala, esse segundo mapa possibilita melhor análise da geografia amazônica e da representação da América do Sul, escopo proposto no presente artigo.

O posicionamento da América e as questões diplomáticas

A partir do recorte proposto pela pesquisa, restringindo a análise da reforma de Delisle ao continente sul-americano e à região amazônica, a Tabela 1 lista os pontos do continente citados na *Dissertação* como possuindo coordenadas "precisamente observadas", ainda que seus valores não sejam explicitados no texto.

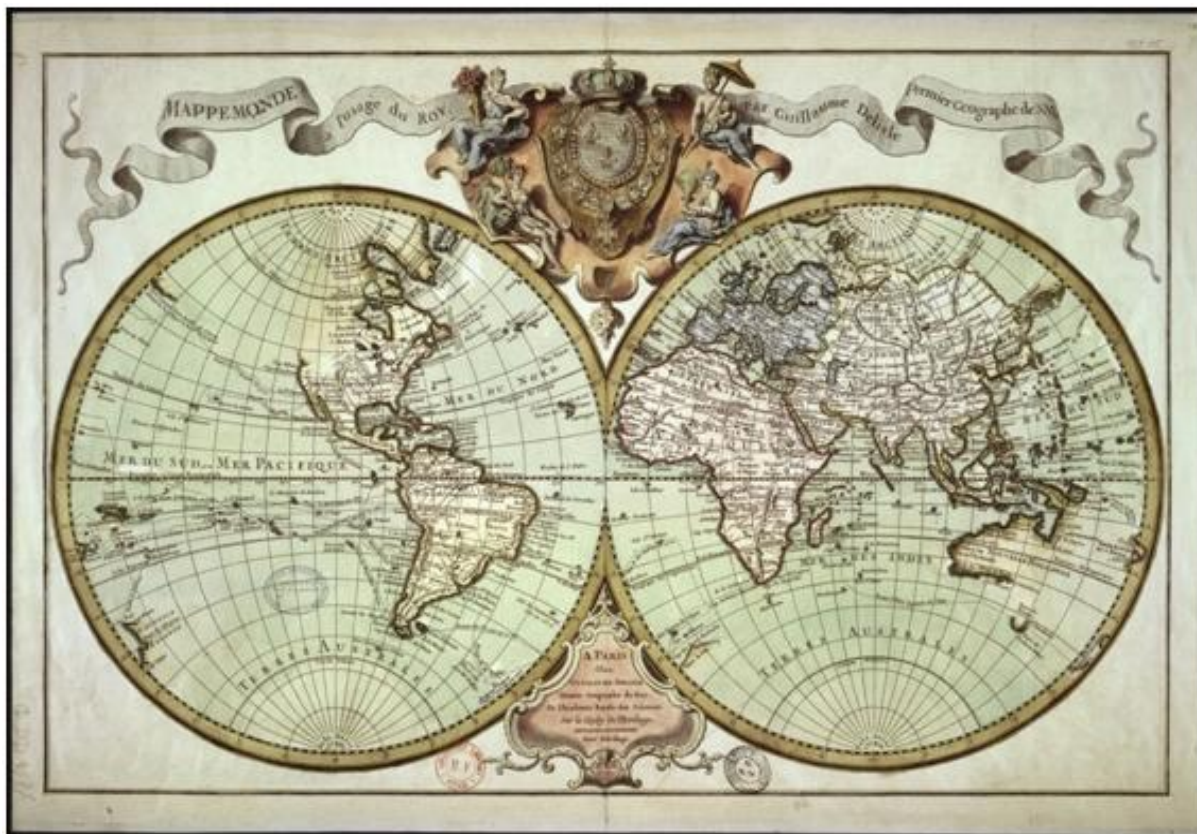


Figura 1 - *Mappemonde à l'usage du Roy* (1720), de Guillaume Delisle. Fonte: BNF (2016).

Tabela 1 - Dados da *Dissertação para a América Meridional*

Nome Atual	Longitude (Ilha do Ferro)	Latitude	Fonte das coordenadas
Martinica	-	-	Observações do Pe. Feuillé, 1704-5
Cartagena	-	-	Observações do Pe. Feuillé, 1704-5
Porto Belo	-	-	Observações do Pe. Feuillé, 1704-5
Ilha de Antônio Vaz (Recife)	343,67	-	Observações de Marcgraf, 1638
Forte dos Reis Magos			Observação de Macrgraf, 1642
Cabo de Santa Maria	-	-	Roteiros e memórias de navegação
Caiena	324,50	-	Observações da Academia Francesa
Estreito de Magalhães	-	-	Observações da Academia Francesa

Fonte: elaborado a partir de Delisle (1720).

As observações de Georges Marcgraf referem-se a dois eclipses lunares. As observações realizadas por Pe. Feuillé na América do Sul e no Caribe não estão datadas na *Dissertação*, mas foram medidas em 1704 e 1705 segundo o historiador

espanhol Tello (1809). As observações da Academia, também não datadas, mas devem ter ocorrido na primeira década do setecentos.

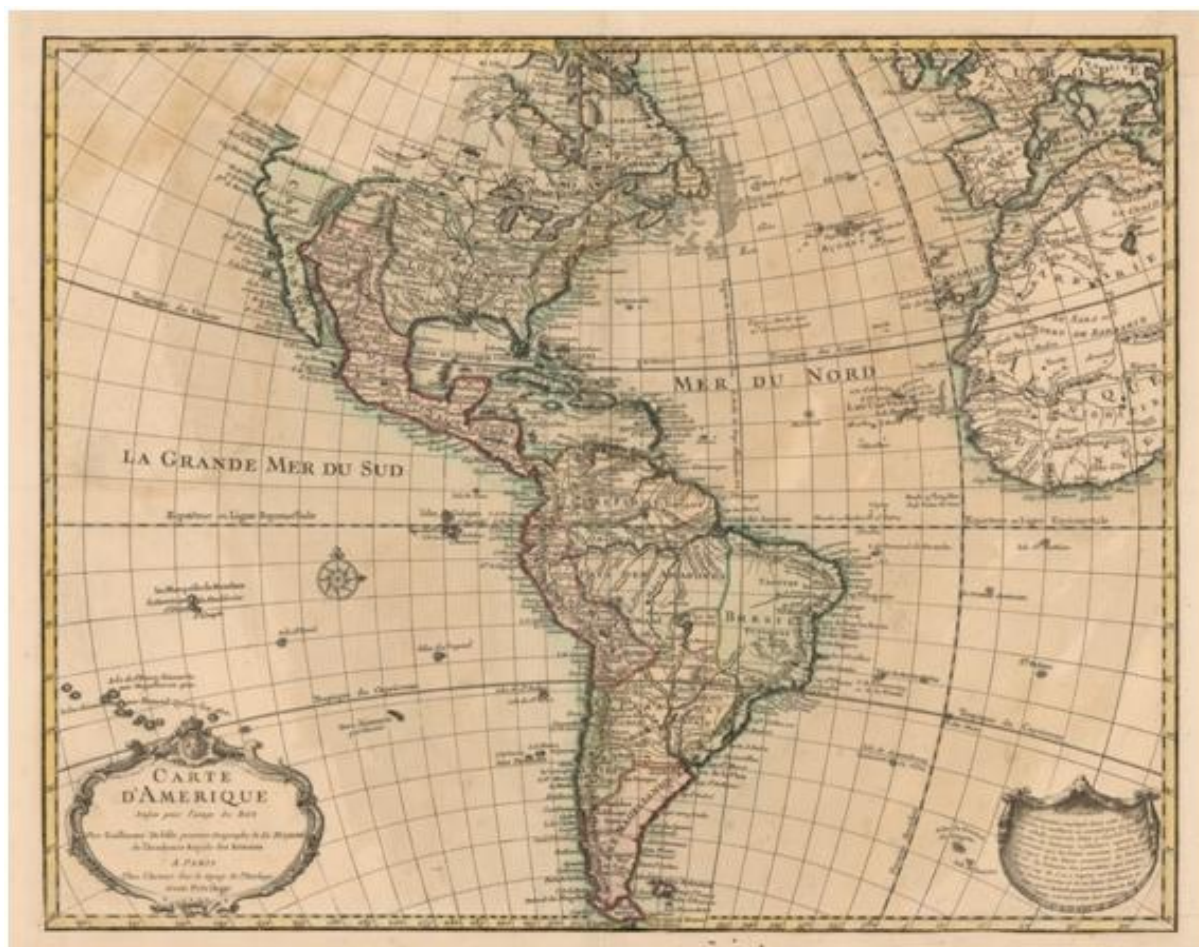


Figura 2 - *Carte D'Amérique dressée pour l'usage du Roy* (1722), de Guillaume Delisle. Fonte: HJB MAPS (2016).

Com as observações realizadas pela Academia Francesa nas ilhas de Cabo Verde, o cartógrafo pôde determinar com precisão a posição do meridiano de Tordesilhas. Esse meridiano, segundo estabelecido por Delisle, estaria situado na longitude 330° (Figura 3). A partir desse fato, o cartógrafo afirma que o Cabo do Norte, limite da ocupação meridional portuguesa, estaria a $3^{\circ}20'$ a Oeste da Linha de Tordesilhas. Com o resultado, Delisle questionou explicitamente a ocupação por parte da Coroa Portuguesa da região da foz do Amazonas, invadindo terras da Coroa Espanhola e também terras da França já que esta tinha pretensões de estender os domínios da Guiana para leste, pelo menos até o cabo do Norte. Também estabelece que o cabo de Santa Maria, extremo sul da possessão

portuguesa, estaria aproximadamente 4ª oeste de Tordesilhas, levantando mais um questionamento diplomático em relação à partilha das terras do novo continente.

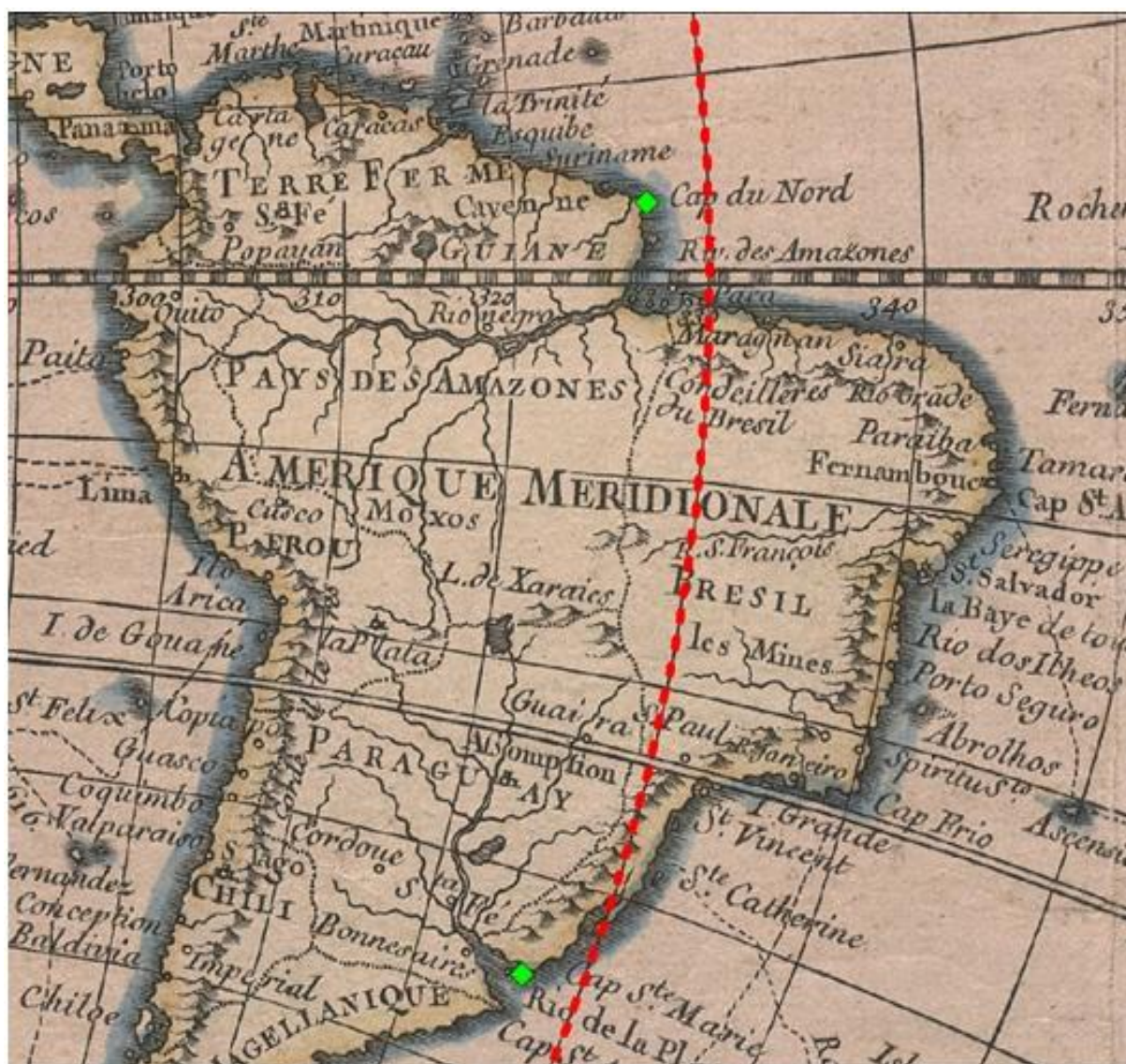


Figura 3 – Posicionamento do Meridiano de Tordesilhas, em vermelho, e os pontos extremos do território brasileiro, em verde. Fonte: adaptado de BNF (2016).

Ainda outra questão diplomática foi levantada por Delisle. As ilhas Molucas, no sudeste asiático, estariam em território por direito português, isto é, 7º a Oeste da Linha Demarcatória definida pelo Tratado de Saragoça, continuação do de Tordesilhas. Essa informação contraria a longitude apresentadas nas cartas comuns, que as colocavam 14º a Leste da linha. Delisle não afirma, mas Portugal havia pago uma enorme soma a Castela por este território. Por outro lado, sua *Dissertação* não menciona o Tratado de Utrecht, que estabelecia como portugueses

a Colônia do Sacramento e o Oiapoque, e ratificava os direitos dessa Coroa ao Amazonas, refreando interesses da França nesta região (CORTESÃO, 2006, 1, p. 21).

Desta forma, o texto do grande cartógrafo francês mostra um claro conhecimento de seu papel enquanto Primeiro Geógrafo da Corte Francesa e do uso geopolítico das informações cartográficas, reconhecendo que a cartografia é uma forma de “conhecimento e poder” (HARLEY, 2005, p. 10). Um dos papéis da *Dissertação* seria estabelecer um embasamento científico que possibilitasse questionamentos políticos, e, portanto, com ares de imparcialidade. Ao apresentar tais questões como meras peças integrantes de um amplo esforço de reformulação global da cartografia, tais correções ganham uma credibilidade que não teriam se fossem apresentadas separadamente.

Ainda que o conhecimento de desvios cartográficos na América meridional não esteja explícito em obras anteriores de Delisle, é possível inferir que o cartógrafo francês já possuía conhecimento, décadas antes, da grandeza de tais diferenças: efetivamente, sua *Carte de La Terre Ferme* (1703), corrige o posicionamento do cabo de Santo Agostinho e tem como origem mais provável uma das ilhas de Cabo Verde, com referência de forma direta ao meridiano de Tordesilhas. Embora a *Dissertação* tenha sido lida perante a Academia em novembro de 1720, muitos dos dados listados, de diversos autores e de diversas épocas, já estavam disponíveis para uso no mapa de 1703. Em outras palavras, Delisle esperou o momento oportuno para publicá-los.

Análise morfológica do continente sul-americano e do Rio Amazonas

A análise visual das cartas de Delisle com cartas anteriores revela uma América Meridional de extensão menor e mais próxima da forma real.

Outra mudança refere-se ao traçado do Rio Amazonas que melhora um protótipo desse cartógrafo nas cartas do Amazonas do Conde de Pagan e de Nicolas Sanson (CINTRA e OLIVEIRA, 2013). Esse novo modelo assemelha-se muito àquele apresentado por Samuel Fritz em *El Gran Rio Marañon* (1707), indicando que Delisle utilizou esse mapa em sua reformulação cartográfica. Entre as principais características na representação do Rio Amazonas estão (Figura 4):

a) o curso principal segue o curso do Rio Marañon, desfazendo a confusão com o Napo, afluente desse. O modelo baseado em Pagan assinalava o rio Napo como sendo o curso principal, enquanto que a carta do Pe. Fritz é a primeira obra a corrigir essa informação (CINTRA, 2011);

b) a chamada “Ilha dos Tupinambás” é representada com menores dimensões, na foz do Madeira;

c) a foz do Amazonas apresenta traçado mais horizontal;

d) a costa entre Cabo do Norte e Cabo Orange é mais vertical.



Figura 4 – Diferenças entre *L'Amerique Meridionale* (acima, de 1703, seguindo modelo de Sanson e Pagan) e *Mappemonde* (abaixo, de 1720, baseado em carta de Fritz). Fonte: elaborado a partir de BN (2014) e BNF (2016).

Análises cartográfico-matemáticas

A carta *Mappe Monde à l'usage du Roy* (1720) é uma carta científica, com meridiano de origem na Ilha do Ferro conforme indicado na *Dissertação*. A projeção

cartográfica empregada é a Estereográfica Equatorial, como se deduz aplicando as regras de Gaspar (2005). De posse dessas informações, passa-se ao cálculo da precisão e exatidão desse mapa de Delisle segundo metodologia apresentada por Cintra (2010). Através de ferramentas de cartografia digital, foram obtidas as coordenadas de 27 localidades no continente, incluindo aquelas citadas por Delisle como associadas a observações astronômicas. Através da comparação dessas coordenadas com as obtidas em um mapa atual mais preciso, foram calculadas as discrepâncias em latitude e longitude, bem como a média e o desvio padrão.

A média das discrepâncias em latitude ($-0,09^\circ$) e o desvio padrão correspondente ($0,53^\circ$) mostram respectivamente um erro sistemático muito reduzido e uma precisão pouco melhor que a apresentada anteriormente por Delisle na mesma coordenada. Ainda assim, esse valor é um pouco pior do que o apresentado por cartas específicas do Amazonas, como as do Conde de Pagan e de Samuel Fritz (Cintra, 2011), e pior que a precisão instrumental da época; no entanto, Delisle não fez medições, mas compôs seu mapa a partir de observações de outros, sendo alguns menos precisos. No entanto, comparando o resultado em latitude com o obtido em obra anterior de Delisle (1700, com erro médio de $0,35^\circ$ e desvio-padrão de $0,80^\circ$ para os mesmos pontos), verifica-se aumento na qualidade cartográfica.

Entretanto, uma grande melhoria dessa carta encontra-se nos resultados referentes à longitude, que apresentou pequeno erro sistemático ($0,23^\circ$) e uma precisão relativamente elevada, com desvio padrão das diferenças em longitude de $1,14^\circ$, resultado de precisão melhor que a obtida pelo Conde de Pagan (desvio-padrão de 2°), e similar ao obtido pelo padre Fritz (desvio-padrão de 1°). Essa precisão não foi superada por outras cartas desse período, como as de Bourguignon D'Anville e La Condamine, que apresentam desvio padrão das diferenças em longitude um pouco superior a 1° (CINTRA, 2011).

Mas a grande contribuição, com impacto em todo o mapa, é o correto posicionamento absoluto da América com relação à Europa e a extensão longitudinal da América do Sul ($47,7^\circ$), resultado mais acurado até então, com um excesso de apenas $1,2^\circ$, e que só seria superada bem mais tarde. Isso acontece por ter contato com longitudes astronômicas de pontos extremos: Recife e Cartagena. A distância longitudinal Quito-Belém resulta em $29,3^\circ$, só $0,7^\circ$ superior ao valor atual.

Ou seja, ainda que possua erros pontuais na composição da forma do continente (por exemplo, a inclinação da costa entre o Cabo do Norte e o Cabo Orange), começa a sedimentar as informações relativas às dimensões desse continente. Foi a carta que melhor posicionou, em termos absolutos, a América do Sul, permitindo, portanto, uma avaliação consistente do afastamento da costa brasileira e da linha de Tordesilhas com relação às Ilhas de Cabo Verde. Segundo seus cálculos, a diferença de longitude, mais especificamente, entre a ilha Santo Antão e o cabo de Santo Agostinho, era de 8°40'. A diferença real é cerca de 9°20' (erro de 40', para menos). As cartas portuguesas estabeleciam para essa diferença o valor de 3° e até 2°, camuflando a verdadeira posição da linha de Tordesilhas (CORTESÃO, 1963, 2, p. 165).

Conclusões

A partir da análise da cartografia reformada de Delisle, é possível inferir que o grande cartógrafo francês realizou uma efetiva melhora da representação do continente sul americano, revelando desvios da cartografia corrente de forma correta e apontando, com fundamento, questionamentos diplomáticos. A grande qualidade da obra de Delisle acaba por gerar uma resposta cartográfica da coroa portuguesa à sua Dissertação de 1720, materializada na missão dos padres matemáticos ao Brasil e na elaboração de uma série de produtos cartográficos e dados de coordenadas astronômicas que pudessem apoiar as negociações do Tratado de Madri e que se concretizariam no Mapa das Cortes e na cartografia de Bourguignon D'Anville: uma verdadeira renovação dos estudos cartográficos.

Referências bibliográficas

BNF. *Bibliothèque Nationale de France - Catalogue Général de la BnF*. <<http://catalogue.bnf.fr>>. Último acesso: 24 ago. 2016.

BN. *Acervo Digital da Biblioteca Nacional*. <<http://bndigital.bn.br/acervodigital/>>. Último acesso: 30 jun. 2014.

CINTRA, J. P. A cartografia digital como ferramenta para a Cartografia histórica. In: III Simpósio Iberoamericano de Cartografia Histórica, 2010, São Paulo. *Anais do III Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH USP, 2010. v.1. p.1 – 15

CINTRA, J. P. Bourguignon D ' Anville : eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 273-316 - 2011, p. 273–316.

CINTRA, J. P.; OLIVEIRA, R. H. de. Nicolas Sanson and his map: the course of the Amazon River. *Acta Amazonica*, v. 44, n. 3, p. 353–366, 2014.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1963.2 tomos.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Tomos I e II. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

DELISLE, Guillaume. Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre. In: ACADÉMIE ROYALE DES SCIENCES. *Histoire de l'Academie Royale des Sciences*. Paris: 1720. p.365-684. Disponível em <<http://books.google.com>>.

DELISLE, Guillaume. *Introduction à La Geographie avec um traité de la sphère*. Paris: 1746. Disponível em<<http://books.google.com>>.

HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía*. Comp. de Paul Laxton; introd. de J. H. Andrews; trad. de Leticia García Cortés e Juan Carlos Rodríguez. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HJB MAPS. *Harlan J. Berk Ltd. Antique Maps*. Disponível em: <<https://www.hjbmaps.com/>>.Último acesso: 24 ago. 2016.

MORAES, Abrahão de. *A Astronomia do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo - Instituto Astronômico e Geofísico, 1984.

TELLO, J. E. *Memorias sobre las Observaciones astronomicas, hechas por los navegantes Españoles en distintos lugares del globo*. Real, 1809, 519 p. Disponível em <<http://books.google.com>>.

DINÂMICA MORFOLÓGICA DA CARTOGRAFIA PAULISTA

Marcelo Antonio Nero ^{1,3}
Joel Alvares da Cunha ^{1,4}
José Rogério Beier ^{2,5}
Rafael Henrique de Oliveira ^{2,6}
Jorge Pimentel Cintra ^{2,7}

¹ Universidade Federal de Minas Gerais ² Universidade de São Paulo
³ marcelo-nero@ufmg.br, ⁴ joelalvares@hotmail.com.br,
⁵ rogerio.beier@usp.br, ⁶ rafa.oliveira@usp.br, ⁷ jpcintra@usp.br

RESUMO

Ao examinar a série histórica da cartografia paulista pode-se observar grandes variações ao longo do tempo, não só em função da expansão e desmembramentos históricos da Capitania/Província, mas como consequência do aperfeiçoamento da tecnologia cartográfica. O presente trabalho analisa a variação morfológica das feições que compõem o contorno atual do Estado de São Paulo, através da análise dos mapas dos seguintes autores: Wilhelm Ludwig von Eschwege (1817); Daniel Pedro Müller (1841), Jules Martin (1878), e Carlos Daniel Rath (1886). Também se procura avaliar a precisão desses mapas através da análise das coordenadas de algumas localidades (vilas); dos traçados dos grandes rios que formam os limites internos (Paranapanema, Paraná, Grande) e o litoral. Obedecendo a projeção cartográfica de cada mapa, foi superposta a cada um deles, as mencionadas fronteiras, traçando-se setas indicativas dos deslocamentos, para se ter uma avaliação visual das mudanças ao longo do tempo. As regiões com maiores incertezas e imprecisões, como esperado, situam-se nos rios que formam os limites de São Paulo, predominantemente na porção Oeste.

Palavras-chaves: Cartografia paulista comparada, Eschwege, Daniel Pedro Müller. Jules Martin, Carlos Rath.

ABSTRACT

After examining the historical series of the São Paulo Cartography, a large set of variation over the time can be observed, not only due to the historical expansion and dismemberment of the Captaincy/Province, but also because of the improvement of the cartographic technology during that time. This paper analyses the morphological variation of the features that make up the current outline of the State of São Paulo, through the map analyses of the following cartographers: Wilhelm Ludwig von Eschwege (1817); Daniel Pedro Müller (1841), Jules Martin (1878) e Carlos Daniel Rath (1886). It is also sought to assess these maps precision through the analysis of the geographic coordinates of some locations (towns); the outline of the great rivers that forms the internal borders (Paranapanema, Paraná, Grande) and the coast. Keeping the projection of each map, it was overlaid to each one of them the mentioned borders, indicating with arrows the displacements, to have a visual perception of the changes over time. The less precise locations, as expected, were in the rivers of the western borders of the State.

Keywords: Compared cartography of São Paulo; Wilhelm von Eschwege; Daniel Pedro Müller; Jules Martin; Carlos Rath.

Introdução

O presente trabalho analisou comparativamente uma série de representações da capitania, depois província de São Paulo, desde o período colonial até o Império (Tabela 1), tendo como foco a evolução morfológica das feições que compõem os limites do atual Estado de São Paulo. Foi analisada a precisão das coordenadas (latitude e longitude) de diversas vilas (e depois cidades), bem como do litoral paulista e dos rios que fazem parte dessa fronteira: Paranapanema, Paraná e Grande.

Tabela 1: Mapas da cartografia paulista analisados neste trabalho

#	Data	Autor	Mapa
1	1817	Wilhelm Ludwig von Eschwege	Mappa da Capitania de São Paulo
2	1841	Daniel Pedro Müller	Mappa Chorographico da Província de São Paulo
3	1868	Cândido Mendes de Almeida	In Atlas do Império do Brasil
4	1878	Jules Martin	Carta da Província de São Paulo
5	1886	Carlos D. Rath	Carta da Província de São Paulo

Além dos resultados numéricos para um caso, apresentam-se os resultados de forma gráfica, mostrando o progressivo conhecimento do território paulista, com uma cartografia deficiente a Oeste e ao Norte, que vai ganhando contornos mais bem definidos ao longo do século XIX.

O Mappa da Capitania de São Paulo de Eschwege (1817)

Trata-se de um mapa manuscrito, colorido à mão, medindo 51,9 x 72,8 cm, com escala calculada de 1:2.000.000. Foi elaborado pelo mineralogista germânico Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) que, embora radicado na Capitania de Minas Gerais, compôs este mapa para seu uso pessoal quando de sua primeira viagem à Capitania de São Paulo, em 1817. Para desenhá-lo o Barão de Eschwege tomou como base a cartografia de João da Costa Ferreira e as coordenadas astronômicas observadas ainda no princípio da década de 1790 por Francisco de Oliveira Barbosa, matemático e astrônomo de d. Maria I. Seu acesso aos mapas e levantamentos de dados astronômicos da capitania foi facilitado por sua amizade com o capitão-general de São Paulo, Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma. Para um

estudo mais detalhado acerca deste mapa, veja-se artigo apresentado neste mesmo Simpósio (BEIER & CINTRA, 2016).

Através da metodologia indicada em Cintra (2012,a e 2012,b) foi analisada a precisão desse mapa em 73 pontos divididos em regiões. Para cada uma delas foi montada uma tabela como a Tabela 2.

Tabela 2: Análise da precisão na zona costeira

#	Zona costeira	Mapa		Atual		Diferenças	
		Local	φ	λ	φ	λ	$\Delta\varphi$
1	Ubatuba	-23,26	-44,61	-23,44	-45,08	0,19	0,46
2	São Sebastião	-23,66	-45,08	-23,87	-45,41	0,21	0,34
3	Santos	-23,93	-46,39	-23,93	-46,33	0,00	-0,06
4	Itanhaém / Conceição	-24,07	-46,70	-24,18	-46,80	0,11	0,10
5	Iguape	-24,65	-47,54	-24,68	-47,56	0,04	0,02
6	Cananéia	-24,96	-47,91	-25,01	-47,93	0,05	0,02
7	Paranaguá	-25,54	-48,43	-25,52	-48,51	-0,02	0,08
8	Vila do Desterro *	-27,66	-48,58	-27,59	-48,55	-0,07	-0,03
				Média	0,06	0,12	
				Desvio	0,10	0,19	

* Ilha de Sta. Catarina

Nessa tabela a média indica um erro sistemático e o desvio (padrão) corresponde à precisão dessas coordenadas. Fixamo-nos também no erro sistemático em longitude.

Da mesma maneira foram calculados esses indicadores estatísticos para as demais regiões e os valores estão resumidos na Tabela 3.

Tabela 3: Precisão e erro sistemático nas diferentes regiões

#	Região	n. de pontos	Precisão		Sistemático em λ
			φ	λ	
1	Zona costeira	8	0,10	0,19	0,12
2	São Paulo e arredores	7	0,07	0,07	-0,05
3	Vale do Paraíba	8	0,05	0,07	0,08
4	São Paulo - norte e oeste	6	0,05	0,26	-0,53
5	São Paulo - oeste e sul	6	0,15	0,26	-0,54
6	Sul de Minas Gerais	6	0,17	0,21	-0,03
7	Rio Paranapanema	3	0,17	0,63	-0,79
8	Rio Paraná	7	0,22	0,36	-0,36
9	Rio Grande	6	0,37	0,36	-0,74
10	Mato Grosso, Paraná e fronteiras	11	0,16	0,26	0,04
11	Caminho dos tropeiros	5	0,20	0,23	-0,44
Total e Médias =		73	0,16	0,26	-0,29

Dessa tabela se conclui que estão boas as coordenadas das regiões Costeira, São Paulo e Vale do Paraíba. Que estão razoáveis as coordenadas do Sul de Minas, Mato Grosso, Paraná e Fronteiras, pelo fato de contarem com alguns pontos com coordenadas determinadas cientificamente. Estão em um patamar inferior as regiões norte, oeste e sul da Província, e estão bem ruins as coordenadas dos três rios de fronteira, fazendo que o contorno de São Paulo se afaste bastante do real. Para uma visualização gráfica elaborou-se a Figura 1, com setas indicativas dos erros. A mesma metodologia e figuras semelhantes foram elaboradas para os demais mapas e o estudo comparativo visual pode ser feito pelo leitor e será comentado na apresentação oral.

O Mapa de Daniel Pedro Müller (1841)

Intitulado *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (Figura 2), trata-se de um mapa impresso de grandes dimensões (102,6 x 151,4 cm) e escala calculada em 1:1.040.000 cm. Sua elaboração foi encomendada pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em 1835, sendo seu desenho concluído apenas dois anos mais tarde. Foi impresso em 1841, nas oficinas de Alexis Orgiazzi, anexa ao *Dépot Générale de la Guerre*, em Paris, sendo suas cem cópias distribuídas por órgãos da administração paulista, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, até mesmo, colocadas a vendas a quem pudesse interessar. Seu autor foi o engenheiro-militar luso-brasileiro Daniel Pedro Müller (1785-1841), radicado em São Paulo desde 1802, responsável por diversos levantamentos estatísticos e cartográficos nas quase quatro décadas em que esteve à serviço da administração paulista.

Esse mapa foi estudado detalhadamente na dissertação de mestrado recentemente defendida por Beier (2015).

A Província de São Paulo no *Atlas do Império do Brazil* (1868)

Intitulado apenas de *Província de São Paulo* (Figura 3), este mapa foi encartado como a prancha XVII do famoso *Atlas do Império do Brazil*, de Cândido Mendes de Almeida. Trata-se de uma litografia de pequenas dimensões (30,3 x 38 cm), feita nas oficinas do *Instituto Philomático*, no Rio de Janeiro. Segundo o próprio subtítulo do atlas, suas cartas pretendiam abranger

as divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciais de cada província brasileira, destinando-se à instrução pública do Império, em especial aos alunos do Colégio D. Pedro II. Seu autor, Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), foi um famoso político maranhense ligado ao Partido Conservador. Formado bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda (1839), especializou-se em Geografia e História, tendo lecionado por mais de uma década essas disciplinas. Apesar dos muitos anos dedicados à vida política, ficou mais conhecido por sua atuação como historiador e geógrafo, sendo sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia de Londres e de Paris.

A Carta da Província de São Paulo, de Jules Martin (1878)

Intitulada apenas como *Carta da Província de São Paulo* (Figura 4), trata-se de uma litografia ainda menor do que a analisada anteriormente, medindo apenas 21 x 32 cm. Foi elaborada neste pequeno formato para ser encartada na terceira edição do *Almanach Litterario de São Paulo*, editado por José Maria Lisboa em 1878. Suas cópias foram litografadas nas oficinas do francês Jules Martin e podiam ser adquiridas, juntamente com o *Almanach*, a um preço de 2\$000 réis. A representação do território paulista contida nesta carta é uma versão atualizada e reduzida da que aparecera em outras três cartas litografadas por Martin (1875-77), todas elaboradas a partir de levantamentos realizados pelo engenheiro Robert Alexander Habersham no começo da década de 1870 (LEITE, 2015, p.7). São representações voltadas a atender um público cada vez maior de viajantes que circulavam pelas novas linhas férreas paulistas. Além de trazer a topografia, as divisões político-administrativas e as malhas hidrográfica, viária e ferroviária, esta carta trazia ainda uma vista da cidade de São Paulo, bem como algumas representações das principais estações de trem, igrejas e edifícios públicos da capital.

A Província de São Paulo de Carlos Daniel Rath (1886)

Também intitulado *Carta da Província de São Paulo*, este mapa foi organizado pelo então desenhista da Inspetoria Geral das Obras Públicas de São Paulo, Carlos Daniel Rath (1828-1898), a partir de levantamentos

geográficos e geodésicos realizados em meados da década de 1850 por seu pai, o engenheiro-geógrafo germânico Carl Friedrich Joseph Rath (1802-1876). Publicada originalmente em 1877, a carta saiu em duas edições: uma pela editora A. L. Garraux & Cie. e outra pela Lemercier & Cie. Em 1886, após ter seu desenho atualizado, foi reeditada pela Casa Garraux. Trata-se de uma carta precursora dos levantamentos realizados pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG), a partir daquele mesmo ano de 1886.

Conclusões

As análises numéricas e as avaliações visuais, pelas figuras montadas com as setas verdes, permitiram quantificar e visualizar as discrepâncias entre as feições do mapa as reais. Grandes diferenças verificam-se nos rios Paranapanema e Grande. A foz do Paranapanema está razoável, mas a direção geral do curso do Paraná está equivocada (giro no sentido horário), causando os deslocamentos. Também se manifesta um grande desconhecimento da morfologia do Rio Grande e, nem se diga, de seus afluentes. Aos poucos, vai havendo uma melhoria, mas a formatação definitiva só virá ocorrer com as explorações da Comissão Geográfica e Geológica.

Bibliografia

BEIER, José Rogério. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da Província de São Paulo (1835-1849)*. 2015, 385 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CINTRA, Jorge Pimentel. "Digital cartography and historical maps: techniques, applications and peculiarities". *RBC. Revista Brasileira de Cartografia* [Online], v.64, p.901-918, 2012a.

_____. "A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica". *Arquivos do Museu de Historia Natural*. v.XX, p.267-300, 2012b.

LEITE, Mateus Pavan de Moura. "Jules Martin: mapas litográficos de São Paulo". In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII, 2015, Florianópolis, *Anais eletrônicos...*, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439844757_ARQUIVO_seminarioanpuh_mateuspavan_17_08.pdf>. Acesso em: 04 set. 2016.

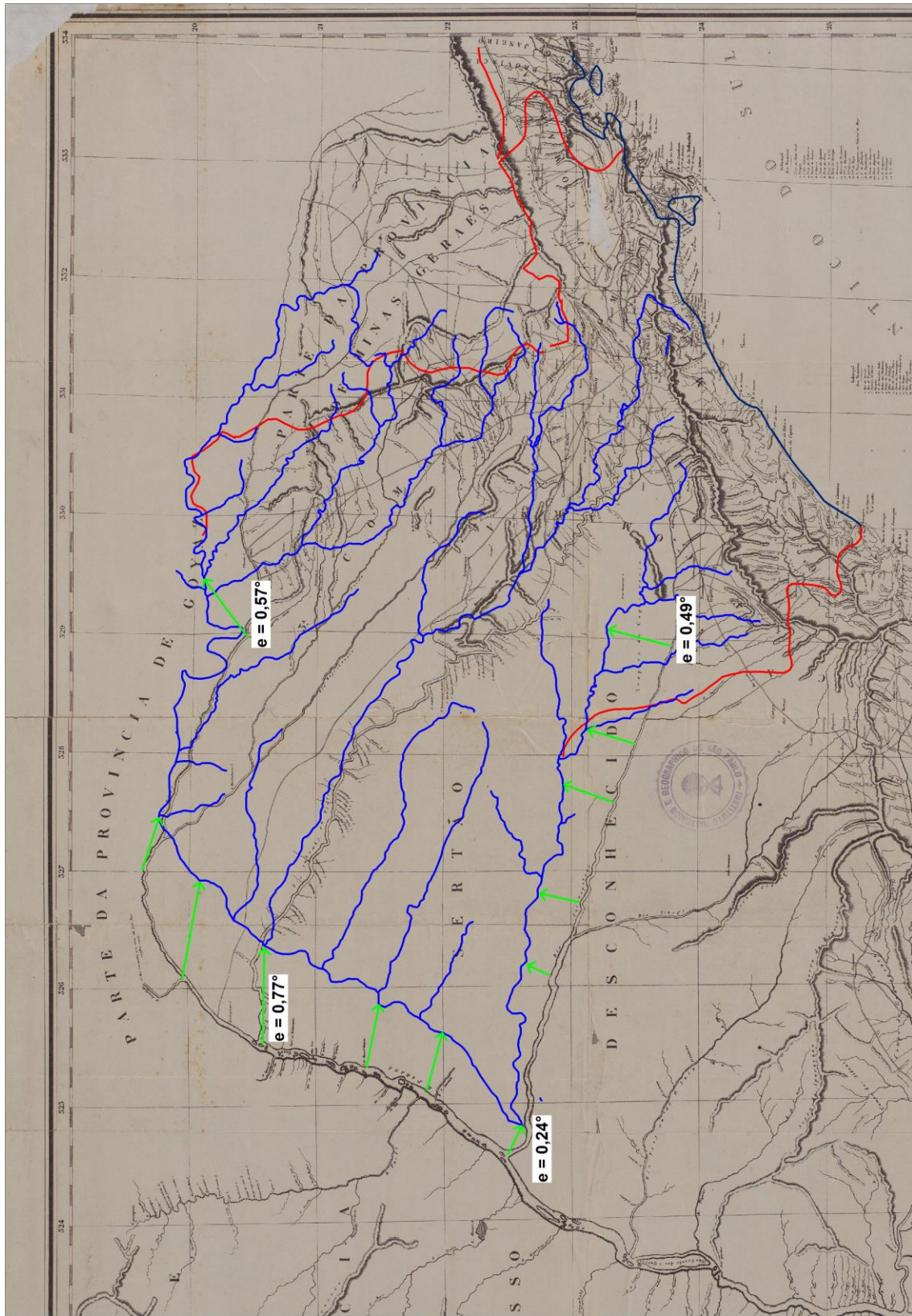


Figura 2: Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo, Daniel Pedro Müller (1841), com superposição das divisas do atual estado, como na Figura anterior.

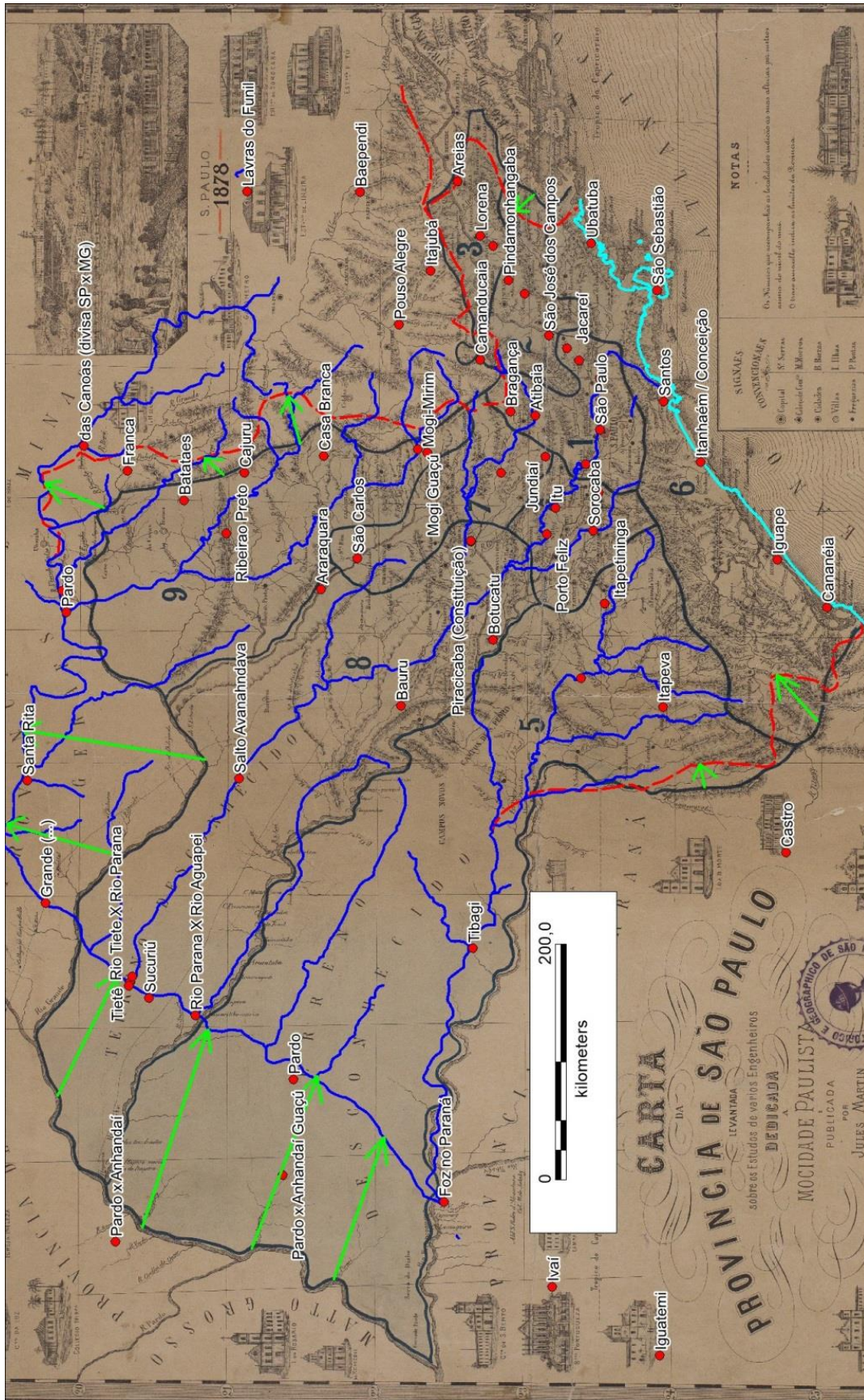


Figura 3: Carta da Província de São Paulo, Jules Martin (1878), com superposição das divisas do atual estado, como na Figura anterior.

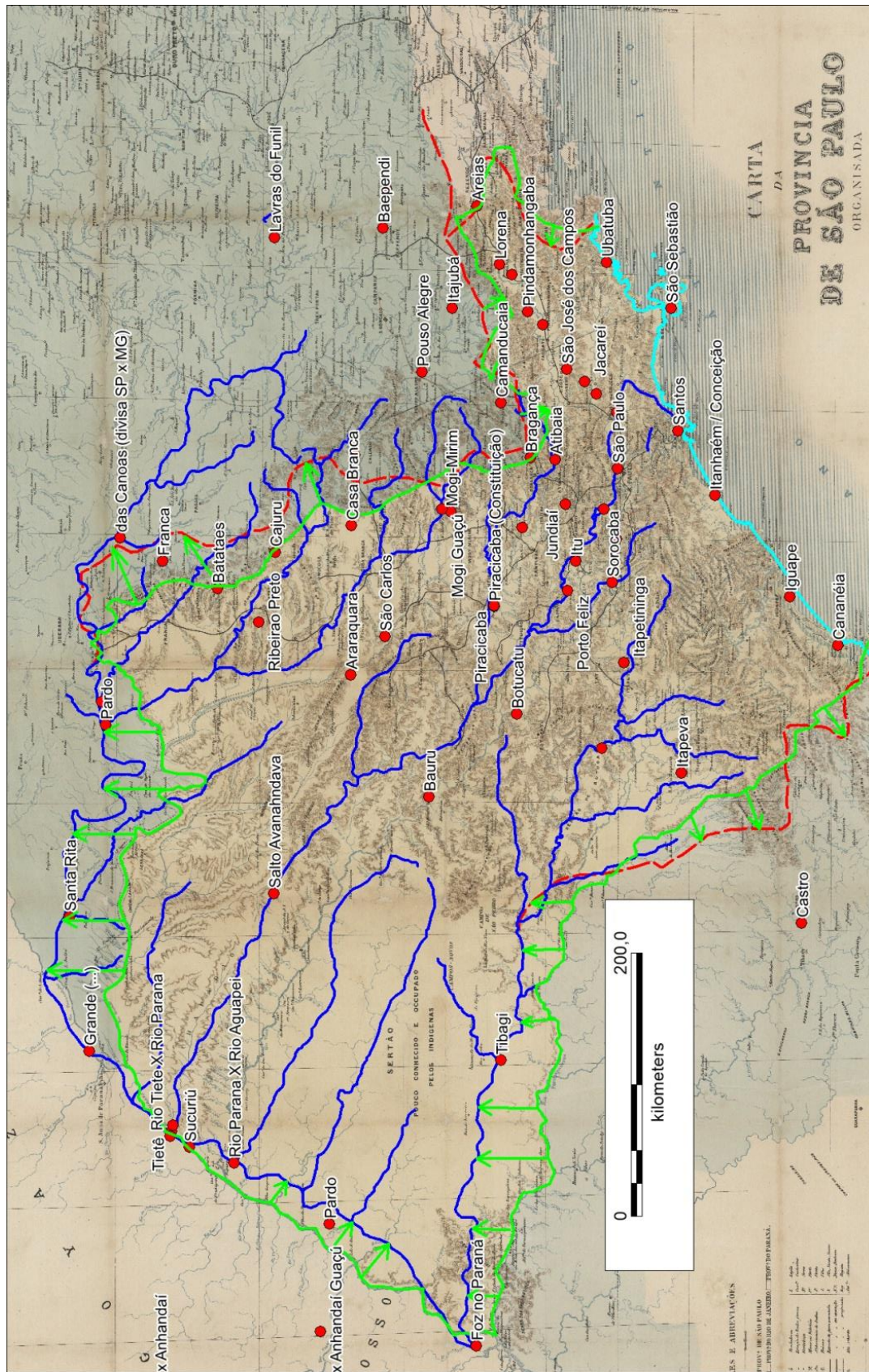


Figura 4: Carta da Província de São Paulo, Carlos D. Rath (1886), com superposição das divisas do atual estado, como na Figura anterior.

Estudo Comparativo da Carta Geographica da Província do Rio de Janeiro de 1823 – Uma Abordagem para Datação

Paulo Márcio Leal de Menezes¹

Manoel do Couto Fernandes¹

Kairo da Silva Santos¹

Tainá Laeta¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Laboratório de Cartografia (GeoCart)

pmenezes@acd.ufrj.br; manoel.fernandes@gmail.com; kairo.geo@gmail.com; tainalaeta@gmail.com;

Resumo

A "*Carta Geographica*" da província do Rio de Janeiro, copiada e publicada pelo Arquivo Real Militar em Lisboa, em 1823, é um dos documentos cartográficos existentes mais significativos da Capitania e da Província do Rio de Janeiro. No entanto, o documento apenas indica ter sido copiado em 1823, não havendo nenhuma outra indicação que possibilite uma definição da data real de sua elaboração.

Em uma primeira pesquisa realizada sobre o mapa, foram identificadas algumas informações inconsistentes e conflitantes com a data da cópia. Desta forma, várias questões foram levantadas sobre a correta data do mapa, pois sem que esteja vinculada, pelo menos, uma data aproximada de sua conclusão, o mapa não é capaz de ser usado como um suporte de informações para o estudo da evolução e ocupação da Província.

Com o objetivo principal de se estabelecer a sua data de organização aproximada, o Laboratório de Cartografia, (GeoCart), do Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolveu um estudo comparativo com outros da Capitania e da Província do Rio de Janeiro, entre o terceiro quartil do século XVII, até os idos de 1840, permitindo algumas conclusões sobre outras cópias que foram desenvolvidas e documentos originais. Assim foi possível também se estabelecer uma metodologia para definir um intervalo provável temporal que permita inferir a data de sua elaboração.

Deve-se ressaltar que a Capitania do Rio de Janeiro, bem como a Província, entre o fim do século XVII e até 1830, ressentia-se de documentos cartográficos, ao contrário de Minas Gerais e São Paulo, apresentando poucos documentos sobre sua área.

A pesquisa foi desenvolvida sobre suas características geográficas e informações sobre cidades, vilas e assentamentos, bem como divisões administrativas e hidrografia representada. Surgiram outras questões durante o processo, porém foi estabelecida o período mais provável como sendo entre final de 1820 e meados de 1821, com uma razoável precisão.

Este trabalho dá continuidade à pesquisa histórica-toponímica em documentos cartográficos do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvida pelo GeoCart.

1 – Introdução

A “*Carta Geographica da Província do Rio de Janeiro*”, copiada e publicada pelo Real Archivo Militar de Lisboa, em 1823, é um documento cartográfico de interesse científico pois reúne características e informações importantes para o período. No entanto também apresenta informações que não são claras, o que a faz um documento algumas vezes contraditório. Inicialmente é praticamente o primeiro documento cartográfico mostrando a Província do Rio de Janeiro, imediatamente após a proclamação da Independência, através da data de sua cópia.

Existem dois exemplares conhecidos, um pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e outro pertencente à *Direcção de Infra-estruturas* do Exército, Lisboa, Portugal. Não se tem notícias a respeito do original do qual foram as cópias efetuadas.

Os dois documentos são praticamente idênticos, com pequenas diferenças no tocante a algumas cores presentes e nas anotações das diversas mapotecas por onde foram armazenados. Ainda em relação as cópias digitais, o documento da BNRJ

O objetivo desta pesquisa é a realização de um estudo que permita a determinação de uma data de elaboração mais próxima da realidade, pela análise das informações contidas em sua representação, bem como análises comparativas com outros documentos cartográficos, que não existe nenhuma informação da época de sua elaboração, à exceção da data da cópia nos Arquivo militar, 1823.

Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Cartografia do Dep de Geografia da UFRJ, referente aos mapas históricos do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Descrição da “*Carta Geographica da Província do Rio de Janeiro*”

2.1 – Autoria, Marcas e Carimbos

Os dois exemplares foram copiados e publicados pelo “Real Archivo Militar de Lisboa, em 1823. Aparentemente foram copiados pelo mesmo desenhista, pois a caligrafia e desenho das letras são bastante semelhantes em toda a sua extensão. No entanto, são encontradas pequenas diferenças, principalmente em relação a posição dos nomes, onde alguns deles apresentam pequenos deslocamentos em sua posição.

O documento português apresenta as seguintes marcas e carimbos: Archivo Militar (43); Commando Geral d'Engenharia (35); Direcção da Arma de Engenharia. - Cota antiga: A4; G1; P3; N°35 (v2680). - Outras indicações: A9, G5-6.5, N°2; P&A N°2; BN 27 (no verso).

O documento da BNRJ, mapa cart171000, mostra as seguintes marcas e carimbos: Carimbo Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, circular; a lápis 171000AA/1953; marca d'água com esfera armilar na parte inferior direita; à esquerda selo ilegível; abaixo da moldura inferior esquerda, as inscrições P8A N°2, seguida da inscrição a lápis 12-2-12; no canto inferior direito, a inscrição a lápis 12,2,12; no canto superior esquerdo dois carimbos ilegíveis e a inscrição a tinta e cortada por dois traços a lápis (ilegível) 224 e abaixo 112-8 ANN(?)916.

2.2 – Feições, Legendas e Convenções

O mapa não apresenta legenda sobre as feições representadas, apenas uma nota explicativa, nos seguintes termos: EXPLICAÇÃO/ Os terrenos pertencentes a jurisdição de ca/ da Villa, vão notados com cores diversas fican-/do em branco dos da Cidade Capital.

As cores são melhor identificadas no mapa português, distinguindo-se polígonos delineados em amarelo, verde e vermelho. Aparentemente as delimitações coloridas foram realizadas em um período posterior à elaboração do mapa.

Apesar da inexistência de legendas, pode-se, no entanto, identificar a localização de vilas, capelas, freguesias, fazendas e engenhos, através de convenções utilizadas em outros mapas, conforme pode ser observado na figura 1. No mapa da BNRJ estas convenções são mostradas em vermelho, enquanto no mapa da DIE apresentam-se em preto ou em vermelho.



Figura 1 – Área da parte direita da atual Baía de Guanabara, mostrando as convenções nos dois mapas, da BNRJ e DIE.

Os caminhos são representados por linhas pontilhadas em preto.

A hidrografia é representada por linhas simples e duplas. Lagoas e ilhas são representadas por polígonos contínuos. A toponímia da hidrografia está presente em apenas uma pequena percentagem das representações. Nem toda a hidrografia

Assim as seguintes feições são representadas:

Hidrografia: rios, córregos, ribeirões, lagoas, ilhas, restingas, enseadas, valas, canais, barras, praias, cabos, pontas, brejos, portos, registros, salinas;

Orografia: Morros, serras, campos;

Caminhos;

Limites;

Povoados: vilas, fortes, freguesias, capelas, aldeia, provedoria, fazendas, engenhos.

2.3 – Dimensões e Escala

As dimensões de toda a área, até os limites do papel são de 99,95cm x 63,29cm, enquanto que a área efetiva do mapa, a partir da moldura de coordenadas, abrange as dimensões de 97,49cm x 61,39cm.

A moldura é dividida em intervalos de cinco minutos, tanto em latitude como em longitude. Os valores inteiros em longitude são definidos entre 333° a 337° de longitude, referidas à origem de longitudes na ponta mais ocidental da Ilha do Ferro. As latitudes inteiras estão definidas entre 23° e 24° Sul. Os limites calculados para cada canto do mapa são os seguintes:

Limite inferior esquerdo : (-23° 38' 13,45"; 332° 57' 20,81"),

Limite superior esquerdo : (-21° 16' 16,41"; 332° 57' 31,53"),

Limite superior direito: (-21° 15' 45,83"; 337° 02' 36,12"),
Limite inferior direito: (-23° 38' 17,63"; 337° 02' 34,59").

O valor médio para os 5' longitudinais, ficou em torno de 1,978cm ±0,0362cm, variando nos limites de 1,92 à 2,05cm, enquanto para os mesmos 5' latitudinais o valor médio ficou em 2,152cm ±0,0329cm, variando nos limites de 2,12 à 2,24cm, ou seja, os valores são ligeiramente maiores latitudinalmente para os mesmos valores de 5 minutos representados. Não existe um padrão de aumento ou diminuição sistemática, supondo-se então as diferenças causadas por imperfeições do desenho ou trabalho do papel.

A escala gráfica é representada em petipé de 4 léguas portuguesas de 18 ao grau conforme a figura 2. Segundo Marques (2001), uma légua portuguesa de 18 ao grau mede 6172,83 m, sendo este o valor adotado nesta pesquisa.

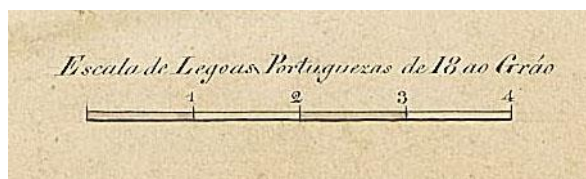


Figura 2 – Petipé de 4 léguas de 18 ao grau

Cada divisão de légua tem 1,42 cm, sendo o comprimento total medido em 5,68cm. Desta forma a escala do mapa foi determinada em 1/434.706,33. Pelas notas da DIE, segundo João Garcia, a escala aproximada é de 1/ 440.000 e a escala medida em 5,5 cm. O processo de medida adotado por esta pesquisa, utilizando-se o mapa digitalizado em 500 dpi e em seu tamanho real, utilizou o software AutoCad Map 12.

Na parte inferior do documento, encontra-se uma rosa dos ventos, simples, mostrando a orientação do Norte Geográfico e um ângulo de 6° 48' para a uma declinação magnética oriental.

2.4 – Projeção Cartográfica

Não é possível confirmação sobre a projeção adotada. Os paralelos e meridianos são representados aparentemente ortogonais entre si e, apesar de existir uma diferença em torno de 800 metros entre os valores longitudinais e latitudinais, para as divisões de latitude e longitude de 5', a projeção lembra uma Platte Carreé.

Existem semelhanças marcantes entre este mapa e o do Roscio, de 1777. Algumas medidas tomadas em cada uma delas, por exemplo Parati e Resende, Resende e Cabo Frio, Resende e Campos, apresentaram diferenças em torno de 5 a 7 quilômetros, o que para a escala considerada dos mapas é um erro significativo para os métodos atuais, mas não para os da época. Porém as altas distorções para a projeção Platte Carreé inviabiliza a sua adoção.

Outras projeções possíveis, inclusive a da "Carta Geográfica de Projeção Esférica Ortogonal da Nova Luzitânia ou Estado do Brazil", a qual se assemelha à projeção Sanson-Flamsteed, possui para a área do Rio de Janeiro, mesmo com a adoção de um meridiano central no centro do Brasil, fator de ampliação em torno de 1,092.

Desta forma, sem que haja alguma documentação que justifique a afirmação de uma projeção cartográfica específica, não se definirá a projeção para este mapa.

3 – Considerações Históricas e Informações do Mapa de 1823

A área da Capitania e Província do Rio de Janeiro sofreu durante meados do século XVII, 1777, até os idos de 1830, já no século XVIII um período de pobreza cartográfica, diferentemente do que ocorreu em outras capitanias. Os mapas conhecidos são poucos e muitos apresentam problemas similares, devido não só a técnica de aproveitamento do desenho de mapas anteriores para serem acrescentadas novas informações. Em alguns casos vezes, mesmo já havendo mapas de épocas mais modernas, alguns mapas foram elaborados através de documentos de épocas anteriores a essas, resultando em mapas com informações bastante falhas.

Em dezembro de 1743, os territórios das vilas de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, então São João da Praia, compreendidos desde a foz do Rio Parahyba e do Rio Itabapoana, por ato de medição e posse, passam a pertencer à Capitania do Espírito Santo voltando a serem incorporados à Província do Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1832, (SILVA, 1906), conforme pode ser visto na figura 3.

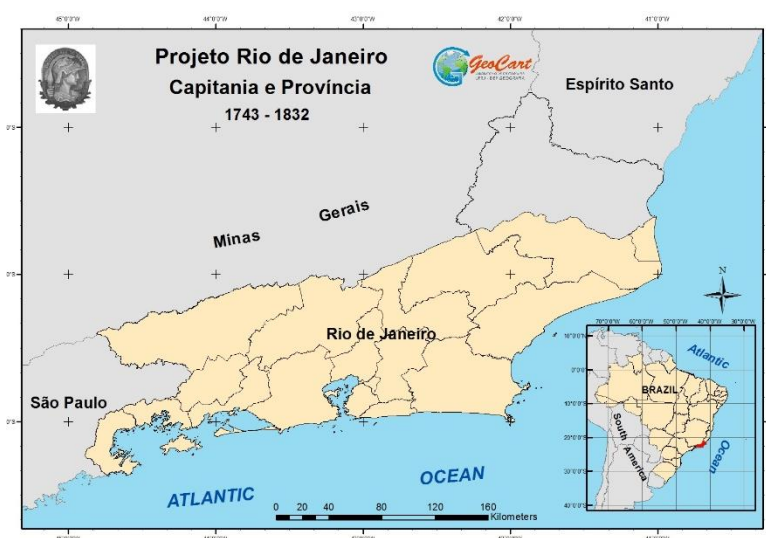


Figura 3 – Situação da Capitania e Província do Rio de Janeiro entre 1743 e 1832.

Observe-se que à época de cópia e conseqüentemente da elaboração do documento oficial, o território da Capitania do Rio de Janeiro não abrangia as terras da margem esquerda do Rio Paraíba desde a divisa de Minas Gerais até à sua foz.

Por outro lado, administrativamente a Capitania entre os anos de 1821 e 1826 apresentava 18 divisões administrativas, conforme o mapa da figura 4 e a tabela 1. (MENEZES et ali, 2014).

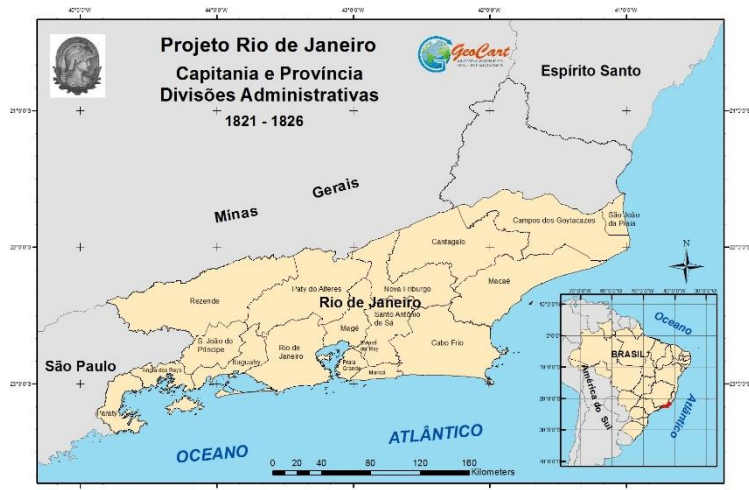


Figura 4 – Divisões administrativas na Província entre 1821 e 1826.

Tabela 1 – Cidades e Vilas entre 1821 e 1826, datas de criação e instalação.

Div. Adm. 1821-1826	Data de Criação	Data de Instalação
Angra dos Reis	1608	1624
Cabo Frio	1616	1616
Campos dos Goytacazes	1673	1676
Cantagallo	1814	Desconhecido
Itaguahy	1818	1820
Macahé	1813	1814
Magé	1789	1789
Maricá	1814	1815/1819
Praia Grande	1819	1819
Nova Friburgo	1820	1820
Paraty	1667	Desconhecido
Paty do Alferes	1821	
Rezende	1801	1801
Rio de Janeiro	1565	1565
São João da Praia	1676	1676
São João do Príncipe	1811	1811
São José del Rey	1773	Extinto 1833
Santo Antônio de Sá	1679	Desconhecido

3.1 – Estradas e Caminhos

Os caminhos representados no documento possuem uma extensão total, calculada segundo a escala estabelecida no mapa de 2623, 21 km. Podendo-se separar três áreas específicas: expansão do Rio de Janeiro, Expansão por Niterói e Região dos Lagos e expansão por Campos dos Goytacazes. Ainda pode-se considerar a estrada de Parati, a qual

vai se ligar ao caminho de São Paulo, vindo do Rio de Janeiro, único topônimo ligado a esta representação. Figura 5

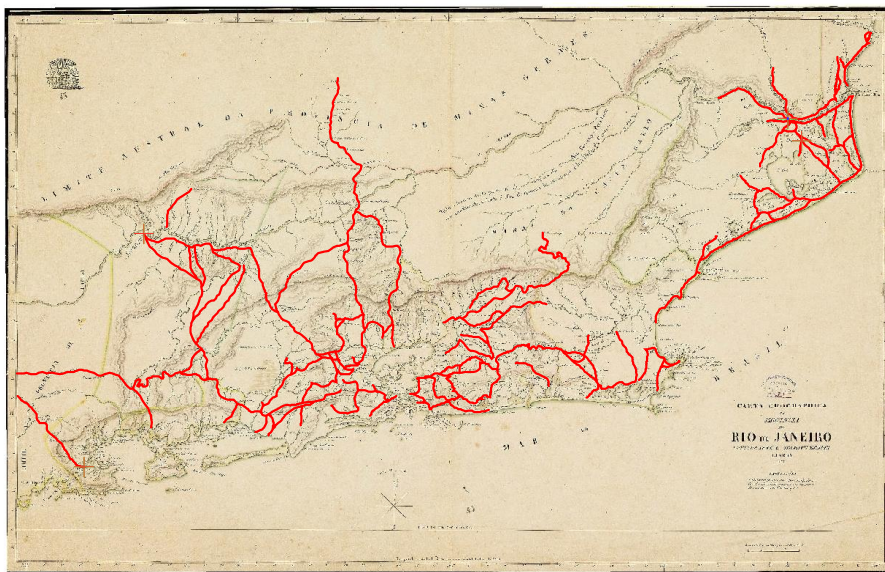


Figura 5 – Representação de Estradas e Caminhos

3.2 – Hidrografia Representada

A rede hidrográfica representada possui 162 elementos com toponímia e 594 sem toponímia atribuída, ou seja, apenas 21,5% da rede estavam nominadas. Comparativamente com a rede atual, muito pouco está representado, principalmente ao longo do território que ainda estava em exploração, conforme pode ser visto na figura 6.

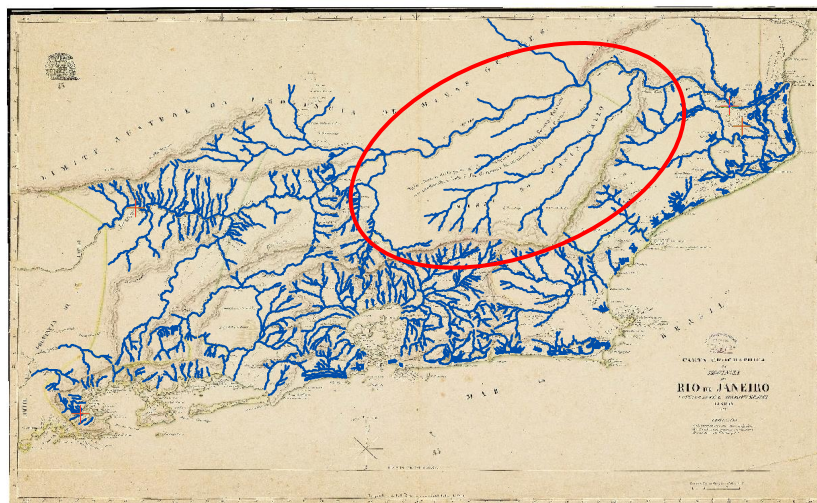


Figura 6 – Hidrografia, mostrando em vermelho a área ainda pobre em levantamento.

A área que mais se aproxima é a definida pela bacia da atual Baía de Guanabara, onde pelo menos 85% da sua hidrografia estão representadas, para a escala considerada.

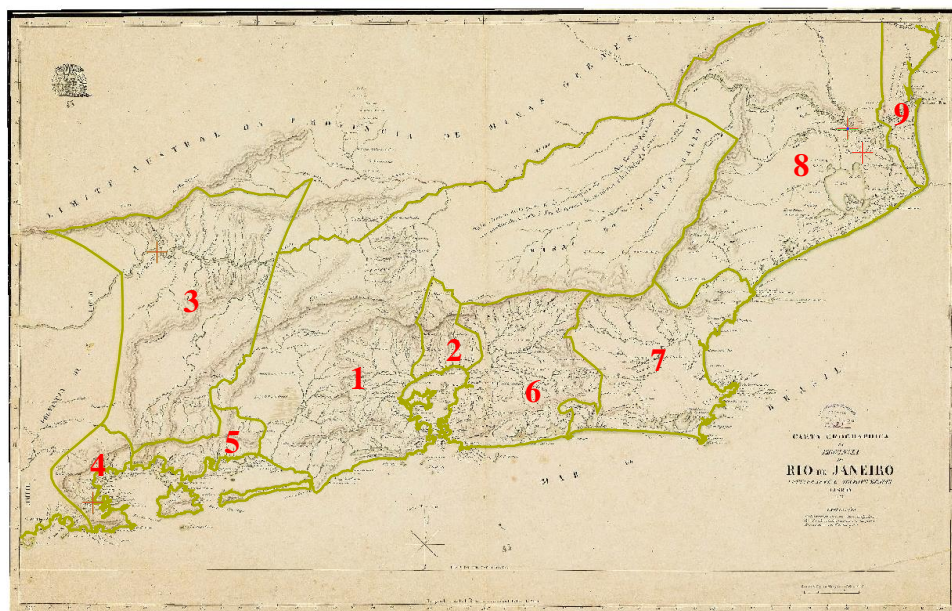
3.3 – Representação das Divisões Administrativas

Os limites marcados no mapa sugerem uma divisão política administrativa para a época, definida pelas seguintes vilas e cidades: Rio de Janeiro (1), Magé (2), Rezende (3),

Paraty (4), Angra dos Reis (5), Praia Grande (Niterói) (6), Cabo Frio, (7), Campos dos Goytacazes (8) e São João da Praia (São João da Barra) (9), conforme pode ser visto na figura 7.

Algumas considerações podem ser tecidas em relação à esta marcação:

- a) Apenas 9 divisões são apresentadas, enquanto que deveriam ser 18, listando-se: Paty do Alferes, São José del Rey, Santo Antônio de Sá, Friburgo, Cantagallo, Macahé, Itaguahy, São João do Príncipe e Maricá.
- b) São representadas praticamente todas as vilas e aldeias, apenas não existe representação de Macahé. No local apenas a capela de S. Anna possui representação, além da Fortaleza de S. Antônio de Monte Frio, à margem direita da Barra do Rio Macahé.
- c) A divisão de São João da Praia é mostrada prolongada até o Rio Camapuan, atual Itabapoana, o que caracteriza um erro em relação à divisa com o Espírito Santo, que deveria estar representada até às margens do rio Paraíba.



Essa representação não condiz com as divisões reais nem tampouco com os limites da Capitania na época. Fica uma dúvida sobre esta demarcação, pois certamente não corresponde à realidade da época, pois se assim o fosse, o período provável para esse número de divisões estaria entre 1801 e 1813, porém as divisões representadas não se ajustam a este período.

3.4 – Referência como Província

As Províncias, como divisões administrativas, foram instituídas após a transformação das capitanias, pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ocorrida em 28 de fevereiro de 1821, ainda no âmbito do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Desta forma a referência como Província do Rio de Janeiro, após esta data, estaria plenamente de acordo com a legislação vigente e, portanto, coerente com a informação.

No entanto as referências à então Capitania do Rio de Janeiro como Província, vêm de épocas bem anteriores. O primeiro exemplo que pode ser dado, é visto no decreto de 22 de junho de 1808, quando o Príncipe Regente assina e confirma autorização à Mesa de Desembargo do Paço, a confirmar todas as Sesmarias e conceder autorização aos Governadores em suas Capitanias para fazê-lo. No texto verifica-se claramente a seguinte referência: *...e que nesta Corte e Província do Rio de Janeiro...*, ficando corrente esta citação, a todas as referências ao Rio de Janeiro.

Os Decretos passam também então a referenciar praticamente todas as demais Capitanias como Províncias, a princípio esporadicamente, até se apresentar como uma referência normal. Em 1817, a edição do livro *Corografia Brazilica*, escrito pelo Padre Manoel Ayres de Casal (CAZAL, 1817), referencia todas as Capitanias como Províncias, indistintamente. Desta forma, pode-se afirmar que já nessa época era uma prática quase oficial essa referência.

4 – Estudo Comparativo com Mapas da Capitania e Província do Rio de Janeiro

A relação apresentada na tabela 2, mostra os mapas que servirão de apoio à pesquisa comparativa, visando a obtenção informações mais substanciais sobre o mapa de 1823.

Tabela 2 – Mapas utilizados na pesquisa

#	Mapa	Data	Autores	Obs
1	Carta Topographica da Capitania do Rio de Janeiro	1767	Sargento Mor Manuel Vieyra Leão	
2	Carta Chorographica da Capitania do Ryo de Janeyro	1777	2º Sargento Mor Francisco José Roscio	
3	Plano da Capitania do Rio de Janeiro	1803	Levantada em 1784 ?	Copiada em 1803 por Jozé Fernandes Portugal
4	Reconhecimento do Rio Macacu	1819	Sem autoria	
5	Planta da Província do Rio de Janeiro	1823	Sem autoria	Cópia
6	Planta da Província do Rio de Janeiro	1830		
7	Província do Rio de Janeiro	1833		
8	Baixada da Zona do Littoral da Bahia do Rio de Janeiro	1911	Sargento Mor Manuel Vieyra Leão	Cópia Carta Topographica da Capitania do Rio de Janeiro 1767
9	Carta Geographica da Parte Oriental da Província do Rio de Janeiro	1841	2º Tem Damaso da Fonseca Lima e Jozé Joaquim d'Ávila	Cópia 1823 e outros
10				

A justificativa pela inclusão de mapas de períodos posteriores a 1823, é a semelhança de formas e informações contidas, levantando-se uma suspeita de se apoiarem nesse mesmo mapa.

4.1 – Análises Comparativas

O mapa de 1767 elaborado pelo Sargento Mor Manuel Vieyra Leão, a mando de "Carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro, mandada tirar pelo Exmo. Sr. Conde da Cunha, Capitam General e Vice-Rey do Estado do Brasil, no ano de 1767", em suas diversas versões,

foi um trabalho notável, onde são apresentados os caminhos do ouro às Minas Gerais, bem como informações importantes sobre a ocupação e o conhecimento do território da Capitania.

Apresenta uma área ainda desconhecida, situada entre as margens esquerda do Rio Piabanha e Paraiba, fechando em torno das nascentes dos Rios Preto, Imbé e Macabú, e os divisores da Serra dos Órgãos, compreendendo as terras das Minas de Cantagallo.

A Carta Corográfica da Capitania do Rio de Janeiro, Capital dos Estados do Brazil, de 1777, elaborada pelo Sargento Mor Engenheiro Francisco José Roscio já não apresenta esse território como desconhecido, já mostrando parte de sua hidrografia e aldeias indígenas em seu interior. Porém à ele se refere como “*Certão pouco conhecido montuozo e emboscado e ocupado por varias Nascoens de Indios Selvagens*”.

O mapa de 1803 cita o mapa de 1784 como origem de cópia, porém apresenta a mesma representação de da rede hidrográfica, vilas e aldeias do mapa de Roscio de 1777. Procurou-se informações sobre algum mapa datado de 1784, porém sem sucesso, mas não se pode afirmar sua inexistência. Assim, presume-se que o original da cópia seja o mesmo mapa de 1777. A escala é idêntica, ou seja, com petipé de 18 e 20 ao grau. O mapa de 1823 apresenta um petipé simples de 18 ao grau. Uma diferença também marcante entre as dois, é a representação de parte da Capitania como um todo e a área da Baía de Angra dos Reis representada como um encarte no canto superior esquerdo, desenhado na mesma escala. Em relação à área pouco conhecida, apresenta a mesma referência textual do mapa de 1777.

Todos os mapas, sem exceção, mostram a divisa do Espírito Santo definida pelo Rio Camapoan (1803), Camapuan (1767, 1777, 1823). A Figura 8 mostra os mapas de 1803 e 1823 com a divisa definida pelo Rio Camapuan. Deve ser observado que poucos mapas representam o limite entre Espírito Santo e Rio de Janeiro segundo o Rio Paraíba.

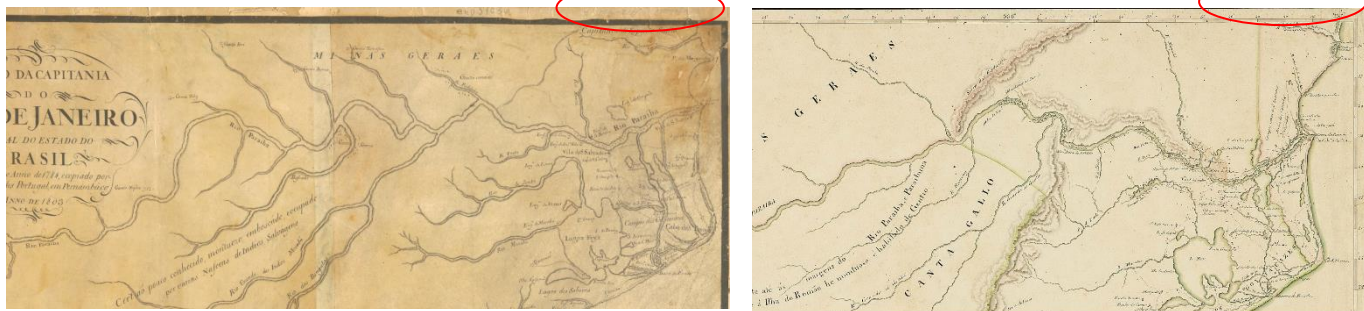


Figura 8 – Divisa da Capitania/ Província do Espírito Santo nos mapas de 1803 e 1823.

A *Planta da Província do Rio de Janeiro*, de 1830 representa a divisa correta entre as duas capitânicas/províncias no período 1743/1832, de forma correta. Uma comparação mais profunda entre o mapa de 1823 e este, mostra sem nenhuma dúvida que a base de apoio foi definida pelo primeiro. A figura 9 mostra o mesmo trecho da figura anterior, do mapa de 1830.

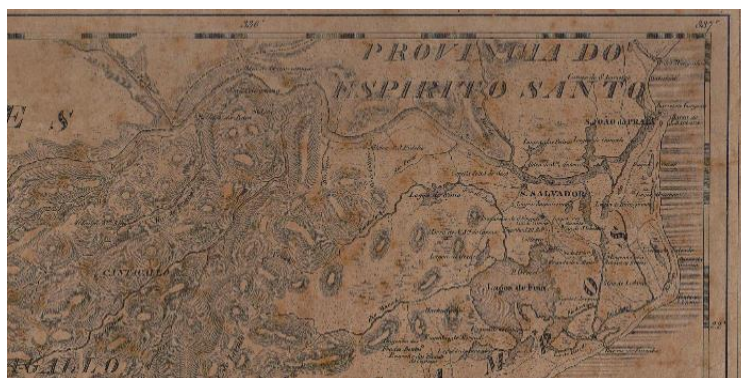


Figura 9 – Parte da Planta da Província do Rio de Janeiro de 1830

Nenhum dos mapas anteriores representam algum povoado ou vila, apenas no mapa de 1823 aparecem as vilas de Cantagallo e N. Friburgo, apresentando inclusive um erro de posicionamento grave, em relação à Cantagallo, colocada à esquerda e à mesma latitude de N. Friburgo.

A hidrografia já se apresenta com alguns topônimos, Como o Rio Grande do Gentio, Rio das Bengallas e Rio Boçoray.

Apresenta, entretanto, para a mesma área dos mapas anteriores o texto “*Todo o terreno desta parte até às margens do Rio Paraíba e Paraibuna, seu confluente, e deste à ilha do Romão he montuoso e habitado de gentio*”. A figura 10 mostra parte do mapa com destaque na área citada.

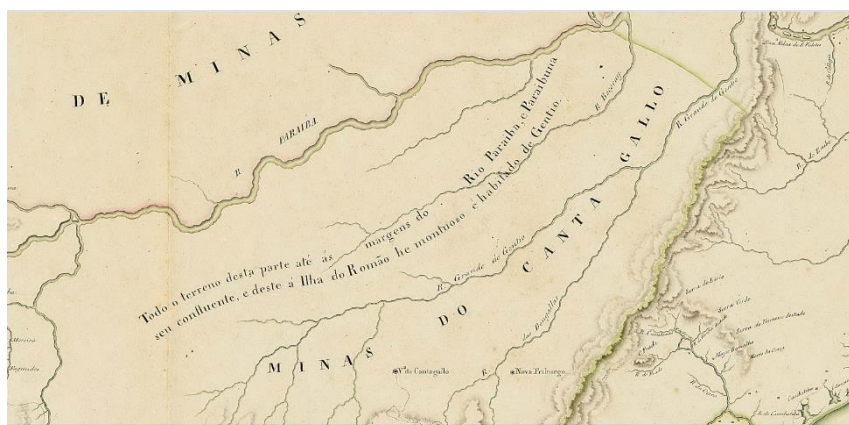


Figura 10 – Parte do mapa de 1823, mostrando a área das Minas do Cantagallo

4.2 – Análise sobre a Toponímia de Cidades e Vilas do Mapa de 1823

Este foi o primeiro critério de análise a ser aplicado. Tabela 3 mostra a lista dos topônimos de cidades e vilas representadas na carta de 1823, bem como nos períodos de 1815-1819, 1820 e 1821-1826, segundo Menezes et *Alli*, 2014, assim como as datas de suas criação e instalação.

Tabela 3 – Lista de Cidades e Vilas no mapa de 1823 e períodos e datas de criação e instalação.

Mapa de 1823	1815-1819	1820	1821-1826	Data de Criação	Data der Instalação
Villa (Va) da Angra dos Reys	Angra dos Reys	Angra dos Reys	Angra dos Reys	1608	1624
Cidade D'Assumpção	Cabo Frio	Cabo Frio	Cabo Frio	1616	1616
Villa de S. Salvador	Campos	Campos	Campos	1673	1676
Villa do Cantagallo	Cantagallo	Cantagallo	Cantagallo	1814	Desconhecido
Aldeia de Taguay			Itaguahy	1818	1820
	Macahé	Macahé	Macahé	1813	1814
Villa de Magé	Magé	Magé	Magé	1789	1789
Villa de Maricá	Maricá	Maricá	Maricá	1814	1815/1819
Villa da Praia Grande		Nictheroy	Nictheroy	1819	1819
Nova Friburgo			Nova Friburgo	1820	1820
Villa de Parati	Paraty	Paraty	Paraty	1667	Desconhecido
			Paty do Alferes	1821	
Villa de Resende no Município de Campo Alegre	Rezende	Rezende	Rezende	1801	1801
Cidade de São Sebastião	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1565	1565
Villa de São João da Praia	São João da Barra	São João da Barra	São João da Barra	1676	1676
Freguezia de São João Marcos	São João do Príncipe	São João do Príncipe	São João do Príncipe	1811	1811
Villa Nova de São José Del Rey	São José del Rey	São José del Rey	São José del Rey	1773	Extinto 1833
Villa de Macacú	Santo Antônio de Sá	Santo Antônio de Sá	Santo Antônio de Sá	1679	Desconhecido

O interesse recai sobre o período entre 1811 e 1821, justificando-se pelas seguintes razões:

- Se o mapa foi copiado em 1823, a data limite obrigatoriamente estaria entre 1820 e 1822. Porém para que fosse copiada pelo Arquivo Militar de Lisboa, pode-se afirmar que ainda estava o Brasil como Reino Unido de Portugal e Algarves;
- Todas as Vilas e Cidades anteriores à 1811 estão representadas;
- Está representada a Vila Nova de São Fidélis, curato de 1812;
- Vila Nova da Praia Grande (Niterói) criada e instalada em 1819 possui representação, bem como Nova Friburgo, em 1820, Aldeia de Taguahy, instalada em 1820;
- Cantagallo tem sua representação, mesmo incorreta, porém não se explica a inexistência da Vila de Macahé, criada em 1813 e instalada em 1814;
- O rio Pati está representado, e apenas uma convenção de núcleo de população está indicada na área.

Desta forma, pode-se afirmar com uma razoável probabilidade de certeza que o mapa foi copiado com base na cartografia existente anteriormente, principalmente apoiado no mapa

de Roscio e sua cópia de 1803, com a aposição de informações mais atualizadas até 1820. Não se pode definir um único mapa como original da cópia, mas sim um conjunto de mapas, que certamente envolve todos os mapas anteriores como fontes de informações.

Assim define-se desta forma, com uma boa precisão, 1820 como a data limite das informações incluídas no mapa.

Como mais um exemplo, o mapa pertencente ao espólio da Engenharia Militar Portuguesa (Séc. XVIII), datado também de 1767, mostrado na figura 11, pode ser comparado com o mapa de 1823.



Figura 11 – Mapa de 1767 pertencente ao espólio da Engenharia Militar Portuguesa (Séc. XVIII).

5 – CONCLUSÕES

Este trabalho procurou esgotar as informações que podem determinar quais os mapas que puderam servir de suporte à cópia do mapa de 1823. Descarta-se que um único mapa tenha dado origem à cópia. As análises comparativas mostram essa prática, desde o mapa de Roscio, porém podendo-se também incluir o de 1767. Deve-se ressaltar a prática da cópia de mapas anteriores, como suporte para a inclusão de novas informações, estendendo-se o período até 1841. Um exemplo bem claro disso, pode ser visto na *Carta Geográfica da Parte Oriental da Província do Rio de Janeiro*, concluída no Arquivo Militar pelo 2º Tem. Jozé Joaquim d'Ávila, em 1841, a qual é cópia do mapa de 1823.

Foi possível determinar com a data mais provável das informações representadas, o ano de 1820, segundo as análises efetuadas envolvendo as cidades e vilas, de acordo com suas datas de criação e instalação.

Foram determinadas informações inconsistentes existentes no mapa, podendo-se citar entre elas:

- Limite incorreto entre as Províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Posicionamento incorreto da Vila de Cantagallo;
- Limite incorretos nas divisões administrativas. No entanto ainda cabe uma pesquisa se estes limites estariam vinculados aos limites das cidade e vilas ou das comarcas;
- Não representação da Vila de Macahé, existente e demarcada desde 1814.

Assim acredita-se que este estudo tenha mostrado a dificuldade em se analisar uma documentação histórica, de uma época em que não se dispõe de maiores informações sobre as práticas de elaboração dos mapas. O estudo comparativo é eficiente e eficaz, permitindo que se infiram conclusões seguras, porém, devem ser sempre associadas à pesquisas com documentos históricos da época para o suporte e validação do trabalho.

Agradecimentos:

À Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pela cessão do mapa de 1767, 1777, 1819 e 1823.

Ao Arquivo Nacional pela cessão dos mapas de 1830.

Ao Arquivo Histórico do Exército, pela cessão do mapa de 1803.

À Direcção de Infra-estruturas do Exército, Lisboa, Portugal, pela cessão do mapa 4593-3-38-52, dentro das condições ideais para a pesquisa.

Referência Bibliográficas

ABREU, A.I.C.; Municípios e Topônimos Fluminenses Histórico e Memória. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1994.

BARBOSA, R. P.; **Glossário de Termos genéricos de Nomes Geográficos**. Prefácio de Orlando Valverde. IBGE. (Prelo) Rio de Janeiro. 2004.

CAZAL, M. A.; Corografia Brazilica ou História Geográfica do Reino do Brazil; Impressão Régia, Rio de Janeiro, 1817

MARQUES, G. S.; **Cartografia antiga: tabela de equivalências de medidas : cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas**, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2001

MENEZES, P.M.L., DIAS, A. C., SARDELLA, A.B., NASCIMENTO, J. R.; Evolução Político-Administrativa do Estado do Rio de Janeiro; Anais XXV Congresso Brasileiro de Cartografia; Gramado, RS, 2014

MENEZES, P.M.L., SANTOS, C.J.B., FERNANDES, M.C., SANTOS, K.S., SARDELLA, A.B., CARDOSO, R.S.P., ALVES, S.L.P.; **Linking Rio de Janeiro State, Brazil through Historical Cartography and Toponymy**, Workshop on Historical Maps, Atlases and Toponymy, Leipzig, Germany, 2013.

MENEZES, P.M.L., SANTOS, C.J.B., SANTOS, K.S., DIONISIO, P.M.F.; **Toponymy Evolution of Rio de Janeiro State, Brazil**, Proceedings 26th International Cartographic Conference, Dresden, Germany, 2013.

MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R.; **Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brazil**; Tomos I e II; Casa de J.P. Aillaud, Editor, Paris, 1845.

PINTO, A. M.; **Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil**, A-E, F-N, P-Z, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1894.

PINTO, A. M.; **Suplemento aos Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil**, A-E, F-N, P-Z, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1935.

SILVA, A. J. C.; Chorographia Fluminense, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXVII(67), Parte II, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1906

O MAPA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO DE WILHELM LUDWIG VON ESCHWEGE: UMA ANÁLISE CARTOGRÁFICA.

José Rogério Beier

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP – rogerio.beier@usp.br

Jorge Pimentel Cintra

Escola Politécnica da USP – jpcintra@usp.br

Resumo

O presente trabalho analisa cartograficamente o *Mappa da Capitania de São Paulo*, elaborado em 1817 por Wilhelm Ludwig von Eschwege, com base em um original de 1811 realizado pelo engenheiro-militar português João da Costa Ferreira. Após um breve resumo dos autores e suas obras, realizou-se uma comparação desta carta com outras representações da capitania paulista. Com isso, buscou-se avaliar as bases cartográficas utilizadas por Eschwege e Costa Ferreira, bem como as possíveis influências dessa representação em cartógrafos posteriores. Em seguida, partindo de uma série de análises realizadas no próprio mapa, foi possível determinar o meridiano de origem, calcular a possível projeção cartográfica dessa carta, além de realizar uma análise da precisão de suas coordenadas geográficas. Para a realização deste estudo foram utilizados 72 pontos de comparação presentes no manuscrito e em um mapa atual de São Paulo, sendo que de cada ponto foram extraídas as coordenadas em ambas as cartas e a diferença analisada estatisticamente. Para além da acurácia do mapa, tais dados ajudaram a responder questões como a origem dos dados astronômicos utilizados pelos cartógrafos; a razão pela qual os autores optaram por não representar as longitudes no mapa e, por fim, se este manuscrito era apenas um rascunho para uso pessoal de Eschwege.

Palavras-chave: História da Cartografia; São Paulo; Wilhelm von Eschwege; João da Costa Ferreira.

Abstract

The following paper is a cartographical analysis of the Map of the Captaincy of São Paulo, elaborated in 1817 by Wilhelm Ludwig von Eschwege, based on an original work from 1811 due to the Portuguese military-engineer João da Costa Ferreira. After presenting a brief biographic profile of the authors and their works, we proceed to compare this map with a series of other São Paulo territorial representations. From this comparison, we sought to evaluate the cartographic bases used by Eschwege and Costa Ferreira and the possible influences of their work in late cartographers. Afterwards, from a series of analysis made in the manuscript map itself, we proceed to determine the meridian of origin, to calculate the cartographic projection, as well as to analyse the precision of the geographic coordinates of this map. To proceed the present study we used 72 points of comparison extracted from this map and an actual one of São Paulo. From each point we took the geographic coordinates from both maps and the differences found between them was statistically analysed. Beyond the map's precision, these data helped us to answer a series of questions such as the source of the astronomical data used by the cartographers; the reason why the authors choose to represent only the latitudes in their map and, at last, if this map is only a draft for Eschwege's personal use.

Keywords: History of Cartography; São Paulo; Wilhelm von Eschwege; João da Costa Ferreira.

Introdução

Wilhelm Ludwig von Eschwege nasceu em 1777 próximo à cidade de Eschwege, no Estado de Hesse, atual Alemanha¹. Matriculou-se na Universidade de Göttingen para estudar Direito e Ciências Econômicas em 1796, mas três anos mais tarde se transferiu para a Universidade de Marburg para estudar Metalurgia, concluindo sua formação em

¹ Este perfil é baseado, sobretudo, no resumo biográfico compilado pelo professor Renger (2002, p. 391-397).

1800. Viajou à Lisboa em 1803, onde trabalhou sob a supervisão de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), então Intendente-Geral das Minas e Metais do Reino. Ainda em Portugal foi nomeado capitão da Companhia dos Mineiros do Primeiro Regimento da Artilharia do Exército em 1807 e, no ano seguinte, Intendente das Minas do Reino, substituindo José Bonifácio.

Com a vinda da família real ao Rio de Janeiro no final de 1808, não tardou para que Eschwege fosse contratado para prestar seus serviços na América. Desembarcou no Rio de Janeiro em 1810, onde elaborou com d. Rodrigo de Sousa Coutinho, então Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, um plano para o estudo das jazidas de ouro e seus métodos de lavra a fim de aprimorar a extração daquele minério. Um ano mais tarde foi enviado à Capitania de Minas Gerais, onde foi responsável pela primeira extração de prata da capitania em maio de 1812.

No campo da cartografia, em 1815 o último capitão-general de Minas Gerais, d. Manoel Francisco Zacarias de Portugal e Castro, encomendou a Eschwege a elaboração de uma carta topográfica dos julgados de Araxá e Desemboque, seu trabalho foi fundamental para que o Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro) fosse desmembrado de Goiás e anexado a Minas em 1816.

No campo da cartografia, em 1815 o último capitão-general de Minas Gerais, d. Manoel Francisco Zacarias de Portugal e Castro, encomendou a Eschwege a elaboração de uma carta topográfica dos julgados de Araxá e Desemboque em setembro de 1816. Segundo Barbo & Schlee (2011, p. 4), seu trabalho teve papel fundamental para que o Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro) fosse desmembrado de Goiás e anexado a Minas em 1816

Durante o período que esteve em Minas Gerais, Eschwege recebeu diversos viajantes em sua residência na cidade de Vila Rica, como também viajou pelas províncias vizinhas. Dentre os viajantes que recebeu destacam-se o naturalista Johann Baptist von Spix, o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius e o pintor austríaco Thomas Ender que, após serem acolhidos por Eschwege, tiveram sua companhia na viagem que fizeram a Capitania de São Paulo no final de 1817².

Logo após a partida de d. João VI a Portugal, em 1821, Eschwege solicitou seu retorno ao Reino, tendo embarcado de volta a Lisboa em julho daquele ano. Manteve-se a

² Quando Eschwege fez esta viagem, a capitania era governada pelo antigo capitão-general de Minas Gerais que o recebeu nos inícios de seu trabalho naquela capitania em 1811. Por outro lado, Spix e Martius relatam que em São Paulo foram calorosamente recebidos por Daniel Pedro Müller (1785-1841), engenheiro-militar teuto-português aí radicado, responsável por elaborar uma série de levantamentos estatísticos e cartográficos de São Paulo entre 1802-41. Tendo Eschwege copiado o *Mapa da Capitania de São Paulo* em 1817, conforme o cartucho, pode-se supor que ele teve acesso facilitado a um ou mais mapas da capitania durante sua estada em São Paulo.

serviço da Coroa portuguesa até sua aposentadoria, em 1853, retornando à Alemanha após cinquenta anos de serviço. Faleceu em 1º de fevereiro de 1855, em Wolfsanger, perto de Kassel, no Estado de Hesse.

O mapa da Capitania de São Paulo (1811/1817)

O *Mapa da Capitania de São Paulo* (Figura 1) é uma carta manuscrita, colorida à mão, medindo 51,9 x 72,8 cm, com escala aproximada de 1:2.000.000 cm. Como se pode observar, no canto inferior direito há um cartucho, trazendo o título do mapa, o ano em que foi este foi desenhado, a base cartográfica utilizada como referência e o uso que se pretendia dar ao mesmo. Um carimbo nessa mesma região mostra que o original pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Já no canto inferior esquerdo, verifica-se a existência de uma tabela na qual o autor traz a indicação de onze “pontos [de latitude e longitude] astronômicamente fixados” por alguém identificado apenas como Barbosa. Trata-se de Francisco de Oliveira Barbosa, astrônomo real de d. Maria I que, entre os anos de 1791-1793, realizou o cálculo e a fixação dos pontos de longitude e latitude da cidade de São Paulo, bem como de outros treze pontos do litoral paulista desde Guaratuba à Barra do Juqueriquerê que foram empregados nos mapas levantados por João da Costa Ferreira e Antônio Rodrigues Montesinho.



Figura 1: *Mappa da Capitania de São Paulo*, Eschwege (1817). Original pertencente ao IHGSP.

Traz ainda uma legenda com as cores utilizadas pelo cartógrafo para representar os limites da Capitania de São Paulo com suas vizinhas, nomeadamente as capitanias do “Rio de Janeiro, Minas, Goiaz, Matto Grosso”, além dos “Domínios de Hespanha”.

O mapa apresenta-se orientado para o norte e graduado nas bordas esquerda e direita, em latitude, não trazendo, indicação das longitudes. No entanto, na região limítrofe com Minas Gerais, há uma quadrícula de longitude/latitude desenhada ligeiramente, tomando como referência o meridiano de Paris, e pode-se ler “50° W Paris”, e um pouco mais à Oeste aparecem a indicação das longitudes 51°, 52° e 53° W.

Quanto à área geograficamente representada no mapa, destaca-se que à época, o território paulista estendia-se, em latitude desde 19° Sul, cerca da Fazenda de Camapuã, no atual estado do Mato Grosso do Sul até um pouco além da latitude 28° Sul, altura em que a carta registra a Vila de Lages, no atual estado de Santa Catarina.

Trata-se de uma obra rica em detalhes, que não é do caso examinar aqui, mas apesar de sua riqueza e síntese de informações, trata-se de uma carta praticamente inexplorada por pesquisadores, desconhecendo-se trabalhos que a tomaram como objeto principal de estudo³.

A base cartográfica de Eschwege: João da Costa Ferreira

Pelas informações do cartucho sabe-se que esse mapa foi “ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Sñr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Engenheiros, Barão de Eschwege, 1817”. O acesso à cartografia disponível, explica-se por sua amizade com o governador e capitão geral da Província. A duplicidade de datas talvez se explique por uma referir-se a uma obra de Costa Ferreira dessa data, que não figura entre as catalogadas. Por outro lado, como se verá, o mapa não foi só ligeiramente copiado, mas acrescenta informações de outros mapas de Costa Ferreira, produzidas nos 34 anos que permaneceu em São Paulo e que foram reproduzidas por Taunay (1922), com breves comentários. Dentre essas obras, destacam-se:

a) Carta Corographica e Hydrographica de Toda a Costa do Mar da Capitania de S. Paulo (1789-1793). Um exemplar deste mapa encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Para elaborá-la, Costa Ferreira contou com o auxílio de Antônio Rodrigues Montesinho e de Rufino José Felizardo e Costa, conhecidos cartógrafos, e serviu-se dos dados de Francisco de Oliveira Barbosa, astrônomo real, que entre os anos de 1791-1793, realizou o cálculo e a fixação dos pontos de longitude e latitude da cidade de São Paulo, bem como de outros treze pontos do litoral paulista. Esse

³Benedito Lima de Toledo e Afonso de Taunay, estudiosos da cartografia paulista não escreveram sobre esta carta de Eschwege. No entanto, recente dissertação de mestrado (BEIER, 2015), utilizou a mesma como uma das fontes para poder comparar as representações elaboradas sobre o território paulista entre meados do século XVIII e do XIX.

astrônomo tomou como referência o meridiano da ponta ocidental da Ilha do Ferro, que supunha estar localizado a 20 graus e 30 minutos a Oeste de Paris⁴. Um ponto forte de contato entre esse mapa e o de Eschwegesão as tabelas de coordenadas de ambos. Ao serem comparadas verifica-se que sete localidades tiveram suas coordenadas geográficas destacadas em ambos os mapas e que os valores numéricos coincidem, a menos de pequenas diferenças (erro de transcrição).

De fato, havia coleções de tabuadas circulando entre os astrônomos e engenheiros da época. O Instituto Histórico e Geográfico em sua Revista (1882, p. 123-158) publicou um manuscrito que pertenceu ao coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, que o presenteou a João Carlos Augusto d' Oyenhausen-Gravenburg. Nele recolhem-se coordenadas observadas pelos astrônomos que vieram para fazer as demarcações de fronteiras. No que tange a São Paulo, além de algumas levantadas por Luis D'Alincourt em 1811, recolhem-se umas dizendo que eram observações dos astrônomos Francisco de Oliveira Barbosa e Bento Sanches [D' Orta], como se fosse obra conjunta; e ainda outra, atribuída somente a Francisco de Oliveira Barbosa, calculada em 1791 e comunicada a Oyenhausen em 1807, que informa os graus e minutos, omitindo os segundos. Costa Ferreira segue essa tabela para a longitude de Cananéia. Já Eschwege segue o valor da tabela conjunta dos dois astrônomos.

Além dos 7 pontos comuns dessa tabela, Eschwege recolhe outras 4: Camapuã, Curitiba, Nova Coimbra e Santos, que foram obtidas das observações de outros autores, entre eles Francisco José de Lacerda e Almeida e Oyenhausen.

b) Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo (1791-1792). Também se trata de um manuscrito aquarelado de grandes dimensões (163 x 149 cm), elaborado pela divisão de engenheiros da Capitania de São Paulo, que se encontra sob a guarda da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Embora o nome de Antônio Rodrigues Montesinho apareça no título desta carta, é certo que boa parte do levantamento da costa paulista que aparece representada nela foi feita por João da Costa Ferreira, de quem Montesinho era ajudante.

c) Carta Corographica da Capitania de S. Paulo (1793). Trata-se de uma carta anônima cuja autoria foi atribuída a João da Costa Ferreira por Taunay. O manuscrito encontra-se no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro e uma cópia deste original foi feita para o Museu Paulista. Ferreira teria se aproveitado dos levantamentos recentemente

⁴ O fato de consignar como sendo de 20°30' a diferença de longitude entre Paris e Ferro indica estar atualizado, pois até pouco tempo antes se considerava que essa diferença era de exatos 20°.

concluídos por ele e seus ajudantes, Antônio Rodrigues Montesinho e Rufino José Felizardo e Costa para a realização da *Carta Corographica e Hydrographica de toda a Costa do Mar da Capitania de S. Paulo*, um mapa que abrange somente a região costeira, como o nome indica. Nos dois ele utiliza as mesmas observações realizadas por Francisco de Oliveira Barbosa.

Taunay aponta que Costa Ferreira também teria utilizado trabalhos de outros cartógrafos, em especial os de José Custódio de Sá e Faria (1784), para a região do rio Iguatemi e cursos dos rios Paraná e Pardo até o Salto de Guayrá; do trabalho de Francisco José de Lacerda de Almeida (1789), para os levantamentos do rio Tietê de Porto Feliz até a foz do Paraná e da barra do Tietê à do Pardo até Camapuã; dos trabalhos de Cândido Xavier de Almeida e Souza e João Alves Ferreira para a região do Igurey; dos demarcadores de tratados de limite para a região Sul e, ainda, dos padres jesuítas (década de 1730), para a notação de grande parte das vilas do interior⁵.

Pela morfologia e pela abrangência geográfica, esse é o mapa de Costa Ferreira que mais se aproxima do de Eschwege, especialmente no que diz respeito à representação das redes hidrográficas, orográficas e dos limites de São Paulo com as capitanias vizinhas. Deste mapa também se destaca a identificação do nordeste do território paulista com a legenda “Sertão desconhecido”, que também aparece com destaque no mapa de Eschwege, bem como em uma série de cartógrafos posteriores.

O que se pode concluir, de maneira geral, a partir da comparação dessas três cartas é que Eschwege compôs um mapa próprio servindo-se, provavelmente, de diversos mapas de Costa Ferreira, cujo acesso lhe foi facilitado durante sua passagem pela cidade de São Paulo em 1817.

Projeção cartográfica, meridiano de origem e precisão

Para continuar a análise cartográfica do mapa fizemos o registro do mesmo em um programa de Cartografia digital (*MapInfo*), servindo-nos da malha de coordenadas desenhada a lápis e de leve no manuscrito, referida a Paris.

Trata-se da projeção Carta Plana Quadrada e, feito o registro, extraímos a latitude e longitude dos pontos da tabela presente nesse mapa e comparamos com as coordenadas atuais, referidas a Greenwich. Através de extensas tabelas, que omitimos, verificou-se que há um pequeno erro sistemático em latitude ($0,04^\circ$) e que o erro sistemático em longitude ($-2,55^\circ$) indica que o meridiano de origem é o de Paris,

⁵ Entende-se que se trata dos padres matemáticos, em especial o trabalho de Diogo Soares, principalmente a *Nova e primeira carta da terra firme a Costa do Brasil, desde o Rio da Prata ao Cabo Frio, com o novo caminho do sertão do Rio grande até a cidade de São Paulo*, de 1740.

confirmando a indicação a lápis presente no mapa. Há um deslocamento em relação à posição real ($2,34^\circ$), ficando por explicar a diferença $0,21^\circ$ ($2,55^\circ - 2,34^\circ$).

A precisão, medida pelo desvio padrão, mostra-se bastante boa em latitude ($0,09^\circ$) e bastante razoável em longitude ($0,28^\circ$), refletindo os erros das longitudes presentes na tabela baseada nas observações de Oliveira Barbosa. Há um erro um pouco maior em Curitiba ($3,13^\circ$); eliminando-se esse ponto a média vai para $-2,49^\circ$ e o desvio cai para $0,16^\circ$.

Outra comparação interessante é a que se pode estabelecer entre as coordenadas dessa tabela com as coordenadas do mapa para os mesmos pontos.

Para fazer isso, converteremos as longitudes do mapa (referidos a Paris) para a Ilha do Ferro. Os resultados mostram boa concordância, a menos de um erro grosseiro ($-16,46^\circ$) em Camapuã que se deve provavelmente a um erro de transcrição, pois destoa muito dos demais erros; um valor plausível seria 324° , que ficaria muito próximo da determinação de Francisco José de Lacerda e Almeida ($323^\circ 38' 45''$), e que levaria a um erro de $0,46$.

Análise da precisão do mapa

A análise anterior fez uma avaliação da precisão nos pontos determinados astronômica, que estão situados junto à costa, em sua imensa maioria. Os pontos situados no interior apresentam erros maiores. Assim, fizemos uma avaliação da qualidade dos dados no interior do continente, usando novamente os recursos da cartografia digital (CINTRA, 2015).

Nessa tarefa, dividimos o mapa em onze regiões, somando um total de 73 pontos. Para obter as longitudes referidas diretamente a Greenwich fizemos o registro pelos mesmos pontos, transladando o mapa de Paris para o referencial londrino ($-2,33^\circ$) e tirando também o erro sistemático encontrado ($-0,10^\circ$).

Com o mapa registrado, identificamos uma série de locais bem definidos e extraímos as coordenadas dos mesmos, tanto no mapa histórico como no Google Earth (valores atuais) e montamos uma série de tabelas que, em razão do espaço determinado a este trabalho, não serão apresentadas, restando-nos comentar brevemente os resultados de cada uma. O cálculo da média geral resultou numa precisão de $0,20^\circ$ em latitude e $0,40^\circ$ em longitude. A seguir, para analisar a qualidade de cada região, adotamos os seguintes intervalos numéricos para os valores da média e desvio-padrão: $0,0^\circ$ a $0,1^\circ$: *muito bom*; $0,1^\circ$ a $0,2^\circ$: *bom*; $0,2^\circ$ a $0,4^\circ$: *médio* e acima desse valor: *pior*.

a) **Zona costeira.** De acordo com as faixas estabelecidas, trata-se de uma região de precisão boa, até porque as coordenadas foram determinadas astronômicas. No entanto, vale destacar que há erros maiores nas coordenadas das então vilas de Ubatuba e São Sebastião, o que faz com que toda a linha costeira se desloque da posição real. Esse é o problema de misturar dados bons com outros ruins: os primeiros contaminam o ajuste todo como aconteceu no mapa da Amazônia de *La Condamine* (CINTRA, 2011).

b) **São Paulo e arredores.** Esse é um conjunto de dados ótimos e exemplifica a forma de ajustar melhor um mapa. Contando com uma só longitude observada (São Paulo), as demais são avaliadas por distâncias nas direções Norte e Este, estando todos os pontos estão situados relativamente próximos do ponto principal (distância de até 100 km).

c) **Vale do Paraíba.** Este é também um conjunto de dados ótimos. Leva a pensar que em algum desses pontos (talvez Taubaté) foi determinada alguma coordenada astronômica. No entanto, não se descarta a hipótese de as coordenadas terem sido transportadas a partir de São Paulo.

d) **Regiões mais afastadas de São Paulo – Norte e Oeste / Sul e Oeste.** De acordo com os critérios fixados, a região Norte e Oeste da capital apresenta um conjunto de dados de precisão média. Dados ruins em Caldas (atual Caldas Novas-MG) e Casa Branca; sofríveis em Campinas e Batatais. Já no caso da região Sul e Oeste, como na anterior, apresentou um conjunto de dados de precisão média. Ruins em Piracicaba e Itapeva, principalmente no que se refere à longitude.

e) **Cursos dos principais rios paulistas.** O conjunto de dados coletado para a região do rio Paranapanema apresentou dados ruins, com a surpreendente exceção da foz do Paranapanema, que está bem situada, principalmente em longitude. Teodoro Sampaio (1889), no final do século XIX considerava que a posição astronômica da barra desse rio era uma questão controversa; as cartas geográficas, para ele, teriam adotado formas imaginárias para esse rio, e alguns consideravam essa foz deslocada para oeste (Stevaux, 30' e Hebershan, 1°). Todavia, os dados apurados em nosso estudo revelam um deslocamento de apenas 0,09°. São poucos os pontos claramente definidos ao longo do Paranapanema. Imaginamos que o afluente da margem sul é o Tibaji, por ser o de maior destaque, no mapa e na realidade. O curso desse rio foi levantado pelos engenheiros J. e F. Keller, segundo informação de Teodoro Sampaio, e para as coordenadas da foz desse rio obtiveram os valores: $\varphi = 22^{\circ} 42' 36''$ e $\lambda = 8^{\circ} 7' 20''$ (Rio de

Janeiro). Fazendo os cálculos para essas coordenadas e passando a longitude para Greenwich, verifica-se um erro de 6' e 18' em longitude e latitude.

Já o conjunto de dados coletados para o rio Paraná apresentou resultados de precisão média, valendo o destaque das boas coordenadas da foz do Ivaí e Iguatemi, próximos da região de fronteira demarcada, e que contava com algumas coordenadas determinadas astronomicamente. Apesar da coordenada na foz do Paranapanema estar boa, o mesmo não acontece à montante, com erros relativamente grandes, incluindo o Tietê, que foi um rio muito utilizado desde os primórdios da colonização da capitania vicentina. Pelos vistos, não houve especial preocupação com esse ponto.

No caso do rio Grande, os resultados apresentados pelo conjunto de dados coletados foram ruins, o pior de todo o mapa, incluindo uma grande problemática na identificação dos rios e inclusive alguns enganos. Por exemplo, o Mogi nasce nas proximidades da então vila de Mogi Mirim e não corre a oeste do Pardo, mas é um afluente deste. A fronteira de São Paulo com Minas Gerais não corre, em nenhuma das linhas controversas, por este rio. Batatais e suas vizinhanças não pertenceram a Minas, como o mapa dá a entender. Parece-nos que para determinar o nome e o curso dos rios, os exploradores valiam-se de informações da direção dos rios em locais conhecidos, mais próximos de São Paulo e outras colhidas na navegação do rio Grande e tentavam conciliar as duas fontes. Isso mesmo ocorreu mais tarde, na primeira década do século XX, nas explorações da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) aos afluentes do Paraná, e só tardiamente, percorrendo os cursos totais dos rios, conseguiram realizar a identificação dos cursos médios conhecidos, com as barras no Paraná. O próprio rio Grande está mal traçado nessa carta, não estando representadas as marcantes curvas na altura das cachoeiras de Patos e Marimbondos.

f) Sul de Minas Gerais. O conjunto de dados coletados para a região do Sul de Minas são bons, com a exceção de Camanducaia, que está deslocada em longitude.

g) Mato Grosso, Paraná e zonas de fronteira. Trata-se de um conjunto de pontos que apresentou resultados com qualidade de média para boa, o que poderia causar certo estranhamento à primeira vista, por se tratar de uma região remota. Mas isso se desfaz ao considerar que muitos desses pontos situam-se sobre pontos da fronteira, mormente no Rio Paraguai, mas incluindo também os últimos dois pontos (rios Santo Antônio x Iguaçu e Uruguai x Peperi-Guaçu), que foram cruciais na questão de Palmas. Os rios mudaram de nome nessa região, dificultando a identificação dos mesmos.

h) Caminho dos tropeiros. Finalmente, essa região situada no caminho das tropas de muares apresenta uma precisão média em latitude, mas ruim em longitude, talvez em função do erro inicial em Curitiba, que se propagou para os demais lugares.

Considerações finais

Como se pode ver havia uma rede de amizades entre os poucos cientistas da época, unindo Eschwege a diversos nomes conhecidos, destacando-se os laços por motivo de nacionalidade (reinos germânicos), de profissão (mineralogia), ou mesmo de cultores das ciências e das artes: Varnhagen, José Bonifácio, Langsdorff, Saint-Hilaire, Spix, Martius, Enders. Essas amizades e o seu prestígio foram o que possibilitou seu acesso aos dados cartográficos disponíveis junto aos dirigentes da Província de São Paulo (informações, coordenadas geográficas e mapas), e que pudesse escolher as cartas de Costa Ferreira para compor o seu mapa. Embora ele reconheça honradamente as fontes, não se trata de uma simples cópia, mas de uma composição original realizada com base nos dados e cartas disponíveis. Esse mapa guarda toponímias e semelhanças visuais com mais de um dos mapas conhecidos de Costa Ferreira. No entanto, pela abrangência e morfologia das feições cartográficas (rios e serras), pode-se afirmar que o mesmo tem maior semelhança com a *Carta Chorographica da Capitania de S. Paulo* (1793). Apesar disso, é preciso pontuar que muitos dados de Eschwege não constam desse mapa: cidades, as linhas dos Tratados de Madri e S. Ildefonso e outros topônimos.

Um exaustivo estudo da precisão das coordenadas possibilitou avaliar a qualidade dos dados de Costa Ferreira/Eschwege, mostrando a ótima precisão em algumas regiões: São Paulo e arredores e Vale do Paraíba, mais até do que na região costeira em que se tinham coordenadas astronômicas, mas incongruentes entre si. Boas médias foram também as coordenadas do Sul de Minas, Interior de São Paulo em direção ao norte, caminho dos tropeiros, rio Paraná e Mato Grosso e região de fronteiras, onde se dispunham de coordenadas observadas. Ruins foram os Rios Paranapanema e Grande, com morfologia pouco conforme com a realidade e toponímia insuficiente ou equivocada, mostrando assim uma cartografia ainda em construção.

A análise precisa dos erros em cada ponto permitirá no futuro, quando outros mapas forem estudados com esse nível de detalhe, determinar quais mapas se servem de outros, quais são cópias fidedignas e outros estudos comparativos.

Bibliografia

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. “Caminhos e cartografia: estradas ancestrais na Capitania de Goiás no século XIX”. In: Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Territórios: Documentos, imagens e representações, IV, nov. 2011, Porto/Portugal. Anais eletrônicos... Porto: Universidade do Porto, 2011. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/45.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BEIER, José Rogério. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da Província de São Paulo (1835-1849)*. 2015, 385 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

CINTRA, Jorge Pimentel, FREITAS, J.C. “Sailing Down the Amazon River: La Condamine's Map”. *SurveyReview*. v.43, p.550-566, 2011.

CINTRA, Jorge Pimentel. “Técnicas de leitura de mapas históricos: uma proposta”. *RBC - Revista Brasileira de Cartografia* (Online), v.67, p.773 - 786, 2015.

OYENHAUSEN, João Carlos Augusto. “Taboadas de Longitudes e Latitudes de Grande parte do Brasil”. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Etnografico do Brasil*, Tomo XLV, Parte I, Rio de Janeiro, Typographia Universal de H. Laemmert & C., Rio de Janeiro, 1882.

RENGER, Friedrich. “Resumo biográfico de Wilhelm Ludwig Barão Von Eschwege (1777-1855)”. In: *Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Notas introdutórias de Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução Friedrich E. Renger; Tarcisia Lobo Ribeiro e Günter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

SAMPAIO, Theodoro. *Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema [1889]*. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2003, 14p.+Mapas.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. “Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo”. In: *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

PROCESSO DE REPRODUÇÃO DA PLANTA KOELER ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Deivison Ferreira dos Santos¹

Tainá Laeta Felipe de Brito¹

Manoel do Couto Fernandes¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Laboratório de Cartografia (GeoCart)

sirdeivison@gmail.com; tainalaeta@gmail.com; manoel.fernandes@ufrj.br

Resumo

Os avanços tecnológicos tem incrementado a utilização de documentos cartográficos históricos. Na busca de criar uma memória destes acervos, o presente trabalho apresenta um método de reprodução digital. O documento desta pesquisa é a Planta de Petrópolis (1846), conhecida como Planta Koeler. Ela encontra-se emoldurada em madeira com uma proteção de vidro na Companhia Imobiliária de Petrópolis, e por conta do seu atual estado de conservação possui uma difícil possibilidade de uso. A metodologia adotada emprega técnicas de levantamento fotográfico, utilizando uma câmera digital de alta resolução, um sistema de trilho e uma haste com variação de tomada vertical. Com o intuito de reconstruir a planta por estas fotos, ela foi dividida em quatro quadrantes que formarão os mosaicos que ao serem agrupados reproduzirão a planta. Assim, iniciou-se o processo de georreferenciamento entre as fotografias utilizando a Transformação Afim, com cerca de 10 pontos de controle bem distribuídos nas áreas de sobreposições. Os resultados são promissores, entretanto, apontam que mesmo tendo sido tomados todos os cuidados durante o levantamento fotográfico, as feições homólogas das fotografias encontram-se desalinhadas, sendo necessárias ajustá-las por meio de uma transformação que garanta uma mosaicagem de melhor qualidade das fotos que compõem a planta Koeler.

Palavras-chave: Planta Koeler, Levantamento Fotográfico, Mosaicagem, Georreferenciamento, Transformação Afim.

Abstract

Technological advances have increased the use of historical cartographic documents. In seeking to create a memory of these collections, this paper presents a method of digital reproduction. The document of this research is to Petrópolis plant (1846), known as Planta Koeler. It is framed in wood with a glass shield in Companhia Imobiliária de Petrópolis, and on account of their current conservation status has a difficult possibility of use. The methodology employs photographic survey techniques, using a digital camera of high resolution, a rail system and a rod with varying vertical outlet. In order to rebuild the plant by these photos, it was divided into four quadrants that form the mosaics to be grouped reproduce the plant. Thus began the georeferencing process between photos using the Affine transformation, with about 10 control points well distributed in the areas of overlap. The results are promising, however, point out that even being taken every care during the photographic survey, the annual features of the photos are misaligned, being necessary to

adjust them through a transformation that guarantees a mosaicking best quality photos that comprise Koeler plant.

Keywords: Koeler Plan, Photographical Survey, Mosaicking, Georeferencing, Affine Transformation.

Introdução

A utilização de documentos cartográficos históricos em pesquisas diversas, vem mostrando-se cada vez mais imprescindível para o conhecimento e preservação deste acervo. Esses arquivos serviram para as gerações posteriores terem a compreensão de seus antepassados, dos seus costumes, das suas tradições, das suas crenças, dos seus hábitos e principalmente dos detalhes da ocupação e desenvolvimento do espaço ao longo da história no que diz respeito aos traçados dos lugares, planejamento territorial e do que ainda poderia ser explorado. Atualmente, com o auxílio das novas tecnologias, esses acervos se tornam cada vez mais disponíveis e acessíveis ao público em geral.

Situado na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, o município de Petrópolis tem sua história vinculada a um planejamento incomum aos demais municípios brasileiros, pois teve como base um decreto imperial e a definição de uma planta, a Planta de Petrópolis (1846), conhecida como Planta Koeler, que serviu como base para o plano de ocupação do futuro município.

Petrópolis, atualmente, é constituído por cinco distritos, sendo no 1º distrito é que ocorre a sua origem, ou seja, onde foi estabelecido seu local de fundação e a Planta Koeler (Figura 1). A sua fundação é datada, de acordo com AMBROZIO (2012, Vol. XVI, núm. 418 (39)):

Em 16 de março de 1843, a partir da assinatura do imperador Pedro II do decreto imperial que, no Livro da Mordomia, tomou o número 155, visando a fundação de povoado e a construção de residência imperial na futura Petrópolis, exatamente, na antiga fazenda do Córrego Seco que treze anos antes fora adquirida pelo pai de Pedro de Alcântara, o então imperador Pedro I.

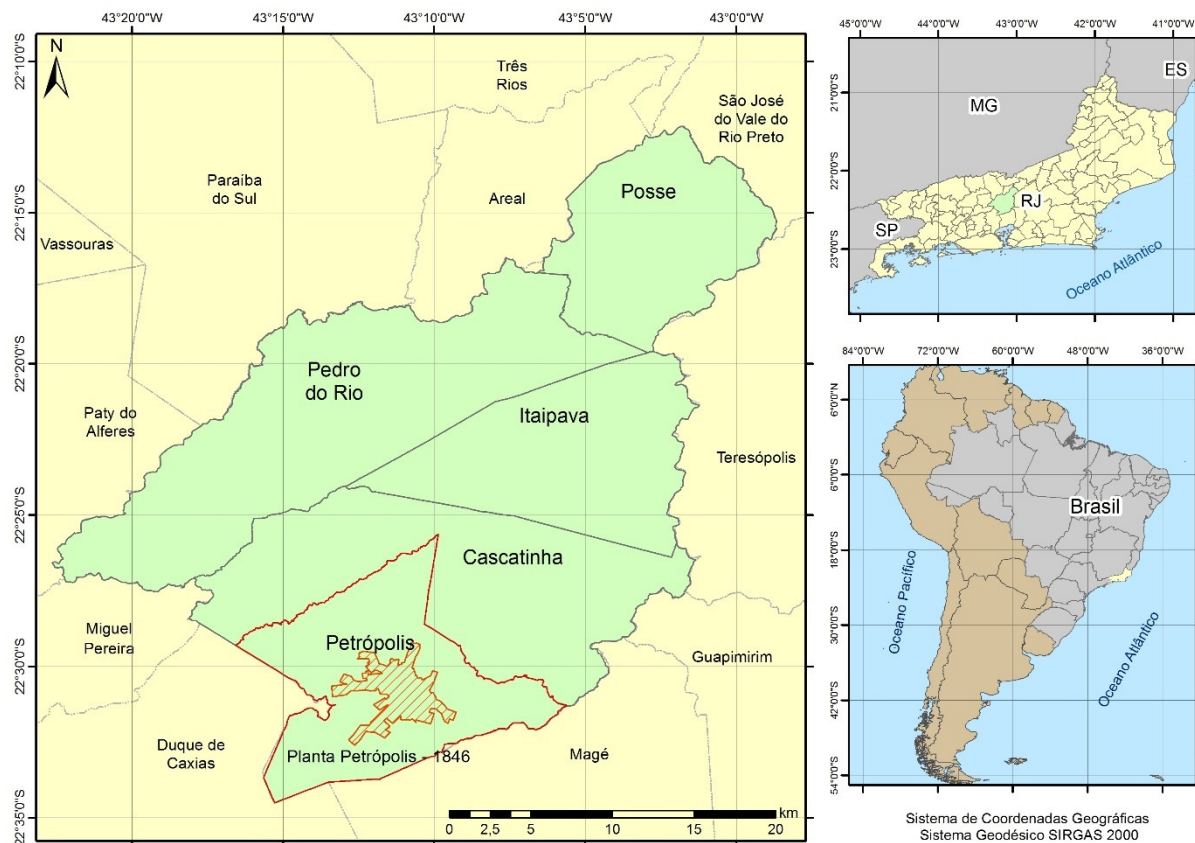


Figura 1. Localização do distrito e município de Petrópolis.

Este decreto aprova o plano do Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa, que previa o arrendamento da Fazenda Imperial, antes nominada Fazenda do Córrego Seco e Fazenda da Concórdia, ao Major Julio Frederico Koeler, migrante alemão que se incorporara no corpo de engenharia militar do exército brasileiro.

Meses após a assinatura do decreto imperial n° 155, um novo decreto imperial datado de 26 de julho de 1843 estabelece as regras de arrendamento da fazenda de Pedro II ao Julio Koeler, decreto este que ficou conhecido como plano de “Povoação-Palácio de Verão” ou plano Koeler. Tal documento, segundo Paula Buarque (1940, p.112), dizia que “O arrendatário, Júlio Koeler, estava obrigado a levantar a planta futura de Petrópolis, do palácio do Imperador e seus anexos, fazendo a divisão das terras imperiais em lotes ou prazos numerados para o aforamento.” O plano Koeler pode ser visto como um planejamento urbanístico que serviu de orientação para o desenvolvimento da cidade de Petrópolis, cujo elemento de referência espacial é a Planta Koeler (1946) (Figura 2).



Figura 2. Planta Petrópolis (1846) – Planta Koeler

Segundo Sá Earp (1996, Ano I, nº 3) e Souza (2013), “A planta contém diferentes elementos cartográficos, como hidrografia, vias, logradouros, bem como os chamados quarteirões coloniais, os quais eram formados por prazos de terra (lotes) e terrenos reservados aos edifícios públicos e religiosos.” Estes prazos (Figura 3) foram destinados a colonos de origem germânica que foram a base da mão-de-obra para a construção das principais edificações do município de Petrópolis, como o Palácio Imperial, atual Museu Imperial.

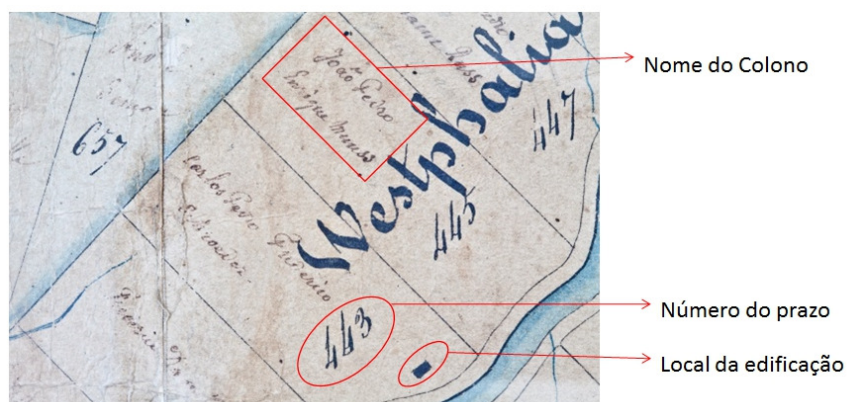


Figura 3. Alguns detalhes da planta Koeler, com a subdivisão de lotes numerados e o nome dos colonos.

A planta encontra-se emoldurada em madeira com uma proteção de vidro na Companhia Imobiliária de Petrópolis, e por conta do seu atual estado de conservação possui uma difícil possibilidade de uso (Figura 4). Em face ao caráter histórico de grande importância deste documento cartográfico, pretende-se criar uma memória digital desta planta antes de sua completa degradação, para que sirva de base para uma série de pesquisas futuras sobre a origem deste município.

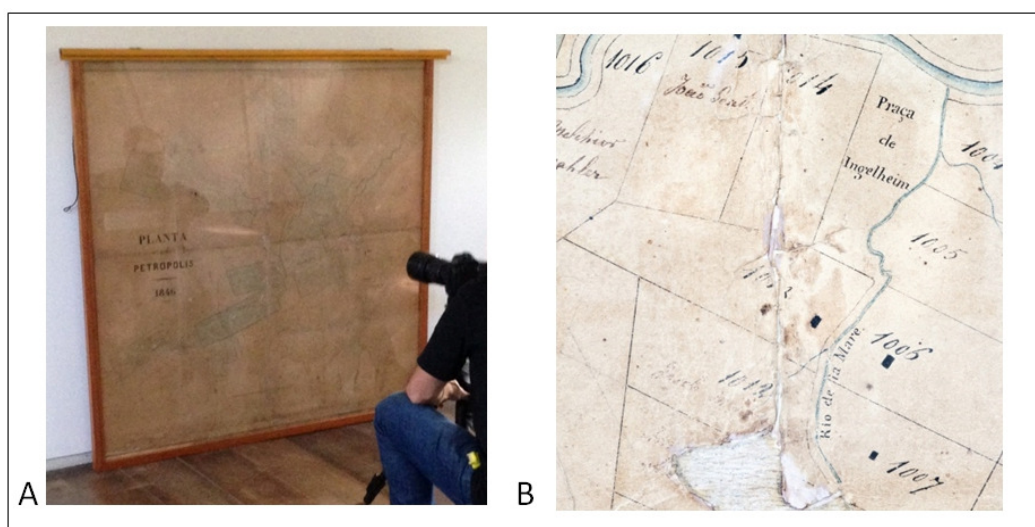


Figura 4. Planta Koeler (A) Tomada total da planta emoldurada (B) Detalhamento de uma das partes deterioradas.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi baseada na captura de cenas de alta resolução de imagem, e posteriormente foram aplicados os métodos de georreferenciamento necessários entre as cenas para que garantissem um melhor ajuste entre as mesmas, e conseqüentemente, a criação de um mosaico de reconstituição da planta satisfatório. Inicia-se então o emprego das técnicas de levantamento fotográfico, onde foi utilizada uma câmera digital de alta resolução, um sistema de trilho e uma haste com variação de tomada vertical (Figura 5). A partir destes materiais definiu-se uma distância focal que permitisse a captura de cenas que possuíssem resolução espacial própria, e que facilitasse a identificação de detalhes de suma importância, como os topônimos e outros elementos planimétricos

da planta. As características e especificações do equipamento fotográfico utilizado são apresentados na tabela 1.



Figura 5. Sistema utilizado com o trilho, haste e câmera digital de alta resolução para o processo de levantamento fotográfico.

Tabela 1 – Características do equipamento fotográfico utilizado

ITEM	DESCRIÇÃO
Câmera	Canon EOS 5D Mark II
Lente	fixa Canon 100mm
Abertura	f/25 a f/18
Velocidade	3,2" a 30"
Distância	1 metro (câmera x planta)

O resultado deste levantamento gerou digitalmente 191 fotografias, que primaram pela preservação das informações contidas na planta. Com o intuito de gerar um mosaico reproduzindo a planta por estas fotos, ela foi dividida em 4 partes (quadrantes), separados pela metade dos eixos, que formarão os 4 mosaicos iniciais parciais que ao serem agrupados reproduzirão a planta, e juntamente com as fotografias individuais foi montado um fotoíndice esquemático (Figura 6) que permitiu a visualização do conjunto fotografado e identificação das fotografias por códigos.

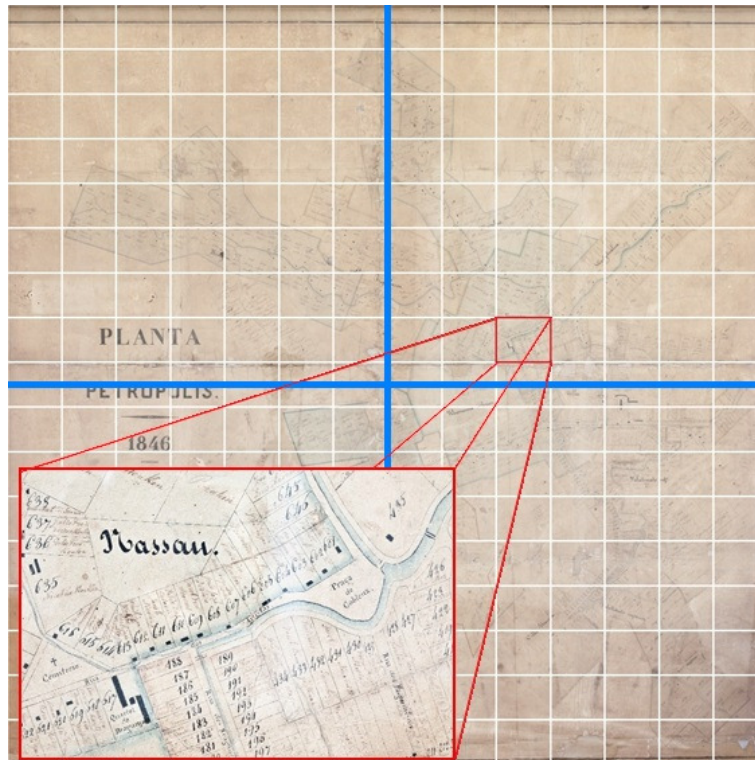


Figura 6. Fotoíndice aproximado das fotografias levantadas, organizadas de acordo com os nossos quadrantes e códigos.

Assim, iniciou-se o processo de georreferenciamento entre as fotos, vale ressaltar que este processo deu-se de uma foto em relação a outra, começando pela fotografia (por quadrante) mais ao extremo diagonal dos eixos, não sendo adotado nenhum sistema de posicionamento terrestre neste momento. A ideia é que este posicionamento terrestre seja realizado somente no mosaico resultante deste trabalho. O georreferenciamento foi realizado a partir da identificação de pontos reconhecidos nas duas fotografias, que são conhecidos como Pontos de Controle, eles são responsáveis pelo ajuste das coordenadas de cada pixel entre as duas fotos. Antes da escolha dos pontos, foram analisados alguns critérios para a localização e quantidades dos pontos de controle a serem utilizados. Foi assumido para o georreferenciamento de um par de fotografias, 10 pontos de controle terrestre distribuídos de maneira mais uniforme possível dentro da área de sobreposição entre as fotografias (Figura 7). Para tal foi utilizado o software *ArcGIS 10.1*, tendo como referência a Transformação Polinomial de 1ª Ordem (Transformação Afim). Esta transformação assume a característica global e implica em translação, variação

de escala, obliquidade e rotação, mantendo o mesmo padrão de distorção por toda a imagem. A utilização deste tipo de transformação foi adotada por conta dos resultados obtidos por Fernandes, *et al.* (2015) que testaram uma série de algoritmos de georreferenciamento para esta planta e apontam a Transformação Polinomial de 1ª Ordem (Transformação Afim) como a que apresentou melhores resultados para estas fotografias.



Figura 8. Georreferenciamento do par de fotografias. Em vermelho a área total das duas fotos utilizadas, em azul a área de sobreposição de onde foram extraídos os pontos de controle, e as cruzetas vermelhas são os pontos de controle.

Resultados

Aos poucos, os mosaicos de cada quadrante foram surgindo e uma particularidade implicou diretamente no seu formato (Figura 9), pois a distorção gerada pela transformação durante o processo de georreferenciamento se comporta de forma individual para cada fotografia, assim, cada foto se deforma de uma maneira para garantir uma melhor junção. Conforme o conjunto de fotos aumenta, a tendência é que as fotografias das extremidades sejam as mais deformadas se comparadas com as mais próximas da fotografia base.



Figura 9. Mosaicos parciais dos primeiros quadrantes da planta Koeler.

A partir destes mosaicos, fez-se um teste utilizando o software *Adobe Photoshop CS6* na tentativa de combiná-los e garantir uma composição satisfatória dos mosaicos para reprodução da planta digital no futuro. Serão ainda realizadas outras avaliações para validação e o uso das ferramentas do software, assegurando a qualidade do produto final.



Figura 11. Mosaico resultante da união dos dois primeiros quadrantes.

Conclusões

A partir desta definição o trabalho de reconstituição da Planta Koeler foi iniciado e tem mostrado bastante coerência com os dados levantados. Os primeiros quadrantes já encontram-se mosaicados, e em breve com todo o conjunto pronto será realizado outro georreferenciamento para ajustar o mosaico final a um sistema de coordenadas terrestres, visando integrar esta planta como um plano de em um sistema de informações geográficas histórico do município de Petrópolis.

Os resultados são promissores, entretanto, apontam que mesmo tendo sido tomados todos os cuidados durante o levantamento fotográfico, as feições homólogas das fotografias encontram-se desalinhadas, sendo necessárias ajustá-las por meio de uma transformação que garanta uma mosaicagem de maior qualidade das fotos que compõem a planta Koeler.

Na verdade, tudo o que se mede ou se modela está sujeito a erros e esses erros respondem pela qualidade do produto em análise. A questão não é a busca da perfeição mas sim o conhecimento da incerteza e saber se esta se adequa ou não ao trabalho proposto.

Referências bibliográficas

AMBROZIO, J.C.G. O Território da Enfeuse e a Cidade de Petrópolis - RJ, Brasil. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, vol. XVI, nº 418(39), p. 1-7, 2012.

ArcGIS. Fundamentals of georeferencing a raster dataset - Help 10.1. 2015. In: <http://resources.arcgis.com/en/help/main/10.1/index.html#//009t000000mn000000>. Acesso em: 15/05/2015.

FERNANDES, M. C.; SANTOS, D. F.; BRITO, T. L. F.; SOUSA, G. M.; MENEZES, P. M. L. Digitalização da planta Koeler através de levantamento fotográfico: em busca da manutenção de acervo cartográfico histórico do município de Petrópolis (RJ) In: Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Braga: Universidade do Minho, 2015. p.269 - 285.

MARCUZZO, F. F. N.; ANDRADE, LR de; MELO, D. C. R. Métodos de Interpolação Matemática no Mapeamento de Chuvas do Estado do Mato Grosso. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 4, n. 4, p. 793-804, 2011.

PAULA BUARQUE, A. História e Historiographos da Cidade de Petrópolis. Rio de Janeiro: O Livro Vermelho dos Telefones, 1940.

RABAÇO, H.J. História de Petrópolis. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.

SÁ EARP, A.L. Os quarteirões. Revista de Petrópolis, Ano I, n.º 3, Setembro de 1996. Disponível em: http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/alse19941025.htm. Acesso em: 15/04/2014.

SOUZA, B.C.P. A Toponímia como uma forma de resgatar a memória do lugar. Anais do V Simpósio Luso - Brasileiro de Cartografia Histórica, Petrópolis, 2013. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/77/100/beatriz_simposio-luso-brasileiro-2013_1379385701.pdf. Acesso em: 19/01/2013.

Sessão: Cartografia Histórica e Toponímia

A naturalidade e a difusão do topônimo 'Barra da Tijuca' no cenário da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro a partir do século

XIX

Tainá Laeta¹

Gabriel Lousada¹

Paulo Márcio Leal de Menezes¹

Manoel do Couto Fernandes¹

¹**Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Laboratório de Cartografia (GeoCart)

tainalaeta@gmail.com; gabriel_lousada@hotmail.com; pmenezes@acd.ufrj.br;

manoel.fernandes@ufrj.br

Introdução

Desde o período da independência brasileira, o Rio de Janeiro era uma cidade marcada por ser pequena e com uma estrutura pouco diferenciada em relação as demais. No século XVIII ganha certa prosperidade com o papel do porto, onde a cidade começa a exportar ouro e diamante vinda das Minas Gerais. E não menos, deve-se destacar que a vinda da família real portuguesa, trouxe um grande impulso para a cidade. No decorrer do século XIX é caracterizada por um período de grande expansão, tendo um ritmo acelerado no seu desenvolvimento, transformando o velho burgo colonial em grande metrópole (BERNARDES & SOARES, 1995).

A acumulação das funções de capital política, financeira, administrativa, porto, industrial e metrópole regional, mais diretamente para a parte sudeste do país, traz consigo como consequência direta o aumento o seu espaço urbano da cidade, conquistando a planície, as colinas e os vales, avançando sobre os brejos, os mangues e também sobre a montanha, implicando em um recuo da linha do litoral. Esse momento também é marcado pela grande produção de café, contribuindo para a povoação da região, multiplicando fazendas e criando 'cidades'. Parte da riqueza então adquirida serviu para o surgimento de novos bairros, inseridos por entre os vales.

Jacarepaguá durante o século XVIII, foi um bom produtor de café e com isso, decorrente dessa da atividade da cafeicultura, sofreu um grande

desflorestamento de suas encostas. Essas encostas foram posteriormente regenerando sua vegetação, após a decadência e retirada do café. Vale destacar que esse problema não se ateve somente a Jacarepaguá, mas sim a outras regiões, como no Alto da Tijuca, somando-se a isso também o cultivo da cana-de-açúcar, levando o bairro no século XVIII a possuir 11 engenhos, sendo considerada no século XVIII uma das zonas de cultivo mais ricas do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 1995).

O processo de ocupação da região de Jacarepaguá se deu inicialmente pela ligação por bonde com o bairro de Cascadura. Onde até os dias atuais a região mantém uma estreita ligação com os bairros de Cascadura e Madureira pela porção nordeste de Jacarepaguá, sendo uma região que se caracteriza por ser bem abastecida de uma rede hidrográfica, que embora de pequeno porte, quase todos os rios desembocam nas lagoas da Tijuca, Camorim e Marapendi.

A Barra da Tijuca, ao longo da estrada de Jacarepaguá e em sua extensa restinga apresenta alto grau de ocupação. O processo se inicia por volta das décadas de 1960/1970 em direção a São Conrado e Barra da Tijuca, em decorrência do adensamento principalmente a partir dos anos de 1920 de Copacabana e posteriormente os bairros do Leblon, Ipanema, Gávea e outros. Essa nova frente de urbanização tem como característica a extensão das áreas residenciais litorâneas situadas ao longo do eixo Copacabana-Ipanema-Leblon. Sendo regulamentada a partir de 1969 com a elaboração de um plano urbanístico, denominado, 'Plano da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca', de autoria de arquiteto Lucio Costa, na gestão do governador Francisco Negrão de Lima (1968/1971) (LEITÃO, 1999).

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o nascimento do topônimo 'Barra da Tijuca' a partir de mapas históricos juntamente com a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Estudos apontam que os topônimos têm muitas vezes associação com entidades geográficas a qual estão relacionados. No caso deste estudo o nome pode estar associado afeição geomorfológica de barra, que pode ser entendida como um banco de areia ou outro material à boca de um rio. E também a já existência do topônimo do maciço da Tijuca, rio Tijuca, Ilhas Tijuca, lagoa da Tijuca, implicando no segundo nome do topônimo da 'Barra da Tijuca'.

Área de Estudo

A região da baixada de Jacarepaguá se encontra localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Uma particularidade desta região é estar confinada entre dois maciços, sendo eles o maciço da Tijuca a nordeste e o maciço da Pedra Branca à noroeste. Já ao sul a baixada encontra-se limitada pelo oceano Atlântico, contando com os bairros do Joá, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Grumari. Nesse sentido, ganha destaque nos últimos anos no cenário carioca o bairro da Barra da Tijuca, principalmente a partir do final dos anos de 1960, com a construção do elevador do Joá e também a auto estrada Grajaú-Jacarepaguá (Av. Menezes Cortes) com o objetivo de estabelecer uma ligação respectivamente entre a zona sul e zona norte da cidade com a nova área de expansão urbana (figura 1).

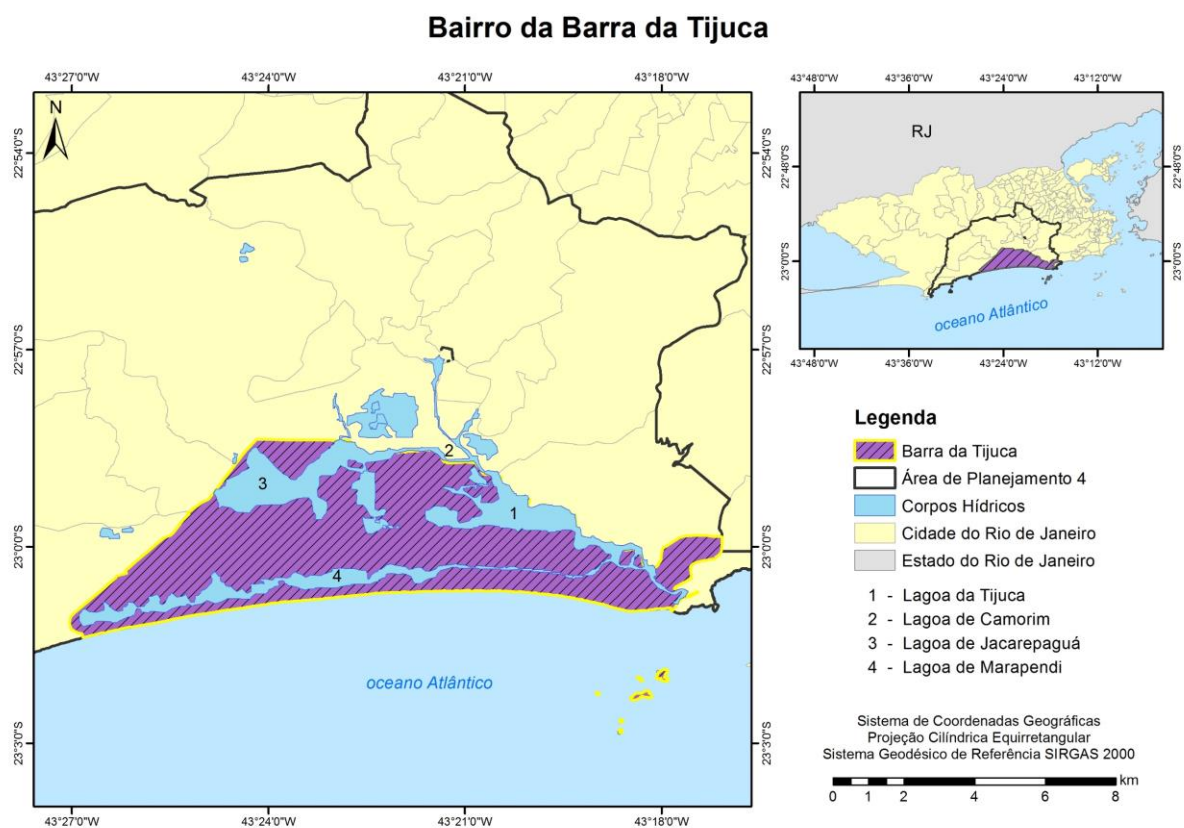


Figura 1. Localização do bairro da Barra da Tijuca

Materiais e Métodos

Para a elaboração do trabalho, foram realizadas as seguintes etapas: primeiro foram feitas as aquisições dos mapas 'Mappa do Municipio Neutro - 1880', de autoria de E. de Maschek, contando com as dimensões de 71 cm x 103 cm, que se encontra sob os cuidados da Biblioteca Nacional. Como também, o uso 'Carta do Districto Federal - 1922', elaborada pelo Serviço Geographico Militar que foi obtida na mapoteca do Laboratório de Cartografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir desses dois mapas foi feito o processo de identificação de forma de escrita do topônimo 'Barra da Tijuca' e também do topônimo 'Tijuca'.

Junto ao material histórico cartográfico, foi realizado concomitantemente o estudo da bibliografia referente a área específica estudada, como também a história da cidade do Rio de Janeiro. E assim, por último, realizar uma análise do aparecimento do topônimo 'Barra da Tijuca', correlacionando a possível ocorrência da feição geomorfológica, ou seja, ao meio físico e a segunda palavra as ilhas, rios e morro, que já carregavam em seu nome o topônimo Tijuca.

Discussão

Os nomes dos lugares está em muito relacionado a atividade humana, como uma relação de identificação. Segundo Santos (1996) & Tuan (1977), pode-se entender lugar como sendo ligado com as relações de proximidade e afetividade que os indivíduos estabelecem com determinada porção do espaço, isso muito atrelada ao seu cotidiano. No lugar estão expressos as relações de sentimentos que os indivíduos constroem com os seus valores, assim o lugar está diretamente relacionado as experiências culturais e conseqüentemente a identidade e ao cotidiano de um indivíduo e também de uma sociedade.

Segundo Dick (1990), cada povo com suas especificidades culturais faz com que o nome dado, se transforme em um ato de registro civil, pois se caracteriza pela identificação das pessoas e do lugar. O que se pode destacar é que o ato de nomear vai além de apenas uma nominação, pois pode estar relacionado as relações de poder de um território.

Segundo o Grupo de Peritos em Nomes Geográficos da ONU, o nome geográfico pode ser definido como um nome aplicado a qualquer feição sobre a

superfície terrestre. Para o nome Barra da Tijuca é muito a colocação de Barbosa (2004, apud SANTOS, 2008), onde é aceito internacionalmente que o topônimo é composto por duas partes, em que a primeira estaria relacionada mais ao aspecto geral, isto é, algum tipo de acidente geográfico natural ou construído pelo homem e a segunda parte seria a denominação própria e específica, trazendo assim de forma conjunta uma singularidade a feição geográfica denominada.

Na bibliografia estudada, chama a atenção para o livro o 'O Sertão Carioca' de Magalhães Correa (1936), onde o autor apresenta a possível surgimento do nome 'Barra da Tijuca', relacionando a feição geomorfológica de uma restinga/barra (*Barrier Spit*). O que curiosamente, é possível observar pelo exemplo da figura 2, a formação dessa feição tanto no 'Mapa do Município Neutro' de 1880, quanto na 'Carta do Distrito Federal' de 1922.

A feição geomorfológica é definida pelo IBGE (2009) como:

Feição linear subparalela à linha de praia, formada pelo acúmulo de sedimentos decorrente da ação de processos marinhos. É um tipo de barreira costeira que se restringe apenas ao cordão litorâneo que fecha parcialmente as embocaduras de rios, as angras, baías ou pequenas lagunas. Ocorre nas planícies litorâneas de contorno irregular, nas proximidades de desembocaduras de rios e falésias que possam fornecer sedimentos arenosos.

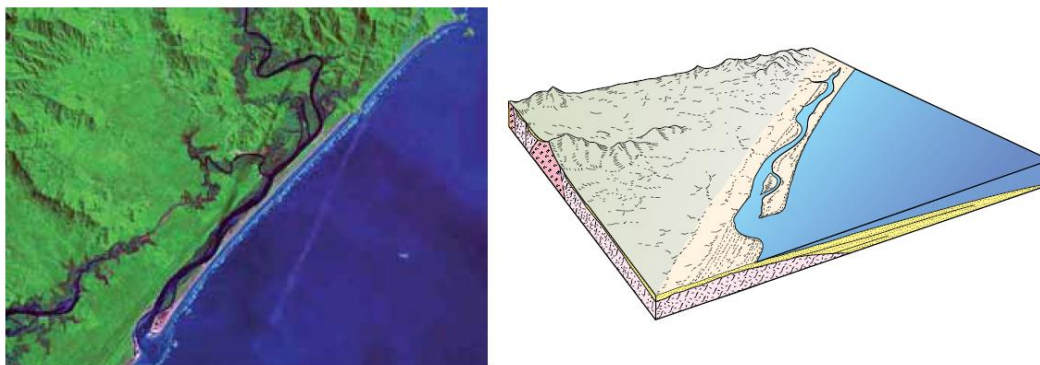


Figura 2: Feição geomorfológica de uma restinga

Fonte: IBGE, 2009

Após a transferência da Corte Portuguesa no primeiro decênio do século XIX para a cidade do Rio de Janeiro, sendo esta capital do Império, especulou-se que a partir desse momento seria conquistado a sua autonomia da Província do Rio de Janeiro, da mesma forma que as demais províncias obtiveram tal conquista.

Entretanto, o que ocorre é que no ano de 1834, aprovado pela lei nº 16 de 12 de agosto, dentre muitas mudanças ocorridas, principalmente no que refere ao Capítulo V da Constituição, onde, por exemplo, se extingue os Conselhos Gerais de Província e em substituição são criadas as assembleias legislativas provinciais, com poderes de legislar sobre a economia, justiça, educação e outros. Também transforma a cidade do Rio de Janeiro em Município Neutro, que permanece ainda como capital do país e passa a ter uma Câmara Municipal. Destaca-se que o processo de criação da cidade-capital brasileira, determina concomitantemente a sua subordinação ao governo central, quanto a sua diferenciação frente aos demais municípios.

A partir daí também a província passa a ter a mesma organização político-administrativa que as outras províncias, conquistando sua autonomia política e administrativa, ganhando uma nova capital, denominada de Vila Real da Praia Grande e que em 1835 passaria a se chamar Niterói. Em contrapartida, passa a não mais gozar de abrigar a maior cidade, o principal porto e o centro político do Império (MOTTA, 2001).

No ano de 1889, com a implantação da República, a cidade continua como capital nacional e o Município Neutro se transforma em Distrito Federal e a província em estado. A posterior mudança que ocorre é a transferência da capital do litoral para o interior do país, ou seja, do Rio de Janeiro para Brasília na data de 21 de abril de 1960 através da Lei nº 3.273, art. 1º (BRASIL, 1957), onde o município do Rio de Janeiro torna-se estado da Guanabara.

A partir do mapa 'Mappa do Municipio Neutro - 1880', de autoria de E. de Maschek (figura 3), é possível verificar que o topônimo 'Barra da Tijuca' não aparece, mas destaca-se os topônimos de 'Ilhas de Tijuca', 'Rio da Tijuca' e 'Morro da Tijuca', assim como a simbolização por pontos identificando uma povoação no local onde encontra-se atualmente o bairro em questão.

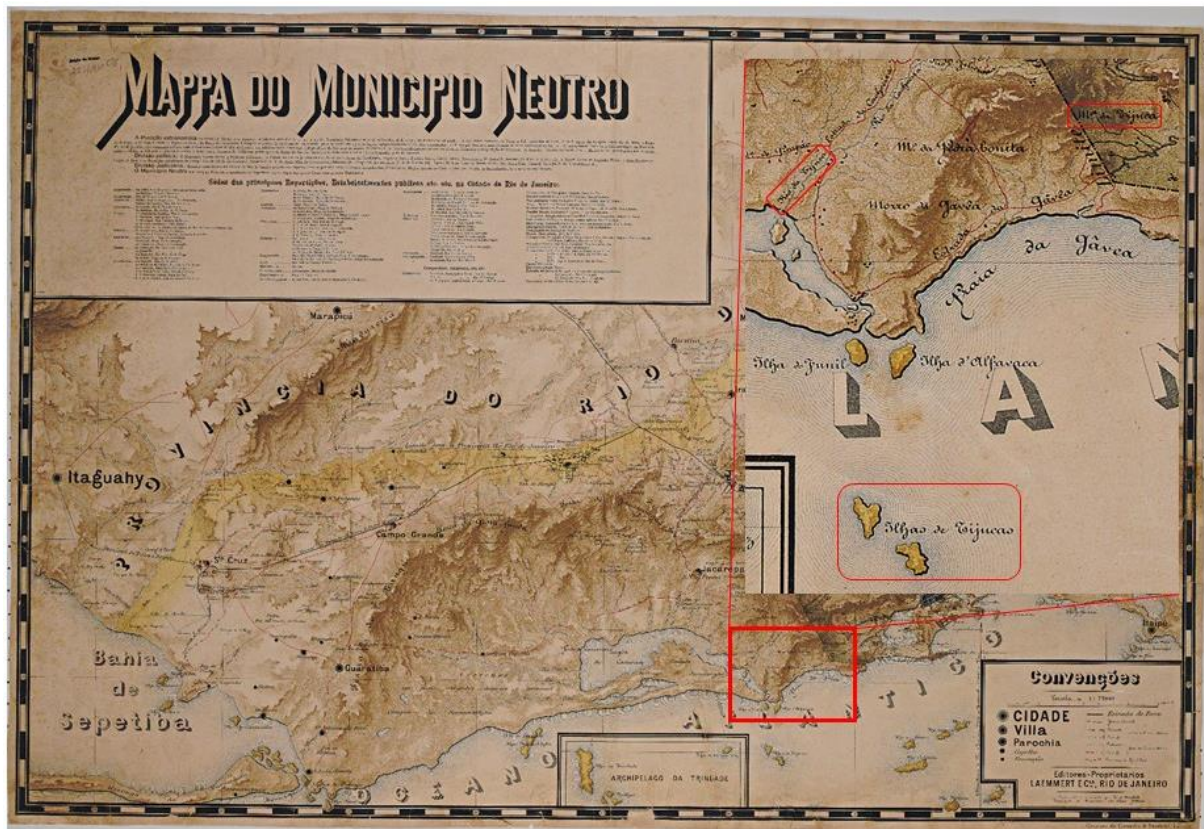


Figura 3: 'Mapa do Município Neutro' de 1880

Fonte: Biblioteca Nacional

Já no segundo mapa estudado: 'Carta do Districto Federal - 1922', elaborada pelo Serviço Geographico Militar (figura 4), observa-se já a ocorrência dos topônimos 'Barra da Tijuca' e também o da Lagoa da Tijuca, porém em contrapartida há a ausência dos topônimos 'Ilhas de Tijuca', 'Rio da Tijuca' e 'Morro da Tijuca'. Assim, sugere-se que o topônimo tenha surgido em mapas a partir do ano de 1880 e antes do ano de 1922,

O nome Tijuca de origem tupi, que significa *Tuyuca - ty-yuca*, a lama, o brejo e o tijuco, aparece primeiramente no topônimo lagoa da Tijuca para a referida região (zona oeste). Pois tem-se outras citações como, por exemplo, 'massiço' da Tijuca, pico da Tijuca, Tijuca (bairro). O autor localiza a Barra da Tijuca, associando a restinga de Jacarepaguá, onde está situado uma colônia de pescadores.

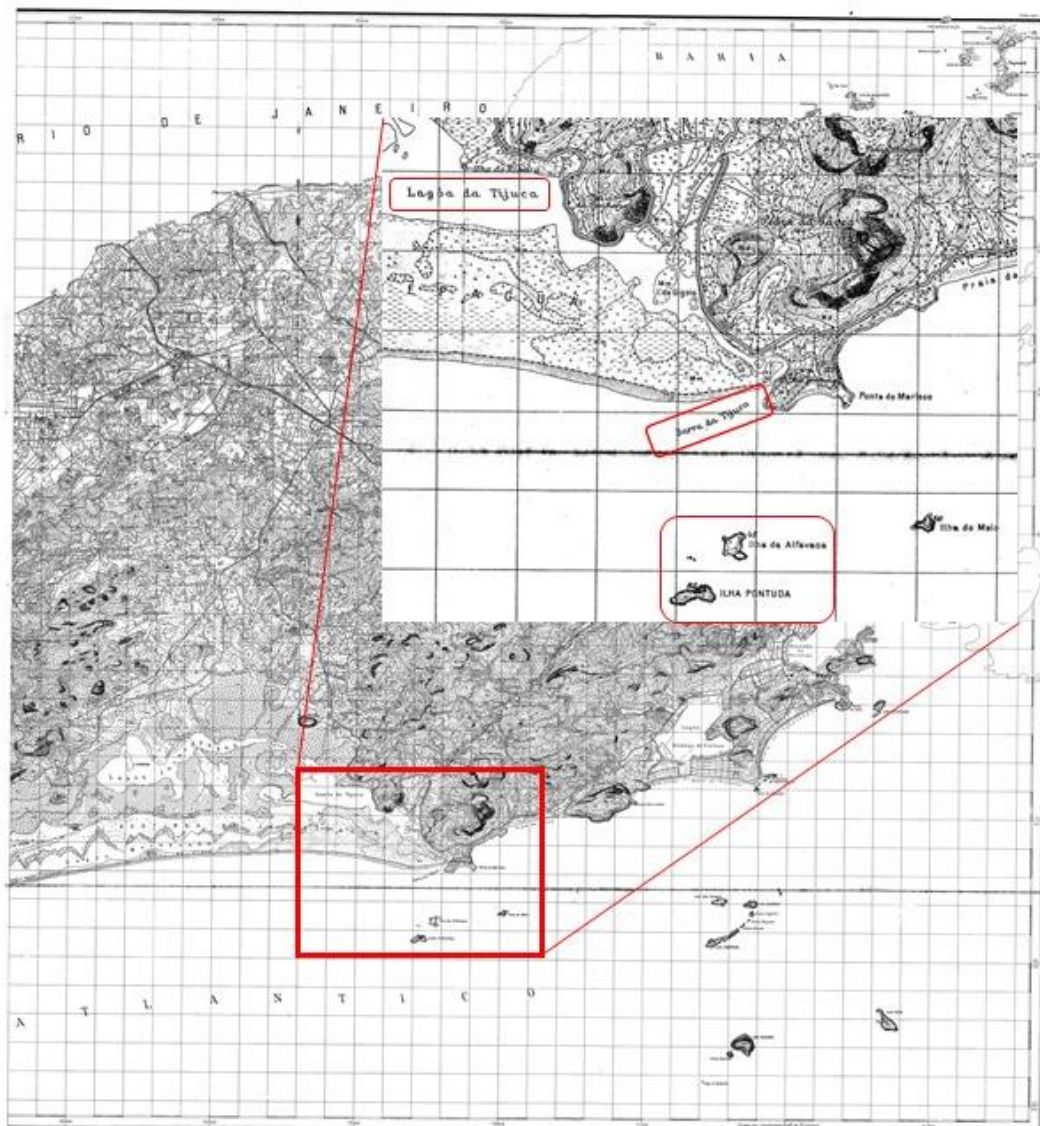


Figura 4: 'Carta do Districto Federal' de 1922

Autoria: Serviço Geográfico Militar/Fonte: Diretoria do Serviço Geográfico

Conclusão

A partir do exposto acima, de material histórico cartográfico e da bibliografia, sugere-se que o topônimo tenha surgido em mapas a partir do ano de 1880 e antes do ano de 1922, concomitante a este período é construída a Avenida Oscar Niemeyer, nos anos de 1920, que apesar da região não apresentar um adensamento significativo, nesse momento a orla oceânica de Copacabana-Ipanema-Leblon estão em crescente expansão, mostrando indícios com a construção da referida avenida.

Acrescenta-se que o topônimo 'Barra da Tijuca', se encontra nas derivações dos nomes geográficos definidas pelas Nações Unidas, como um corônimo, pois está relacionado a uma feição areal, que pode ser uma planície ou uma área plana com limites reconhecíveis. E que este carrega consigo, uma palavra de origem tupi, que foi a língua mais falada na parte costeira do Brasil.

Bibliografia

ARAÚJO, C. Jacarepaguá Antigamente. Belo Horizonte: Carlos Borges Editora, 1995.

BRASIL, 1957. Lei nº 3.273, de 1 de outubro de 1957. Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3273.htm>. Acesso: 10 agosto 2016.

BERNARDES, L. & SOARES, M.T.S. Rio de Janeiro: cidade e região. 3ª ed. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

CORREA, M. O Sertão Carioca. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1936

DICK, M.V.P.A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. Geo Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: 1990.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Manual Técnico de Geomorfologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE.

LEITÃO, G. A construção do eldorado urbano - o plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá - 1970/1988. Niterói: EdUFF, 1999.

MOTTA, M.S. O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

SANTOS, C.J. Geonímia do Brasil : a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia - UFRJ. 2008

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1977.

Técnicas para o estudo da dinâmica toponímica

Levy Pereira (Colaborador LEHS/UnB)– pereiralevy@yahoo.com
Jorge Pimentel Cintra (Escola Politécnica da USP) – jpcintra@usp.br

Resumo

O objetivo do presente trabalho é propor uma metodologia para a identificação de topônimos na cartografia histórica e sua variação com o passar o tempo. São comentadas algumas dificuldades e as competências desejáveis na equipe de trabalho, tais como a paleografia, o domínio de línguas, como o latim ou o holandês arcaico, o tupi e outras. São apresentados os passos metodológicos iniciais e as sugestões para montar e trabalhar iterativamente a tabela de correspondência entre seus topônimos, estabelecendo seu sincronismo espacial e temporal. Descrevem-se procedimentos de identificação precisa ou probabilística dos topônimos, tais como contar com as coordenadas geográficas (latitude e longitude) para delimitar a região de busca do topônimo correspondente em mapas atuais, incluindo os casos em que os mapas não estão graduados em longitude. Expõe-se o emprego do Google Earth™ nesse objetivo, com a visualização dos acidentes geográficos tais como descritos nos roteiros, desenhados nos atlas marítimos e vistos pelos marinheiros e, em terra, pelos primeiros exploradores, colonizadores e nativos. Outras considerações são feitas a respeito: do diferente grau de certeza na identificação dos acidentes geográficos; do grau de generalização do mapa em função da escala; da ajuda que podem prestar os roteiros escritos (diálogo interdocumental). Essa metodologia foi sendo desenvolvida e aplicada interativamente na identificação da toponímia das costas brasileira e uruguaia, no período de 1500 a 1700, analisando-se cerca de 180 mapas, num total de mais de 7.600 topônimos, estabelecendo a base para a criação de um dicionário de topônimos dos primeiros mapas dessas costas.

Palavras-chave: Toponímia, dinâmica toponímica, Topônimos da costa brasileira, Metodologia para a identificação de topônimos.

Introdução

O presente trabalho resume o método que se vem desenvolvendo para o Projeto Dinâmica da Toponímia da costa brasileira no período de 1500 a 1700. Nesse projeto maior, foram selecionados 182 mapas, cartas singelas ou pertencentes a 22 atlas, um livro de marinharia, e um roteiro desse período, abrangendo toda a costa brasileira, num total de mais de 7.600 topônimos.

Como os topônimos de um mesmo acidente geográfico variam ao longo do tempo, o desafio é estudar a dinâmica dessas mudanças, procurando identificar os diferentes nomes atribuídos a um mesmo local, através da análise comparativa dos diversos mapas e documentos históricos que o citem.

Nessa tarefa estão sendo empregadas diferentes técnicas e métodos, desenvolvidos e aperfeiçoados durante o processo. O objetivo do presente trabalho é apresentar as conclusões preliminares, que podem servir como um

caminho para outros pesquisadores, inclusive para os que queiram somar-se ao presente projeto.

O método de estudo da *Dinâmica da Toponímia da costa brasileira*

Uma vez selecionados os mapas, roteiros e outras fontes, foram obtidas suas imagens digitalizadas. O passo seguinte foi paleografar e relacionar seus topônimos, classificando esses documentos por tipos ou famílias, utilizando a semelhança toponímica, combinada com outros critérios. Criamos 4 Tipos:

- Tipo A (1500-1508) – Documentos coevos e mapas primitivos com escala de planisfério e baseados em padrões produzidos nos centros cartográficos de Portugal e Espanha, baseados nos levantamentos de Américo Vespúcio, Juan de la Cosa, e outros, com toponímia pioneira de terminologia marinheira, em espanhol, português ou latim.
- Tipo B (1519-1586) – Documentos e mapas do século XVI, desenhados em escala apropriada para a América Meridional ou a grandes segmentos da costa do Brasil, baseados nos padrões reais de Espanha e Portugal, e adições dos centros cartográficos de Dieppe (França), Países Baixos, com toponímia pioneira ou de renomeação, com terminologia marinheira, em português, espanhol, latim ou francês, baseada nos levantamentos como os de Juan de Solís, Diogo Garcia, João de Lisboa, Cristovão Jaques, Martim Afonso de Sousa, Sebastian Caboto, Rodrigo Alvarez.
- Tipo C (1616-1667) – Documentos e mapas do século XVII, baseados no padrão delineado por João Teixeira Albernaz I entre 1616-1627, ou acrescido de contribuições da cartografia neerlandesa no saliente nordestino (1630-1647), em escalas adequadas para representar a costa do Brasil; com toponímia pioneira ou de renomeação, em português, espanhol, tupi, latim ou neerlandês ou com alguma estropiação dos termos; baseada nos levantamentos portugueses, como os de Pero Coelho de Sousa (1603), os ordenados pelo Governador e Capitão Geral Diogo Botelho (1600-1625), nos levantamentos neerlandeses, com destaque para os coordenados pelo Escritório Marítimo do Recife, e por Georg Marcgrave (1635-1643).
- Tipo D (1629-1683) – Documentos e mapas do século XVII, baseados no padrão de João Teixeira Albernaz I (1629-1643), ou neste com implementações da cartografia neerlandesa na costa norte e saliente

nordestino do Brasil entre 1630 e 1647; em escalas adequadas a representar a costa do Brasil ou seus segmentos, com toponímia pioneira ou de renomeação, em português, tupi ou neerlandês, com alguma estrofiação.

Constatou-se que a evolução toponímica por renomeação ocorreu de forma descontínua no tempo, variando bastante por segmento da costa considerado – o caso mais complicado constatado, com o maior número de renomeações, está no trecho da costa norte do Brasil, entre o Amapá e o Maranhão, historicamente disputada por Portugal, Espanha, França, Países Baixos e Inglaterra. Essa grande variação toponímica também ocorreu no trecho que vai do sul do Paraná ao Rio da Prata, disputado por Portugal e Espanha. Isso, combinado com a evolução das técnicas cartográficas no século XVII, resultou na superposição temporal entre os mapas Tipo C e D, evidenciando a existência de assincronia evolutiva no século XVII.

A Tabela 1, abaixo, fornece dados quantitativos do projeto.

Tabela 1 – Dados quantitativos do Projeto *Dinâmica Toponímica*

Tipo de Mapa	Número de mapas	Total de topônimos	Média
Tipo A (1500-1508)	6	161	27
Tipo B (1519-1586)	24	1989	83
Tipo C (1616-1667)	83	3279	39
Tipo D (1629-1683)	69	2244	32
Totais	182	7673	42

Organização do trabalho e da pesquisa

Foram montadas quatro tabelas com os metadados de identificação dos mapas de cada Tipo. Na Tabela 2, exemplifica-se com a tabela com um trecho dos metadados dos mapas do Tipo A. As colunas correspondem ao nome do mapa, autor do mesmo, ano de confecção, centro ou escola cartográfica que o produziu e a fonte de onde se obteve a imagem digital, agregando-lhe um hiperlink, para que o pesquisador possa facilmente visualizar o mapa e obter dados adicionais específicos (dimensões, escala e proveniência).

A seguir, para o estudo comparativo, os topônimos dos mapas foram relacionados em quatro planilhas, uma para cada Tipo. As planilhas ordenam os topônimos cronológica e geograficamente, e para isso eles são inseridos nelas conforme as seguintes regras: a) A cada coluna na planilha corresponde um mapa, ou mapas de um mesmo atlas; b) As colunas estão dispostas ordenadas

cronologicamente da esquerda para a direita; c) Os topônimos são lidos sequencialmente, no sentido horário ao longo da costa; d) Os topônimos são anotados sequencialmente nas linhas da coluna correspondente, e dispostos, de cima para baixo; e) Anota-se o topônimo observando-se sua relação geográfica com os topônimos nas demais colunas. Se for reconhecido como homônimo de um mesmo acidente, é anotado na mesma linha; se não, insere-se uma nova linha; f) Deve-se manter a grafia original de cada topônimo a mais exata possível, inclusive procurando utilizar o tipo de letra mais assemelhado à grafia original, por isso ser indício importante para a análise filológica; g) Na última coluna, anota-se a identificação precisa do acidente geográfico (nome atual), ou sua identificação geográfica probabilística e comentários relevantes.

Tabela 2 – Metadados dos mapas do Tipo A – Século XVI (1500-1508)

Mapa	Autor	Ano	Centro cartográfico	Fonte
[Mapa de Juan de la Cosa].	Juan de la Cosa	1500	en el puerto de S: M ^a , (Espanha)	Museo Naval of Madrid. David Rumsey Map Collection • 0702.013.
Fragment du planisphere envoyé de Lisbonne à Hercule d'Este ... [por Alberto Cantino].	Anônimo	1502	Portugal	Bibliothèque nationale de France • IFN-5970559
[Carta del Cantino] : charta del navicare per le isole novamente trovate in la parte de l'India ...	anônimo	1502	[Itália, cópia de mapa português]	Biblioteca Estense, Modena, Italia. • C.G.A.2
[Planisphere nautique] / Opus Nicolay de Caverio ianuensis	Nicolaus de Caverio	1506	Gênova, Itália	Bibliothèque nationale de France • IFN-55007075
Universalis cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespuccii alioru[m]que lustrationes	Martin Waldseemüller	[1507]		Library of Congress, USA. • G3200 1507 .W3
Universalior cogniti orbis tabula ex recentibus confecta observationibus Ptolemaeus	Johannes <u>Ruysch</u>	1508	Países Baixos	Biblioteca Nacional (BN), Brasil. • cart209325

Nessa disposição, uma linha corresponde a um acidente geográfico, podendo estabelecer a homonímia, evidenciando a evolução de seu nome ao longo do tempo. Estabelece, também, um vínculo entre os topônimos de vários mapas num intervalo entre feições conhecidas.

Outro recurso foi o uso de cores para assinalar a homonímia e a sincronia na sequência dos acidentes geográficos, como se pode ver na Tabela 3, que contém os topônimos entre a foz do Rio Amazonas e a Baía de São Marcos (Maranhão). As cores utilizadas nessa Tabela são o lilás, para indicar um erro de posicionamento, ou sequência, o verde para assinalar topônimos de acidentes geográficos precisamente identificados, e o amarelo para topônimos ainda não identificados pertencentes a intervalos na sequência de topônimos.

Tabela 3 – Topônimos dos mapas do Grupo B, trecho entre a foz do Rio Amazonas e a Baía de São Marcos — ilustração do uso de cores

Terra Brasilis	Gaspar Viegas	Diogo Homem	Bartolomeu Velho	Luis Teixeira
<u>1519</u>	<u>1534</u>	<u>1558</u>	<u>1560</u>	<u>1586</u>
	b d S Joam			R. das Amazonas
			Ilhas planosas	
			costa baixa	
			arboledas	
				r de p° manayo
				Cabo branco
	costa vista	costa descubierta		
	b do ilheo	B do ilheo		
			G da Páscoa	Rio da Páscoa
	coosta / cura	Costa apraçelada	costa das abertas	↑
				Rio de Capicaguamas
	c das baixas	r das baxas	baixas / amgras / praias	↓
	↓	↓	G de S João	↓
	↓	↓	r da pllaia	↓
	↓	↓	costa do pracell	↓
	as baixas		costa das baixas	↓
	r d S Paulo	r. de s palos (paulo)	r de são paulo	Rio de São Paulo
				Rio das Lamas
Almadyas				
	b d diogo leite	B. de Diogo Leite	G de d° lleite	B. de Diogo Leite

R. dos eseptuos	↑	↑	↑	R. dos escravos
↓	r d S marçal	↑	r de s. marcall	↓
↓		R de San Miguel	↓	↓
	costa apcelada	costa apracelada		
	r do parces			
				Serra e trahida / sealvada
	costa dos fumos	terra dos fumos	tera dos fumos	
		b grossa		
		↓	almadias	
	pinare	↓		
	maranhã	O Maranham	r do maranhou	o maranhã

Uma vez estabelecida a posição relativa e a identificação precisa de alguns topônimos, isso permite limitar a busca de correspondências na planilha em trechos entre linhas correspondentes a acidentes geográficos identificados. Em suma, aplica-se um processo iterativo para estabelecer a identificação de um topônimo incógnito, tornando-a precisa ou probabilística com grau de incerteza menor à medida que novas informações são agregadas.

Essa comparação entre diversos mapas permitiu comprovar-se que houve inversão da sequência de topônimos em alguns deles, por distração de escribas ou tipógrafos. Esse método serve como ferramenta eficaz na identificação de topônimos históricos de diversas fontes, tais como mapas, roteiros de navegação, relatórios de expedições e viagens, descrições de percursos, e outros, adaptando-se muito bem ao diálogo interdocumental de fontes históricas e modernas.

Algumas dificuldades e propostas de superação

Apresentam-se neste item algumas etapas, comentando-se suas dificuldades, e como estão sendo superadas.

a) *Paleografia e domínio dos idiomas.* O primeiro passo consiste em decifrar a escrita cursiva nos mapas desse período, tarefa da paleografia, ciência cujos rudimentos se deve conhecer. Algumas vezes deve-se vencer também a barreira da língua, já que há mapas com topônimos, títulos, explicações e legendas em espanhol, latim, italiano, francês, inglês e holandês, em sua grafia

e etimologia arcaicas. Exemplos disso são as diferentes grafias de um mesmo topônimo: *Stom aleixo* e *St^a Ieiro*, para a Ilha de Santo Aleixo no litoral de Pernambuco.

Também é necessário algum conhecimento do português arcaico e do tupi-guarani, recorrendo a dicionários se necessário, pois a etimologia pode facilitar a identificação dos locais. Por exemplo, *R. dos escravos* no mapa [Terra Brasilis](#) refere-se ao rio onde se avistaram nativos com a pele pintada de negro usando o jenipapo. E o rio *gurarafu*, no mapa [Brazil](#), de Antonio Sanchez, pode ser associado com o *R. Grande* do mapa [Americæ nova Tabula](#), de Guilherme Blaeu, já que ambos caracterizam o rio de grande volume d'água, bloqueado da sua antiga foz pelas dunas dos Lençóis Maranhenses, e que ainda mantém seu nome como registrado em 1631. Conhecer a origem de um mapa (centro de produção) ajuda na identificação dos topônimos pelo conhecimento das corruptelas características da equipe que o produziu.

b) Originais e cópias. Ao longo do processo também se vai identificando quais são os mapas mais fiéis aos protótipos, ou mapas padrões, ou estruturantes, construídos com base em dados levantados em expedições exploradoras ou em trabalhos de campo, e quais são aqueles que se servem de outros, para produzir uma cartografia que é cópia, frequentemente com algumas corrupções no traçado, na grafia e no posicionamento dos topônimos, que passam a ser replicadas - e às vezes corrompidas - nos mapas posteriores que se serviram dessa matriz. A maioria baseia-se em fontes portuguesas e castelhanas; no entanto, também devem ser considerados como estruturantes, ou protótipos, os mapas produzidos pelos franceses e holandeses durante o período em que dominaram terras brasileiras (no norte e nordeste), merecendo particular destaque o mapa de Margrave do Brasil holandês. Nesse sentido, também é interessante conhecer as características e competência do cartógrafo e/ou da escola cartográfica.

c) Decifrando a toponímia e a experiência visual. A decifração etimológica dos nomes grafados em várias línguas ajuda nos trabalhos de identificação, pois usualmente indicam características próprias do acidente geográfico, tais como cabo, ponta, parcel, areal, barreiras, lagoa (alagado), rio, monte, baía, praia, ilha, recife, baixo, costa, terra (região), etc., e características específicas, tais como sua forma (curso, arredondado, comprido), cor (branco,

azul, verde, preto), vegetação (palmeiras, arvoredos, mangue, arvoredo seco, descalvado), altura (alto, baixo, fragoso), presença nativa (almadias, fumos, canibais) e outras. Alguns nomes são do santo do dia do seu avistamento (tomados do santoral da época). No caso de topônimos costeiros, usualmente o nome é apostro em função da visão que se tinha a partir da embarcação exploradora, isto é, uma vista do mar em direção ao continente, e jargão marinho. Na costa norte isso é notório nos mapas elaborados desde a descoberta até as primeiras décadas de 1600, quando começa a ocupação do litoral e os nomes passam a ser dados em função da observação em terra e na apropriação dos nomes atribuídos pelos nativos. Isso provocou uma drástica substituição (renomeação) dos nomes e isso resultou no estabelecimento de duas novas tipificações toponímicas em rápida sequência (Tipos C e D). Para simular a visão que tinham os marinheiros, utilizamos o Google Earth™, sintetizando vistas perspectivas a partir do mar. Isso auxiliou na identificação precisa ou probabilística de vários acidentes geográficos como, por exemplo, do denominado *Monte de Li* nos mapas Tipo B (Século XVI) e no [Tratado Descritivo do Brasil](#), de Gabriel Soares de Sousa (c. 1597), situado na costa do Ceará, entre a Baía de Iguape e barra do Rio Jaguaribe. O monte mais destacado na região, nesse trecho da costa, é a Serra Mataquiri, ao sul da cidade de Cascavel (CE) e distante cerca de 14 Km da praia, ao qual se atribui a identificação probabilística do *Monte de Li*.

d) *Levantamentos in loco*. A observação dos acidentes geográficos *in loco* também é um elemento interessante para a identificação. A consulta a mapas atuais, como os do IBGE e os do Google Earth™, facilitam a busca, inclusive a nominal, dos acidentes buscados. Mas essas ferramentas não dispõem de todos os topônimos ou de todas as informações de suas características - os moradores de uma região estão familiarizados com os nomes, e com as características desses locais, inclusive conhecendo as transformações pela intervenção antrópica, preservados na tradição oral. Assim, pesquisadores que os consultem e palmilhem a região, o que pode requerer o emprego de veículo todo terreno, embarcação ou aeronave, agregam informação, como é o caso de um dos colaboradores deste projeto.

e) *Localização probabilística*. Com relação à costa norte brasileira, algumas características dos topônimos são excessivamente genéricas ou

transitórias, não subsidiando uma identificação com segurança. Outros, relacionados com a ocupação humana, há muito tempo foram abandonados, alguns reocupados, renomeados e o topônimo pesquisado olvidado: aldeias indígenas, tráfego de canoas indígenas (almadias), fumos (colunas de fumaça) indicando a presença de nativos, etc.. Ou seja, o grau de certeza da identificação varia entre precisa e probabilística, e isso deve constar para cada topônimo.

f) *Os Roteiros, como fonte complementar.* Outra importante fonte à qual se pode recorrer são textos, em particular os chamados roteiros, como por exemplo, o de Luis Teixeira, intitulado "*Roteiro de todos os sinais...*," (c. 1587). Neles constam textos com procedimentos e alertas de navegação, e desenhos mostrando a costa como ela é vista do mar, e se complementa com mapas. Outros são somente textos, como o *Tratado Descritivo do Brasil*, sendo possível estabelecer o diálogo interdocumental, já que ele pode ser classificado como documento Tipo B, e nele há a referência, por exemplo, ao *Rio Grande dos Tampus* (Tapuias), o mesmo *Rio Grande / gurarafu* acima mencionados.

g) *As coordenadas geográficas como auxílio.* Em alguns roteiros e relatos de expedições exploratórias, indicam-se não somente os locais em sequência (numa rota), mas também as distâncias, geralmente em léguas. Outros fornecem também as latitudes, o que em conjunto com as distâncias, permite o cálculo das longitudes. As coordenadas geográficas (latitude e longitude) estimadas com esses dados fornecem dados adicionais para auxiliar na identificação dos acidentes geográficos, sendo uma primeira indicação do local em torno do qual se pode iniciar a busca. Em se tratando da toponímia costeira do Brasil, o local tem alta probabilidade de pertencer ao paralelo ou meridiano indicado pela coordenada.

A latitude é a coordenada mais indicada para procurar locais em que o litoral segue aproximadamente a direção norte-sul. Mesmo em mapas antigos, a precisão situa-se na casa de 0,3° a 0,5°, o que restringe a busca a uma faixa de 30 a 50 km, em torno da posição. Em se tratando da longitude, ela se aplica melhor na costa norte, direção leste-oeste. Mas, nesse caso, deve-se atentar para o fato da imprecisão ser grande (2° ou mais = 200km), em função da técnica de obtenção dessa coordenada.

Uma metodologia que permite, em tese, um refinamento nessa situação, é trabalhar, não as longitudes absolutas, mas as relativas, calculando

a proporção entre a diferença de longitude total e a parcial no mapa histórico, e fixar essa mesma proporção em um mapa atual. Passa-se a contar com uma longitude corrigida. Também é muito útil e prática a utilização de ferramentas digitais para a análise cartográfica de mapas históricos. Nesse sentido, vem sendo elaborado um arquivo construído no Google Earth™ e exportável para outras plataformas.

Conclusão

A metodologia apresentada vem permitindo identificar muitos topônimos históricos da costa brasileira e vem-se construindo os fundamentos para um dicionário da homonímia histórica da costa brasileira, voltado para mapas de caráter geral, isto é, em escala pequena. Trata-se de um processo iterativo: as sucessivas reanálises vão resultando em progressiva melhoria do posicionamento geográfico, que vai se aperfeiçoar a cada passada.

Além desses caminhos apontados, não se descarta, é claro, o trabalho feito por autores que empreenderam essa aventura em épocas passadas ou contemporâneas. É a pesquisa bibliográfica; que na presente metodologia deixa-se para o final, para não influenciar no estabelecimento do método e na identificação de topônimos.

Espera-se estar contribuindo para uma identificação de locais que permitirá diversos estudos toponímicos, abordados por diversos ângulos: quantidades de topônimos em função da língua, da proveniência (hagiotopônimos, geotopônimos, ...).

Nesse projeto poderão ser acrescentados outros mapas e documentos. A tarefa de decifrar fica facilitada encaixando-o cronologicamente na planilha de trabalho. Mas como se pode imaginar pela quantidade de mapas e topônimos, trata-se de um trabalho de longo prazo e os pesquisadores interessados são muito bem vindos para somar-se à equipe.

Bibliografia e Iconografia

Não se encontrou até o presente momento nenhuma bibliografia que desenvolvesse uma metodologia como a proposta. Os mapas, e um ou outro livro, citados podem ser encontrados com facilidade, a maioria deles através dos hyperlinks inseridos.

Toponímia de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino, em um Repositório de Dados Digital

Márcia Maria Duarte dos Santos

Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH/UFMG.

mdsantossy@yahoo.com.br

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Faculdade de Letras – FALE/UFMG.

candidaseabra@gmail.com

Amanda Estela Guerra

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

aegigc@yahoo.com.br

Maria Dulce de Faria

Fundação Biblioteca Nacional

mariadulcedefaria@gmail.com

Resumo

Apresenta-se um Repositório digital que reúne informações sobre topônimos formados no processo de ocupação e de definição do território mineiro, registrados em quinze mapas históricos. Trata-se da sua estrutura e das características desses documentos e das variáveis neles levantadas. Espera-se propiciar a compreensão do alcance e das limitações dos dados reunidos, com vistas à sua utilização, por pesquisadores da Geografia e da História de Minas Gerais e da Língua portuguesa.

Palavras – Chaves

Toponímia Histórica; Cartografia Histórica; Capitania de Minas Gerais; Comarcas de Minas Gerais; Setecentos; Oitocentos Joanino.

Abstract

This work aims at presenting a digital repository that gathers information on toponyms created during the process of occupation and definition of the Minas Gerais territory and recorded on historical maps. It presents the structure of the repository as well as the characteristics of both the documents and variables raised. It is expected to provide a better understanding of the scope and limitations of the gathered data, with a view to their use by researchers in the fields of Minas Gerais geography and history and of Portuguese language.

Keywords

Historical Toponymy; Historical Cartography; Captaincy of Minas Gerais; Districts of Minas Gerais; the 1700s; the Joanine 1800s.

Introdução

Documentos cartográficos, fontes de dados muito valorizadas por estudos linguísticos, são objeto de pesquisas recorrentes, relacionadas ao território mineiro. A abordagem e o tratamento de dados sobre a cartografia e a toponímia histórica de Minas

Gerais foram impulsionados, recentemente, pelo projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*, realizado no Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH), da Universidade de Minas Gerais¹.

A pesquisa abordou quinze mapas, requereu o levantamento de topônimos e sua organização em um banco de dados, o qual foi desenhado para a consecução dos seus objetivos: o levantamento de assentamentos de locais e de sítios referentes à população no território mineiro, nesses períodos, de gentios, bem como o patenteamento de padrões motivadores dos nomes, das camadas dialetais presentes na língua e da permanência dos topônimos no território, atualmente.

Os resultados alcançados com a análise dos dados permitiu, como se planejou, a produção de um *Atlas* digital que trata de tendências gerais do ato de nomeação de Minas Gerais e de casos singulares sobre esse ato; de um folheto e de dez marcadores de páginas, os quais apresentam verbetes das povoações que se tornaram vilas nos períodos Colonial e Joanino, a par do nome Minas Gerais, e de exposições temporárias sobre os temas focados¹.

Apesar da produção bibliográfica variada, mencionada anteriormente, a pesquisa em questão, não esgotou o potencial de informações reunidas sobre os topônimos de Minas Gerais. Por essa razão e, pelo fato de ser sempre possível uma releitura dos dados, ponderou-se sobre a relevância de disponibilizar tais informações aos interessados na Cultura, na Língua, na Geografia e na História do território. Dessa forma, decidiu-se pela reorganização do banco de dados históricos e pela sua apresentação em um arquivo digital, cuja estrutura se mostra na Figura 1².

Nesta comunicação, considerou-se propositado, tendo em vista o temário do Repositório e de sua divulgação, distinguir as memórias estudadas, ou seja, distinguir os mapas que compõem a amostra e as variáveis levantadas que estão organizadas no banco de dados histórico.

Memórias do território mineiro – mapas da Capitania e das Comarcas

Os mapas estudados compreendem escalas denominadas geográficas e cartográficas. As primeiras correspondem às representações de áreas de jurisdição político-administrativa e judiciária, vigentes nos períodos enfocados, denominadas Capitania e Comarca. A escolha dessas circunscrições territoriais responde à perspectiva diatópica da pesquisa que deu origem ao banco de dados históricos, reorganizado no arquivo que se apresenta, e destaca que a amostra reunida contém oito mapas da Capitania e sete das suas Comarcas.

¹ Remete-se aos trabalhos de Santos e Seabra (2016); Santos, Seabra e Costa, Org. (2016); e Costa, Santos e Seabra. (2014; 2016).

² O *layout* do trabalho está ainda em fase de estudo, e sua conclusão está prevista para o início do mês de outubro, quando será iniciado o trabalho de programação.




Figura 1 - Tela de abertura do Repositório de dados sobre a toponímia mineira


No Repositório, as imagens serão mostradas, em conjunto, segundo a circunscrição correspondente, e poderão ser vistas individualmente, de modo ampliado, e associadas às suas referências cartográficas (Figura 2). Para a seleção dos exemplares, observaram-se critérios considerados essenciais e desejáveis. Os essenciais são a tipologia da representação – todos os exemplares deveriam ser da mesma espécie ou da mesma natureza – e a datação, sempre referente ao período Colonial e ao Oitocentos Joanino. Os desejáveis, mas não determinantes, tratam da presença de elementos e de características, tais como limites das Comarcas, nos mapas da Capitania; de legendas; de escalas variadas e de diferentes autorias. Em referência às duas categorias de critério, aponta-se um exemplo particularmente ilustrativo, a *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767), que não apresenta a divisão das Comarcas, nem legenda. Porém, o fato de ser a representação mais antiga do território da Capitania, do período Colonial, que se conhece na atualidade, e o de apresentar a maior escala do conjunto de mapas estudados justificaram sua inclusão na amostra.

Na escolha dos exemplares dos mapas da amostra, os estudos preliminares mostraram, ainda, que as duas últimas características (escalas variadas e diferentes autorias) da categoria não determinante deixariam de ser consideradas. Como se sabe, as escalas determinam os níveis de generalização concernentes à informação representada. Nessa perspectiva, e considerando-se o levantamento pretendido – o estudo da toponímia mineira –, teoricamente disponível em mapas com a mesma escala geográfica, bastaria escolher o de maior escala cartográfica, e dispensar as representações semelhantes, em relação a esse elemento, ou com uma escala menor. Não obstante, para atender à perspectiva diacrônica, que também caracterizou a pesquisa realizada, foi necessário usar mapas com escalas muito próximas, tais como, os exemplos componentes da amostra, referentes ao período Colonial: o *MAPA Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* (produzido entre 1791 e 1798), o de Rocha (1793) e o de Miranda (1804).

Verificou-se ademais que, em termos de Cartografia Histórica, a assertiva sobre a relação entre nível de informações – ou o maior detalhamento das feições geográficas – e escala cartográfica, não é sempre verdadeira, pois o nível do conhecimento, a propósito do espaço geográfico representado, a questão de sua ocupação e de seu povoamento, a par das intenções e dos propósitos e o contexto de sua realização, também são fatores intervenientes na relação explicitada. A *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767), já citada, dentre outros exemplos, esclarece também essa consideração, pois, em termos de produtividade, em relação à coleta de topônimos, não correspondeu ao nível de generalização que sua escala sugeria. O mapa apresentou o menor número de topônimos dentre outros do período Colonial.

Acrescenta-se à ponderação apresentada, tratando-se de toponímia histórica e, considerando os objetivos da pesquisa realizada, mesmo que o rol dos nomes encontrados, em um mapa e outro, diferisse pouco, esse fato não faria diferença, em termos quantitativos, para a identificação de tendências gerais. Entretanto, poderia ser qualitativamente significativo, pois um e outro nomes poderiam constituir-se em exemplos notáveis ou, simplesmente atualizados, sob os pontos de vista linguístico e geográfico. Esse aspecto determinou, também, o uso de mapas de um mesmo autor, que foram realizados em datas próximas, no caso, as produções de Rocha (1777a, b, e c; 1778 a, b, c, d, e; 1779).

rede social  


Repositório de Dados

[Home](#) | [Apresentação](#) | [Fonte de dados](#) | [Repositório](#) | [Créditos](#) | [Bibliografia](#) | [Contato](#)


[Mapas](#)
[Propriedades](#)

Cap., Anônimo, 1767, AHEx

CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES, E PARTES CONFINANTES.

- 1767 - Escala gráfica: (c. 1:780 000), 18 legoas (Legua brasileira = 3000 braças = 6622 m) = 15,1 cm. - [Meridiano de Santo Antão, ilha homônima do arquipélago de Cabo Verde - 25,37° W de Greenwich] - 1 mapa: manuscrito, colorido; 128,0 x 174,0 cm. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - AHEx / R.J.).

- Não contém legenda.
- Não apresenta os limites, nem as denominações das Comarcas.
- 121 topônimos levantados (c. 98 % válidos), referentes aos assentamentos da população e à população indígena.




[Home](#) | [Apresentação](#) | [Fonte de dados](#) | [Repositório](#) | [Créditos](#) | [Bibliografia](#) | [Contato](#)

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Figura 2 - Tela aberta do *link* Mapas

Nota: Nesse *link*, os usuários do Repositório encontrarão referências cartográficas sobre os mapas estudados e poderão consultar as imagens ampliadas dos mapas.

Referências sobre as escalas cartográficas e as coordenadas geográficas

A determinação das escalas cartográficas teve como referência as gráficas, encontradas em todos os documentos estudados, exceto em uma representação da Capitania, a de Eschwege (1821), e duas de Comarcas, a de Rocha (1777c e 1778c), que apresentam o *petipé* graduado, sem indicar as medidas em léguas correspondentes. Nos casos distinguidos, o cálculo da escala beneficiou-se da determinação por coordenadas geográficas do espaço de representação, e possibilitou a medida da distância entre graus consecutivos, cujo valor foi comparado com o valor padrão atribuído a um grau – 111,111km, em latitude. Nos casos predominantes, empregou-se o valor da légua brasileira, 3000 braças ou 6,522km, para as comparações necessárias dentre os valores coevos atribuídos à légua³. Para além dessas informações, nota-se que os estudos de escala dos mapas da amostra da pesquisa não visaram a estabelecer os reais valores das léguas usadas por seus autores. Tratou-se apenas de determiná-las, visando ao conhecimento do nível de generalização das informações representadas.

Os mapas da amostra indicam sempre as coordenadas geográficas. Dentre essas medidas, as de latitudes são referenciadas pelo Equador, o paralelo de 0^o, adotado universalmente desde a Antiguidade Clássica. As de longitudes encontram-se estabelecidas a partir de primos meridianos distintos, tendo em vista a inexistência, na época, de uma convenção sobre a escolha de um meridiano principal para os mapas luso-brasileiros. Apesar da falta de padronização nos períodos estudados, nem sempre esses meridianos eram anotados pelos autores dos mapas. Tratou-se, então, de realizar uma revisão bibliográfica a respeito, que mostrou o uso de referências variadas, correspondentes a indicações insulares: Praia, situada na ilha de Santiago, capital de Cabo Verde, e Santo Antão, na ilha homônima, também pertencente ao arquipélago, já citado, situado ao largo das costas da África Ocidental; Ferro, ilha de mesmo nome, a mais ocidental do arquipélago das Canárias, também localizada na costa noroeste do continente africano; e outras continentais, como o Rio de Janeiro, definida pelo Pão de Açúcar, e Paris, pelo observatório de mesmo nome⁴.

Ressalta-se que o uso de coordenadas de longitude e de latitude denotam maior preparo dos cartógrafos, e um contexto de maior domínio de conhecimento geográfico do território representado. Observa-se também, que a adoção dessas escalas de localização, e a cartográfica – de redução –, relaciona-se à escolha do espaço euclidiano de representação e a de medidas de localização astronômicas.

Outro aspecto característico da Cartografia dos períodos estudados, referentes ainda ao estabelecimento das longitudes, é o de versar sobre o fato de, comumente, não considerar um antimeridiano apostado ao de origem. Em decorrência, as longitudes definem-se de modo crescente, em direção ao leste, a partir do meridiano de 0^o escolhido, o que pode ser observado na maior parte dos mapas da amostra analisada. A extensão longitudinal do espaço de representação registrada no *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (ROCHA, 1777a), por exemplo, é indicada pelas longitudes 334^o e 344^o, determinadas a partir de Ferro. Em contraposição, nos dois mapas que se excetuam do conjunto da mostra, por considerar um primo meridiano e o seu antimeridiano, as indicações

³ Sobre a denominação da medida – léguas brasileiras – e o valor, remete-se a Marques (2001).

⁴ Sobre a revisão, citam-se: Cintra e Santos (2011); Santos, Cintra e Seabra (2012); Santos, Cintra e Renger (2013).

longitudinais, necessariamente, fazem referência às posições ocidentais e, ou orientais em relação à origem das medidas. Cita-se o *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (c. 1808), em que o autor desconhecido anota sobre a extensão longitudinal da representação compreendida pelas medidas 23^o e 34^o: “Longitude Occidental da Ilha de Ferro”. Em outro exemplo, o mapa de Eschwege (1821), o espaço de representação estende-se tanto a leste, como a oeste do primo meridiano escolhido, o do Rio de Janeiro, referenciado pelo Pão de Açúcar, definido pelas medidas 0^o a 5^o W a 0^o a 2^o E.

Sobre legendas, notas explicativas e decodificação dos signos cartográficos

Ao padrão dos quinze mapas estudados, em oito, relaciona-se a presença de legenda e, ou de notas explicativas, com vistas à decodificação de signos usados nas representações, à complementação e, ou à suplementação de informações sobre os acidentes geográficos que registram. Todavia, dentre os mapas que compõem a amostra, sete não apresentam o elemento legenda e, com exceção de um, que representa a Capitania, os demais se referem às Comarcas mineiras. Esses sete exemplares fazem parte de um conjunto articulado de mapas da “Capitania de Minas e de suas Comarcas”, de um mesmo autor (ROCHA, 1777a, b, e c; 1778a, b, c, d, e), dentre os quais, encontram-se três legendados (ROCHA, 1777a e b; 1778a). Os mapas legendados, além de outro da Capitania (ROCHA, 1793), que também apresenta o elemento em questão, foram empregados na interpretação daqueles sem legenda.

Tendo em vista o exposto, nota-se que os maiores desafios, a propósito da decodificação dos signos dos mapas sem legenda, restringiram-se à representação da Capitania, a mais antiga da amostra, como já se mencionou, a *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767).

Por sua vez, o registro das datas dos mapas é encontrado na maior parte das representações da Capitania e das Comarcas estudadas. Para os mapas que não o apresentam, procurou-se determinar e, ou reavaliar, na etapa preliminar da pesquisa, referente ao projeto sobre a toponímia mineira, e no processo de reorganização do banco de dados, as datas aproximadas de realização dos originais, baseando-se em estudos anteriores⁵. Nesse procedimento, várias fontes documentais foram também consultadas para se estabelecer a data de instituição, ou de elevação das povoações representadas nos mapas, as categorias político-administrativas correspondentes às paróquias ou freguesias, às vilas e à cidade, o que permitiu chegar-se a uma datação aproximada das fontes estudadas.

Tendo em vista o registro, ou a identificação das datas dos mapas da amostra, constatou-se que predominam os do período Colonial, realizados da segunda metade do Setecentos até o início do Oitocentos, compreendendo oito mapas da Capitania e sete mapas de Comarcas. O mais antigo e o mais recente, desse período, são a *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767) e o de Miranda (1804); esse último, também, uma representação da Capitania. Para o Oitocentos Joanino, foram estudados apenas dois mapas, ambos da Capitania: o *MAPPA da Capitania de Minas*

⁵ Dentre esses estudos, citam-se: Santos (2010) e Santos, Cintra e Renger (2013).

Geraes (c. 1808)⁶ e o de Eschwege (1821). Esses mapas correspondem aos que, nas escalas geográficas consideradas na pesquisa, fazem parte de acervos de instituições guardiãs de documentos cartográficos e são conhecidos na atualidade. Como ponderam Santos, Seabra e Costa (2016), as realizações dos Oitocentos Joanino, ao contrário do que se verificou para o Setecentos, não foram favorecidas por aspectos políticos, sociais e econômicos, nem pela sua extensão temporal.

A maioria dos mapas estudados (doze) tem autoria declarada, embora essas declarações sejam apenas de três cartógrafos: José Joaquim da Rocha, que responde tecnicamente por dez; Caetano Luís de Miranda e Guilherme (Barão D'Eschwege), respondem cada um por uma representação. Esses autores serviram aos governantes mineiros; o primeiro e o terceiro, como militares, e o segundo como funcionário da Intendência dos Diamantes. Rocha, Miranda, Eschwege e outros autores que não se identificaram, segundo Santos, Seabra e Costa (2016), estavam ligados às atividades de planejamento e de administração do território mineiro, e tiveram acesso ao contexto de produção cartográfica da época e ao conhecimento geográfico que os realizadores demonstram em seus mapas.

Acidentes, nomes geográficos e outras variáveis do banco de dados

O banco de dados deste Repositório reúne informações sobre lugares correspondentes a acidentes geográficos restritos aos da dimensão humana do território, construído ao longo dos períodos Colonial e Joanino, nas Minas Gerais. Os acidentes identificados nos mapas da amostra estudada compreendem: 1- assentamentos da população, povoações correspondentes as diferentes hierarquias: político-administrativas e eclesiásticas; 2- locais onde estão assinaladas as presenças de guardas, quartéis, destacamentos e, ou patrulhas militares, registros ou postos reais; 3- outros sítios, assim chamados, genericamente, nas representações; 4- áreas habitadas pelos gentios; 5- e suas aldeias.

Esses acidentes foram registrados nas legendas dos mapas, nas quais, arrolam-se os signos usados na composição do espaço de representação ou, em outros termos, os significantes – as imagens gráficas – e os significados, os conceitos. Em alguns casos, os acidentes são conhecidos por meio de notas explicativas, ou suas designações aparecem justapostas a um nome. Percebe-se que as povoações, via de regra, são identificadas na legenda, por meio de signos. Entretanto, dada a importância político-administrativa e social das vilas, mesmo que o vocábulo não componha o nome da povoação, alguns cartógrafos registram essa condição de *status* junto ao nome, como “Villa do Caete”, “Villa de Pitanguí” e “Villa do Sabará”, na Comarca de Sabará; “V.^a de S. João” (São João Del-Rei) e “Villa de S. Jozé” (Tiradentes), na do Rio das Mortes, e “Va. do Fanado” (Minas Novas), na do Serro, tal como registra Rocha (1777a).

Em mapas da amostra, as aldeias de gentios também aparecem nas legendas, mas a presença dos não aldeados, no território, é indicada em notas. Destacam-se, como exemplo, no *MAPPA Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes*, produzido entre 1791 e 1798, as notas: na porção noroeste da Comarca do Sabará, “Certão vadeado

⁶ Ressalta-se que após a realização da pesquisa, as autoras tiveram acesso a uma fonte documental, de Galvão (1996), que trouxe novas informações sobre o mapa anônimo. No caso, verificou-se que a cópia estudada, de 1870, foi realizada a partir de outra cópia, feita por volta de 1808.

pelo Gentio Caepô (Caipós) [...] q' tem feito hostilidades aos viajantes"; na região oriental da Comarca de Vila Rica, "Certão inculto dominado pelo barbo Gentio Pori (Puri)". Nas representações estudadas, por sua vez, muitos dos registros e das guarnições militares apresentam a designação do acidente que compõe o nome geográfico. No *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (c. 1808), lê-se "Registo do Mathias Barbosa" (Matias Barbosa), na Comarca do Rio das Mortes; em Rocha (1793), "Goardas das Caldas", também na do Rio das Mortes. Em Eschwege (1821), encontra-se "Destacam.¹⁰ do Rio da Prata", na do Sabará.

A propósito dos acidentes geográficos, nota-se também que, embora os mapas tratem fundamentalmente dos mesmos acidentes, os autores diferem em relação aos seus registros. É importante ressaltar e exemplificar essa característica, assim como foi feito em relação à, anteriormente, abordada, de forma a tornar, mais facilmente compreensível, aos leitores, os dados armazenados no banco do Repositório. As diferenças que se apresentam nesta pesquisa concernem a uma propriedade topológica – a de inclusão –, em que se considera a legenda como uma estrutura de classe. Nos exemplos seguintes, poderá ser verificado que, ora os autores destacam um elemento de uma classe, apesar de representarem também a classe, ora reduzem uma classe a um elemento. Essas variações estão relacionadas também às questões de nível de generalização que os cartógrafos imprimem aos documentos, que podem estar associadas, ainda, ao nível de agregação dos dados que se encontravam à sua disposição para a construção dos documentos, aos propósitos que orientaram a execução de seus trabalhos, aos seus destinatários, entre outros.

Sobre os exemplos, observa-se que os mapas estudados assinalam, no território, a presença de vilas que identificam a posição político-administrativa dessas povoações, nas legendas e no espaço de representação. Não obstante, em Miranda (1804), encontram-se distinguidas as vilas que são sedes das Comarcas, de outras que não o são. Desse modo, na Comarca de Sabará e na do Rio das Mortes, são representadas, fidedignamente, como cabeças de comarca, a "V^a de Sabara" e a "Villa de S. João" (São João Del-Rei), enquanto as demais são assinaladas como vilas, a saber, "V.^a de Barbacena", "V.a do Caete", "V.^a da Campanha da Princesa" (Campanha)", "V.^a de Quelus" (Conselheiro Lafaiete), "V.^a de Paracatu", "V^a de Pitanguí", "V.^a de Tamandua" (Itapecerica) e "V. de S. Joze" (Tiradentes).

No que diz respeito às povoações que correspondem à classe dos arraiais, constata-se o contrário; os autores destacam elementos da classe. De modo geral, representam os arraiais paróquias e os arraiais capelas, como exemplifica Rocha (1777a; 1778 a; 1793). No mapa de Miranda (1804), nota-se o uso do termo freguesia, que também era utilizado, na época, para designar as paróquias e representar mais um elemento da classe chamada, genericamente, de arraiais.

Os exemplos citados, anteriormente, correspondem a situações em que, na legenda, os autores notificam as categorias de arraiais, tanto na relação de significantes, como na de significados. Chama-se a atenção para o mapa de Eschwege (1821), que constitui uma exceção. Na relação de significados que consta na legenda, o autor reconhece a existência das categorias de arraiais citadas, mas as associa a apenas um significante, o que impossibilita a identificação dos elementos em questão, no espaço de representação. Uma generalização semelhante ocorre em Rocha e em um autor anônimo que assinalam, no espaço geográfico representado, a presença de guarnições militares e de postos fiscais. Rocha (1778a), por exemplo, identifica, com o mesmo significante, os registros, as guardas e as patrulhas de soldados. O mesmo ocorre no *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (c.

1808), mapa de autor anônimo. Por fim, nota-se que, quando se trata do vínculo entre o nome e o lugar dos acidentes geográficos, os acidentes, assim como o nome, podem apresentar alterações ao longo do tempo (SEABRA, 2004). Desse fato decorre a importância da perspectiva histórica dos estudos da toponímia de um território. Essa relevância manifesta-se no estudo, do qual originou-se o banco de dados que se apresenta, e propiciou muitos exemplos das mudanças a que se referiu anteriormente.

Um deles trata de duas mudanças ao mesmo tempo – do vínculo e do nome do lugar – como ocorre com os arraiais “Igreja Nova” e “Carijós”, na *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767), ao se tornarem vilas – “Vila Nova de Barbacena” (Barbacena), em agosto de 1791, e “Queluz” (Conselheiro Lafaiete), em setembro do mesmo ano. Como tal, essas povoações já se encontravam consignadas nos mapas do Setecentos, dentre os quais, o *MAPPA Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* (produzido entre 1791 e 1798), escolhido para registrar as denominações. Outro exemplo versa sobre a mudança do vínculo, mas não do nome, como é o caso de “Tamanduá” (Itapecerica), povoação que se torna vila em novembro de 1789, mas permanece com o mesmo nome, durante os períodos estudados, como pode ser constatado nos documentos realizados posteriormente àquela data, e que se encontram na amostra.

Sobre os registros das variáveis no banco de dados, observa-se que, tanto o aspecto acidental, genérico, quanto o substantivo, isso é, o nome do lugar, foram anotados no banco de dados e, nesse caso, foram compreendidos como variáveis. As anotações dos elementos das variáveis concernentes aos mapas que compõem a amostra estudada foram, estritamente, realizadas com o apoio registográfico dos cartógrafos.

Quando se recorre aos documentos escolhidos para se realizar a decodificação dos significantes, observa-se que, apenas nos mapas sem legenda, a ortografia atual foi mantida para anotar os acidentes, como no *MAPPA Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes* (produzido entre 1791 a 1798). O mesmo não ocorre na *CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes* (1767) e no *MAPPA da Capitania de Minas Geraes* (c.1808), ou em Rocha (1777a, b); Rocha (1793); Miranda (1804) e Eschwege (1821).

Nota-se também que, a par das variáveis referidas, duas outras foram elencadas no banco, levando-se em conta os registros dos cartógrafos, desta feita, de acordo com a posição do acidente geográfico definida nos mapas, ou seja, em acordo ao pertencimento de um lugar à Capitania de Minas e a uma de suas Comarcas. Decorre do exposto que, independentemente da fidedignidade dos dados do cartógrafo, ou de um juízo a respeito dessa propriedade das representações, sempre se considerou a definição das circunscrições territoriais mostradas nas representações. Reitera-se, ainda, que os critérios de armazenagem das variáveis foram igualmente observados, além do registro ortográfico dos topônimos, a definição da posição hierárquico-político-administrativa e eclesiástica indicada pelos autores dos mapas.

O Repositório de dados sobre a toponímia, considerações finais

Em relação aos topônimos históricos, cujos registros foram definidos segundo os critérios citados, observa-se que, por si só, já representam conjuntos de dados de valor ou informações significativas. Entretanto, esses dados foram estudados e compreendidos, também, como sujeitos: seres que se caracterizaram por aspectos geográficos e




linguísticos. Em relação aos geográficos, os topônimos foram classificados, segundo sua posição político-administrativa e eclesiástica e seu pertencimento à Capitania e à Comarca. Além disso, beneficiando-se do sistema de coordenadas geográficas presente em todos os mapas estudados, os topônimos históricos foram associados à sua posição em uma determinada quadrícula. Reitera-se, então, que essa variável corresponde a mais uma de localização, acessível como um índice de atlas ou de alguns mapas aos seus usuários. Tratou-se, ainda, de definir a localização atual dos lugares estudados, indicando o Estado, a mesorregião, a microrregião pertinente, o nome e o vínculo geográfico hodierno. Porém, nem sempre foi possível obter essa atualização, ou a identificação dos topônimos no espaço geográfico atual, nas fontes que foram consultadas – de modo geral, dicionários históricos e geográficos de Minas Gerais. Acredita-se que a ampliação dos estudos, considerando trabalhos em campo, cartas topográficas e outras fontes, possa reduzir essas incógnitas. Espera-se, também, que a divulgação dos dados, além da utilização desses recursos, possa auxiliar, quer na especificação de mudanças do vínculo e do nome com o lugar, quer na determinação de estiolamentos dos acidentes geográficos.


No Repositório, tanto um conjunto, como outro dos topônimos, denominados identificados e não identificados, podem ser conhecidos. Ambos foram caracterizados em termos linguísticos, apoiando-se teoricamente em estudos toponímicos expostos por Seabra (2004). A par disso, foram considerados os estudos de casos, realizados por Seabra (s.d); Seabra e Santos (2012) e Santos e Seabra (2011a e b; 2015) sobre a toponímia histórica mineira. Tendo em vista essas orientações, as variáveis linguísticas que constam do Repositório consistem nas definições da natureza dos topônimos, da origem e da motivação dos nomes. Para a consecução dessas caracterizações, particularmente a das origens dos topônimos, foram muito utilizados dicionários linguísticos e geográficos, entre outras produções bibliográficas.

As variáveis, levantadas sob a perspectiva diacrônica que embasou os estudos, os quais tornaram possível a organização do banco de dados original, foram estruturadas em dois conjuntos de planilhas, referidos pelos períodos Colonial e Joanino. Cada um dos conjuntos, por sua vez, reuniu dados analíticos e sintéticos relacionados às Comarcas e à Capitania de Minas Gerais, visando ao atendimento da perspectiva diatópica, que também fundamentou a pesquisa (Figura 3)

Os dados analíticos dizem respeito ao inventário dos topônimos presentes em cada um dos mapas da amostra selecionada; os sintéticos correspondem ao conjunto de nomes levantados, e concernem ao território mineiro, ou às suas circunscrições político-administrativas – as Comarcas –, ao longo dos períodos estudados. As características temporais, espaciais, analíticas e sintéticas das planilhas originais foram mantidas no banco de dados do Repositório e conformam, por sua vez, os mecanismos de buscas que foram criados; donde, os descritores que abrem o sistema de busca estarem relacionados àqueles conceitos que permitirão o conhecimento de todas as variáveis.

Por fim, que as informações linguísticas e geográficas referidas anteriormente, possam suscitar questões de interesse. Por isso, espera-se efetivamente, que a divulgação do Repositório propicie a ampliação do estado da arte, seja da toponímia, seja da geografia do território de Minas Gerais.

redes sociais   



Repositório de Dados


Home | Apresentação | Fonte de dados | Repositório | Créditos | Bibliografia | Contato

Mapas

Propriedades

Repositório

Entrada Lexical	ATUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA				CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA			Topônimo	CLASSIFICAÇÃO T
	Estado	Mesorregião	Microregião	Acidente Geográfico	Comarca	Termo	Acidente Geográfico		
Antônio Pereira	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Ouro Preto	Villa Rica		Paróchias	Antônio Pl.a	Antropocultural
Bandeirantes	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Mariana	Villa Rica		Paróchias	S. Sebastião	Antropocultural
Barra Longa	Minas Gerais	Zona da Mata	Ponte Nova	Sede municipal	Villa Rica		Paróchias	Barra longa	Física
Cachoeira do Campo	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Ouro Preto	Villa Rica		Paróchias	Cachoeira	Física
Camargos	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Mariana	Villa Rica		Paróchias	Camargo	Antropocultural
Catas Altas	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Itabira	Sede municipal	Villa Rica		Paróchias	Catas altas	Antropocultural
Cipotânea	Minas Gerais	Zona da Mata	Viçosa	Sede municipal	Villa Rica		Capellas	S. Caetano	Antropocultural
Congonhas	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Conselheiro Lafaiete	Sede municipal	Villa Rica		Paróchias	Congonhas	Física
Cuite Velho	Minas Gerais	Vale do Rio Doce	Aimorés	Sede distrital, município de Conselheiro Pena	Villa Rica		Paróchias	Prezido do Cuite	Antropocultural
Eugenópolis	Minas Gerais	Zona da Mata	Muriae	Sede municipal	Villa Rica		Paróchias	S. Mel dos Cozoados	Antropocultural
Furquim	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Mariana	Villa Rica		Paróchias	Furquim	Antropocultural
Glaura	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Ouro Preto	Villa Rica		Paróchias	Czaa Br.ca	Antropocultural
Guaraciaba	Minas Gerais	Zona da Mata	Ponte Nova	Sede municipal	Villa Rica		Capellas	Barra do Bacalhau	Física
Inficionado	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Mariana	Villa Rica		Paróchias	Inficionado	Antropocultural
Itabirito	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede municipal	Villa Rica		Paróchias	Itabiria	Física
Itatiaia	Minas Gerais	Metropolitna de Belo Horizonte	Conselheiro Lafaiete	Povoado municipal de Ouro Branco	Villa Rica		Paróchias	Itatiaia	Física
Mariana	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede municipal	Villa Rica		Cidades	Cidade	Antropocultural
Ouro Branco	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Conselheiro Lafaiete	Sede municipal	Villa Rica		Paróchias	Ouro Branco	Física
Ouro Preto	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede municipal	Villa Rica		Villas	Va Rica	Antropocultural
Padre Viegas	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Mariana	Villa Rica		Paróchias	Sumidouro	Física
Pinheiros Altos	Minas Gerais	Zona da Mata	Viçosa	Sede distrital, município de Piranga	Villa Rica		Capellas	Pinheiro	Física
Piranga	Minas Gerais	Zona da Mata	Viçosa	Sede municipal	Villa Rica		Paróchias	Piranga	Física
Ponte Nova	Minas Gerais	Zona da Mata	Ponte Nova	Sede municipal	Villa Rica		Capellas	S. Sebastião	Antropocultural
Presidente Bernardes	Minas Gerais	Zona da Mata	Viçosa	Sede municipal	Villa Rica		Capellas	Calambau	Física
Monsenhor Horta	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Mariana	Villa Rica		Paróchias	S. Caetano	Antropocultural
Porto Firme	Minas Gerais	Zona da Mata	Viçosa	Sede municipal	Villa Rica		Capellas	Tapera	Antropocultural
Santo Antônio do Pirapentiga	Minas Gerais	Zona da Mata	Viçosa	Sede distrital, município de Piranga	Villa Rica		Capellas	Bacalhau	Antropocultural
São Bartolomeu	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Ouro Preto	Villa Rica		Paróchias	S. Bartholomeu	Antropocultural
Séchora dos Remédios	Minas Gerais	Campo das Vertentes	Barbacena	Sede Municipal	Villa Rica		Capellas	S. rs dos Remedios	Antropocultural



Home | Apresentação | Fonte de dados | Repositório | Créditos | Bibliografia | Contato

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat.

Figura 3 - Repositório de dados sobre a toponímia mineira

Nota: Nessa tela apresentam-se as possibilidades de consulta das planilhas que compõem o Repositório, além de *links* do conteúdo, e fonte de dados.

Referências Bibliográficas

CINTRA, J. P.; SANTOS, M. M. D. Análise Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*, Belo Horizonte, v. XX, Tomo I, p.67-89, 2011

COSTA, A. G.; SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. (Org.). Exposição Cartografia Histórica e Toponímia: Conexões Possíveis (2014). Repositório digital de estudos do Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH/UFMG. Disponível em: <www.ufmg.br/rededemuseus/crch/semana15>. Acesso em: 30 ago. 2016.

COSTA, A.G.; SANTOS, M.M.D, SEABRA, M.C. T. (Org.) “Paisagens Culturais – Expressões da Toponímia e Cartografia Histórica” (2016). Repositório digital de estudos do Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH/UFMG. Disponível em: <www.ufmg.br/rededemuseus/crch/semana15>. Acesso em: 30 ago. 2016.

GALVÃO, Ramis (Org.). *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Ed. fac.similar. Brasília: Senado Federal, 1998. Tomo I (Coleção Brasil 500 Anos).

MARQUES, M. S. *Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.

SANTOS, M. M. D. Espaço e Representação nas Minas Setecentista. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLVI, n.2, p.44-59, jul.-dez. 2010.

SANTOS, M. M. D.; CINTRA, J. P.; SEABRA, M. C. C. T. A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira? *Revista Caletroscópio*, Ouro Preto, ano 1, n.1, p.9-27, jul.-dez. 2012.

SANTOS, M. M. D.; CINTRA, J. P.; RENGER, F. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821. In: *SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA*, 5, 2013, Petrópolis. Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SEABRA, M. C. T. C. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. 2004. 368f.Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2v, 2004.

SEABRA, M. C. T. C. *Toponímia ou Nomes de Lugares*. In: ALBUM CHOROGRAPHICO MUNICIPAL DO ESTADO DE MINAS GERAES, 1927: ESTUDOS CRÍTICOS. Disponível em: <<http://www.albumchorographico1927.com.br/texto/estudo-critico-toponimia>>. [s.d] Acesso em: 30 ago. 2016.

SEABRA, M. C. T. C.; SANTOS, M. M. D. Toponímia de Minas Gerais em Registros Cartográficos Históricos. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. *As Ciências do Léxico*:

Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. VI. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2012. (Ciências do Léxico, v. 3) p. 245-258.

SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C. Registros onomásticos da Comarca de Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais: a toponímia de origem portuguesa em mapas dos Setecentos e Oitocentos. *Anais do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Universidade do Porto, 2011a.

------. Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais. *Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot.*, v. 20, t. 2, p. 237-265, 2011b.

------. Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, n. 67/4, p. 787-803, jul./ago., 2015.

------. Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial e do Joanino: Dos Registros Cartográficos Históricos a um Atlas Digital. *Revista Caletrosópio*, v. 4, Número Especial, p. 547-557, 2016. Disponível em: ><http://www.ichs2.ufop.br/caletrosopio/revista/index.php/caletrosopio/issue/current>> Acesso em: 4 out. 2016.

SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C; COSTA, A. G. Atlas – *Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. 1 CD. Acompanha material complementar (1 folheto e 10 marcadores de páginas).

Referências Cartográficas

CARTA geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes. 1767. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 800 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro -AHEx / RJ).

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Novo Mappa da Capitania de Minas Gerais*: levantado por Guilherme Barão D'Eschwege. Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 000 000]. (GEAEM - Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Lisboa, Portugal – Lx/PT).

------. Comarca do Paracatu. In: ------. *Novo Mappa da Capitania de Minas Gerais*: levantado por Guilherme Barão D'Eschwege. Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 000 000]. (GEAEM. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Lisboa, Portugal – Lx/ PT).

MAPPA da Capitania de Minas Geraes. 1870. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 800 000]. Copiado da reprodução manuscrita, ca. 1808, pelo Cap. Antonio Vilella de Castro Tavares em 1870. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - AHEx/RJ).

MAPA topografico e hidrografico da Capitania de Minas Geraes. [entre 1791 e 1798]. 1 mapa ms. Escala [ca. 1:1 700 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro- BN /RJ).

MIRANDA, Caetano Luís. *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*. 1804. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 700 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Capitania de Minas Geraes: que Mandou Fazer o Il^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor d. Ant^o. de Noronha, Governador e Capitão Gen^{al}. da mesma Capitania. ...o fez 1777a*. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 600 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro - BN / RJ).

------. *Mappa da Comar:ca do R^o das Mortes, pertencente a capitania de Minas geraes: que mandou descrever o Illustríssimo e Excel:entissimo Senhor D. Antonio de Noronha, Governador e Capit. am General da mesma Capitania, segundo as mais exactas informações. Anno de 1777b*. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 200 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro - BN/RJ).

------. *Mappa da Comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: 1777c*. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 500 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro – BN/RJ).

------. *Mappa da Capitania de Minas Geraes com a Devisa de suas Comarcas*. 1778 a. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 3 400 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - AHEX/RJ).

------. *Mappa da Comarca do R.O das Mortes*. 1778b. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 800 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX /RJ).

------. *Mappa da Comarca do Sabara*. 1778c. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 500 000]. (Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte - APM/BH).

------. *Mappa da Comarca do Serro Frio*. 1778d. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 700 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX / RJ).

------. *Mappa da Comarca de Villa Rica*. 1778e. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 600 000].(Arquivo Histórico do Exército – AHEX/RJ).

------. *Mappa da Comarca de Villa Rica*. 1779. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 600 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Capitania de Minas Geraes*. 1793. 1 mapa ms. Escala [ca. 1:1 700 000]. (Biblioteca Pública Municipal do Porto - BPMP /PO/PT).

Sessão: Cartografia Indígena

A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE CURT NIMUENDAJU E A ETNOGEOGRAFIA DOS ÍNDIOS *KRENAK*

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva

Doutoranda - Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais/ Brasil
ludimilardrigues86@gmail.com

José Antônio Souza de Deus

Docente/Pesquisador Credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil
jantoniosdeus@uol.com.br

O alemão Curt Nimuendaju trabalhou junto aos povos indígenas brasileiros no período de 1905 a 1945. Conhecido como um dos maiores etnólogos no Brasil, dedicou-se integralmente a pesquisas de campo junto a 46 sociedades indígenas, levantando conhecimentos fundamentais para a construção de acervo bibliográfico sobre o tema. A partir 1942, Nimuendaju dedicou-se à produção de sua “obra-síntese”: o Mapa Etno-Histórico do Brasil e Países Adjacentes, que representou todo o seu legado de pesquisas sobre a distribuição, no tempo e no espaço, das comunidades indígenas brasileiras. Frente à importância dessa cartografia histórica de Nimuendaju, este artigo tem o objetivo de analisar a presença e os fluxos migratórios indígenas na região geográfica do leste brasileiro, recorte que corresponde ao norte do Espírito Santo, sudeste da Bahia e nordeste/leste de Minas Gerais, no qual, a partir do século XVII, foram estabelecidos contatos e uma série de incursões nos territórios indígenas, onde os forasteiros encontraram vigorosa resistência dos índios *Botocudos* aos processos de etnocídio e desterritorialização. Para tal, partimos da análise etnogeográfica do mapa, e das referências bibliográficas complementares produzidas pelo autor, associados aos conhecimentos geográficos e cartográficos da etnia *Krenak*, que corresponde àquela que reúne os últimos descendentes dos Botocudos. Posto isso, destaca-se nesse trabalho que a contribuição de Nimuendaju é de extrema importância à cartografia histórica e temática (no *front* etnográfico), tendo em vista que corresponde a um ponto de partida para a compreensão da realidade indígena atual e a um subsídio para a (re)elaboração de uma cartografia etnogeográfica e etnoambiental contemporânea.

Palavras-chave: Etnogeografia; Etno-História; Cartografia Histórica; A obra de Curt Nimuendaju; Índios *Krenak*;

A Cartografia Histórica de Curt Nimuendaju

Reconhecido mundialmente por seu importante legado sobre os povos indígenas da América do Sul e, principalmente, do território brasileiro, Curt Nimuendaju publicou uma série de produções monográficas, acervos linguísticos e materiais expostos nos mais diversos museus do mundo. Doze de seus trabalhos foram publicados no renomado periódico *Handbook of South American Indians*.

Dentre as principais contribuições do autor deve-se destacar o Mapa Etno-histórico do Brasil e Países Adjacentes, elaborado após mais de 30 anos de convivência com os povos indígenas, e que se apresenta como a “obra síntese” de todo o seu legado. Nimuendaju preocupou-se em situar histórica e geograficamente a diversidade de estudos antropológicos por ele produzidos, e outros renomados estudiosos de seu tempo, no intuito de aglutinar um conhecimento fragmentado e promover o diálogo entre aspectos linguísticos, locacionais, históricos, territoriais, culturais e interétnicos (ZARUR, 1981).

Considerando a importância dessa cartografia histórica de Nimuendaju, este artigo tem como objetivo analisar a presença e os fluxos migratórios indígenas na região geográfica do leste brasileiro, recorte que corresponde ao norte do Espírito Santo, sudeste da Bahia e nordeste/leste de Minas Gerais, e o qual permaneceu, até final do século XVII, indevidado pelos colonizadores. Ao serem estabelecidos à época contatos e uma série de incursões nesses territórios indígenas, nessa região os forasteiros, contudo, se defrontaram aí com a vigorosa resistência dos *Botocudos* aos processos de etnocídio e desterritorialização que esses índios passaram a vivenciar a partir de então.

Para tal, partimos da análise etnogeográfica do mapa em questão, e da análise e reinterpretação das obras produzidas pelo autor, que citam os grupos étnicos correspondentes à área investigada, associadas aos conhecimentos geográficos e cartográficos da etnia *Krenak*, que corresponde àquela que reúne, hoje, os últimos descendentes dos *Botocudos*. O uso da Etnogeografia apresenta-se como o método mais adequado à proposição deste trabalho, pois busca dialogar com a obra de Curt Nimuendaju, na medida que parte não apenas das convicções, valores e aspirações traduzidas diretamente no espaço, mas agrega ainda a “percepção que os homens têm do mundo”, a “vida social” (CLAVAL, 1999, p.72-73). É nessa perspectiva, como ressalta Almeida (2008, p.332) que:

[...] a etnogeografia busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo. Esta cultura vivida é, ademais, o objeto de estudo da etnogeografia.

No intuito de compreender essa “cultura vivida” dos povos indígenas, Curt realizou trabalhos de campo curtos (para coletar vocabulários, mitos e objetos) e longos (para produção de monografias específicas) (ZARUR, 2009). Em ambas as situações, ele se preocupava em conjugar o “controle da língua nativa”, a “imersão no modo de vida das comunidades”, a “consciência empírica” e a “limpeza etnográfica”, além de respeitar sempre alguns elementos da “arte do relacionamento humano”, como a “aceitação pelo grupo visitado”, a generosidade da hospedagem” e a “paciência dos índios para ensinar-lhe suas tradições” (AMOROSO, 2001, p.175). E talvez, por todas essas características do pesquisador, em seu primeiro contato com os índios *Apapokúva-Guarani*¹ é que recebeu o nome de *Nimuendaju*, que significa “aquele que faz residência entre nós”, e o que aliás ressalta ainda sua “grande capacidade de sentir e compreender a mentalidade dos índios” (CAMARA JR, 1959, p.5).

Mediante o exposto, vale salientar que este trabalho é parte da dissertação de mestrado defendida em 2013 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG, na qual buscamos realizar uma leitura etnográfica das paisagens culturais do povo indígena *Krenak*, remanescentes dos Botocudos, cujo território atual está localizado no município de Resplendor – Vale do Rio Doce/MG.

Etnogeografia dos Indígenas no Leste Brasileiro

Uma das contribuições mais importante da obra desse autor para as ciências sociais é a maneira como ele, sem precedentes acadêmicos, dialogou de forma harmoniosa e precisa com as mais diversas facetas da história, geografia, sociologia, psicologia, antropologia, arqueologia, linguística, dentre outras áreas, de modo natural, coerente e consistente. Além disso, na própria confecção do mapa preocupou-se em destacar, não apenas a localização dos grupos, mas também suas referências temporais, migratórias e linguísticas.

¹ Um dos diversos segmentos do grupo étnico Guarani, um dos mais importantes da família tupi-guarani (tronco Tupi) domiciliado, atualmente, sobretudo na bacia do Paraná no sul do Brasil (RS, SC, PR) e no Mato Grosso do sul. Outros contingentes do povo Guarani estão sediados em países vizinhos como Argentina, Paraguai e Bolívia.

Todas as concepções cartográficas foram elaboradas e construídas em torno de tais informações, o que, segundo Zarur (1981, p.39) representa um grande legado da obra, na medida que ela proporciona ao leitor diversas possibilidades de análise, tais como:

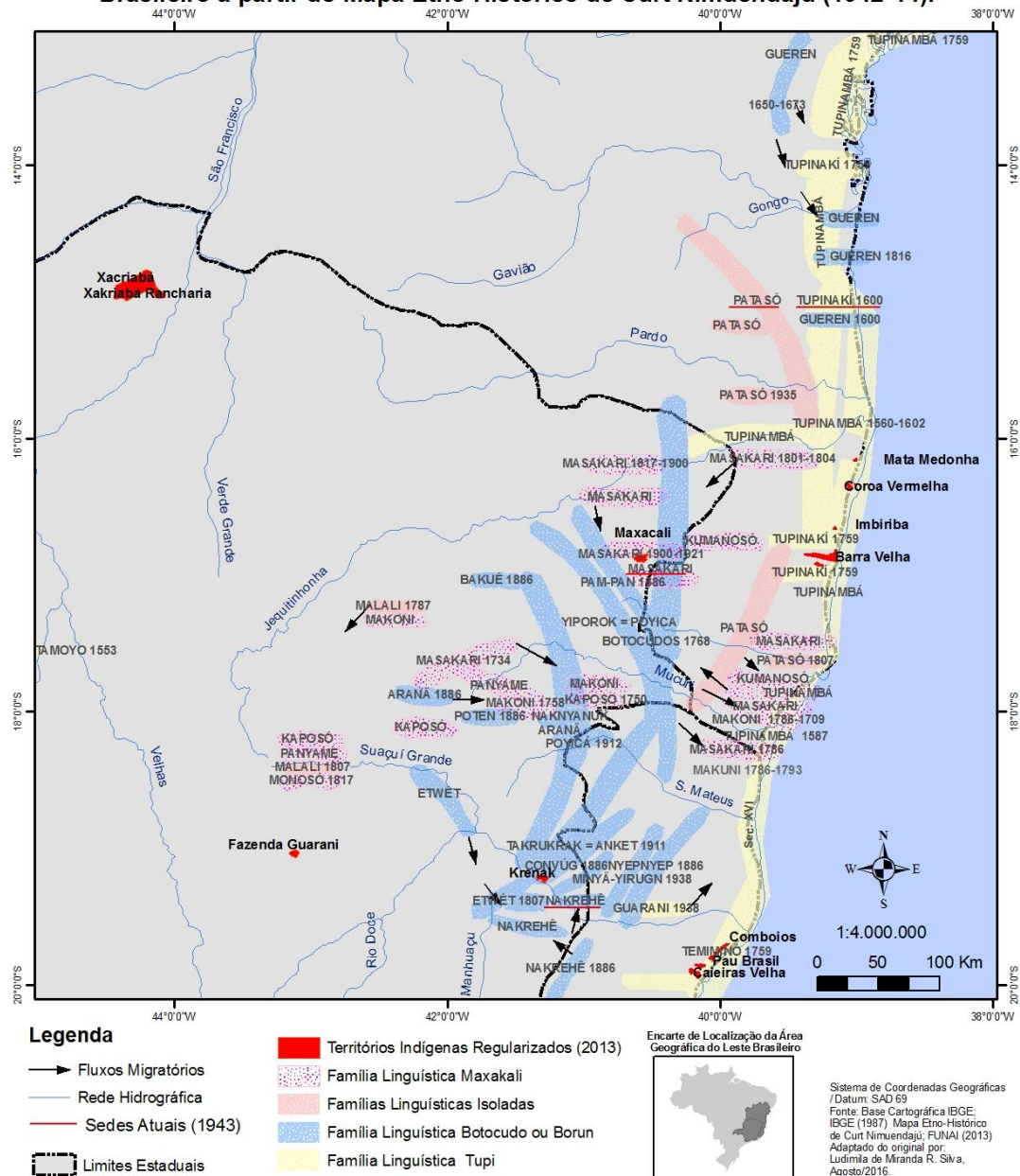
- visão histórica do que ocorreu com diversos grupos indígenas nas diferentes áreas geográficas dotadas de tipos particulares de atividades econômicas;
- grau de resistência ao contato dos diferentes tipos de estruturas sociais;
- frentes pioneiras historicamente estabelecidas e as estruturas socioculturais dos grupos indígenas, segundo a área e o período histórico;
- pressão histórica das frentes nacionais que podem ser indiretamente medidas pela movimentação no espaço dos grupos indígenas.

Buscamos desenvolver essa análise no recorte geográfico do leste brasileiro, na região correspondente ao norte do Espírito Santo, sudeste da Bahia e nordeste de Minas Gerais, que até o final do século XVII, e permaneceu, de certa forma, indevassada pelos colonizadores, os quais, ao estabelecerem contatos e efetuarem uma série de incursões nos territórios indígenas (nas capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo), encontraram, aí, forte resistência dos índios *Botocudos* contra seu ingresso e estabelecimento nesses territórios, originalmente indígenas.

Uma das dimensões apresentada por Nimuendaju em sua cartografia é a dos territórios, categoria de análise que utilizamos nessa releitura de sua obra. Posto isso, buscamos destacar, nessa adaptação de seu mapa, apenas as principais famílias linguísticas² registradas pelo autor: *Botocudos*, *Maxakalí*, *Tupi* e povos de língua isolada (que, neste recorte, se resumem às etnias *Pataxó* e *Malali*). No intuito de sobrepor tais informações à configuração atual das populações indígenas do leste brasileiro, indicamos ainda a localização dos territórios indígenas aí localizados já regularizados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

² Vale ressaltar que atualmente, apesar de não existir um consenso definitivo, existem outras classificações quanto às famílias linguísticas dos grupos indígenas brasileiros, que, inclusive, congregam na mesma família os grupos Maxakali, Malali e Pataxó).

Dinâmica Territorial Indígena da Região Geográfica do Leste Brasileiro a partir do Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju (1942-44).



Um primeiro aspecto a se destacar sobre a visão histórica dos povos indígenas do Leste Brasileiro é o predomínio da territorialização Tupi na região costeira, destacando-se que os contatos ora aguerridos, ora amistosos desses índios, com os conquistadores europeus processaram-se do século XVI a meados do século XVIII, em regiões que ainda hoje podemos encontrar alguns remanescentes desses grupos domiciliados em alguns territórios de confinamento, os quais, apesar da dispersão espacial e da degradação

ambiental, configuram-se como verdadeiros refúgios para a “crescente revalorização, recuperação e resgate da identidade étnica dessas comunidades” (DEUS, 2010, p.72). Vale ressaltar ainda que os Tupi(s) foram os primeiros povos indígenas a receber a pressão histórica das frentes europeias que chegavam ao continente sul-americano.

As demais famílias linguísticas registradas pelo autor neste recorte territorial correspondem, àquela vinculadas ao tronco linguístico Macro-Jê, a saber: Maxakalí (*Pataxó, Maxakalí e Malalí*) e Borun/Botocudos (*Krenak, Etwet, Nakrehé*), grupos esses que historicamente foram descritos viajantes e cronistas como Spix, Martius (1779-1853), Saint-Hilaire (1782-1834) e pelo próprio Métraux & Nimuendaju (1946, p.542) como rivais historicamente definidos:

Harsed by the Botocudo, they placed themselves under the protection of the Portuguese, who settled them in a little village, Porto de Santa Cruz, on the Sassuahy River, a northern tributary of the Rio Doce, and in the village of San Antonio, near Passanha. Previously they lived between the Araçuaí and Mucurí rives.

Os grupos integrantes das etnias *Maxakalí* e *Pataxó*, como pode ser observado também nos fluxos migratórios representados no mapa, viviam nos limiares dos territórios *Borum*, que contralavam todo o leste de Minas Gerais. Para viabilizar a conquista desses territórios, foi editada, inclusive, a Carta Régia de 1808 que legalizava a “guerra justa” contra os *Botocudos* do Leste, e garantia a ocupação dos seus território e incentivava a escravização da mão-de-obra indígena, aprisionamento dos índios nos aldeamentos ou em fazendas, bem como o estabelecimento de fortificações ao longo dos rios para se garantir a navegação e o combate aos índios mais arredios (RODRIGUES, 2013). Tais “entradas”³ no território indígena foram tão brutais como destacado por Otoni (2002, p. 32) que: “os soldados davam a seus cães a carne dos botocudos. Os índios eram caçados como animais”.

A “Guerra Justa” se estendeu até o final do século XIX, e paulatinamente as aldeias foram se transformando em pequenos distritos,

³ O termo “entradas” é utilizado aqui no sentido próprio de expedições que promoveram a interiorização e ocupação das terras brasileiras ainda não exploradas.

governados por um diretor-geral, “que determinava a parte que seria usada para o cultivo comum e a que poderia ser arrendada” para índios de “bom comportamento” ou para comerciantes que quisessem se estabelecer na aldeia (prática então vista como um elemento importante na civilização do índio) (ESPINDOLA, 2005, p.230).

A resistência *Borun*, como destaca Moreno (2011, p.122), consistia em “pequenos ataques guerrilheiros, emboscadas e armadilhas na mata” além das fugas para o interior das matas tropicais, das quais os brancos tinham muito medo. Ainda segundo o autor, a resistência indígena partiu dos grupos *Nakreré, Gut Krak, Krenak, Krakmun, Pejaurun, Etwet, Naknenuk, Jiropok, Mijariam, Aranã, Potein e Krakatã* no Vale do Rio Doce. Dentre as armadilhas de resistência, Moreno (2011, p.123) destaca as “armadilhas com espetos de bambu”, que como espadas arrancavam a cabeça dos inimigos. Segundo Marcato (1979, p.27) dentre os diversos tipos de resistência dos povos indígenas brasileiros, os *Borum* partiram, principalmente, para o que o autor chama de “resistência armada”, com o “desenvolvimento e aperfeiçoamento de táticas de guerrilha, emboscas”. Nesse contexto, “resistir até a morte tornou-se o lema de muitos bando botocudos, pois tomados como escravos teriam destino pior” (MARCATO, 1979,p.27).

O mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju revela a dimensão espaço-temporal desse importante território indígena que se preservou, de certa forma, até a primeira metade do século XX, quando as incursões e os massacres, por colonos ou militares, tornaram-se cada vez mais intensos. E apesar da memória dos atuais descendentes desse grupos vincular-se ainda, principalmente, a essa expropriação de seus territórios e ao exercício da violência contra sua cultura e identidade, a luta e o discurso da resistência, que vem sendo repassado aos mais novos, pauta-se, principalmente, na dimensão e importância social e espacial que estes grupos representaram e representam para a etno-história brasileira, como bem apresentou em seu mapa Curt Nimuendaju.

filhos de Muin, último chefe do bando *Txovúgn* – (bando do chefe *Krenak*). E foi em busca dessa ascendência que, em 2011, os *Krenak*, após alguns processos de requisição e identificação, como seus descendentes mais próximos, receberam os restos mortais de Quack.

A partir desse diálogo do presente com o passado, destacamos que o povo *Krenak*, reconhece o seu território ancestral, como um elemento de construção da sua identidade cultural, e esse território tradicional não se restringe a apenas aos limites da bacia do rio Doce (apesar da importância deste para o grupo), mas sim, como Nimuendaju destacou, estende-se por todo o Leste Brasileiro.

Considerações Finais

A partir das reflexões trazidas neste artigo, destaca-se que foi muito relevante e significativa a contribuição de Nimuendaju à cartografia histórica e temática (no *front* etnográfico), a qual pode servir de ponto de partida para uma releitura da realidade indígena, inclusive no sentido da (re)elaboração de uma cartografia etnogeográfica e etnoambiental contemporânea.

Faz-se necessário assinalar, a propósito, não apenas o mapa, como todo o complexo da obra de Curt vem sendo utilizado como fonte de pesquisa para estudiosos das mais diversas áreas. Desde a década de 1980 vários movimentos de tradução de suas obras vem sendo desenvolvidos no mundo todo. Valse ressaltar que em 2012, o mapa passou a integrar o Programa “Memória do Mundo” da UNESCO, como patrimônio cultural da humanidade, uma vez que representa a diversidade cultural, social e linguística das populações indígenas do continente sul-americano.

Posto isso, o estabelecimento de um diálogo entre a obra e as populações indígenas – faz-se cada vez mais necessário, uma vez que, em diversos momentos, a memória vivida dialoga e se revela também a partir das grandes obras etnográficas de autores que se permitiram experimentar essa vivência profunda com os índios, em um período regido pelos princípios do extermínio e da dizimação e, não, da sua proteção.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Geralda. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Angelo (Org.). *Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008. p.313-336.
- AMOROSO, Marta R. Nimuendaju às voltas com a história. *Revista de Antropologia*, v.44, n.2. São Paulo: USP, 2001, p.173-186.
- CAMARA JR; Joaquim Mattoso. *A obra linguística de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil; Museu Nacional, 1959. 25p.
- CLAVAL, Paul. Etnogeografias – conclusão. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, N.7, p.67-74, jan/jun de 1999.
- DEUS, José Antônio S. *Geografia Cultural do Brasil: etnogeografia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 135p.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. São Paulo: EDUSC, 2005. (Coleção História). 488p.
- KRENAK, Associação Indígena (Org.). *Resgatar o Borum Nak: Nossa Terra é Nossa Vida – ETNOZONEAMENTO AMBIENTAL DA ETNIA E TERRA KRENAK*. Resplendor, Novembro de 2002. 115p.
- MARCATO, Sônia de Almeida. A Repressão contra os botocudos em Minas Gerais. *Boletim do Museu do Índio: Etno-história*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, n.1, p.3-59, maio. 1979.
- MÉTRAUX, Alfred; NIMUENDAJU, Curt. The Mashacalí, Patashó, and Malalí Linguistic Families. *Handbook of South American Indians*, Bulletin 143, vol.1 (The Marginal Tribes). Washigton: Smithsonian Institutuin Bureau of American Ethnology, 1948, p.541-545.
- MORENO, César. *A colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2011. 192p. (Coleção Testemunho Jequitinhonha; 4).
- OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Edição, apresentação e notas de Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 184p. (Inéditos e Esparsos, 8).
- RODRIGUES, Ludimila de Miranda. *Paisagens Culturais Alternativas no Brasil Contemporâneo e vivência espacial da comunidade indígena Krenak do Sudeste (Vale do Rio Doce/MG)*. 2013. 307f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. O Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. In: Reunião Anual da SBPC, 61ª, 2009, Manaus (AM). *Anais...* Manaus: SBPC, jul-2009. p.1-6.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. Significados e efeitos da publicação do Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju para a Antropologia brasileira. In: IBGE; Fundação Nacional Pró-Memória. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p.37-39.

POR UMA CARTOGRAFIA ETNO-HISTÓRICA DA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULOS XVIII E XIX)

ALANNA SOUTO CARDOSO¹

No geral, o que se tem atualmente no debate nacional da cartografia histórica é pautado ainda em uma perspectiva do poder hegemônico. Estes trabalhos, sem dúvida, problematizam criticamente as representações do poder colonizador na formação do espaço colonial brasileiro, mas pouco nos dizem acerca das práticas do espaço e espaço vivido de grupos indígenas e afro-ameríndias. Nesse sentido, a proposta desta comunicação é apresentar uma análise da produção do espaço (social) amazônico colonial a partir da perspectiva da triplicidade espacial lefebvriana, que busca investigar os três momentos do espaço: o concebido (representações do espaço), o percebido (a prática espacial) e o vivido (o espaço das representações), a partir da investigação da participação e “percepção” indígenas nesses espaços amazônicos em processo de formação em meados do século XVIII.

Para tal feito, urge necessário a construção de uma cartografia etno-histórica da Amazônia Colonial que, de alguma forma, dê voz e visibilize os povos indígenas nesta produção, na qual as fontes, tais como censos, mapas, iconografias, crônicas de viajantes e missionários não são meramente documentação de domínio colonial, mas “espaços” de encontros dessas culturas, geralmente colocadas de forma dicotômicas, “dominantes” e “dominados”.

Desse modo, compreender como se produz histórica e socialmente a “convergência de horizontes simbólicos” entre os grupos indígenas e colonizadores ajudará, ainda, na reconstrução de uma cartografia da resistência ao descortinar nessa documentação percursos, itinerários, a comunicação entres os sujeitos (os códigos compartilhados) que tragam à tona a oculta sociedade “cabocla” das fontes oficiais, bem como os espaços de resistências; ajudará, também, a lembrar os mocambos que também são locais de “encontros”, como demarcadores de territórios nas interfaces espaciais das representações coletivas afro-indígenas e “caboclas”. O foco desse método é o espaço social e simbólico das relações dos sujeitos viventes. A este lócus de relações generalizadoras, Paula Montero chama de *espaço de mediação cultural*.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ NAEA-UFPA. Sob orientação da profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Contato de email: alannasouto@yahoo.com.br.

Introdução

A proposta desta comunicação oral é levantar algumas questões teórico-metodológicas, aos pesquisadores da cartografia histórica indígena, referentes à investigação que estou desenvolvendo na minha pesquisa de doutoramento no Programa de Desenvolvimento Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da UFPA, intitulada *Por uma cartografia etno-histórica da Amazônia Colonial (Séc. XVIII e XIX)*.

Trata-se de um trabalho que tem como inspiração o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, o qual tem como pioneiros os pesquisadores Rosa Acevedo Marin e Alfredo Wagner, no debate e na construção de uma nova cartografia para Amazônia² que se constrói a partir do olhar dos atores sociais, ditos “à margem” da história para a construção de sua própria cartografia. Assim, povos indígenas e comunidades tradicionais³ passam a elaborar seus próprios mapas a partir do seu conhecimento local, cartografando os espaços por meio das suas relações nas práticas espaciais e suas representações do território em que vivem, mapeando, assim, o espaço vivido e clandestino, por ser sutilmente renegado pela cartografia do poder.

Essas autocartografias dos povos e das comunidades tradicionais e essas territorialidades específicas, construídas pela ótica da diversidade desses agentes sociais é que contemplam as identidades coletivas objetivadas por estes movimentos sociais. Todo esse processo de territorialização carrega uma força que se diferencia, o que torna

² Trata-se do projeto “Nova cartografia social da Amazônia” (PNCSA). Acesso: <http://novacartografiasocial.com/>.

³ Sabemos que a luta dos povos tradicionais é histórica, de muitas dores e conquistas. Uma dessas vitórias foi a emergência e o reconhecimento, ainda que tardios, da categoria “Povos e Comunidades Tradicionais” no ano de 2000, definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto Federal Nº6.040 de 7 de fevereiro de 2000). Dentre os membros dessa categoria, encontram-se os quilombolas, os seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, ciganos, andirobeiras, quebradeiras de coco babaçu, os afrorreligiosos e muitos outros. Acerca da população indígena, que apesar de inicialmente servir como modelo para categoria “povos tradicionais”, a legislação brasileira não os incluiu nesse grupo, em função de não serem identificados em termos de conservação; logo, usaremos a expressão “populações indígenas e tradicionais” nessa missiva, conforme orienta a pesquisadora Manuela Carneiro da Cunha, especialista nessas populações em seus estudos, para, assim, alcançar todos os agentes sociais que ao longo de mais 500 anos lutaram, praticamente invisíveis, pela demarcação do seu território e pela manifestação e manutenção de suas raízes socioculturais.

esta nova cartografia um elemento de combate e empoderamento social para os povos indígenas e comunidades tradicionais da contemporaneidade.

A partir desta percepção do PNCSA é que vos pergunto: o que temos no âmbito acadêmico sobre a formação do espaço social dos ancestrais dessas comunidades tradicionais e das populações indígenas da Amazônia? O que a cartografia histórica tem debatido sobre a produção do espaço social dessas populações, por exemplo, na Amazônia Colonial? Ou sobre os espaços sociais transformados durante a maior revolta popular da pós-independência do Brasil, o movimento cabano no Pará? O que se tem de vestígios desse passado para o melhor entendimento desta nova cartografia social das populações indígenas e das comunidades tradicionais do presente? Diante de tais questionamento, entende-se necessário, portanto, retomar os percursos, os mapas e fazer o caminho de volta.

Há uma necessidade nesta direção dos próprios sujeitos, populações indígenas e comunidades negras tradicionais, mobilizados nesta “Nova Cartografia Social da Amazônia” a retomarem os caminhos e conexões no que diz respeito à formação socioespacial dos seus antepassados, que os ajudem não somente para a preservação de sua história, mas também como demarcadores de limites históricos de seus territórios e identidades absorvidos e desrespeitados, muitas vezes, pelo avançar da urbanização. Como exemplo, podemos citar povos indígenas, que reivindicam espaços que lhes pertenciam, nos quais construíram taperas e deixaram registrada toda uma cultura material, mas foram forçadamente deslocados, ou as forças hegemônicas do Estado e do mercado almejam mais uma vez deslocá-los⁴.

É nesse sentido que João Pacheco de Oliveira, no catálogo intitulado “Povos e comunidades tradicionais- Nova cartografia social” (2013), já sinaliza que na estrada das lutas indígenas os mapas exercem um papel pioneiro, pois foi ali que inicialmente foram valorizados os conhecimentos dos agentes históricos sobre as suas terras enquanto prova de direitos (ancestrais e contemporâneos).

⁴ Dentre tantas situações, podemos ilustrar o caso dos povos indígenas do Rio Capim que desde uma nova configuração espacial no último quartel do século XIX encontram-se registros na escrita dos missionários Capuchinhos em que relatam a documentação, lêem-se as narrativas inseridas nos capítulos “catequese e civilização de índios” e “Missões” do relatório do presidente da província de 1874 que dão conta da exploração de copaíba e da casca de cravo, riquezas encontradas nas cabeceiras desse rio e extraída pela mão de obra indígena subordinada aos religiosos. Esse levantamento histórico é importante, pois mostra como os povos indígenas dessa região, especialmente, os Tembê e os Amanayé conquistaram reconhecimento como etnias permanentes no processo de luta que se dar na reafirmação da “autenticidade Tembê” quando os membros do grupo sentem “necessidade” de mostrar para “os de fora” que “os Tembê tem cultura”. Enfatiza-se que a ideia da defesa do território, entendida como relação especial dos habitantes com um determinado lugar ao longo do tempo (ACEVO MARIN ET AL., 2014, P.39).

Os mapas produzidos em parceria por antropólogos e agrimensores constituía parte essencial dos relatórios de identificação e se convertiam em instrumentos comprobatórios da tradicionalidade da ocupação sobre uma terras. Estes “Mapas-vivos” são capazes de ser atualizados pelos próprios sujeitos-narradores. Os desafios de suas práticas sociais estão distantes dos parâmetros oficiais dos órgãos tutelares, que somente em meados dos anos de 1980, por meio da iniciativa do Projeto Estudo das terras indígenas, coordenado pelo próprio Pacheco de Oliveira (2013), no museu nacional (UFRJ), adotaram como meta resgatar para o universo das aldeias e o cotidiano indígena a documentação adormecida nas prateleiras da FUNAI e de outros órgãos públicos (P.13).

Contudo, o despertar das fontes indígenas deve ir para além da documentação oficial contemporânea, que acaba não dando conta de acompanhar de forma mais sistemática, a partir de um recorte curto temporalmente da história do tempo presente, os processos de transformações e permanências dos espaços e territorialidades destas populações indígenas.

Com a “dialética da duração”, a investigação no espaço e tempo de longa duração e seus ritmos mais lentos nas mudanças socioespaciais das conjunturas e dos acontecimentos, de forma interdisciplinar com as ciências sociais, a lembrar os ensinamentos de Braudel (1992), será possível fazer uma etnogênese dos espaços indígenas de modo a preencher lacunas na elaboração e defesa dos limites territoriais que tanto reivindicam seus sujeitos. E por meio dessa percepção epistemológica é que se busca construir a Cartografia etno-histórica de forma a dialogar com as conexões e lutas dos direitos coletivos dos povos indígenas e comunidades tradicionais desta “Nova cartografia Social da Amazônia”.

É importante fazer um adendo que esse caminho do retorno referente aos mapas e aos percursos da população indígena e dos povos de matriz africana deve ser feito em conjunto com o debate nacional a respeito da cartografia histórica, especialmente no que diz respeito ao espaço vivido ou mesmo uma cartografia dos sentidos dessas populações indígenas deve ser melhor investigada.

Muito embora se reconheçam as dificuldades em realizar uma pesquisa em que os grupos indígenas do período colonial sejam estudados a partir das dimensões espaciais e territoriais, um esforço nesse sentido pode fornecer novos paradigmas e direções para a história colonial e indígena. No antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, as populações indígenas, com a vigência do período pombalino e sua política civilizatória - dentre as

quais os casamentos inter-raciais - indicavam a emergência de uma sociedade “cabocla”⁵⁵, que estava inserida na paisagem colonial. Logo, inferir e mapear a produção dos seus espaços sociais caminhando na direção de uma cartografia etno-histórica⁶ ajudará para a compreensão das raízes das identidades coletivas dos povos indígenas e comunidades tradicionais provindas desses espaços, as formas de ocupação tradicional e o empoderamento histórico de seus territórios em seus diferentes contextos, sob diversos mecanismos e pressões expropriadoras.

Sendo assim, o projeto tem como grande desafio trazer algumas concepções da produção do espaço social da Capitania do Pará a partir das práticas espaciais indígenas e daquela emergente população cabocla, por meio das descrições problematizadas nas fontes investigadas, buscando interpretar e traduzir os percursos, itinerários e mapas dos indígenas e da sociedade “cabocla”, descortinando no espaço as dimensões do mundo social e interpretando as relações no âmbito da sociedade e natureza, além das marcas de ocupação de territórios por diferentes agentes sociais na Capitania do Pará.

Tendo em vista as transformações do espaço colonial amazônico na era pombalina em termos cartográficos quanto à dinâmica da produção social, pretende-se [re]construir uma cartografia etno-histórica que rompa com trabalhos cartográficos meramente geográficos ou que apenas problematizam o espaço do poder, não se aprofundando no debate da construção, composição e das identidades socioculturais espaciais, do espaço

⁵⁵ A perspectiva a qual pretendo amadurecer com o avançar da investigação é baseada na proposta da obra “Sociedades caboclas amazônicas - Modernidade e invisibilidades”, organizada por Adams; Murrieta e Neves (2006), que argumentam a necessidade de expressar um reconhecimento mais abrangente da importância da história na formação das sociedades caboclas. Ao invés de “tupinização”, buscam o termo “caboclicização” feito por Eugenne Parker aos eventos e condições que destruíram grande parte das sociedades ameríndias e transformaram seus sobreviventes, emergindo dessa (in)consequência a “cultura cabocla” do século XIX (ADAMS et al. 2006, p.19).

⁶ A cartografia, desde de suas origens, foi associada à produção de mapas como forma de representação do espaço (BARASSI, 2013). De acordo com a Associação Cartográfica Internacional (ACI) (1996), citada por Sabota e Bueno (2013), a cartografia é o “conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base o resultado de observações diretas ou da análise da documentação, que se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão e representação de objetos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos”. Nesse sentido a proposta desse trabalho é romper com essa visão mais positivista da cartografia meramente espacial e aliar com a proposta mais moderna do Lefebvre (2006) da produção do espaço social juntamente com o método etnográfico que buscar fazer uma análise descritiva da cultura e das sociedades humanas. No caso da pesquisa vigente, a das populações indígenas do passado colonial e sua configuração com o processo de formação do espaço colonial. O mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, apesar de ser um mapa contemporâneo em relação as populações e a cartografia estudada nesse trabalho, é até hoje a maior referência de uma cartografia etno-histórica com milhares de símbolos, cores e nomes representando 1.400 grupos de índios. Inédita na época, a empreitada reunia em um quadrado de 2 metros por 2 metros a primeira grande síntese do conhecimento etnológico disponível até aquele ano, boa parte dele recolhida pessoalmente. Trazia informações sobre localização, filiação linguística e movimentos de migração de tribos extintas e existentes no Brasil.

vivido e suas representações, para além de escalas, números e indicadores desta Amazônia indígena e afro-ameríndia. Espera-se, assim, construir interpretações de dinâmicas complexas e as múltiplas interações dos agentes sociais.

Nessa linha, pretende-se investigar, identificar, codificar, mapear, desenhar, enfim, apontar fenômenos e símbolos, na forma de legendas e outras convenções desses interesses, à medida que este instrumento de análise retrate as diferentes experiências e estratégias socioespaciais.

Todo esse processo de elaboração de uma cartografia social e etno-histórica da população da Capitania do Pará, a partir do debate étnico-racial, vai ser de suma importância não somente para literatura interdisciplinar acadêmica, na ótica do cartógrafo, geógrafo ou historiador, como foi observado acima, mas também para uma contribuição mais consistente no debate das análises dos processos de transformação da sociedade, da economia e das identidades amazônicas no período colonial, assim como na atualidade, os processos de ocupação da Amazônia. segundo Rosa Acevedo (2009), eles formulam, novamente, interesses sociais, econômicos e políticos em disputa na visão da colonização interna.

Construindo uma cartografia etno-histórica: Questões teóricas-metodológicas 'Índios, caboclos e amocambados nos espaços amazônicos'

A população indígena, desde os tempos da “conquista”, foi mãos e pés dos lusitanos, já diria o padre João Daniel, no processo de conhecimento e ocupação da América portuguesa, que passa a ser mobilizada para atender a produção social do espaço amazônico colonial. Nos Estados Grão-Pará e Maranhão⁷ ocorreu a construção das aldeias, e posteriormente, das vilas e cidades. Constituiu-se, assim, desde o início da colonização, mão-de-obra em potencial, enquanto alternativa para os agentes coloniais, que acabavam disputando a mão-de-obra indígena com os jesuítas, até mesmo de forma conflituosa.

Tendo em vista esta geografia regional e todas as dificuldades diante da vastidão da floresta amazônica, os colonos ficariam cada vez mais dependentes da acessibilidade não somente da mão-de-obra indígena, mas também do conhecimento destes nativos

⁷ Anteriormente, a vila de São Luís era sede da capitania do Maranhão, que também foi escolhida como sede da capital do Estado desde de 1626. Posteriormente, em 1751, deixou de ser capital do Estado e Belém assume o posto de capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

para demarcação territorial na construção do Estado. A economia “dependia da decifração dos códigos da floresta, da leitura e do entendimento das múltiplas linguagens da natureza; o extrativismo, como prática de sobrevivência do conquistador, só seria viável em função do índio e da sua sabedoria no trato com o locus alterius” (COELHO, P.210-211) .

A Capitania do Pará, bem como o Estado do Brasil em meados do século XVIII estará no auge do debate de uma nova governamentalidade, na qual o controle e a segurança do território emergem com a urgência da questão da arregimentação populacional no espaço concebido.

O planejamento e as representações do poder lusitano dessa nova governamentalidade implementada por meio das reformas pombalinas, nesse período, irão marcar imensamente os espaços coloniais da Amazônia, que serão transformados, sobretudo, o espaço concebido amazônico remodelado à imagem e semelhança de seu criador português. Tais transformações também alcançarão as populações nativas dentro e fora dos espaços coloniais arregimentados para as chamadas povoações de índios.

Esse novo mapa de povoações da Capitania do Pará foi mapeado censitariamente a partir de uma dicotomia do poder em povoações de brancos e de índios, deixando invisíveis, a priori, a identificação da população “cabocla”/ “mestiça” nos mapas de habitantes de 1773 a 1777; contudo, no recenseamento de 1778, essa população “mestiça” foi visibilizada, conforme os parâmetros de segregação racial dos censos deste período

Entende-se ainda que esse espaço amazônico (social) em produção perpassa três momentos da triplicidade do espaço lefebvrino (2006), que é uma característica subjacente a qualquer estrutura socioespacial, que investiga o espaço a partir de três momentos: o espaço concebido (representações do espaço); a prática do espaço (percebido) e o espaço vivido (o espaço das representações), apresentando simbolismos complexos, expressão do lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também da arte e espiritualidade.

A cartografia - a grosso modo, pode-se dizer uma técnica de mapeamento de representações do espaço - é um dos instrumentos mais utilizados desde os tempos do Egito antigo e é até mesmo muito usada por nossos ancestrais ameríndios como forma de demarcação do território para legitimação do poder, a exemplo dos mapas antigos

que até hoje os indígenas mexicanos, especialmente os de Chiapas, guardam a sete chaves, elaborados pelos seus ancestrais Maias. Certamente, os hispânicos e lusitanos, os quais colonizaram as Américas em séculos posteriores, usaram também os mapas como instrumento de controle da soberania, da disciplina e da gestão governamental.

Nestas representações do espaço e de gente, estão os indígenas e os escravos africanos nesta cartografia da conquista, ou melhor, da invasão de meados dos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII. Eles são, comumente, representados de forma estereotipada nas iluminuras dos mapas quinhentistas e seiscentistas, seguindo a perspectiva de duas ideologias concorrentes a respeito dos povos nativos que habitam fora do continente europeu.

Geralmente, a figura dos indígenas e dos escravos descritos nos relatos dos viajantes, dos conquistadores, missionários, dentre outros cronistas desses povos, é do mau selvagem e do bom civilizado e a figura do bom selvagem e do mau civilizado. Tais visões estereotipadas que passam por cima do “olhar de si” do ser em observação são recheadas, ou não, de termos religiosos. Nessa “antropologia” espontânea desta época, irão contaminar até nos dias hoje a perspectiva sobre esses povos, especialmente, o senso comum (LAPLANTINE, 2003, P.25-32).

Nesta direção, por exemplo, para o entendimento das representações do espaço (concebido) e da prática espacial (o espaço percebido), Benedict Anderson (2008) em sua obra *Comunidades imaginadas* nos aponta que era por meio da criação da imagem do Estado colonial que as três instituições de poder - o censo, o mapa e o museu - moldavam a forma e as representações de como as potências coloniais viam e tentavam manter o controle sobre suas colônias. O primeiro, assim como os mapas populacionais ou os mapas de povoações, possui a ideia fictícia de que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um – e apenas um – lugar extremamente claro e sem frações. Essa é uma maneira de criar imagens adotadas pelo Estado colonial, que tinham origens muito anteriores às do censo dos anos 1870.

Os mapas, por meio de um plano geográfico - especialmente, os mapas quinhentistas e seiscentistas, os chamados mapas da conquista - criaram uma série de imagens da natureza, dos nativos e dos próprios colonizadores no plano geográfico que visavam não somente conhecer o espaço que estava sendo colonizado, mas também de mapear seus limites e fronteiras, segurança e defesa. Já os museus e a imaginação

museológica são profundamente políticos, e buscavam criar uma imagem gloriosa junto à população do novo Estado.

Assim, mutuamente interligados, censo, mapa e museu refletem o estilo do pensamento do Estado colonial tardio em relação a seus domínios. A “urdidura” desse pensamento era uma grade classificatória totalizante que podia ser aplicada com uma flexibilidade ilimitada a qualquer coisa sobre o controle real ou apenas visual do Estado: povos, regiões, religiões, línguas, objetos produzidos, monumentos etc. (ANDERSON, 2008, P. 253).

Esta Amazônia inventada pelos colonizadores pode ser investigada a partir destas três fontes de instituição de poder, nas quais as práticas espaciais são percebidas pela população indígena e afro-ameríndia, distribuídas e deslocadas para as povoações de brancos e povoações de índios, que passam também a marcar, demarcar e lutar legalmente por terra, no caso dos índios livres e alforriados. A estrutura do aldeamento pombalino, conforme observou Sampaio (2010), possibilitava a manutenção de redes de parentescos e de sólidas relações étnicas.

Na medida em que as lideranças indígenas eram reconhecidas no cenário político das vilas, elas buscavam utilizar os dispositivos legais para resolver os conflitos no seu tempo e espaço⁸, seja para ter, de alguma forma, acesso à riqueza do mundo colonial no qual residia, a exemplo do controle da mão de obra indígena, seja pelas disputas de terras, forjando assim experiências do viver em aldeamentos pombalinos a partir deste forte laço de identidade indígena que se estreitava a medida que esses foram incorporados no espaço colonial. As leis criadas durante e pós-Pombal, com fortes mecanismos de deleção dos referenciais étnicos indígenas, os transformaram em

⁸ A respeito dos conflitos entre colonos e indígenas, um governante escreve a um secretário da corte da seguinte forma: “Descobrimo, por acaso, no cartório da câmara desta cidade (Belém) os papeis inclusos, quis ter à gosto de mandar a Vossa Exe. Para ver a mais autêntico testemunho do injusto domínio, que os nobres da companhia tiveram sempre aos pobres índios deste estado”. Então remete que o fato dos índios não governarem suas terras é devido a sua forma de governo diferente. Devido a isto, as aldeias localizadas no interior do Estado não sofrem tanta influência dos colonos, mas ainda assim, são subordinadas aos comandos da sede. Fonte: OFÍCIO do [governador interino do Estado do Maranhão e Pará], Bispo do Pará, [D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa], para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a publicação de um bando pelo governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relativo à administração dos índios livres e alforriados, de modo a solucionar os conflitos existentes entre estes e os moradores daquela capitania.

Anexo: 2ª via. AHU_ACL_CU_013, Cx. 38, D. 3598.

vassalos e acabaram por conduzi-los a um campo de unidades e embates por seus direitos neste Grão-Pará colonial.

No que se refere à composição étnica da população, a fonte censitária em processo de análise faz uma clara distinção entre povoações de brancos e povoações de índios, conforme mencionamos acima, as quais eram agrupadas pelas freguesias que as compõe, em que quase que hegemonicamente, predominava um maior número de freguesias pertencentes aos denominados “lugares de índio”.

Dessa forma, os indivíduos ainda eram distinguidos na contagem realizada de categorias excluídas e incluídas arbitrariamente, a exemplo: “Pessoas em geral com exceção de índios aldeados”, “Índios Aldeados ou estabelecido em Povoações” e “Escravos”⁹. Logo, podemos aqui relacionar com a organização de trabalho da época e buscar responder sobre de que forma configurava-se a produção do espaço social, seus avanços e recuos, já que todos os mapas populacionais descritos acima contabilizaram sua população pelas estruturas sociais, sendo que o Mapa de 1790 irá trazer informações por freguesia sobre *terras, gêneros do sertão, agriculturas e plantações*.

Nessa perspectiva, o debate da questão étnica¹⁰ é de suma importância para a Amazônia, a fim de buscar compreender uma sociedade colonial multicultural em que cada um dos grupos constituintes mantém sua crença, sua língua (e a língua geral) e sua cultura, mas na qual todos se relacionam na situação comum da dominação colonial (FURNIVALL, 1991; BARTH 1986; 1990). Uma vez mais, pressupõe-se um cenário no qual diferentes grupos étnicos interagem, definindo por meio desse mesmo contato, a natureza e o alcance de suas relações recíprocas, independente de rastrear “unidades étnicas correspondentes a cada cultura” (BARTH, 1976, P.9).

⁹ “Mapas dos habitantes do Pará e Rio Negro de 1773-1774” AHU_ACL_CU_013, Cx.72, D. 6100 (Acervo AHU CAPITANIA DO PARÁ - Projeto Resgate).

¹⁰ Trata-se da análise étnico-racial na perspectiva “*barthiana*” em que se desloca o interesse analítico dos próprios grupos étnicos para a criação e a persistência de suas interfaces, suas fronteiras, suas relações, e é suficientemente explícito ao qualificar a empreitada como “uma investigação empírica do caráter dos limites étnicos” (BARTH, 1976, P. 09). Leva-se em consideração os fatores ecológicos e demográficos, respectivamente a noção de um meio que prima o contato ou a franca competição entre grupos étnicos e o segundo, a idéia de que existe um “trânsito” ou uma “osmose” através de seus limites. No entanto, o ponto que se deve deixar claro é o fato de *não* haver unidades sociais preexistentes a se vincular posteriormente umas às outras. *A própria relação as constitui como tal*: “Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação e reconhecimento social; pelo contrário, geralmente estas são o próprio fundamento sobre o qual estão construídos os sistemas sociais que tais distinções contêm” (Idem, 1976, P.10). A análise deve ser “gerativa” e não pode limitar-se a explorar a conservação ou a persistência dos grupos étnicos, mas tem de procurar esclarecer a dinâmica incessante de conformação e reestruturação dos mesmos (Ibdem, 1976, P.11).

O reflexo desse quadro étnico é muito bem retratado por Flávio Gomes (2011), ao analisar o processo de etno-gênese em variadas regiões. As cosmologias indígenas e africanas, as expectativas dos contatos, as primeiras gerações de colonos e trabalhadores, assim como as línguas e cultura material são muitas vezes facetas históricas, arqueológicas e antropológicas ocultas em análises que acentuam as dinâmicas coloniais de ocupação e economia cristalizada.

Sabe-se muito pouco sobre como inúmeras micro-sociedades indígenas, bem como setores coloniais, incluindo africanos escravizados recém-chegados, perceberam as políticas de colonização. A partir das suas próprias lógicas e culturas, acredita-se que elas foram adaptando e [re]significando seus padrões de assentamento, migração, parentesco, deslocamento geográfico, práticas fúnebres, dentre outros.

Essas microssociedades indígenas podem ser localizados, assim, em diferentes partes da extensa Amazônia, em especial, onde havia aldeamentos e organização do trabalho compulsório, além de vinculações econômicas. Há registros sobre o aumento de fugas e o estabelecimento de fugitivos em novas comunidades num processo de etno-gênese, ainda pouco estudado. Logo, nessa pesquisa serão conectadas perspectivas teóricas para se pensar o fenômeno do ressurgimento de identidades étnicas indígenas e “caboclas”¹¹ com a possibilidade de testar metodologias da pesquisa empírica nos arquivos coloniais.

O grande desafio desta proposta de cartografia etno-histórica é buscar investigar o espaço das representações e o espaço vivido, por meio das vozes indígenas filtradas nas fontes para o período colonial. Estratégia de pesquisa é um pouco mais complicado, pois a maioria da documentação citada acima retrata o espaço na perspectiva dos colonizadores, representando, assim, o espaço concebido do poder metropolitano¹². A rigor, o passo desafiante é justamente esse: a investigação do espaço vivido desses

¹¹Na perspectiva levantada por Harris, esses “caboclos” são re-localizados “na formação das sociedades camponesas amazônicas em um algum momento entre a expulsão dos missionários (1770) e cabanagem (1830), transforma essas sociedades em invenção das forças modernas e da colonização, e dependentes das mesmas”. Ao passo que são distintamente locais, de modo relacional e ambiental, e independente por serem detentoras de recursos econômicos chave. Logo possuindo um caráter ambivalente no tempo e no espaço (HARRIS, P.83).

¹² A estratégia metodológica da mediação cultural apontada por Paula Montero (2006) nos orienta a fazer um filtro das fontes documentais para que se possa entender o *lôcus* das vivências indígenas a partir da interculturalidade, especialmente a documentação missionária, de modo a compreender como se produz histórica e socialmente a “convergência de horizontes simbólicos” entre os grupos indígenas e missionários. O foco desse método é o espaço social e simbólico das relações dos sujeitos viventes. A este *lôcus* de relações generalizadoras a autora vai chamar de espaço de mediação cultural.

povos indígenas a partir dos seus relatos próprios descritos, especialmente, por muitos missionários e viajantes em crônicas de viagem nesse período por meio do entendimento que as fontes não são meramente instrumentos de dominação colonial, mas sim espaços de encontros entre culturas distintas. A mediação cultural na leitura dessas fontes se faz necessária para “revelar” essa cartografia das representações do espaço vivido.

O espaço simbólico desses povos é configurado a partir suas relações míticas com a natureza e sua prática espacial, sendo subordinados e dominados pelas forças das representações do espaço gestadas pelas ideologias e saberes da época das estruturas dominantes. Como exemplo, podemos citar uma cartografia indígena, que a partir do filtro das fontes, traz o “olhar e voz” dos índios para a movimentação espacial dos próprios colonos, missionários, viajantes naturalistas, ou ainda a demarcação e defesa territorial. Outra exemplificação importante de espaço das representações dos povos indígenas e do “caboclos”¹³ seria a problematização de uma cartografia da resistência por meio de uma investigação do espaço vivido dos mocambos na Amazônia, quando há o encontro intenso entre indígenas e africanos, especialmente para a formação desse espaço amocambado em meados do século XVIII e na configuração espacial afro-indígena na revolução cabana¹⁴.

Estas estratégias da interculturalidade, da mediação cultural e das práticas do cotidiano certeunianas (1998), vislumbradas nesta investigação, podem, assim, caminhar na direção da elaboração de uma cartografia etno-histórica alicerçada nas

¹³ Questões que envolvem a formação da sociedade ‘caboclas’ ou mestiças problematizados a partir da de seus hábitos culturais que envolvem sua sexualidade, homens e mulheres, subjugados a uma realidade específica vinda de forma exógena, administração metropolitana, seja de forma interna, pactos, negociações e confrontos da população local conflitando entre si. VER: GÚZMAN, Décio de Alencar. “Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.pp. 67-81. HARRIS, Mark. *Presente ambivalente: Uma maneira amazônica de estar no tempo*. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.pp.81-82.

¹⁴ De acordo com Flávio Gomes (2005), eram frequentes as fugas e a formação de mocambos de índios, não raras vezes juntamente com os negros. Isso aconteceu em diversos espaços do Grão-Pará, principalmente durante a administração pombalina, tanto no momento de implantação como depois da desestruturação dos diretórios dos índios. Nesse contexto, populações indígenas inteiras eram retiradas, “resgatadas” ou por meio dos descimentos acabavam sendo arrematadas para trabalhos compulsórios por toda área colonial. Essa constante migração das populações nativas, transferidas de suas localidades de origem para as feitorias, fortificações e outras regiões de produção extrativa e de agricultura resultou em um processo longo e sofrido para as populações indígenas amazônicas, o que também gerou resistências, lutas, levantes, fugas e a formação de mocambos (p.59-60).

estratégias metodológicas e na variedade das fontes - mapas coloniais; mapas populacionais; diários de viagem dos viajantes e missionários; além de outros documentos que reportem o período pesquisado.

Esses materiais permitem a reconstrução de uma cartografia da resistência, ao descortinar percursos, itinerários, a comunicação entres os sujeitos (os códigos compartilhados), que tragam à tona a oculta sociedade “cabocla” das fontes oficiais, bem como os espaços de resistências, a lembrar dos mocambos que também são locais de “encontros”, além dos ritos festivos e religiosos como demarcadores de territórios nas interfaces espaciais das representações coletivas indígenas e “caboclas”.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *A importância da história, da geografia e da cartografia na análise da formação social e territorial da Amazônia*. In.: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; Coelho, Maria Célia Nunes & BARBOSA, Estevão José (Org.). Atlas sociambiental- Municípios de Tomé-Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis. Belém, NAEA, 2009. p. 464.

_____, Rosa Elizabeth; RAMOS, Eliana; FERREIRA, Fernando Luiz T. Marque. Patrimônio, Cultura e territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim. Belém: IPHAM, 2014.

ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2008.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

BARASSI, V. Ethnographic Cartographies: Social Movements, Alternative Media and the Spaces of Networks, *Social Movement Studies. Journal of Social, Cultural and Political Protest*, v. 12, n.1, p. 48-62, 2013.

BARTH, Frederik (comp.) *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. Introducción. FEC, México D.F., 1976. p. 9-49.

_____, Frederik. 1986 [1961]. *Nomads of South Persia: the Basseri tribe of the Khamseh confederacy*. Illinois: Waveland Press.

_____, Frederik. 1990 [1959]. *Political leadership among the Swat Pathans*. London: The Athlone Press.

BRAUDEL Fernand, “A Longa duração”, In *Escritos sobre a história*, São Paulo, Perspectiva, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A artes de fazer- Invenção do cotidiano*. Ed. Vozes. Petrópolis. 1998.

COELHO, Geraldo mártires. O Anticristo na selva. In: *O Violino de Ingres*. Belém: Pakatatu, 2005, p. 210-211.

GOMES, F. dos S. *Migrações, populações indígenas e etno-gênese na América Portuguesa* (Amazônia Colonial, s. XVIII), *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 31 enero 2011, consultado el 23 octubre 2013. URL: <http://nuevomundo.revues.org/60721>; DOI: 10.4000/nuevomundo.60721.

_____. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX)*. São Paulo. UNESP. 2005.

GÚZMAN, Décio de Alencar. “Índios misturados, ‘caboclos’ e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.p. 67-81.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: Uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.p.81-82.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MONTERO, Paula. (Org.). *Deus na aldeia. Missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo. Editora Globo. 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Soberania, democracia e cidadania. In. ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de e FARIAS JR., Emmanuel de Almeida (org.). *Povos e Comunidades tradicionais- Nova Cartografia Social*. Manaus. 2013. Disponível: <http://novacartografiasocial.com/catalogos/>

SABOTA, H. S.; BUENO. M. A. Trilha de orientação: aplicação de uma prática de ensino de Cartografia para a compreensão dos conceitos da geografia física na fase escolar. *Revista Territorium Terram*, v. 2, p. 84-97, 2013.

SAMPAIO, Patricia Melo. *Índios e Brancos na Amazônia portuguesa: políticas e identidades no século XVIII*. IN: CHAMBOLEYRON, Rafael & ALONSO, José Luis Ruis-Peinado (org.). *T(r)ópicos de histórias: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII e XXI)*. Belém. Ed. Açai/Programa de pós-graduação em história social da Amazônia (UFPA)/ Centro de memória da Amazônia (UFPA), 2010.

UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA EM DOIS MAPAS DE DIOGO HOMEM, 1558 E 1568

Luciana de Queiroz Pinto

Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ/FFP

lucianadequeiroz@gmail.com

Resumo do trabalho

A cartografia quinhentista foi importante para delimitar novos territórios, também para expressar a perspectiva do Colonizador referente ao novo mundo, além da preocupação de descrever a topografia do território, os cartógrafos ilustravam seus mapas com figuras características da terra, ou seja, a fauna, a flora e os nativos. Os primeiros habitantes da América foram ilustrados nos mapas coloniais, dentre inúmeros documentos, destacamos dois produzidos pelo português Diogo Homem, que pertenceu a uma família de cartógrafos importantes às monarquias ibéricas. São analisados dois mapas que pertenciam ao chamado 'Atlas de Diogo Homem', feitos respectivamente em 1558 e 1568. O documento de 1558 é rico em ilustrações, onde aparecem cenas de guerra, antropofagia e até um índio com uma flecha apontada para o brasão português. Já a produção de 1568 é mais simples na representação, porém na parte referente à América Portuguesa, aparece um ameríndio assando pedaços humanos e junto a esta cena segue a advertência: "*Canibales: Antropophagou Terra*", explicitando que seria uma terra de canibais e na parte sul do continente, os dois nativos seguram armas de fogo. As imagens presentes em ambos documentos caracterizavam uma visão etnocêntrica do europeu em relação aos indígenas da América. Neste sentido, a pesquisa visa analisar e sistematizar as imagens, assim como as informações contidas nestes documentos, fazendo um cruzamento de fontes cartográficas, com relatos dos viajantes e cronistas. Este trabalho busca aprofundar-se nas representações imagéticas dos indígenas, refletir sobre como eles foram pintados e pensar que a imagem tem um poder simbólico importante, dessa forma a reflexão vai além, caminha para uma análise da intencionalidade do cartógrafo ao registrar essas imagens nos mapas, pois compreendemos que o mapa é um documento parcial, que não possui neutralidade, ou seja, o mapa representa uma perspectiva de quem o produz ou para quem foi produzido. Nesse caso, os dois documentos do século XVI eram feitos para atender interesses mercantis coloniais.

ABSTRACT

The sixteenth-century cartography was important to define new territories, also to express the Settler's perspective on the new world. Beyond the concern to describe the topography of the territory, cartographers illustrated their maps with figures features of the earth, in other words, fauna, flora and natives. The first inhabitants of America were illustrated in colonial maps. Among numerous documents, we highlight two produced by the Portuguese Diogo Homem, who belonged to an important family of cartographers to Iberian monarchies. In this case, two maps belonging to the so-called 'Atlas of Diogo Homem' are analyzed, both made respectively in 1558 and 1568. The document from 1558 is rich in illustrations, which shows scenes of war, "antropofagism" and even an Indian with an arrow pointing to the Portuguese coat. The production of 1568 is simpler in representation, but referring to the part of the Luso-America, it shows an Amerindian roasting human pieces, and next to this scene follows the warning: "*Canibales: Antropophagou Terra*", explaining that it would be a land of cannibals. In the southern part of the continent, both natives hold firearms. The images present in

both documents feature an ethnocentric vision of Europe in relation to America's Indians. In this sense, the research aims to analyze and systematize the images, as well as the information contained in these documents, making a cross of cartographic sources, with reports of travelers and chroniclers. This work aims to deepen the imagistic representations of indigenous, reflect on how they were painted and support the idea that the image has an important symbolic power. Thus, the reflection goes beyond. It aims to analyze the intention of the cartographer in the act of recording images on maps. Therefore, we understand that the map is a partial document, far from neutrality. Implies that the map is an overview of who produces or to whom it was produced. In this case, the two documents of the sixteenth century were made to meet colonial mercantile interests.

Palavras-chave: Cartografia Histórica; Índios do Brasil; Imagem e Imagética; Cartografia Portuguesa.

UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA EM DOIS MAPAS DE DIOGO HOMEM, 1558 E 1568

Nos séculos XV e XVI, a cartografia era conhecida como a “ciência dos príncipes” [...] Assim, é preciso admitir que a representação cartográfica e os critérios de composição dos mapas (resultados de um processo de acúmulo de conhecimentos) podem variar de acordo com as razões que motivaram sua confecção. Os príncipes da época das grandes navegações souberam se servir de tal ciência como uma arma a seu favor. Entretanto, os mapas constituíam o resultado mais importante das expedições marítimas, frutos de grandes investimentos realizados pelos monarcas junto a companhias de navegação e a empresas comerciais, para os quais contribuíram os navegadores, geógrafos, matemáticos, astrônomos, cosmógrafos, artistas e decoradores. (MICELI, 2012, p.32).¹

Focando nos mapas quinhentistas, este trabalho analisa dois mapas feitos pelo cartógrafo português, Diogo Homem. O primeiro documento faz parte do *Atlas de Diogo Homem*, de 1558² e o outro, intitulado *Mundo Novo*, de 1568³, com intuito de analisar as representações imagéticas que este cartógrafo fez sobre os nativos da América no primeiro século de colonização.

¹ MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no Teatro do Mundo*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012, p.32

² Pertence ao acervo do British Museu London, segundo a obra: CORTESÃO, Armando, *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1969-1970.

³ Pertence ao acervo da Sächsische Landesbibliothek na Alemanha, segundo a obra: CORTESÃO, Armando, *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1969-1970.

A partir do século XV, os mapas tornaram-se instrumentos importantes para as coroas e para os navegadores. Foi o período que se inicia a Expansão Marítima, por isso as descobertas e novidades eram colocadas nesses documentos para ajudar os viajantes em navegações que desbravaram oceanos e mares desconhecidos, chegaram a terras incógnitas e encontraram seres diferentes do seu mundo. Daí, os mapas tornaram-se fontes de diversas marcações geográficas, mas também descreviam fauna, flora e os habitantes das terras recém descobertas. Sabe-se que a Conquista da América feita por Cristóvão Colombo e a chegada de Cabral na parte sul da América transformou a concepção de mundo e de homem, pois ocorreu um choque inevitável no encontro com esse Novo Mundo.

O olhar do europeu cristão e civilizado sobre os nativos da América refletiu-se em documentos de viajantes e cronistas, assim como nos mapas produzidos durante o século dezesseis. Esses textos e documentos cartográficos estavam imersos na perspectiva do colonizador sobre o colonizado, e, a partir desse encontro de povos, surgiram perspectivas que foram traduzidas em representações imagéticas nos mapas quinhentistas.

As ilustrações que compunham os mapas de Diogo Homem, assim como de outros cartógrafos, emergiram com base nas questões econômicas, religiosas e culturais dos lusitanos. Além de pensar que o processo de colonização, foi também um processo de adaptação entre povos, ou seja, Portugal como uma grande potência da Europa naquele momento, estava diante de um novo mundo e todas as variáveis que este mundo poderia oferecer. Uma colônia era um território a ser explorado, porém necessitava, antes de tudo, ser estudado e, ao longo da colonização, a cultura e religião européia deveriam se infiltrar e ganhar espaço nestas terras. Toda essa questão refletiu-se em tais documentos cartográficos, muitas vezes, as imagens transmitiam o discurso dominante.

Para analisar as ilustrações dos indígenas nos mapas de Diogo Homem, é preciso pensar o valor que uma imagem representava naquele contexto histórico.

Da mesma maneira que a palavra e o texto, a imagem pode, a seu modo, ser o veículo de todos os poderes e de todas as resistências. O

pensamento que ela desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa como o texto, mas que costuma ser irreduzível a ele, o que não facilita nada a tarefa do historiador obrigado a atribuir palavras ao indizível. (GRUZINSKI, 2006, p.15)⁴

Dessa forma, percebe-se que a cartografia portuguesa ajudou no processo da conquista, não apenas no sentido de demarcações topográficas, mas com informes sobre os habitantes da terra através de imagens nos mapas. Imagens estas que apresentam os nativos sob óticas distintas, ora aparecem índios trabalhando no corte do pau-brasil⁵, descansando em meio à natureza, como se fizessem parte dela; em outros documentos, os indígenas aparecem como canibais selvagens em cenas de guerra. Analisar estas representações imagéticas levanta algumas indagações: Quem eram os índios nos primeiros mapas do Brasil? Qual era o nível de integração entre nativos e europeus? Qual é o impacto desse universo novo nas representações cartográficas? Que ponto de vista a sociedade europeia teve, depois que esses mapas passaram a circular pela Europa? Essas questões complexas tiveram início no século dezesseis, período ao qual esse artigo se restringe através do estudo de dois mapas do cartógrafo lusitano Diogo Homem.

Na cartografia quinhentista, muitas representações iconográficas são de índios⁶ comendo carne humana junto a pedaços de corpos sendo assados, guerreando entre si, como verdadeiros selvagens⁷, ou ilustram os nativos cooperativos, trabalhando na extração do Pau-brasil, sujeitos à dominação. Sendo assim, vemos o nativo sobre duas óticas, a do passivo e submisso, exaltando a conquista com adornos sobre seus corpos e sobre a figura do europeu, vimos claramente isso, nos mapas dos cartógrafos⁸ Lopo Homem e Pedro Reinel, de 1519 com título de *Terra Brasilis*. De outra forma, aparecem

⁴ GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P.15

⁵ Um exemplo dessa representação é o mapa Terra Brasilis de Lopo Homem e Pedro Reinel, de 1519. Um outro importante é o mapa do cartógrafo Giacomo Gastaldi, intitulado Brasil, de 1565.

⁶ O termo índio faz referência aos ameríndios das mais diversas etnias que habitavam o território Novo Mundo. Usaremos essa conotação a partir da descrição de Colombo ao avistar os habitantes da América.

⁷ Para mais esclarecimentos sobre o mito do homem selvagem, ver GOULÃO, M^a José. Do Mito Do Homem Selvagem à Descoberta do 'Homem Novo': A Representação do Negro e do Índio na Escultura Manuelina. In: *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte: Portugal e Espanha entre a Europa e Além-mar*. Universidade de Coimbra, 1992.

⁸ Os cartógrafos citados nesta pesquisa estão descritos em uma breve biografia, colocada em anexo.

com imagem de habitantes selvagens, bárbaros e canibais, o que foi mais comum neste período analisado, neste sentido, podemos destacar a obra de Diogo Homem, o Atlas de 1558 e outro de 1568.

Oriundo de uma família de importantes cartógrafos⁹, português Diogo Homem, utilizou a experiência que teve com seu pai para elaborar documentos valiosos, dentre os quais, destacamos aqui o Atlas de 1558, no qual estudamos uma folha (nº12), que mostra toda a América do Sul e as Antilhas. O documento descreve o território do extremo sul da América (Patagônia), como “Terra Incógnita” e a sudoeste o topônimo “Mundus Novus”. Além de brasões reais, monstros marinhos, caravelas e os personagens que destacamos neste trabalho, os nativos da América.



Figura 1e 1A (Detalhe): Atlas de Diogo Homem, de 1558. Fl.12

Neste recorte do mapa, há destaque para índios seminus, assando um corpo na fogueira e com diversas partes do corpo humano pendurados em árvore. Além de uma fogueira com pedaços de membros sendo assados com os personagens ao redor. As imagens descrevem cenas de um cotidiano na América, que foi narrado por cronistas e viajantes que passaram pelo Novo Mundo durante o século dezesseis. O autor poderia ter escolhido representar

⁹ Ver: <http://cvc.instituto-camoes.pt/cartografia-e-cartografos/homem-familia.html#.V97F3zXdBmQ>

uma outra cena, como um ritual de dança, por exemplo, mas ao invés disso, opta pela antropofagia. Este tipo de imagem estereotipada provavelmente causava a impressão aos europeus que ali nunca estiveram de que realmente existiam criaturas canibais naquela terra, pois certamente desconheciam os costumes e rituais daquele povo. Em outro recorte, o que se vê é um indígena com a flecha apontada para o brasão português, provavelmente seria uma indicação que aquele povo seria ameaçador.

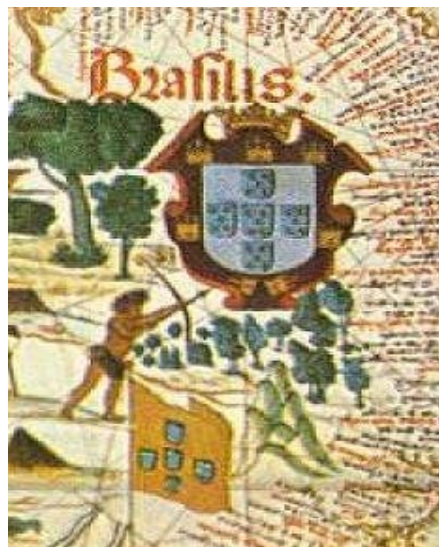


Figura 1 b (Detalhe) – “Atlas de Diogo Homem”, 1558

É fato que os seres que habitavam essa terra, que mais tarde seria chamada de Brasil, impressionavam e muito os portugueses e outros viajantes que por aqui passavam na primeira metade dos quinhentos. Os seus habitantes, aqueles homens e mulheres que andavam nus, usavam penas e tinta pelo corpo e comiam seus inimigos, era motivo de curiosidade por uns e repulsa por outros. Outro documento que nos chama atenção é o de 1568, parte de um atlas de 28 folhas (fl. nº5), todo manuscrito em pergaminho, intitulado *Mundo Novo*, ilustrado com os dois brasões, o de Portugal e o de Castela e enfatiza “Brasilis” e mais ao sul, destaca “Terra Argêntea” e “*Incognita Régio*” (Região Desconhecida). O que nos chama atenção neste documento é a representação do nativo, logo abaixo do que seria o rio Amazonas. Um único indivíduo é representado ao lado de uma fogueira, assando uma perna humana, com outras partes penduradas próximas. Acima

do desenho, aparece a seguinte descrição “*Canibales*” e abaixo “*Antropophagou Terra*”.

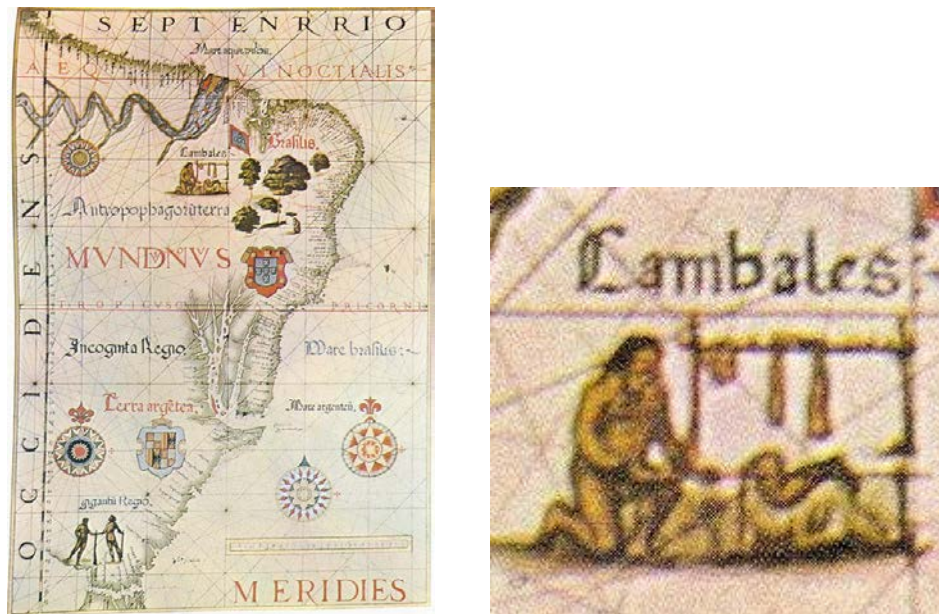


Figura 2 e 2A (Detalhe): Atlas de Diogo Homem, de 1568. Fl.5

Vale a pena ressaltar que, teoricamente, não seria correto descrever os índios das terras brasileiras como canibais e sim antropófagos. A diferença é que canibais são aqueles que se alimentam de carne humana; muito distinta do caso dos tupinambás, por exemplo, que comem seus inimigos por vingança, segundo as experiências vividas por Hans Staden quando esteve cativo em meio aos Tupinambás¹⁰. Neste mapa, os nativos no extremo sul aparecem segurando armas de fogo.

¹⁰ STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil* (1557). Trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.



Figura 2 b (Detalhe) – *Mundo Novo*, 1568

Sabemos que muitas outras imagens poderiam ser retratadas nos mapas, mas optavam pelos atos mais assustadores, como monstros, canibalismo e guerras. Isso criou provavelmente um estereótipo do indígena com os europeus. O estereótipo é formado tanto pela ignorância, quanto pela concepção etnocêntrica e eurocêntrica do conquistador naquele momento.

A América é realmente um Mundo novo e possui uma nova idéia de civilização, por isso, os paradigmas começam a se desfazer, o conceito de verdade entra em conflito e o outro pode ser humano também. Dessa forma, percebe-se que a cartografia portuguesa ajudou no processo da conquista, não apenas no sentido de demarcações topográficas, mas com informes sobre os habitantes da terra através de imagens nos mapas. Analisar estas representações imagéticas nos documentos de Diogo Homem, colabora no sentido de compreender um pouco mais sobre a colonização e conquista desse território.

Bibliografia

CORTESÃO, Armando, *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1969-1970.

GOULÃO, M^a José. Do Mito Do Homem Selvagem à Descoberta do 'Homem Novo': A Representação do Negro e do Índio na Escultura Manuelina. In: *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte: Portugal e Espanha entre a Europa e Além-mar*. Universidade de Coimbra, 1992.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P.15

HOMEM, DIOGO. <<http://cvc.instituto-camoes.pt/cartografia-e-cartografos/homem-familia.html#.V97F3zXdBmQ>> (Acesso em 13/08/2016)

MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no Teatro do Mundo*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012, p.32

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil (1557)*. Trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

Fonte das Imagens:

Figura 1 - <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa59ag.htm>> (Acesso em 13/08/2016)

Figura 2 - <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa20.htm>> (Acesso em 13/08/2016)

Sessão: Cartografia Urbana

A expansão dos quarteirões da cidade de Petrópolis nas plantas históricas do século XIX

Tainá Laeta¹
Manoel do Couto Fernandes¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Laboratório de Cartografia (GeoCart)
tainalaeta@gmail.com; manoel.fernandes@ufrj.br

Introdução

Na data de 16 de março de 1843, foi estabelecida a criação da cidade de Petrópolis a partir do Decreto nº155, esta situada na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro (Brasil). A criação da cidade foi designada ao Major alemão Julio Frederico Koeler em função da elaboração do plano "Povoação-Palácio de Petrópolis" do Imperador Dom Pedro II, originando assim o documento histórico-cartográfico "Planta Petrópolis - 1846" (TEIXEIRA FILHO, 1939). Sua criação está associada não só ao referido plano citado acima, mas também a abertura de um caminho para escoar as pedras preciosas que haviam sido descobertas nas Minas Gerais. Antes da criação deste caminho, denominado 'Variante do Caminho Novo', no início do século XVIII, existiam outros três caminhos, sendo eles: 'Caminho Velho', a 'Variante do Caminho Velho' e o 'Caminho Novo, todos criados no século XVII (RABAÇO, 1985).

A 'Planta Petrópolis - 1846' (figura 1), se encontra sob os cuidados da Companhia Imobiliária de Petrópolis, sendo aquarelada e com dimensões de 128,9 cm de altura e 129,2 cm de largura, de autoria do Major Julio Frederico Koeler. Esta é também considerada a primeira planta urbanística do país, contendo 11 quarteirões e duas vilas (SÁ EARP, 1996). A segunda planta estudada foi elaborada por Otto Reimarus, denominada 'Planta da Imperial Colônia de Petrópolis - 1854' (figura 2), aquarelada e com dimensões de 29,4 cm x 41,2 cm, esta se encontra arquivada na Biblioteca Nacional. A planta de Otto Reimarus conta já com as mesmas duas vilas, porém com 21 quarteirões. Ou seja, a quantidade de quarteirões quase que dobrou em um intervalo de 8 anos de elaboração de uma para outra, implicando em um crescimento urbano significativo para a cidade.

Planta Petrópolis - 1846

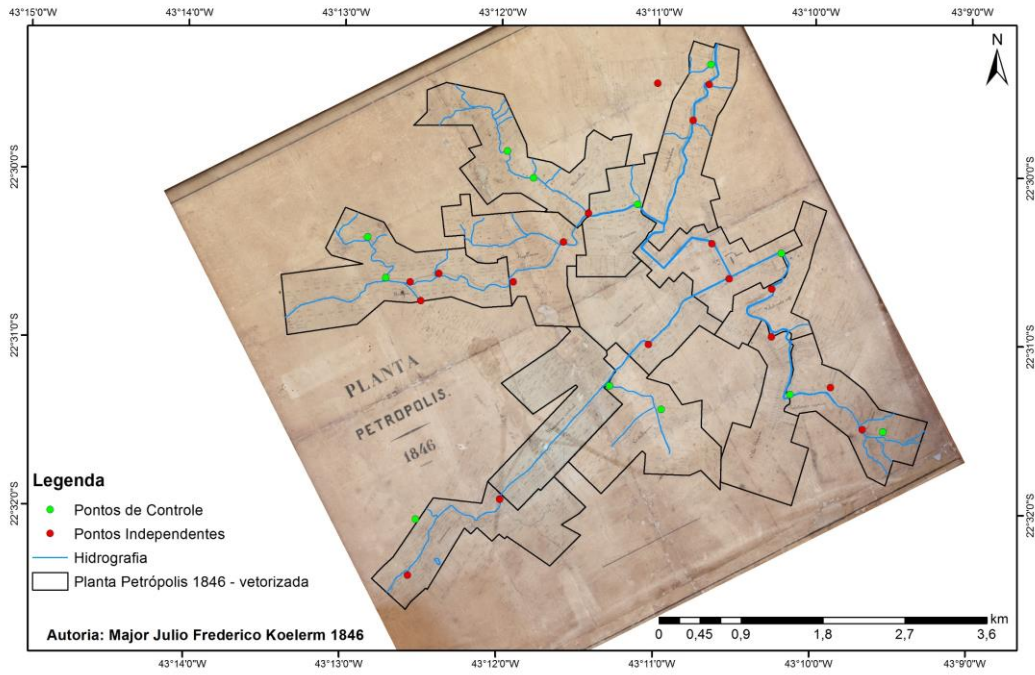


Figura 1: 'Planta Petrópolis 1846' georreferenciada

Planta da Imperial Colônia de Petrópolis - 1854

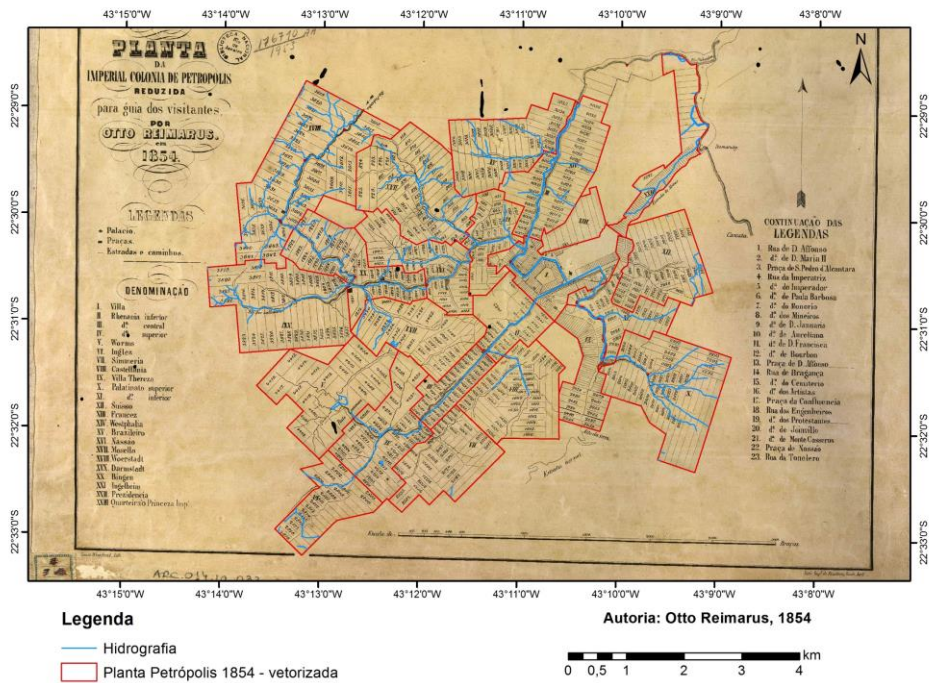


Figura 2: 'Planta da Imperial Colônia de Petrópolis 1854' georreferenciada

O objetivo do presente estudo é analisar o crescimento da cidade de Petrópolis a partir dos documentos históricos cartográficos citados acima. Nesse sentido, inicialmente foi realizado o processo de georreferenciamento da planta, posteriormente foi feita uma análise da escala que a planta atendia dentro das normas da PEC e por fim foi realizado a vetorização de ambas as plantas com o intuito de observar não somente um aumento quantitativo do número de quarteirões da área inicial, como também uma expansão da área dos quarteirões inicialmente criados.

Área de Estudo

A área referente a 'Planta Petrópolis - 1846' e a 'Planta da Imperial Colônia de Petrópolis - 1854' se encontra localizada no primeiro distrito de Petrópolis, o qual pertence ao município de Petrópolis (figura 3), que por sua vez está estabelecido na região serrana do estado do Rio de Janeiro/Brasil, entre as coordenadas 43°22' - 43°00' a oeste e 22°34' - 22°12' ao sul. O município conta com uma área de 795.799km² e com uma população de 298.142 habitantes (IBGE, 2015).

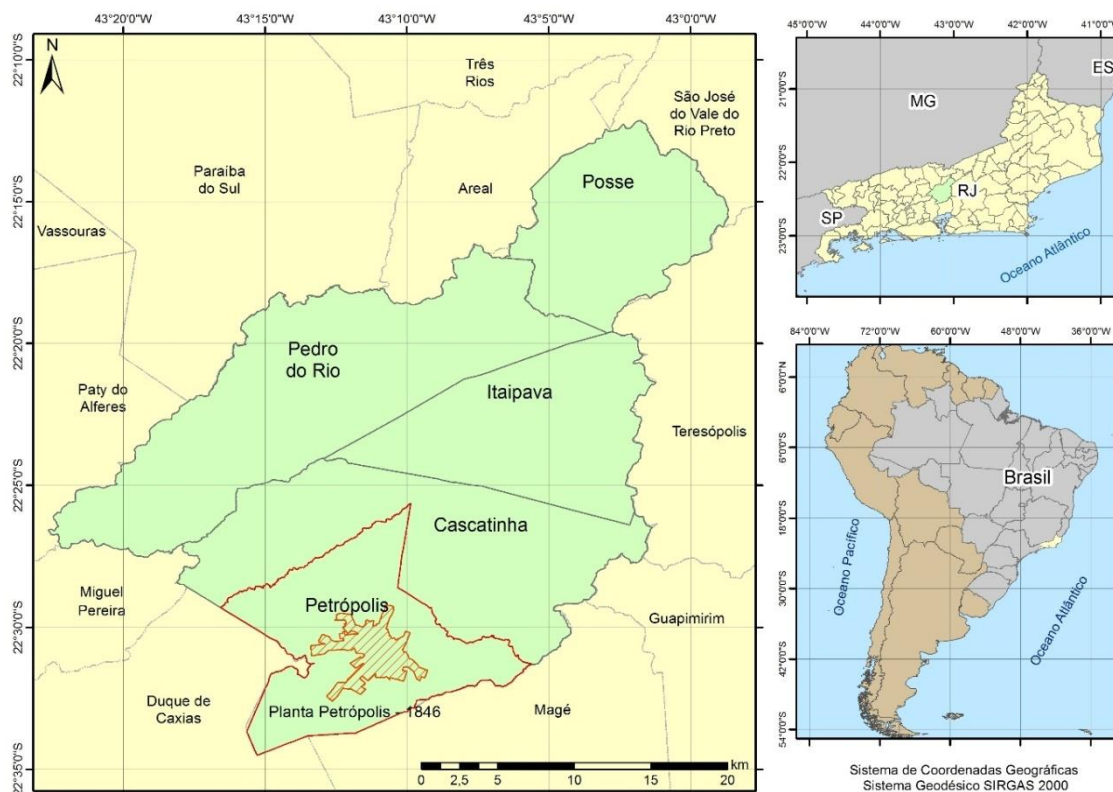


Figura 3. Localização do distrito e município de Petrópolis.

Metodologia

Para a realização do georreferenciamento da planta histórica, foi utilizada a base cartográfica municipal de Petrópolis na escala de 1:10.000. O qual foi feito no software ArcGIS 10.1, utilizando 4, 8 e 12 pontos de controle. Posteriormente foi feita a validação do georreferenciamento, utilizando 18 pontos independentes.

O processo de georreferenciamento da planta histórica foi feito a partir da identificação de pontos conhecidos na base cartográfica, mais especificamente na hidrografia, onde foram então marcados os pontos de controle e os pontos independentes. Os pontos de controle foram plotados de forma mais homogênea possível, e sempre levando em consideração a sua identificação tanto na base cartográfica (hidrografia), quanto na planta estudada. Após a plotagem de todos os pontos, foi feita a extração dos pares de coordenadas (X e Y) dos 18 pontos independentes no georreferenciamento com 4, 8 e 12 pontos de controle. Seguidamente, foi analisado o deslocamento das coordenadas (X e Y) desses 18 pontos independentes, ou seja, a diferença das coordenadas X e Y assinaladas inicialmente na base cartográfica e as coordenadas (X e Y) desses 18 pontos independentes na planta histórica após o georreferenciamento. Para tanto, foi utilizado a transformação polinomial de primeira ordem (*Affine*).

Resultados e Discussões

Após o georreferenciamento, constatou-se que a planta histórica elaborada pelo Major Koeler que a medida de 50 braças equivale a 11.000 centímetros, ou seja, a planta se encontra na medida de braças portuguesas, onde 1 braça corresponde a 220 centímetros. Nesse sentido, foi possível também conhecer a escala da planta histórica, que é de 1:5.000, sendo esta classificada por sua natureza de representação como uma escala cadastral. A escala descoberta na planta histórica estudada, está de acordo com as informações possíveis de serem observadas nesta escala de mapeamento como, por exemplo, os rios e seus afluentes, ruas, estradas, caminhos, quarteirões e os prazos (figura 1).

No presente estudo foi possível observar que a planta histórica georreferenciada com 4 pontos de controle (figura 4B), se encaixou na classe B na escala de 1:100.000, pois apresentou um valor de erro médio quadrático (desvio-

padrão) de 37,18m, onde este apresenta ser inferior ao valor de 50m de EMQ segundo a PEC, e noventa por cento dos pontos apresentaram valores inferiores a 80 metros de tolerância.

4A												
PADRÃO EXATIDÃO CARTOGRÁFICO												
Classe	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
EMQ Padrão (mm)	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6
Tol Padrão (mm)	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0
Escala	1:100.000			1:50.000			1:25.000			1:10.000		
EMQ (m)	30	50	60	15	25	30	7,5	12,5	15	3	5	6
Tol (m)	50	80	100	25	40	50	12,5	20	25	5	8	10

4B												
PADRÃO EXATIDÃO CARTOGRÁFICO												
Classe	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
EMQ Padrão (mm)	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6
Tol Padrão (mm)	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0
Escala	1:100.000			1:50.000			1:25.000			1:10.000		
EMQ (m)	30	50	60	15	25	30	7,5	12,5	15	3	5	6
Tol (m)	50	80	100	25	40	50	12,5	20	25	5	8	10

4C												
PADRÃO EXATIDÃO CARTOGRÁFICO												
Classe	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
EMQ Padrão (mm)	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6
Tol Padrão (mm)	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0
Escala	1:100.000			1:50.000			1:25.000			1:10.000		
EMQ (m)	30	50	60	15	25	30	7,5	12,5	15	3	5	6
Tol (m)	50	80	100	25	40	50	12,5	20	25	5	8	10

4D												
PADRÃO EXATIDÃO CARTOGRÁFICO												
Classe	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
EMQ Padrão (mm)	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6	0,3	0,5	0,6
Tol Padrão (mm)	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0	0,5	0,8	1,0
Escala	1:100.000			1:50.000			1:25.000			1:10.000		
EMQ (m)	30	50	60	15	25	30	7,5	12,5	15	3	5	6
Tol (m)	50	80	100	25	40	50	12,5	20	25	5	8	10

Figura 4: Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC) da planta histórica 'Planta Petrópolis - 1846'

A planta georreferenciada com 8 pontos de controle (figura 4C), apresentou o valor de 23,83m de erro médio quadrático, permitindo assim atender as classes A, B e C na escala de 1:100.000 e as classes B e C na escala de 1:50.000. Todavia, seus pontos não se enquadravam na tolerância estabelecida na escala de 1:50.000 nas classes B e C, como também para as classes A e B na escala de 1:100.000. Sendo assim, atendeu somente a classe C na escala de 1:100.000.

Já a planta georreferenciada com 12 pontos de controle (figura 4D), atendeu as classes A, B e C na escala de 1:100.000 e as classes B e C na escala de

1:50.000 em relação ao erro médio quadrático, com valor de 19m. Entretanto, considerando a tolerância de noventa por cento de seus pontos, estes se encaixaram nas classes A e B na escala de 1:100.000. Assim, o georreferenciamento com 12 pontos de controle atendeu a escala 1:100.000 classe B.

Na passagem de 8 anos de elaboração de uma planta para outra, pode-se observar tanto um aumento no número de quarteirões, passando de 11 (figura 5) para 21 (figura 6), ou seja, o número quase que dobrou, ressaltando que em ambas as cartas se mantiveram as 2 vilas iniciais, como também um aumento do valor de área dos primeiros 11 quarteirões. Destaca-se somente a exceção o quarteirão Rhenania Central, que teve sua área diminuída devido a criação do quarteirão Rhenania Superior. A tabela 1 permite a observação dos valores absolutos de área.

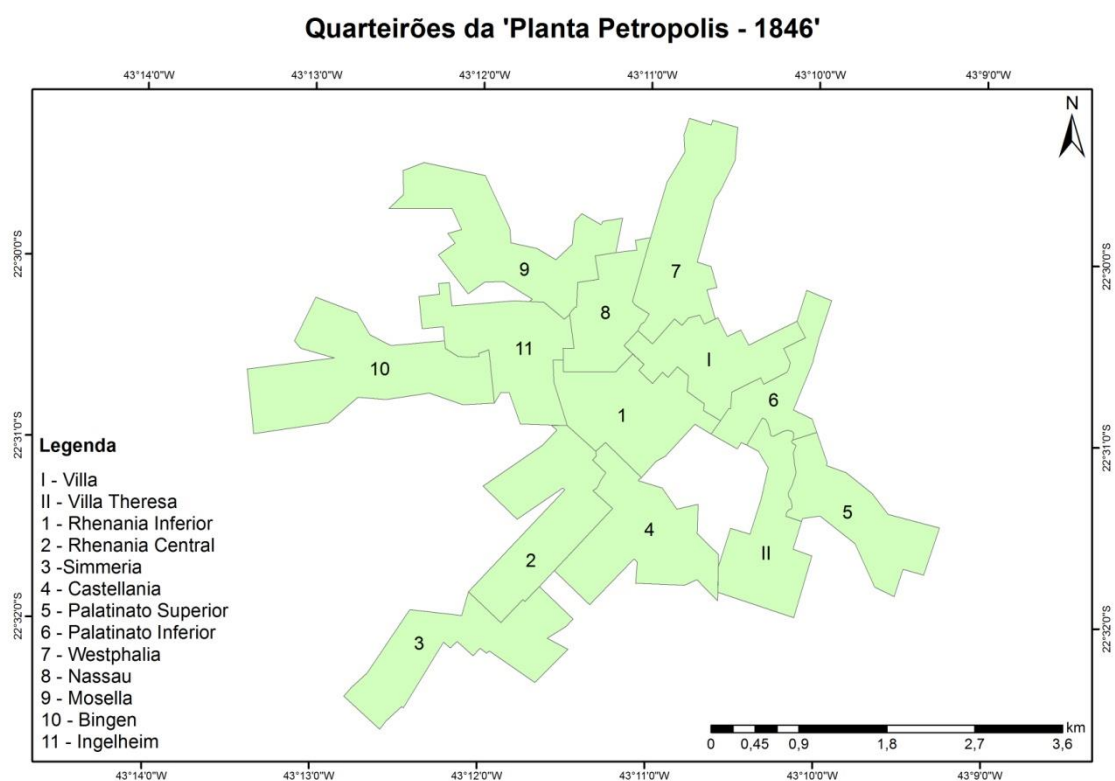


Figura 5: Planta Petrópolis - 1846 vetorizada

Quarteirões da 'Planta Imperial Colonia de Petropolis - 1854'

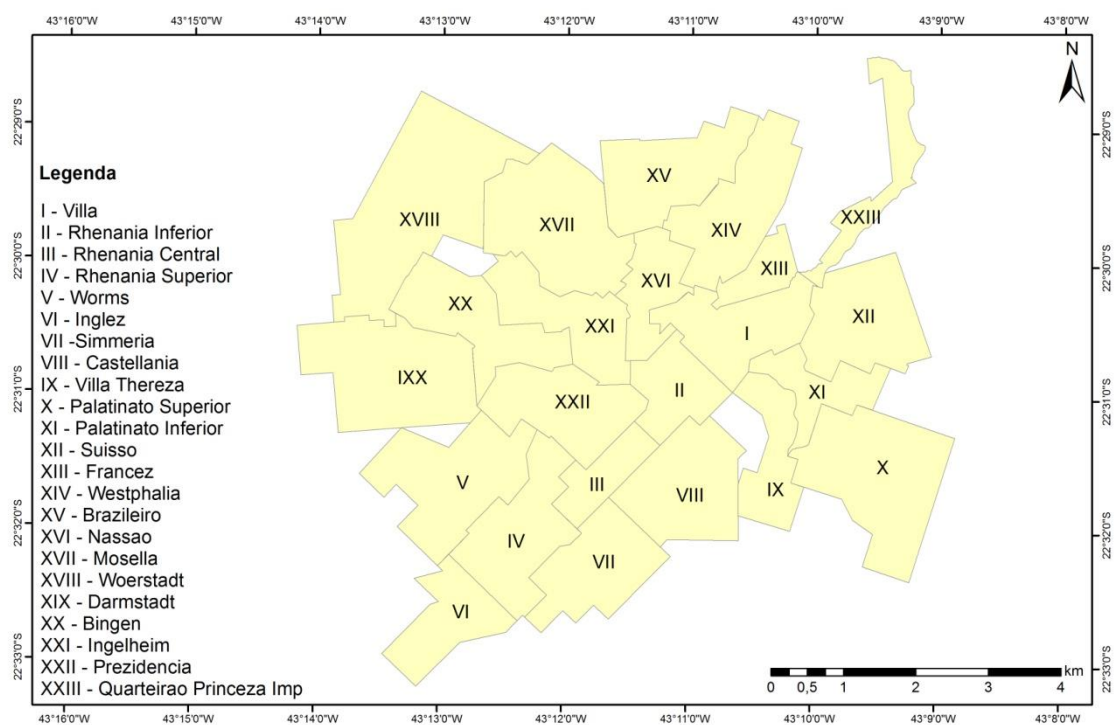


Figura 6: Planta Imperial Colônia de Petrópolis - 1846 vetorizada

Tabela 1: Quarteirões das plantas históricas de 1846 e 1854

QUARTEIRÕES			
Planta Petrópolis - 1846 - (Julio Frederico Koeler)		Planta da Imperial Colônia de Petrópolis - 1854 (Otto Reimarus)	
Nome	Área (15km ²)	Nome	Área (45km ²)
I - Villa	0,94	I - Villa	1,82
II - Villa Theresa	0,99	II - Rhenania inferior	1,83
1 - Rhenania inferior	1,14	III - Rhenania central	0,85
2 - Rhenania central	1,34	IV - Rhenania superior	2,12
3 - Simmeria	1,27	V - Worms	2,61
4 - Castellania	1,32	VI - Inglez	1,42

5 - Palatinato superior	1,00	VII - Simmeria	1,86
6 - Palatinato inferior	0,66	VIII - Castellania	2,19
7 - Westphalia	1,26	IX - Villa Thereza	1,25
8 - Nassau	0,74	X - Palatinato superior	3,11
9 - Mosella	1,43	XI - Palatinato inferior	1,06
10 - Bingen	1,74	XII - Suisso	2,13
11 - Ingelheim	1,17	XIII - Francez	0,62
		XIV - Westphalia	2,23
		XV - Brasileiro	2,10
		XVI - Nassao	1,34
		XVII - Mosella	2,90
		XVIII - Woerstadt	4,17
		XIX - Darmstadt	3,04
		XX - Bingen	1,98
		XXI - Ingelheim	1,71
		XXII - Prezidencia	1,95
		XXIII - Quarteirão Princeza Imp	1,16

Vale assinalar que na 'Planta Petrópolis - 1846', o Major Koeler aponta prazos futuros pré-demarcados a serem distribuídos, deixando assim um indicativo para a expansão de quarteirões já existentes e também criação de novos quarteirões. Nesses mesmos prazos já constava o nome do futuro colono, assim como o número de registro de controle dos prazos. A tabela 1 ainda aponta que a

área total da cidade na época, triplicou passando de 15 km² para 45 km². O que também pode ser visualizado na figura 7.

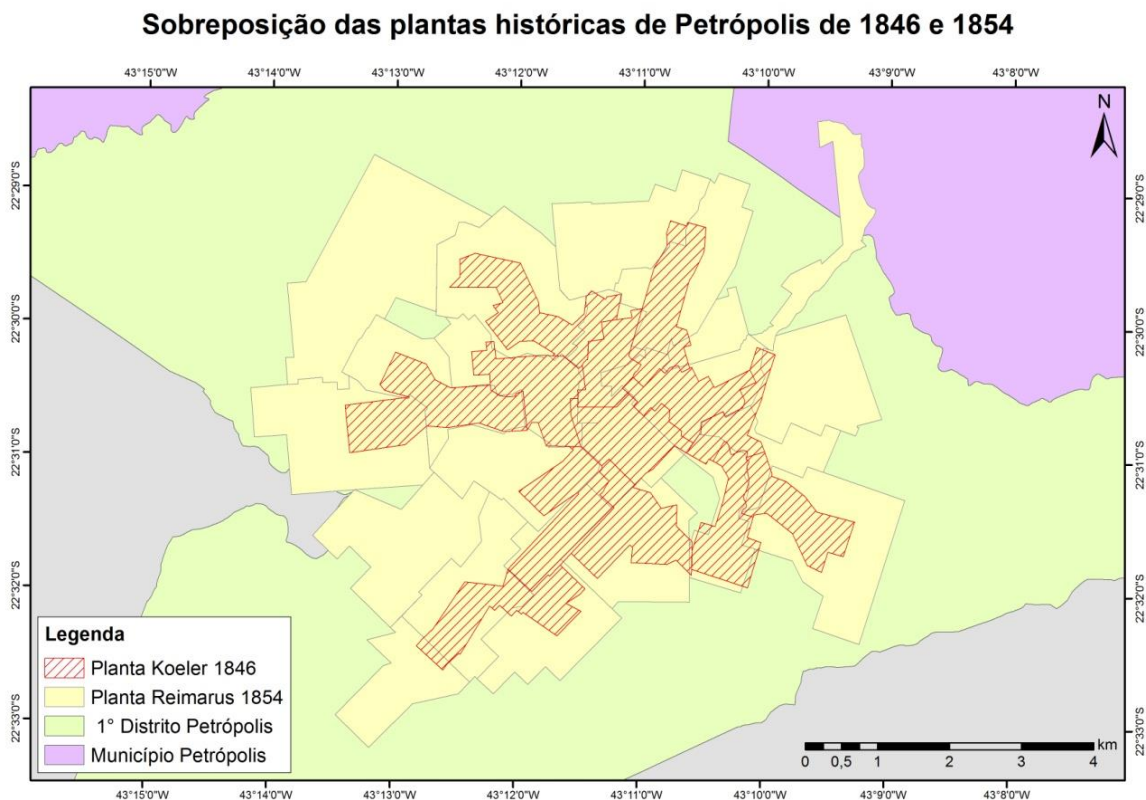


Figura 7: Sobreposição da vetorização das duas plantas

Conclusão

A partir do exposto acima pode-se observar que o mapeamento da planta do major Koeler, atende a escala de 1:100.000 na classe C com o georreferenciamento de 4, 8 e 12 pontos de controle. E também 1:100.000, classe B com o georreferenciamento com 4 e 12 pontos de controle. Vale ressaltar que esta escala de mapeamento a qual a planta histórica atende aos dias atuais é de grande importância, visto que a data de elaboração do documento é do século XIX, onde outros tipos de métodos e principalmente materiais eram utilizados, e ainda soma-se a isso a descoberta que a escala de mapeamento do documento propriamente é de 1:5.000. Da mesma forma, faz-se necessário a descoberta a escala de mapeamento para a Planta da Imperial Colônia de Petrópolis - 1854.

A 'Planta Imperial Colônia de Petrópolis - 1854' vem de forma a corroborar a expansão da malha urbana de Petrópolis. Atualmente, o município ultrapassa de forma significativa os limites das plantas históricas, com grande adensamento urbano. E vale destacar deste modo que não seguiu os limites estabelecidos pelos quarteirões.

A pesquisa segue na intenção de aprimorar o processo de georreferenciamento com o uso do cadastro particular elaborado por Arthur Sá Earp através do Instituto Histórico de Petrópolis a partir dos vértices dos quarteirões da Planta Koeler, levantados junto ao Registro Geral de Imóveis e a Companhia Imobiliária de Petrópolis.

Bibliografia

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). In: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 27 de agosto de 2015.

RABAÇO, H.J. História de Petrópolis. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.

SÁ EARP, A.L. Os quarteirões. Revista de Petrópolis, Ano I, n.º 3, Setembro de 1996. Disponível em: http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/alse19941025.htm. Acessado em: 15 de abril de 2014.

TEIXEIRA FILHO, H.C.L. A Fundação de Petrópolis: decreto de 16 de março de 1843 e outros documentos do mesmo ano. Centenário de Petrópolis/Trabalhos da Comissão. Petrópolis, vol. II, p. 3-25, 1939.

A Planta de Porto Alegre (RS) de 1906

Daniela Marzola Fialho¹

Resumo: O trabalho analisa a décima segunda planta existente da cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, organizada e desenhada por Attilio Alberto Trebbi em 1906. Esta planta, a terceira traçada após a Proclamação da República no Brasil (1889) se configura como uma propaganda da política positivista. O mapa também homenageia o ex-governador Júlio de Castilhos falecido em 1903. Pode-se dizer que esta Planta de Porto Alegre é um mapa comercial, pois era vendido pela Casa Editora Livraria do Commercio. O cartógrafo Attilio Trebbi nasceu no Brasil em 1876 filho de um imigrante italiano. A preocupação da planta de 1906 era a de divulgar a cidade, havendo uma clara preocupação em sua apresentação gráfica com o embelezamento. Pode-se dizer que é um dos mapas mais vistosos que representam a cidade de Porto Alegre. Seu conteúdo desvela uma Porto Alegre semeada pelos ideários da política positivista enaltecendo equipamentos urbanos reveladores daquela forma de pensar a cidade e a sociedade.

Palavras Chaves: História urbana, cartografia histórica, Positivismo, Porto Alegre.

Abstract: The paper analyzes the twelfth existing plan of the city of Porto Alegre, capital of the State of Rio Grande do Sul, organized and designed by Attilio Alberto Trebbi in 1906. This plan, the third drawn after the Proclamation of the Republic in Brazil (1889) is set up as an advertisement of positivist policy. The map also honors the former governor Julio de Castilhos who died in 1903. It can be said that this Porto Alegre plan is a commercial map, because it was sold by The Casa Editora Livraria do Commercio. The cartographer Attilio Trebbi was born in Brazil in 1876 the son of an Italian immigrant. The 1906 plan concern was to disclose the city, there is a clear concern in its layout with embellishment. It can be said that it's one of the most colorful maps that represent the city of Porto Alegre. Its content reveals one Porto Alegre sown by the ideals of positivist policy extolling urban equipment's that are revealing of that way of thinking about the city and the society.

Key-Words: Urban History, Historical cartography, Positivism, Porto Alegre.

Data de 1906 (fig.1) a décima segunda planta existente da cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma planta executada por Attilio Alberto Trebbi por encomenda da casa Editora Livraria do Comércio. Seu nome completo é "*Planta da Cidade de Porto Alegre Capital do Estado do Rio Grande do Sul organizada e desenhada por A. A. Trebbi, 1906*". Realizada no momento em que Borges de

¹ Profa. Dra. do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Este trabalho teve contribuição de bolsa ARD/FAPERGS.

Medeiros (1863 - 1961) era Presidente do Estado (1898-1908, 1º mandato) político pertencente ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que sucedeu Júlio de Castilhos (1860 - 1903) em 1898, também do PRR e que o indicou. Borges manteve-se no poder por 25 anos com uma breve interrupção entre 1909 e 1913 quando se reelege. Ele deu continuidade à política castilhista calcada nos ideais positivista de Auguste Comte.



Fig.01 - Planta da Cidade de Porto Alegre de A. A. Trebbi. Acervo do IHGRGS.

A mudança do Império para a República trouxe novas configurações políticas no Brasil, e no Rio Grande do Sul. Segundo PESAVENTO (1992, p.66-67),

diante da conjuntura que se apresentava, a República foi a nova alternativa política e o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) o seu instrumento partidário no nível estadual. No contexto europeu, a ideologia positivista surgiu como defensora da sociedade burguesa em ascensão e do desenvolvimento capitalista. Para conservar a ordem burguesa era essencial que se acelerasse o desenvolvimento industrial. Desta forma, a ordem era a base do progresso; o progresso era a continuidade da ordem. Assim, a visão positivista era progressista e conservadora ao mesmo tempo, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social.

E, como bem coloca Charles Monteiro (2004, p.52),

Tão importante quanto a nova ordem política, foi o crescimento populacional e o progresso de industrialização que se iniciou na cidade na década de 1890. Na década entre 1890 e 1900 a taxa de crescimento demográfico passou de 2,5% para 3,4% ao ano. Para 1900, o censo populacional apontou uma população de 73.474 habitantes em Porto Alegre. A imigração alemã e italiana, o desenvolvimento da agricultura comercial da região serrana, a comercialização desses produtos através do porto da capital e a construção das primeiras linhas ferroviárias, entre outros fatores, que associados criaram as condições para o ciclo de crescimento econômico de Porto Alegre.

A Planta contém em posição de destaque o desenho do projeto de um monumento em homenagem a Júlio de Castilhos, e de certa forma pode-se dizer que a própria planta homenageia este político Rio-grandense.

Um cartógrafo de origem italiana

Como é dito na planta de 1906, a mesma foi 'organizada e desenhada' por A. A. Trebbi. Seu nome completo era Attilio Alberto Trebbi e ele nasceu Pelotas no ano de 1876 da união de Frederico Francisco Crispin Albert Trebbi (Roma, 1837 - Pelotas, 1928) com Maria José de Freitas Parafita em 1867². Seu pai, Frederico Trebbi (1837-1928) nascido em Roma veio para a América do Sul apenas para uma visita. Passou por diversos países da América do Sul entre 1858 e 1864. Aparentemente chegou ao Brasil em 1864, onde acabou por estabelecer residência em Pelotas devido ao seu casamento. Frederico que estudou na Academia de Belas Artes de Roma foi um pintor de renome, deu aulas de desenho e deixou um legado artístico que permanece até os dias de hoje. Sobre Frederico consta que

durante a Guerra do Paraguai (1864 -1870), trabalhou para o Exército Brasileiro, realizando documentação topográfica e fotográfica. Como reconhecimento pelos serviços prestados acabou sendo agraciado com o título de Comendador e Cavaleiro da Coroa (SOUZA, 2012).

Attilio Alberto teria aprendido o ofício do desenho com seu pai e com esta profissão ocupou o cargo de desenhista de 1902 a 1914 na Secretaria de Obras do Estado na cidade de Porto Alegre. Entre 1911 a 1915, Attilio Trebbi também foi

² Os dados biográficos Trebbi e seu pai Frederico Trebbi foram coletados no trabalho de monografia de Mariza Fernanda Vargas de Souza, 2012.

professor do Instituto Technico Profissional ligado à Escola de Engenharia³. Casou-se com Noemi Azevedo com quem teve ao menos uma filha - Yolanda Trebbi. A partir de 1915 não mais se encontra referências ao seu nome, e segundo Índice Genealógico Internacional (IGI) seu falecimento (data não especificada) se deu em Porto Alegre. Neste ano de 1915 após o qual não há mais registros, Attilio teria 39 anos.

Attilio desenvolveu projetos de arquitetura, dentre eles o da Faculdade de Medicina cuja concorrência de projetos, em 1911, foi ganha por ele, mas que não foi executado. Reconhece-se como de sua autoria o projeto de ampliação e embelezamento da Praça Mal. Deodoro com a abertura de uma avenida até o cais projetado (1909). Como coloca Ferreira (1971, p.222) o cartógrafo da planta de 1906 sendo um

desenhista de pulso seguro, Attilio se dedicou à Arquitetura e, na qualidade de funcionário graduado da Secretaria de Obras Públicas do Estado, assinou vários projetos, entre os quais o do Edifício da Faculdade de Medicina (...) Extenso plano urbanístico de remodelação da área que compreende a Praça da Matriz e largo trecho de suas adjacências, e ainda o projeto do edifício do Arquivo Público que, durante anos, passou por ser de autoria do Eng. Afonso Hebert.

Do que se sabe até o momento, Attilio Trebbi não confeccionou nenhum outro mapa.

Do desenho da Planta de 1906

A "*Planta da Cidade de Porto Alegre*" é uma planta impressa em papel, colorida nas dimensões 63,3 x 44 cm. Parece ter sido encomendada pela Casa Editora Livraria do Comércio, pois teria sido impressa pela mesma e faz propaganda da mesma. O nome da Livraria do Comercio aparece ligado ao cartucho do título da planta e a única livraria que consta das legendas é a Livraria do Commercio (203). Essa livraria que prestava diversos serviços (venda de livros, papelaria, encadernação, cartonagem, tipografia) situava-se na R. dos Andradas, 350 na esquina com a R. Vigário José Inácio. Tem-se referências sobre sua existência em Porto Alegre, no Almanak Laemmert, de 1900 a 1930.

³ Dados extraídos do Almanak Laemmert, 1891 a 1940.

Conforme consta na planta, ela foi “organizada de acordo com a planta que servio para os estudos dos projectos de abastecimento de água e serviço de exgottos”. Esta frase demonstra que Trebbi utilizou como base uma planta anterior da cidade e esta foi a planta de 1896, feita por Alexandre Ahrons.

O mapa propriamente dito ocupa o centro da página com dimensões aproximadas de 45 x 28 cm. Está desenhado na escala 1:13.400, possuindo também escala gráfica em metros. A indicação norte está em uma posição do mapa sem que se sobreponha a nenhum elemento informativo do mesmo. O mapa está desenhado quase com o Les-sueste para cima, não obedecendo portanto a convenção (norte para cima). Segue a orientação de plantas anteriores de Porto Alegre como a de 1888 (João Cândido Jacques) e a de 1896 (Alexandre Ahrons), abrangendo aproximadamente a mesma área da cidade que estes dois mapas já mostravam.

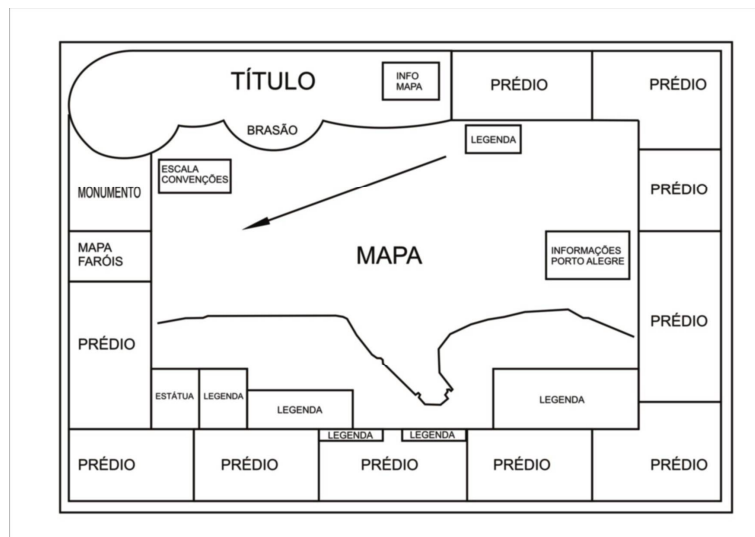


Fig. 02 Desenho esquemático do mapa (Feito pela pesquisadora).

Tanto na volta quanto dentro do mapa encontram-se vários cartuchos (fig.2). Em todo o perímetro está inserido um total de dezesseis cartuchos sendo o mais proeminente o do título, situado na parte superior à esquerda, e que contém o brasão do Rio Grande do Sul. Ligado ao cartucho do título temos a imagem do projeto do monumento em homenagem a Júlio de Castilhos. Dez cartuchos são imagens de edifícios da cidade de Porto Alegre distribuídos ao longo da margem; tem-se também um cartucho com a posição cartográfica dos faróis distribuídos na

Lagoa dos Patos; um cartucho contendo a descrição do mapa e dois cartuchos contendo legendas.

Sete cartuchos estão colocados na região do mapa propriamente dito. Quatro deles contém legendas, um a informação da escala e outras convenções, um dados sobre a cidade de Porto Alegre e o último o desenho da estátua do Conde de Porto Alegre.

Nos 06 cartuchos contendo legendas podemos ver listados de forma numericamente 197 equipamentos, embora a numeração atinja 203. Tem-se 11 praças listadas por letras. O que consta destas legendas, os equipamentos urbanos indicados não são apenas institucionais, mas privados como fábricas, ateliês, clubes, tipografias e associações como a Sociedade Floresta Aurora, Grupo Espírita Alan Kardeck e, em destaque, a 'Livreria do Comercio de Souza & Barros'. As ruas estão nomeadas no mapa propriamente dito. E consta do próprio mapa equipamentos que estão nomeados mas que não constam das legendas.

O fundo da planta é na cor bege, sendo que os cartuchos são destacados por um marrom claro. As ilhas são representadas por um marrom levemente mais escuro. O Guaíba é representado em cor azul e tem linhas curvas, acompanhando a borda da costa, paralelas e de espaçamento variável e está denominado "RIO GUAHYBA. Em sua representação aparecem quatro linhas de 'Navegação' na cor vermelha que são a Navegação do Gravatahy, a Navegação do Cahy, a Navegação do Jacuhy e a Navegação para Pelotas, Rio Grande e Barra do Estado.

Pode-se dizer que esta planta, mesmo tentando reproduzir a Porto Alegre de seu tempo tem um pouco de mapa-projeto pois se pode observar em tracejado um limite além da costa da península que se refere a um projeto de expansão da orla onde diz 'CAES PROJECTADO'. Também no 'Campo da Redenção' (atual Parque Farroupilha) e junto a ele há um certo projeto. No Campo está traçado um projeto de paisagismo geométrico e junto a Escola Militar, uma das bordas da Redenção, há uma proposta de desenho de novas quadras.

Há na planta uma clara preocupação com o embelezamento. A distribuição de imagens ao longo da margem do mapa ou mesmo a forma de distribuição dos cartuchos sugere alguma influência por parte do cartógrafo. Em relação a materiais produzidos da cidade de Porto Alegre, um desenho que pode ter

inspirado a decoração da Planta de Trebbi é a litografia de Balduin Rohrig relativa a visita de D. Pedro II, onde se tem uma vista da cidade circundada por desenhos de prédios importantes da época.

Dentre mapas que podem ter sido referenciais, pode-se destacar o de Berlim de 1842 (fig. 3). Essa planta segue uma estrutura semelhante: em sentido paisagem com o mapa centralizado inserido em uma margem. Nesta margem estão distribuídos dez cartuchos com imagens de edifícios e monumentos. Há no mapa de Berlim cartuchos com legendas e possui brasão na margem inferior e superior. O desenho de borda dos cartuchos faz uso de recursos gráficos sofisticados com um traçado semelhante ao que se apresenta na Planta feita por Trebbi, embora nesta os desenhos das bordas dos cartuchos seja um pouco menos rebuscados.

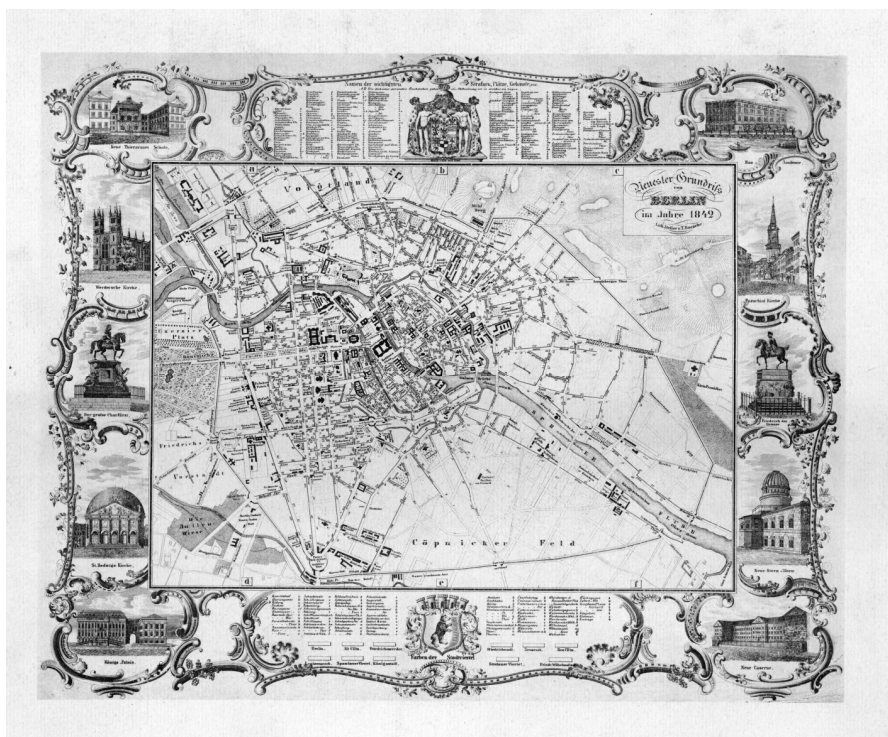


Fig. 03 - Mapa de Berlim - 1842. Acervo: Biblioteca Pública do Estado, Berlim

Como aponta Lersch (2014, p.120) em sua Tese sobre o ideário urbanístico alemão e sua relação com Porto Alegre:

foi possível observar, de modo surpreendente, que a planta de 1906 de Porto Alegre foi ricamente ilustrada, com detalhes gráficos que muito se parecem com os contidos no Mapa de Berlim, de 1842 (...).

Também os ricos floreios que permeiam os desenhos e o aspecto das colunas de texto, onde constam as descrições sobre edifícios, equipamentos e serviços disponíveis na cidade, se parecem muito com a representação no mapa de Porto Alegre. As semelhanças entre ambos os mapas são significativas.

Em virtude do fato da Planta de Trebbi se basear na Planta de Alexandre Ahrons,

é possível suscitar a hipótese de Rodolpho Ahrons⁴ ter trazido uma cópia da planta da capital alemã, onde estudou por cerca de cinco anos. Em razão de uma pretensa relação pessoal ou profissional entre Ahrons e Trebbi, este último poderia tê-la utilizado como referência para o seu desenho (LERSCH, 2014, p.121).

Das Leituras do Mapa

Uma questão importante que pode ser pensada a partir desta planta, devido ao seu cartógrafo é a questão da imigração. O mapa de 1896 de Porto Alegre foi elaborado por Alexandre Ahrons, filho de um emigrante alemão. Esta planta foi elaborada por Attilio Trebbi, filho de um emigrante italiano. Na sequência cronológica dos mapas de Porto Alegre é interessante se poder relacionar estes dois mapas com os principais fluxos migratórios do sul do Brasil, os alemães que começaram a chegar em 1824 e os italianos que começaram a chegar por volta de 1870.

Mas a principal questão diz respeito ao caráter positivista dessa planta. Como bem coloca ANDRADE (2013)

Esse mapa (...) desvela uma Porto Alegre semeada pelos ideários da política positivista de Júlio de Castilhos enaltecendo equipamentos urbanos reveladores daquela forma de pensar a cidade e a sociedade. O mapa parece fazer, também, uma homenagem não somente ao espírito de época positivista, mas ao próprio Júlio de Castilhos falecido poucos anos antes da feitura do mapa, em 1903.

Essa colocação de Andrade, de uma certa forma resume duas leituras, imbricadas, que se pode fazer do mapa. Uma delas a questão de ser uma homenagem a Júlio Castilhos: o que demonstra isso é o fato de que o título do mapa esta coligado e, de certa forma, enfeitado com o projeto de Decio Vallares do

⁴ Irmão de Alexandre Ahrons

Monumento a esse político, colocando o mesmo de forma bem destacada na configuração da Planta.

Já no que diz respeito a ser um mapa positivista, pode-se apontar diversos elementos que confirmam essa hipótese. Sendo a planta uma homenagem a Júlio de Castilhos, deve-se recordar que ele foi presidente do estado em 1891 e exerceu uma grande influência sobre a política gaúcha. A constituição estadual de 1891 foi elaborada por ele e o texto da mesma demonstra uma inspiração bastante forte do positivismo de Auguste Comte, sendo que suas proposições ajudavam a implementar uma política de inspiração positivista, baseados na história e na ciência, na liberdade de cultos e profissões e, principalmente, na idéia de ordem e progresso lemas do positivismo.

Outra questão que mostra o caráter positivista desse mapa, são os desenhos de prédios que o circundam. Estes prédios ilustram o que Barbosa (2008, p.172) aponta em seu artigo, sobre a arquitetura positivista, do fato de que

Em Porto Alegre, a mudança da sociedade imperial para uma sociedade republicana em 1889 foi fortemente marcada por uma nova onda construtiva, que representava o novo momento da sociedade gaúcha. (...) Grande parte dos espaços públicos representativos de Porto Alegre, e a arquitetura de caráter monumental foram construídos ou modificados neste período.

Estes prédios são tipos diversos de equipamentos: prédios institucionais (Thesouro do Estado, Intendência Municipal, Palácio do Governo), bancos (Brasilianische Bank für Deutschland e o Banco da Província), uma igreja (Igreja das Dores), e outros de caráter diverso (Escola de Engenharia, Hospício S. Pedro, Atheneu Rio Grandense e a Escola Militar).

Nas legendas também se demonstra a conexão com o positivismo, pois são apontadas pela mesma elementos que são raros de aparecer. Sob o nº 178, há na lista de equipamentos Estaduaes o 'Local de Reunioes Positivistas' em cor azul diferenciando-se dos demais. Também são listados entre os equipamentos (94 à 100) as Lojas Maçônicas. Comparecem também sociedades como a Sociedade Floresta Aurora, a Sociedade Victorio Emmanuele III e o Grupo Espírita Allan Kardec. Mostrando a diversidade desta planta há, nas convenções, símbolos distintos para representar as 'Lojas Maçônicas', as 'Igrejas Catholicas' e as 'Igrejas Aatholicas'. Enfim, um mapa republicano com caráter positivista.

Referências

Almanak Laemmert, 1891 a 1940, pesquisado na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Acesso em 20/08/2016. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pesq=>>.

ANDRADE, Taísa de. *Mapa de 1906: uma Porto Alegre positivista*. Poster no Salão de Iniciação Científica, UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/92599>> Acesso em 20/08/2016.

BARBOSA, Rinaldo F. Arquitetura de Porto Alegre no Período Positivista. In: PELLEGRINI, Ana Carolina & VASCONCELLOS, Juliano Caldas de (Org.). *Bloco (4): o arquiteto e a sociedade*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2008.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)* Porto Alegre: Ed. Globo, 1971.

Índice Genealógico Internacional (IG). Utah, 1999. Disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/2:1:9HZR-GNK>>. Acesso em 20/08/2016.

LERSCH, Inês Martina. A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - Faculdade de Arquitetura, UFRGS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/115560>>. Acesso em 20/08/2016.

MONTEIRO, Charles. Porto Alegre no século XX: crescimento econômico e mudanças sociais. IN: DORNELLES, Beatriz (ORG.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

SOUZA, Mariza Fernanda Vagas de. *Frederico Trebbi e Instituto Nossa Senhora da Conceição: a busca de conceitos e critérios que assegurem manter a integridade de um acervo*. Monografia (Especialização em Artes Visuais) - Pós-Graduação em Artes Visuais da UFPEL, Pelotas, 2012. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/06/Mariza-Fernanda-Vargas-de-Souza-2012.pdf>>. Acesso em 20/08/2016.

Fonte das Ilustrações

Fig 1 - Planta da Cidade de Porto Alegre de A. A. Trebbi. Acervo do IHGRGS. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

Fig. 2 - Mapa de Berlim, 1842 Boesche, T., Neuester Grundriss von Berlin im Jahre 1842 / T. Boesche. -1:15 000. - Berlin. Disponível em: <<http://www.zlb.de/de/recherche/digitalesammlungen/sammlungen/historische-karten-und-plaene-berlins.html>> (Repositório Digital de Mapas e Planos Históricos de Berlim, Biblioteca Pública do Estado, Berlim)

Uma análise cartográfica diacrônica da transformação geoespacial da Zona Portuária do Rio de Janeiro

Luma Costa Lima dos Santos - UERJ
Cláudio João barreto dos Santos - UERJ

Resumo

A Zona Portuária do Rio de Janeiro, desde a fundação da cidade, passou e passa por profundas mudanças em sua organização espacial. Diante deste fato, a presente pesquisa busca evidenciar as alterações geoespaciais da área ao longo do tempo, analisando o crescimento urbano da área a partir de bases cartográficas remanescentes através da comparação de elementos encontrados nestes documentos, estes, compreendidos entre meado do século XVIII (período colonial) e início do século XXI. O uso de ferramentas configuracionais para a reconstrução diacrônica do território utilizando mapas históricos reconstrói e gera uma progressiva e georreferenciada descrição visual das mudanças urbanas, sendo uma promissora estratégia para compreender o processo de transformação das cidades ao longo dos séculos.

Palavras-chave: Zona Portuária. Cartografia Histórica. Alterações geoespaciais. Mapas Históricos. Georreferenciamento.

Abstract

The port area of Rio de Janeiro, since the founding of the city, has passed for profound changes in your spatial organization. Given this fact, this research seeks to evidence the geospatial area changes over time, analyzes calling urban growth area from cartographic bases remaining through the comparison of elements found in these documents, these, comprised between mid 18TH century (colonial period) and beginning of the 21st century. The use of configurational tools for the diachronic reconstruction the territory using historical maps rebuilds and generates a progressive and georeferenced visual description of urban changes, being a promising strategy for understanding the process of transformation of cities along the centuries.

Keywords: Zona Portuária. Historical Cartography. Geospatial changes. Historical Maps. Georeferencing.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro coleciona um acervo histórico-cartográfico extenso que se apresenta em forma de plantas, mapas, material iconográfico e documentos

desde a sua conquista e fundação. Devido sua localização estratégica, a Zona Portuária do Rio de Janeiro tornou-se uma área de suma importância durante o desenvolvimento da cidade. Tamanha importância pode ser percebida nos seus aspectos econômico, político e aspecto cultural, já que a cidade – até o início do século XVIII – se restringia basicamente a essa região central, compreendida entre os morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição, e futuramente, vindo a tornar-se uma das primeiras áreas de expansão urbana da cidade, assumiu com o tempo uma importância cada vez maior (AMADOR, 1992).

O objetivo da pesquisa é a comparação entre mapas da Cidade do Rio de Janeiro datados entre 1758 e 2009, considerando as feições correspondentes aos arruamentos, a linha de costa e as principais feições geográficas, com o escopo de evidenciar a estrutura da evolução urbana da Zona Portuária ao longo deste período, bem como as principais alterações ocorridas entre as épocas, com ênfase nas alterações da toponímia local.

1 A ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Contexto da formação histórica da área estudada

Situada na costa oeste da Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, a chamada Zona Portuária, é formada principalmente pelos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte de São Cristóvão, Cajú, Cidade Nova e Centro.

Fundada pelo colonizador português Estácio de Sá em 1565, a cidade do Rio de Janeiro, desde o princípio teve características favoráveis para a atividade econômica e portuária, em virtude de suas condições climáticas e geográficas adequadas, aliadas à extrema exuberância das terras circundantes.

No decorrer do século XVIII, a descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais e a abertura do Caminho Novo ligando o Rio de Janeiro à Região das Minas Gerais converteram a cidade no principal centro intermediário do tráfico de escravos e mercadorias entre a costa africana, Lisboa e a região das Minas.

No final dos setecentos, o Rio já era o maior porto do Brasil, inclusive na importação de escravos. Sendo assim, a transferência da capital da colônia

portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro em meados do século XVIII, em 1763, sob a administração de Marquês de Pombal, acelerou enormemente seu processo de urbanização.

A partir de então, foram realizadas grandes extensões de aterros aumentando a linha de costa, para dar lugar a construção do novo cais do porto do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Evolução espacial da Zona Portuária do Rio de Janeiro



Fonte: Rio 500 anos (CD-ROM) - Instituto Pereira Passos (IPP), 2002.

Figura 2 - Sequência da evolução histórica da Zona Portuária do Rio de Janeiro



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento. Instituto Pereira Passos. Obra de Carlos Gustavo Nunes Pereira (GUTA).

No início do século XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa e a abertura dos portos às Nações, em 1808, acompanhado do desenvolvimento do café, o tráfico de escravos tornou-se cada vez mais intenso, observando-se uma vigorosa expansão da área urbanizada da cidade e posterior formação dos três bairros vinculados à atividade portuária: Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

Com a nomeação de Francisco Pereira Passos em 1902 para a prefeitura do Rio de Janeiro, teve início um processo de radical transformação da fisionomia urbana da cidade, que tinha como parâmetros as metrópoles dos países capitalistas desenvolvidos. Com isso, ficaria determinado que para a construção do novo Porto, se estabeleceriam os projetos de arrasamento do morro do Senado, cuja terra seria utilizada para aterrar a extensa área compreendida entre o morro de São Diogo e o morro da Gamboa, unindo ao continente as ilhas dos Melões e das Moças e fazendo desaparecer as praias Formosa, das Palmeiras e o Saco do Alferes, além da criação de importantes avenidas como a Avenida Central e Avenida Francisco Bicalho.

O conjunto das obras do porto foi decisivo para a modernização da região. O aterro da linha costeira para a construção do porto, a abertura das grandes avenidas de circulação de carros (Rodrigues Alves e Francisco Bicalho) e de ruas internas fizeram com que os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo se afastassem do mar e, com isso, mudassem suas configurações urbanas originais. O setor industrial passou a ser um marco na região, devido à proximidade com o porto. A população se adensou e os morros foram ocupados por favelas. E tudo isso, ocorrendo quase ao mesmo tempo.

2 Metodologia

Materiais

Para a realização do presente trabalho, foi indispensável a execução de um denso levantamento bibliográfico sobre a cidade de Rio de Janeiro. Além deste levantamento, foi necessário pesquisar e conhecer documentos cartográficos de diferentes momentos históricos, com a finalidade de que pudesse ser realizado um estudo histórico-cartográfico da toponímia local, verificando alterações, surgimento ou até mesmo extinção destes topônimos, cujo conhecimento revelou-se

fundamental na execução do georreferenciamento dos mapas históricos pesquisados.

Foram selecionadas 6 plantas com um intervalo de tempo aproximado de meio século. O critério para a escolha destes seis documentos procurou contemplar as transformações mais significativas ocorridas naquele território que fossem representadas e que as que apresentavam melhor qualidade de conservação e que seguissem o mínimo de rigor cartográfico para atender a demanda do estudo, como escala, legenda e generalização cartográfica.

Foi utilizada como base cartográfica para o georreferenciamento dos mapas selecionados, a base vetorial de logradouros disponibilizada pelo Instituto Pereira Passos (IPP), de escala aproximada 1:10.000 de 2009. O mapa Digital da Cidade do Rio de Janeiro de 2014 foi empregado como apoio para a identificação de nomes de praças, igrejas entre outros elementos encontrados na área de estudo, e foi obtido através do site do IPP (BaseGeo Web).

Figura 3 – Uma das 6 plantas selecionadas para a realização da pesquisa - Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (Brasil Colônia)



Fonte: Biblioteca Nacional, 1758.

Métodos

O primeiro procedimento a ser empregado ao conjunto de mapas foi o georreferenciamento e a adoção de um sistema de projeção - Universal Transversa de Mercator (UTM) - com referencial geodésico SIRGAS 2000 – Fuso 23S.

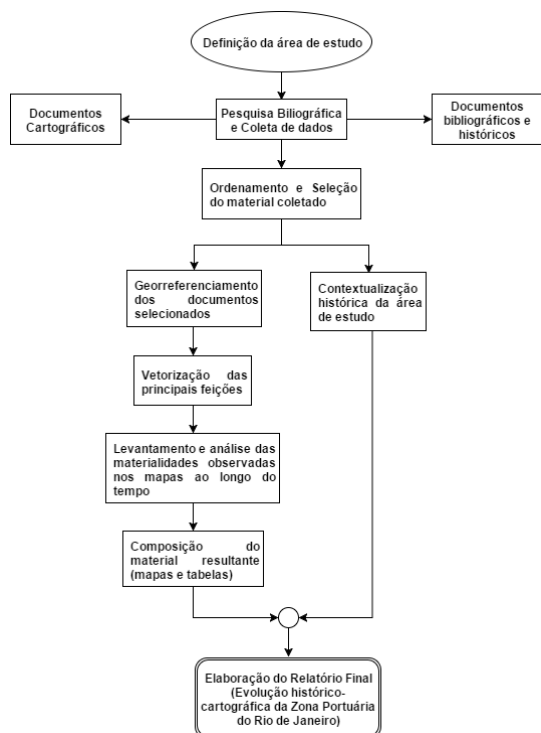
No presente projeto, trabalhou-se com 6 mapas históricos, sendo estes, praticamente em sua totalidade, ausentes de grande parte de informações cartográficas de relevância como sistema de coordenadas e projeções originais e por vezes a inexistência da própria escala, tornando-se um entrave e dificultando o processo de georreferenciamento destes documentos.

Uma das principais ações metodológicas no contexto desta pesquisa traduz-se na escolha dos pontos de georreferenciamento. Para atingir este intento, inicialmente procura-se relacionar, em média, 4 pontos de controle para a garantia da não existência de uma significativa distorção do mapa georreferenciado.

Etapas

O atual projeto foi desenvolvido em diversas partes, contudo, interligadas entre si, não caracterizando etapas isoladas. De uma maneira geral, a pesquisa é caracterizada pela metodologia sintetizada nos seguintes estágios:

Figura 41 - Fluxograma da Metodologia adotada



Fonte: O autor, 2015.

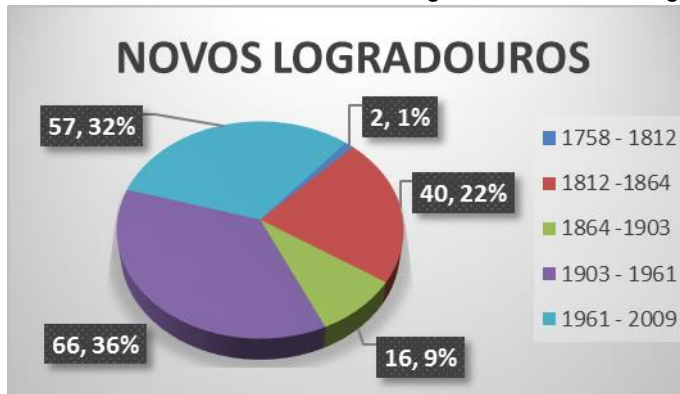
Resultados

Visto isso, após os procedimentos destacados na metodologia, retomando o foco na análise dos resultados, obteve-se uma tabela evidenciando essas modificações no período 1758-2015. Este quadro evolutivo acompanha a classificação de cada logradouro, sendo taxados como: novo logradouro, mudança no nome do mesmo, mudança na grafia, logradouro não identificado e os invariantes, e vale salientar que a diferença de ruas entre os mapas, em grande maioria, é fruto do surgimento de novos logradouros, onde é possível verificar-se alguns exemplos da evolução da toponímia local ao longo do tempo na tabela 2.

Tabela 1: Comparação de topônimos entre os períodos

MAPA	NOVO NOME	MUDANÇA NA GRAFIA	TROCA DE NOME	NÃO IDENTIFICADO	MANUTENÇÃO DO NOME
1758 a 1812	2	1	9	5	4
1812 a 1864	40	-	22	10	7
1864 a 1903	16	-	21	105	14
1903 a 1961	66	7	103	8	13
1961 a 2009	57	1	14	157	136

Gráfico 1: Análise estatística do surgimento de novos logradouros entre 1961 e 2009

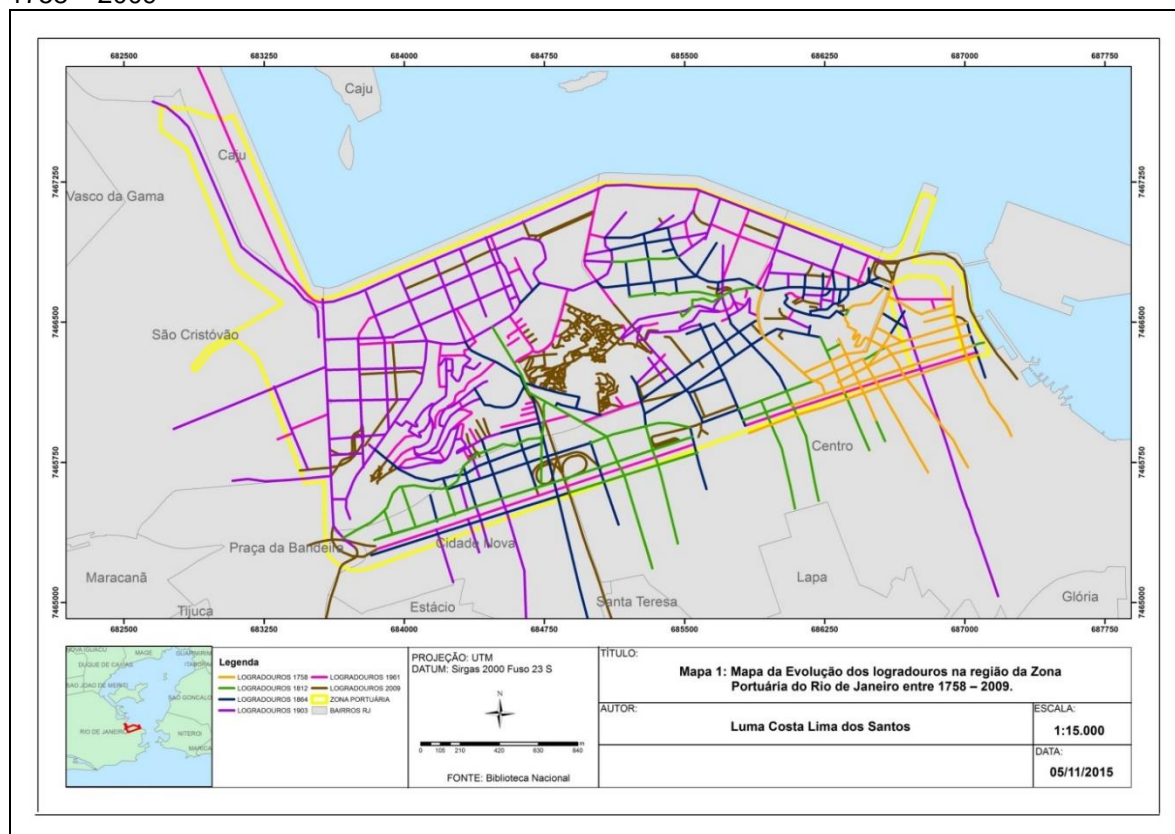


Fonte: O autor, 2015.

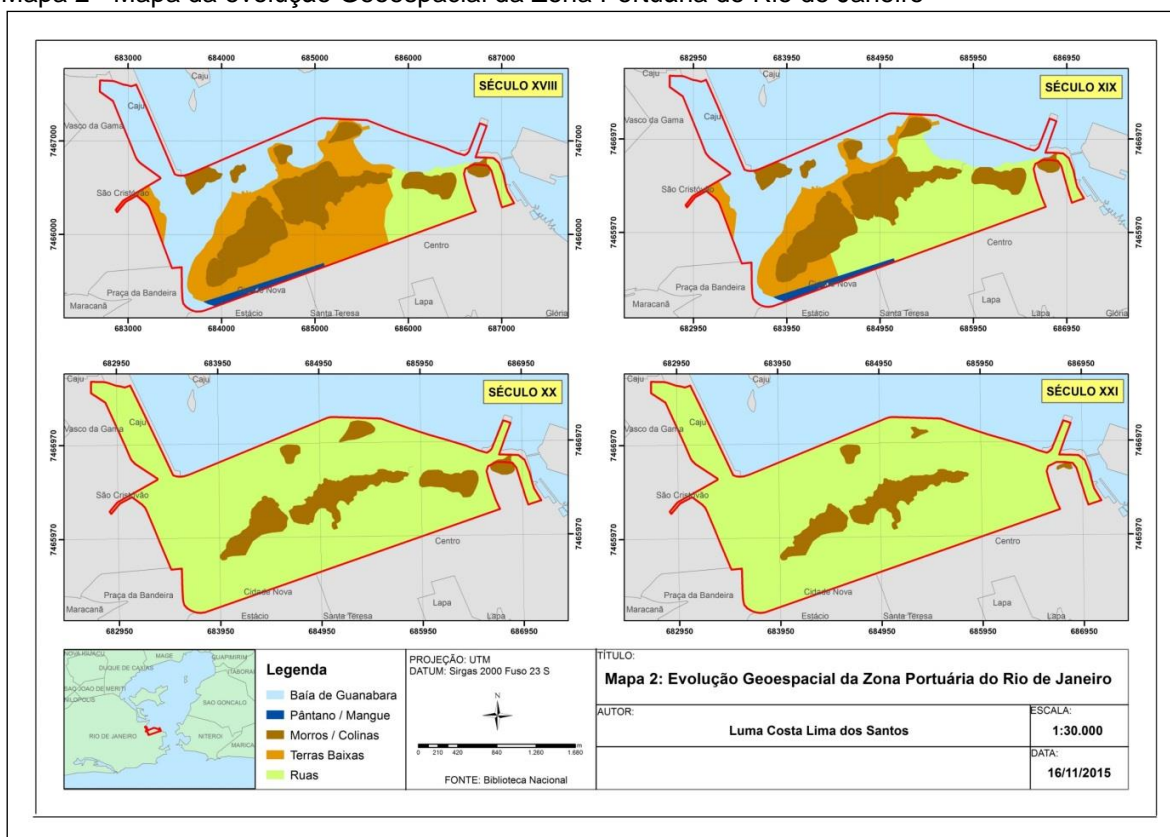
Tabela 2 – A desconstrução da toponímia entre 2009 e 1758.

2009	1961	1903	1864	1812	1758
Rua Visconde de Inhaúma	Rua Visconde de Inhaúma	Rua Visconde de Inhaúma	Rua dos Pescadores	Rua de São Pedro	Rua dos Pescadores
Rua Uruguaiana	Rua Uruguaiana	Rua Uruguayana	Rua da Valla	Rua da Valla	Rua da Valla
Rua Teófilo Ottoni	Rua Teófilo Ottoni	Sem Nome	Rua das Violas	Rua das Violas	Rua das Viollas
Rua São Bento	Rua São Bento	Sem Nome	Travessa Nova de São Bento	Rua dos Quarteys	Rua Nova de São Bento
Rua Sacadura Cabral	Rua Sacadura Cabral	Rua da Saúde	Rua da Saúde	-	-
Rua Regente Feijó	Rua Regente Feijó	Rua do Regente	Rua do Regente	Travessa do Oratório	-
Rua Pedro Ernesto	Rua Pedro Ernesto	Rua da Harmonia	Travessa da Harmonia	Sem Nome	-
Rua dos Andradas	Rua dos Andradas	Rua dos Andrades	Rua do Fogo	Rua do Fogo	Rua da Pedreira
Rua 1º de Março	Rua 1º de Março	Rua 1º de Março	Rua Direita	Rua Direita	Rua Direita
Avenida Tomé de Souza	Avenida Tomé de Souza do Líbano	Rua do Nuncio	Rua do Nuncio	Travessa dos Ciganos	-

Mapa 1 - Mapa da evolução dos logradouros na região da Zona Portuária do Rio de Janeiro entre 1758 – 2009



Mapa 2 - Mapa da evolução Geoespacial da Zona Portuária do Rio de Janeiro



4 Análise dos resultados

Através da análise dos seis documentos cartográficos escolhidos para a realização da pesquisa é possível notar-se que grande parte das feições territoriais passou por mudanças significativas, ao longo do tempo, quando não foram totalmente reconstruídas. Ainda assim, é possível a identificação de diversos elementos que se apresentam intactos nas seis plantas, cabendo-se ressaltar principalmente a presença de elementos eclesiásticos.

Nesse contexto merecem destaque o Convento de São Bento e a Capela de São Francisco da Prainha. O primeiro por se tratar de um dos templos mais antigos da cidade, tinha sua sede já existente no século XVII. A segunda, inicialmente construída sobre a região conhecida como Prainha, no pé do Morro da Conceição, à beira do cais alternativo, onde desembarcavam os escravos vindos da África em meio à mercadorias e suprimentos, foi erguida no final do século XVII em 1696.

Figura 5 - Pintura da Igreja de São Francisco da Prainha em 1700 e sua localização atual, a quilômetros de distância do mar.



Como já discutido, o Rio de Janeiro já se constituía, no século XVIII como um centro regional importante, com um eminente crescimento econômico devido à expansão da mineração em Minas Gerais – o que explica a representação cartográfica deste, que até então não dispunha de mapeamentos de toda a região portuária, a qual, mais à oeste, era composta quase que integralmente por brejos e pântanos, como resalta BICALHO, os quais restringiam o avanço ecúmeno urbano da região em diferentes períodos da história.

O crescimento da cidade só foi possível com a superação destes obstáculos em diversas ocasiões. A Prainha, o Valongo, o Valonguinho, o costão de Nossa Senhora da Saúde, o saco da Gamboa e as ilhas dos Cães/Ilha das Moças e dos Melões, onde encontra-se a Rodoviário Novo Rio, foram aterrados nas obras de construção do cais do porto, já previstas na planta de 1903. Conseqüentemente, a toponímia se torna bem mais densa e detalhada e pode-se observar também uma maior penetração da mesma no continente, evidenciando a expansão da cidade principalmente para o norte, em direção à Gamboa e São Cristóvão, onde se instala a família real, na Quinta da Boa Vista.

E já a partir século XVIII, há uma expansão física e demográfica da cidade, onde algumas alterações fundamentais começam a aparecer nos materiais cartográficos como a utilização da astronomia e topografia, marcando o que pode se chamar o início da cartografia científica. Além disso, começa-se a mapear formas geométricas e a empregar projeções.

Dessa forma, esta análise comparativa evidencia diferenças de tratamento cartográfico e a variedade de conceitos espaciais elaborados, como se observa nos mapas históricos escolhidos. O desenvolvimento da percepção geográfica de caráter cartográfico em torno desta área de estudo acompanha as características da ampliação das técnicas de mapeamento, destacando que até o século XIX a abrangência da área mapeada mantém-se a mesma.

5 Considerações finais

O estudo dos mapas nos trouxe uma dificuldade suplementar, uma vez que nem todas as feições apresentavam seus nomes legíveis e muitas vezes nem sequer nomeados. A partir das análises feitas com base na comparação entre os seis documentos escolhidos, pode-se, primeiramente verificar quais foram as principais modificações – como ocupação de morros e várzeas, expansão do porto, expansão para a Gamboa e São Cristóvão, etc – permitindo que as transformações fossem associadas a fatores como expansão da mineração em Minas Gerais, abertura do Caminho Novo, necessidade de defender a cidade, transferência da família real para o Brasil, entre outros.

O que é importante destacar é que essa análise pode ser complementada com o estudo de mapas históricos e que pode-se também acompanhar o desenvolvimento técnico-científico destes, como mudanças nas projeções utilizadas, detalhamento da toponímia e também utilização de escala cartográfica.

Na abordagem aqui apresentada, procurou-se resgatar um pedaço da história de uma parte do território da cidade do Rio de Janeiro, traduzida no contexto de análise das alterações toponímicas ocorridas a partir de século XVIII até a atualidade.

Portanto, nota-se a grande importância da cartografia histórica no que tange aos estudos histórico-cartográficos, servindo de base para o estudo de processos espaciais pretéritos e também estudos sobre evolução urbana, ou seja, vindo a permitir que se evidenciem mudanças espaciais ao longo dos anos.

Cabe ressaltar que, por mais precisão que se busque na vetorização das feições tratadas, sempre teremos inerente a elas as distorções e deformações cartográficas, presentes no processo de modelagem da superfície terrestre. O total desconhecimento da projeção a qual grande parte dos mapas foram elaborados, colabora para que as distorções quanto à forma representada no processo de georreferenciamento das imagens, como destaca Paulo Márcio Leal de Menezes & Manoel do Couto Fernandes (2013, p.122) possam tornar-se significativas, contudo, não vindo a comprometer a qualidade destes.

Referências

BRASIL. Decreto n. 89.817, de 20 de junho de 1984. Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1984, Seção II, p. 8884.

CARVALHO, Delgado de. História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. 126 p.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991. 172 p.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de. Involução Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. 10 p.

SANTOS, Kairo da Silva; SANTOS, Cláudio João Barreto dos Santos; SANTOS, José Luiz Macedo de Faria. A toponímia e as ruas: mudanças na cidade do Rio de Janeiro a partir do século XIX. Rio de Janeiro, 2014. 6 p.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; MENEZES, Paulo Márcio Leal de; Costa, Antônio Gilberto. Georreferenciamento de mapas históricos: finalidades e procedimentos. Belo Horizonte, 2009. 14 p.

Sessão: Outros Temas

A Cartografia Histórica como auxílio para os Estudos Técnicos de Criação de Unidades de Conservação: o caso do Monumento Natural Estadual da Serra do Caraça/ MG

Antoniel Silva Fernandes ¹

Cláudia Marques Gonçalves Simeão ²

Patrícia Reis Pereira ³

Roberta Roxilene dos Santos ⁴

Marcos Paulo de Souza Miranda ⁵

Resumo

As Unidades de Conservação (UC) são espaços estratégicos fundamentais para assegurar a conservação e manutenção da biodiversidade, e de grande importância para a sociedade. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definido na Lei Federal 9.985 de 2000, estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão destas áreas. Anterior a esta lei, em 1989, a Constituição do Estado de Minas Gerais declarou como Monumento Natural a Serra do Caraça, sendo que, até o ano de 2015, o mesmo não tinha os seus limites demarcados, tampouco legislação específica. Conforme estabelecido pelo SNUC, a criação de uma nova UC deve ser precedida de estudos técnicos que oriente os seus melhores limites. Neste cenário, foi viabilizado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, estudos técnicos que pudessem orientar a definição dos limites para o referido Monumento Natural e sua Zona de Amortecimento. Este estudo teve como objetivo indicar as áreas prioritárias de conservação. Para sua elaboração contou-se com equipe técnica multidisciplinar. Entre os dados coletados e analisados para compor este estudo, e que justifica a importância da criação de um Monumento Natural naquele território contou-se com a Cartografia Histórica, que pode demonstrar a relevância histórica da Serra do Caraça no contexto mineiro e brasileiro. Além do destaque histórico da Serra, tem-se ainda, com base nestes mapas históricos, a referência ao território da Serra do Caraça feita na Constituição de Minas Gerais em 1989.

Palavras-chaves: Serra do Caraça; Cartografia Histórica; Estudo Técnico de criação; Unidade de Conservação.

¹ Geógrafo, Mestre em Geografia – Tratamento da Informação Espacial - e consultor do IABS. Contato: antoniel@iabs.org.br

² Bióloga, Doutora em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Mestre em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre e consultora do IABS. Contato: claudia@iabs.org.br

³ Bióloga, Mestre em Geografia, Especialista em Administração e Manejo de Unidades de Conservação. Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente e Unidades de Conservação do IABS. Contato: patricia.reis@iabs.org.br

⁴ Geógrafa. Consultora do IABS. Contato: robertaroxi@gmail.com

⁵ Promotor de Justiça. Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. Contato: mpsm@mpmg.mp.br

Introdução

Em julho de 2000, com a publicação da Lei Federal nº 9.985, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC que, juntamente ao Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 foram estabelecidos critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação - UC, representando uma mudança de paradigma na gestão dessas Áreas Protegidas no Brasil. Entretanto, a definição de espaços territoriais declarados de grande importância, que merece ser destacado e destinado para fins de conservação, já vem sendo estabelecida desde muito tempo na relação entre sociedade e natureza.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225 diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). O estabelecimento de UCs vem cumprir parte deste artigo contribuindo para preservar o patrimônio natural e garantir ambientes ecologicamente equilibrados.

Sabe-se também que, mesmo com a evolução do aparato legal no âmbito ambiental no Brasil, o estabelecimento do SNUC como instrumento de gestão e implantação de áreas protegidas ainda não conseguiu atingir plenamente sua pretensão inicial de criação de um sistema que pudesse integrar e assegurar estas áreas. Conforme ressalta Medeiros (2006), ainda falta planejamento de longo prazo e o aporte de recursos financeiros são os principais gargalos da consolidação das áreas protegidas brasileiras.

É fato que após quase duas décadas da promulgação desta Lei Federal houve um crescimento substancial de Unidades de Conservação de diferentes tipologias, e localizadas em regiões distintas do País (LOPES, 2013). Durante o processo de criação de uma nova Unidade de Conservação, o Capítulo IV do SNUC preconiza que deve ser precedida de estudo técnico que indique os limites, a categoria de manejo, os objetivos e suas potencialidades, necessitando ainda ser realizada Consulta Pública que legitime o processo (BRASIL, 2000). Entretanto, não

há uma instrução normativa que oriente sobre quais itens são utilizados nesses estudos, devendo os mesmos apresentarem elementos que validem a importância do estabelecimento de uma UC naquele território.

Diante deste cenário e do aparato legal em Minas Gerais, a Constituição do Estado de 1989, em seu Artigo 84, definiu como tombados para o fim de conservação e declarados monumentos naturais os picos do Itabirito ou do Itabira, do Ibituruna e do Itambé e as serras do Caraça, da Piedade, de Ibitipoca, do Cabral e, no planalto de Poços de Caldas, a de São Domingos. Indicando ainda que o estado providenciará a demarcação das unidades de conservação de que trata este artigo e cujos limites serão definidos em lei.

Em razão de tal comando legal, no ano de 2015, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, e do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais, visando contribuir com a aplicação do estabelecido na Constituição Estadual viabilizou, com recursos oriundos de compensação ambiental, a elaboração do estudo técnico que pudesse dar concretude ao referido dispositivo da Carta Magna do Estado.

A partir de então, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS, sob orientação e parceria do Instituto Estadual de Florestas – IEF, órgão gestor das UCs Estaduais em Minas Gerais, realizou o referido estudo que teve por objetivo propor os limites do Monumento Natural da Serra do Caraça, localizado na divisa dos municípios de Santa Bárbara, Ouro Preto, Mariana e Catas Altas, servindo de subsídio para efetivar a sua criação de acordo com o estabelecido pelo SNUC.

A criação de unidade de conservação deve estar baseada em critérios técnicos e atuais, de forma a preservar as áreas de maior prioridade para a conservação e preservação da diversidade biológica, suscetibilidade às ações antrópicas e com recursos naturais ainda significativos, englobando características bióticas, abióticas, sociais, históricas, culturais e econômicas. No estudo realizado contou com a participação de diferentes profissionais para atender a este princípio. Dentre estes, como contribuição para legitimar a criação e a definição dos limites do

Monumento Natural Estadual (já estabelecido em 1989), bem como, a relevância histórica da Serra do Caraça no contexto mineiro e brasileiro, utilizou-se dados da Cartografia Histórica produzida nos séculos XVIII, XIX e XX.

Neste cenário é possível demonstrada a importância da Serra do Caraça ao longo dos séculos como destacada ocorrência geográfica e ponto focal de referência para bandeirantes e desbravadores dessas terras, tendo muitos deles se fixado ao seu redor. Este artigo tem como objetivo apresentar o uso da Cartografia Histórica em estudo técnico para criação de UC, demonstrando o destaque paisagístico da Serra do Caraça em mapas históricos.

Materiais e Método

Para a efetivação do presente trabalho realizou o levantamento bibliográfico sobre a Serra do Caraça, bem como a busca dos registros cartográficos disponíveis da área de estudo. As principais fontes pesquisadas foram a do acervo do Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o disponível no site eletrônico da Biblioteca Nacional.

Posteriormente, parte do material de interesse foi digitalizado, tendo o foco os trechos das cartas que evidencia a Serra do Caraça, parte deste material segue neste artigo com as devidas referências.

A Cartografia Histórica no estudo de criação do Monumento Natural Estadual da Serra do Caraça

A região da Serra do Caraça se destaca por sua beleza cênica, pelas riquezas da biodiversidade, mineral e pelo patrimônio histórico cultural. Localiza-se ao sul de Belo Horizonte, na região do Quadrilátero Ferrífero, onde ocorrem as formações ferríferas do Supergrupo Minas (DORR, 1969), representadas pelos itabiritos e cangas, dentre outras formações rochosas de destacado interesse econômico (CPRM, 2003).

Diante dessa realidade, e visando demonstrar a importância da Serra do Caraça nos registros históricos cartografados foram pesquisados mapas elaborados ainda no século XVIII até aqueles antecedentes à data da Constituição do Estado de

Minas Gerais de 1989. O levantamento sobre a Cartografia Histórica da região mostrou que a Serra do Caraça já era referenciada em mapas dos anos de 1730. O registro mais antigo encontrado foi elaborado por um dos chamados padres matemáticos, Diogo Soares, e data de 1734 conforme ilustra a **Figura 1**, onde é possível notar a Serra do Caraça no destaque. Os Padres Matemáticos foram enviados ao Brasil em 1730 pelo rei de Portugal D. João V, com o fim de traçar o Novo Atlas do Brasil, por meio de latitudes e longitudes observadas. Os estudos dos territórios e a elaboração de mapas seria uma forma da Coroa Portuguesa legitimar a sua posse e colocar fim aos impasses que enfrentava internamente em sua colônia e nos limites desta com a colônia pertencente à Espanha (MENEZES; RODRIGUES; COSTA, 2014).

Ano: 1734



Figura 1 – Mapa da região entre o ribeirão do Carmo e os rios das Velhas, Paraopeba e São Francisco (20°-21°30' Lat. S). Diogo Soares.– Escala: n.d. – ca. 1734/1735. – 1 mpa: ms, col., des. a nanquim; 19,8 cm x 32,4 cm (AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). Em destaque (círculo vermelho), a região da Serra do Caraça. Fonte: CRCH/ UFMG.

Do século XIX foi encontrado três registros, um do início do século elaborado por Von Eschwege, que viveu no Brasil neste período a convite do príncipe regente D. João VI, no qual o nomeou "Intendente das Minas de Ouro" e realizou expedições de exploração científica aos atuais estados de São Paulo e Minas Gerais, deixando importantes registros cartográficos, sendo estes uns de seu

legado (DOULA; SLAIBI; COSTA, 2005). Os demais são da década de 1870, sendo um mapa retratando os arredores da atual cidade de Ouro Preto (**Figura 3**), e o outro cartografando projeto de Nova Divisão do Império proposto pelo Deputado Cruz Machado em 1973 (**Figura 4**). Neste mapa é possível observar o formato e a conformação do relevo da Serra do Caraça com certo rigor, o que já se aproximava do formato real da Serra.

Ano: 1821



Figura 2 – Von ESCHWEGE, W. TEHIL DER NEUEN KARTE DER CAPITANIA VOM MINAS GERAES. AUFGENOMMEN VON W VON ESCHWEGE – 1821. Este mapa está publicado como uma das pranchas em COSTA *et al.* Cartografia das Minas Gerais – da CAPITANIA à Província –, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002 (Prancha). Apesar do conformato do relevo não ser a representação real das serras, o objetivo maior do cartógrafo ao retratá-las era servir como marco de referência da paisagem. Em destaque (círculo vermelho) é possível notar a Serra do Caraça; contudo, o formato e a direção devem ser relativizados. Fonte: CRCH/ UFMG.

Ano: 187?

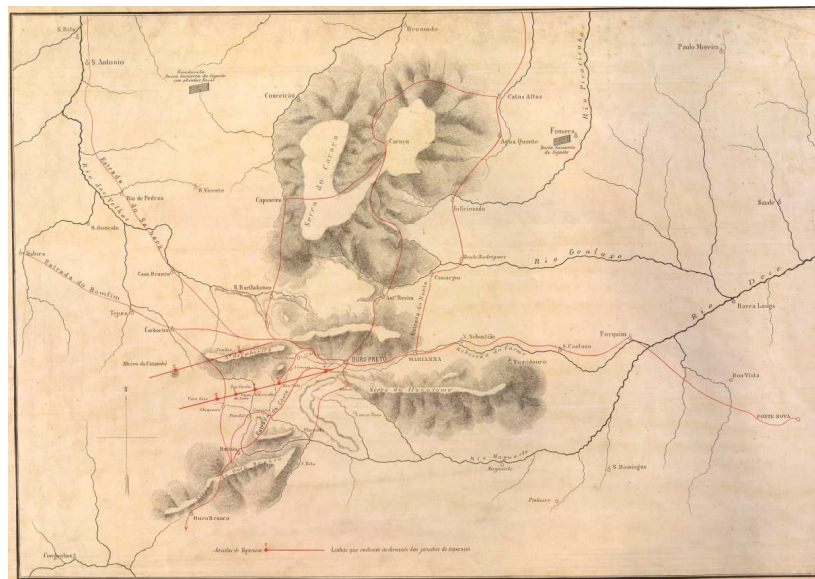


Figura 3 – Planta dos arredores d'Ouro Preto. [S.l.: s.n.], [187-?]. 1 mapa, 41 x 58. Fonte: Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173933/cart173933.jpg>. Acesso em: 6 out. 2015.

Ano: 1873



Figura 4 – Machado, Cruz, segundo o Projeto de Nova Divisão do Império pelo Deputado Cruz Machado e mandada litografar pelo ... 1873. In: COSTA et al. *Cartografia das Minas Gerais, da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. (Prancha). Fonte: CRCH/ UFMG.

Do século XX utilizou-se dois registros, o primeiro de 1927 que trata-se de umas das mais importantes coleções de mapas do início deste século para os municípios mineiros, da Fundamar - Fundação 18 de Março, e disponível desde 2012 em formato digital⁶. Os mapas foram elaborados por município e retratam, além de seus limites, bens culturais da sede dos municípios como grupos escolares, igrejas e além de acidentes geográficos como cachoeiras e serras. Neste estudo, foi utilizado o mapa do município de Santa Barbará, onde é possível perceber a referência a Serra do Caraça (círculo em vermelho) bem como a área do antigo hospício do Caraça. Posteriormente, a edificação abrigou o Colégio do Caraça que, atualmente, faz parte da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Santuário do Caraça (Figura 5).

Ano: 1927

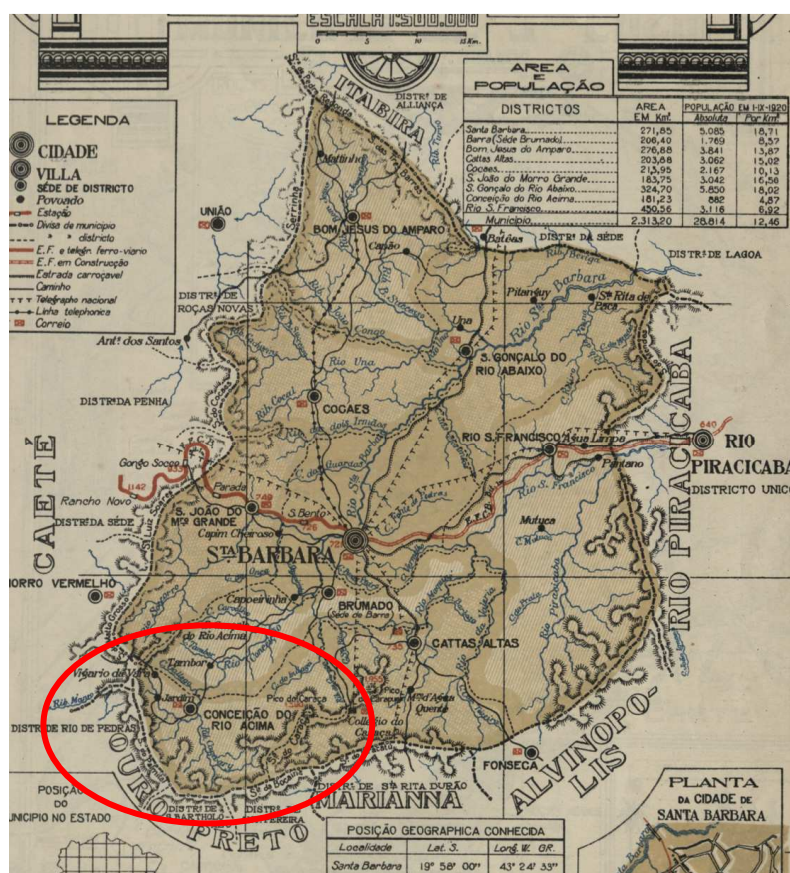


Figura 5 – Álbum chorográfico de Santa Bárbara, MG. Disponível em: <http://www.albumchorografico1927.com.br/indice-1927/santa-barbara>. Acesso em: out. 2015. Em destaque (círculo vermelho), a Serra do Caraça.

⁶ Para mais informações consultar o sitio eletrônico <<http://www.albumchorografico1927.com.br/>>. Acessado em: jul. 2016.

E por fim, uma compilação de cartas topográficas desenvolvidas pelo IBGE nos anos de 1960 e 1970, sendo este um dos últimos mapas oficiais produzidos anteriormente à Constituição de Minas Gerais. As cartas do mapeamento sistemático produzidas pelo IBGE neste período são consideradas uns dos momentos mais marcantes à produção cartográfica do órgão (SANTOS; CASTIGLIONE, 2014) e importantes instrumentos que retratou o Brasil, através da Cartografia, realizado pelo Estado.

Anos: 1976 e 1977

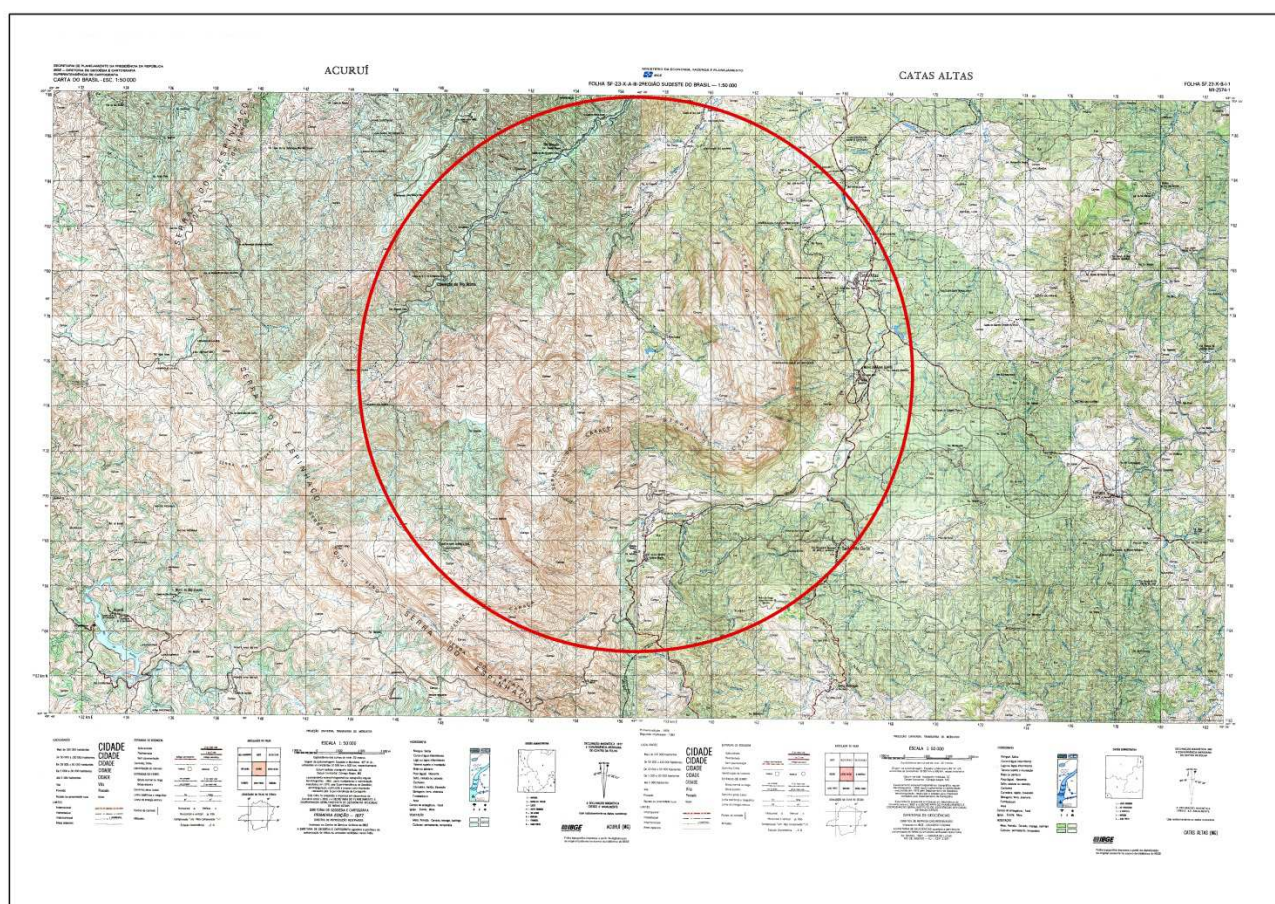


Figura 6 – Cartas Topográficas: Acruí e Catas Altas na escala de 1:50.000. Folhas SF-23-X-A-III-2 e SF-23-X-B-I-1. IBGE e Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral/Instituto de Geociência Aplicadas de Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1977 e 1977.

Considerações Finais

Entende-se que a Constituição Estadual de Minas Gerais, ao apresentar e definir a Serra do Caraça como Monumento Natural, partiu de informações espaciais que definissem essa Serra como espaço de importância a ser mantido e conservado

para as presentes e futuras gerações, necessitando ali de um ato legal para tal. Diante dessa realidade, para segurança da viabilidade legal e técnica da criação do Monumento Natural Estadual da Serra do Caraça, a pesquisa da Cartografia Histórica foi fundamental para certificar essa serra como ponto de referência geográfica e elemento marcante durante a história do Estado, merecendo para tanto o título de Monumento Natural.

Agradecimentos

Ao Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), principalmente à Professora Dra. Márcia Maria Santos, Coordenadora de Ações Educativas do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG, pelo fornecimento de referências e pelos materiais bibliográficos sobre a Cartografia Histórica da Serra do Caraça.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

COMPANHIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS - CPRM. **Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo**, escala 1:1.000.000, 2003. Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/uploads/mapag.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2015.

DORR II, J. V. N. Physiographic, stratigraphic and structural development of the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil. *USGS*. Washington D.C.: Professional Papers, n. 641-A, 1969. 110 p.

DOULA, S. M.; SLAIBI, T.H.A.; COSTA, M. F. A. *Science and nature for the empire's wealth: the Baron Eschwege and the mineralogist's project for Brazil during the XIX Century*. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, *Special Issue*, p.551-560, 2005.

LOPES, Elfany Reis do Nascimento. Aspectos ambientais e históricos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: 12 anos de implantação. *Revista Nature and Conservation*, Aquidabá, v.6, n.2, p.6-17, 2013.

MEDEIROS, R.. Evolução das tipologias e categorias de Áreas protegidas no Brasil. *Revista Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v.9, n.1, p.41-64, 2006.

MENEZES, S. L.; RODRIGUES, G.; COSTA, C. J. A ilustração portuguesa e a missão dos padres matemáticos na América. *Revista História e Cultura*, Franca, v.3, n.2, p.437-454, 2014.

MINAS GERAIS (Estado). Constituição do Estado de Minas Gerais (1989). 16ª ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2014. 281p.

SANTOS, C. J. B.; CASTIGLIONE, L. H. G. A atuação do IBGE na evolução da cartografia civil no Brasil. *Revista Terra Brasilis (Nova Série), On Line*, v.3, p.1-19, 2014.

CONTRIBUIÇÕES DA CARTOGRAFIA TEMÁTICA PARA A ANÁLISE DE FENÔMENOS HISTÓRICOS.

Lucas Montalvão Rabelo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP
lucas.montalvao@usp.br

José Rogério Beier

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP
rogerio.beier@usp.br

RESUMO

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira diziam ser possível elaborar uma teoria do Brasil a partir de seu território. Em outras palavras, esses intelectuais defendiam a possibilidade (e a necessidade) de se realizar novos estudos que buscassem compreender uma determinada sociedade a partir da investigação de como os homens organizaram seu espaço geográfico através do tempo. Partindo dessa ideia, juntamente com a constatação de que as pesquisas no campo da História ainda fazem um uso modesto de instrumentos analíticos dos geógrafos que poderiam ajudar a compreender o território enquanto elemento ativo da construção sócio-espacial. Assim, esse trabalho propõe apresentar dois exemplos práticos de como a Cartografia Temática pode ser empregada como técnica de pesquisa com grande potencial para contribuir na análise qualitativa de fenômenos históricos. Neste caso particular, os exemplos tratam de estudos sobre as representações cartográficas de Sebastião Caboto no século XVI, e a infraestrutura de transporte mercantil de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX.

Palavras-chave: Cartografia Temática; História; Território.

THEMATIC CARTOGRAPHY CONTRIBUTIONS TO THE ANALYSIS OF HISTORICAL PHENOMENA

ABSTRACT

The geographers Milton Santos and Maria Laura Silveira said to be possible to develop a theory about Brazil from its territory. In other words, these intellectuals defended the possibility (and the need) to develop new studies that seek to understand a particular society from the research on how men organize their geographical space through time. Based on this idea, along with the realization that the researches in the field of History still makes a modest use of analytical tools used by geographers which could aid to comprehend the territory as an active element of the socio-spatial construction. Thus, this paper proposes to present two practical examples on how Thematic Cartography can be employed as a research technique with great potential to contribute to the qualitative analysis of historical phenomena. In this particular case, the examples deals with researches about the cartographic representations of Sebastian Cabot in 16th century, and the São Paulo mercantile transport infrastructure in the first decades of 19th century.

Keywords: Thematic cartography; History; Territory.

Introdução

Este trabalho tem como principal objetivo apresentar exemplos de como a Cartografia Temática, enquanto técnica analítica, pode contribuir para um estudo qualitativo de fenômenos históricos. Para tanto, ainda que brevemente, faz-se necessária uma apresentação da Cartografia Temática, bem como de seus principais aspectos metodológicos para, em seguida, se esboçar alguns dos elementos mais relevantes desta ferramenta para que a mesma possa ser aplicada com êxito como um instrumento auxiliar em investigações no campo da História.

Desta forma, serão apresentados exemplos práticos de uso da Cartografia Temática aplicada a duas pesquisas históricas com objetos e temporalidades distintas. Com isso pretende-se indicar algumas possibilidades de aplicação desta técnica e apontar contribuições relevantes que ela pode prestar ao historiador no desenvolvimento analítico das problemáticas de investigação.

Cartografia temática: aspectos metodológicos

No artigo “Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos”, Rosely Archela e Hervé Théry (2008, p. 3), com base em trabalho clássico de Fernand Joly, conceituam os mapas temáticos como produções que vão além de uma simples representação do território. O produto cartográfico final estará relacionado com a formação e especialização dos profissionais de cada área (geólogos, geomorfólogos e outros). Pois, suas particularidades acadêmicas influenciam na coleta de dados, redação e na comunicação através dos mapas.

Ainda de acordo com esses autores, para a elaboração de mapas temáticos necessita-se de uma “[...] coleta dos dados, análise e interpretação e reinterpretação das informações sobre um mapa base que, geralmente, é extraído da carta topográfica” (ARCHELA; THÉRY, 2008, p. 3). Ou seja, os elementos visuais que serão produzidos pelo pesquisador serão sobrepostos a uma representação cartográfica de determinada espaço geográfico.

A caracterização e disposição destes elementos têm por função torna-lós inteligíveis aos seus leitores através de uma melhor comunicação visual quantitativa e qualitativa dos resultados. Nas palavras dos Archela & Théry (2008, p. 3):

Os mapas temáticos são elaborados com a utilização de técnicas que objetivam a melhor visualização e comunicação, distinguindo-se essencialmente dos topográficos, por representarem fenômenos de qualquer natureza, geograficamente distribuídos sobre a superfície terrestre. Os fenômenos podem ser tanto de natureza física como, por exemplo, a média

anual de temperatura ou precipitação sobre uma área, de natureza abstrata, humana ou de outra característica qualquer, tal como a taxa de desenvolvimento, indicadores sociais, perfil de uma população segundo variáveis tais como sexo, cor e idade, dentre outros.

A única condição essencial é a existência de uma relação de espacialidade entre, no mínimo, duas ou mais localidades, uma vez que mapas temáticos que informem os dados relativos a apenas uma localidade, não possuem efeitos práticos de comunicação. Neste caso, outras formas de apresentação de dados podem ser utilizadas, como gráficos, quadros e tabelas.

Como bem lembram os autores supracitados, deve-se tomar cuidados em relação à forma como estes elementos visuais serão utilizados, pois eles possuem objetivos específicos de acordo com a finalidade de sua elaboração. Assim, a função destes mapas temáticos deve ser a de dizer “[...] o *quê*, *onde* e, *como* ocorre determinado fenômeno geográfico, utilizando símbolos gráficos (signos) [...]”. Estes devem fazer com que o leitor perceba as diferenças, semelhanças e possa fazer correlações. Portanto, para estabelecer de maneira eficaz esta relação, os autores apontam para a existência de uma simbologia específica¹.

De fato, os fenômenos de natureza humana, tais como indicadores sociais, econômicos e demografia, dentre outros, já são amplamente utilizados pela Geografia Humana através da Cartografia Temática. Em contrapartida, os historiadores ainda têm dado pouca atenção às potencialidades contributivas desta ferramenta às suas pesquisas, talvez, em razão de não darem ao território e às relações do homem com o espaço no tempo o protagonismo do qual Santos & Silveira (2001) diziam ser necessários para se elaborar uma teoria do Brasil.

Portanto, foi motivado por essas reflexões que se buscou, partindo de dois exemplos práticos, demonstrar como a Cartografia Temática pode ser empregada como técnica de pesquisa com grande potencial para contribuir na análise qualitativa de fenômenos históricos.

Uma biografia espacial de Sebastião Caboto (c.1479-1557)

A produção de mapas temáticos baseados em Sebastião Caboto provém da pesquisa de doutorado, em fase inicial, intitulada *Tradição e Experiência na*

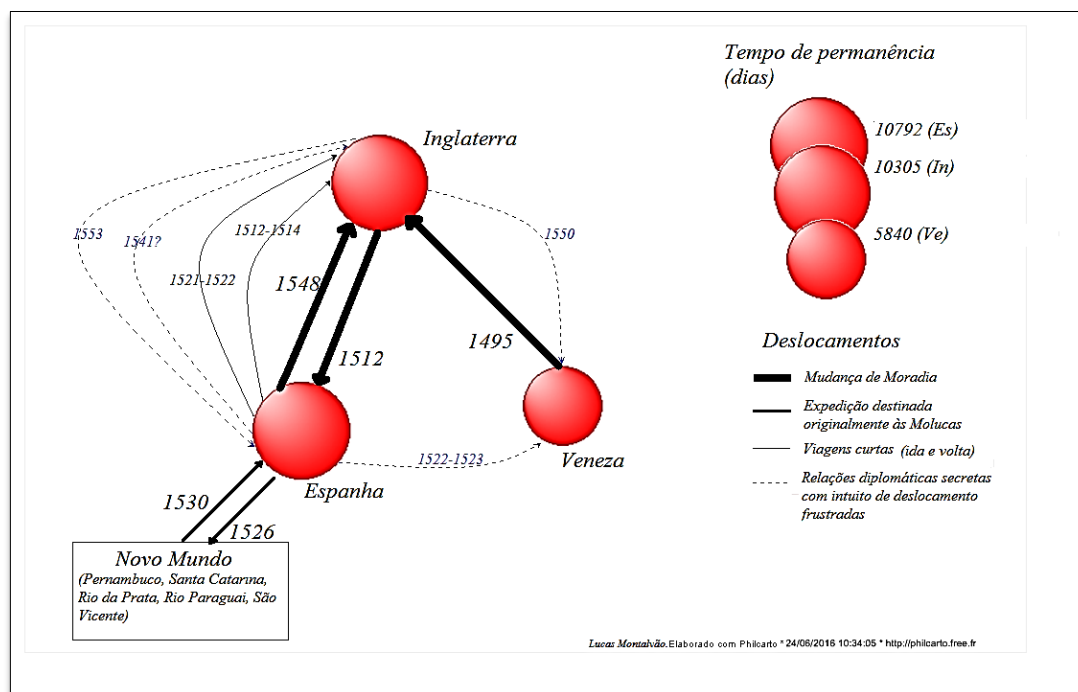
¹ Essa simbologia aumenta a eficácia no fornecimento da informação. As regras dessa simbologia pertencem ao domínio da semiologia gráfica, desenvolvida por Jacques Bertin em 1967, e está ligada à teoria das formas e de sua representação, bem como à teoria da informação. Aplicada à cartografia, a semiologia gráfica permite avaliar as vantagens e os limites da percepção empregada na simbologia cartográfica, além de formular regras do uso racional da linguagem cartográfica (ARCHELA; THÉRY, 2008, p. 3).

Construção do Mapa-Múndi de Sebastião Caboto (1544-1553). O principal objetivo é compreender como o veneziano elaborou seu mapa diante de um discurso imagético/textual que buscava legitimar sua autoridade enquanto cartógrafo, piloto-mor de Espanha e navegador experiente.

Para averiguar como este discurso se fez presente no mapa-múndi do piloto-mor de Espanha, fez-se necessário iniciar a pesquisa a partir da trajetória do autor, pois seu produto cartográfico final sempre carregará elementos provindos do seu contexto individual (HARLEY, 2005, p.59-78).

Assim, através dos dados biográficos obtidos pelas cédulas reais da *Casa de Contratación* reunidas da obra *El Veneciano Sebastián Caboto al servicio de España*, de José Turibio de Medina (1908), realizou-se uma identificação e coleta minuciosa de dados. Eles foram agrupados em uma planilha *Excel* mostrando a diversidade de deslocamentos realizados por Caboto ao longo de sua vida. Com a percepção de uma conexão espacial inerente ao personagem, optou-se por elaborar inicialmente um modelo de trajetória biográfica visando auxiliar a exposição e análise destes dados (Figura 1).

Figura 1: Permanência e os deslocamentos de Sebastião Caboto pela Europa (c.1479-1547).



Após organizar as informações na tabela no formato próprio, o passo seguinte foi transportá-las para um dos softwares de produção de mapas temáticos *Philcarto*². Este programa espacializa os dados coletados sobrepondo-os em uma base cartográfica onde são situados símbolos, e outros códigos específicos para que determinada variante seja apresentada.

A confecção do mapa temático optou por focar os deslocamentos de Sebastião Caboto pela Europa. Para tanto, a primeira decisão foi transformar os dados em número total de dias de permanência nos Reinos da Espanha e Inglaterra e na República de Veneza. Neste cálculo não entraram os dias referentes à expedição realizada ao Novo Mundo (1526-30), pois esta área estava fora da escala europeia³. Esta inclusão resultaria em um mapa temático mais completo, algo que poderá ser feito futuramente. Outra menção que poderia ser feita foi o motivo de o navegador haver chegado à Espanha em 1512, pois havia acompanhado uma armada inglesa no intuito de atacar a França. Daquele ponto (*Puerto de Pasajes*), Caboto entrou em contato com o reino espanhol por autorização do monarca inglês.

A partir deste modelo geográfico (Figura 1), é possível observar o grande destaque de três grandes centros europeus: os reinos da Espanha, Inglaterra e a República de Veneza. Bruxelas é um ponto pequeno divergente, pois foi usada na rota de saída de Caboto pelo porto de Sevilha em 1548. Assim, conectam-se, em forma de triângulo, os três centros frequentados ao longo da vida do piloto veneziano. Eis uma forma sintética de se apresentar a vivência de Caboto na Europa.

A visualização deste modelo de trajetória biográfica é importante para compreender a dimensão espacial do indivíduo ao longo de sua vida. Observar por onde e quando transitou; se estabeleceu; e cogitava se estabelecer. É um objeto visual que carrega grande número de informações, funcionando como uma importante peça de comunicação visual. Chama a atenção do leitor e facilita a explanação de um denso conteúdo de datas e locais sem a necessidade de escrever muitas folhas para tal. Desta forma, o caso dos deslocamentos de Caboto pela Europa é um exemplo muito bom da facilitação que a cartografia temática traz.

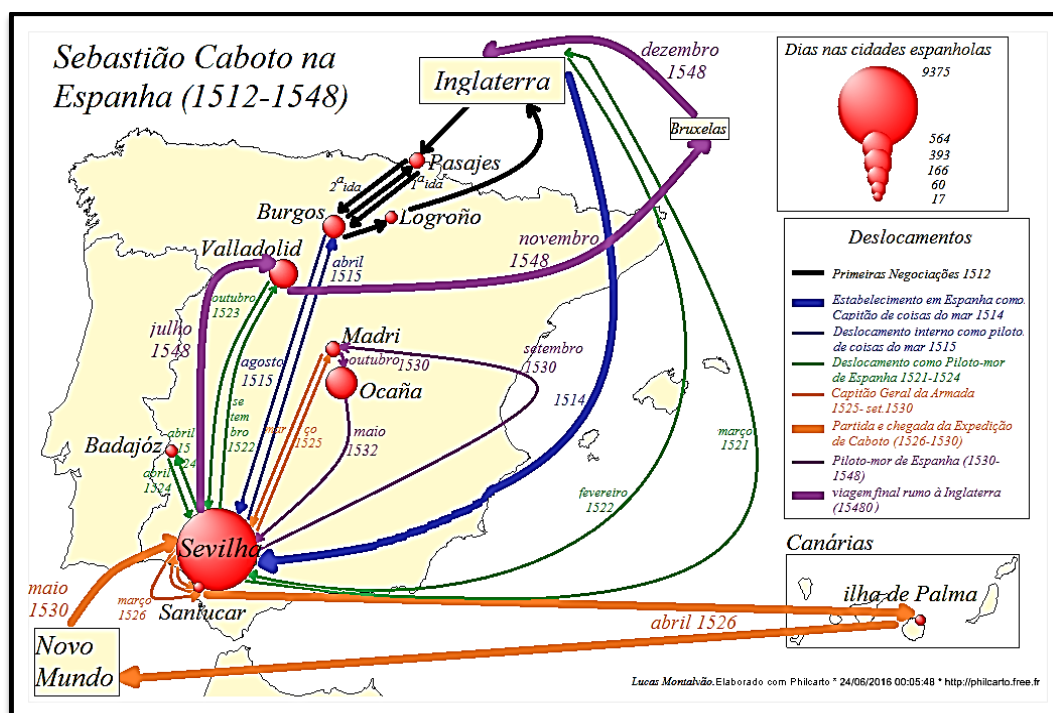
A partir deste modelo inicial, partiu-se para a incorporação dos dados levantados em uma base cartográfica do reino da Espanha, criando-se efetivamente

² Pode ser obtido através do site: <http://philcarto.free.fr>.

³ Mesmo que não tenha sido inserida enquanto dado numérico, as informações acerca desta expedição destinada inicialmente às Molucas, mas que se destinou efetivamente ao rio da Prata encontra-se em referência no pequeno retângulo no canto inferior esquerdo da figura 1.

um mapa temático com os deslocamentos de Caboto naquele território (Figura 2), visando facilitar a relação do observador com o espaço geográfico. Além disso, no intuito de melhorar a comunicação visual em relação ao modelo geográfico apresentado anteriormente, criou-se uma diferença de cores para as setas remetendo a posição que Caboto ocupava: preto como momento inicial de contatos; azul para piloto de coisas do mar; verde para piloto-mor de Espanha; laranja para capitão geral da armada que se destinou ao rio da Prata, no Novo Mundo; roxo para a retomada da função de piloto-mor na Espanha, após o retorno da expedição. Esta gradação de cores facilita a visualização rápida dos momentos diversos vividos.

Figura 2: Sebastião Caboto e seus deslocamentos pelas cidades espanholas e no exterior (1512-1548).



Como se pode observar, a vida do navegador, nos 36 anos em que esteve ligado à Coroa espanhola, aparece exposta. A cidade de Sevilha só não está presente na etapa inicial de contatos para a contratação do navegador no início da década de 1510. Após este momento, a cidade funciona como a base de sua relação com as diversas outras localidades que visitou. Esta produção ajuda a compreender o circuito frequentado pelo cartógrafo expondo as áreas onde ele estava diretamente ligado, como a região de Castela, enquanto que outros espaços dentro do reino espanhol não faziam parte de sua esfera de deslocamentos.

Cartografando uma estatística da Província de São Paulo (1838)

Cabe destacar que o exemplo que se apresentará a seguir decorre de uma pesquisa de doutorado cujo principal objeto de estudo é a rede viária de São Paulo, desde a constituição de seus principais eixos na primeira metade do século XVIII, até a inauguração da primeira linha férrea da Província em 1865.

Assim, através da investigação e análise de uma série de fontes cartográficas, estatísticas, fiscais e administrativas, em conjunto com a produção de cronistas, memorialistas e dos relatos de viajantes que cruzaram as principais estradas de São Paulo, a pesquisa pretende reconstituir como se estabeleceu e expandiu os principais eixos dessa rede de caminhos, bem como elaborar um conjunto de mapas temáticos a fim de representar espacialmente os fluxos mercantis que circulavam pelo território paulista em diferentes momentos dos séculos XVIII e XIX.

Em razão da exiguidade deste espaço, o exemplo que se irá trabalhar é um recorte desta pesquisa, referindo-se à um período bastante reduzido (década de 1830), com o foco voltado às questões relativas aos circuitos mercantis relacionados ao escoamento da produção paulista por seus principais portos de exportação.

Pesquisa, análise e tratamento de dados

Ao estudar a malha da infraestrutura de transporte mercantil de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX, um dos problemas com o qual se depara é o de como os produtos comercializados eram escoados das zonas produtoras às zonas consumidoras neste período. Para dar conta desse problema, uma série de questões precisam ser respondidas, tais como a identificação dos principais produtos demandados de São Paulo para o comércio (interno e externo); quem demandava esses produtos; quais eram as principais áreas econômicas da província no período; por quais circuitos mercantis esses produtos eram escoados e quais eram suas dinâmicas territoriais, quer por via terrestre, quer pelos portos.

Com essas interrogações em mente, o historiador irá eleger as fontes que melhor o auxiliem a compreender o problema de sua investigação, analisa-las e, dali, extrair o sumo que lhe permitirá explicar o fenômeno pesquisado. É justamente neste processo de análise e síntese das informações contidas nas fontes que o historiador empregará técnicas ou ferramentas que o auxiliem em sua análise. Tabelas, gráficos e bancos de dados já têm sido empregados por historiadores há algum tempo como instrumentos analíticos auxiliares, aportando grandes

contribuições no desenvolvimento de suas pesquisas. No entanto, o uso da Cartografia Temática para organizar, analisar e apresentar as informações coletadas nas fontes ainda é modesto, à despeito da grande contribuição que esta ferramenta pode oferecer.

Um dos pressupostos mais importantes a quem deseja empregar a Cartografia Temática em suas pesquisas é o de que a elaboração de bons mapas passa, necessariamente, por uma boa etapa de pesquisa e coleta de dados. Destarte, tão ou mais importante que a confecção do próprio mapa, são as fases de pesquisa, análise e tratamento de dados. Somente após a conclusão dessas etapas é que se poderá ir, com algum sucesso, aos softwares de geoprocessamento.

Assim, no que se refere aos dados utilizados para a elaboração do mapa apresentado neste exemplo, a principal fonte consultada foi o conhecido *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S.Paulo*, de Daniel Pedro Müller (1978), publicado originalmente em 1838⁴. Além disso, cumpre ainda lembrar que para a elaboração do mesmo utilizou-se os *softwares Cartes et Donnés*.

Elaboração do mapa temático

Como acaba de se destacar, para a elaboração de um mapa temático as etapas prévias de pesquisa, análise e tratamento de dados são fundamentais. Uma vez identificada a fonte de onde se irá extrair os dados para a elaboração do mesmo, é necessário extrair essa informação e trata-la de uma maneira que o software a ser utilizado para a confecção do mapa possa compreender aquela informação e convertê-la em códigos espaciais, sobrepondo os dados estatísticos nos espaços geográficos correspondentes àquela informação.

Considerando a problemática exposta acima, cumpre destacar que o mapa temático que se apresentará a seguir tem como proposta inicial comunicar quais eram os principais produtos exportados pela província de São Paulo em meados da década de 1830, bem como os portos por onde estes produtos eram escoados. A partir dessas informações iniciais, entretanto, o mapa pretende ir além e também revelar as principais áreas econômicas da província no período analisado, os

⁴ Daniel Pedro Müller (1785-1841) foi um engenheiro militar português que se radicou em São Paulo em 1802, onde permaneceu a serviço da administração local até o fim de sua vida. Em 1835 recebeu da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo a incumbência de levantar uma estatística provincial, que acabou publicada apenas em 1838. Embora seu ensaio seja, ainda hoje, muito utilizado como fonte por historiadores sequiosos de informações mais acuradas sobre diversos aspectos da província paulista durante as primeiras décadas do século XIX, este continua praticamente inexplorado no que diz respeito à produção de mapas temáticos a partir de seus quadros e tabelas. Para um estudo detalhado acerca da estatística de Müller, veja-se: (BEIER, 2015).

principais produtos comercializados e algumas das dinâmicas territoriais relacionadas aos circuitos mercantis do comércio através dos portos paulistas.

Para tanto, após se consultar a já mencionada estatística da Província de São Paulo, de Daniel Pedro Müller (1978, p. 235-246), foram sintetizadas as informações referentes ao volume de exportação da província paulista por seus principais portos, e elaborou-se uma planilha *Excel* contendo todas as informações que se pretendia inserir no mapa temático (tabela 1).

Tabela 1: Volumes exportados pelos portos paulistas em arrobas (1835-36).

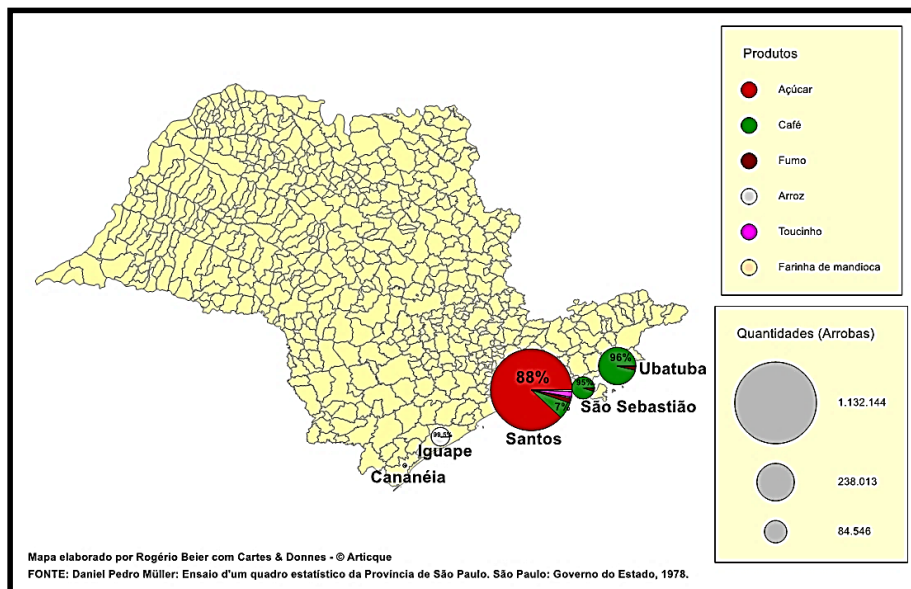
Porto	Santos	Iguape	Cananéia	Ubatuba	S.Sebastião	Paranaguá	Totais
Gênero	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
Açúcar	996.730	10	0	0	284	1.099	998.123
Café	76.336	160	0	229.372,5	80.121	86	386.087
Erva Mate	75	70	21	0	0	84.602	84.768
Fumo	20.975	16	0	8.082	3.832	235	33.140
Arroz	5.980	58.835	2.250	8	0	2.795	69.868
Toucinho	24.685	30	0	356	136	0	25.207
Farinha de Mandioca	7.438	0	264,5	193	173	200	8.269
Carne Seca	0	0	0	0	0	4.252	4.252
Totais	1.132.219	59.121	2.536	238.013	84.546	93.269	1.609.703

Embora as tabelas e gráficos sejam elementos bastante expressivos largamente adotados na comunicação de questões e problemáticas de naturezas diversas nas mais distintas pesquisas nas Ciências Humanas, quando se trata de questões que envolvem um determinado espaço ou território, elas certamente não são tão efetivas quanto os mapas, e acabam por demandar um maior esforço de explicação de seus autores. Frequentemente, ao analisarem uma tabela como a que se acaba de apresentar acima, muitos leitores podem até mesmo perder de vista toda a questão espacial camuflada atrás das informações e valores apresentados.

Em contrapartida, ao se transformar aquela mesma tabela em um mapa temático (figura 3), a questão territorial, antes eclipsada, ganha destaque e contribui

grandemente ao oferecer ao autor uma visão mais clara dos fenômenos históricos, agora especializados, podendo trazer novas perspectivas para a análise dos problemas de sua pesquisa.

Figura 3: Volume de produtos exportados pelos portos paulistas em arrobas (1835-36)



Como se pode observar, o mapa cumpre seu objetivo primeiro ao apresentar principais produtos exportados pelos portos paulistas no ano financeiro de 1835-36: açúcar, café, fumo, arroz, toucinho e farinha de mandioca. Além disso, destaca a ocorrência da especialização de alguns portos ao escoar praticamente a totalidade de produtos específicos: o porto de Santos escoava praticamente toda a produção açucareira paulista; enquanto os portos de Ubatuba e São Sebastião escoavam o café e os portos de Iguape e Cananéia escoavam o arroz.

Para além dessas constatações mais explícitas, o mapa ajuda o pesquisador a compreender melhor dois circuitos mercantis paulistas importantes no período: o Atlântico e o costeiro. O circuito Atlântico era aquele realizado principalmente entre o porto de Santos e os de outras nações, em especial os de Lisboa, Porto, Buenos Aires e Montevideu; enquanto o circuito costeiro ligava-se ao comércio de cabotagem realizado entre os portos paulistas e os demais portos do Brasil⁵.

Ao se analisar os volumes exportados, vê-se claramente que Santos já se destacava como o principal porto paulista, sendo que do total de 1,1 milhão de arrobas exportadas por aquele porto em 1835-36, 88% correspondia a açúcar, 7% a

⁵ Cabe lembrar que, neste período, parte da produção da província de São Paulo ainda era destinada ao Rio de Janeiro para dali ser reexportada para portos de outras nações.

café e apenas 5% aos demais produtos. Embora a exportação de café por Santos possa parecer pequena em relação ao volume de açúcar por ali exportado, ela corresponde praticamente ao mesmo volume do café que se escoou por São Sebastião. Longe de ser desprezível, tal informação indica que a cultura cafeeira já começava a ganhar as fazendas da região do planalto paulista por esta época que, em razão da proximidade, acabavam por escoar sua produção pelo porto santista⁶.

Já o café produzido nas fazendas do vale do Paraíba paulista, sobretudo em Areias e Bananal, quando não era escoado diretamente para os portos fluminenses, acabavam comercializados nos portos de Ubatuba e São Sebastião. Estes, por sua vez, dedicavam-se quase que exclusivamente à exportação do café, que representava, respectivamente, 96% e 95% do total das exportações desses portos.

Há, ainda, o dado acerca da exportação de arroz da província, escoada pelos portos de Iguape, Santos e Cananéia. Diferentemente do açúcar e do café, ligados ao circuito mercantil Atlântico, o arroz é um produto diretamente relacionado ao mercado de abastecimento interno – tanto provincial, quanto intraprovincial – e sua saída por portos como os de Iguape e Cananéia (87%) reforçam essa ideia, já que estes portos praticavam exclusivamente o comércio de cabotagem.

Por fim, outros produtos também ligados ao mercado de abastecimento interno aparecem com números não desprezíveis para a época, ainda que, comparados aos volumes exportados de açúcar e café, possam aparentar menos importância. Estes são os casos da erva mate, do fumo e do toucinho, por exemplo.

Assim, ainda que este mapa mostre claramente a relevância do mercado de exportação do açúcar e do café para a economia paulista em meados da década de 1830, ele também traz elementos que propõem novas questões ao destacar a existência de outros circuitos mercantis que funcionavam paralelamente ao Atlântico, mais relacionados ao abastecimento interno inter e intraprovincial. Neste sentido, o mapa aponta para a permanência de uma economia diversificada na província, na qual produtos como o arroz, o toucinho e a farinha de mandioca acabavam comercializados, por cabotagem, com outras províncias do Império, mesmo que o açúcar e o café para exportação já despontassem como os principais destaques.

⁶ A efetivação da mudança da zona de produção cafeeira nas décadas seguintes, como se sabe, trouxe uma série de implicações políticas, econômicas e sociais em São Paulo, dentre as quais destacam-se: a diminuição da importância dos portos do litoral norte; a preponderância dos grupos ligados às novas zonas de produção e comercialização do café na política provincial e a construção e direcionamento das primeiras linhas férreas comunicando o porto santista às zonas de produção cafeeira no Oeste.

Considerações Finais

A partir dos exemplos trabalhados pretendeu-se mostrar como a Cartografia Temática pode ser empregada como uma técnica auxiliar na análise qualitativa de fenômenos históricos. Seu uso, como lembram Archela & Théry (2008, p. 3), não se restringe aos exemplos aqui trabalhados, mas a uma ampla gama de fenômenos, de qualquer natureza, geograficamente dispersos na superfície da Terra.

Deve-se ter claro, entretanto, que a Cartografia Temática não deve ser tomada como o fim da pesquisa em si, mas, ao contrário, como uma técnica que permite ao historiador empreender uma análise qualitativa de sua investigação, tal como se buscou demonstrar aqui, quer através das implicações políticas decorrentes de aspectos biográficos de um cartógrafo do século XVI, quer pelas dinâmicas socioeconômicas vividas em São Paulo na primeira metade do século XIX.

Nesse sentido, o uso da Cartografia Temática vai ao encontro da ideia proposta por Santos & Silveira (2001), segundo a qual seria possível elaborar uma teoria do Brasil a partir de seu território, isto é, produzir novos estudos a fim de compreender uma determinada sociedade a partir de como os homens organizaram seu espaço geográfico através do tempo. Neste caso, o espaço pensado como um elemento ativo na construção sócio-espacial, e não apenas como palco das ações humanas.

Fontes e Referências bibliográficas

BEIER, José Rogério. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HARLEY, Brian. “Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas” *In: La Nueva Naturaleza de los Mapas*. México: FCE, 2005.

MEDINA, José Toribio. *El Veneciano Sebastián Caboto al servicio de España*. Santiago de Chile: Imprenta y Encuadernación Universitaria, 1908.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837* [1838]. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, 266p].

THÉRY, Hervé; ARCHELA, Rosely Sampaio. “Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos”. *Confins*, 3, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/3483>. Acesso em: 10 Jul. 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo, Record, 2001, 474 p.

Região, população e transportes em Minas Gerais na Era Vargas

Marcelo Magalhães Godoy – Cedeplar UFMG

Lidiany Silva Barbosa – Cedeplar UFMG

Danielle Cristina Gomes Corrêa – Cedeplar UFMG

Resumo: O artigo consolida os resultados de pesquisa que se fundamentou em um expressivo conjunto de dados inéditos sobre o sistema de transportes de Minas Gerais na Era Vargas e que se orientou por dois objetivos principais: **i.** demonstrar as contradições da era ferroviária em formação regional heterogênea e as decorrentes implicações nos processos de integração intra e inter-regional; **ii.** estabelecer conexões entre o caráter e alcance da primeira modernização dos transportes e aspectos da estrutura e dinâmica demográfica. Constatou-se a persistência da infraestrutura viária tradicional mineira no final da década de 1930, com a hegemonia das vias e meios pré-modernos na maior parte das regiões do estado e a feição híbrida dos transportes nas regiões com economia mais dinâmica e que apresentavam maior densidade populacional. Os processos de industrialização, de urbanização, de expansão do capitalismo no campo, de mudança social e de migrações intra e inter-regionais, em curso no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, foram condicionados em Minas Gerais pelo grau de desenvolvimento dos transportes, ou pelo não rompimento de padrões tradicionais de circulação, em geral, e de mobilidade populacional, em particular.

Palavras-chave: Minas Gerais; Era Vargas; região; população; transportes.

Abstract: This article consolidates the results of a research based on a significant set of new data about the Minas Gerais transport system during the *Vargas Era* and was guided by two main objectives: **i.** demonstrate the contradictions of the *railway era* in heterogeneous regional formation and the resulting implications for intra and inter-regional integration processes; **ii.** establish connections between the character and range of the first modernization of transport and aspects of the demographic structure and dynamics. It found the persistence of traditional Minas Gerais's road infrastructure in the late 1930's, with the hegemony of premodern ways and means in most regions of the state and the hybrid feature of transport in the regions with more dynamic economy that had higher population density. The processes of industrialization, urbanization, expansion of capitalism in the field, of social change and intra and inter-regional migration undergone in Brazil since the early decades of the twentieth century, have been conditioned in Minas Gerais by the degree of development of transport or at no disruption of traditional patterns of traffic in general, and population mobility in particular. Keywords: Minas Gerais; *Vargas Era*; region; population; transport.

Modernização dos transportes em uma economia regional periférica

O projeto de pesquisa “Contradições da modernização dos transportes em uma economia regional periférica, a longa persistência dos transportes tradicionais em Minas Gerais (1870-1940)”, com vigência desde 2012, financiado pela Fapemig e realizado no âmbito do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar-UFMG, tem como propósito promover a discussão acadêmica pelas fortes interfaces que vigoram entre aspectos centrais ao objeto da pesquisa: espaço-região, população-mobilidade, transportes-circulação.

Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, em parcela expressiva do território nacional, surge e desenvolve-se sistema de transportes moderno, que amplia as articulações inter-regionais e, a partir da segunda metade do século XX, integra o mercado interno em bases capitalistas.

Os Mapas Municipais e a reconstituição da estrutura viária no fim da era ferroviária

O projeto de pesquisa tem como base os Mapas Municipais de Minas Gerais produzidos a partir do Decreto-Lei nº 311, de 02/03/1938, organizado pelo IBGE, denominado Lei Geográfica do Estado Novo, pelo artigo 13, determinava-se que as prefeituras de todos os municípios brasileiros eram obrigadas a preparar mapas de seus respectivos territórios, apresentando-os ao Diretório Regional de Geografia.

Os dados utilizados foram disponibilizados pelo Arquivo Público Mineiro e pelo Instituto de Geociências Aplicadas – MG, juntos detém o acervo dos 288 Mapas Municipais elaborados para o estado de Minas Gerais. Por meio do processo de vetorização das vias representadas nos Mapas, foi constituída base de dados que permite o estudo da estrutura viária de Minas. Procedeu-se, ao recolhimento de uma série de dados dos Mapas, que foram transpostos para base cartográfica digital atual e georreferenciados, com a utilização do programa ARCGIS 10.2.

A longa persistência da malha viária e dos meios de transportes tradicionais

No intuito de demonstrar a sobreposição entre determinações históricas, geográficas, demográficas e econômicas incidentes sobre o caráter da infra-estrutura de transportes de Minas Gerais no final da década de 1930, portanto no final da era ferroviária, foram elaborados mapas temáticos.

O contexto histórico compreende, adicionalmente, os seguintes aspectos: **i.** a expansão ferroviária (8 mil quilômetros de trilhos entre 1870-1940) concentrou-se no centro e sul do território e segundo sentido radial, ou com reduzida função de integração entre as regiões de Minas Gerais (Batista, Barbosa e Godoy, 2012); **ii.** Encontrava-se em fase inicial as grandes migrações inter-regionais brasileiras, que se intensificaram na segunda metade do século (Brito e Souza, 1995 e Matos, 1995), e a distribuição espacial da população ainda refletia o hegemônico caráter pré-capitalista da economia regional, com predomínio de agropecuária tradicional, reduzida participação relativa da população urbana e restrita mobilidade¹; **iii.** Crescimento em ritmo lento das vias modernas mineiras, sendo que em 1940 apenas 9 municípios se beneficiavam de vias pavimentadas (macadamizadas), em 68 existiam estradas encascalhadas, 87 municípios possuíam estradas de terra melhorada e em quase todos os municípios, ou 285 municipalidades, as estradas eram de terra simples (IBGE, 1943: 80); **iv.** Igual lentidão no crescimento dos meios modernos, com cerca de 17 mil veículos automotores em 1940 (IBGE, 1943: 81); **v.** grande disseminação

¹ O estudo das migrações internas brasileiras no século XX é indissociável da modernização, em geral, e da modernização econômica, em particular. Entre 1920 e 1980, verificou-se significativa redistribuição espacial da população brasileira, decorrência de fortes fluxos migratórios impulsionados por fatores de expulsão, mormente sobre populações rurais pressionadas por processo de minifundização ou debaixo de crescente expropriação pelo capital, seja em áreas de ocupação antiga, seja na fronteira agrária, bem como por fatores de atração, a urbanização e industrialização, a ensejar fluxos rural-urbano, e a abertura de novas fronteiras pioneiras, a constituir fluxos rural rural. Combinaram-se, portanto, determinações múltiplas, que induziram a busca, real ou ilusória, por serviços públicos concentrados em grandes áreas urbanas e por trabalho em níveis de remuneração relativamente elevados na indústria. Também cresceu substantivamente as migrações sazonais, a busca pela complementação de renda em zonas agrícolas especializadas, nos períodos do calendário agrícola intensivos de trabalho. A partir de 1930, ganhou forte aceleração o processo de integração do mercado interno brasileiro e a constituição de divisão regional do trabalho, que estavam em estreita conexão com a modernização da infra-estrutura de transportes a permitir outros padrões de circulação e mobilidade. Algumas referências importantes para essa discussão: Singer, 1977; Cano, 1985; Szmrecsányi, 1995.

de vias tradicionais em Minas^{II} e de meios tradicionais, com aproximadamente 1,5 milhão de equinos e 800 mil muares em 1938 (IBGE, 1941: 26) e por volta de 80 mil carros de boi (IBGE, 1950: 59); **vi.** Grande diversidade regional interna, expressa em níveis pronunciadamente desiguais de desenvolvimento econômico (Wirth, 1981 e Martins Filho, 2009).

No sentido oposto de visão hegemônica na historiografia brasileira, a primeira modernização dos transportes em Minas Gerais não resultou na desagregação da estrutura viária e dos modais tradicionais^{III}. Ao contrário, estimulou o crescimento de circulação com base em animais de carga e carros de tração animal, em caminhos de tropa e carroçáveis, a forjar complementaridade com as ferrovias. Mesmo a difusão de veículos automotores, em constante aumento desde o início do século XX^{IV}, não alterou a curva de crescimento dos meios tradicionais, ainda que,

^{II} Em 1940, era a seguinte a composição da *rede rodoviária* de Minas Gerais, *segundo a natureza da pavimentação*: 283 quilômetros *macadamizada*, 2.838 *encascalhada*, 3.020 de *terra melhorada* e 36.625 de *terra simples* (IBGE, 1943: 80). Não foi encontrada estimativa da extensão dos caminhos de tropa ou para animais em geral em nenhum compêndio estatístico.

^{III} Dois exemplos dessa visão hegemônica, o primeiro generalizante, o segundo particular ao caso de Minas Gerais: “A implantação da infra-estrutura de transportes significou, sem dúvida, um aumento na produtividade do trabalho do setor agro-exportador e a velocidade de sua implantação nos últimos decênios do século XIX e primeiros do século XX responde também pelo aprofundamento da ‘vocação agrícola’ do país; dificilmente, tanto a importância que o café chegou a ter na economia brasileira, quanto o próprio papel da economia brasileira na divisão internacional do trabalho do capitalismo, típica dos fins do século XIX e que se prolonga virtualmente até a Segunda Guerra Mundial, poderiam ter sido os mesmos sem as profundas modificações no sistema de transportes: a ‘tropa de burros’ havia ficado definitivamente enterrada nos desvãos da história da acumulação originária” (Oliveira, 1997: 401). “A penetração das ferrovias fluminenses a partir da década de 1870 também fez com que a demanda mineira por bestas fortes do sul do país caísse de sua média histórica de cerca de 14.200 animais por ano em 1852/73 para 6.300 em 1873/80. (...) O transporte no lombo de bestas estava confinado, a partir de então, a áreas longínquas e de difícil acesso, ou então ao cumprimento de pequenos trajetos que separavam os núcleos populacionais das estações ferroviárias. O ciclo do luar chegava a seu termo, esmaecendo juntamente com o impulso de demanda das Minas Gerais, que lhe dera origem e o acompanhara de perto durante todo o seu desenvolvimento” (Suprinyak e Restitutti, 2006).

^{IV} Dados compendiados por Antônio Cavalcanti Albuquerque de Gusmão, então diretor de Seção do Departamento Nacional de Estatística, cobrem a evolução do número de automóveis no Brasil desde o início do século XX até o início da década de 1930. Importações, alguns anos selecionados: 1907 – 366; 1910 – 735; 1913 – 3.128; 1916 – 521; 1919 – 4.537; 1921 – 977; 1922 – 2.772; 1925 – 43.714; 1928 – 45.427; 1931 – 4.429. Número de veículos “existentes”: 1925 – 73.537; 1926 – 102.907; 1927 – 131.757; 1928 – 154.735; 1929 – 166.926 (Gusmão, 1933: XIX e 25). Dados dos *Quadros Retrospectivos do Anuário Estatístico do Brasil* informam sobre importações para a década de 1930, dos quais foram selecionados: 1933 – 8.772; 1935 – 9.748; 1937 – 14.539; 1939 – 12.679 (IBGE, 1941). Em 1942 eram 197.891 “veículos cadastrados” no Brasil (IBGE, 1990). Apreensão de conjunto dos dados que compõem a evolução do número de automóveis no Brasil até o início da década de 1940 sugere três fases: 1ª. Relativamente lento crescimento das importações nas duas primeiras décadas do século XX, com descontinuidade durante a Primeira Guerra Mundial; 2ª. Acelerada expansão das importações e do estoque de automóveis na década de 1920; 3ª. Arrefecimento das importações e

lentamente, como no caso das ferrovias, substituísse parte da circulação em bases tradicionais por circulação em bases modernas.

Entretanto, esta associação entre o moderno e o tradicional estava permeada pela desigualdade interna a Minas Gerais e, no caso específico dos transportes, determinava padrões crescentemente distintos de circulação e mobilidade. Vigorava dualidade a contrastar as regiões mineiras segundo o grau de integração ao mercado interno regional e nacional e segundo o acesso aos benefícios da modernização dos transportes. Regiões economicamente menos dinâmicas apresentavam estrutura de transportes tradicional, com a circulação de bens e pessoas condicionada ao ritmo e limites determinados por vias não pavimentadas e sujeitas a sazonalidade, bem como dependentes de meios de transporte que se definiam pela reduzida velocidade, alto custo e baixa segurança. Regiões economicamente mais dinâmicas se beneficiavam de estrutura de transportes em que se combinavam vias e meios tradicionais com modernos, em que a circulação de bens e pessoas também se realizava em vias férreas e de rodagem de primeira classe, independentes ou pouco dependentes de fatores sazonais, e em que os meios de transportes asseguravam, em sua fração moderna, alta velocidade de circulação, baixo custo relativo e elevada segurança.

Os mapas que representam a extensão de vias por área (Mapas 1 a 4) são reveladores de surpreendente convergência, no sentido de complementaridade como mencionado, entre as vias de transporte tradicionais (caminhos de tropa e carroçáveis) e as vias modernas (ferrovias e rodovias). Essa interdependência a presidir a circulação estava perfeitamente caracterizada principalmente nas cinco ZF do Centro e Sul de Minas Gerais (Sul de Minas, Oeste, Metalúrgica, Campos da Mantiqueira Mineira e Zona da Mata), que detinham as maiores densidades demográficas e compreendiam o agregado regional economicamente mais dinâmico do estado (Brito e Souza, 1995). Estas ZF fisiográficas perfaziam as maiores densidades de caminhos de tropa, a modal com a mais extensa malha viária, e caminhos carroçáveis. No Centro e Sul de Minas também estavam as mais altas densidades de rodovias e ferrovias. Aventa-se a hipótese de que este agregado

relativa estagnação do estoque de automóveis na década de 1930, no contexto da Crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial.

regional, por sua importância econômica e demográfica, se constituía, no final da década de 1930, no mais significativo caso em âmbito nacional de integração entre malhas viárias tradicional e moderna.

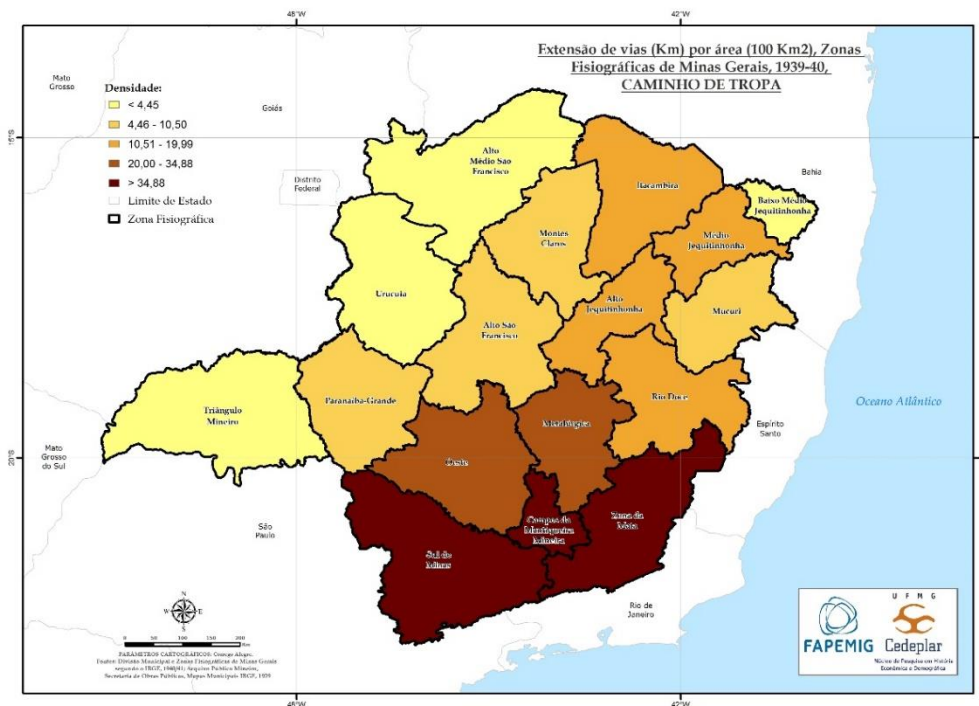


Figura 1: Mapa de Extensão (Km) de vias por áreas (100 Km²), Caminho de Tropa.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

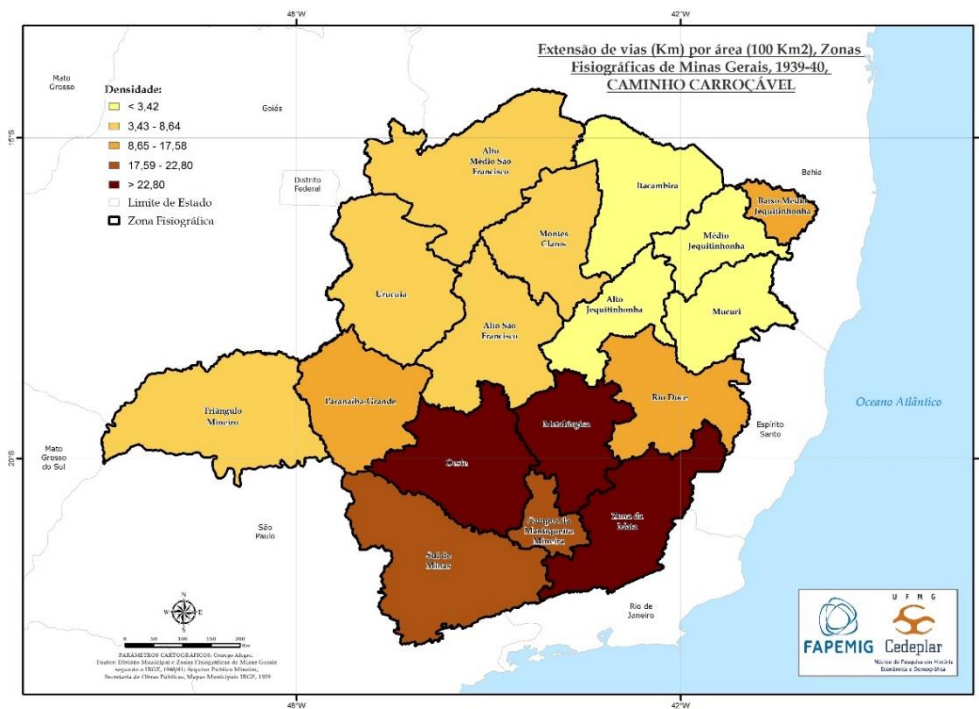


Figura 2: Mapa de Extensão (Km) de vias por áreas (100 Km²), Caminho Carroçável.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

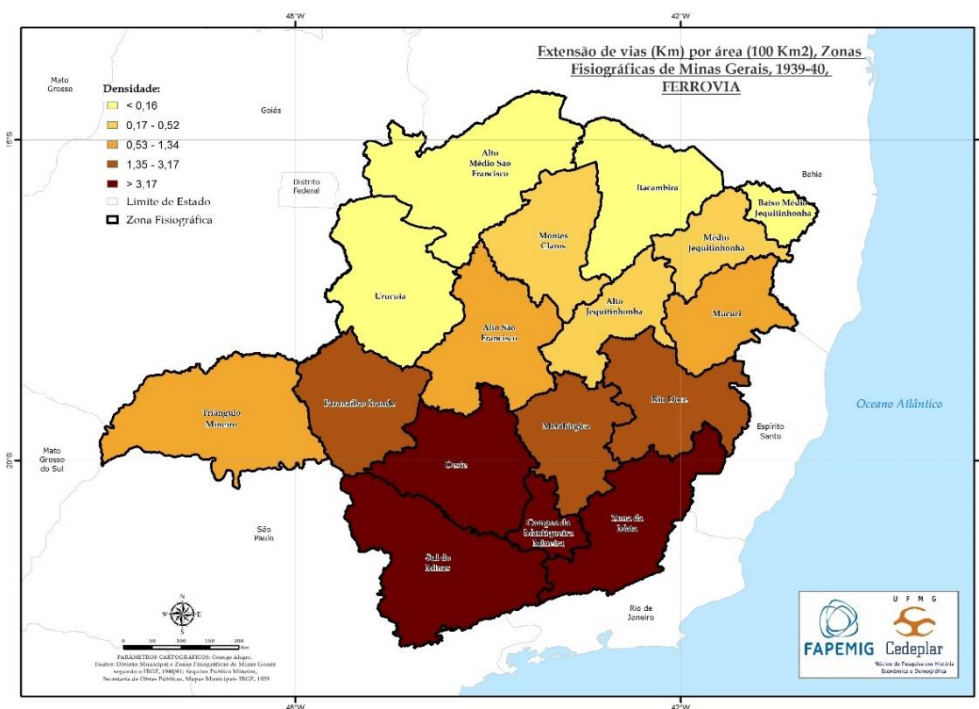


Figura 3: Mapa de Extensão (Km) de vias por áreas (100 Km²), Ferrovia.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

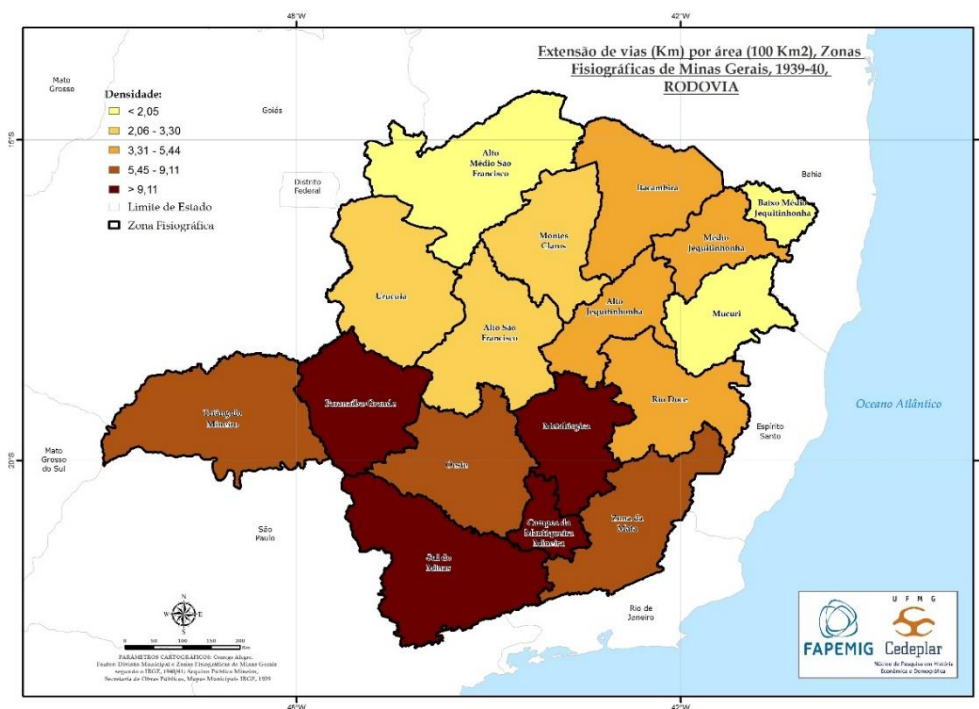


Figura 4: Mapa de Extensão (Km) de vias por áreas (100 Km²), Rodovia.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

A persistência de significativo maior adensamento de caminhos de tropa e carroçáveis associados ao dinamismo econômico e urbano, e a maior densidade populacional das ZF do Centro e Sul de Minas ressaltam os limites e contradições da primeira modernização dos transportes. No sentido oposto, a consideravelmente maior intensidade do tráfego de meios de transporte tradicionais nas ZF do Noroeste, Centro-Norte e Nordeste mineiros revela o alcance regionalmente limitado da constituição de sistema de transportes moderno até o final da década de 1930.

Assim, ganha sentido a contraditória continuidade, na segunda metade da era rodoviária, dos históricos desequilíbrios internos a Minas Gerais, particularmente no desenvolvimento da infraestrutura viária e na disseminação de meios de transporte modernos, que determinavam desigualdade no ritmo e no alcance do processo de substituição da estrutura de circulação tradicional nas regiões mineiras.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria de Obras Públicas. *Mapas Municipais*, IBGE, 1939.

BATISTA, Felipe Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. “Transportes, modernização e formação regional – Subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940”. Em: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.17, n.1, p.162-203, 2012.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

GUSMÃO, Antônio Cavalcanti Albuquerque de. *Estatística dos meios de transporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento Nacional de Estatística, 1933.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Aspectos Estatísticos de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1943.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil - 1940, Censo Demográfico e Econômico*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Repertório Estatístico do Brasil, Quadros Retrospectivos N.º 1, Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V – 1939/1940*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. Secretaria de Obras Públicas. *Mapas Municipais*, IBGE, 1939.

MARTINS FILHO, Amilcar. *O Segredo de Minas. A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Crisálida, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil”. Em: FAUSTO, Boris (dir.), *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, 1º vol. 6ª edição, p.391-414. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo e RESTITUTTI, Cristiano Corte. “Os muares e as minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX”. Em: *Anais do XII Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006.

SZMRECSÁNYI, Tamás. “O desenvolvimento da produção agropecuária, 1930-1970”. Em: FAUSTO, Boris (dir.), *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, 4º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

Uma leitura de mapas à luz do método iconológico

Jorge Pimentel Cintra
Escola Politécnica da USP
jpcintra@usp.br

Resumo

Apresenta-se uma adaptação livre do método iconológico à leitura de mapas históricos. Parte-se de uma síntese de Panofsky e procura-se exemplificar com casos concretos. Tendo como referencial a filosofia clássica, a etapa de análise iconográfica explora a amplificação moderna do conceito de linguagem e seu domínio, segue pela distinção entre descrever e buscar o sentido. Efetua-se um trabalho de analisar as partes e reconstruir o todo. Trata-se de um exercício de rigor e disciplina, evitando o atalho que vai direto à busca do significado (iconologia), atitude que aquieta precocemente a inteligência, interrompe a busca e não atenta para as riquezas do mapa. A análise inspira-se também em Marc Bloch: o historiador não vive sem uma pergunta, uma hipótese de trabalho. Passa-se pela maiêutica socrática, a arte de interrogar o mapa. Uma vez exploradas as potencialidades do mapa em si, passa-se à etapa iconológica, relacionando-o com o contexto histórico, social, econômico e cultural que o produziu. É o momento de recorrer às fontes externas, principalmente escritas, e de ampliar o diálogo interdocumental: os mapas conversam entre si e conversam com os textos. Entram em jogo os conhecimentos e a bagagem cultural de quem lê o mapa e ao mesmo tempo influem seus pressupostos filosóficos e visão de mundo, fazendo com que encontremos nos mapas aquilo que já tínhamos dentro, uma visão presa ao espírito de nossa época e não à do contexto e ambiente da produção cartográfica.

Palavras-chaves: Leitura de mapas, Iconografia e iconologia, Panofsky, Cartografia histórica.

Abstract

A free adaptation of the iconological method applied to map reading is presented. This work starts from Panofsky's synthesis, and attempts to illustrate with concrete cases. By having reference in classical philosophy, the iconographic analysis step explores the modern amplification of concepts of language and its domain and distinguishes between describing and seeking the sense. A work of analysis on parts and reconstruction on the whole is performed. This is an exercise of rigor and discipline that avoids a straight shortcut to the search of meaning (iconology), an attitude that quiets the intelligence prematurely, interrupts the search and does not pay attention to the richness of the map. The analysis is also inspired by Marc Bloch: an historian cannot live without a question, a working hypothesis. This paper goes through the Socratic maieutic, the art of interrogating a map. Once explored the potentialities of the map itself, this work moves to the iconological step, relating it to the historical, social, economic and cultural context that produced it. It is the moment to consult external sources, mainly written ones, and expand the interdocumental dialogue: the maps communicate with each other and with the texts. The knowledge and the cultural background of the reader come into play and influence their philosophic presumptions and vision of reality, resulting that we find in the maps what we already had inside us, a vision conditioned by the spirit of our times and not by the context and the environment of the cartographic production.

Keywords: Map reading, iconography and iconology, Panofsky, Historical Cartography.

1. As diversas linguagens

Nas duas últimas décadas vem-se alargando, por analogia, o conceito de linguagem: além da escrita ou falada, tem-se: a artística, a matemática, a científica, a da cidade, a da arquitetura, a das imagens e, porque não, a da cartografia, em particular a sendo que nos interessa mais de perto a linguagem dos mapas históricos.

O domínio de uma linguagem supõe o domínio de um código: o conhecimento das letras do alfabeto, das palavras, da organização e sentido das mesmas quando colocadas numa determinada frase e contexto, a estrutura dos parágrafos e por fim a construção do sentido geral do discurso.

O aprendizado de uma linguagem, e a extração de significado supõe esforço, treino e disciplina, durante um bom período de tempo e o desenvolvimento de umas habilidades. As imagens e os mapas também pressupõem esse laborioso tipo de aprendizado.

Assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma proposta de metodologia de leitura de mapas, e mais em concreto, a leitura de mapas históricos: como decodificá-los, lê-los e aprender o que eles nos têm a dizer. Nessa tarefa, parte-se da proposta geral de Panofsky (2004), simplificando-a e realizando uma adaptação livre.

2. Panofsky e seu método

Esse estudioso da arte propõe um método dividido em três níveis ou etapas, que simplificamos para dois: os níveis iconográfico¹ e iconológico.

O primeiro nível, ou *iconográfico*, deriva de *ícone* ou imagem + *grafia*, escrita, desenho ou descrição. Nessa etapa predomina a apreensão do mapa através dos sentidos (especialmente a vista), captando as chamadas variáveis visuais: cor, intensidade, tamanho, forma, posição. Predomina a descrição do mapa, tal como no método pedagógico que consistia na descrição à vista de uma gravura, em que se visava a fidelidade na descrição; em oposição à composição à vista de uma gravura, em que contava mais a capacidade inventiva ou romanceadora. Esse primeiro nível se conclui com a expressão de

¹ Para isso unimos os dois primeiros: pré-iconográfico e o iconográfico propriamente dito.

um significado primário, natural ou factual, iconográfico, como o resume Panofsky.

Já o segundo nível, o *iconológico*, deriva de *logos*, *logia*, pensamento, razão, estudo, interpretação. Apóia-se, portanto, mais na apreensão do entendimento. Busca o conteúdo, mais do que a forma, o sentido secundário ou iconográfico, no dizer de Panofsky. Apóia-se no sentido primário, mas o supera e aprofunda.

Esses dois níveis, esferas ou momentos (iconográfico / iconológico) representam mais um recurso metodológico do que uma separação radical. É certo que no homem distinguem-se os sentidos externos² e a inteligência, e, se é verdade o adágio filosófico de que "nada há na inteligência que não tenha passado primeiro pelos sentidos", também é verdade que nada há nos sentidos de um ser racional, que não acabe por ser apreendido intelectualmente.

Mas a divisão é pedagógica e disciplinadora da análise dos mapas. Começa-se pela descrição e análise iconográfica, focando no objeto em si (a cultura material), como base e trampolim para a interpretação iconológica.

2. Análise iconográfica

Nessa primeira esfera, como dissemos, predomina a análise, mas não se descarta a tarefa de uma primeira síntese, a iconográfica.

Toda ciência parte do simples para o composto: ponto, reta e plano, são os conceitos iniciais para desenvolver os postulados e teoremas. É a técnica de dividir para unir; partir e reagrupar, entendendo as relações entre as partes e destas com o todo: a estratégia da divisão e conquista. Nos tempos modernos, Descartes formulou as regras do seu método, entre elas: dividir o problema em componentes simples (fase descendente ou de análise); ir do simples para o composto (fase ascendente); entender a relação entre as partes e conjugá-las para chegar à compreensão do todo (fase de síntese)³.

² Existem também os sentidos internos, como a imaginação e a memória, descritos por Aristóteles e não explicitados por Panofsky, que prestam sua contribuição para a interpretação do sentido. Mas sua consideração nos levaria muito além do escopo do presente trabalho.

³ Esse filósofo francês exagerava: fazer relações exaustivas até chegar à certeza de que não se esqueceu nenhuma variável do problema. E depois postulava, de acordo com sua filosofia imanentista: esse rol devia ser feito sem o recurso à experiência sensível nem à observação, numa linha divergente de Aristóteles, que propunha exatamente o contrário: partir da observação, servir-se dos sentidos, em particular da vista, da memória e da experiência.

A técnica de leitura de mapas aqui proposta concorda com Aristóteles e tenta afastar o que Guimarães Rosa qualificou como a megera cartesiana, a razão bruxuleante e auto-suficiente que reduz o papel dos sentidos: é preciso abrir muito os olhos, saber não só olhar mas ver os mapas. *Olhar* é captar o objeto distraidamente; *ver* é refletir sobre a imagem, voltar a atenção e a inteligência para o mapa, numa relação de ir e vir, captar detalhes, admirar-se com eles, descobrir aparentes conflitos cognitivos, fazer perguntas e procurar respostas, buscar o significado iconográfico.

Nosso mundo vive de imagens, e por isso corre o risco de favorecer a superficialidade, a primazia da quantidade sobre a qualidade, da sensação sobre reflexão. Assim, a primeira habilidade a desenvolver é capacidade de aprofundar. Para isso é preciso fazer um esforço para não olhar o mapa de relance e etiquetá-lo: é um roteiro de bandeirantes, um portulano para navegação, um mapa árabe. O mau entendimento do ditado platônico “nomear é possuir” pode aquietar precocemente o entendimento impedindo que se extraia toda a riqueza escondida em um mapa. A tendência é queimar etapas e atribuir rapidamente um sentido para aquilo que se está vendo.

Assim, na técnica proposta, a análise dos mapas históricos começa pela descrição física daquilo que se está vendo, sem antecipar do que se trata e ao que se refere. Descrever bem é a etapa inicial: abrir os olhos e utilizar a inteligência para equacionar o que se vê, para culminar depois com uma síntese e uma atribuição de sentido.

a) A divisão do espaço

Nos mapas, há divisões do espaço que facilitam a análise por partes. Exemplificamos com o mapa da Amazônia de La Condamine (Figura 1). A linha vermelha marca a envoltória do espaço; ainda que existam informações interessantes e relevantes situadas fora e abaixo dela: são parte dos metadados, que se complementam por informações do título, bastante extenso. Um retângulo interior, menor, delimita o espaço geográfico propriamente dito, em que figuram as feições geográficas: linha do continente, mares, rios, cidades, fortes, missões religiosas e outras. O espaço é projetivo (graduado em latitude e longitude), e não totalmente respeitado: no canto inferior esquerdo algumas notas e nomes rompem a borda do espaço; a comparação com o mapa do Padre Fritz quebra a uniformidade do espaço, sobrepondo às feições

do mapa, em amarelo, o traçado do rio Amazonas, para comparar e mostrar que o seu é melhor. A distorção do mapa desse jesuíta fica amplificada pelo fato de extrapolar em muito o espaço dedicado à cartografia e chega a tocar inclusive a linha vermelha na borda direita. Um detalhamento dessa análise encontra-se em Cintra (2011).



Figura 1 – Carta do Curso do Maranhão de La Condamine, 1744

Na divisão dos mapas para análise, e especificamente do espaço projetivo, existem elementos que naturalmente criam compartimentos: oceanos e continentes em um mapa mundi, por exemplo, no *Terra Brasilis* (Figura 2). Esse mapa, analisado em Cintra (2015) mostra que a divisão do espaço pode ser também temática em função de um interesse específico, por exemplo, as preciosidades artísticas, como as representações da natureza, do índio, de aves, dos outros animais, de atividades econômicas como o corte do pau brasil, as embarcações no oceano, as bandeiras e escudos de cada país.

b) A arte de interrogar os mapas

É Marc Bloch (2001) quem afirma que o historiador não vive sem uma pergunta, uma questão, uma hipótese de trabalho. Deve-se questionar o mapa: ele só falará se soubermos interrogá-lo, seguindo talvez as pegadas pedagógicas de Sócrates. Isso torna mais interativa a busca da verdade e envolve o interlocutor, tornando-o parte ativa no processo, coisa que pode ser feito por um professor que ensina seus alunos a lerem mapas, ou mesmo por um pesquisador que se questiona a respeito do que vê. Levantam-se as

questões através da experiência adquirida ou se procura aquilo que se gostaria de saber.



Figura 2 – *Terra Brasilis*, parte do Atlas Miller, Biblioteca Nacional (França)

Em outro trabalho, Cintra (2015, a) apontamos que uma forma de organizar as questões é seguir o esquema das cinco causas de Aristóteles, para saber: o suporte no qual o mapa é feito; a essência do mapa e suas características principais; o cartógrafo, seus colaboradores e sua escola; os modelos ou protótipos de que se serviu e a sua finalidade.

Aristóteles pode ser ainda um guia para continuar interrogando os mapas de forma ordenada, seguindo sua divisão em categorias, os assim chamados acidentes, que dividem a realidade em classes que podem ser aplicadas à análise de mapas, como se indica na sequência. A *quantidade* representa o tamanho ou seja, seu aspecto dimensional, relacionado com a escala. O *lugar* pode significar tanto o local onde o mapa foi feito como a Instituição onde se preserva atualmente. A *posição* indica a maneira concreta de estar no espaço: emoldurado, arquivado, desenhado em uma parede, exposto e outros com a direção do norte (para cima, para a direita). O *tempo* indica a data em que foi feito. A *relação* aponta para sua comparação com

outros do mesmo autor, da sua ou de outras épocas, destacando semelhanças e diferenças. Já a *posse* pode indicar onde e com quem está determinado exemplar ou cópia de um mapa histórico: museus, bibliotecas nacionais, coleções, acervos pessoais e outros. *Ação* e *paixão* são duas categorias correlatas e indicam as vicissitudes pelas quais passou determinado mapa histórico. *Qualidade* é talvez a principal categoria aristotélica, englobando tudo aquilo que se relaciona com a forma, e que comporta um mais e um menos, um melhor e um pior. É um leque de ângulos e aspectos que qualificam o mapa: cores e variáveis visuais, integridade toponímica e precisão, que inclui seu aspecto matemático e abre campo para estudos utilizando técnicas digitais. Dentre as qualidades situam-se também a *forma* e *figura*, representadas pelo contorno e desenhos associados aos elementos geográficos e inúmeros adornos e complementos: cartelas, legendas, convenções, escalas gráficas, rosa dos ventos, graduações, toponímia.

Em Cintra (2015, a) complementado com Cintra (2010) apresentamos um exemplo da aplicação dessa metodologia, baseada em Aristóteles, para o caso da primeira planta da Cidade de São Paulo (1810), elaborada por Rufino Felizardo e Costa. A conclusão é que esse marco aristotélico é todo um roteiro de análise, para não esquecer questões importantes.

Vale lembrar finalmente, que a primeira etapa é ficar no nível da observação, isto é, da percepção visual, sem lançar mão de conhecimentos e referências externas, procurando deixar as inferências e o sentido mais profundo para um segundo momento. Essa separação é didática e metodológica, e visa a aquisição de uma sistemática e disciplina na análise de mapas.

3. Análise iconológica

Uma vez feita a leitura iconográfica, passe-se ao nível iconológico. Nesse momento, de ampliação do conhecimento e de síntese, entende-se o mapa como um produto de uma época, de uma civilização e de uma cultura. Ele pode revelar tanto a personalidade do cartógrafo como a civilização que o produziu: suas crenças, valores, atitudes de fundo, intenções políticas. Nessa tarefa, podemos utilizar todos os instrumentos de que se possa dispor: o recurso a fontes externas (textuais ou não), a experiência e familiaridade com o

tema, nossa cultura e educação, o conhecimento da sociedade e da época em que o mapa foi produzido.

Um mapa é sim uma fonte histórica de primeira grandeza, como mostrou Marrou (1991)⁴. Nessa obra relata que em uma pesquisa sobre o eremitismo na França, encontrou-se com a falta de documentos nos inventários e catálogos dos arquivos públicos e privados. Desenvolveu então um método para a procura de ermidas e eremitérios no mapa de Cassini e cruzou essas informações com os registros paroquiais. O resultado foi que em três anos mais de cinco mil ermidas foram situados no espaço e no tempo.

Mas é um erro pensar que um mapa histórico é uma fotografia da realidade. Somos levados a isso por certa veneração que os mapas antigos impõem, por serem autênticos, por sua antiguidade ou por serem verdadeiras obras de arte. Em Cintra (2015, b) mostramos os inúmeros erros históricos do Mapa das Capitanias de Luis Teixeira.

Desconfiar da pura neutralidade de um mapa, bem como certa dose de espírito crítico fazem parte de uma boa história, e do método histórico crítico. Mas, como se disse, situar o mapa em sua época é um corretivo à nossa visão contemporânea, pois aí situa-se um perigo da nossa análise iconológica: impor ao mapa, a seu autor e à sua época a nossa visão de mundo, a *weltanschauung* do intérprete.

Devemos tentar descobrir as intenções ou razões pelas quais o mapa foi levantado: políticas, ideológicas, de governo e planejamento, guerra, cadastro, cobrança de impostos. Em todo caso, vale a pena estar alerta para a conhecida tendência, intensificada no século XX, de querer ver sempre ocultas razões em todos os mapas: unicamente interesse econômico, manobras políticas para defender interesses nacionais, etnocentrismo, imperialismo, mentiras com mapas, e tantas outras, mas que muitas vezes podem ser a projeção das intenções do homem de hoje (anacronismo do intérprete), em poucas palavras, nossos pré-conceitos.

Em Cintra (2015, a) apontamos dois exemplos nesse sentido. A posição do meridiano de Tordesilhas, por interesses políticos, deveria ser deslocada

⁴ Esse é um dos autores que enfatiza que a história se faz com documentos e com a interpretação que deles se faz, fruto inseparável do historiador e seu contexto. Não só de documentos, não só com interpretações, muito menos as que são feitas sem base real.

para oeste nos mapas portugueses e para leste nos mapas castelhanos; no entanto, acontece o contrário, simplesmente por falta de tecnologia na época. O outro exemplo é a crítica de Arno Peters à projeção Mercator, que seria eurocêntrica e teria sido elaborada com a intenção de maximizar a área dos países europeus. Sua proposta de uma nova projeção, que mantinha as áreas, resultou ser idêntica à de Gall, inventada um século antes; mas ele não se convenceu disso, mesmo depois de diversos cartógrafos de prestígio terem demonstrado a identidade entre as duas. Criticar a projeção de Mercator por esse motivo é desconhecer as inúmeras vantagens que possui para muitas finalidades (Snyder, 1993).

4. Conclusão: o amor aos mapas

Tudo tem a ver com tudo, dizia Anaxágoras. As realidades entrelaçam-se e admitem múltiplos olhares. Um mapa histórico é, em geral, um documento muito rico que pode ser analisado a partir de diversos pontos de vista: histórico, geográfico, astronômico, botânico, cartográfico, político, social e até psicológico, já que está inserido no contexto de uma civilização e cultura, com seus preconceitos, visões de mundo, inconsciente coletivo e imaginário. Harley (2005) analisa a nova natureza dos mapas, destacando importantes aspectos da história da cartografia, onde certamente estão imbricadas complexas camadas sociais, culturais e políticas. Destaca fortemente esses aspectos, a tal ponto que alguns, fazendo uma leitura reducionista, voltam a destacar somente os aspectos políticos e econômicos. Esse mesmo autor, no entanto, aponta para múltiplas possibilidades, inclusive para a aplicação das técnicas de leitura de imagens, como a proposta por Panofsky. Todos os aspectos podem contribuir para o melhor entendimento e adotar uma visão excludente é um reducionismo.

Finalmente, devemos destacar um ponto somente esboçado por Panofsky, a empatia e o conhecimento por conaturalidade, em outras palavras, o amor aos mapas. É preciso olhá-los com carinho, aprender a ver, observar os detalhes, admirar, contemplar e ouvir. Sim, ouvi-los e, e fazer próprias as palavras do poeta, adaptando-as: “Ora direis ouvir os mapas! Certo perdeste o senso! E eu vos direi, no entanto, que para ouvi-los ...”.

Quem tenha amor aos mapas acabará por concordar com a poetisa Adélia Prado em seu poema Mapa. Poderá vê-la sobrevoar o mundo e folhear os Atlas passeando por mil lugares declamando os nomes, descansando nos desertos e nos mares, mergulhando nos abismos e profundidades; admirando-se com os rios, montanhas e florestas; contemplando a beleza das legendas e imagens, para encerrar com um diálogo final nas pegadas de Olavo Bilac: “Você está louca, dizem-me, um mapa é um mapa. Não, respondo. O mapa é a certeza de que existe o *lugar*. O mapa guarda sangue e tesouros. Deus nos fala no mapa com sua voz geógrafa”. Os mapas conversam conosco e conversam entre si; quem souber ouvi-los escutará um pedaço da nossa história, os segredos de um mundo que se revela através das imagens escondidas por detrás das folhas coloridas.

Ao longo destas páginas procurou-se transmitir, também através de exemplos, a experiência com a leitura de mapas. O referencial teórico, a filosofia aristotélica, e a adaptação da metodologia de Panofsky serviram como guia nesse caminho, que só pretende ser uma opção. A bibliografia não é mais ampla por pretender mais um saber de experiência feito do que uma síntese teórica. Se servir para algum leitor, o autor já se dará por bem recompensado.

Bibliografia

- Bloch, Marc *A apologia da história ou o ofício do historiador*, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2001
- Cintra, J. P. As capitâneas hereditárias no mapa de Luís Teixeira. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v.23, p.11 - 42, 2015, b.
- Cintra, J.P. Técnicas de leitura de mapas históricos: uma proposta. RBC - Revista Brasileira de Cartografia (Online), v.67, p.773 - 786, 2015, a.
- Cintra, J.P. A primeira *planta cartográfica da cidade de São Paulo*. Boletim de Ciências Geodésicas, v.16, p.332 - 346, 2010.
- Cintra, J.P., Freitas, J.C. Sailing Down the Amazon River: La Condamine's Map. *Survey Review*. v.43, p.550-566, 2011.
- Harley, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas, ensayos sobre la historia de la cartografía*, México, Fondo de Cultura Económica, 2005
- Marrou, H.I. *Do conhecimento histórico*, Lisboa: Rei dos Livros, 1991
- Panofsky, E. *Significado nas artes visuais*, São Paulo, Perspectiva, 2004
- Snyder, J.P. *Flattening the Earth*, The University of Chicago Press, Chicago, 1993.

Sessão: Poster

Avaliação de metodologias para digitalização e registro de documentos cartográficos históricos a partir do uso do *scanner* de mão

Fernando de Souza Antunes¹
Kairo da Silva Santos¹
Bruno César dos Santos¹
Manoel do Couto Fernandes¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Laboratório de Cartografia
(GeoCart)

fernando.antunes@ufrj.com; kairo.geo@gmail.com;
brunocesargeografia@gmail.com; manoel.fernandes@ufrj.br

Introdução

Atualmente, documentos cartográficos históricos vêm ganhando importância em diversos estudos das mais variadas áreas do conhecimento, onde é possível comparar e avaliar as diversas modificações físicas do espaço, bem como as modificações toponímicas, administrativas e do traçado urbano de diferentes localidades. Neste contexto, a conversão para meio digital deste material é alternativa para a preservação destes documentos, fundamentais para manutenção de um acervo histórico, cartográfico e geográfico de espaços pretéritos, os quais têm papel relevante para compreender as formações culturais, políticas e administrativas atuais.

Objetivos

Avaliar a metodologia de digitalização da Planta de Petrópolis (1846) a partir de um *scanner* de mão, bem como analisar os diversos algoritmos de transformação de registro, julgando os mais adequados em relação às distorções geradas pelo procedimento.

Área de estudo

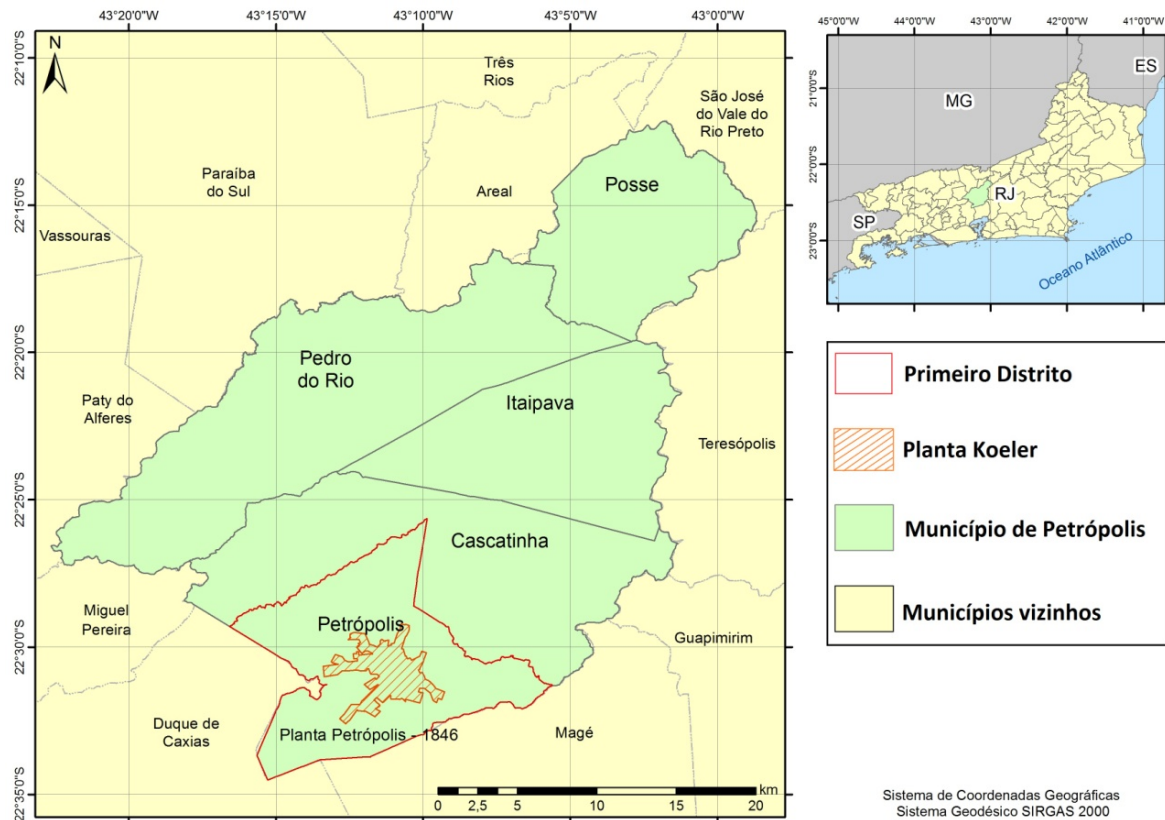


Figura 1 – Localização da área de estudo

Materiais e Métodos

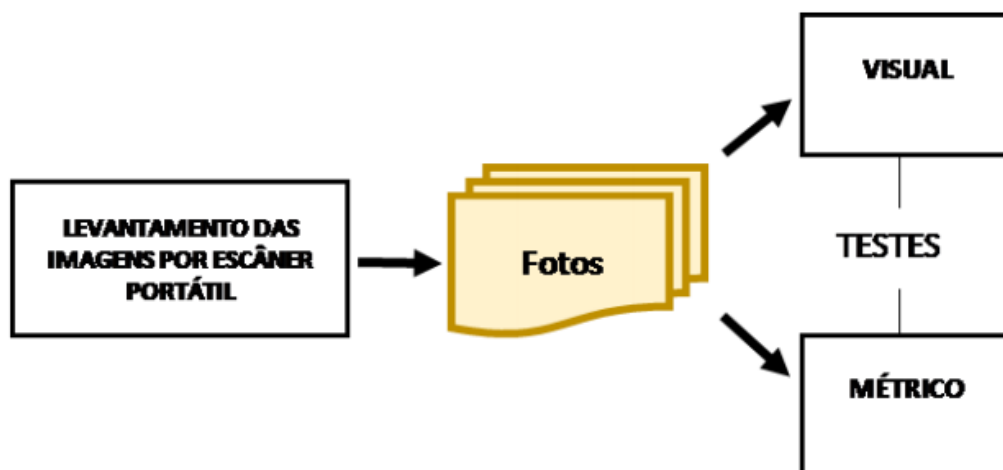


Figura 2 – Metodologia de trabalho simplificada

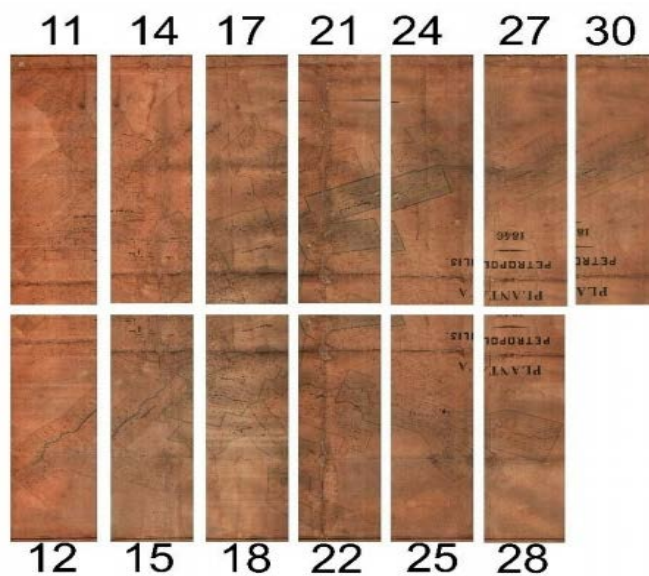


Figura 3 – Foto índice com a Planta Koeler (1846)

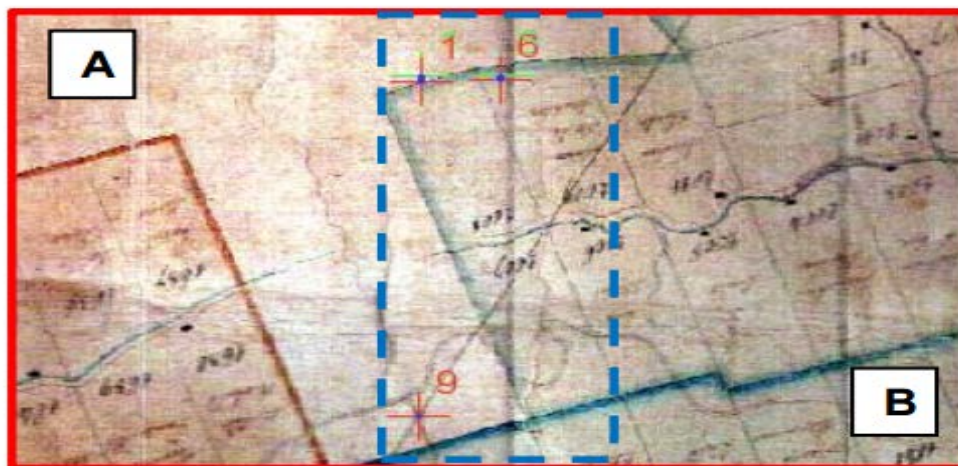


Figura 4 – Mosaico do par de fotografias. Em vermelho a área parcial das duas fotos utilizadas. Os números com cruzetas representam alguns dos pontos de controle escolhidos. Em azul, área aproximada de sobreposição das imagens

Resultados

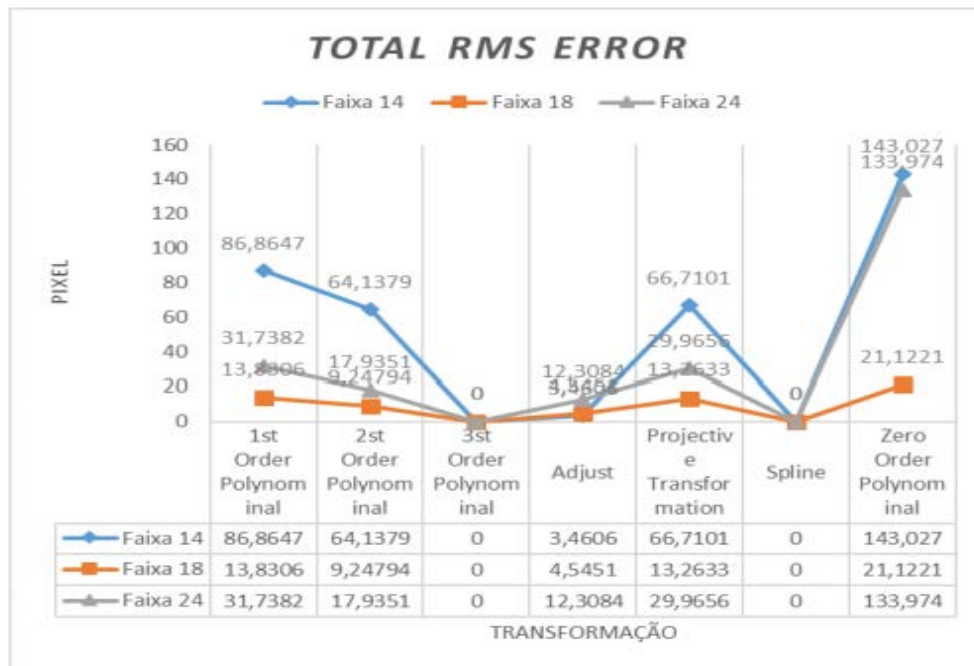


Figura 4 – Erro Médio Quadrático (RMS) de cada método empregado para os três pares de imagens e seus respectivos valores médios

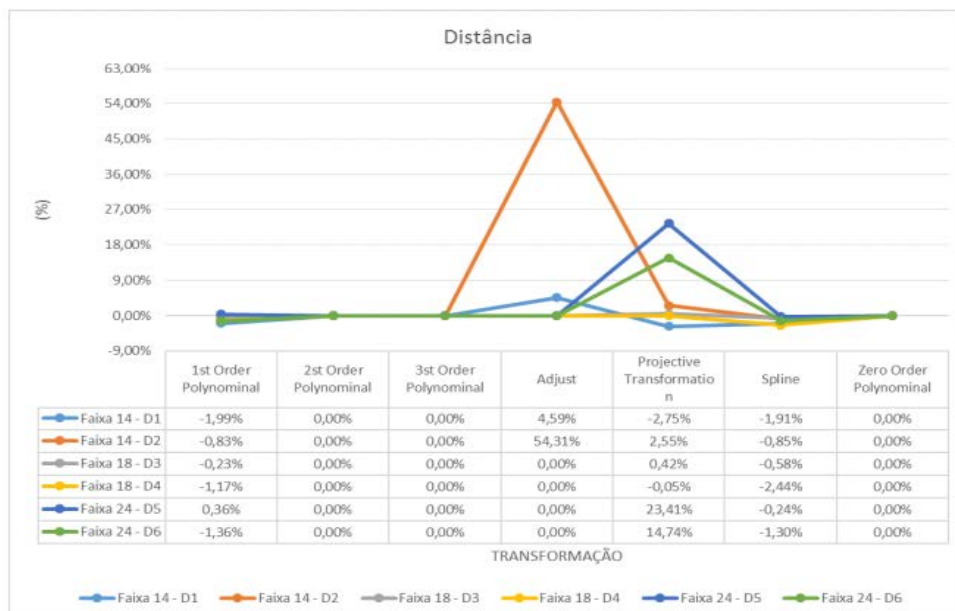


Figura 5 – Distância medida para as três imagens e seus respectivos valores percentuais em relação a medida anterior ao processo de registro

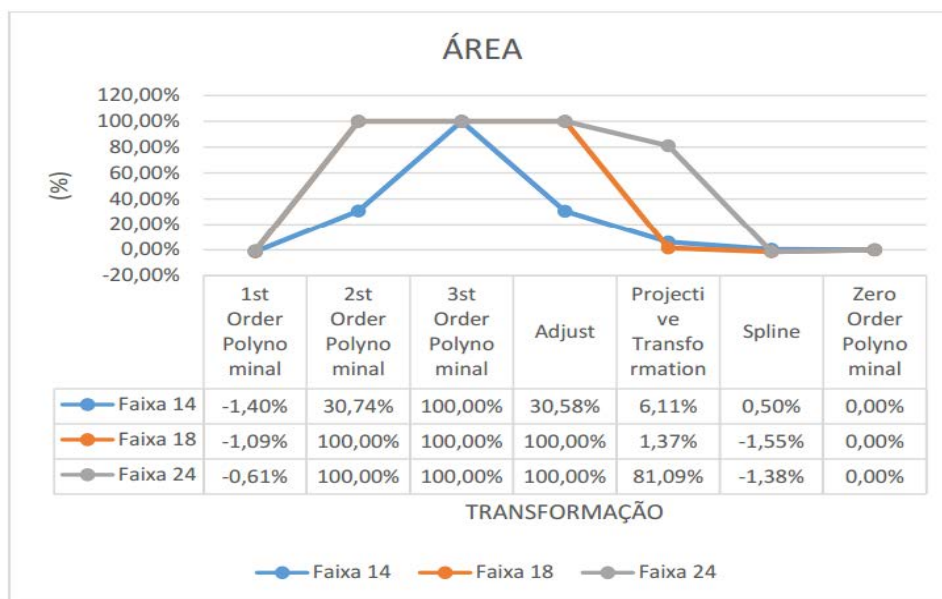


Figura 5 – Valor percentual da área da imagem em relação a área original mensurada, dado cada parâmetro de transformação adotado. Os valores adotados como 100% indicam que o valor calculado ultrapassou em 100% a área original da imagem

Conclusões

Os testes escolhidos para avaliar um primeiro processo de registro da Planta Koeler apontaram, tanto no visual, quanto no métrico, que o algoritmo 1st OrderPolynominal foi aquele que melhor correspondeu as expectativas de menor distorção das faixas mosaicadas. Pretende-se ir adiante e realizar todo este procedimento a toda área de sobreposição das faixas, realizando uma restituição da imagem com as menores distorções possíveis.

Referências bibliográficas

ALVES, S.L.P; CARDOSO, R.S.C.P; MENEZES, P.M.L. Evolução da cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX sob uma perspectiva histórico-cartográfica. Anais V Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica. Petrópolis. 2013

FERNANDES, M.C. et al. Digitalização da Planta Koeler através de levantamento fotográfico: em busca da manutenção de acervo cartográfico histórico do município de Petrópolis (RJ).In: VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2015,

Braga. Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Braga: Universidade do Minho, 2015. p. 269-285.

MENEGUETTE, A.A.C; PRADO, F.A. Documentos Cartográficos Históricos: implantação do gerenciamento eletrônico no Museu Municipal de Presidente Prudente. IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2005

MENEZES, P. M. L., LEPORE, V. M. G., FERREIRA, T. S., Cartografia Histórica como suporte para análise geográfica, IV Colóquio Brasileiro de Ciências Geodésicas – IV CBCG: Curitiba, maio de 2005.

Cartografia Histórica de Minas Gerais e o Léxico Toponímico Mineiro

Marianna De Franco Gomes¹
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra²
Márcia Maria Duarte dos Santos³

¹ Graduada em Letras pela UFMG

² Professora da FALE/UFMG. Coordenadora do projeto ATEMIG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

³ Professora aposentada do Departamento de Geografia da UFMG. Coordenadora de ações educativas do Centro de Referência em Cartografia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG -

marianna.de.franco@hotmail.com; candidaseabra@gmail.com; mdsantosy@yahoo.com.br

Introdução

Documentos cartográficos são fontes de informação de grande valor linguístico à Toponímia, uma vez que apresentam registros históricos usados como objetos de análise aos estudos.



ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Capitania de Minas Geraes, 1777**⁴

⁴ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Capitania de Minas Geraes*: que mandou fazer o Illmo. e Exmo. senhor D. Anto. de Noronha, governador e capitão genal. da mesma capitania. [S.l.: s.n.], 1777.

Objetivos

Diante da Iniciação Científica realizada entre 2014 e 2015, este estudo contempla o projeto “Registros cartográficos históricos: Revelando o patrimônio toponímico de Minas Gerais do Período Colonial e Joanino”, financiado pelo CNPq⁵. Objetivou-se, assim, a análise dos topônimos coletados em documentos cartográficos dos períodos colonial e joanino, o que permitiu o resgate e a preservação do significado histórico e cultural do topônimo como forma de conhecimento. Nesta pesquisa, os topônimos estudados compõem as Comarcas da Capitania de Minas Gerais no século XVIII e início do XIX: Paracatu, Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio e Vila Rica.

Metodologia

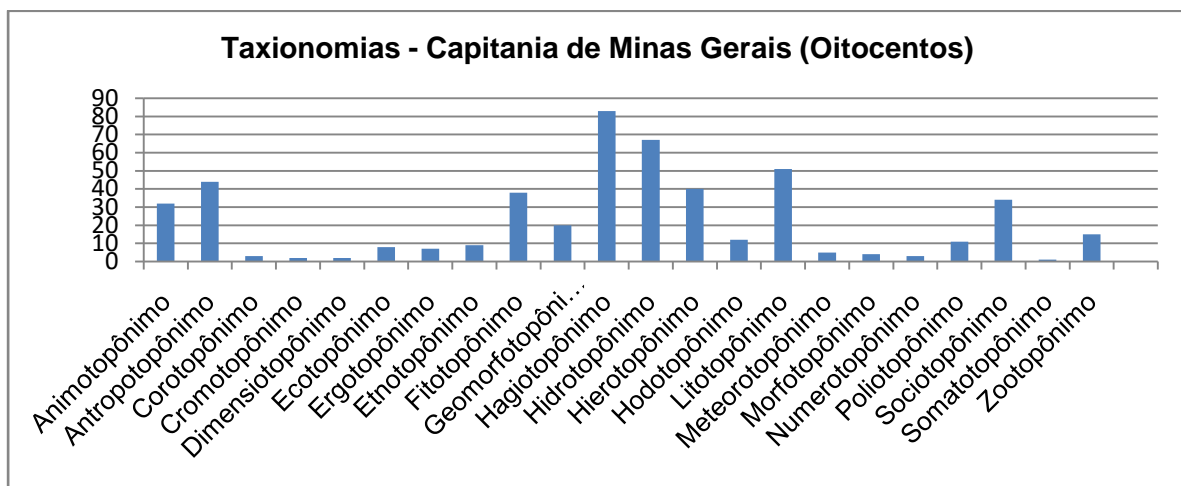
Além do banco de dados criado para organizar e sistematizar os topônimos coletados, verbetes foram desenvolvidos permitindo explicitar informações sobre o topônimo. Organizados em ordem alfabética, de acordo com o registro histórico verificado nos documentos cartográficos que compõem esta pesquisa, os verbetes evidenciam: origem do topônimo; histórico (formação administrativa da localidade); informações enciclopédicas; variantes; assim como classificações que correspondem ao procedimento teórico-metodológico proposto por Dick (1990), permitindo classificar topônimos de natureza física e antropocultural em 27 taxes de acordo com os principais fatores motivacionais. Apresentam a seguinte estrutura:

S. Antonio – Hagiotopônimo • *português < latim* • Segundo Barbosa (1995, p.282), primitivamente, o povoado era denominado **Santo Antônio do Rio das Mortes**, elevado a distrito de paz em 1890, por meio do decreto N° 131 (03/07/1890), no município de São João Del-Rei. Em 1938 tem sua denominação reduzida a **Rio das Mortes**. • Assim como explicita Machado (1984), o topônimo **Santo Antônio** é bastante comum em Portugal e no Brasil, motivado pela fé no santo da igreja católica. • Situado na microrregião de São João Del-Rei e mesorregião Campo das Vertentes. • O registro toponímico de S. Antonio é verificado em: Rocha, Com. (1777), Rocha, Com. (1778), Tavares, Cap. (1870). Variantes: **S. Ant^{to}** (Anônimo, Cap. 1791), (Miranda, Cap. 1804), **S. Ant.o** (Rocha, Cap. 1793). Ver: **Rio das Mortes**.

⁵Processo n° 408869/2013-5.

Resultados

Análises quantitativas evidenciam dados em relação à origem, natureza e taxionomias dos topônimos estudados. Objetivou-se, aqui, evidenciar dados referentes às classificações taxionômicas e, ainda que o estudo contemple a presença de variadas taxes, diante das diferentes motivações que compreendem, evidencia-se a preferência pelas designações relativas aos nomes de santos e de santas. Os hagiotoipônimos compreendem, portanto, uma das taxes mais produtivas. A presença Hagiotoiponímica pode ser justificada diante da fé cristã dos colonizadores portugueses. Além dos hagiotoipônimos, outras taxes são, também, notáveis, como pode ser verificado abaixo:



Os resultados desta pesquisa compreendem produtos que explicitam o patrimônio toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais, o que pode ser verificado no Atlas⁶ digital produzido. Ainda que não tenha sido publicado, evidencia-se, também, que o banco de dados contemplado neste estudo é um importante produto que contribui como fonte de acesso aos estudos futuros.

Conclusão

Diante da pesquisa realizada evidencia-se o resgate histórico do significado de cada topônimo, assim como sua relação com o ambiente inserido, tornando-se um patrimônio linguístico que contribui à memória histórica e cultural de Minas Gerais.

Referência bibliográfica

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990.

SANTOS, M. M. D. ; SEABRA, M. C. T. C. ; COSTA, A. G. . Atlas - Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016 (CD-ROM) (Acompanha 1 folheto e 10 marcadores).

Referência cartográfica

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o Illmo. e Exmo. senhor D. Anto. de Noronha, governador e capitão genal. da mesma capitania*. [S.l.: s.n.], 1777. 1 mapa ms., col., aquarelado, desenho a nanquim, 89,2 x 34,5cm. (BN – Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart519682.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

⁶SANTOS, M. M. D. ; SEABRA, M. C. T. C. ; COSTA, A. G. . Atlas - Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016 (CD-ROM) (Acompanha 1 folheto e 10 marcadores).

Enduro a pé no MHNJB/UFMG: Trilhando o conhecimento

Marília de Fátima Siqueira de Oliveira¹
Maria Luiza Bocc¹
Alessandra Abrão Resende¹
Danilo Souza Marcelo²
Nayara Aparecida Lino Tavares²
João Paulo Bragança Inocêncio²
Robson Camilo de Freitas.³

¹ Museu de História Natural e Jardim Botânico/UFMG

² Centro de Referência em Cartografia Histórica/ UFMG

³ Escola Estadual Presidente Dutra

mariliafso88@gmail.com; mlbocc@gmail.com; aleresende@mhjnb.ufmg.br; danielosouzamarcelo@yahoo.com.br; nayara.lino@yahoo.com.br; joaopaulo_inocencio@hotmail.com; dfreitasrobsoncamilo@yahoo.com.br;

Introdução

O Enduro a Pé no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (MHNJB): trilhando o conhecimento é resultado de uma parceria do projeto O Jardim Botânico vai à Escola, com o Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH) e a Escola Estadual Presidente Dutra (EEPD). A atividade foi criada em 2015, por iniciativa do professor da EEPD e em 2016 ocorreu a 2º edição.

Objetivos

Integrar conhecimentos das áreas de matemática, cartografia e meio ambiente, em uma atividade lúdica, motivadora, que estimule o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como a compreensão, análise, interpretação e aquisição de conhecimentos e sua aplicação. Os alunos são estimulados a trabalhar em grupo, desenvolvendo a comunicação.

Metodologia

1º etapa: Solução de enigmas matemáticos.



Instrumentos utilizados:



Sextante e trena:

O sextante, muito usado na astronomia para medir a altura dos astros, foi usado neste estudo, junto com uma trena, para calcular a altura de árvores. O conteúdo matemático ensinado foi a Trigonometria.

Bússola:

Usado para se guiar nas trilhas, a bússola indica direções, referências horizontais em relação ao norte magnético da Terra, correspondentes aos pontos cardeais.



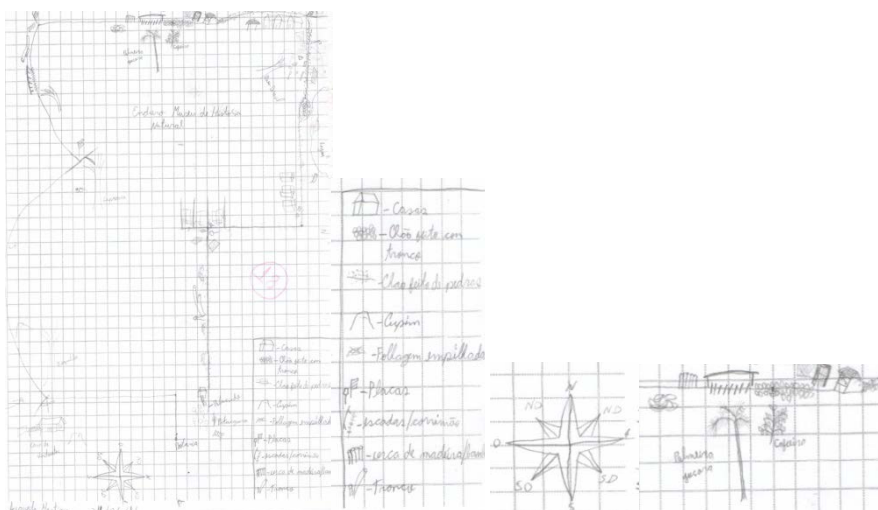
2º etapa: Caminhada pelas trilhas da reserva florestal do MHNJB/UFMG - missões

As equipes seguem orientações fornecidas para se guiar nas trilhas, obedecendo as direções e número de passos indicados nos roteiros. Ao longo do percurso, há vários pontos de parada contendo informações sobre elementos e processos físicos e biológicos da mata. Nesta etapa, são utilizados vários instrumentos.



3º etapa: Construção do mapa cartográfico

Ao longo do trajeto é desenhado um croqui do mapa seguindo orientações cartográficas. Deve-se representar no mapa elementos de identificação e elementos figurativos, representando características das áreas visitadas.



4º etapa: Quiz do Conhecimento

Teste de perguntas e respostas sobre conhecimentos e missões trabalhados ao longo das trilhas .



Resultados

- Foram atendidos 120 alunos do Ensino Médio da EEPD, em 2015 e 2016;

- Alunos e educadores apresentaram entusiasmo e motivação durante o desenvolvimento da atividade;
- De acordo com o questionário aplicado, 100% afirmaram ter gostado de participar da atividade e 95% sinalizaram interesse em participar de outra atividade semelhante no MHNJB;
- A maioria dos alunos classificou a atividade como fácil ou regular, contradizendo a percepção dos educadores;
- Quanto ao aprendizado construído, 85% dos participantes afirmaram ter sido uma experiência enriquecedora, cuja metodologia foi mais eficaz do que a aula expositiva, despertando interesse em estudar os conteúdos das disciplinas relacionadas aos temas trabalhados .

Considerações Finais

Os resultados do trabalho evidenciam o Enduro como uma prática pedagógica relevante para o processo de ensino-aprendizado. Para o professor, sinaliza dificuldades cognitivas e valoriza qualidades pouco perceptíveis em sala de aula, mas que podem ser trabalhadas para aprimoramento do processo de aprendizagem do aluno. Para os bolsistas da extensão, estudantes de cursos de licenciatura, a atividade proporciona contato com os alunos do ensino básico e desperta maior interesse pela prática docente, desenvolvendo outras maneiras para complementar o ensino formal.

“A escola deve realizar mais passeios assim, tanto em matemática quanto nas outras matérias. Isso mostra que o ensino pode acontecer fora da escola, fugindo do modelo banal. Estamos no século XXI, sabemos que podemos aprender de forma mais eficiente e divertida. Quando estamos no museu nem dá pra acreditar que estamos em uma cidade grande (...) Frases como ‘eu nunca vou usar isso na minha vida’ ou ‘que matéria chata’ foram provadas o contrário hoje, em matemática, geografia ou biologia. Parques como esse mostram que o lazer em Belo Horizonte não é só em shoppings e bares, como pensamos na maioria das vezes. Mesmo com o baixo apoio do governo, o museu conseguiu fazer algo inédito, mostrar que aprender não deve ser a mesmice de sempre (...). Convenhamos, os jovens de hoje não querem essa banalidade, existe um real desinteresse nas escolas e isso é um grande problema, mas quando o professor fala de excursão todo mundo fica mais animado, e aí está a solução desse problema (...)”

Depoimento de R.A.D. aluno do 2º ano do Ensino Médio da E. E. Presidente Dutra (16 anos).

APOIO:



CENTRO DE REFERÊNCIA EM
CARTOGRAFIA
HISTÓRICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

UFMG

Referências Bibliográficas

CERATI, Tânia. O Jardim Botânico vai à escola: a experiência dos Jardins Botânicos brasileiros. Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, 2011.
SIEX. 2014. Sistema de Informação de Extensão UFMG. Disponível em: <https://sistemas.ufmg.br/siex/PrepararProjeto.do?id=36560>

SIEX, 2016. A Cartografia Histórica do Brasil ao alcance de todos. Disponível em: <https://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=37192>, acessado em outubro de 2016.

PROJETO DE EXTENSÃO E AÇÕES EDUCATIVAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Danilo Souza Marcelo¹
Nayara Aparecida Lino Tavares²
Pedro Igor Lemos³
Márcia Maria Duarte dos Santos⁴
Antônio Gilberto Costa⁵

¹⁻³ Bolsistas do Programa de Extensão e do Programa de Formação Complementar da UFMG

⁴⁻⁵ Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG
danielosouzamarcello@yahoo.com.br; nayara.lino@yahoo.com.br;
sapeu_igor@hotmail.com; mdsantossy@yahoo.com.br; ag.costa@uol.com.br;

Introdução

O Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH) é uma das unidades da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Centro possui um amplo acervo de documentos cartográficos históricos e, nesse espaço, são desenvolvidos projetos de pesquisa, que embasam suas ações de extensão e educativas.



Centro de Referência em Cartografia Histórica – Palacinho, localizado no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG.

Objetivos

Apresentar as ações educativas e os eventos, realizados pelo CRCH, relacionados ao projeto “Cartografia Histórica do Brasil ao Alcance de Todos”.

Desenvolvimento

O projeto visa aproximar o público, em geral, dos documentos cartográficos sobre a formação do território brasileiro, destacando: os processos de interiorização da ocupação e da exploração do *hinterland* da América Portuguesa. Para a consecução desse objetivo, são desenvolvidas as seguintes atividades, com vistas ao atendimento de visitas agendadas e espontâneas.

- “Trilhas da Cartografia Histórica”: Trata de promover o conhecimento sobre o paradigma da Cartografia Histórica – Rumo e Estima, que orientou a construção de muitos documentos que fazem parte do acervo do CRCH. A atividade compreende o desenvolvimento de um croqui referente a um trajeto percorrido nas trilhas do Museu, constituído pelos participantes. Foi planejada para ser ofertada para escolares do ensino fundamental e médio, e estudantes universitários, exigindo níveis de competências cognitivas diferentes.
- O CRCH Recebe Você: Refere-se a visitas mediadas no Centro, onde o acervo é apresentado a diferentes segmentos de público. Sobre o acervo, nota-se, que conta com documentos históricos cartográficos oriundos de grandes instituições, nacionais e internacionais, como museus, bibliotecas e arquivos.
- Trilha do Mapa Perdido: Atividade de caráter lúdico e educativa, oferecida nas *Colônias de Férias do MHNJB*, para crianças na faixa etária de 9 a 12 anos. Consiste em percorrer as trilhas do Museu, onde o objetivo final é chegar ao CRCH através de fragmentos de um mapa deixados em diferentes pontos da trilha.



Participantes da *Trilha do Mapa Perdido* visitando o CRCH (esquerda) e colagem do mapa fragmentado (direita)

- Exposições temporárias, realizadas nos jardins do *Palacinho*, como é chamada a sede do CRCH: “Expressões da Toponímia e da Cartografia Histórica das Minas Gerais”, maio- atual. Aborda duas áreas do conhecimento e tem como objetivo a divulgação do patrimônio toponímico de Minas Gerais e outros conhecimentos sobre o ato de nomear em Minas Gerais, nos períodos Colonial e Oitocentos Joanino.



Exposição temporária: “Expressões da Toponímica e da Cartografia Histórica das Minas Gerais

- Eventos - Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: Realizado pelo Centro, de dois em dois anos, conta com o apoio de instituições acadêmicas da UFMG e de outras universidades, museus, bibliotecas e arquivos. O III SBCH acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2016, na sede do Centro e no auditório Pau –Brasil do MHNJB.

Visitações

No período de janeiro a julho, o CRCH recebeu cerca de 2000 visitantes: 1500 agendados e 500 não agendados. As atividades que exigem o acompanhamento de monitores são realizadas mediante agendamento prévio. As visitas espontâneas podem ser realizadas de terça-feira a domingo, de acordo com os horários do Museu de História Natural e Jardim Botânico.



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	JAN - JUL
TOTAL	208	11	253	276	351	701	243	2043
Média								291,86

GRÁFICO – Número absoluto de visitantes no período de janeiro a julho de 2016

Conclusão

É importante salientar a importância do CRCH para a divulgação dos documentos históricos cartográficos e para a formação dos monitores que fazem parte desse projeto de extensão vinculado à Rede de Museus da UFMG. Os estudantes em questão têm oportunidade de expandir seus conhecimentos e competências, importantes para o andamento dos seus respectivos cursos. Eles também contribuem para a difusão de conhecimento e da cultura por meio de uma permanente interação com diferentes segmentos da sociedade, que visitam o Centro.

Referências

- OLIVEIRA, R.A et al *Trilha da Cartografia Histórica: Uma ação Educativa do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG*. 2º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Tiradentes-MG, 2014.
- SANTOS, M.M.D et al. *A cartografia Histórica ao Alcance de Todos - Projeto de Divulgação Científica e de Ações Educativas do Centro de Referência em Cartografia Histórica*. XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia, Gramado- RS, 2014.

TRILHA DO MAPA PERDIDO ATIVIDADE LÚDICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Nayara Aparecida Lino Tavares¹
Danilo Souza Marcelo²
Marília de Fátima Siqueira de Oliveira³
Maria Luiza Bocc⁴
Bráulio Soares Macedo Leão e Silva⁵
Pedro André Sampaio Pêgo Martins Dias⁶
Marcia Maria Duarte dos Santos⁷
Antônio Gilberto da Costa⁸

¹⁻⁶ Bolsistas do Programa de Extensão e do Programa de Formação Complementar da UFMG

^{7,8} Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG
nayara.lino@yahoo.com.br; danielosouzamarcello@yahoo.com.br; mariliafso88@gmail.com;
mlbocc@gmail.com; braulio.smals@hotmail.com; pa.sampa@hotmail.com; mdsantos@yahoo.com.br; ag.costa@uol.com.br

Introdução

A atividade “Trilha do Mapa Perdido” compõe o conjunto de ações de extensão desenvolvidas pelo Centro de Referência em Cartografia Histórica-CRCH, da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Essa ação foi oferecida pela primeira vez na 11^o Colônia de Férias do Museu de História Natural e Jardim Botânico – MHNJB/UFMG para os participantes de 09 a 12 anos. A atividade é fundamentada no paradigma cartográfico “Rumo e Estima” e explora noções de orientação espacial – topológicas, projetivas, euclidianas e cardeais.

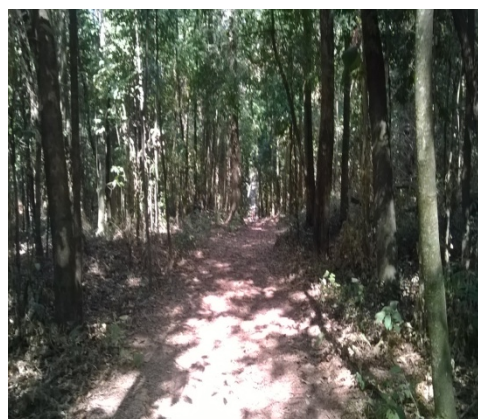
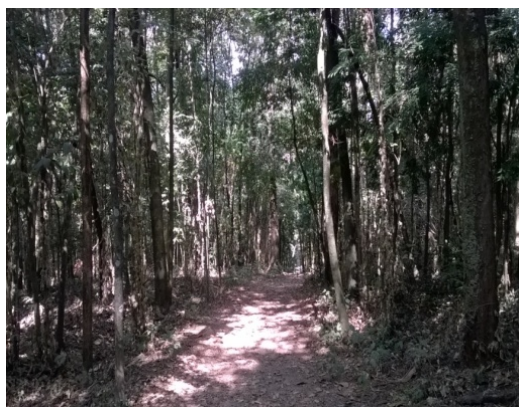
Objetivos

- Promover uma atividade lúdica e divertida a crianças de 09 a 12 anos para ser realizada em ações recreativas organizadas pelo CRCH e ou MHNJB.
- Propiciar aos participantes oportunidades de desenvolverem noções de comunicação cartográfica e de orientação e localização espacial.

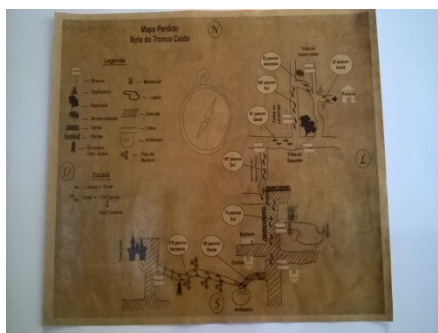
Procedimentos Metodológicos

Planejamento

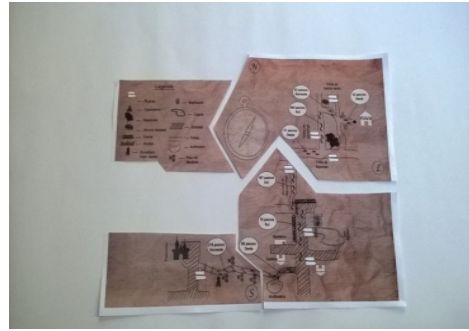
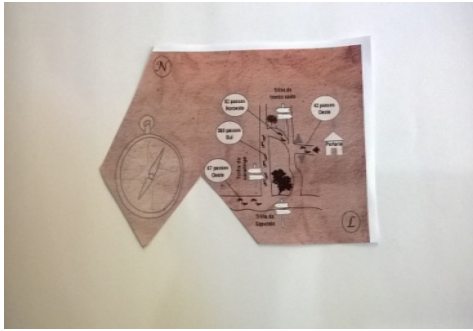
1º fase: Escolheu-se previamente um percurso a ser realizado nas trilhas do Museu, correspondente ao itinerário da portaria 01 do MHNJB até o CRCH.



2º fase: Foi construído um croqui do trajeto escolhido, contendo orientações cardeais e referências de elementos do percurso, indicando-se o número de passos entre um elemento e outro.



3º Fase: Dividiu-se o croqui em quatro fragmentos de forma a permitir que cada pedaço possibilitasse o avanço no percurso.



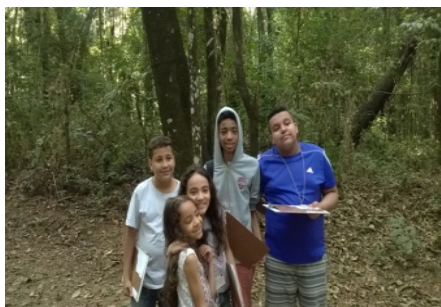
4º fase: Foram selecionados pontos do percurso nos quais os participantes da atividade encontrariam os fragmentos do mapa. Esses foram colocados em sacos plásticos e dependurados em placas, árvores e outros.



Execução

1º Fase: Reuniram-se os participantes e realizou-se uma contextualização desafiadora sobre a atividade motivando-os a participarem.

2º fase: Dividiu-se os participantes em grupos (4 a 5 pessoas) que foram acompanhados por um monitor. Escolheu-se um integrante para ser o responsável por contar os passos, visando seguir as orientações presentes no croqui sobre esse aspecto. O passo do contador foi medido com uma trena para que no final fosse possível realizar o cálculo da distância percorrida.

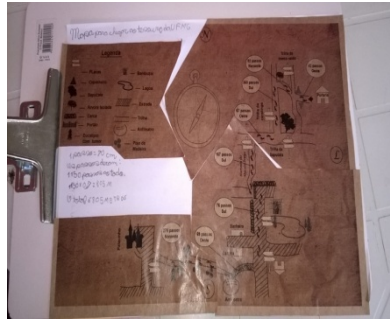


3º Fase: Foi entregue a todos os participantes da atividade o primeiro fragmento do croqui da Trilha do Mapa Perdido, que foi lido e interpretado pelas crianças com o auxílio do monitor. Na oportunidade introduziu-se o equipamento bússola e foram dadas instruções para sua utilização.



4º fase: Foi iniciado o percurso seguindo as instruções contidas no croqui, que exigia o reconhecimento da direção a ser tomada no caminho, os elementos representados no desenho, e a contagem dos passos.

5º fase: Encerrou-se a atividade nos jardins do CRCH onde os grupos finalizaram o croqui sugerindo um título e realizando o cálculo da distância percorrida. Posteriormente os participantes visitaram o acervo do CRCH.



Resultados

A atividade foi desenvolvida de maneira bem descontraída e todos os participantes estiveram envolvidos e se sentiram desafiados intelectualmente. A maior dificuldade encontrada pelos grupos foi em relação a orientação e localização espacial. Seguida pelo desafio de reconhecer no trajeto os elementos de referência representados no croqui.

Conclusão

A atividade alcançou os objetivos propostos, demonstrando que vale a pena realizá-la novamente, já que, teve seus aspectos lúdicos comprovados. Entretanto, verificou-se a necessidade de reformular o croqui deixando espaço para as crianças completarem com novos elementos de referência encontrados no percurso e com o número de passos.

Referências:

OLIVEIRA, R.A et al *Trilha da Cartografia Histórica: Uma ação Educativa do Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG*. 2º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Tiradentes-MG, 2014.

SANTOS, M.M.D et al. *A cartografia Histórica ao Alcance de Todos - Projeto de Divulgação Científica e de Ações Educativas do Centro de Referência em Cartografia Histórica*. XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia , Gramado- RS, 2014.